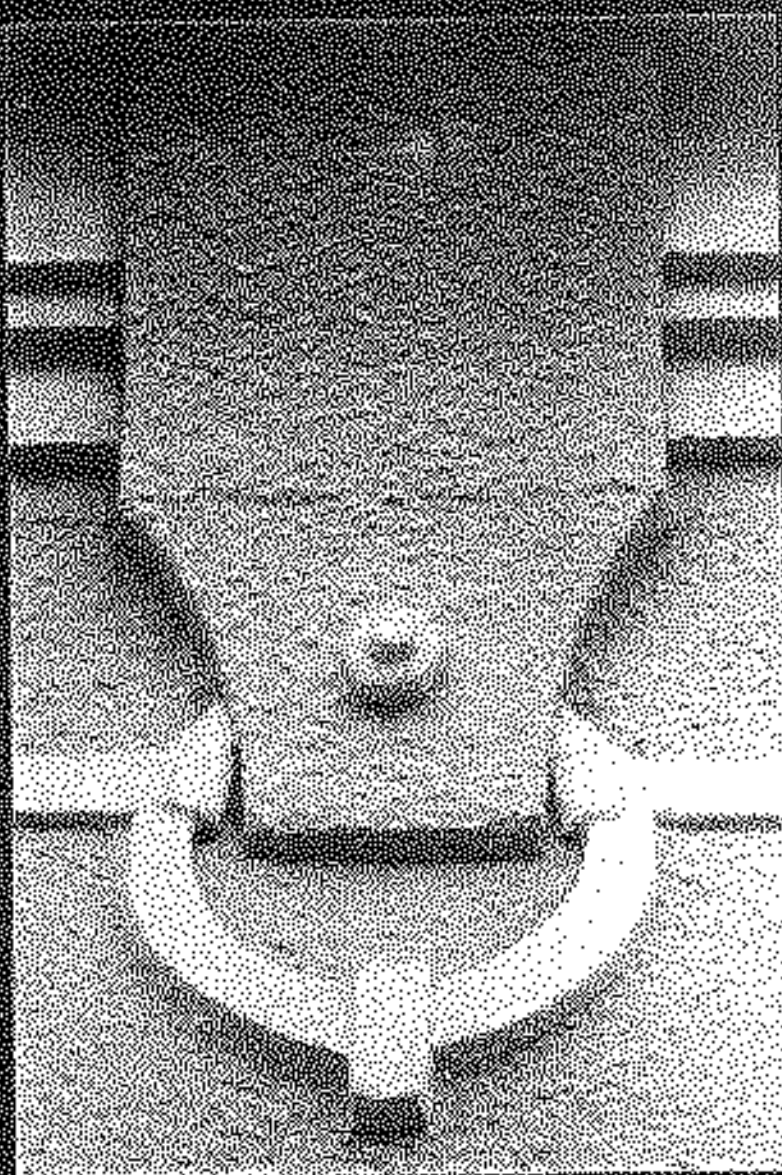




As
Professor of Art and
Large Call

ROBERTO PASTANA TEIXEIRA LIMA

MODELOS PORTUGUESES E ARQUITETURA BRASILEIRA:
CATÁLOGO E ANÁLISE DAS FORMAS ARQUITETURAIS PAULISTAS E
LUSITANAS NO OITOCENTOS

VOLUME 1

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas sob a
orientação do Prof. Dr. Jorge Calil

DEZEMBRO/2001

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE



ROBERTO PASTANA TEIXEIRA LIMA

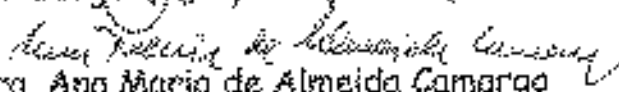
"Modelos Portugueses e Arquitetura Brasileira: Catálogo e Análise das
formas Arquiteturais Paulistas e Lusitanas no Oitocentos"

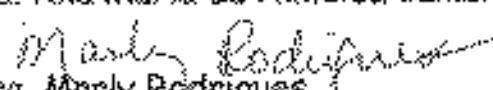
Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de História do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual
de Campinas sob a orientação do
Prof. Dr. Jorge Sidney Coli Júnior.

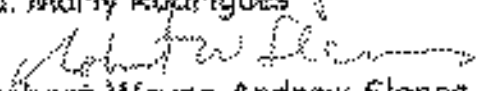
Este exemplar corresponde à
redação final da tese
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
19 / 12 / 2001

BANCA


Prof. Dr. Jorge Sidney Coli Júnior (orientador)


Profa. Dra. Ana Maria de Almeida Camargo


Profa. Dra. Marly Rodrigues


Prof. Dr. Robert Wayne Andrew Slanes


Prof. Dr. Murilo de Azevedo Marx

UNICAMP
DEZEMBRO/2001 BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

LAMINADO	2.0
Nº CHAMADO	100000
	100000
VOL.	1
INDIC. NO.	44197
PROC. DE	83703
	01
PREC. DE	14.00
DATA	
Nº 1270	

CH00166079-7

AB 10 28744

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IECH - UNICAMP**

L 628 m Lima, Roberto Pastana Teixeira
Modelos portugueses e arquitetura brasileira: catálogo e
análise das formas arquitetônicas paulistas e lusitanas no século
/ Roberto Pastana Teixeira Lima. - - Campinas, SP : [s. n.],
2001.

Orientador: Jorge Sidney Coli Júnior.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Arquitetura - História. 2. Arte - História. 3. História.
I. Coli Júnior, Jorge Sidney. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

AB 10 28744

RESUMO

Esta tese tem como proposta refletir sobre as semelhanças entre a arquitetura paulista e a portuguesa de construtores, praticadas no período compreendido entre o início do século XIX e primeiros anos do século XX.

Analisa, através das posturas, a legislação portuguesa influenciando a perfeita integração entre urbanismo e arquitetura na construção das cidades paulistas. Ao mesmo tempo procura analisar a transferência das formas de tradição clássica que vão engendrar as fachadas dos edifícios do interior de São Paulo.

A partir dessas análises propõe uma revisão historiográfica sobre os papéis desempenhados pela missão francesa e pelos imigrantes italianos na arquitetura paulista do século XIX e início do XX.

Apresenta um catálogo de imagens representando casas paulistas e portuguesas construídas durante o período estudado.

ABSTRACT

The purpose of this thesis is to make a reflection about the similarities between the São Paulo State architecture and the Portuguese architecture of constructors, used between the beginning of the 19th century and the first years of the 20th century.

It analyses, through postures, the Portuguese legislation influencing the perfect integration between urbanism and architecture in the construction of cities in São Paulo State. At the same time, it analyses the transference of classical forms which will engender the façades of the buildings in the interior of São Paulo.

Based on these analyses, it proposes a historiographic revision of the role played by the French mission and by the Italian immigrants in the architecture of São Paulo State from the 19th century to the beginning of the 20th.

It presents a catalog of images/photographs which represents houses from São Paulo State and Portuguese houses built during the analyzed period.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Jorge Coli, pela orientação, pelas leituras e inestimáveis observações que fez de minhas redações e, sobretudo, pelo apoio e interesse em todos os momentos do desenvolvimento deste trabalho.

Aos Profs. Drs. Marly Rodrigues e Robert Sienes pela amabilidade, considerações e sugestões quando do exame de qualificação.

Ao Prof. Dr. José Augusto França, da Universidade Nova de Lisboa, pela amável recepção e pelas preciosas indicações.

Ao pessoal da Biblioteca de História da Arte da Universidade Nova de Lisboa, em especial ao Dr. José Vemura.

Ao Dr. Antônio Miranda, do Escritório Técnico da Madregoa, em Lisboa.

À Profa. Dra. Anabela Vieira Barros de Moraes, pela acolhida e pelas visitas à Vila Morais e outras casas de "brasileiros" em Ponte de Lima.

À Sra. Leiza Calapez, da Câmara Municipal de Redondo.

Ao Sr. Mário de Souza, da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, que proporcionou contato com importantes fontes de pesquisa.

Ao Prof. Dr. Hugo Reinaldo Salvador Cavaco, da Universidade do Algarve.

Ao Arquiteto Paulo Extremoz, da Câmara Municipal de Loulé

À Arquitecta Thereza Valente e à Sra. Maria José Gonçalves, da Câmara Municipal de Silves.

Ao pessoal do Arquivo Ultramarino e da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Ao Fábio Marcelo Petri, da Casa do Brasil em Lisboa.

Às amigas Ana Cláudia Martins e Sandra Feres de Souza que me hospedaram em Portugal.

Ao Pessoal da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, de São Paulo, da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, da Biblioteca da Escola Politécnica da USP, da Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.

Ao pessoal do Grêmio Literário Carlos Ferreira, de Amparo.

Ao Arquivo da Assembleia Legislativa de São Paulo, em especial ao sr. Dainis Karepovs que, gentilmente, nos disponibilizou as publicações com os Códigos de Posturas de cidades paulistas.

Ao Sr. Paulo Cabral que nos permitiu reprodução do seu acervo fotográfico sobre São Luiz do Paraitinga.

Ao Sr. Trajano Pupo que nos permitiu reprodução do seu acervo fotográfico sobre Botocatu.

Às Srs. Maria Nigro e Dr. Paulo Roberto dos Santos Mello, de Bocaina, que nos franquearam acesso aos seus acervos.

Ao Dr. José Eduardo Pimentel de Godoy, incansável nas sugestões, pelo empréstimo de exemplares de sua biblioteca e pela reprodução de posturas do Brasil colônia.

Aos Srs. Dieter Marzzi, Waldir Beira, Carlos Piffer e Moacir Corsi, todos empresários ampurense, que acreditaram neste projeto e financiaram parte da minha viagem a Portugal, em 1995.

Às Faculdades Integradas de Amparo, em especial ao Prof. Guilherme Bernardes e à Profa. Odila Rivelli, que financiaram boa parte da minha viagem a Portugal mas, sobretudo, pelo apoio, compreensão e incentivo.

Ao amigo Edmar Monteiro Filho pelas leituras, correções e sugestões.

Ao Lima, meu pai (in memoriam), Norma, minha mãe e Zezé, minha esposa, que possibilitaram e sustentaram a realização desta tese de doutoramento.

ÍNDICE

VOLUME I

INTRODUÇÃO	11

CAPÍTULO I

I. ANTECEDENTES - A CAPITANIA DE SÃO PAULO NO SÉCULO XV

I.1. O abandono	15
I.2. A restauração	16
I.3. O apropriado e o atrevido	22

CAPÍTULO II

II. A LEGISLAÇÃO

II.1. A origem das posturas municipais	35
II.2. Posturas do século XVIII	36
II.3. As primeiras semelhanças	37
II.4. A legislação e as edificações	41
II.5. Permanências: uniformidade, regularidade e proporcionalidade	48

CAPÍTULO III

III. AS FORMAS

III.1. A fachada como ponto de inflexão	63
III.2. A circulação de modelos	65
III.3. A missão francesa e os “capomastri” italianos	66
III.4. O caso das casas de câmara e cadeia	70
III.5. Prováveis modelos para as casas de câmara e cadeia	76
III.6. Raimos renascentistas	81
III.7. O caso dos conjuntos de prédios concebidos como um só edifício	97
III.8. Ainda a resistência da arquitetura de tradição clássica em Portugal durante o século XIX	107

CAPÍTULO IV

IV. PUBLICAÇÕES DE INSPIRAÇÃO “VINHOLESCA” EM PORTUGAL E NO BRASIL - EFEITOS

IV.1. O gosto e o conhecimento das regras	127
IV.2. Os desdobramentos do tratado de Vignola	128
IV.3. Liberdade concedida	130
IV.4. Manuais no Brasil	135
IV.5. O gosto e os imitativos	138

CAPÍTULO V

V. INDÍCIOS DE UM FLUXO LUSO-BRASILEIRO NA ARQUITETURA

V.1. “Continuações” e “modernizações”	149
V.2. Almerim	150

V.3. Vila Real de Santo António.....	161
V.4. Fafe.....	175
V.5. O caso de Amaro.....	189

CAPÍTULO VI

VI. EDIFÍCIOS PAULISTAS E PORTUGUESES – SEMELHANÇAS

VI.1. Edifícios paulistas e portugueses e suas datas prováveis de construção.....	205
VI.2. Edifícios com cantos arredondados.....	347
VI.3. Pilastres de extremidades.....	359
VI.4. Elementos modernizadores.....	365
VI.5. A “contaminação” pelo neogótico.....	377
VI.6. A “contaminação” pelo Art Déco.....	381
VI.7. Ainda as semelhanças entre edifícios paulistas e portugueses.....	385
VI.7.1. Sobrados com beiral simples e em cimália.....	387
VI.7.2. Casas térreas comático.....	391
VI.7.3. Casas térreas com beiral em cimália.....	397
VI.7.4. Sobrados comático.....	403
VI.7.5. Pilastres estilizados.....	409
VI.7.6. Desenhos “impressos”.....	413
VI.7.7. Uniformidade e geometria dos conjuntos.....	427
VI.7.8. Esquadrias de janelar.....	431
VI.7.9. Volutas como arremates perpendiculares aos áticos.....	435
VI.7.10. Elementos sinalizadores.....	437

CONCLUSÃO.....	443

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA.....	447

CRÉDITO DAS ILUSTRAÇÕES.....	469

VOLUME 2

APRESENTAÇÃO.....	481

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO EM CIDADES DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	487

VOLUME 3

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO EM CIDADES PORTUGUESES.....	1169

AMPARO.....	1537

LOCALIZAÇÃO DAS CIDADES PORTUGUESES VISITADAS.....	1567

CIDADES PAULISTAS VISITADAS.....	1569

DESMEMBRAMENTO DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS.....	1571

CRÉDITO DAS ILUSTRAÇÕES.....	1573

INTRODUÇÃO

"Essa cooperação se impõe com tanta força que contra ela não prevalecerão os restos de brasilofobia em Portugal nem os de lusofobia no Brasil. Os homens das gerações mais novas, aqui como lá, sentem que ao lado das pátrias políticas, existe esta realidade inegável: a unidade cultural luso-brasileira, a que pertencemos todos os portugueses e filhos de países colonizados pela gente de Portugal."

Gilberto Freyre

Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937

Durante minha pesquisa para a dissertação de mestrado, concluída em 1992, junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, sob orientação do professor Jorge Coli, eu havia me deparado com algumas questões que, naquele momento, ficariam sem resposta. Estava trabalhando com a cidade de Amparo, constatando transformações no traçado urbano e na arquitetura durante o período compreendido entre os primeiros anos do século XIX e os anos 1930. A literatura que havia consultado naquela ocasião e que se referia à descendência da arquitetura paulista do século XIX, apontava, principalmente, para duas direções: efeitos tardios da missão francesa, de cunho neoclássico e, por outro lado, a influência de mestres de obras italianos que teriam vindo com a grande imigração. Qualquer que fosse a direção mais provável, o que de fato me intrigava era a força com que esse gosto clássico impregnava os edifícios da cidade, tanto os da primeira metade do século XIX quanto os do início do século XX. Além disso, constatava-se uma espécie de evolução do gosto, a partir de um classicismo toste na primeira metade do oitocentos, uma atenuação na segunda metade e uma espécie de resistência às novas formas, nos primeiros anos do século XX. Os arquitetos formados na Escola Nacional de Belas Artes, sob influência de Grandjean de Montigny, haviam se espalhado e diluído esse gosto de maneira tão forte? Ou teriam sido os imigrantes italianos, que mesmo em terras distantes, tinham conseguido impor um gosto italianizante?

Em meio a essas dúvidas chegou às minhas mãos um exemplar de um catálogo retrospectivo do “Prémio Valmor”, de Lisboa. Rapidamente eu constatava que o fenómeno da persistência do gosto clássico estava presente também em Portugal, no fim do século XIX e início do século XX. Nesse momento, fui mais uma vez incentivado pelo professor Jorge Coifi, que me orientou na elaboração de uma bibliografia para leitura. O próximo passo foi elaborar um pré-projeto para um levantamento bibliográfico e fotográfico em Portugal, tentando verificar as relações entre a arquitetura de construtores, portugueses e brasileira, do século XIX. Nesse momento, excluí o levantamento das plantas, pois o tempo de que dispunha não era suficiente para tal tarefa. Optei, portanto, por trabalhar com as fachadas. Com o patrocínio de quatro empresas amparenses e com a passagem financiada pelas Faculdades Integradas de Amparo, foi possível uma viagem de dois meses para Portugal, em janeiro de 1995. O levantamento bibliográfico e fotográfico possibilitou a elaboração de um projeto para o Programa de Doutorado em História na UNICAMP. No momento da escolha do *corpus* a ser trabalhado no Brasil, optei pelo Estado de São Paulo. Primeiro por questões circunstanciais, depois porque, salvo poucas exceções, as cidades paulistas nasceram e se desenvolveram durante o século XIX, período do meu interesse. Além disso, a expansão das cidades paulistas se deu ao mesmo tempo que a imigração e seria esperado encontrar, talvez, mais que no restante do Brasil, a influência desses fluxos e refluxos da população migratória entre Brasil e Portugal.

No Estado de São Paulo, escolhi para visitar as cidades das regiões mais povoadas até o início do século XX e excluí as cidades litorâneas por imaginar dificuldades no deslocamento.

Cabe ressaltar que, embora o *corpus* escolhido seja paulista, isso não significa que trateiros de uma arquitetura paulista. Essa arquitetura que está presente no interior do Estado de São Paulo, durante o século XIX e início do XX, parece estar presente em todo o país.

No primeiro capítulo do trabalho, pretendo anunciar meu propósito de verificar os vínculos entre a concepção urbana e arquitetônica portuguesa do século XVIII, de forma a reconhecer a matriz da arquitetura e do urbanismo paulista do século XIX. Início abordando a Capitania de São Paulo no governo do morgado de Mateus e suas medidas incentivadoras, tanto no que concerne ao fomento à agricultura, quanto à fundação de novas povoações e à rede de caminhos que facilitaria o trânsito da produção. As normas que vão nortear as

cidades criadas pelo morgado são trazidas de Portugal e procuro analisar algumas plantas dessas cidades do século XVIII e mostrar que nesses projetos estavam sementes que germinariam nas cidades do século seguinte, ou seja, tanto os projetos urbanos quanto a preocupação com as fachadas. Anuncio no final do capítulo as duas vertentes de estudo (legislação e forma) a que me proponho para tentar identificar os elos de ligação entre os projetos urbanísticos portugueses do setecentos e a arquitetura que lhe é pertinente e as cidades do interior de São Paulo no oitocentos.

No segundo capítulo, procuro analisar as relações entre a legislação portuguesa e brasileira a respeito da organização das cidades e das edificações e, além disso, comprovar a descendência de uma em relação à outra. Com esse propósito comparo, primeiramente, alguns artigos das “ordenações” com outros, dos “códigos de posturas” de cidades brasileiras do século XVIII e, num segundo momento, artigos das posturas das cidades do século XVIII com artigos das posturas das cidades do século XIX.

No terceiro capítulo, procuro demonstrar como os projetos portugueses para as cidades do século XVIII deixaram marcas nas cidades paulistas do século XIX. Além de perceptíveis na legislação, essas marcas aparecem também nas formas que persistem, tanto em Portugal quanto entre nós, talvez desde a Renascença, como exemplo, as silhuetas das Casas de Câmara e Cadeia e a concepção de conjuntos de edifícios construídos como se fossem um único prédio, um grande palácio.

O quarto capítulo refere-se aos manuais inspirados nos tratados de Vignola e a sua utilização, tanto em Portugal quanto no Brasil, tanto com finalidade didática nas aulas de arquitetura quanto no uso prático por pedreiros e mestres de obras. Ressalta ainda o papel ditado que os manuais, exercem na medida em que regulamentam a obediência às “ordens” e, ao mesmo tempo, dão liberdade de escolha da ornamentação para as fachadas. De fato, ao trabalharmos no terreno, constatamos que as regras clássicas permaneceram obedecidas, mas que as composições das fachadas tornam-se campo de invenção formal, muito rico e inovador.

O quinto capítulo apresenta, através de três exemplos portugueses (Algarim, Vila Real de Santo António e Fafe) e de um paulista (Amparo), a permanência e uma espécie de evolução do gosto clássico na arquitetura portuguesa e paulista do século XIX e início do XX.

O sexto e último capítulo é constituído, primeiramente, por fotografias de um conjunto de edifícios, paulistas e portugueses, organizados cronologicamente, que apresentavam as datas prováveis de construção esculpidas na fachada ou nas bandeiras das portas.

Além disso, agrupamos também nesse capítulo edifícios portugueses paulistas que mantinham, entre si, certa caracterização, semelhanças quer na constituição quer na organização das fachadas ou mesmo na forma de escolha e uso dos elementos decorativos.

CAPÍTULO 1

1. ANTECEDENTES – A CAPITANIA DE SÃO PAULO NO SÉCULO XVIII

“No caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns dos nossos patriotas, é que ainda nos associa à Península Ibérica, a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir, até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma...”

Sérgio Buarque de Holanda

(Raízes do Brasil)

1.1. O abandono

No último quarto do século XVII, a então Capitania de São Vicente abrangia uma grande extensão de terras estimada em mais de três milhões de quilômetros quadrados e seus limites incorporavam os atuais territórios de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, até a Colônia do Sacramento (01).

A descoberta de ouro em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, entretanto, seria responsável por definitiva alteração nesse quadro. Na primeira metade do século XVIII, os paulistas sofreriam acentuada baixa em seus territórios. Logo depois da Guerra dos Emboabas a coroa portuguesa iniciaria um processo de isolamento das regiões auríferas brasileiras. Em 1709 foi criada a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro e em 1720 impusera-se a separação das duas. Em 1748, alegando razões de segurança, o governo da metrópole determinara a separação dos territórios das minas de Cataguás e Goiás, criando as Capitanias de Goiás e Mato Grosso. O território paulista ficaria reduzido a pouco mais de quatrocentos mil quilômetros quadrados (02).

Além de perder grande parte do seu território, São Paulo viu-se aliado também de sua autonomia política. Sob o ponto de vista militar, seria administrado, daí em diante, pelo governador da praça de Santos que, por sua vez, estaria sob jurisdição do governador do

Rio de Janeiro. Portanto, o então governador de São Paulo, capitão general D. Luís de Mascarenhas, perderia suas funções e, sendo assim, retornaria a Portugal (03).

A abertura do Caminho Novo em 1733, ligando as Minas ao Rio de Janeiro, prejudicava sensivelmente os paulistas que antes abasteciam a região do ouro com carne, sal, açúcar, cereais e outros artigos (04). Assim, unidos ao Rio de Janeiro e compreendendo parte dos territórios ocupados hoje pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tentavam sobreviver concentrando suas atividades no comércio de mares entre o Rio Grande e as Minas, e no abastecimento da região aurífera de Mato Grosso, Goiás e Sul de Minas.

1.2. A restauração

Essa situação perduraria por cerca de dezito anos. Talvez pelo medo de que os espanhóis invadissem território brasileiro e internando-se pela Capitania de São Paulo, pudessem atacar o Rio de Janeiro e a área das Minas, o Marques de Pombal resolveria restabelecer, em 1764, um governo semelhante, em forma e jurisdição, ao dissolvido em 1748.

Em decreto de 5 de janeiro de 1763 estabeleceria: *"(...) Sou Servido restabelecer a mesma Capitania o seu antigo estado e, nomear para Governador e Capitão General da mesma Governo a Dom Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, que servirá por tempo de tres annos e mais que decorrer em quanto lhe não nomear successor.(...)"*(05).

Em julho desse mesmo ano ele desembarcaria no Brasil.

Num ofício datado de 20 de julho de 1768, endereçado a Sebastião José de Carvalho e Melo, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, D. Luís Antônio, o morgado de Matrus, dava conta da situação em que encontrara a Capitania de São Paulo quando de sua chegada em 1763. Contava que ela estava *"tão deficiente que as delinquentes andavam em liberdade"* e queixa-se também *"que o nome do rei D. José I era desconhecido entre certos povos, como por exemplo nos 'retiros' de Jaguari, de Camanducaia, nos bairros de 'Assariguama', junto ao rio Paraíba, nos matos de Paranapanema, Piani e Ribeira e nos Campos Gerais e Furnas (...)"*(06). Em agosto do mesmo ano, expunha a situação decadente do porto de Santos e de toda a Capitania em virtude da falta de comércio (07).

Os primeiros atos, logo depois da chegada a Santos em 1765, já prenunciavam o impulso que o morgado de Mateus imprimiria à Capitania de São Paulo durante os dez anos de governo. Logo nos primeiros meses, tomava a resolução de incentivar o plantio e instalação de fábrica de algodão (08) e, nessa mesma época, anunciava a chegada de Domingos Ferreira Pereira, um interessado em instalar fábrica de candeal ferro. Em dezembro de 1765, mandaria para o Reino amostra do ferro extraído na mina junto à vila de Sorocaba e, três anos depois, informava ao governo português que havia carga para os navios que por ventura atracassem no porto de Santos, principalmente algodão (09).

Tendo permanecido em Santos durante alguns meses, só a 6 de abril de 1766 o morgado de Mateus, transferindo-se para São Paulo, ali proferia seu discurso de posse. Nesse momento apresentava uma série de medidas para o restabelecimento do esplendor da Capitania (10):

- *acrescentar mais povoações*
- *estender aos confins dos seus domínios*
- *fertilizar os campos com a agricultura*
- *estabelecer nas terras diferentes fábricas*
- *idear novos caminhos*
- *penetrar incognitos sertões*
- *descobrir o ouro das suas minas*
- *fortificar as suas Praças*
- *armar o seu Exército*
- *fazer observar as Leys e respeitar as Justiças*"(11).

Quando estabelecido em Santos, o morgado deu andamento às providências com relação à maioria dessas medidas. Entre setembro e dezembro de 1765 solicitaria autorização à Coroa para estimular a descoberta de ouro nas fronteiras com os espanhóis, no intuito de transformar os descobridores em defensores do território (12). É bem provável que tenha sido atendido de imediato. Daria conhecimento ao governo Português da construção da "fortificação da vila de Paranaguá e da fundação de povoação catorze léguas abaixo por ser lugar de abundância de peixe e existência de minas de ouro" (13).

necessidade que há de conhecer bem os caminhos das sertões e as passagens e cursos dos rios”(14).

Certamente a “*Carta Chorografica da Capitania de São Paulo, em que se mostra a verdadeira situação dos Lugares por onde se fizeram as sete principais divisões do seu Governo com a de Minas Geraes*” (1801) foi, nessa ocasião, desenhada a mando do morgado.

A elaboração das cartas da Província de São Paulo trouxe, com certeza, subsídios para que o morgado de Mateus pudesse definir suas estratégias.

“O projeto para a capitania paulista centralizou o Planalto de Piratininga em um preciso circuito produtivo regional e de distribuição mercantil no âmbito da Repartição Sul do Estado do Brasil. O épico rio Tietê – a espinha dorsal dessa estratégia, relacionado com o meridiano formado pela Rota do Viandô e Caminho das Minas dos Gozaves – realizaria uma apropriação humana, nunca antes vista, de uma grande parte do território sul-americano, desde a bacia do Prata ao espaço setentrional do Brasil”(15).

Em 23 de dezembro, em carta ao Marquês de Pombal, o morgado denunciava que:

“As Villas e Povoações Civis, que tem esta Capitania quase todas as fundarão os primeiros Povoadores: aquellas de que pude alcançar a sua fundação quase todas forão feitas no tempo dos Donatarios, e antes do descobrimento das Minas, a última que se fundou foi Piratininganga, a qual foi feita Villa por ordem de S. Magestade de dez de julho de mil setecentos e cinco; (...) desde esse tempo para cá não houve mais fundação alguma; porem algumas Villas são Povoações muito pequenas; os mesmos moradores que nellas se conservão são os que tem cáto mais parte porque os tem longe só acodem à Villa pelas festas do anno (...)”(16).

Dois dias depois, escrevia novamente ao Marquês de Pombal

"Desejando dar providência sobre a falta que há de Povoações civis nesta Capitania, sendo disposto mandar formar seis em diferentes partes que me pareceram as mais próprias, e as mais úteis pela sua situação, comodidade e fertilidade do Paiz (...)"(17).

Das seis, três delas foram fundadas dentro de território que hoje ainda é paulista:

"1ª Humã (Piracicaba) na barra que faz o Rio Piracicaba entrando no Rio Tietê, deslegoa mais adiante de Ararytaguaba (Porto Feliz) última povoação em que embarca para o Cuiabá (...)"

"2ª Outra no Watucatu (Botucatu) sobre o Rio Paranaponema"

"3ª Outra na paragem chamada a Fozina (Itapeva)"(18).

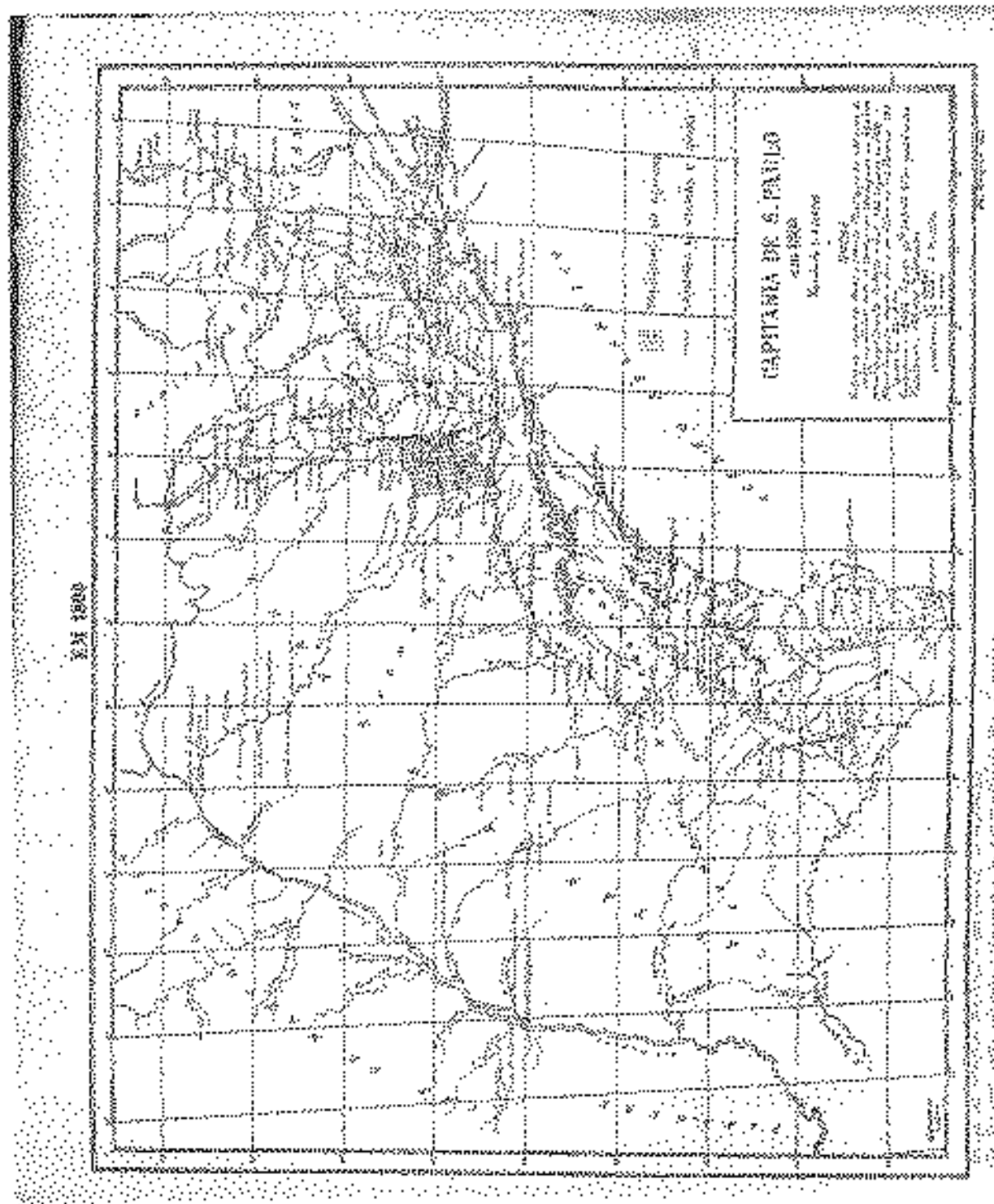
A fundação dessas vilas fez parte do programa maior do morgado de Mateus que visava à restauração da Capitania de São Paulo. A estrutura básica do programa assentava-se na

"geometria do açúcar paulista, constituída pelas vilas de Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiaí e organizada por uma rede de caminhos secundários articulada ao percurso bandeirista das Estradas do Piauí e Goiás"(19) (il. 02),

como afirma Antonio da Costa Santos em "Compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campiñas do Mato Grosso de Jundiaí".

Segundo Costa Santos, o desenho estratégico de localização das povoações fundadas pelo morgado, dentre as quais Campiñas, fazia parte desse programa de restauração instituído por ele,

"além da defesa militar uma forte gestão colonialista de controle fiscal e combate ao contrabando – através de práticas administrativas e militares sobre os acessos terrestres e



It. 02. Mapa da Província de S. Paulo em 1800 – polígono do açúcar.

travessias fluviais — como também de comanda na alfândega dos portos de cabotagem e definição de medidas protecionistas ao comércio do gado maior” (20).

Não conseguimos as plantas dessas vilas mandadas erigir pelo morgado de Mateus em São Paulo. Tentamos sanar essa dificuldade utilizando documentos citados por Roberto Nelson e Antônio da Costa Santos.

1.3. O apropriado e o acruente.

O primeiro trata de uma correspondência entre o morgado e o juiz de fora de Santos, onde o governador de São Paulo expõe a sua *“predileção pelo desenvolvimento urbano regulamentado”*:

“Uma das coisas de que os países mais adiantados costumam cuidar unânime é da simetria e harmonia das edificações que estão surgindo em cidades grandes e pequenas, de modo que, da sua aparência (disposição), resulte não só o conforto público, mas também o prazer, com os quais as aglomerações se tornam mais atraentes e apropriadas, sabendo-se da boa ordem com que essas edificações são dispostas, da disciplina (polícia) e cultura de seus habitantes” (21).

O outro é uma certidão expedida por cartório, referente ao lançamento de um papel firmado pelo morgado de Mateus e dirigida a Francisco Barreto Leme, o fundador de Campinas:

“Porquanto tenho encarregado a Francisco Barreto Leme formar uma povoação na paragem chamada de Campinas do Mato Grosso, Distrito de Jundiahy, em sitio onde se axa melhor comodidade e he preciso dar norma certa para a formatura da referida Povoação; ordeno que esta seja formada em quadras de secenta ou oitenta varas cada huma e daky para cima, e que as ruas sejam de secenta palmos de largura, mandando formar as primeiras casas nos angulos das quadras, de modo que fiquem os quintaes para dentro e estestar mais com outros. São Paulo vinte e sete de mayo de mil sete centos setenta e quatro. D. Luiz Antônio de Sousa, Senhor Francisco Barreto Leme” (22).

No primeiro documento, o Morgaúto parecia justificar a criação de projetos sob princípios de malha regular, simetria e uniformização das fachadas referindo-se ao seu uso nos países adiantados da Europa. Em várias partes do Brasil desenvolviam-se projetos fundamentados nesses conceitos e também em Portugal, a ponto de se pensar que as experiências urbanísticas no Brasil tenham servido de experiência para os projetos de reconstrução da “Baixa” de Lisboa depois do terremoto de 1755 (23).

O governador de São Paulo relacionava esses princípios espaciais e arquitetônicos que regiam as novas vilas com a disciplina e a cultura dos homens que as habitavam, ou habitariam. Nesse sentido, tanto José Augusto França em *Lisboa pombalina e o Iluminismo* (24) quanto Roberta Nelson concordam quando afirmam que “o esquema era perfeitamente concorde com a política do marquês, servindo de representação gráfica da sua atitude ordenada em relação ao governo” (25).

Parece claro que as preocupações com as edificações e com a cidade ocorrem ao mesmo tempo. Se a “disciplina”, o “apropriado”, o “conforto público”, evocam a legislação, a “educação”, o “atraente”, o “prazer”, evocam a forma.

Assim, a harmonia das edificações deveria estar em sintonia com o projeto urbano. A arquitetura e o urbanismo, juntos, caracterizavam a cidade programada para o conforto público e o prazer. Nestas cidades projetadas do século XVIII estava o germe que caracterizaria as cidades paulistas do século XIX e primeiras décadas do século XX, ou seja, a fachada como lugar comum entre arquitetura e urbanismo, entre as limitações das exigências do público e as liberdades do privado.

No segundo documento parecem estar bem explicitados, em Campinas, os princípios que regeram, por exemplo, o projeto baiano de Vila Viçosa (il. 1). Há uma medida mínima para se traçar as quadras, disposição dos quinzais no seu interior, com distribuição dos lotes em razão fundo e regularidade na largura das ruas. Como novidade aparece a disposição de se construir primeiro as casas dos cantos das quadras. Isso dá um caráter de “preenchimento” para o restante da quadra, fenômeno que vamos constatar, mesmo que sem obrigatoriedade de lei, em muitas cidades do interior paulista durante o século XIX e início do XX.

As residências térreas de Itatiba (il. 93) e os sobrados de São Luís do Paraitinga (il. 94) são exemplos do século XIX desses conjuntos arquitetônicos.

Quando, entretanto, em 1765, o Morgado de Mateus assumiu o governo de São Paulo, as normas para a construção de pelo menos duas cidades em seu território já eram conhecidas dos paulistas: Vila Boa e Vila Bela. (Cabe lembrar que até 1748 os territórios de Goiás e Mato Grosso pertenciam à Capitania de São Paulo).

Além de mostrar uma série de cidades projetadas pelos portugueses em diversas regiões do Brasil do século XVIII, Roberta Nelson dá excelente idéia de como, após a descoberta de ouro de Goiás, a coroa portuguesa, que se via às voltas com o contrabando, tomava providências para reter a população nas regiões auríferas através do estabelecimento de povoações planejadas. Em 1736,

"movido por essas convicções, Sarzedas, governador da Capitania de São Paulo (26), partiu para as minas do rio Vermelho (afluente do Araguaia), munido de cópias da legislação de planejamento urbano que o orientariam na criação eficiente de uma nova vila" (...). "As ordens (...) requeriam a criação de uma comunidade segundo o modelo retilíneo prescrito. Elas diferiam das ordens para a fundação de Icó, do mesmo ano, apenas no destaque à uniformidade das fachadas das edificações (...)" (27).

Tendo falecido a caminho, Sarzedas não pôde concluir sua tarefa. Foi em 1739 que Dom Luís Mascarenhas, seu substituto, estabeleceu a nova capital que viria ser conhecida como Vila Boa de Goiás. Parece que Mascarenhas seguiu as ordens referentes à construção dos prédios públicos necessários mas foi negligente no cumprimento da malha reticulada do traçado urbano (28).

Ainda segundo Roberta Nelson, uma versão muito semelhante do código de posturas de Vila Boa foi, em 1746, remetida ao governador D. Luís de Mascarenhas, para que este pudesse projetar uma nova vila no território hoje ocupado pelo Estado de Mato Grosso:

"Aqui também a ênfase recai na ordem e na simetria: as ruas deveriam ser desenhadas com uma largura uniforme e em linhas retas; as casas tinham de ser construídas com uma fachada uniforme, e todos os esforços deveriam ser enviados para preservar a formosura da terra" (29).

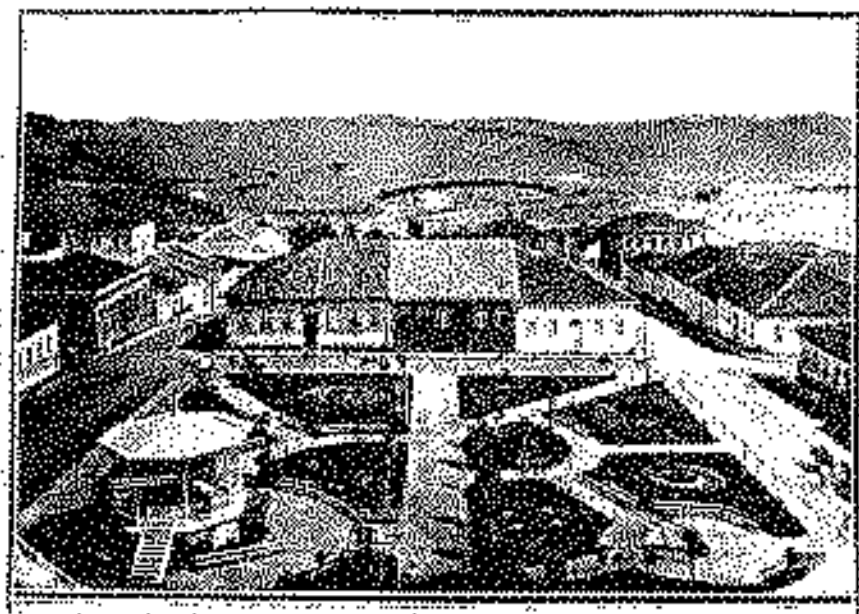
O desenho a seguir (il. 05), embora datado de 1773, apresentado e identificado por Nester Goulart (30) e também por Roberto Delsen (31) como sendo Vila Bela, mostra com clareza o cumprimento das regras preconizadas pelo código de 1746 e enfatiza o caráter modular das casas.

Embora não tenhamos em mãos os desenhos das cidades paulistas planejadas pelo morgado de Matheus no século XVIII, conhecemos algumas do século XIX onde o germe do traçado reticulado das experiências portuguesas está presente.

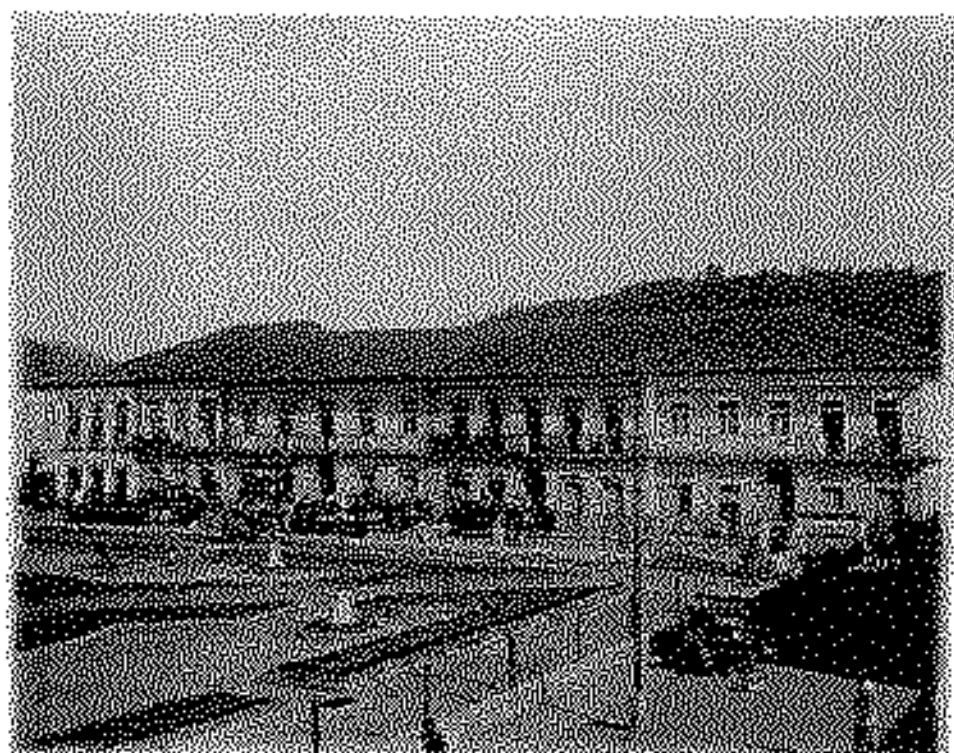
O plano de Carapinas (il. 06), elaborado em 1878, é exemplar e faz juízo, plenamente, ao texto da certidão anteriormente transcrita. O desenho de Armand Julien Pallière (il. 07), apresentando o traçado da vila de Taubaté em 1821, o de Luís Pucci, de 1878 (il. 08), oficializando o traçado já existente da cidade de Amparo e o de Capivari (il. 09 e il. 10), de 1825, são também significativos.

Em todos esses desenhos constata-se os princípios de geometrização, simetria e ordenação presentes nos traçados portugueses para vilas e cidades coloniais brasileiras.

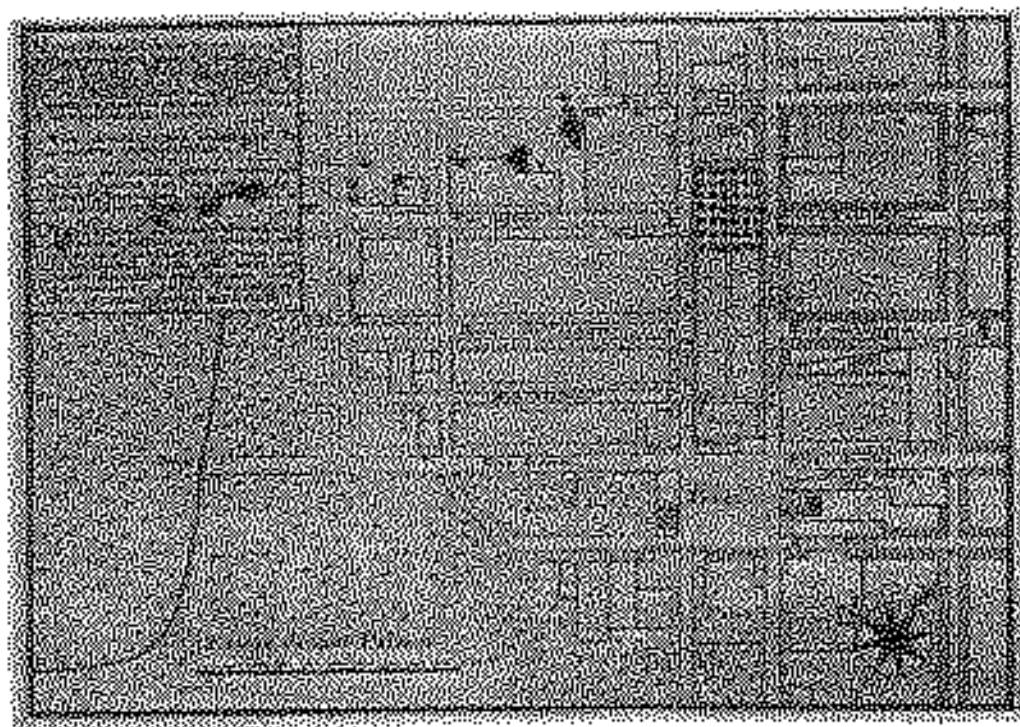
É nosso propósito tentar identificar os elos de descendência que ligam os projetos urbanísticos portugueses do século XVIII e a arquitetura que lhe é pertinente, às cidades do interior do Estado de São Paulo do século seguinte. Para isso propomos duas vertentes de estudo: a descendência da legislação e a descentência das formas. Ambas, ao nosso entender, intimamente ligadas a Portugal e já explicitadas na cidade do conforto público e do prazer, na cidade apropriada e acaente, na cidade da disciplina e da cultura, idealizada nos tempos do morgado.



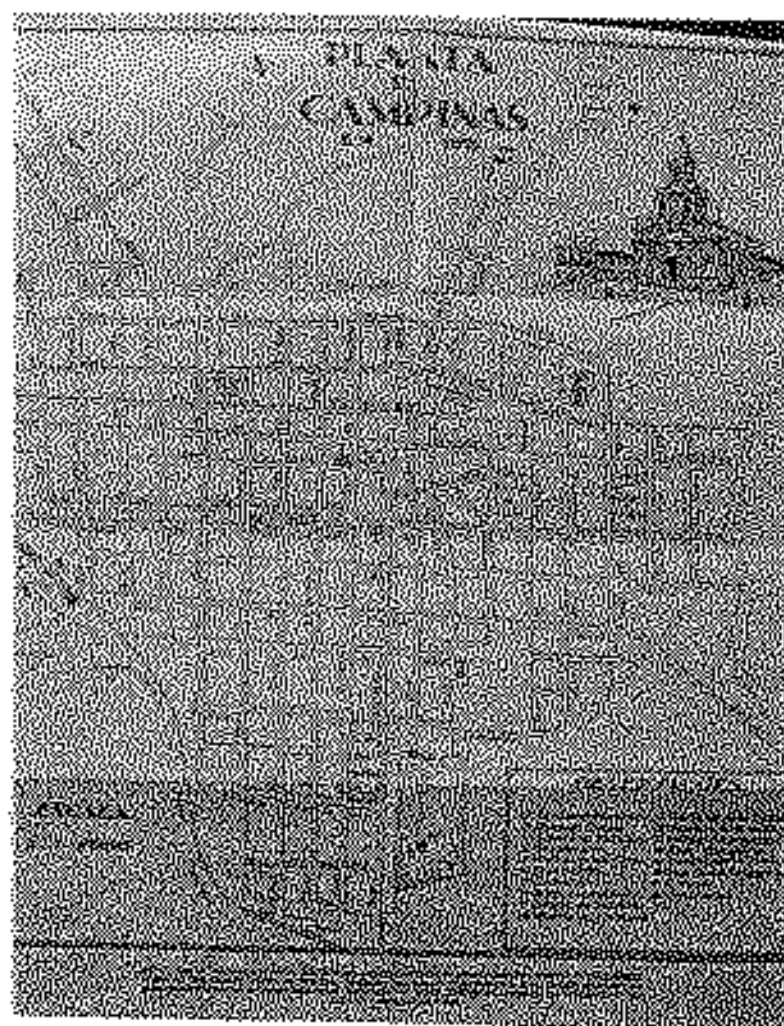
II. 03. Itatiba



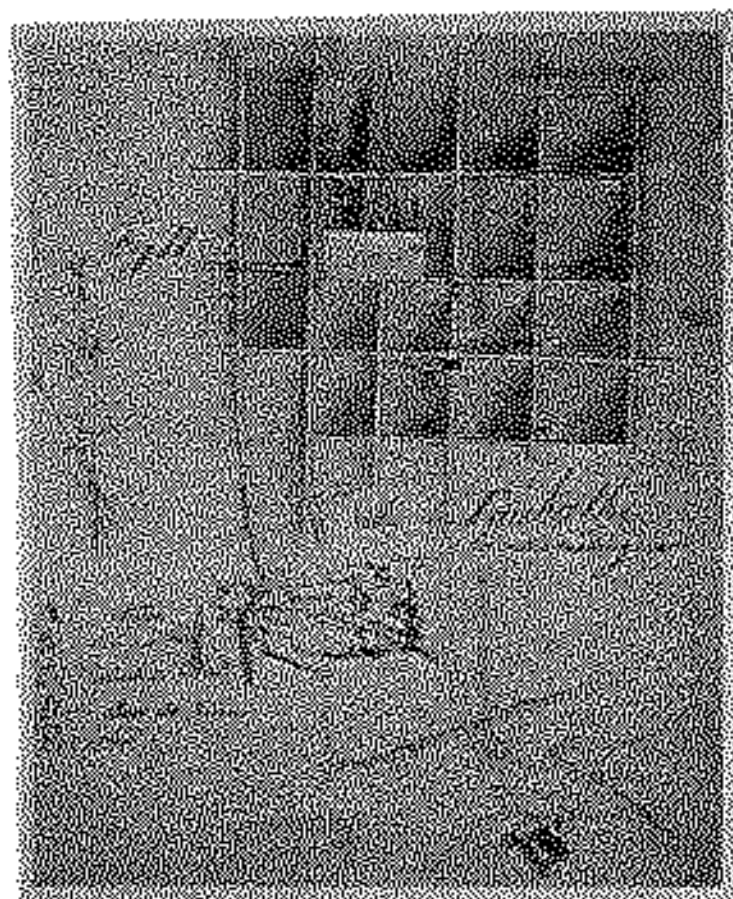
II. 04. São Luís do Paraitinga



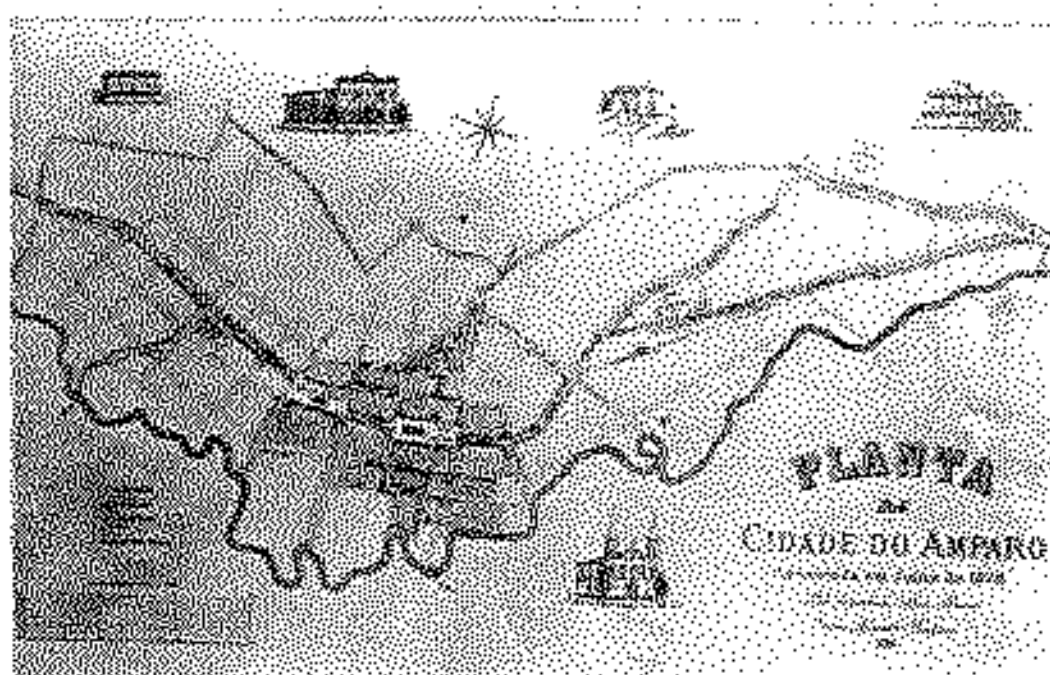
H. 05. Planta de Vila Bela, 1773



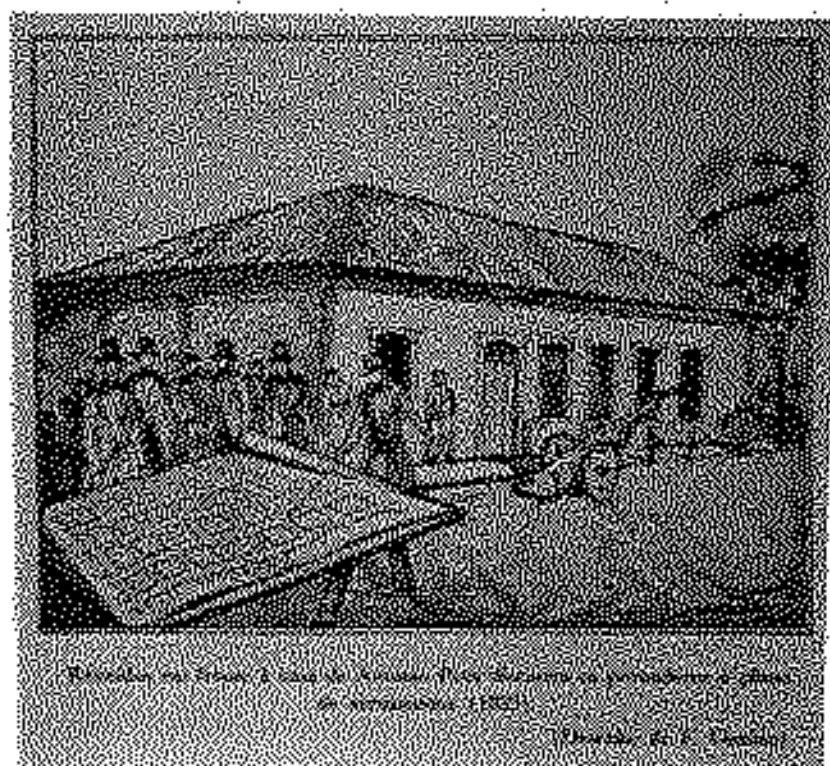
II. 06. Planta de Campinas elaborada em 1878



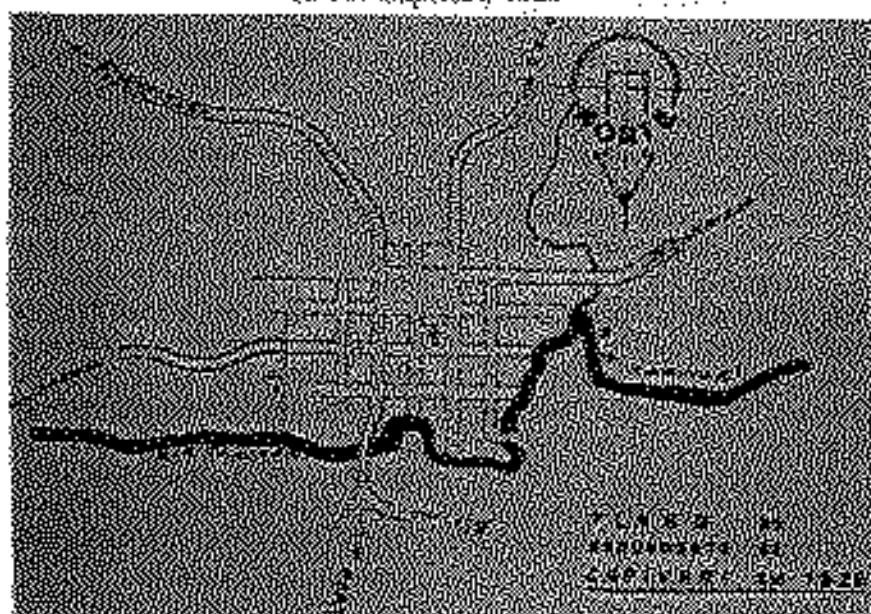
II, 07. Planta da Vila de Taubaté em 1821. Desenho de Arnaud Julien Pallière.



II, 08. Planta de Amparo desenhada por Luís Pucci em 1878



Il. 09. Capivari, 1925



Il. 10. Planta de Capivari - 1925

NOTAS

01. Sylós, Honório de. São Paulo e seus caminhos. São Paulo: Editora McGraw-Hill, 1976, fls. 4 e 5.
02. Sylós, Honório de. Op. Cit.
03. Belletto, Heloisa Liberalli. Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Matheus em São Paulo. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979, fls. 31.
04. Belletto, Heloisa Liberalli, Op. Cit. fls. 33.
05. Belletto, Heloisa Liberalli. Op. Cit. fls. 50, nota 82: "São Paulo", doc. Nº 2215 e Código Conselho Ultramarino 3, Livro 4 de Decretos. A carta patente e a Carta Régia, publicadas em DI 19, p. 437-40, repetem os mesmos termos. Ainda no AHU outros documentos referem-se a seu soldo de 10.000 crz. Por ano e outros papéis de praxe da nomeação. A 17 de janeiro, na carta já referida, Mendonça Furtado comunicava esta nomeação ao Conde da Cunha. Ordenava-lhe que instruisse o novo mandatário nas "matérias daquele governo" e que tomasse "Assento dos limites por onde deveria partir a dita Capitania com as de Minas e Goiaz". Da mesma forma, as "Instruções", de 26 de janeiro, que trazia o governador nomeado, eram dirigidas ao Vice-Rei (DI 47, p. 144).
06. Ofício nº 26 do governador e capitão-general da Capitania de São Paulo. D. Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão, Morgado de Matheus, para o ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, datado de 20 de junho de 1768, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo Especial VI, nº 2.413, 1957.
07. Ofício de 20 de agosto de 1765 -- nº 2.242.
08. Ofício de 19 de agosto de 1765.
09. Ofício de 3 de fevereiro de 1768.
10. Belletto, Heloisa Liberalli. Op. Cit. fls. 98.
11. Belletto, Heloisa Liberalli. Op. Cit. fls. 99.
12. Ofício de 5 de novembro de 1765.
13. Ofício de 20 de novembro de 1765.
14. Ofício de 30 de março de 1766.

15. Santos, Antonio da Costa. *Compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmária da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas de Mato Grosso de Jundiá, 1732-1992*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, São Paulo, 1998, exemplar datilografado, fls. 60.
16. Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. São Paulo: Typographia Aurora, 1896, Vol. XXIII, fls. 4.
17. Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. São Paulo: Typographia Aurora, 1896, Vol. XXIII, fls. 40.
18. Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. São Paulo: Typographia Aurora, 1896, Vol. XXIII, fls. 40.
19. Santos, Antonio da Costa. *Op. Cit.* fls. 66.
20. Santos, Antonio da Costa. *Op. Cit.* fls. 60.
21. "Portaria que levou o Dr. Juiz de Fora quando foi para Santos", de São Paulo, 13 de setembro de 1766. BNRJ --RC, Lista 1. Fls. 67-68v. in Deisen, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-colônia*. Brasília: Ed. Alva-Ciordá, 1997.
22. "O mencionado documento está excluído da relação dos DI-AESP, visto que, segundo Benedito Otávio, *Op. Cit.*, e Theodoro de Sousa Campos, *Op. Cit.*, o mesmo pertencera a Ricardo Guanbleton Daum, que o teria registrado aos 30 de agosto de 1864 em cartório competente. A certidão abaixo transcrita, fora solicitada em 11 de outubro de 1864, por Francisco Alves de Almeida Salles, procurador geral da Câmara de Vereadores de Campinas. 'Joaquim Roberto Alves, Tabelião do Judicial e Notas desta cidade de Campinas, e seu termo, na forma da Ley et coetera. -- Certifico a pedido de Francisco de Almeida, digo, Francisco Alves de Almeida Salles, que revendo o livro de notas numero cincoenta e quatro e folhas setenta e seis verço se axa o lançamento de uma provisão firmada por D. Luiz Antonio de Sousa do teor seguinte: - Lançamento de um papel firmado por D. Luiz Antonio de Sousa ao senhor Francisco Barreto Leme -- Porquanto tenho encarregado a Francisco Barreto Leme formar uma povoação na paragem chamada de Campinas de Mato Greço, Distrito de Jundiáhy, em sitio onde se axa melhor comodidade e hé preciso dar norma certa para a formação da referida Povoação; ordeno que esta seja formada em quadras de secenta ou oitenta vara cada uma e dahy para cima, e que as ruas sejam de secenta palmos de largura, mandando

formar as primeiras Casas nos ângulos das quadras, de modo que fiquem os quintaes para dentro e antestarem uns com outros. São Paulo virar e sete de Mayo de mil sete centos setenta e quatro. D. Luiz Antonio de Sousa. Senhor Francisco Barreto Lima". In Santos, Antonio da Costa. Op. Cit. fls. 62.

23. Nelson, Roberta Marx. Op. Cit. fls. 64.

24. França, José Augusto. Lisboa Pombalina e o iluminismo. Lisboa: Bertrand Editora, 1987, fls. 391: "A legislação pombalina liga o facto urbanístico ao facto político, numa visão global, cultural e ecológica, social e económica. A cidade é entendida como um todo, num processo de prática colectiva para que contribuam passado e futuro, tradição e modernidade, num único discurso ideológico - em que contam novos critérios de interesse público tanto como novos sentidos de especialidade".

25. Nelson, Roberta Marx. Op. Cit. fls. 64.

26. Conde de Sarzedas, Antonio Luis de Távora, capitão general de São Paulo entre 1732 e 1739.

27. Nelson, Roberta Marx. Op. Cit. fls. 31.

28. Nelson, Roberta Marx. Op. Cit. fls. 31.

29. Nelson, Roberta Marx. Op. Cit. fls. 33.

30. Reis Filho, Nestor Goulart. Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial. fls. 259 e 393.

31. Nelson, Roberta Marx. Op. Cit. fls. 35.

CAPÍTULO II

II. A LEGISLAÇÃO

"O Porto é uma cidade integralmente diversa de Lisboa em usos, aspectos, costumes, mas imensamente parecida com o Rio antigo. Basta lá passar uma semana para se ter certeza de que foi a gente do norte de Portugal que formou as nossas cidades e que ainda hoje fornece ao nosso movimento maior contingente. As ruas são, na maioria, de subida? Que tem isso? Há momentos que parecem ruas de Rio, quer no centro comercial, quer nas ruas de moradia. Descobri ruas evidentemente mães da antiga rua da Carioca, da rua Corrêa Dutra e, em arrebaladas, na estação da Boa Vista, por exemplo, não sabia bem se estava no Porto se no boulevard de Villa Isabel ou na estação final da rua Voluntários da Pátria. Numa tarde de sol ou numa noite de chuva, a impressão é a mesma, porque o aspecto dos edifícios, a maneira das montanhas, o ar das casas comerciais, o tom dos cafés são aguçados por uma multidão também excessivamente parecida."

João do Rio

"Portugal de agora" (1911)

II.1. A origem das posturas municipais

A legislação portuguesa dos séculos XV, XVI e XVII (61) já preconizava as posturas municipais como forma de organização das cidades. Nela pudemos constatar alguns postulados básicos que estiveram presentes mais tarde, através de desdobramentos, quer no século XVIII, quer no XIX, não só em Portugal, mas também em muitas das posturas das

cidades brasileiras. Acreditamos, portanto, que um estudo mais exaustivo dessa legislação possa confirmar a sua descendência.

Francisco de Paula Dias de Andrade, em seu trabalho *Subsídios para o estudo da influência da legislação na ordenação e na arquitetura das cidades brasileiras*, de 1966, já apontava nessa direção: *"Algumas modificações, consideradas necessárias ao ajustamento das peculiaridades da região brasileira, só mais tarde foram introduzidas. As instituições jurídicas que presidiram à formação brasileira são, por conseguinte, inteiramente reinóis (grifo meu); nem sempre entretanto, se ajustavam devidamente às condições de vida da colônia, não apenas por se referirem a fatos eminentemente locais, como também por acordarem a conveniências sociais e econômicas de uma época precisa e limitada"*(02).

Esse autor, talvez por não ter encontrado códigos de posturas para as cidades coloniais brasileiras, debruçou-se sobre as obras dos juristas portugueses dos séculos XVI e XVIII, para compreender o período, afirmando que *"nelas estão dispersos muitos elementos que dizem respeito, direta ou indiretamente, ao processo de urbanização não só de Portugal, mas também do Brasil, além de esclarecerem aspectos da arquitetura em geral"*(03).

Só mais tarde, tendo acesso aos códigos de posturas de cidades brasileiras do período imperial, Dias de Andrade passaria a utilizá-los.

II.2. Posturas do século XVIII.

O acesso ao código de posturas de Vila Rica, cidade projetada na Bahia pelos portugueses em 1763, publicado em 1914 pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, possibilitou-lhes um caminho diferente daquele trilhado por Dias de Andrade na tentativa de comprovar a ascendência portuguesa da legislação das cidades brasileiras. Além disso, uma planta da mesma Vila Rica, publicada por Roberto Nelson e posteriormente por Nestor Goulart, nos possibilitou uma visão "especial" da vila, coisa que aquele autor, infelizmente, não teve.

Esse código é acompanhado de uma carta do Ouvidor José Xavier Machado Monteiro dirigida ao Rei, onde dava informações sobre a comarca de Porto Seguro e especialmente a criação da Vila Rica:

"Ano do nascimento de N. S. Jesus Xpô de 1768 annos (...) nesta Villa chamada de Villa Viçosa, em casas (...) ahí pelos ditos Juizes ordinarios lhes foi a todos proposto, que por quanto se achava esta povoação erecta e creada villa pelo desembargador Ouvidor actual desta Comarca se fazia preciso para o seu bom regimen o preñil-a e provei-a de leis municipales, chamadas vulgarmente posturas (grifo meu), pelas quaes não só, todos os seus habitantes viessem ao conhecimento de como nella havião de viver amparados protegidos com as dos reis dos céos e da terra. mas tão bem por ellas saberem os Juizes e officiaes da camara a economia com que devião governar este povo para nelle serem bem praticadas as virtudes da caridade e da justiça com o castigo condigno o aquelles que a quizerem perverter (...)" (04).

Este documento vem, de certa forma, confirmar a intenção dos portugueses em implantar uma normatização, à sua maneira, para as cidades criadas em território brasileiro. Tentaremos, daqui em diante, compreender que os artigos dessas posturas, com origem nas ordenações, tem desdobramentos nas posturas das cidades paulistas do século XIX.

Percebe-se esse processo de continuidade mesmo em posturas referentes a regulamentos para aferição de pesos e medidas, por exemplo (05), ou responsabilidade da limpeza dos caminhos públicos. Sem querer ampliar esta digressão, levemos em consideração este quadro cronológico de relações sobre esta última, como são semelhantes. Veremos mais tarde que esse tipo de semelhança se estende às posturas sobre o arruamento e construção das casas.

1.3. As primeiras semelhanças.

Procuramos colocar lado a lado: as Ordenações Filipinas, as posturas de Vila Viçosa (Ba), as de Vassouras (RJ) e as das cidades paulistas de Serra Negra, Arêas, Bunsal, Piracicaba, Botucatu, Itapetininga, Capivari, Amparo, Jundiaí e Batatais.

Ordenações Filipinas (século XVII): *"Outrosi mandarão pregoar em cada mez, que cada hum alimpe as tostadas de suas vinhas e herdades, que vierem ter aos caminhos publicos, sob certa pena. E das que os não alimparem, se os Rendeiros os não arrecadarem, façam os arrecadar e lançar em livro sobre o Procurador do Concelho"* (06).

Posturas de Vila Viçosa (1769): "22. Nas estradas ou caminhos se não fação covas ou atrevessem pães, (...) nem nessas mesmas se lancem animaes mortos, que causam fétido, com pena de 3\$000 e 30 dias de cadeia.

23. Nas mesmas estradas serão obrigados os donos das propriedades confinantes a terem sempre decepadas dos ramos das arvores que causarem embaraço ou incommodo aos viandantes, com pena de 1000 rs" (07).

Posturas de Vassouras (1837): "64. Collocar nas estradas municipaes porteira de varas ou de bater, que não seja leve e facil de abrir-se. Pena de 10\$000 de multa.

65. Fincar estacas no leito das estradas por occasião de pouso de tropas. Pena aos tropeiros que o fizerem e rancheiros que consentirem de 6\$000 de multa. Na mesma pena incorrem aquelles que no leito das estradas fizerem pouso com gente, carras, bagagens ou animaes, de modo a embaraçar o transitio.

66. Estreitar, atulhar, tapar, usurpar, mudar a seu arbitrio estradas, fazer no leito dellas ou junto escavações que não sejam para melhora-las. Pena de oito dias de prisão e 30\$000 de multa.

67. Caçar no leito das estradas ou tão próximo que offereça perigo ao viandante. Pena de 10\$000 de multa.

68. Os lavradores são obrigados a serem em boa conservação as suas testaias nas estradas municipaes, fazendo as estivas e esgotas necessarios, concertando as porteiras que lhes pertencerem, aparando e acomodando suas carcas de espinho de modo a não embaraçarem o transitio. Para o contraventor de 30\$000 de multa, fazendo-se à sua custa os reparos necessarios.

69. Por estradas municipaes se entendem aquellas que dão transitio publico que se dirige para qualquer das povoações do municipio confinantes, ou para qualquer das estradas geraes ou provinciaes que o mesmo atravessão. Tambem são declaradas estradas municipaes os caminhos particulares que, dirigindo-se aos referidos logares, derem transitio a dez ou mais pessoas, pertencentes a outros tantos fogos, por espaço de cinco annos, com sciencia e paciencia do respectivo proprietario, seu tutor ou administrador. A comarca a requerimento do parte, ou ex-officio, depois de vistoria, audiencia dos

interessados, e mais exames que julgar convenientes para seu esclarecimento, resolverá administrativamente a questão, reconhecendo e declarando estrada municipal o caminho particular que estiver nas circunstâncias deste artigo.

70. As estradas municipais terão nunca menos de 26 palmos de largura, e em todo o caso ninguém poderá fazer valtas, sapunes ou plantar cercas sem deixar livre a referida largura. *Penas as do artigo antecedente*" (08).

Posturas de Serra Negra (SP) (1863): "Art. 24. A Terça parte de cada rua, na frente dos prédios e terrenos murados ou não, será carpida e concertada pelos proprietários dos ditos terrenos ou prédios, ficando a cargo da câmara para aquelles fins a Terça parte central".

Posturas de Araras (SP) (1864): "Art. 38. Os donos de casas nesta cidade e outras povoações serão obrigados a ter suas testadas limpas e concertadas, enterradas as escavações provenientes das águas e reparados outros quaesquer desmanchos".

Posturas de Bananal (SP) (1865): "Art. 95. Os proprietários conservarão as frentes de suas casas e muros limpas até o centro da rua, arrancando o capim e mato (...)".

Posturas de Piracicaba (SP) (1865): "Art. 19. Todo o proprietario, inquilino ou administrador de casas ou terrenos desta cidade será obrigado a conservar limpas as suas frentes até o meio da rua, sendo dez palmos carpidos e vinte roçados nos limites prescriptos pela câmara (...)".

Posturas de Botucatu (SP) (1865): "Art. 14. Toda o proprietario é obrigado a mandar carpir, quando seja necessario, as suas testadas, na distancia de dez palmos, sob pena de multa de 2\$000 por cada frente que ficar por carpir".

Posturas de Itapetininga (SP) (1865): "Art. 10. Todos os proprietarios desta cidade e freguezia são obrigados a fazer limpar as testadas de suas propriedades até o centro da rua (...)".

Posturas de Capivari (SP) (1865): *"Art.12. Todo o proprietario ou inquilino da cidade será obrigado á conservar concertadas, capinadas e varridas as frentes de seus prédios até o centro da rua.(...)"*.

Posturas de Amparo (SP) (1865): *"Art. 12. O proprietario ou inquilino que não capinar ou limpar as testadas de suas casas nos mezes de Março, Julho e Novembro, precedendo aviso do fiscal, será multado em 6\$000 pela primeira vez e 8\$000 nas reincidencias (...)"*.

Posturas de Jundiaí (SP) (1865): *"Art. 22. As testadas das casas e muros serão capinadas na largura de dez palmos nos mezes de Abril e Dezembro: sob pena de dez mil réis de multa, e o serviço a custa do infractor que será o proprietario da casa ou quintal"*.

Posturas de Batavia (SP) (1865): *"Art. 9. Os proprietarios e inquilinos, que occuparem as casas das paróquias do municipio serão obrigados de seis em seis mezes, ou quando para isso forem avisados pelos fiscaes, a limparem e cargirem suas testadas, e conservarem as ruas de suas testadas, na distancia de trinta palmos (...)"*.

Podem ser formados por esses municípios pelo menos dois grupos segundo as determinações para limpeza das testadas das casas. Primeiro aqueles cujos artigos instituem o centro da rua como limite para a capinação: Bananal, Piracicaba, Itapetininga e Capivari. Depois, aqueles cujos artigos estabelecem largura de limpeza igual a dez palmos: Botucatu e Jundiaí.

A semelhança entre os artigos dos códigos de posturas das cidades do interior paulista nos faz pensar em duas hipóteses. Uma delas, certamente a menos provável, é a de que as câmaras municipais tenham trocado correspondências ou mesmo visitas. Entretanto, é muito mais lógico pensarmos que tinham um ponto de referência comum: a Assembléia Provincial que os aprovava segundo um modelo pré-estabelecido. Qualquer uma das hipóteses poderá ser comprovada ou descartada no futuro, mas não são objeto de investigação do presente trabalho.

II.4. A legislação e as edificações.

Essas semelhanças analisadas anteriormente, muito claras quando tratamos de questões como pesos e medidas ou conservação de caminhos, tornam-se mais complexas quando se trata das edificações.

A princípio selecionamos artigos de códigos de posturas portuguesas que apelam para a licença da Câmara antes de se iniciar a construção de qualquer edificação. Selecionamos também alguns códigos de cidades de colônias portuguesas em África. Procuramos entre as posturas de cidades paulistas a sua correspondência.

Santarém (Portugal), 1863: “Art. 3 – Aquelle que, dentro das povoações deste conselho, se propozer a fazer alguma obra de edificação ou reparo, que altera a frente do prédio sobre rua pública, travessa, beco ou largo não a poderá começar sem previa licença da Câmara, sob pena de 35000 réis: aquelle que a tiver concluído exteriormente deve communica-la, sob pena de 25000 réis. A licença será gratuita” (99).

Leurenço Marques (Moçambique), 1904: “Art. 63 – Nenhuma construção ou reparação dos edificios particulares poderá fazer-se sem licença da Câmara e aprovação do respectivo projecto pela Direcção das Obras Públicas do districto.

Ar. 66 – Os projectos para edificações, reedificações e bem assim para qualquer obra que envolva a alteração da fachada dos prédios, devem ser submettidos, em duplicado, à aprovação da Câmara; e sem que sejam approvados não pode começar-se a obra, sob pena de 10\$000 de multa” (10).

Loanda (Angola), 1913: “Art. 170 – Dentro da cidade de Loanda e nos subúrbios a que chega a esfera da acção municipal ninguém poderá construir, ampliar, ou por qualquer forma alterar os seus prédios, senão na completa obediência com a presente postura, obtida previamente licença da Câmara, enviada a repartição técnica com voto consultivo da junta de saúde pública ou outra que a substitua” (11).

Lisboa (Portugal), 1869: “Art. 155 – Os riscos para edificações, reedificações, e bem assim para qualquer obra que envolva a alteração da fachada dos prédios, devem ser

submetidos, em duplicado, à aprovação da câmara; e, sem que sejam aprovados, não pode começar-se a obra; sob pena de 8\$000 réis de multa” (12).

Cascaes (Portugal), 1881: “Art. 64 – Ninguém poderá edificar, reedificar ou por qualquer modo alterar propriedade de construção urbana nas estradas municipais e nas ruas, calçadas, travessas, becos, largos ou praças do concelho sem licença da câmara, mediante a apresentação de prospecto em duplicado da obra, quando a câmara julgar conveniente, sob pena de 8\$000 réis de multa.

Parágrafo único – O proprietário, ou quem o representar, que fizer a obra contra o alinhamento e o prospecto aprovado pela câmara, fica sujeito, além da multa estabelecida no artigo antecedente, à demolição da obra feita, procedendo a competente vistoria por conta do contraventor, conforme as leis em vigor” (13).

Vila Rica (Ba), 1769: Art. 21 – Ninguém fará casas algianas no terrado do logradouro da villa sem licença da câmara, e ainda dentro do alinhamento das ruas, sem se lhe demolir achando-se fóra das medidas, ainda em pequena parte do arruamento, mas nas roças, cada qual as poderá fazer donde e como quizer.

Vassouras (RJ), 1857: Art. 34 – Edificar ou reedificar frente de casa, que deite para rua ou praça, sem observar o prospecto que a câmara adoptar e publicar. Pena da o artigo antecedente (20\$000 réis).

Embora todos eles refram-se à necessidade da aprovação das câmaras municipais, parecendo comprovar uma certa ascendência comum, o que se apresenta como novidade é, certamente, o fato de haver nesses artigos uma valorização das fachadas principais dos prédios em detrimento das outras partes das casas.

Nesse sentido, a mais antiga das posturas apresentadas acima data de 1769 e refere-se a Vila Rica na Bahia. Se o artigo 21 dessas posturas não é claro no que diz respeito à construção ou alteração na fachada, os adendos no final do documento e que ainda não foram expostos, são taxativos:

"Todas as ditas (casas), a serem terreas, como se ratifica no paiz, não hão de exceder, nem diminuir da altura de 14 palmos do pavimento da rua até o telhado e por dentro serão aterradas mais oito do mesmo pavimento hum até 2 palmos, para que as aguas pluviaes, que discorrerem pelas ruas, as não inundem. Os beirões ou se fação sobre madeira ou seja de algeroz de telha ou de tijolo, hão de sahír das paredes para fóra todas por igual na extensão de 3 palmos. O cume em todas as de telha correrá por igual, mas nas que por agora por falta della se cobrirem de palha, poderá ser mais alto para escoaate das aguas, igualando-se com as mais ao depois, quando se cobrirem de telha, e finalmente as portas e janelas da porte da rua serão de igual altura e largura humas das outras e as interiores e dos quintaes poderá cada qual fazer como quizer. (...)

Se os armarmentos se forem enchendo pela uniformidade, com que os deixa balizados e pela que acabo de insinuar, terá esta vila tão boa perspectiua como a de Bellomonte, que fiz erigir por outro semelhante modo ficará das mais lindas do Brazil (...)"

É evidente a preocupação com a uniformidade, tanto no que diz respeito à altura dos prédios como com a largura dos beirais das casas e também com as medidas das aberturas, concorrendo tudo para a consistência e semelhança das fachadas. Elas são revestidas da maior importância e a elas é dedicado um cuidado especial como se fossem rostos cheios de vida que olham para a rua. Vale lembrar que em 1769, quando esta legislação estava em vigor, o Brasil era colônia de Portugal e essa legislação era, portanto, portuguesa.

A segunda postura mais antiga das expostas acima é a de Vassouras (RJ), datada de 1857, cujo artigo 54 é enfático em relação à preocupação com a fachada. O mesmo acontece com o artigo 3 das posturas de Santarém (Portugal), datadas de 1863; com o artigo 155 das posturas de Lisboa, datadas de 1869; com o artigo 65 das posturas de Lourenço Marques (Moçambique) datadas de 1904.

Constata-se, portanto, um caráter de permanência. A preocupação com as fachadas das casas, que estava presente tanto na legislação colonial como na do Império brasileiro, também esteve presente na legislação de outra colônia portuguesa e se mantém, ainda, nas posturas das cidades da própria Metrópole. Além disso, constata-se também as restrições do público e a liberdade do privado, expressas nas imposições da legislação que prevê a uniformidade do exterior e a liberdade na elaboração das plantas das casas.

Se analisarmos alguns códigos de posturas de cidades de interior do Estado de São Paulo, referentes ao século XIX percebermos que os artigos vistos anteriormente se desdobram numa legislação mais complexa, mas que não deixa de lado a fixação pela uniformização, pela simetria e pela organização das fachadas.

Como exemplo apresentamos o código de posturas de Amparo, aprovado pela Assembleia Legislativa Provincial em 1865:

"Art. 5º - Nenhum prédio será edificado sem ter ao menos 18 palmos de altura, contados da soleira à cimalha; e se tiver segundo andar, deverá ter 16 palmos ao menos, as janellas e portas 12 de altura e 5 de largura pelo menos, marcados externamente pelo fiscal, um mestre carpinteiro e outro pedreiro: os edifícios terão uniformidade e simetria tanto as portas e janellas (grão meu) como nos intervallos e collocação dellas. O infractor fica sujeito ás penas da lei."

Municípios como São João da Boa Vista e Batatais apresentavam um padrão para a construção de casas na zona urbana, o que também enfatiza a ideia de uniformidade analisada nos artigos precedentes.

O artigo 7 do código de posturas de São João da Boa Vista aprovado em 1865 e o artigo 8 das posturas de Batatais traziam, respectivamente:

"Art. 7º - O padrão para as casas dentro da villa, freguezias e capellas curadas, será pelo menos de 18 palmos de altura; o alinhamento será feito pelo arruador em presença do fiscal na forma do art. 1º. Os contraventores serão multados em 6\$000, e a obra será posta em ordem á sua custa."

"Art. 8º - O padrão para construção de casas dentro da villa, freguezias e capellas, d'ora em diante será de dezuito palmos de altura. o alinhamento será feito pelo arruador do districto em presença do fiscal, na forma do artigo primeiro e segundo. Os contraventores serão multados em oito mil réis, e a obra será posta na ordem indicada á sua custa."

Outros municípios paulistas tiveram os artigos referentes às construções ou reconstruções de fachadas desdobrados em preconizações minuciosas. É o caso por exemplo das posturas de Itapetininga aprovadas em 1865:

“Art. 2 – Não se poderá cercar ou edificar prédios nas ruas desta cidade e freguezias, sem que o alinhamento e nivelamento das soleiras tenham sido dados, aquelle pelo arruador, este pelo fiscal, a vista de ordem por escripto do presidente da camara. O contraventor será multado em 10\$000 e obrigado a demolir o que tiver feito irregularmente; e quando não queira voluntariamente prestar-se á demolição dentro de oito dias depois que para isso fór intimado, pagará 30\$000 de multa além da despesa.

Art. 3 – As pessoas que pretenderem edificar prédios nesta cidade e freguezia, além de observarem o que fica disposto no artigo antecedente, deverão tambem conformar-se com a regularidade e dimensões seguintes, que d’ora em diante ficam servindo de padrão da camara:

Parágrafo 1º - As frentes das casas terreas terão vinte palmos de altura entre as faces superiores das soleiras e frexas.

Parágrafo 2º - As casas de sobrado terão 20 palmos de altura no primeiro pavimento da frente, e nas mais descerão sempre meio palmo.

Parágrafo 3º - As portas das frentes terão 13 palmos de altura e 5 a 6 de largura não comprehendendo as ombreiras. As de cocheiras terão 14 palmos de altura, e sempre serão mais largas que as outras pelo menos um palmo; estas portas deverão em todas as casas guardar symetria com as outras portas e janellas no edificio.

Parágrafo 4º - As janellas de peitoril nas casas terreas terão 8 palmos de altura, nas de sobrado 8 e meio, e umas e outras 5 a 6 palmos de largura não comprehendendo as ombreiras.

Parágrafo 5º - As janellas do terceiro pavimento do sobrado para cima descerão sempre meio palmo, em cada pavimento.

Parágrafo 6º - As faces superiores das soleiras das janellas de peitoril ficarão sempre quatro e meio palmos acima do socinho nas casas de sobrado, e 5 palmos acima do nivel das soleiras das portas nas casas terreas.

Parágrafo 7º - As portadas e vergas tanto das portas como das janelas terão pelo menos seis polegadas de largura, e os claros que ficarem entre as portas e janelas deverão ser proporcionados as larguras das frentes e sempre iguaes em cada edificio.

Parágrafo 8º - A beira dos telhados das casas de sobrado terão 4 palmos de largura e a dos edificios terreos terão 3 palmos.

Os contraventores serão multados em 8 a 10\$000; e os mestres que dirigirem as obras dos edificios em contrario a este padrão soffrerão a pena de 8 dias de prisão, ficando sempre o dono na obrigação de pôr o edificio conforme o mesmo padrão."

Apresentamos a seguir uma tabela que resume os padrões construtivos das fachadas constantes em alguns códigos de posturas de cidades do interior paulista.

POSTURA	PORTADA	ALT. DE PILASTRO DENTRO	ALT. DE CORNICHO	ALT. DE VANTAO	LARG. DE PORTAL	ALT. DE JANELA	LARG. DE JANELA	LARG. DE BARRANDA DE CIMA
BOGUS	24"	12						
S. J. B. V. S. S.	24"	12						
BOGUS	24"	12		12	6	4 1/2	4 1/2	
BOGUS	24"	12		12	6	6	6	
BOGUS	24"	12 1/2						
BOGUS	24"	12	12	12		4 1/2 x 6		3
BOGUS	24"	12		12	5 1/2	6	5 1/2	3
BOGUS	24"	12	12					
BOGUS	24"	12		12	6	6	6	
BOGUS	24"	12		12	5 1/2	6	4 1/2	
BOGUS	24"	12						
BOGUS	24"	12		12	6	6	6	
BOGUS	24"	12		12	6	6	6	
BOGUS	24"	12		12	6	6	6	

Mas talvez seja o código de posturas de Serra Negra, aprovado em 1863 pela Assembléa Provincial, o que melhor represente as idéias de simetria e regularidade porque as alia às questões da proporcionalidade.

"Art. 1 - As ruas e travessas novas que para o futuro se formarem nesta villa, conterão a largura de 60 palmos. Nenhum predio será construido ou reedificado sem a assistencia do fiscal e arreador para darem o alinhamento competente e fazarem guardar a symetria, elegancia e regularidade de que mencionam os paragraphos seguintes:

Parágrafo 1º -- As casas, sendo terreas, deverão ter pelo menos 18 palmos de altura, e as de sobrado 40; sendo as saídas levantadas do nivelamento da rua um palmo, e calçadas de pedra.

Parágrafo 2º -- As portas dos prédios que se edificarem ou reconstruïrem, terão de altura duas terças partes de seis pés direitos, e de largura cinco palmos. As janellas guardarão para com as portas em altura a mesma proporção que estas guardam para com os pés direitos (duas terças) sendo porém os espelhos inferiores de quatro palmos de altura, inclusive o peitoril, tendo de largura quatro palmos. Os infractores deste artigo e seus paragraphos serão multados em 10\$000 além da obrigação de demolir a obra, ou parte della, antes porém de estar coberta."

Além de exigir para a construção dos prédios o respeito à simetria, elegância e regularidade, este artigo apresenta, como novidade nos códigos de postura, a idéia da proporcionalidade. Os edifícios térreos poderiam ter alturas variáveis desde que respeitassem o mínimo de 18 palmos (3,96 metros). As portas por sua vez teriam suas alturas variáveis desde que guardassem proporção de 2/3 em relação à altura dos edifícios e assim também as janellas, desde que guardassem a mesma proporção em relação às portas. Mais que nos fazer compreender a decadência da nossa legislação, constatando a permanência através da análise dos artigos e de seus desdobramentos modernizadores, esse conjunto de documentos escolhidos, constituído pelos códigos de posturas portugueses e brasileiros, nos leva à concepção de uma legislação que vincula a arquitetura ao urbanismo. Todas as normas explícitas nas posturas, que regulamentam e valorizam a fachada, trazem, no seu bojo, o aspecto pré-estabelecido para a rua e, consequentemente, para a cidade. A fachada torna-se, portanto, um lugar de junção, legal, entre arquitetura e urbanismo, um lugar que é o limite da intervenção do poder público sobre a propriedade privada; onde o proprietário, para elaborar sua fachada, deve respeitar, primeiro, o projeto da cidade. A fachada é, portanto, o momento onde se dá o equilíbrio entre a autoridade pública e o interesse individual, o momento fronteiro entre o público e o privado. Como veremos mais tarde, é exatamente nesse domínio que podemos compreender a homogeneidade das cidades do interior paulista do século XIX e primeiras décadas do XX.

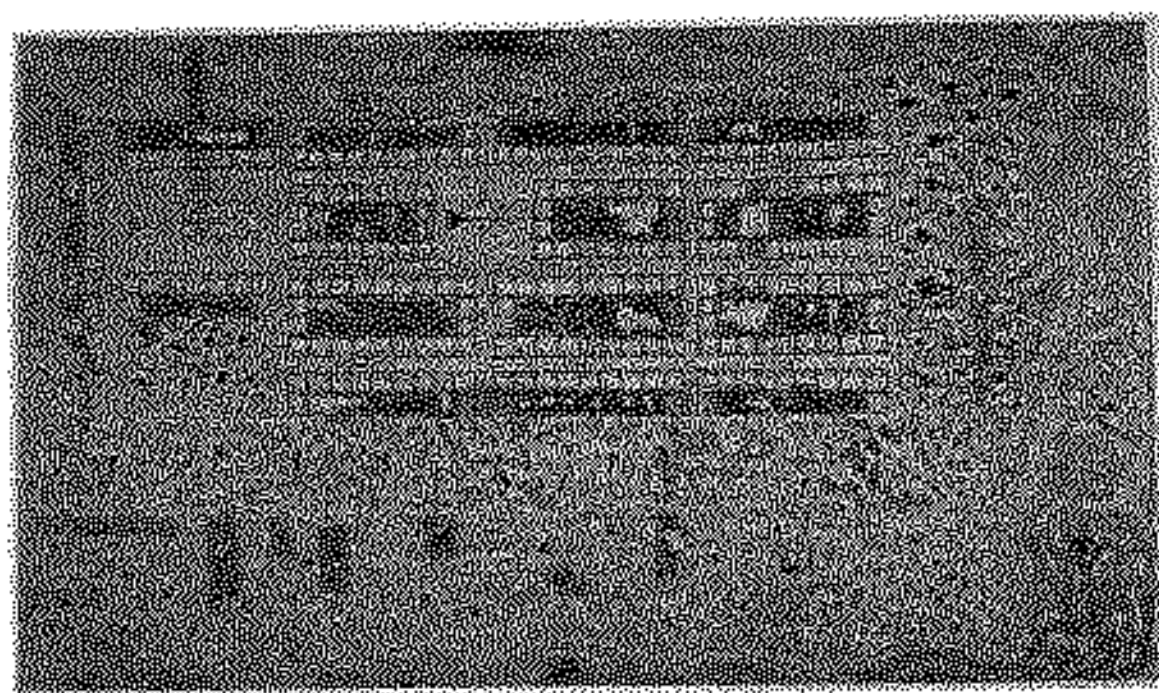
II.5. Permanências: uniformidade, regularidade e proporcionalidade.

Inaugurando no Brasil a publicação de estudos sistemáticos sobre a urbanização promovida pelo império português em suas colônias, o livro da norte-americana Roberta Marx Delson, *Novas vilas para o Brasil-Colônia*, trouxe novas possibilidades para este estudo. Interessamo-nos, num primeiro momento, as reflexões que a autora fez em relação ao planeamento das vilas e cidades brasileiras do século XVIII, a constatação da regularidade dos traçados urbanos e da uniformidade da arquitetura:

"(...) a partir de 1716, quase todas as novas comunidades construídas no sertão foram subordinadas a um protótipo de planeamento de vilas, promulgado naquele mesmo ano para a criação da municipalidade de Mucha, na zona norte do Piauí. O conceito geral do traçado desse plano diretor era barroco, com ênfase em ruas retilíneas, praças bem delineadas (muitas vezes cercadas por fileiras de árvores plantadas simetricamente) e muita uniformidade de elementos arquitetónicos. O resultado do uso reiterado do modelo foi um tipo de vila padronizado que podia ser facilmente adaptado a regiões geográficas brasileiras muito diferentes. A mão de obra indígena não especializada (responsável pela maior parte das construções interiores) podia ser empregada eficientemente, porquanto o domínio das técnicas de construção de um único conjunto de edificações básicas permitiria a ereção de um número ilimitado de unidades habitacionais e administrativas, embora as edificações pudessem ser sobretudo monótonas" (14).

Esses princípios de uniformidade, regularidade e simetria presentes no planeamento das vilas brasileiras do século XVIII, conforme transcrição acima, parecem permanecer, podendo ser constatados muito mais tarde, por exemplo, no código de posturas de Serra Negra de 1863, analisado anteriormente.

Tomemos por base o município de Vila Viçosa (Ba) já apresentado através de suas posturas. Tanto Roberta Delson em sua obra já mencionada quanto Nestor Goulart Reis Filho em *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, recentemente publicada, apresentam reproduções da planta dessa vila baiana do setecentos.



II, 11. Planta de Villa Viçosa. ~1769

Nos "Provizimentos e instruções do Ouvidor da Comarca de Porto Seguro relativos à fundação da Villa Viçosa", José Xavier Machado Monteiro, o fundador, afirmava: *"[...] jentrei na curiosidade de riscar e formar pela minha tosca idéja a planta da villa com a possível uniformidade."*

Sobre essas "modestas" afirmações de José Xavier M. Monteiro, Roberta Delson tece alguns comentários:

"Inobstante Monteiro ter declarado com modéstia que, à falta de um arquiteto, as plantas foram traçadas pela sua mão inábil, os documentos cartográficos existentes revelam que ele tinha um conhecimento muito profundo dos princípios de planejamento urbano do século XVIII, pois, conforme ele admitiu depois, os seus projetos seguiam 'as normas habituais'"(15).

E, além da elaboração da planta da Vila Viçosa (il. 11), Monteiro ainda desenhou os projetos para mais dois povoadamentos: Portalegre em 1769 (il. 12) e Prado em 1772 (il. 13). Sobre elas Roberta Delson ampliou seus comentários:

"O desenho das vilas de Porto Seguro patrocinadas por Monteiro são mais uma confirmação da sua predileção pela hiper-regulamentação. (...) Todas as três vilas de Monteiro compunham-se de quadras de área uniforme, cuja bria era formada de casas rigorosamente alinhadas de frente para ruas de largura idêntica. Os fundos das habitações dispunham de pomares-hortas, criados por parcelamento do espaço interno de cada quadra. Esse administrador utilizou nas suas três vilas o modelo de duas praças, um desenho visto com frequência em cidades litorâneas do Brasil(16)".

Se no desenho das plantas das vilas Monteiro se esmerou na uniformidade, sob esse aspecto também não se desviou das construções das casas e das ruas fechadas:

"Todas as ditas (casas), u serem terreas, como se pratica no paiz, não hão de exceder, nem diminuir da altura de 14 palmos do pavimento da rua até o telhado e por dentro serão aterrados mais alto do mesmo pavimento hum até 2 palmos, para que as aguas pluviaes, que discorrerem pelas ruas, as não inundem. Os beirões ou se fação sobre madeira ou sejão de algeroz de telha ou de tijolo, hão de sahír das paredes para fóra todas por igual na extensão de 3 palmos. E cumz em todas as de telha correrá por igual, mas nas que por agora por falta della se cobrirem de palha, poderá ser mais alto para escoante das aguas, igualando-se com as mais ao depois, quando se cobrirem de telha, e finalmente as portas e janelas da parte da rua serão de igual altura e largura humas das outras e as interiores e dos quintaes poderá cada qual fazer como quizer. (...) Se os armamentos se forem

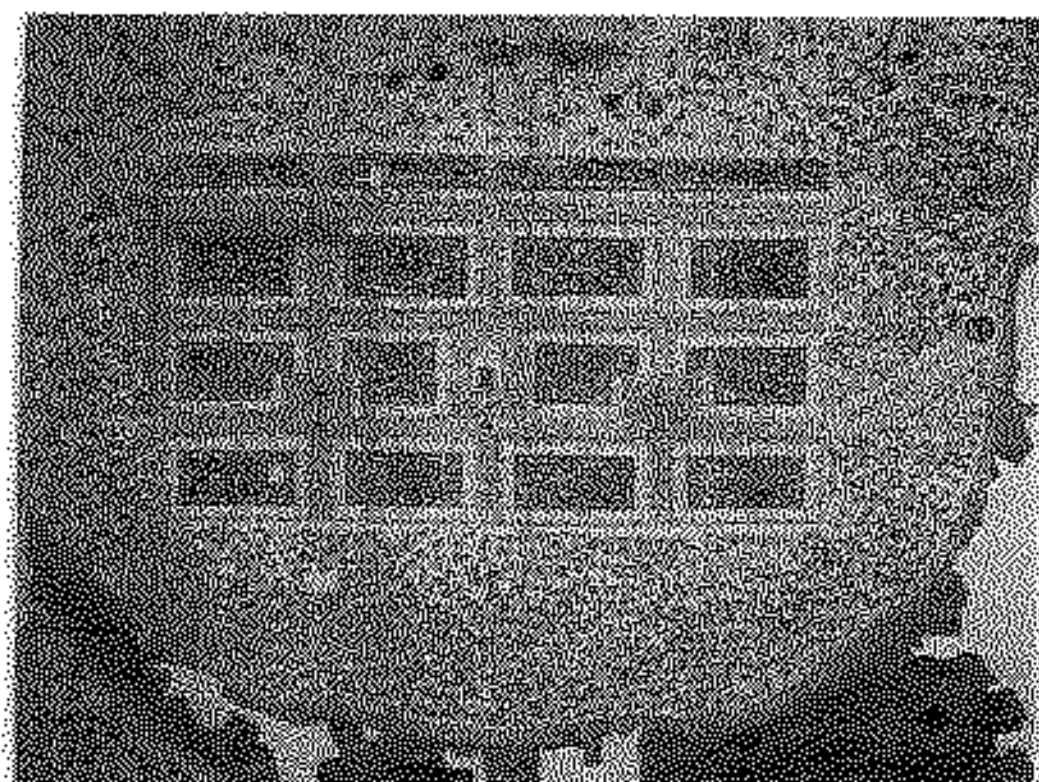
enchendo pela uniformidade, com que os deito balizados e pela que acabo de insistir, será esta villa tão boa perspectiva como a de Bellomonte, que fiz erigir por outro semelhante modo e ficará das mais lindas do Brasil”(17).

As três plantas elaboradas por Monteiro e aqui reproduzidas ilustram perfeitamente seus escritos e também os comentários de Roberta Nelson. Acho conveniente, entretanto, apontar algumas observações. Primeiramente em relação à regularidade. Em pelo menos dois desses projetos, o de Vila Viçosa e o de Portalegre, as casas são representadas com suas fachadas rebatidas para o pátio, como que se sobrepondo às suas plantas baixas, dando ideia de plantas do mesmo tamanho, repetitivas e, portanto, modulares. Isso é enfatizado pela semelhança ou igualdade das fachadas, não só observadas no desenho mas também no texto de Monteiro transcrevo logo acima.

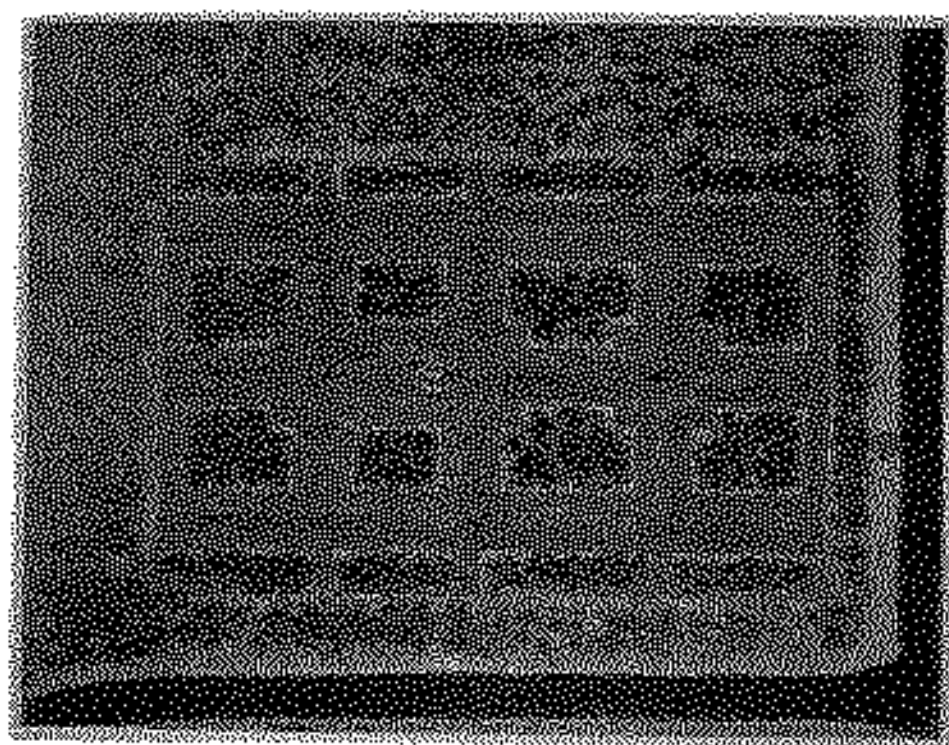
Em segundo lugar, quanto à simetria. Se no projeto de Vila Viçosa a simetria se apresenta apenas em alguns aspectos, como o distanciamento das ruas, o posicionamento das quadras mais afastadas em relação ao eixo longitudinal, nos outros dois desenhos ela se apresenta muito mais completa. As duas metades da planta de Portalegre são absolutamente simétricas em relação ao eixo transversal que passa pela igreja e, na de Prado, as duas metades são perfeitamente simétricas em relação ao eixo longitudinal, que passa pelo largo do pelourinho e pela igreja.

Se extraímos da planta de Amparo, de 1878, a proposta de Pucci para ampliação da cidade e levarmos em conta a adaptação à topografia irregular do terreno, constatamos a sua semelhança com o projeto de Prado. O modelo de duas praças, cessado por Roberta Nelson, também está presente em Amparo.

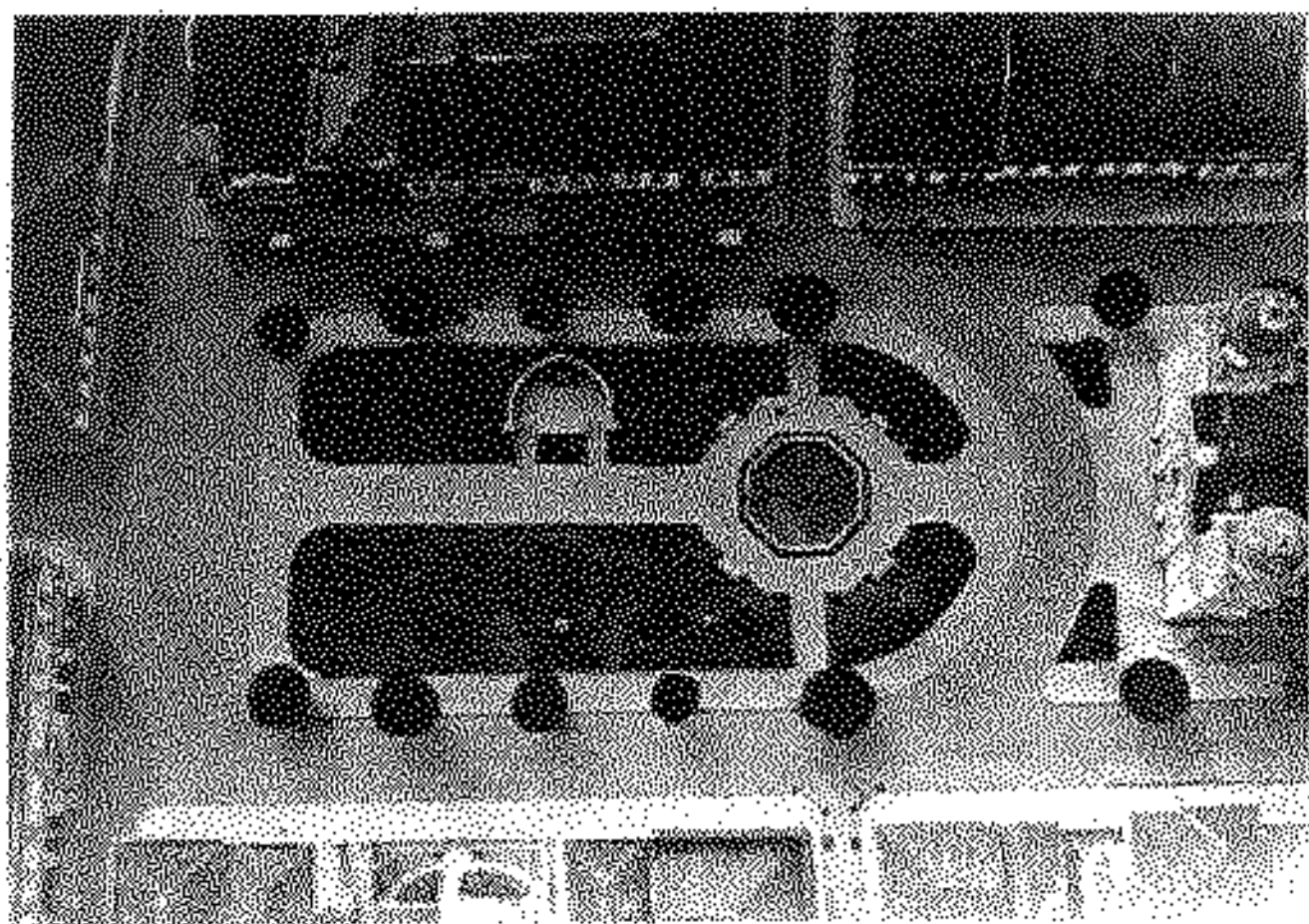
Além disso, se olharmos para a fotografia aérea da praça da Matriz de Amparo, tirada em 1940 (Pl. 14), notamos as mesmas características expressas na cruz, cujos braços se prolongam nas ruas, nas árvores que se correspondem, na edificação semi-circular do coreto que, em frente, tem o seu equivalente em sobe.



II. 12. Planta de Portalegre - 1772



II. 13. Planta de Prado - 1772



Il. 14. Fotografia do antigo larço da Matriz em Anuparo - 1940

NOTAS

01. Ordenações Afonsinas

Assim ficou concluído o conjunto de leis e forais que teve a sua codificação terminada em 1446. É considerado o primeiro código de leis europeu, posteriormente às codificações romanas(2).

Esse código, composto de cinco livros, introduziu o sistema de vereação, forma de representação indireta do povo no governo municipal. Os vereadores vieram substituir os "homens bons" das antigas assembleias e passaram a deliberar sobre a matéria local e da competência dos Conselhos. No livro 1 das Ordenações Afonsinas estão definidas as suas atribuições. Entre elas aquelas que lucravam as posturas municipais, conferindo-lhes desde logo uma dinâmica que possibilitasse as alterações conforme solicitassem as práticas. Assim, sob o "Titulo XVII - Dos Vereadores das Cidades e Villas, e couzas que feo Officio pertencem", destacamos os itens 7 e 8:

"7 Item. Proveer as Ordenações, e vereações, e castumés da Cidade, ou Villa antigas, e as que virem que não são boas segundo o tempo, fação-as corregêr, e outras fazer de novo, se cumprir á prol, e á boa regimento da terra.

8 Item. Confirmando em todas as couzas, que cumprem ao prol cumunal, e deffpois que affy confirarem, ante que fação as posturas, e vereações, e as outras couzas, chamem os homens boos, que pera a Rotaçom, e Regimento da Cidade são apartados, e digua-lhes aquella, que virom, e confirmarão, e o que com elles acordarem, se couza leve, e boa for, façam-na logo poer em escripto, e guardar, e em nas couzas grandes, e graves, deffpois que per todos for acordado, ou per a maior parte dellas, façam chamar o Conselho, e diguan-lhe as couzas quates são, e o proveito, ou dâño, que se lhes pode recrecer, affy como se ouveffem demanda sobre fuz jurdiçam, ou se lhes fliham, ou lhes voad contra feos foros, e castumes de guisa, que a não possão escusar; e o que por todos, ou maior parte dellas for acordado, affy o façam logo poer em escripto no livro da vereaçom, e dem feo actão á execuçom. E as pasturas, e vereações, que affy forem feitas, e outorguadas, a Carregedor da Comarca não thay possão revogar, ante as faça cumprir, e guardar, e fazer se dam a boa e execuçom quando polla Cidade, ou Villa vier"(3).

Ordenações Manuelinas

O avanço nas relações econômicas e sociais portuguesas do final do século XV e início do XVI, sob o reinado de D. Manuel, exigiram atualização das primeiras ordenações. Essa tarefa revisora às normas já estabelecidas e acrescentadora da legislação extravagante (onde se inclui a primeira legislação sobre o Brasil) culminaria com a publicação da segunda codificação portuguesa, denominada “Ordenações Manuelinas”. Os textos anteriormente transcritos, relativos aos itens 7 e 8 das Ordenações Afonsinas, foram reproduzidos “ipsis litteris” nas Ordenações Manuelinas, acrescidos, apenas, de recomendação para que enquanto elaborassem as Posturas, os vereadores não aceitassem a presença e provavelmente a interferência de outras pessoas por mais ‘importantes’ que fossem(4).

Ordenações Filipinas

No século XVII, a mando de Felipe I de Portugal, II da Espanha, elaborou-se uma terceira compilação de leis que ficou conhecida como “Ordenações Filipinas”. Nesse código, sob o Título LXVI, são reproduzidos também os mesmos textos já comentados (apesar de pequeno acréscito) e que constam das ordenações Afonsinas e Manuelinas (5).

Essa legislação, a princípio, foi aplicada no Brasil sem alterações, mas, como afirmou Francisco de Paula Dias de Andrade em seu trabalho *Subsídios para o estudo da influência da legislação na ordenação e na arquitetura das cidades brasileiras*:

“Algumas modificações, consideradas necessárias ao ajustamento das peculiaridades da região brasileira, só mais tarde foram introduzidas. As instituições jurídicas que presidiu à formação brasileira são, por conseguinte, inteiramente reinóis; nem sempre entretanto, se ajustavam devidamente às condições de vida da colônia, não apenas por se referirem a fatos eminentemente locais, como também por acordarem a conveniências sociais e econômicas de uma época precisa e limitada”(6).

Embora Francisco Andrade tenha afirmado não ter encontrado nenhum desses códigos de posturas elaborados no período colonial, encontramos um. Acompanha uma carta que o Ouvidor José Xavier Machado Monteiro dirigiu ao Rei, onde dava informações sobre a comarca de Porto Seguro, na Bahia, e especialmente a criação da Vila Viçosa:

"Anno do nascimento de N. S. Jesus Xpô de 1768 annos (...) nesta Villa chamada de Villa Viçosa, em cazas (...) aki pelos ditos Juizes ordinarios lhes foi a todos propasto, que por quanto se achava esta povoação erecta e creação villa pelo desembargador Ouvidor actual desta Comarca se fazia precisa para o seu bom regimen o prehil-a e provel-a de leis municipaes, chamadas vulgarmente renturas (grifo meu), pelas quaes não só, todos os seus habitantes viessem ao conhecimento de como nella havião de viver umparados protegidos com as dos reis dos céos e da terra, mas tão bem por ellas sabherem os Juizes e officiaes da camara a economia com que devião governar este povo para nella serem bem praticadas as virtudes da caridade e da justiça com o castigo conuigno a aquelles que a quizerem perverter (...) "(7).

02. Andrade, Francisco de Paula Dias de. Subsídios para o estudo da influência da legislação na ordenação e na arquitetura das cidades brasileiras. Tese apresentada à Congregação da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, para o concurso à Cátedra nº 12: Construções de Edifícios; Noções de Arquitetura; Engenharia Urbana e Urbanismo. São Paulo, dezembro de 1966. Exemplar datilografado xerocopiado, p. 33.

03. Andrade, Francisco de Paula Dias de. Op. Cit. p. 53.

04. Inventário dos Documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa. Organizado para a Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro por Eduardo de Castro e Almeida. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1914. p. 208.

05. A questão da falsificação dos pesos e medidas

Neste exemplo apresentamos o tratamento da questão da falsificação dos pesos e medidas primeiramente nas ordenações portuguesas, depois, nas posturas de Vila Viçosa (Ba) promulgadas em meados do século XVIII e, por último, num código de posturas de Vassouras (RJ), estabelecidas em meados do século XIX.

Em janeiro e julho de cada ano, segundo as Ordenações Manuéis, os proprietários de estabelecimentos comerciais eram obrigados a passar por aferição os seus pesos e medidas. Mas, se na visita de um inspetor da fiscalização, houvesse adulteração ou

"fe o Coenheiro pesar por falso peso, ou a Medideira, ou Medidor por falsa medida, sejam presos, e faça-se deles direito e justiça, e aquem dello os sobreditos ajam as penas que são coñhecidas no Título Do Almotace e Almor"(8).

Na Bahia em 1769, nas posturas para a Vila Viçosa, essas recomendações foram expressas da seguinte maneira:

"2- que serão obrigados a hirem em corpo de Camara fazer 4 correições de 3 em 3 mezes para examinares se os vendedores tem pesos e medidas aferidas (...)"(9)

No Rio de Janeiro, em 1857, nas posturas para a cidade de Vassouras, o artigo referente à aferição de pesos e medidas tinha a seguinte redação:

"Art. 31. Vender comestíveis ou líquidos avariaes ou falsificados: vender com fraude um genero por outro; empregar vasilhas e medidas de cobre na vendagem de líquidos; usar pesos ou medidas falsificados ou não aferidos; defraudar no peso, medida ou qualidade de genero. Pena de 8 dias de prisão e 10\$000 a 30\$000 de multa"(10).

Parece haver uma certa "evolução" na tentativa de reprimir cada vez mais as fraudes. Enquanto as Ordenações Manuéis preconizavam fiscalização semestral dos pesos e medidas, nas posturas de Vila Viçosa constata-se o dobro de correições. Por outro lado, o código de posturas de Vassouras estipulava, além de prisão, uma outra alternativa de pena, expressa em dinheiro, o que, muitas vezes podia ser mais interessante para os cofres públicos. Se nas posturas baianas não consta a expressão "falsos pesos e falsas medidas" como nas Ordenações Manuéis, as do Rio de Janeiro, ao contrário, são enfáticas nesse sentido, proibindo o uso de "pesos ou medidas falsificados ou não aferidos".

Consultando diversos Códigos de Posturas das cidades do interior paulista, que foram publicados na “Legislação Provincial” do século XIX, pudemos constatar as semelhanças entre eles e a legislação analisada anteriormente.

Em relação à falsificação dos pesos e medidas encontramos:

Amparo, 1858: “Art. 3. *Todo o negociante que vender, ou comprar por pesos ou medidas falsas; ou vender generos corrompidos ou falsificados, que sejam nocivos à saúde; será castigado com 4 à 8 dias de prisão, e multa de 63 à 12\$ reis*”.

Bras, 1863: “Art. 14. *Todo negociante que comprar ou vender por medidas ou pesos falsificados, ou vender e expuser a venda generos deteriorados ou falsificados, será punido com a multa de 4\$000 a 8\$000, e quatro a oito dias de prisão. Os generos corrompidos ou falsificados serão inutilizados, e lançados fóra pelo fiscal à custa do infractor*”.

Botucatu, 1863: “Art. 24. *Todo aquelle que vender com pesos falsos será multado em 10\$000 e obrigado a offerê-los no prazo mercado, soh pena de 2 dias de prisão*”.

Itapetininga, 1863: “Art. 34. *Todo aquelle que vender ou negociar por pesos e medidas falsas, ou vender generos corrompidos ou falsificados, será punido com 4 a 8 dias de prisão, e multa de 4 a 12\$000, além da perda dos ditos generos*”.

Serra Negra, 1863: “Art. 37. *Todo aquelle que comprar ou vender por pesos falsos ou medidas que não sejam offeridas, sofrerá 30\$000 de multa, metade para o denunciante, e metade para a caixa municipal, além das penas criminaes em que possa incorrer*”.

Indaiatuba, 1863: “Art. 20. *Se as medidas ou pesos se acharem falsificados depois de aferidas o dono da casa será multado em 10\$000, e na mesma pena incorrerá o aferidor que fizer a aferição por menos da marca do padrão*”.

Jundiaí, 1865: “Art. 49. Se as medidas e pesos se acharem falsificados depois de afferidos os donos da casa incorrerão na mesma pena do artigo antecedente; e na mesma também incorrerá o afferidor que fizer a afferição por menos da marca do padrão”.

Piracicaba, 1865: “Art. 33. Se as medidas ou pesos se acharem falsificados, o dono da casa será multado em trinta mil reis; na mesma pena incorrerá o afferidor que fizer a afferição por menos marca do padrão da Câmara”.

Aréas, 1864: “Art. 63. É prohibido vender, sob pena de multa de oito a dezesseis mil réis, além da obrigação de pagar a taxa por pesos ou medidas de qualquer espécie e que não tiverem sido competentemente aferidos pelo padrão legal”.

Rizutais, 1865: “Art. 41. Ninguém poderá abrir casa de negocio, qualquer que seja d’ora em diante sem que primeiramente faça aferir pesos, medidas, varas, covados e balanças; o contraventor será multado de 4 a 8\$000, e si forem julgadas falsas as medidas a mais seções serão inutilizadas e feitos de novo”.

No que se refere à semelhança na construção do texto, os artigos firmam três grupos. Primeiro Amparo e Brotas com “Todo negociante que comprar ou vender(...)”, depois Botucatu, Itapetininga e Serra Negra com “Todo aquele que vender(...)” e, por último, Indaiatuba, Jundiaí e Piracicaba com “Se as medidas ou pesos se acharem falsificados (...)”.

Sobre a semelhança entre os artigos que estipulam as mesmas penas de prisão, constatamos as posturas de Amparo, Brotas e Itapetininga, todas com 4 a 8 dias.

No que concerne às multas, temos Botucatu e Indaiatuba com 10\$000 réis e Piracicaba e Serra Negra com 30\$000 réis.

06. Ordenações Filipinas. Nota de apresentação de Mário João de Almeida Costa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s/d. Edição “fac-simile” da edição feita por Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870, p. 160.

07. Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa, p. 210.
08. Vassouras – posturas municipais – decreto 1037. Província do Rio de Janeiro, 1857. Niterói: Governo do Estado do Rio de Janeiro, 1978. p. 116 e 117.
09. Código de Posturas e Regulamentos Municipaes do Conselho de Santarém. Lisboa: Typographia de Caetano Baptista Coelho, 1863.
10. Código de Posturas da Câmara Municipal de Lourenço Marques para uso do Corpo de Polícia Civil da mesma cidade. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1904.
11. Código de Posturas. Câmara Municipal de Loanda. Aprobado pela Câmara Municipal, em sua sessão ordinária de 20 de fevereiro de 1913, que se tornou executório por força do disposto no parágrafo 2º do artigo 121 do Código Administrativo em vigor
Artigos que se referem simplesmente à necessidade de aprovação da Câmara para qualquer tipo de edificação.
12. Código de Posturas da Câmara Municipal de Lisboa. Publicado no Diário do Governo nº 175 e seguintes. Lisboa: Typographia do Jornal do Commercio, 1869.
13. Código de Posturas da Câmara Municipal de Cascaes. Publicado por Edital de 20 de agosto de 1881. Coimbra: Imprensa Academica, 1909.
14. Delson, Roberta Marx. Novas vilas para o Brasil-Colônia. Brasília: ALVA-CIORD, 1997.
15. Delson, Roberta Marx. Op. Cit. p. 70.
16. Delson, Roberta Marx. Op. Cit. p. 70.

17. Provimientos e instruções do Ouvidor da Comarca de Porto Seguro José Xavier Machado Monteiro, relativos à fundação da Vila Viçosa, 1768. In Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo da Marinha e Ultramar de Lisboa. Rio de Janeiro: Officinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1914.

CAPÍTULO III

AS FORMAS

"Um povo (português) com uma capacidade única de perpetuar-se em outros povos. Dissolvendo-se neles o ponto de parecer, ir perder-se nos sangue e nas culturas estrangeiras mas ao mesmo tempo comunicando-lhes tantos dos seus motivos essenciais de vida e tantas das suas maneiras mais profundas de ser que, passados séculos, os traços portugueses se conservam na face dos homens e na fisionomia das casas, dos móveis, dos jardins, das embarcações, das formas de bolo".

Gilberto Freyre

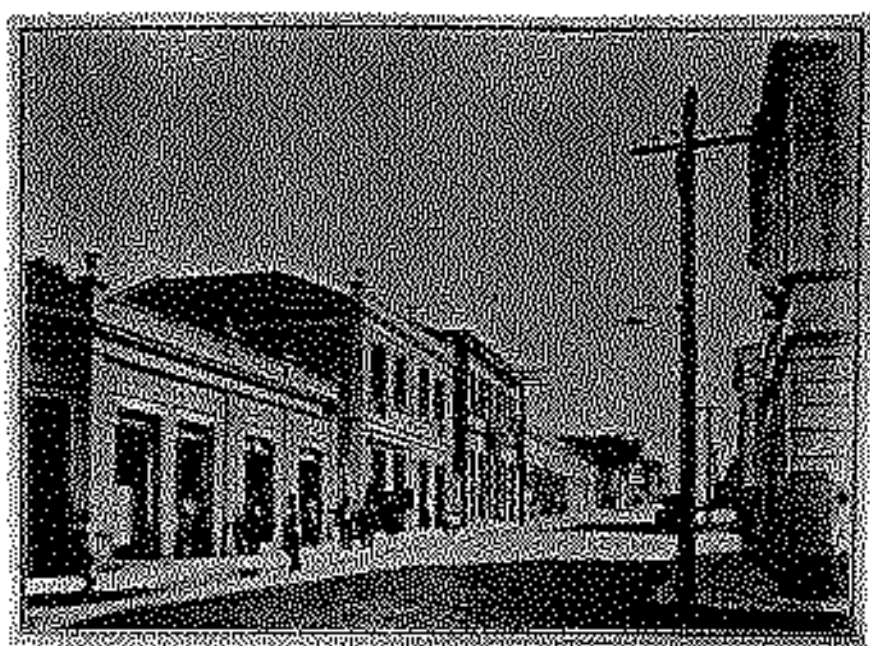
Revista do Património Histórico e Artístico Nacional, 1937

III.1. A fachada como ponto de inflexão.

Quando folheamos os almanaques publicados no final do século XIX ou início do XX para as mais diversas cidades do interior paulista, chama-nos a atenção a semelhança que existe entre as ruas, as praças e os edifícios neles estampados. Olhemos para as duas imagens a seguir: a rua XV de Novembro em Capivari (il. 15) e a rua do Comércio em Botucatu (il. 16), ambas do início do século XX. Facilmente se acreditaria que as duas seriam representações da mesma rua, da mesma cidade. Só um olhar mais acurado constataria as mínimas diferenças entre elas.

Pode-se dizer, entretanto, que alguns elementos de ordem formal fazem a semelhança. Primeiramente o carácter mural das fachadas e os volumes dos edifícios, constituídos como grandes sólidos geométricos. Mas, além disso, uma caligrafia composta de elementos da tradição clássica: pilastras, capitéis, cornijas, aticos, régulas, vasos, pintas, bossagens.

Também a prevalência das linhas retas, horizontais e verticais, o ritmo compassado das aberturas, o equilíbrio entre cobos e vazios.



Il. 15. Capivari -- rua 15 de novembro



Il. 16. Botucatu -- rua do Comércio

Se lembrarmos que essas ruas e esses edifícios foram regulamentados pelos códigos de posturas, alguns apresentados no capítulo precedente, colocamo-nos frente a novos argumentos.

Tanto o conjunto de fachadas que constituiu a rua XV de Novembro de Caspary quanto aquele que formou a rua do Comércio de Botucatu são produtos de projetos urbanos que pressupunham o aspecto exterior dos edifícios. Os códigos de posturas dessas cidades preocuparam-se com as fachadas dos edifícios na medida que as regulamentaram. As fachadas foram organizadas, portanto, segundo os projetos dessas cidades. Esses projetos, ao mesmo tempo que deram liberdade para a elaboração das fachadas impuseram-lhes restrições através da legislação. Assim, como já mencionado, as fachadas tornaram-se ponto de inflexão entre a liberdade do privado e as restrições do público.

O fato da legislação portuguesa ter interferido nos projetos das cidades paulistas, direta ou indiretamente, desde o século XVIII, fizeram-nos pensar nos modelos portugueses que circularam pelo Brasil e que, de alguma maneira, podem ter influenciado a arquitetura do interior de São Paulo.

III.2. A circulação de modelos.

Nos anos mil novecentos e sessenta ou setenta, quando se viajava pelo interior do Brasil, era comum encontrar-se, em bairros de periferia, pequenas fachadas ornamentadas com elementos inspirados na arquitetura elaborada por Oscar Niemeyer em Brasília. A presença de pilares copiados daqueles do Palácio da Alvorada ou de abóbodas semelhantes às da Parapuã não nos faz pensar, entretanto, que o arquiteto dessas obras conhecidas estivesse a projetar os pequenos prédios do interior.

É muito provável que essas formas tenham chegado aos mais distantes pontos do país através de revistas, jornais ou cartões-postais ou até pelo cinematógrafo, como sugeria Lúcio Costa (01). Simbolizando o novo, o moderno, elas foram recordadas e, encontrando adeptos, acabaram por se multiplicar continuando o suporte usual.

Cabe lembrar aqui que, no final do século XIX e início do XX, a grande maioria dos edifícios das cidades do interior do Estado de São Paulo não foi projetada por arquitetos, mas por construtores, pedreiros e mestres de obra, muitas vezes autodidatas.

No século XVIII, a difusão das formas presentes nos projetos portugueses para as vilas e cidades brasileiras pode ter seguido processo análogo. Não sabemos como elas se espalharam, naturalmente não através de reprodução em jornais ou revistas, mas talvez na memória ou em desenhos levados por viajantes, pedreiros ou mestres itinerantes que construíam onde eram chamados.

III.3. A “missão francesa” e os “capomastri” italianos

Não é propósito deste trabalho tentar solucionar questões relacionadas à abrangência dos fenômenos “missão francesa” e “imigração italiana” nas suas relações modelares com a arquitetura paulista de construtores. Mesmo assim, propomos alguns caminhos para futuras buscas.

No que concerne à missão francesa, a obra de Alberto Sousa intitulada “Arquitetura neoclássica brasileira: um reexame”, publicada pela PINI em 1994, coloca em dúvida a abrangência das marcas deixadas por Grandjean de Montigny.

“A pesquisa que efetuamos não nos permite concordar com tal tipo de visão (de que Montigny deixou marca posante sobre seus discípulos e na arquitetura brasileira do século XIX), pois o que ela nos mostrou é que o papel que se tem atribuído a eles (Montigny e Louis Vanthier) é bastante exagerado, sendo muitas vezes maior que aquele efetivamente desempenhado. Não investigamos as razões de tal fenômeno, mas é razoável julgar que ele se deva em parte à generosidade excessiva dos biógrafos dos dois franceses e tenha a ver com a tendência das elites brasileiras de supervalorizar os trabalhos de profissionais das nações mais desenvolvidas; ela pode ainda ter derivado de uma preocupação de ordem genealógica, do desejo de atribuir ao nosso classicismo arquitetônico do Império uma ascendência honrosa, materializada na figura de dois profissionais habilitados provenientes de um dos países que lideravam a arquitetura mundial” (2).

Na sequência do texto, Alberto Sousa passa a expor a opinião de pesquisadores de diversas regiões do Brasil e que contestam a “profunda” repercussão do papel de Grandjean. Jussara

Dereiji em Belém, Gunter Weimer em Porto Alegre, José Liberal de Castro no Ceará, Heilary Salgueiro em Minas Gerais, Carlos Lemos em São Paulo (03).

Posteriormente, no capítulo três da sua obra, Sousa faz uma crítica à historiografia arquitetônica brasileira que deixa de reconhecer o valor da arquitetura brasileira classicista do Império, interessando-se mais pelo barroco colonial e pela arquitetura moderna de meados do século XX.

"Não é nosso propósito identificar aqui as razões desse julgamento, mas há fortes indícios que entre elas esteja o fato de nosso classicismo imperial ter sido frequentemente considerado um estilo importado, oriundo sobretudo da França, sendo alheio portanto a nossas raízes lusitanas. (...) A ideia de achar que este (classicismo do Império) teria sido uma manifestação de ascendência francesa não encontra respaldo na realidade e está certamente associada à mitificação que se fez da Missão Francesa, do arquiteto Montigny e do engenheiro Vauthier, aqui já questionada. (...) Esquece-se geralmente que tanto o barroco como o classicismo foram estilos estrangeiros, originários da Itália, que se universalizaram e foram trazidos para o nosso país, o primeiro, pelos portugueses, na época colonial, e o segundo, pelos portugueses, numa fase inicial, e depois, pelos próprios brasileiros, que se constituíram como nação independente" (04).

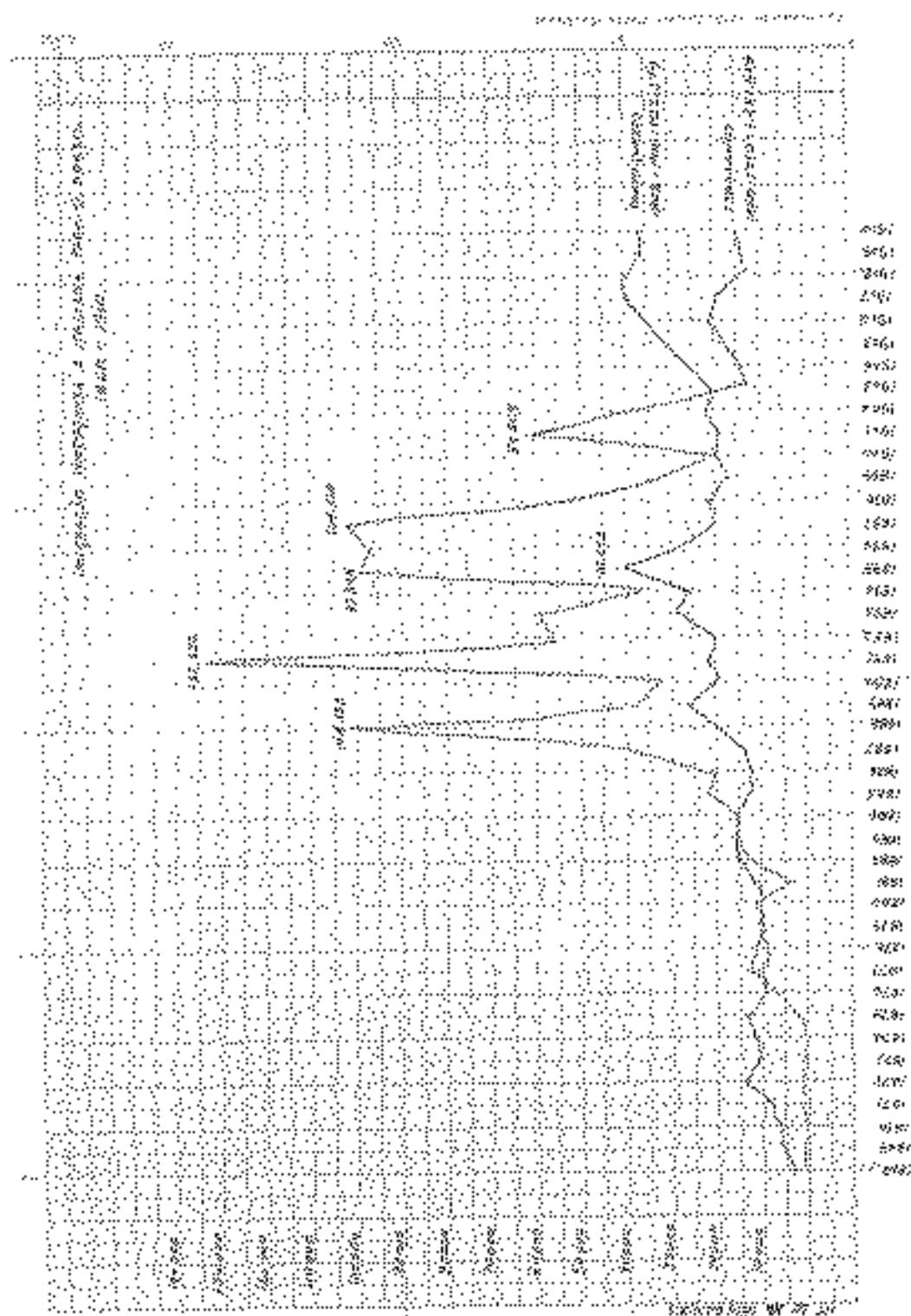
Seguindo os passos de Alberto Sousa, defendendo a hipótese de que o classicismo chegou nos tempos de colônia, reforçamos nossas suspeitas da permanência do gosto renascentista por, pelo menos, três séculos entre nós. É bem possível que, como veremos ainda neste trabalho, o gosto renascentista que permaneceu entre os portugueses durante esse mesmo período, tenha chegado até nós através da grande circulação de pessoas entre os dois países em todos os tempos, através da legislação, como vimos, e, além disso, pela facilidade da língua que sempre se portou como fator unificador.

Cabe ainda lembrar que é bem provável que tenha sido o desinteresse manifestado pela historiografia brasileira em relação à arquitetura de construtores do século XIX, eminentemente classicista, um dos maiores responsáveis pela não preservação do patrimônio arquitetural das cidades do interior paulista que se desenvolveram nesses tempos. Por outro lado, o interesse pela arquitetura das cidades do século XVIII, dava

"genuinamente brasileira", possibilitou o tombamento de cidades como Ouro Preto, Mariana, Sabará, Diamantina, consideradas como Patrimônio da Humanidade.

Essas considerações podem ser úteis quando analisamos o caso que trata das opiniões que exageram o papel da imigração italiana na difusão do gosto clássico na arquitetura paulista do século XIX. Apresentamos a seguir algumas sugestões para futuras investigações.

A partir de elementos oferecidos por Joel Serrão (05) para a imigração portuguesa e de Franco Ceiró (06) para a imigração italiana, construímos um gráfico (fl. 17) que representa o fluxo dessas imigrações para o Brasil no período compreendido entre 1868 e 1910. O gráfico deixa claro que a discrepância entre as duas imigrações acontece entre 1888 e 1903. É durante esse período que grandes levas de italianos chegam ao país. Antes disso, entretanto, entre 1868 e 1875, a imigração italiana praticamente inexistia e entre 1875 e 1888 elas eram equivalentes.



II. 17. Gráfico das imigrações portuguesa e italiana

Se levarmos em conta, portanto, que desde o descobrimento até 1808, praticamente só entraram portugueses no Brasil, que, como vimos, a legislação portuguesa orientou a elaboração dos códigos de postura que regeram as cidades brasileiras, que em Portugal houve uma certa permanência do gosto renascentista nas edificações entre o século XVI e XIX; podemos supor que esse gosto também tenha permanecido por muito tempo no Brasil, no mínimo entre os séculos XVII, XVIII, XIX e nas primeiras décadas do século XX.

Assim, é bem possível que os italianos que chegaram no interior do Estado de São Paulo a partir de 1888 não tivessem força para romper com uma arquitetura que vinha sendo utilizada no país há muito tempo. É muito mais provável que tenham aderido a ela com algumas contribuições. Corrobora nesse sentido a afirmação de Júlio Posenaco quando se refere aos núcleos coloniais no Rio Grande do Sul: “Nas sedes dos núcleos coloniais, a partir das edificações de caráter permanente, a influência na arquitetura dos padrões culturais da sociedade brasileira da época, mostrou-se tão intensa que os critérios genuinamente italianos foram suplantados na proporção do desenvolvimento urbano” (97).

A partir dessas observações, sugerimos como hipótese a ser testada: que tanto a missão francesa quanto a imigração italiana não romperam com a arquitetura precedente. Reforçaram, cada uma ao seu modo, um gosto classicizante que já estava impregnado entre nós desde a Renascença. Esse gosto nos foi transmitido pelas portugueses durante a colonização. Nesse sentido cabe um estudo rigoroso também sobre a arquitetura das colônias portuguesas de África e Ásia.

III.4. O caso das “Casas de Câmara e Cadeia”.

A Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em seu número 11, publicado em 1947, apresentou um longo artigo sob o título “Casas de Câmara e Cadeia”. De autoria do arquiteto Paulo Thediz Barreto, o artigo apresentava um inventário dos 38 edifícios remanescentes que, no Brasil, serviram, ao mesmo tempo, à administração e à justiça. Procurava compreender a origem das Casas de Câmara e Cadeia brasileiras num contexto onde Portugal transplantava para o Brasil suas instituições municipais. Reforçava a ideia do edifício da Casa de Câmara e Cadeia estar sempre presente nas povoações projetadas:

"Na demarcação do termo da vila, entre outras providências, já ficava reservado e balizado o terreno onde se construiria a Casa de Câmara e Cadeia e, também, o da igreja. Era o orden do rei que, 'em primeiro lugar se (determinasse) a área das casas as que se devem fazer para a Câmara, Cadeia e Casa das audiências e mais oficina pública'"(08).

Além disso, no que diz respeito à tradição arquitetônica desses prédios, remete-os à tradição renascentista:

"Algumas orientações artísticas da Renascença de certo modo ainda se refletiram no movimento arquitetural da colônia. Vitrúvio, Alberti, Vignola, Palládio, Sérvio e outros autores codificaram proporções da antiguidade clássica, e seus princípios ainda encontram aplicação, embora limitadas, nas Casas de Câmara e Cadeia" (09).

Interessado apenas nos edifícios que ainda existiam na ocasião, Paulo Barreto naturalmente não relacionou nem fez menção a uma série de edifícios que serviram como Casa da Câmara e Cadeia mas que já haviam sido demolidos. Referimo-nos especialmente a cinco deles: os de São Paulo, Campinas, Bragança Paulista, Mogi Mirim e Itapira.

Embora não pertençam ao mesmo modelo, nem façam parte das análises promovidas por Paulo Barreto, inserem-se perfeitamente nelas. Formam um conjunto homogêneo onde as fachadas exprimem um modelo que permaneceu por pelo menos trinta anos.

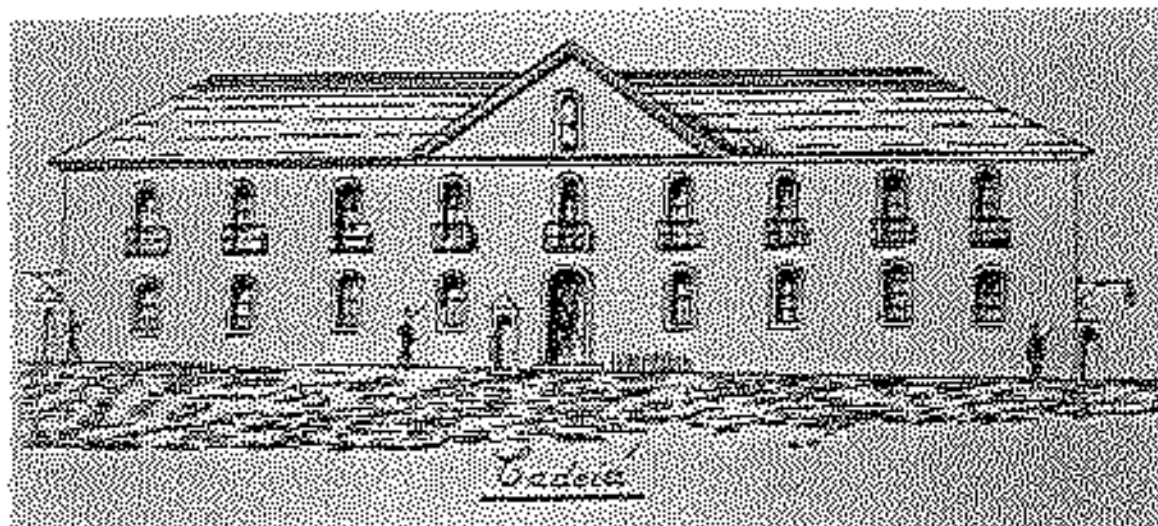
É provável que o mais antigo deles seja o de São Paulo, que aparece em desenho ilustrando uma cópia de planta da cidade datada de 1841 (il. 18). Ele pode ser melhor observado na fotografia de Milhão de Azevedo de 1862 (il. 19) ou na tela de Benedito Calixto, s/d, parte do acervo do Museu Paulista (il. 20). O de Campinas vem a seguir, representado em desenho por Celso Maria de Mello Pupo em seu livro "Campinas, seu berço e juventude". Parece ter sido edificad entre 1824 e 1829 mas é possível que sua fachada tenha sido reformada em 1845 (il. 21). O de Mogi Mirim consta estar pronto em 1873 (il. 22), o de Itapira foi demolido em 1905 (il. 23) e o de Bragança Paulista desconhece-se a data de construção e demolição (il. 24).

Além do uso, o que caracteriza a semelhança entre esses edifícios é a forma constante de um paralelepípedo, de maior dimensão na horizontal e, além disso, a simetria perfeita da

fachada, com um frontão triangular, centrado, realçando a entrada principal. O telhado em quatro águas está presente em todos eles. Com exceção ao da Câmara de Campinas, em todos os outros a cuneeira da água fortada se nivela à cuneeira principal. Os cantos são acentuados por pilastras com capitéis dóricos ou toscanos que se integram à canalha, comum a todos eles, exceto no de Campinas onde não aparecem talvez por ser o desenho estilizado.

Algumas poucas diferenças se apresentam. Nos edifícios de Mogi Mirim, Itapira e Campinas, a canalha é interrompida na altura do frontão, nos prédios de São Paulo e Bragança Paulista, ela é contínua. Enquanto os primeiros apresentam nas fachadas uma relação equilibrada entre cheios e vazios, nos outros prevalecem os cheios, o que lhes transfere um aspecto robusto e pesado. É bem provável que os primeiros tenham sido construídos em taipa de mão e os de São Paulo e Bragança em taipa de pilão. Na fotografia do prédio de Itapira constata-se a presença de vigas de madeira em forma de X evidenciando a técnica da taipa de mão. Mas, mesmo com essas diferenças, a forma ou silhueta desses prédios são certamente muito semelhantes.

Apresentamos a seguir, uma tentativa de rastrear essa forma que parece ter se repetido durante muito tempo na paisagem urbana do interior paulista.



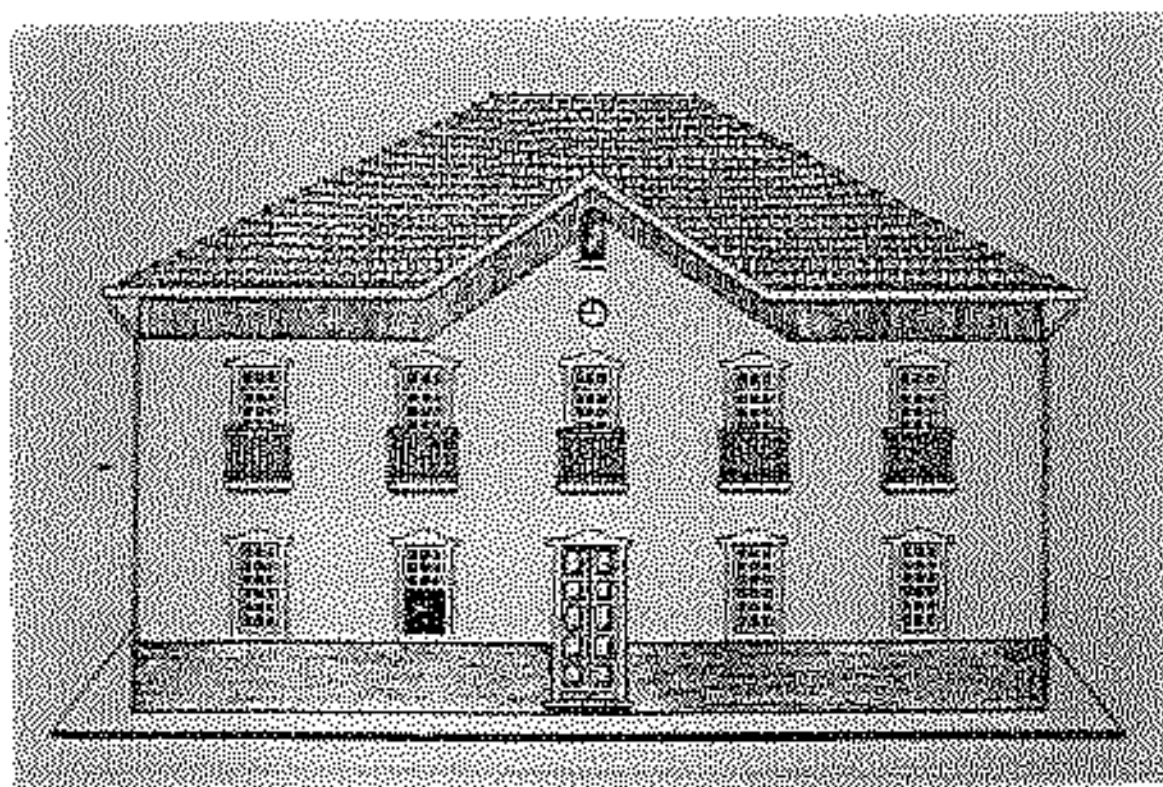
Il. 18. Casa de Câmara e Cadeia de São Paulo -- desenho ilustrando planta de 1841.



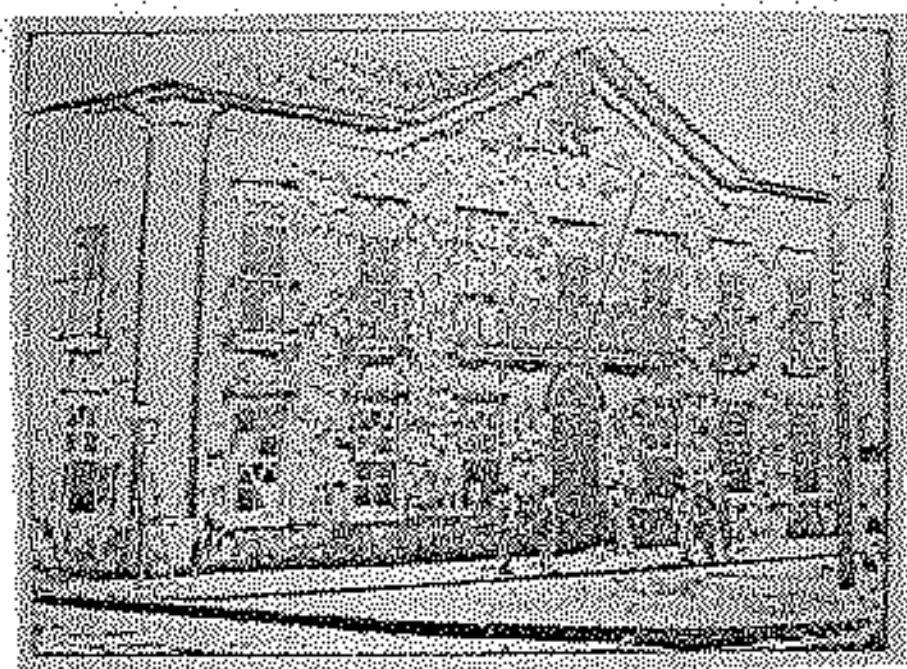
Il. 19. Casa de Câmara e Cadeia de São Paulo -- fotografia de Milton de Azevedo (1862).



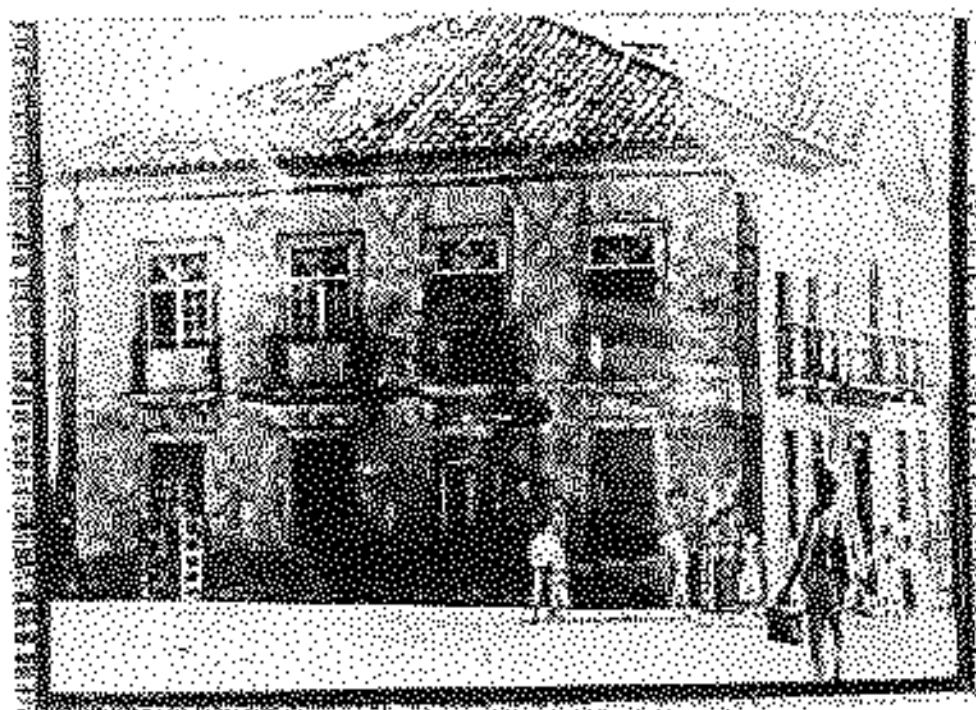
Il. 20. Casa de Câmara e Cadeia de São Paulo -- óleo s/ tela de Benedito Calixto, s/d.



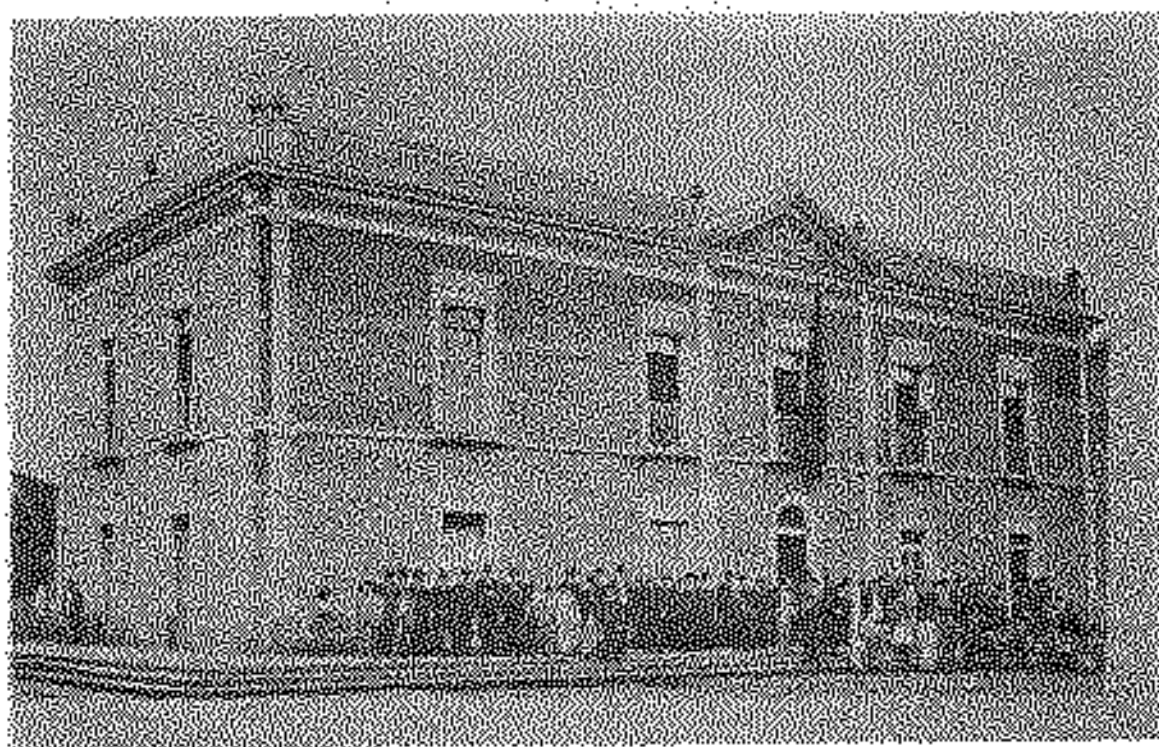
Il. 21. Casa de Câmara e Cadeia de Catapinas.



Il. 22. Casa de Câmara e Cadeia de Mogi-Mirim.



II, 23. Casa de Câmara e Cadeia de Itapira.



II, 24. Casa de Câmara e Cadeia de Bragança Paulista

III. 5. Prováveis modelos para as Casas de Câmara e Cadeia.

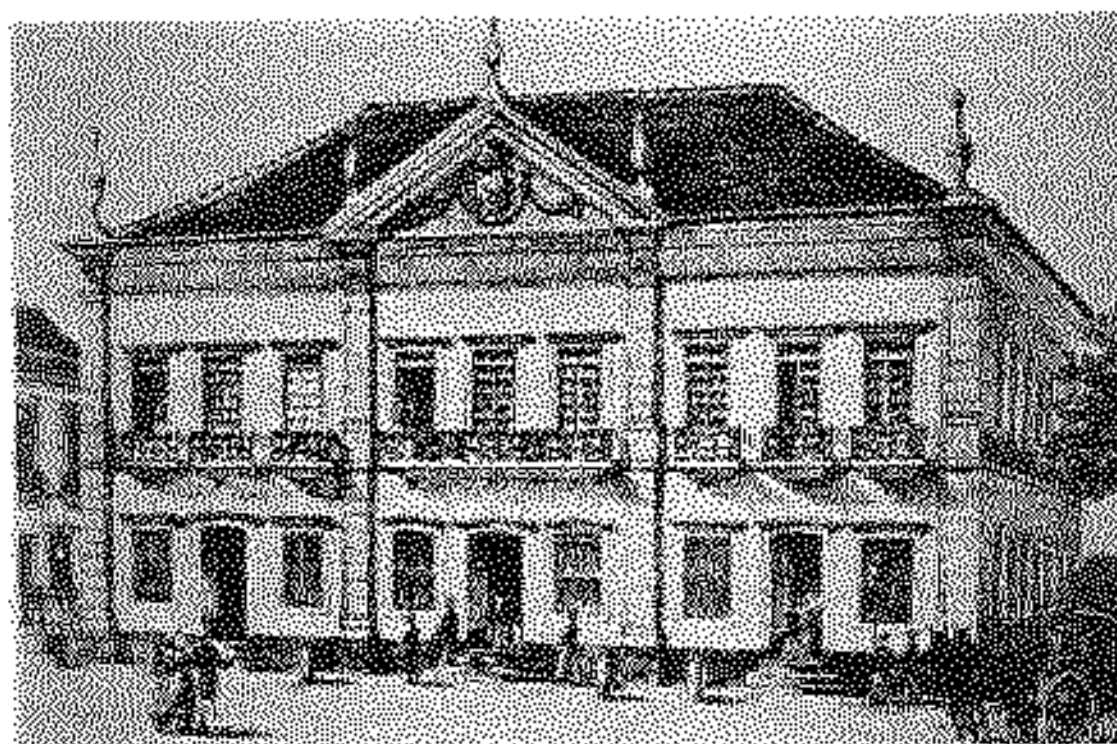
O desenho aquarelado datado de 19 de maio de 1827 é nossa primeira referência. Representa o edifício do Quartel de São Paulo e ilustra o livro de Gilberto Fervez, "*O Brasil do primeiro reinado visto pelo botânico William John Burchell, 1823/1829*" (il. 25). Segundo Beredito Lana de Toledo em "*São Paulo -- Três cidades em um século*", esse edifício foi concebido no século XVIII (10).



Il. 25 -- O Quartel militar -- São Paulo -- desenho aquarelado 19.05.1827

Embora não tivesse o mesmo uso que os edifícios apresentados anteriormente, o prédio do Quartel de São Paulo apresenta o mesmo modelo das fachadas das Casas de Câmara e Cadeia e, além disso, o uso desse modelo retrocede pelo menos em vinte anos em relação aos demais.

Não conseguimos encontrar no Estado de São Paulo um edifício mais antigo que apresentasse o mesmo modelo de fachada. No Rio de Janeiro, entretanto, localizamos o edifício da Municipalidade, construído no antigo Campo da Aclamação, hoje praça da República. Provavelmente projetado pelo arquiteto português José Domingos Monteiro, que segundo o Dicionário de Souza Viterbo (11) já se encontrava no Rio desde 1819, foi inaugurado em 1825 (il. 26).



Il. 26 - Rio de Janeiro - Edifício da Municipalidade - 1825

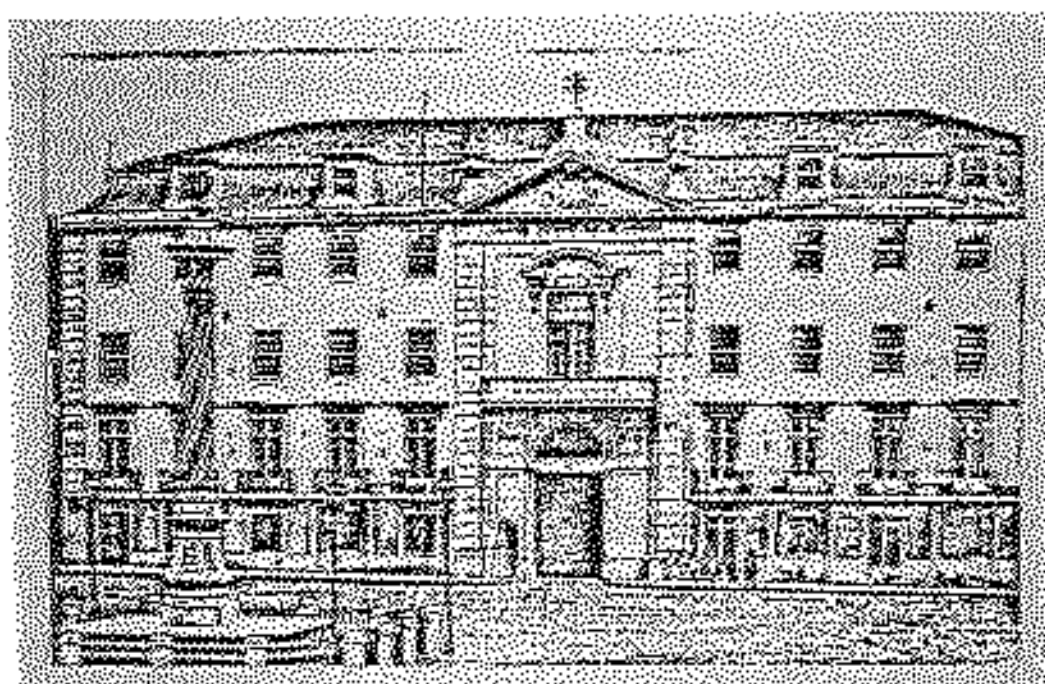
A suspeita de que esse edifício tenha sido idealizado por Domingos Monteiro vem de uma dúvida surgida quando da leitura de *"Grandes de Montigny"* de Adolfo Morales de Los Rios Filho. Nessa obra o autor apresenta, às folhas 220, uma fotografia do prédio em questão com a seguinte legenda: *"Edifício da Municipalidade, inaugurado em 1825, no*

Campo da Aclamação (atual Praça da República). Projeto do arquiteto José António Monteiro".

Logo a seguir, no início da página 221, entretanto, lê-se: "José Domingos Monteiro, chamado por D. Frei de 'architect-ingenieur' , era notável arquiteto português, tendo pertencido ao Real Corpo de Engenheiros e, depois da Independência, ao Imperial Corpo de Engenheiros. Na qualidade de Arquitecto das Obras Nacionais fez o projeto do Hospício D. Pedro II, cuja fachada foi ideada por José Maria Jacinto Rebelo, com feição renascentista. O corpo central desse edifício, que ainda pode ser visto na Praia Vermelha, foi modificado por Gullibel, que lhe deu carácter neo-clássico. Homem de gosto e bom desenhista, Monteiro muito trabalhou. Fez: as obras do Edifício da Alfândega, contígua à 2ª Praça do Comércio, na Rua Direita; as obras da Câmara dos Deputados; reconstituída em 1830, provisoriamente, o Claustro da Caridade; e fez o belíssimo pórtico de entrada, em granito e mármore, da Quinta da Boa Vista, hoje colocado nos fundos daquela propriedade nacional como futura entrada do Jardim Zoológico! Domingos Monteiro também exerceu o cargo de Arquitecto do Senado da Câmara, para cujo lugar foi nomeado a 18 de junho de 1823, em substituição a Grandjean de Montigny".

Não encontramos referência ao arquiteto José António Monteiro e acreditamos que tenha havido um engano de impressão, referindo-se o autor a José Domingos Monteiro. Morales De Los Rios não faz mais nenhuma referência a José António Monteiro. Além do mais, José Domingos Monteiro era o arquiteto do Senado da Câmara, "arquiteto da cidade" segundo Pedro Carlos da Silva Telles (12) o que aumenta a chance de o edifício da Câmara ter sido projetado por ele.

Domingos Monteiro certamente conhecia o edifício da Câmara de Lisboa, construído em 1776. (11. 27) e é possível que nele tenha se inspirado para projetar o prédio do Rio de Janeiro. Parece indicar na mesma direção a opinião do professor Horta Correia (13) que afirma ser o projeto da Casa de Câmara e Cadeia de Lisboa uma "unidade tipológica assinalável na tradição portuguesa, de onde irradiou para o Brasil".



il. 27 - Câmara de Lisboa destruído por incêndio em 1863

É muito provável, portanto, que juntamente com uma determinada forma de organização municipal, Portugal tenha transmitido para o Brasil a necessidade do edifício-sede para abrigar o poder constituído e, finalmente, uma tipologia arquitetônica que lhe era cara e lhe dava unidade e uniformidade.

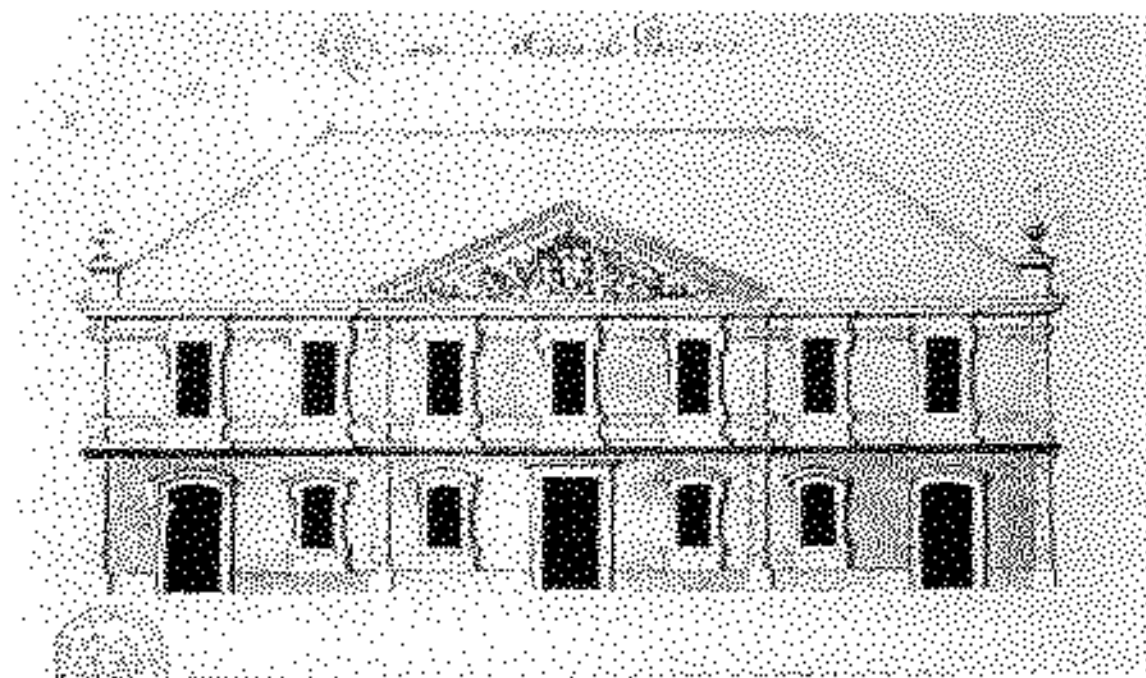
Tinhamos como certo que o edifício da Câmara de Lisboa, construído em 1770, havia servido de modelo, entre outros, para os edifícios das Casas de Câmara e Cadela paulistas. O projeto para a "Casa de Governo" de Santa Catarina (il. 28), apresentado recentemente por Beatriz Piccolotto em "Desenho e designio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)" (14) trouxe, entretanto, novas luzes sobre essa questão.

Esse edifício foi projetado por volta de 1747 sob “rígida simetria e apurado manejo do vocabulário de matriz clássica, ‘à romana’” (15), por José da Silva Pais. Ele “certamente gozava de todos os atributos da boa Arquitetura: ordem, disposição, simetria, entreeixo, decoro e distribuição. Há uma clara regularidade no ritmo das aberturas da fachada frontal, num compasso de 1:2,5 m. O corpo central do frontispício destaca-se do conjunto, ladeado por pilastras e encimado por um frontão triangular. (...) Rigorosa disciplina geométrica preside este projeto assinado pelo célebre engenheiro português” (16).

A fachada do edifício da municipalidade do Rio de Janeiro tem maiores semelhanças com o de Santa Catarina do que com o da Câmara de Lisboa. São evidências o corpo central com três aberturas, tanto no pavimento quanto no outro e também os elementos sobre os beirais, alinhados verticalmente com as pilastras.

A publicação desse projeto nos possibilita retroceder o modelo por pelo menos mais vinte anos e, além disso, questionar se o projeto da Casa do Governo de Santa Catarina inspirou o desenho do edifício da Câmara de Lisboa.

Se tomarmos o projeto catarinense como o mais antigo modelo conhecido para as casas de câmara (1747), podemos assegurar uma permanência da gosto pela forma por mais de cento e vinte anos, pois o edifício da Câmara de Mogi Mirim foi construído em 1873.



II. 28. “Casa do Governo” de Santa Catarina

III.6. Raízes renascentistas

Voltamos às raízes renascentistas indicadas por Paulo Thedin Barreto em seu artigo de 1947:

"Algumas orientações artísticas da Renascença de certo modo ainda se refletem no movimento arquitetural da colônia. Vitruvius, Alberti, Vignola, Palladio, Sério e outros autores codificaram proporções da antiguidade clássica, e seus princípios ainda encontram aplicação, embora limitadas, nas Casas de Câmara e Cadeia" (17).

É oportuno lembrar que esse gosto renascentista esteve também enraizado em Portugal. Raquel Henriques da Silva (18), em *"Lisboa Romântica – urbanismo e arquitectura, 1777-1874"*, referindo-se à Lisboa anterior ao terremoto de 1755, afirmava que

"a maioria dos encomendadores aceitava os reptos do passado maneirista para a construção ou reconstrução das suas casas" e apenas a minoria preferia "a diversidade cunhapolina que lhes chegava quer através das viagens, quer das estampas circulantes entre amadores e arquitetos, quer das próprias propostas destes últimos" (19).

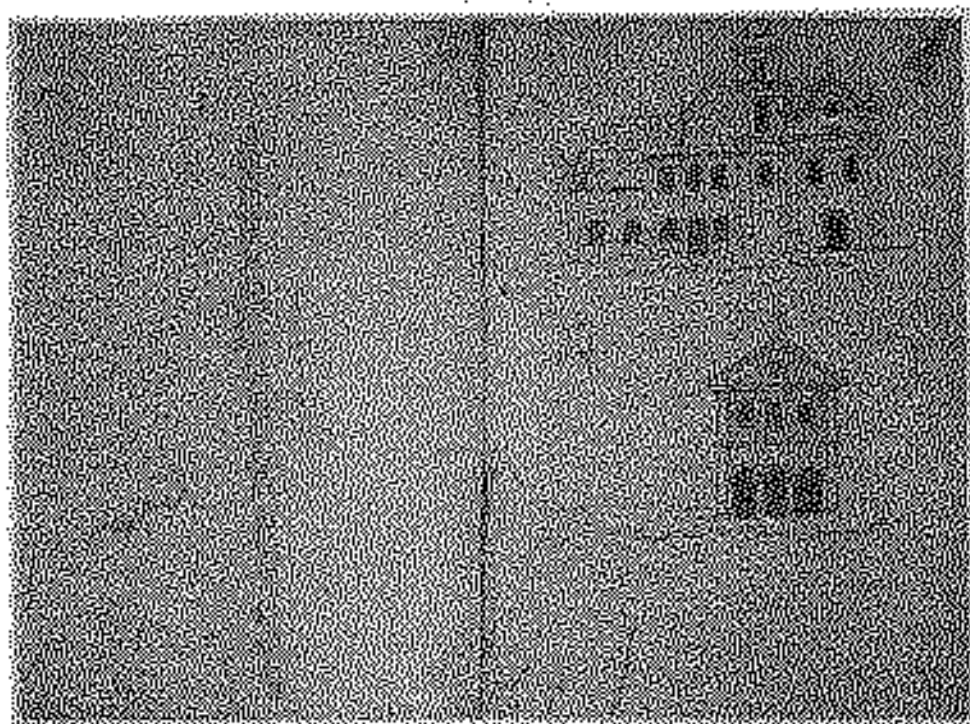
Considera ainda a mesma autora que, mesmo mais tarde, durante o reinado de D. Maria I (1777-1791) vivia-se uma *"situação arquitetônica esquisofrênica"* quando as reconstruções das igrejas *"são barrocas, menos as de Reinaldo Manuel e de Remígio Francisco de Abreu"*, os equipamentos públicos, *"os prédios da Baixa, e praça do Comércio e o Rossio são próto-neoclássicos, como propôs José Augusto França ou, dito de outro modo, resistidamente maneiristas (...)"* (20).

É muito significativo constatar em Portugal, desde a primeira metade do século XVIII, o modelo que irá aparecer mais tarde nas Casas de Câmara e Cadeia das cidades do interior paulista, não só porque essa constatação nos leva à genealogia dos prédios paulistas de Câmara e Cadeia mas, também, porque nos leva na direção de uma questão bem mais abrangente, ou seja, a que diz respeito a uma espécie de *"resistência ao barroco"* ou

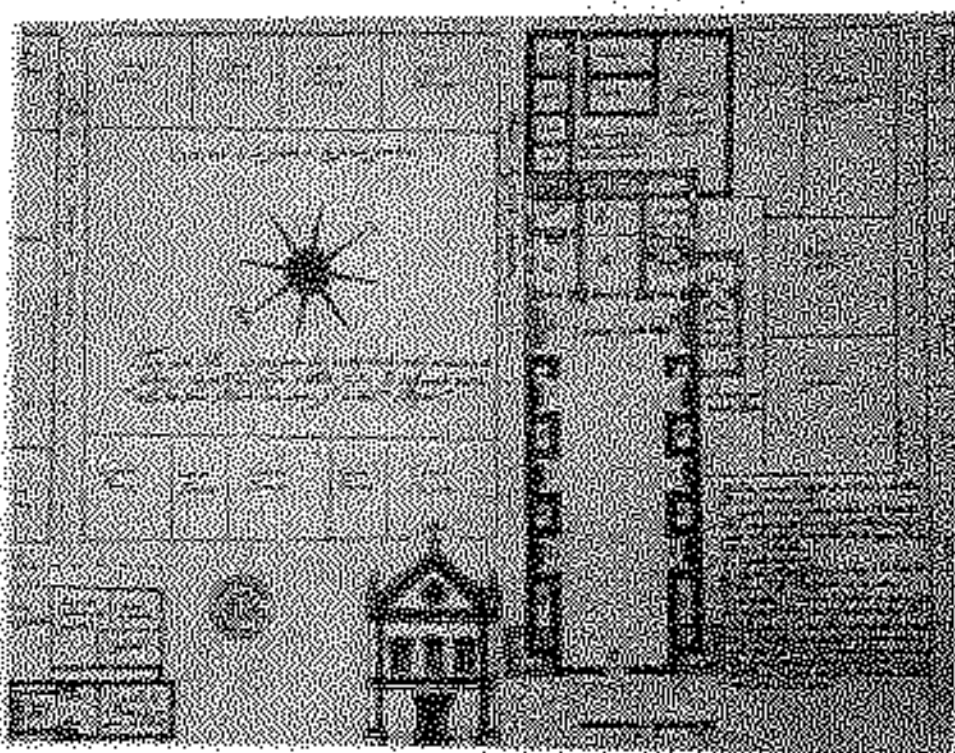
"permanência do classicismo renascentista" ou do maneirismo que está presente tanto em Portugal quanto no Brasil do século XVIII.

Se olharmos para a "*Perspectiva da Igreja de S. José de Mossamedes*" (il. 53), verificamos que a pequenina igreja, cuja fachada está ali representada, tem traços renascentistas. Assim também a igreja dos Franciscanos de Ilanizém, cujo desenho está adiante representado (il. 29) ou a igreja de São Paulo (il. 30). Se nos fixarmos na fotografia da capela de S. Lázaro, da Bahia (il. 31), poderemos ter uma idéia de como as outras teriam sido, tão parecidos os seus projetos.

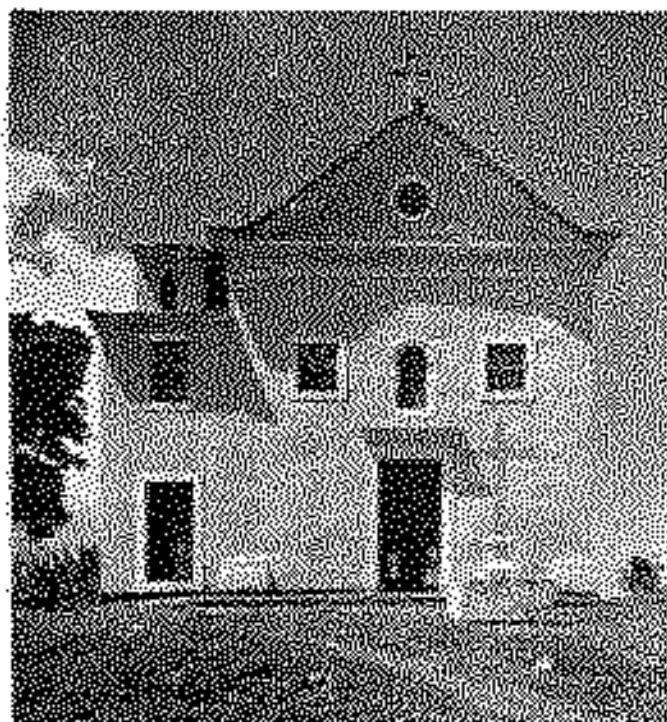
Quando estuda os palácios e casas nobres da época de D. João V (1706-1750), Raquel Henriques, analisando as fachadas do Palácio União-Nisa (il. 32), reconstruído em 1740, refere-se ao barroco que se apresenta "*como uma ligeira perturbação que se inscreve numa gramática formal predominantemente clássica*" (21), e completa mais adiante: "*sobre a poderosa matriz do entbasamento que certamente lhe é anterior, quinhentista, na opinião de José Sarmiento de Matos*" (22).



Il. 29. Igreja das Franciscanas de Hamburgo - 1776.



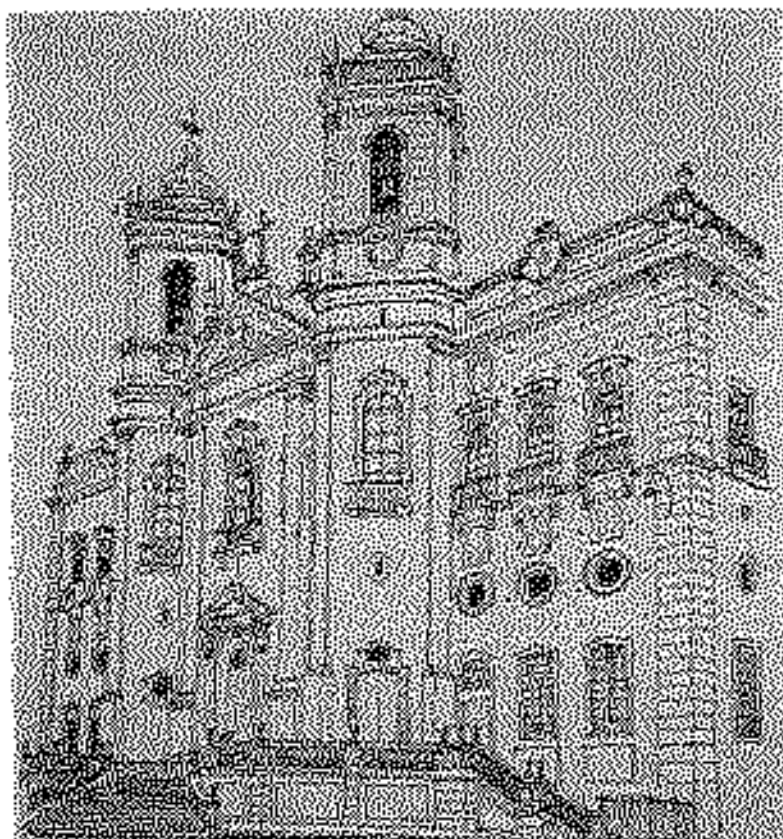
Il. 30. Igreja em São Paulo - 1746



Il. 31. Capela de São Lázaro - Bahia



Il. 32. Palácio União - Nisa -- reconstruído em 1740



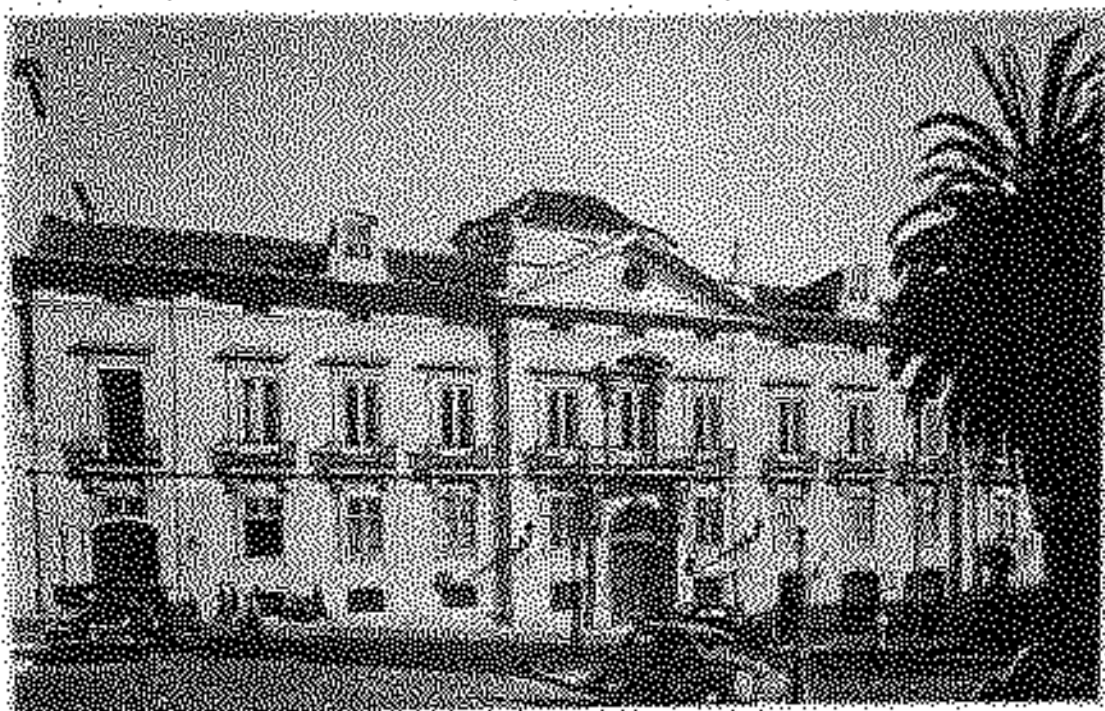
il. 33 – Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia

Se exercitarmos nosso olhar frente a igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia, de Salvador (il. 33), construída entre 1739 e 1765, percebemos a resistência do projeto renascentista às inovações barrocas. Além disso, se subtrairmos da fachada dessa igreja, as duas torres em diagonal, temos novamente o modelo usado para os prédios das Câmaras e Cadeias.

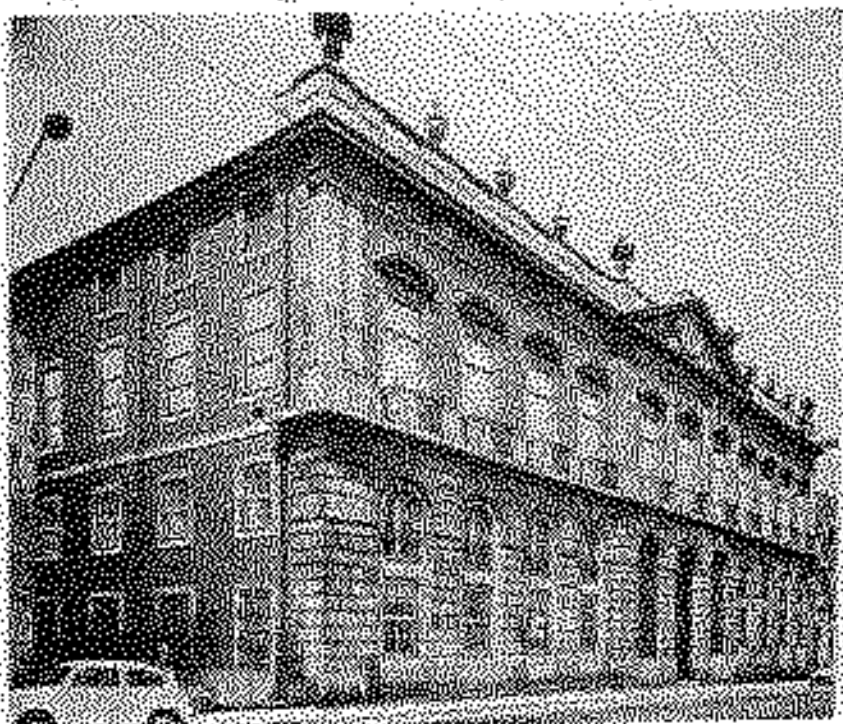
Tanto em Portugal como no Brasil do século XVIII, constata-se, portanto, a forte presença do gosto clássico renascentista na arquitetura, talvez como forte resistência ao barroco que, em outros países da Europa era bem assimilado. Destaca-se, entretanto, nesse sabor clássico que resiste, uma silhueta que se repete na arquitetura portuguesa e brasileira, tanto do século XVIII quanto do XIX e primeiras décadas do XX. Refiro-me ao retângulo horizontalizante cortado em sua parte central por um outro verticalizante esculpado por fachão triangular.

E, tanto em Portugal quanto no Brasil, essa forma esteve presente tanto nos palácios quanto em edifícios menos suntuosos. Em Portugal, ainda no século XVIII, por exemplo, nos palácios Quinta da Fátima (1777-1822)(il. 34) e Carrancas (1795)(il. 35). Nos séculos seguintes nos edifícios: Teatro D. Maria II (1843-1846) (il. 36); no número 23 do Largo 5

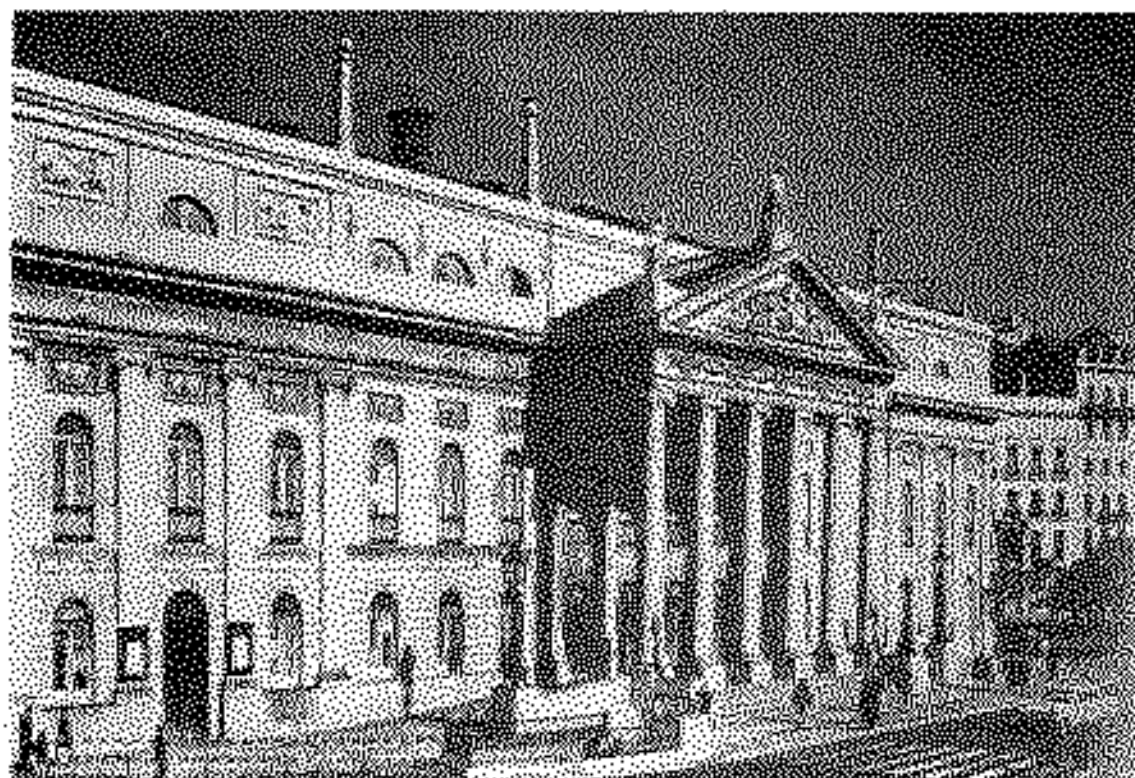
de outubro, em Leiria (il. 37); na antiga estação da Estrada de Ferro em Vafe (il. 38), no prédio de Mira, datado de 1917 (il. 39), e no edifício da avenida Índia em Lisboa (il. 40). No Brasil, na Casa da Misericórdia de Itá (il. 41), nos edifícios dos quartéis do Rio de Janeiro (il. 42), Natal (il. 43), São Luiz do Maranhão (il. 44), nos palácios do Governo de Belém (il. 45), Manaus (il. 46), Natal (il. 47), Aracaju (il. 48), além de muitos outros. No interior de São Paulo, além das Casas de Cadeia e Câmara, podia ser visto em Botucatu, por exemplo, na antiga Estação da Companhia Sorocabana de Estradas de Ferro (il. 49) e na sede da Sociedade Italiana de Beneficência (il. 50); Em São Carlos no Palácio Episcopal (il. 51) e no prédio da Sociedade Dante Alighieri (il. 52).



Il. 34 - Palácio Quintela Fátima (1777-1822) - Lisboa



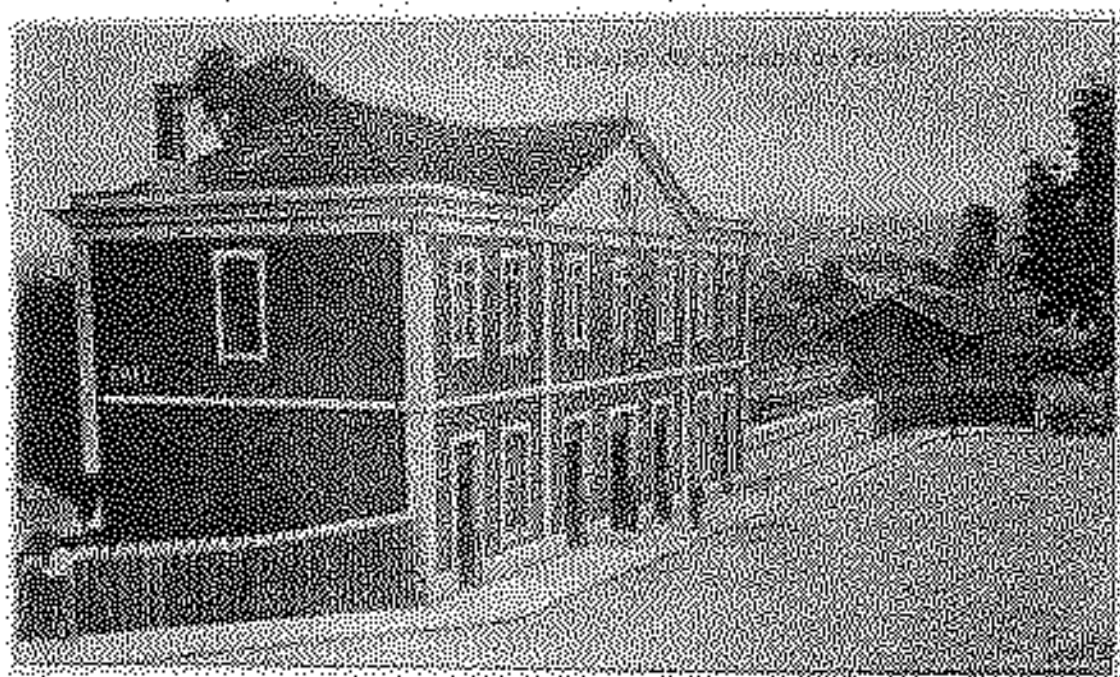
Il. 35 - Palácio Carrancas - Porto



Il. 36 -- Teatro D. Maria II (1843-1846) - Lisboa



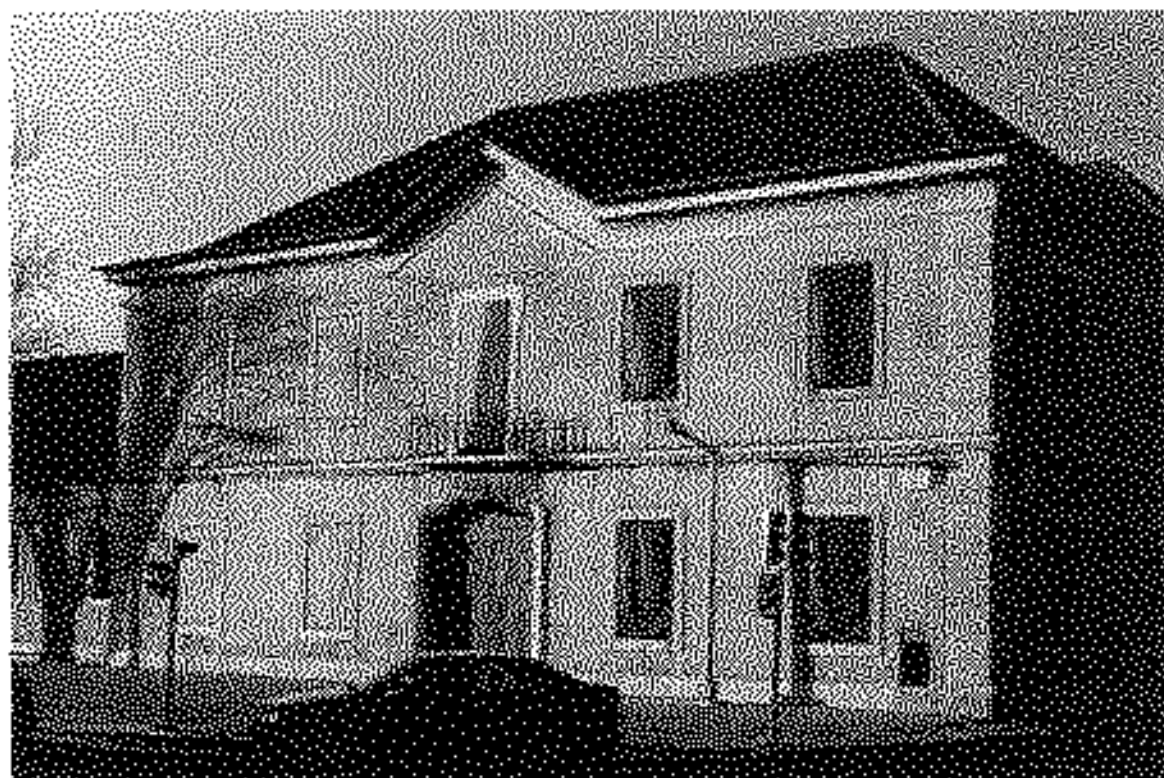
Il. 37 --edifício do Largo 5 de outubro, nº 21 -- Leiria (Portugal)



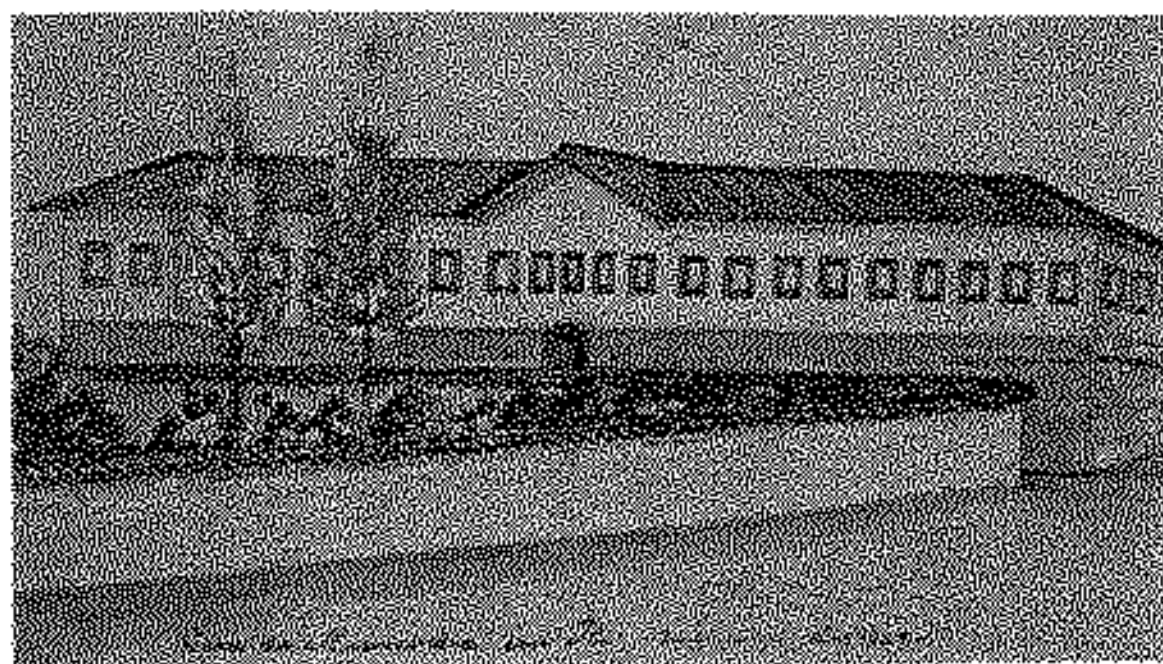
Il. 38 -- Estação da Estrada de Ferro -- Fátima (Portugal)



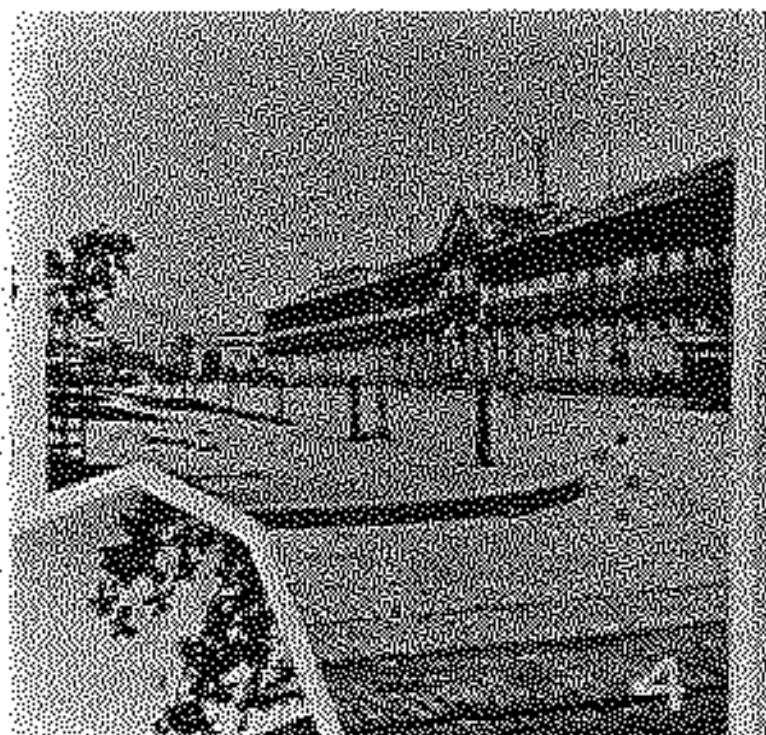
Il. 39 -- prédio em Mira (1917) Portugal



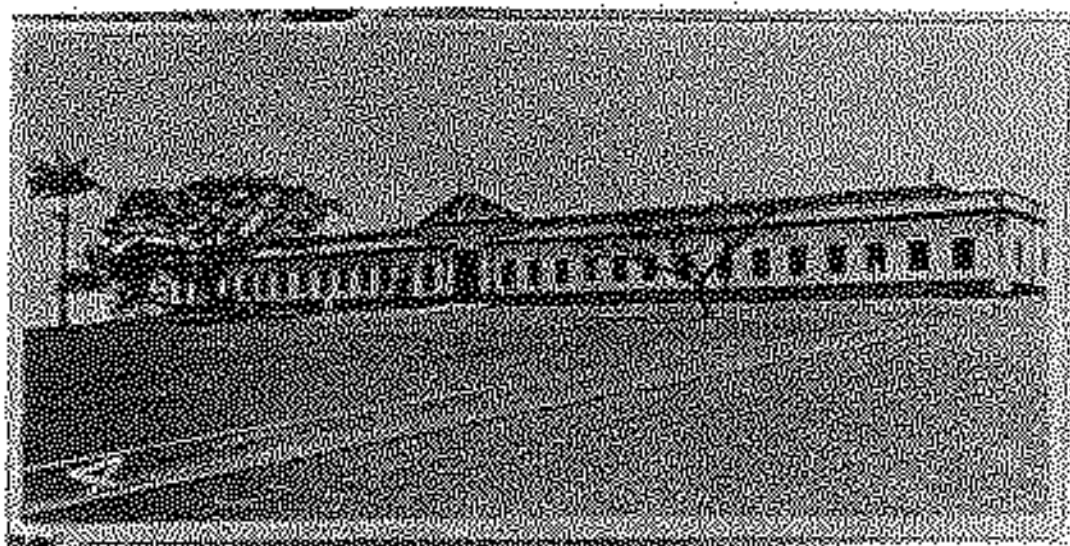
Il. 40 -- edifício da avenida Índia - Lisboa



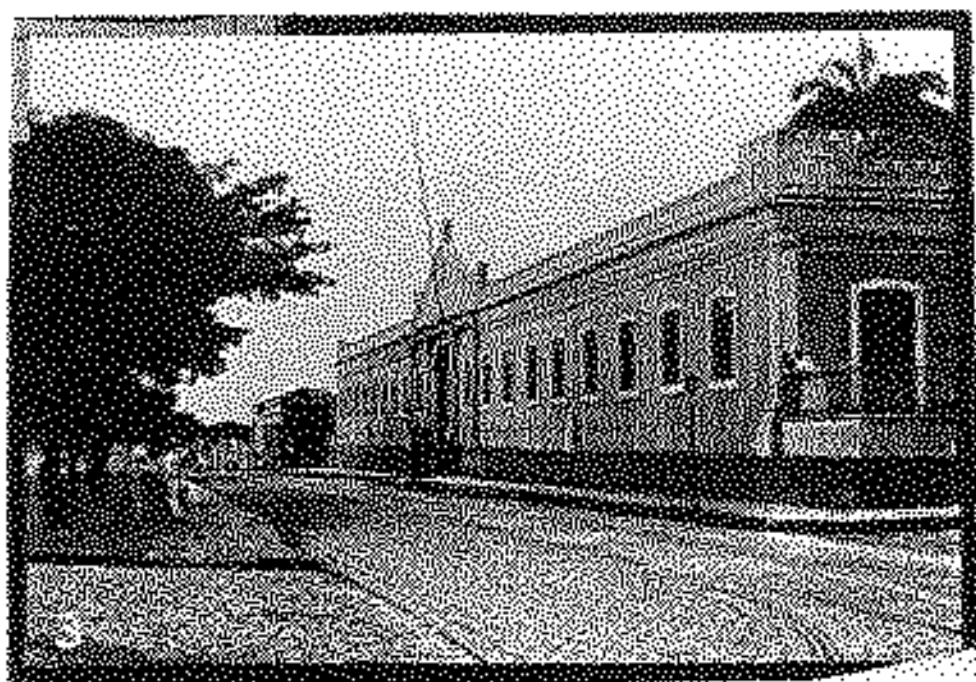
Il. 41 -- Casa da Misericórdia de Évora



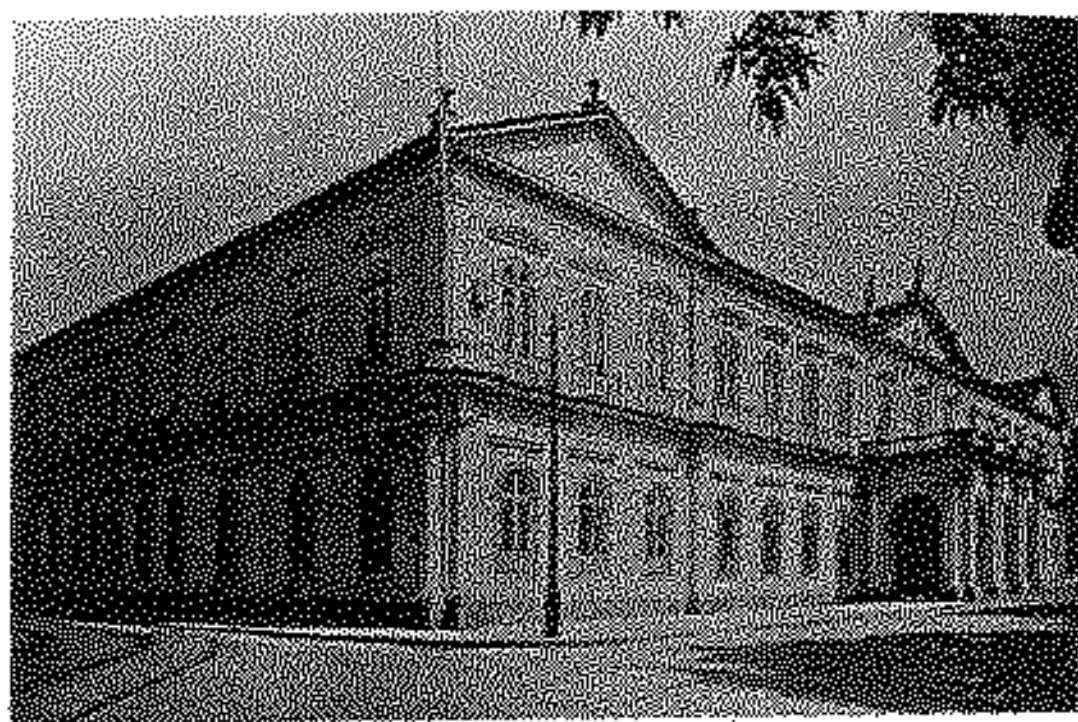
Il. 42 -- edifício do quartel -- Rio de Janeiro



Il. 43 -- edifício do Quartel de Natal -- Rio Grande do Norte



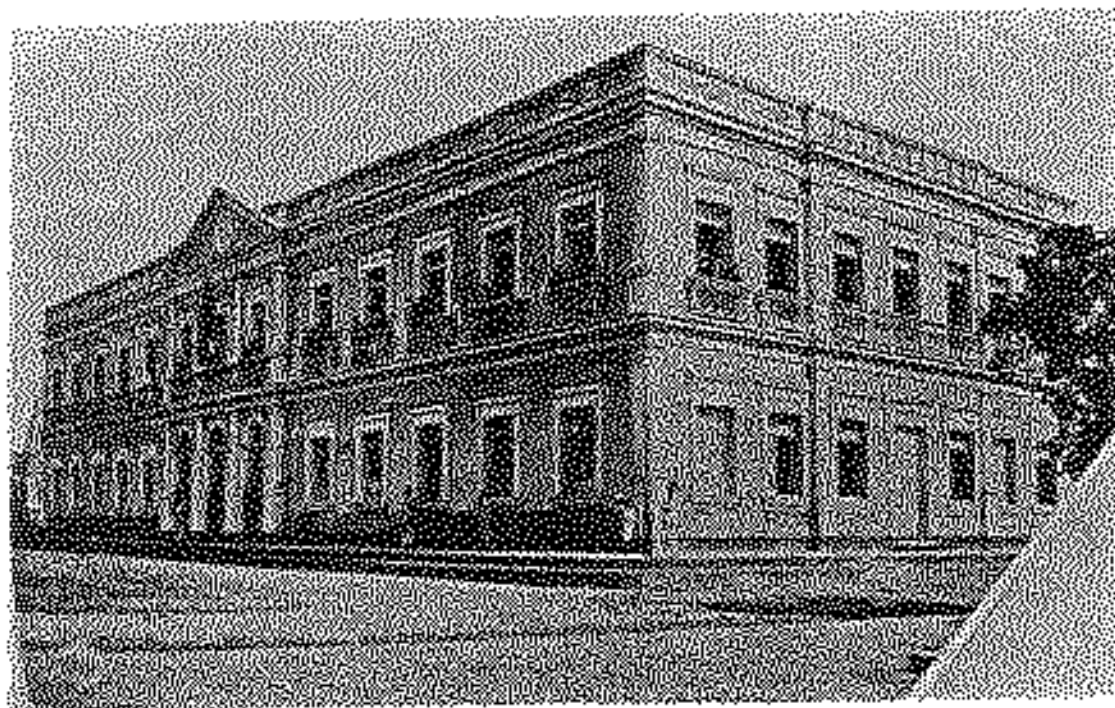
Il. 44 -- edifício do Quatrel de São Luís - Maranhão



Il. 45 -- Palácio do Governo - Belém



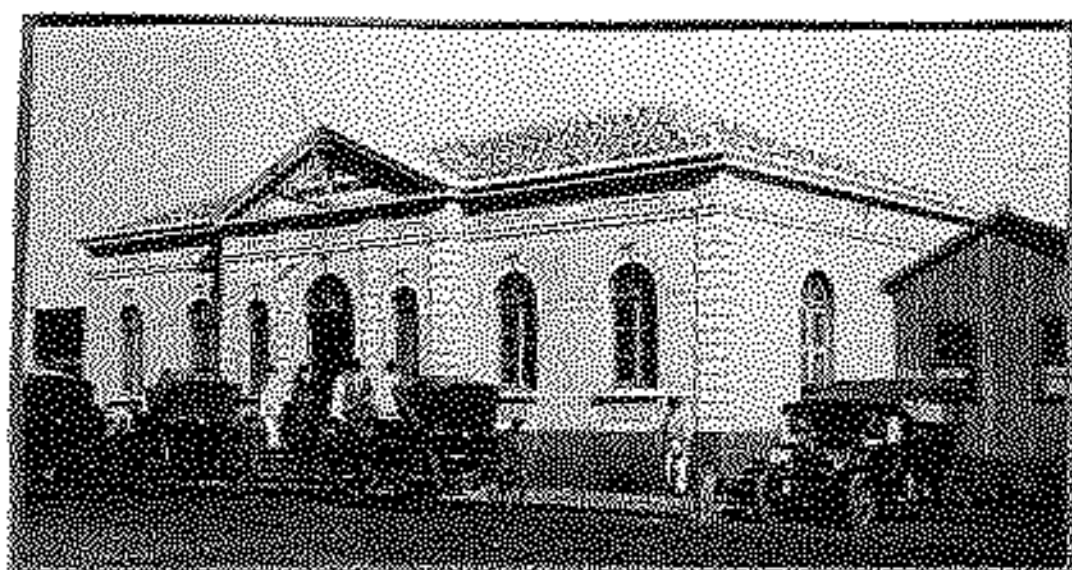
Il. 46 - Palácio do Governo - Manaus



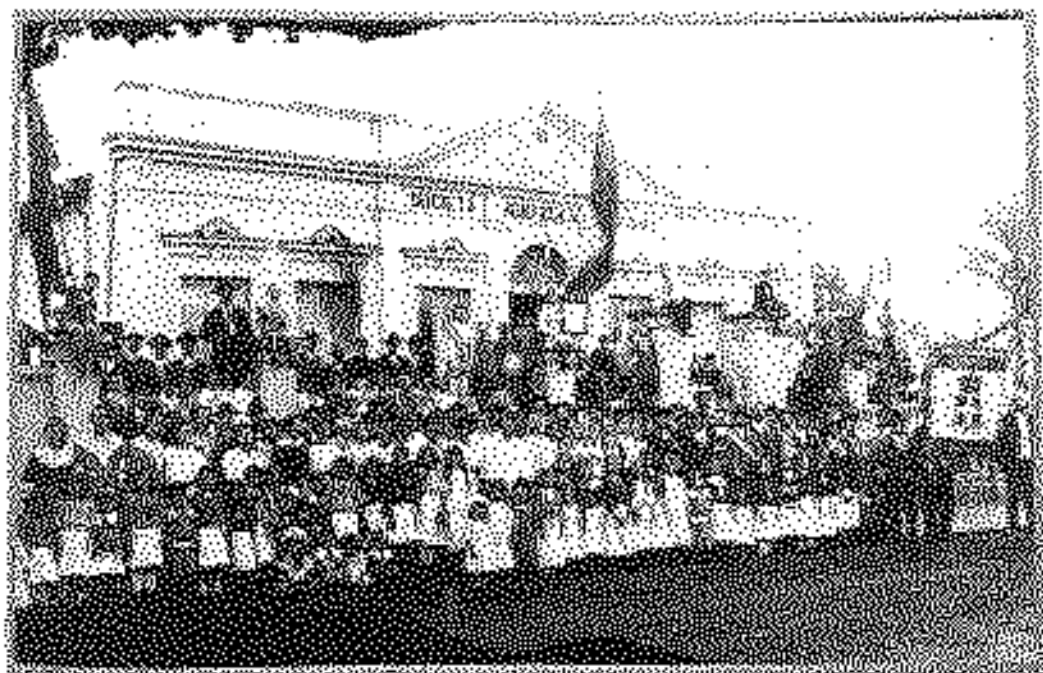
Il. 47 - Palácio do Governo - Natal



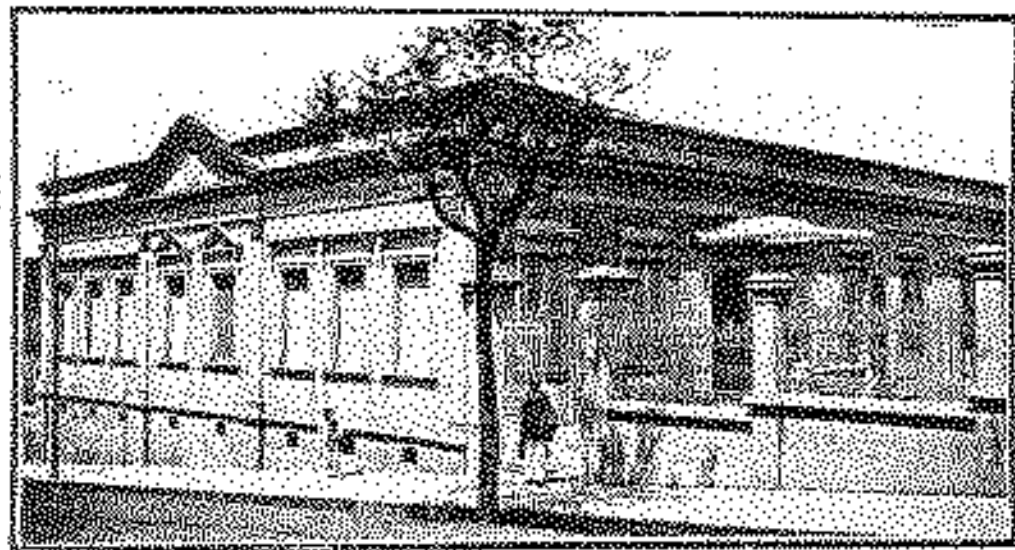
Il. 48 -- Palácio do Governo -- Aracaju



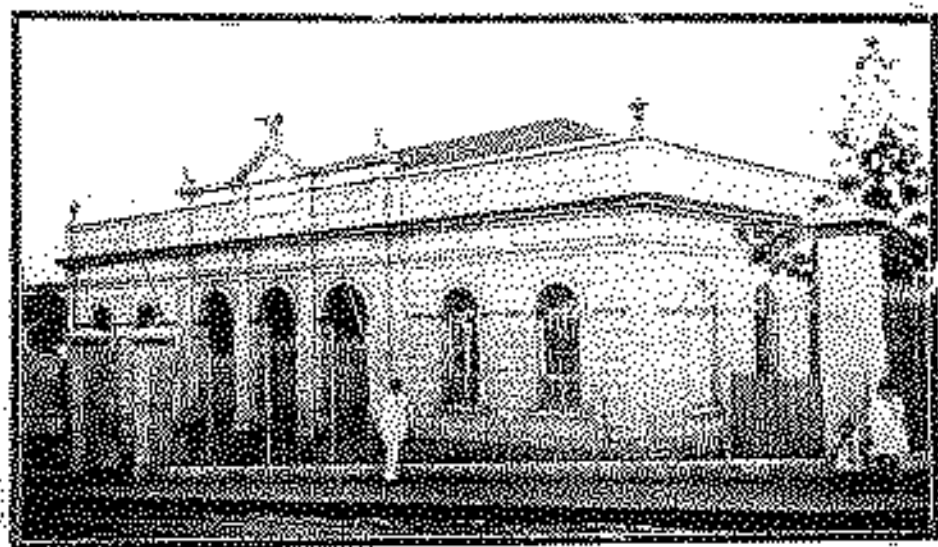
Il. 49 -- Estação da Companhia Sorocabana de Estradas de Ferro - Botucatu



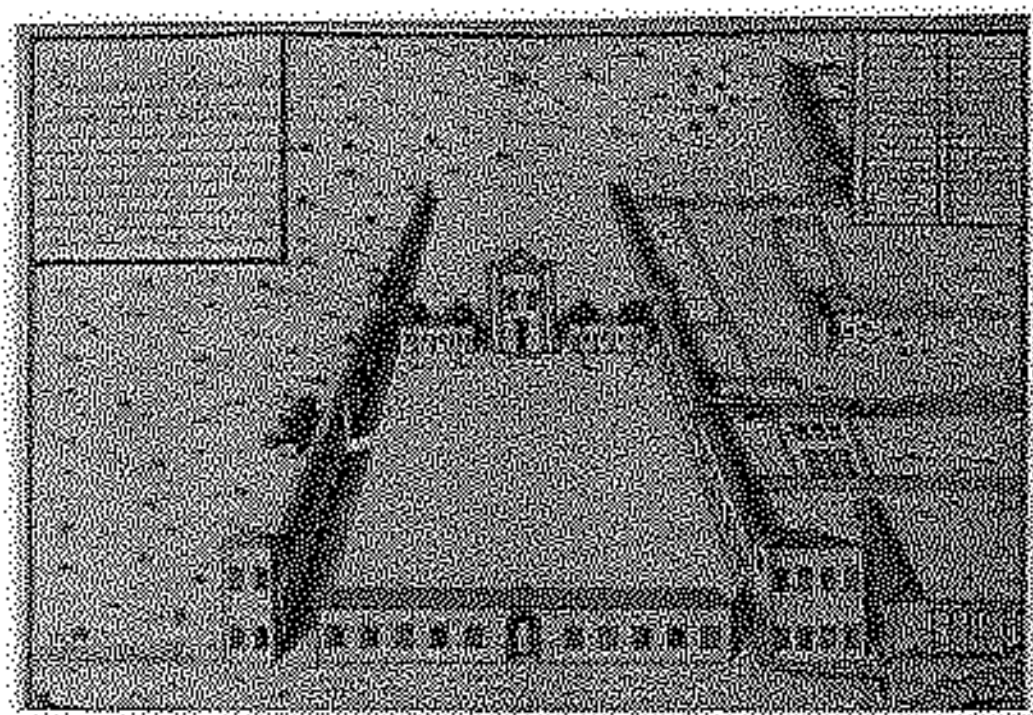
II. 50 - Sociedade Italiana de Beneficência - Botucatu



II. 51 - Palácio Episcopal - São Carlos



Il. 52 - edifício da Sociedade Dante Alighieri - São Carlos



Il. 53 - Perspectiva da Aldeia de S. José de Mossamedes

III.7. O caso dos conjuntos de prédios concebidos como um só edifício.

"As casas em cada quarteirão são tão unidas e tão semelhantes que no conjunto parecem um só palácio (...) hoje porém cada qual tem direito de edificar segundo o seu próprio gosto, o que não impede que o tipo das construções seja quase o mesmo"(23).

Esse comentário de Carl Ruders a respeito de Lisboa no final do século XIX poderia ter sido destinado tanto às vilas e cidades brasileiras implantadas pelos portugueses durante o século XVIII, incluídas as vilas criadas pelo morgado de Mateus, como também a muitas cidades do século XIX no interior paulista.

Assim, se olharmos para a "Perspectiva da Aldeia de S. José de Mossamedes", desenho de 1801 para a criação de vila em Goiás (il. 53), constatamos uma grande praça simétrica ao eixo longitudinal e ladeada por edifícios uniformes. Quatro ruas abrem-se nos cantos e duas na metade dos lados maiores. Percebemos a presença de edifícios assobradados nos cantos, à guisa de torresões, o que, aliado à uniformidade das fachadas, transmite ao conjunto uma imagem de palácio. Além disso, o desenho parece indicar que no centro da fachada do edifício do Quartel, no primeiro plano, voltada para a praça, havia um frontão triangular a marcar a sua entrada. Essa presença aponta para o modelo usado nas Casas de Câmara e Cadeia.

Pode-se comparar esse desenho com a litografia de 1841 (il. 54) ou com aquele que reconstitui a fachada de Vila Real de Santo António (cidade criada na região do Algarve nos anos 1770, durante o período pombalino), estudada pelo professor Horta Correia (il.55). Ambos mostram uma grande fachada, constituída por sete edifícios de dois pavimentos, dispostos em perfeita simetria, sendo o prédio central encimado por um frontão triangular e os laterais possuindo um pavimento amansardado nas extremidades, além dos demais, criando a ideia de dois torreões. "Estes três elementos (pavilhão central, corpos laterais e torreões) encontram-se não só nas edificações palacianas, mas também na composição de grandes construções religiosas como entre nós, por exemplo o Convento de Mafra, com a Basílica ao centro ladeada por dois palácios que terminam com dois torreões"(24).

O edifício central, no caso de Vila Real de Santo António, é utilizado pela Alfândega, que, para o professor Horta Correia, "por imperiosas razões funcionais e políticas tinha de ser a primeira casa da primeira linha"(...). "A Alfândega é pois (para além da Igreja) o único edifício individualizado e, portanto, não repetido, na arquitetura da cidade" (25).

A situação parece repetir-se em São José de Mossamedes, tanto em relação ao edifício do quartel (talvez pela importância hierárquica), quanto à igreja, no lado oposto da praça.

O professor Norta Correia discute sobre os significados morfológicos dos torreões de Vila Real de Santo António: "Avançados cerca de três palmos em relação à linha da frente e sobressaindo também no sentido da altura com a cornija cerca de três palmos acima da linha geral das cornijas de todo o conjunto, os torreões simétricos e homólogos, servem de guardiões e marcam à vila os seus limites a norte e a sul. De planta quadrada e ligados por uma das faces aos pavilhões, ocupam a área correspondente a meio quarteirão, ficando a outra metade ocupada por quintais que lhes servem de logradouro. Esta posição deslocada em relação ao limite real, este jogo entre o limiar virtual da vila, o muro, o extremo do quarteirão e o limite físico e psicológico, o torreão, que 'deveria' ser o limite real, ajuda a evidenciar ainda mais o seu impacto urbano e a sublinhar a sua função de 'aconchegante' vigia. Originado da linguagem própria da arquitectura militar e frequentemente utilizado, como vimos, na composição arquitectónica do palácio europeu (sobretudo de expressão francesa) da época clássica, o tipo arquitectónico 'torreão' tem entre nós (portugueses) uma genealogia específica que do Torreão de Terzi (?) volta ao seu lugar de origem no Terreiro do Paço, depois de ter passado por Mafra já geminado e com cobertura ginhânica, vindo a terminar em linguagem neoclássica no Palácio de Ajuda. Não pode também deixar de se referir a utilização que deste tipo arquitectónico fez Carlos Mardel em Oeiras e até certo ponto na Junqueira, na linha de esquemas formais usados já entre nós nos séculos XVI e XVII"(26).

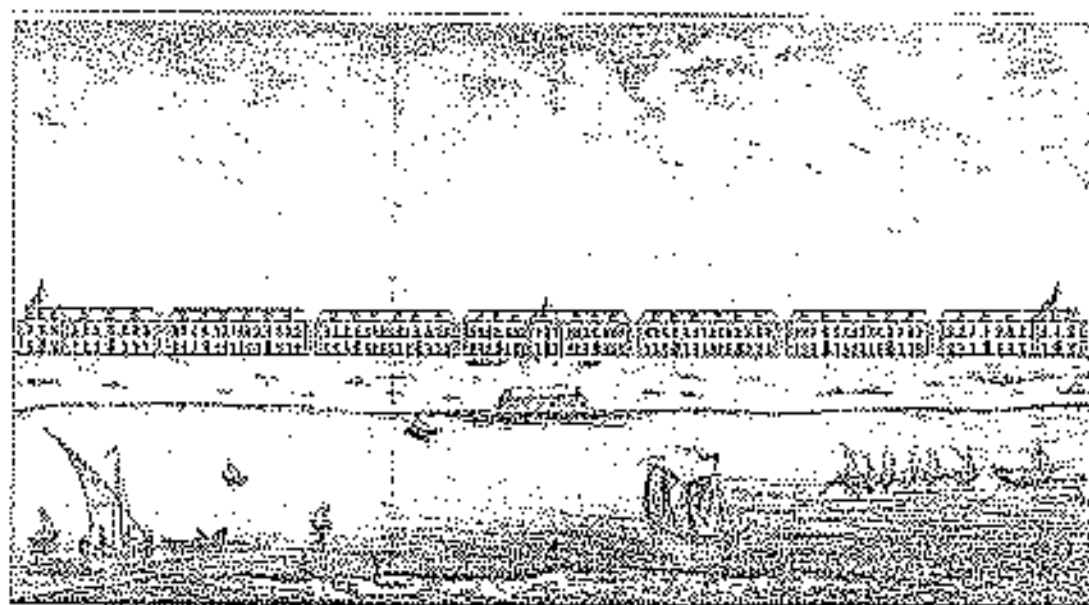
Embora muito mais toscos e "guarrecendo" fachada muito menor, os torreões de S. José de Mossamedes parecem ter sido gerados dentro do mesmo espírito.

Pode-se constatar que esses edifícios apalaçados, que se situavam em posições centrais e privilegiadas nas praças, tinham sempre certa função de controle sobre a povoação. Assim era com o edifício da Alfândega em Vila Real de Santo António, em Portugal, e assim era também com o quartel em São José de Mossamedes, em Goíás. Seria a forma, nesses casos, uma subsidiária da destinação do edifício?

Corrobora para essa suposição o fato de que durante todo o século XIX, no Brasil, esse modelo foi quase sempre utilizado em edifícios destinados a atividades de controle. É o caso, por exemplo, dos palácios do governo de diversos estados como já vimos através das

ilustrações 44, 45, 46 e 47. Além disso, no século XIX, ainda pode-se constatar o mesmo modelo, entre outros, nos prédios dos ministérios da Marinha (il. 56), da Fazenda (il. 57), da Agricultura (il. 58) no Rio de Janeiro.

Mas, além disso, a ideia de conceber edifícios como grandes palácios ultrapassou as questões de uso meramente administrativo e se difundiu para os conjuntos residenciais. Mesmo assim, não aboliu os ideais de nobreza, expressa na "grandiosidade", que lhe é implícita. A fachada do conjunto de residências do largo do Rosário de Amparo (il. 59) é um bom exemplo desse tipo de manifestação. Este é um conjunto edificado no último quarto do século XIX, com uma série de residências abrigadas por um mesmo telhado, que ocupam toda a quadra. Constata-se na fachada a acentuação da entrada principal do "palácio" por duas pilastras toscas que ladeiam as portas centrais do "edifício", como acontecia, por exemplo, no palácio construído em fins do século XVIII, em São Francisco Xavier da Tabatinga, (il. 60 e il. 61) situado na foz do rio Javari, no Estado do Grão-Pará (27) e também no de Vila de Borba a Nova (il. 62), de 1790, no Amazonas. Outros conjuntos, como aquele construído em São José (Rio Grande do Sul) (il. 63), mais singelos, sem pilastras que reforçam os cantos e as entradas, mesmo assim continuam mantendo a ideia de um único edifício. Esse tipo de conjunto também foi muito difundido nas cidades do século XIX do interior paulista. Foram quase todos destruídos totalmente ou sofreram intervenções que os descaracterizaram. É o caso, por exemplo, dos conjuntos das ruas Duque de Caxias (il. 64) e Dr. Artuda (il. 65), em Amparo, construídos no final do século XIX.



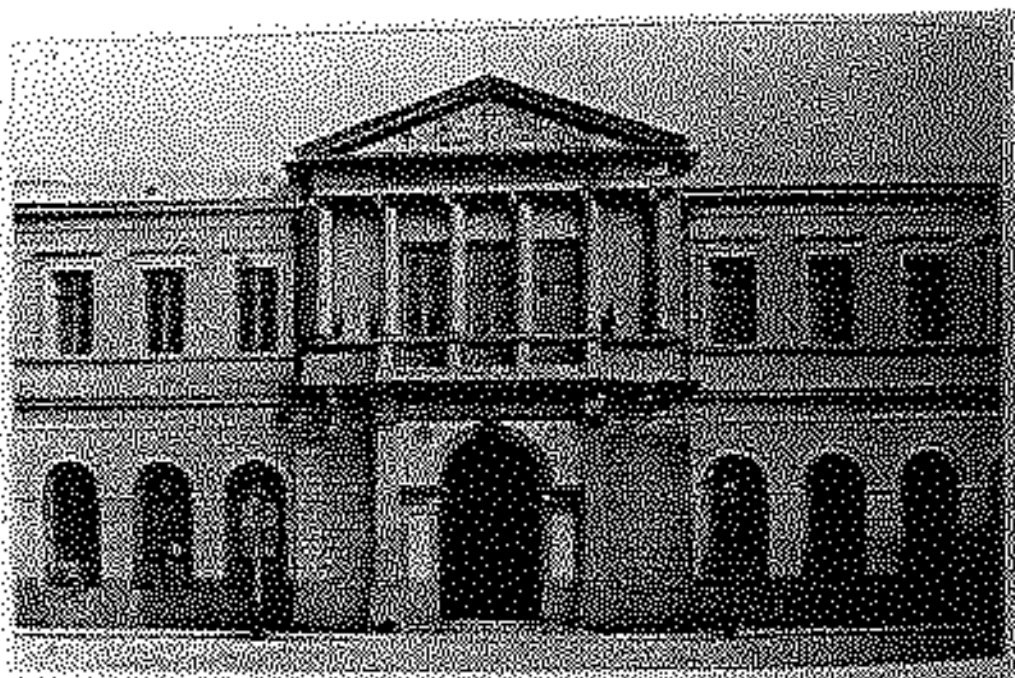
II. 54 -- Vila Real de Santo António -- litografia de 1841



II. 55 -- Vila Real de Santo António -- reconstituição de fachada



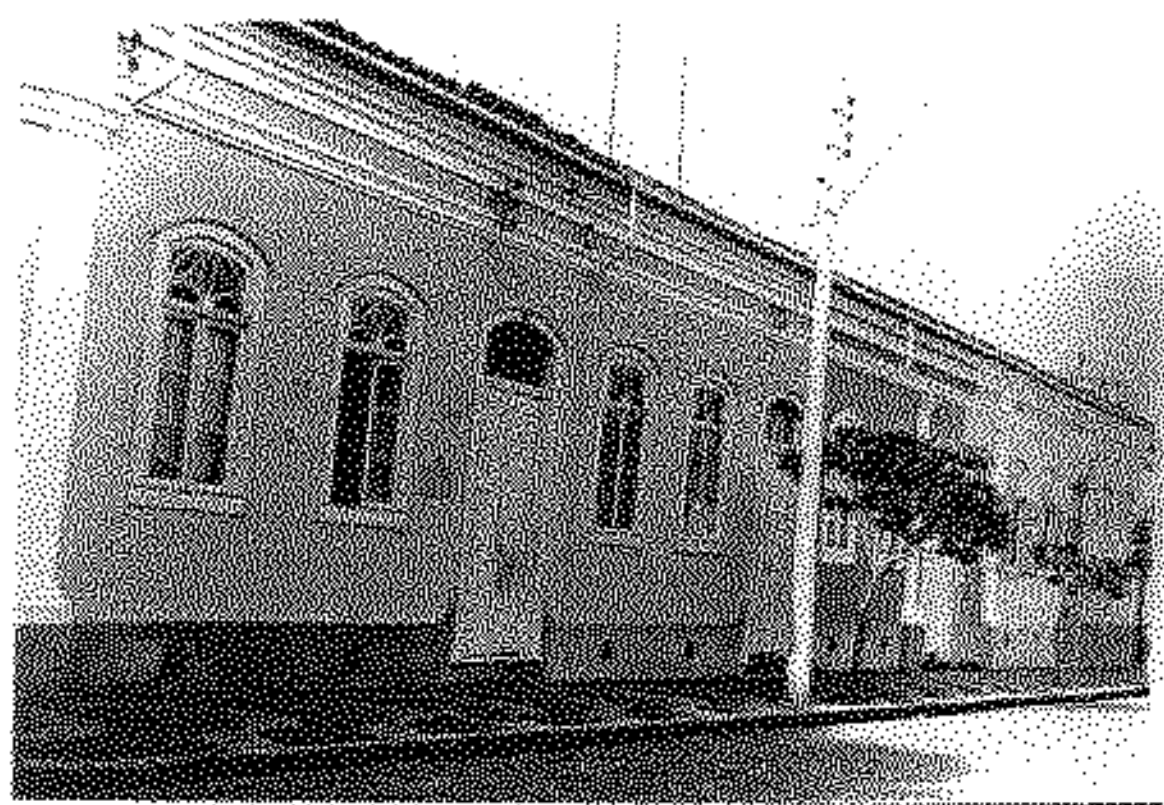
Il. 56 -- Ministério da Marinha -- Rio de Janeiro



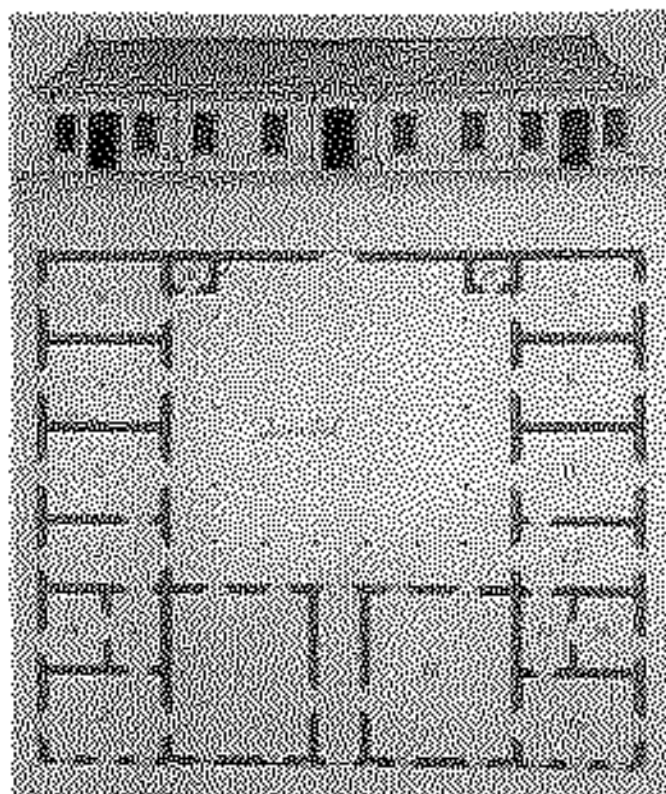
Il. 57 -- Ministério da Fazenda -- Rio de Janeiro



Il. 58 -- Ministério da Agricultura -- Rio de Janeiro



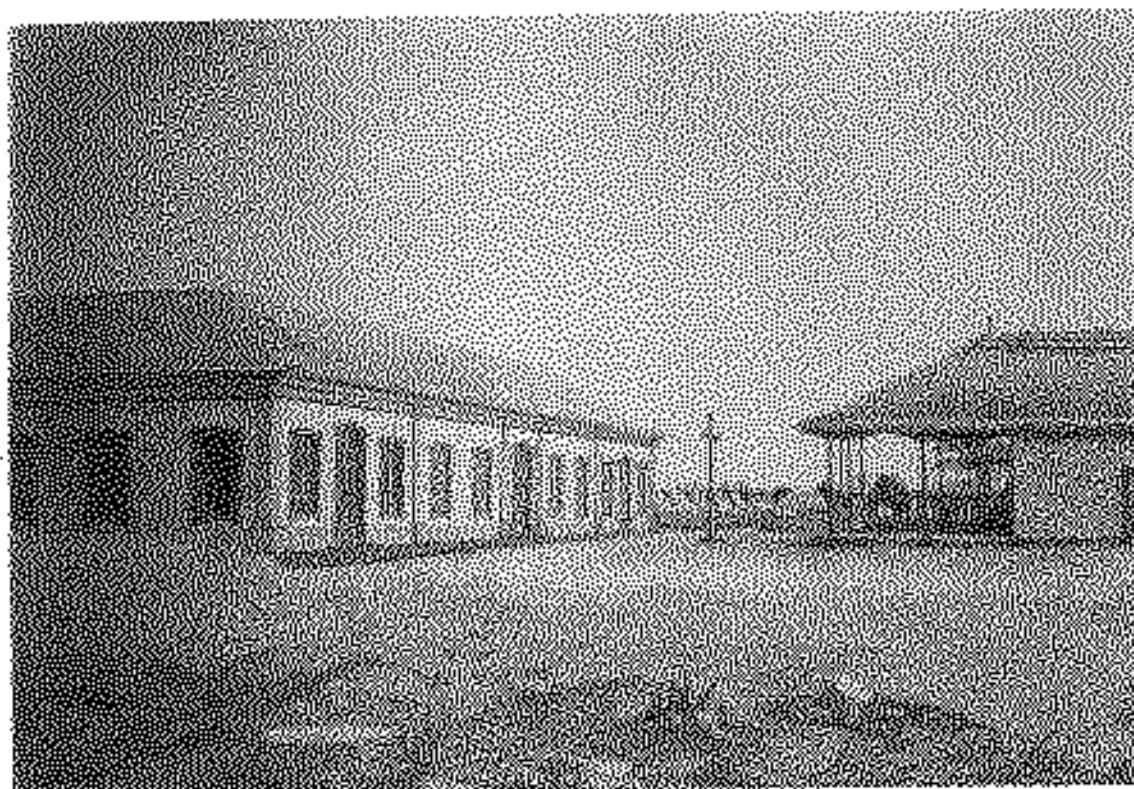
Il. 59. Conjunto de residências no largo do Rosário - Amparo



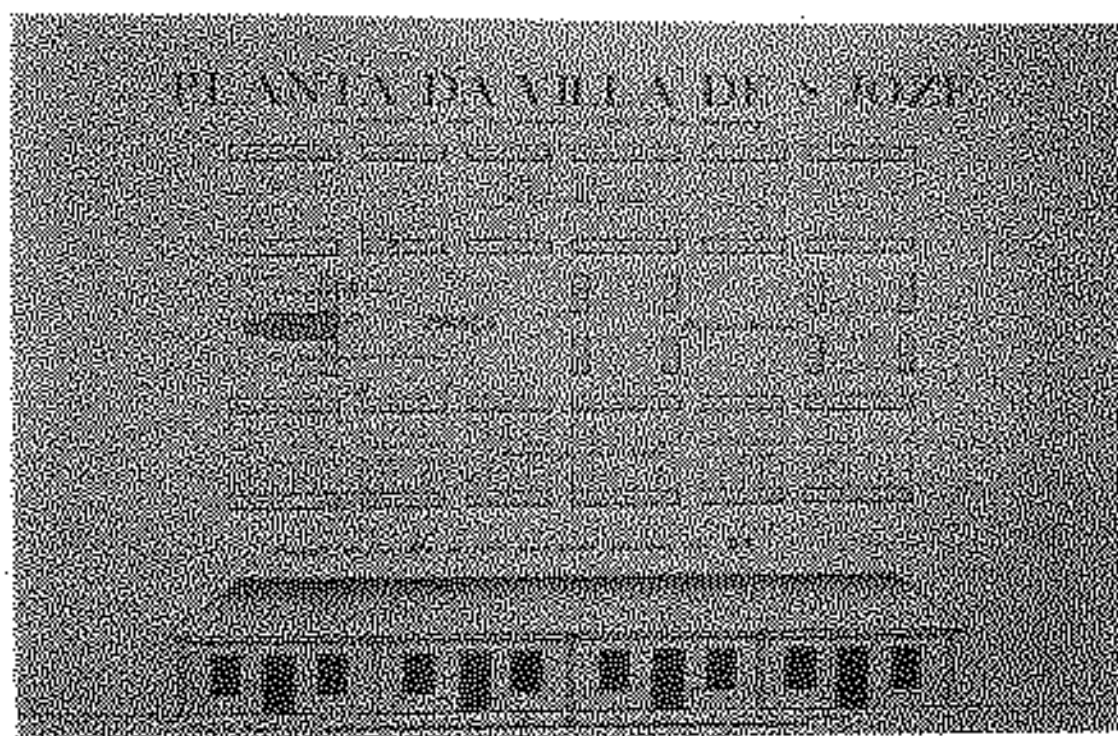
Il. 60. Planta do palácio construído em São Francisco Xavier da Tabatinga, situada na foz do rio Javari.



Il. 61. Detalhe da fachada do palácio de São Francisco Xavier da Tabatinga



Il. 62. Prospecto da Vila de Borba-a-Nova (Amazonas) - cerca de 1790.



Il. 63. Planta da Vila de São José - Rio Grande do Sul - cerca de 1770.



Il. 64. Conjunto de residências na rua Duque de Caxias - Amparo



Il. 65. Conjunto de residências na rua Dr. Artuda - Amparo

III.3. Ainda a resistência da arquitetura de tradição clássica em Portugal durante o século XIX.

Talvez por não existirem monografias que contemplem o trabalho dos construtores em Portugal, nem as que se dediquem ao estudo da arquitetura nas pequenas cidades e vilas do interior, permaneça a ideia geral de que o terremoto que destruiu boa parte de Lisboa em 1755 seja um marco, no país todo, entre uma arquitetura do antes e do depois. A generalização fez com que ficasse, para muitos, a certeza de que a reconstrução de Lisboa, iniciada pelo Marquês de Pombal, tivesse determinado um “estilo”, o “estilo pombalino”, que a todo e a todos constamínou.

Para Raquel Henriques, entretanto, “o terremoto não encerra um ciclo criativo nem construtivo” (28). Tanto os arquitetos quanto os mestres de obras que trabalhavam antes do acidente, em Lisboa, continuaram a trabalhar depois dele. Assim, também as solicitações particulares para as construções, naturalmente tiveram sequência. Isso tudo não só em Lisboa, mas no país todo, com certeza.

É ainda Raquel Henriques que afirma que, até o terremoto, a maioria dos “*encomendadores acitava os repis do passado maneirista para a construção ou reconstrução de novas casas*” (29). Nos anos subsequentes os arquitetos moviam-se

“numa conjuntura expressiva eclética, cuja matriz se determinava, num cruzamento num sempre classificado, entre a herança classicista da arquitetura, os hábitos oficiais da edificação corrente e o rococó insinuante da sensibilidade epocal” (30).

Embora ela se refira a Lisboa, é muito provável, entretanto, que a arquitetura de construtores e mestres de obras do interior do território português não acompanhasse de perto a arquitetura “eclética” - aquela que se balançava entre as três correntes propostas no parágrafo precedente - e, ao contrário, continuasse atada à tradicional “resistência maneirista” que fazia com que o gosto renascentista permanecesse. Diversos depoimentos confirmam essa nossa suposição. Primeiramente, em 1834, o arquiteto Joaquim Narciso Possidónio da Silva (31), em resposta a um artigo assinado por João Maria Feijó, repetia o que em outra ocasião já havia afirmado:

"Que a Architectura era uma arte, como todas da sua ordem ao presente, em que se não pôde inventar nada de novo sem cair no romântico, de gosto hoje na Musica e Poesia, mas não ainda em Architectura ou Pintura que não sahiram do classico, accommodado porem aos nossos costumes, e por isso invariavel em quanto estes o forem" (32).

Depois, um artigo publicado em 1837 pela revista "Patriaria", dedicado à arquitetura gótica, ressaltava: *"em breve serão modelo para os artífices quando de todo se acabar o preconceito de que em artes só o grego e o romano é belo"* (33).

Um exemplar de "Bibliotheca do Povo e das Escolas", uma enciclopédia de conhecimentos humanos, baseada a partir de pequeninos volumes de 32 folhas, que circulou entre 1881 e 1913, tanto em Portugal quanto no Brasil, ao preço de 50 réis cada fascículo, foi publicado por David Corazzi.

"Até 1888 – 1889 foram 21 séries, num total de 175 volumes, O ritmo quinzenal de edição formando séries de 8 volumes cada, manteve-se até 1886 (nº 144). Seus objetivos eram, em linhas gerais, incitar ao estudo as classes escolásticas e populares (...) por uma maneira sucinta, clara, popular, ao alcance de todas as inteligências, e, pelo seu diminuto preço, ao alcance de todas as bolsas"(34).

Como avaliava Raimundo Ortigão no "Diário de Notícias" lisboense em 1888:

"(...) Constituem já uma das mais completas bibliotecazinhas escolares que eu conheço; pelo seu preço módico prestam-se a formar a livreria de algibeiro de qualquer operário; e no seu conjunto, pela quantidade de matérias que abrangem, pelas noções, geralmente precisas e claras que annunciam, pelos conhecimentos que derramam e vulgarizam, elles representam um dos mais importantes serviços prestados em Portugal à educação do espirito público" (35).

Entre muitos dos exemplares que a Biblioteca Municipal de Amparo possui dessa enciclopédia, um em especial, publicado em 1886, dedica-se à construção de "palácios e habitações particulares". Decidimos transcrever trechos desse artigo porque o consideramos

de relevância para a compreensão do gosto arquitetónico circulante naquele momento histórico:

"Palácios(…) : Não temos em Lisboa tipos de palácios, análogos aos que possuem as principais cidades de Italia, como Genova, Florença, Roma, etc, e que poderíamos citar como exemplo aos leitores. Pode dizer-se que os nossos denominados palácios não passam de simples casas apalaçadas: os proprios paços reais estão muito longe de nos poderem servir de exemplo. (...) As regras mais geralmente aceites na construção dos palácios (e por "construção" deve o leitor entender que se trata a um tempo da "decoração" e "distribuição" do edificio) podem formular-se de um modo geral nos termos seguintes: O palacio não comporta mais de tres pavimentos, o máximo (dois pavimentos com o terceiro de "mezzaninos"); poderá ter também dois pavimentos e um de mansardas corridas (veja o que a este respeito dissemos no "Manual do Carpinteiro" ~ vol. LXXXIV da "Biblioteca do Povo e das Escolas"). Se o palacio não tem mansardas, remata por um attico, que pode receber estatuas, vasos, etc. A decoração que em geral melhor lhe convem é a de pilastras, devendo reservar-se o emprego das columnas já para decoração da porta principal do palacio, já para suporte do frontão que pode adornar o centro da fachada principal, ou para qualquer membro saliente da construção (...)"(36).

Os edificios renascentistas do século XIX, tanto os de Portugal quanto os do interior paulista, apresentados através das imagens (66 e 76) no final do capítulo, ilustram bem os textos transcritos acima.

"Habitações particulares -- As edificações particulares não podem em regra ter pretensões a ostentar riquezas architectonicas, salvo quando se trata de casas apalaçadas, que são um tipo de transição entre a casa burguesa e o palacio. A simplicidade elegante, a boa distribuição dos aposentos, uma bem entendida distribuição de luz e ar, juntas a uma construção esmerada e duradoura, devem ser as características destas edificações. A ornamentação exterior que mais lhes convem resume-se em pilastras singelas e pouco salientes que accusam as linhas principais da fachada, e sobre as quaes veem apoiar-se falsas singelas a divisão por pavimentos do todo predio. As janelas altas, bem rasgadas, e nas devidas proporções em relação aos pés direitos, comportam umbraes e vergas que podem ser a um tempo singelos na ornamentação e elegantes, as portas e janellas (quer

estas sejam de pétois, quer de sacadas), quando bem delineadas e distribuídas pelas fachadas, por si só bastam para dar um cunho de elegância a uma casa. Algumas das casas da Avenida Liberdade podem servir de exemplo ao que dizemos. Como meios acessórios pode o architecto lançar mão dos revestimentos, e de áticos ou de balaustradas. Tratemos (imbora de leve) de cada um destes pontos.

No remate do edificio, e disfarçando o telhado, está hoje muito em voga o emprego de atticos, ou de balaustradas; esta ornamentação, para ser elegante, precisa ter um certo cunho de ligeireza, sem o que o edificio parecerá como que esmagado com o peso do remate que o architecto lhe poz" (37).

Tanto para a construção de palácios quanto de habitações particulares, o texto é enfático, deve-se utilizar de uma ornamentação de tradição clássica. As imagens apresentadas a seguir são de edifícios portugueses renascentistas, de tipologia diferenciada, mas também ilustram satisfatoriamente o texto no que concerne às residências particulares.

Para finalizar, em 1898, o testamento do Visconde de Valmor, que tratava de dotar a cidade com um fundo *"cujos rendimentos annuaes constituiriam um prêmio a ser annualmente dado em duas partes iguais ao proprietário e ao arquiteto de mais bello prédio ou casa edificados"* com a condição de que os projetos tivessem *"um estylo architectónico Clássico, Grego ou Romano, Romão Gothico, ou da Renascença"* (38).

Os depoimentos e textos transcritos reforçam a ideia de que durante a segunda metade do século XVIII e todo o século XIX, as construções em Portugal foram norteadas pelo gosto clássico, claramente descendente do classicismo renascentista.

Além disso, se o Visconde de Valmor não identificasse uma ameaça ao gosto clássico (portanto presente), que ele, ao que parece, venerava, não teria deixado parte da sua fortuna para promover a sua defesa.

Quando nos referimos anteriormente às semelhanças entre as cidades paulistas do século XIX, referimo-nos também ao gosto clássico presente na fachada dos edifícios dessa época. Da mesma forma e ao mesmo tempo, é como se os trechos transcritos acima fizessem referência à arquitetura presente nos "palácios" e "habitações particulares" do interior paulista.

Em 1901, o *"Boletim da Real Associação dos Architectos Cíveis e Archeologos Portuguezes"* (39) trazia um artigo assinado por Rozendo Carneiro afirmando que

"desde o século XV em que nos domínios da architectura se restabeleceram as formulas classicas, até ao final do século XIX, nenhum estylo, nenhuma predominancia artistica se creou que possa com justiça contrapôr-se a essas extraordinarias escolas d'arte que a civilização greco-romana nos legou. Os tres séculos depois do renascimento, que antecederam o XIX, limitaram-se, ou a seguir servilmente os modelos classicos, ou então, quando actuados por tendencias innovadoras, a crear substylos inscriptos nas mesmas linhas modelares, e que apenas devem ser considerados, no meio da evolução artistica, como mais ou menos complexos accideres decorativos (...). O hom que produziu e legou ao século actual foi ainda baseado na modelação classica original, ou na que o renascimento consubstanciou nos seus movimentos de architectura; por isso se pode concluir que nada deixou de perfeitamente definido como obra sua, que possa e deva ser considerada como estylo fundamental e novo".

Dessa forma, constatamos referências ao gosto renascentista e à resistência que ele parece ter oferecido às contaminações durante os séculos dezessete e dezoito portugueses e, conseqüentemente, às suas colônias.

Akre-se aqui uma questão que pode vir a ser objeto de estudo no futuro: Em Portugal e também no interior do Estado de São Paulo, e quem sabe do Brasil todo, não houve, na arquitetura de construtores, no lugar do neo-clacissismo, uma espécie de prolongamento do período renascentista, que perdurou até as primeiras décadas do século XX?

Rosendo Cavalleira afirmou, como vimos, que, em Portugal, o período de três séculos, compreendido entre o Renascimento e o século XIX, projetou-se segundo os modelos clássicos. Ora, esse artigo foi publicado num boletim da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, e isso lhe incorpora, portanto, maior peso.

Com respeito aos edifícios do século XIX, isso se comprova quando se percorre o país, ainda hoje, visitando pequenas e grandes cidades. Uma amostra desse corpus pode ser vista no levantamento catalográfico que acompanha este trabalho.

Dentre muitos, um edifício em especial, situado entre Silves e Messines (il. 77 e il. 78), parece simbolizar a intensidade com que o país estava impregnado pelo gosto por uma arquitetura de tradição clássica. Essa pequena casa de beira de estrada, construída inteiramente em pedra, recebeu um revestimento de argamassa. O que chama atenção,

entretanto, são as muitas dificuldades que o pedreiro encontrou para revesti-la. A espessura chega a ter 7 centímetros, o que nos faz pensar numa aplicação em camadas sobrepostas. É possível que nos cantos do edifício existissem pilastras, mas delas não encontramos vestígios. Além disso, a cinzalha, que muitas mais camadas deve ter exigido na sua elaboração, parece ter resistido ao tempo para comprovar a cumplicidade entre o pedreiro e o proprietário que imprimiram ali o seu gosto comum: o gosto pelo modelo clássico.



Il. 66. Residência onde morreu Francisco Martins Sarmiento em 1899 — Braga - Portugal



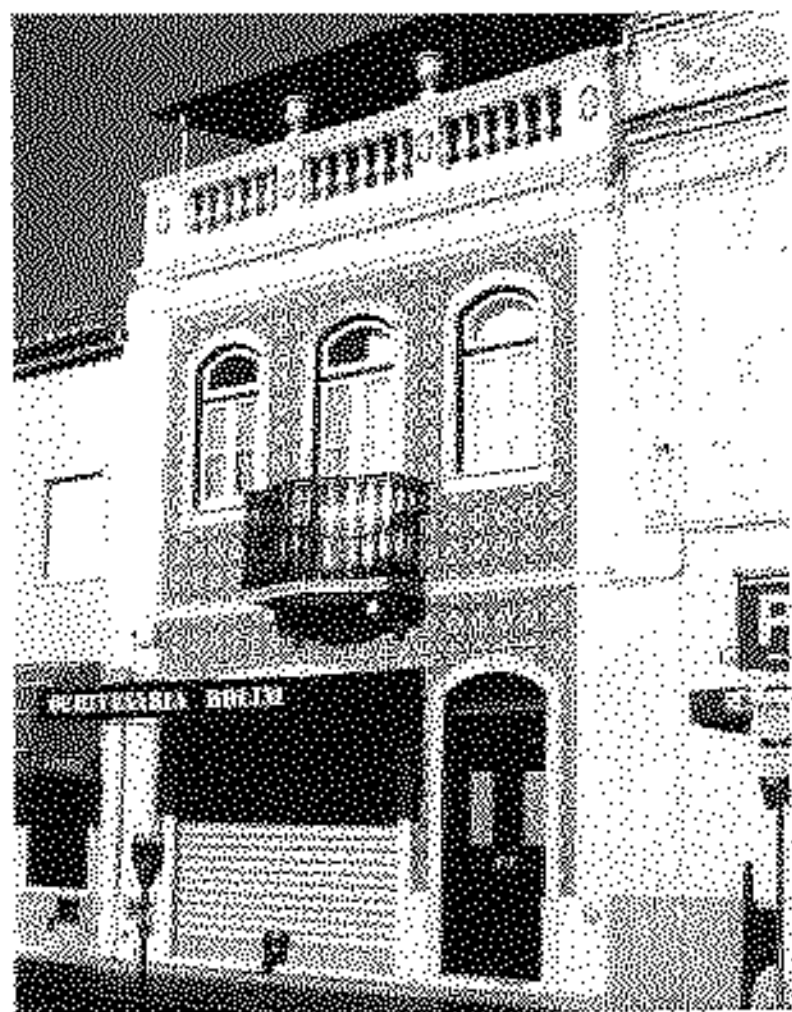
Il. 67. Conjunto de casas n.ºs 13,19,39 da rua Prof. Dr. Manoel Andrade — Estarreja-Portugal



N. 68, Rua Belém, 3 (Ajuda) -- Lisboa -- Portugal



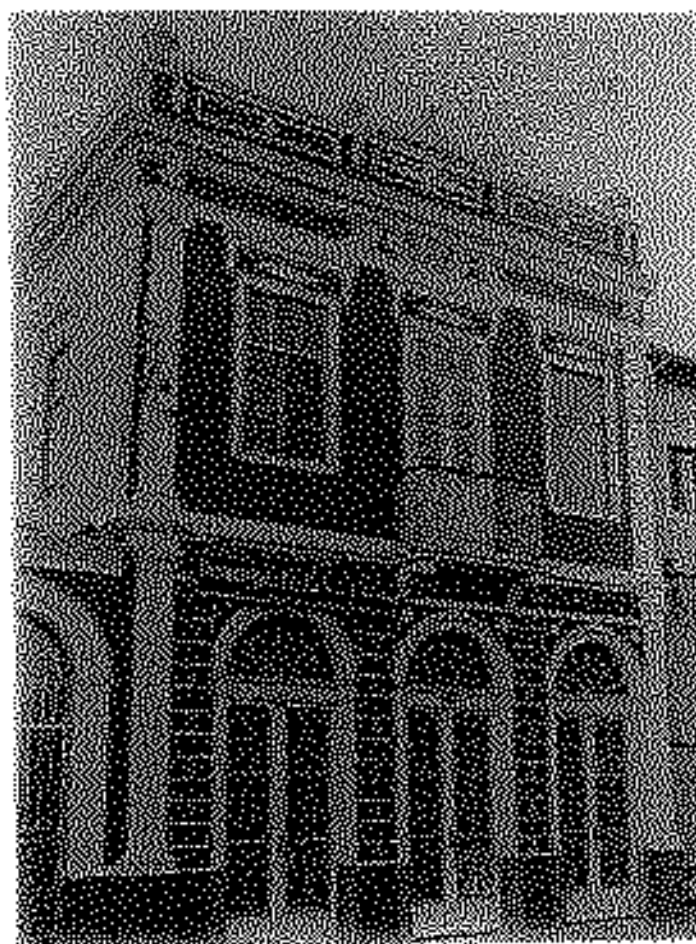
Q. 69. Ed. nº s 11, 13 da Rua do Príncipe -- Vila Real de Santo António - Portugal



Il. 70. Edifício nº 2 da Rua Elias Garcia -- Mafra -- Portugal



Il. 71. Edifício Praça Pedro Ramos, s/n - Baanai



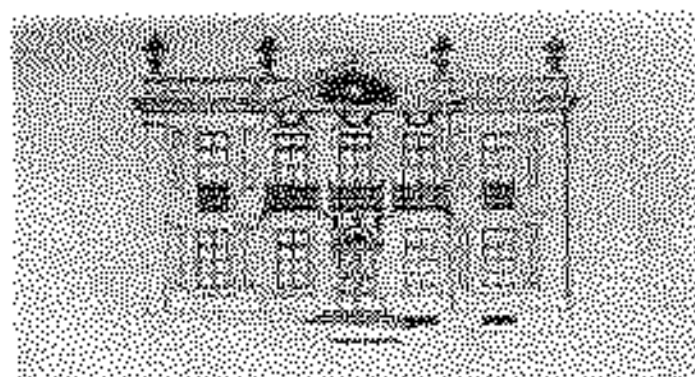
II. 72 Edifício nºs 277, 285, Rua Coronel Leme – Bragança Paulista



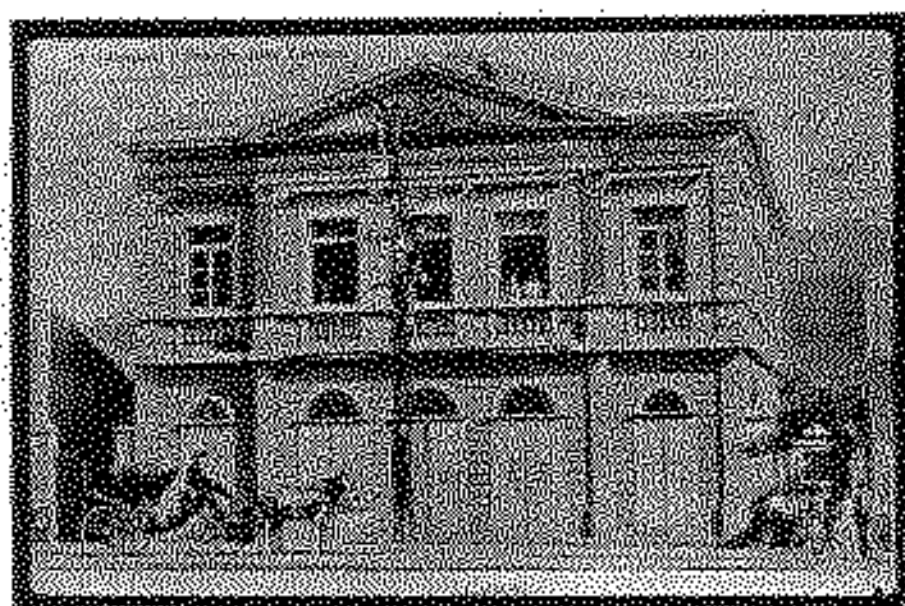
B. 73. Edifício Rua 13 de maio - Amparo



R. 74. Conjunto residências Rua Décio Pacheco da Silveira - Amparo



II. 75. Projeto de fachada para palacete - 1864 - José da Costa Sequeira - Portugal



II. 76. Fachada do Teatro João Caetano - 1890 - Garcia Redondo - Amparo



IL 77. Edifício na estrada entre Silves e Messines -- Portugal



Il. 78. Edifício na estrada entre Silves e Messines -- detalhe cimalha - Portugal

NOTAS

01. Lúcio Costa. Documentação necessária. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 1937, fls. 39.
02. Alberto Sousa. Arquitetura neoclássica brasileira: um reexame. São Paulo: FPNL, 1994, fls. 37.
03. Alberto Sousa. Op. Cit. fls. 39.
04. Alberto Sousa. Op. Cit. fls. 59.
05. Joel Serrão. A emigração portuguesa. Lisboa: Livros Horizonte, 4ª edição, 1982.
06. Franco Cerri. Italianos no Brasil. São Paulo: Livraria Martins Editora, s/d.
07. João Posenato. Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983, fls. 163.
08. Paulo Theódin Barreto. Casas de Câmara e Cadela. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 1947, nº 11, fls. 59.
09. Paulo Theódin Barreto, Op. Cit. fls. 184.
10. Benedito Lima de Toledo. São Paulo: três cidades em um século. São Paulo: Duas cidades, 1983.
11. Souza Viterbo. Dicionário histórico documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. Reedição 1988, fls. 175.
12. Pedro Carlos da Sôa Telles. História da engenharia no Brasil (séculos XVI e XIX). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos AS, 1984, fls. 104.
13. José Eduardo Cury Motta Correia. Vila Real de Santo António -- urbanismo e poder na política portugalina. Dissertação de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1984, Vol. 1, fls. 307.
14. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. Desenho e Design: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822). Tese de doutorado apresentada FAP-USP, São Paulo, 2001, fls. 589.

15. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. Op. Cit. Fls. 589.
16. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. Op. Cit. Fls. 596.
17. Paulo Thedim Barreto. Op. Cit. fls. 184.
18. Raquel Henriques da Silva. Lisboa Romântica -- urbanismo e arquitetura, 1777 – 1874. Dissertação de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 1997.
19. Raquel Henriques da Silva. Op. Cit. fls. 79.
20. Raquel Henriques da Silva. Op. Cit. fls. 151.
21. Raquel Henriques da Silva. Op. Cit. fls. 73.
22. Raquel Henriques da Silva. Op. Cit. fls. 74.
23. Carl Israel Ruders, viajante que esteve em Lisboa entre 1798 e 1802.
24. José Eduardo Capa Horta Correia. Op. Cit. fls. 289.
25. José Eduardo Capa Horta Correia. Op. Cit. fls. 290.
26. José Eduardo Capa Horta Correia. Op. Cit. fls. 300.
27. Maps -- imagens da formação territorial brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993, fls. 98.
28. Raquel Henriques da Silva. Op. Cit. fls. 83.
29. Raquel Henriques da Silva. Op. Cit. fls. 80.
30. Raquel Henriques da Silva. Op. Cit. fls. 151.
31. Joaquim Narciso Possidónio da Silva (1806-1896) “filho de um mestre-geral dos paços reais, Possidónio da Silva foi levado em 1807 para o Rio, donde voltou em 1821, para estudar com Sequeira e Sendim; em 1824 partiu para Paris, onde trabalhou, até concluir exames na École des Beaux Arts, em 1828, com o famoso arquiteto e decorador do Primeiro Império Charles Percier; passou então dois anos em Itália e voltou a Paris, onde, até aos 33, data do regresso a Portugal, trabalhou nas obras do Palais Royal e das “Tulherias” in José Augusto França. A arte em Portugal no século XIX. Lisboa: Bertrand Editora, 3ª edição, 1996, vol. 1, fls. 319.
32. Raquel Henriques da Silva. Op. Cit. fls. 695.
33. Raquel Henriques da Silva. Op. Cit. fls. 261.
34. Biblioteca do Povo e das Escolas -- Propaganda de Instrução para Portuguezes e Brasileiros. 15ª série, nº 113, Lisboa: David Cerazzi Editor, 1886.

35. Biblioteca do Povo e das Escolas.

36. José Manuel Pedreira. História do Prémio Valmor. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988, fls. 21.

37. Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, série 4, tomo IX, nº 3.

CAPÍTULO IV

PUBLICAÇÕES DE INSPIRAÇÃO “VINHOLESCA” EM PORTUGAL E NO BRASIL -- EFEITOS.

*“Todas as semanas partem para o Brasil
cercejas de portugueses. As famílias desses
rapazolas corados e sadios despedem-se delles
como se fizessem os derradeiros adeuses a um
morto que vão enterrar. Na sua doce
simplicidade rustica o Brasil é o mais logar --
onde se morre. E quando os rapazolas voltam,
homens, com corrente de ouro, anéis e o ar
pachola do Brasil, as mesmas familias soluçam
estrepitosamente; como se o encontrassem
ressuscitado.”*

João do Rio “Portugal de agora” (1911)

IV.1. O gosto e o conhecimento das regras.

Uma coisa que impressiona o viajante atento, quando este percorre o interior paulista observando as fachadas das casas da segunda metade do século XIX, é justamente o rigor que seguem em relação às regras clássicas. Dificilmente ele perceberá um solecismo, dificilmente encontrará na fachada de um sobrado do século XIX uma pilastra toscana ou dórica se sobrepondo a uma jônica ou coríntia. Dificilmente encontrará um triglifo repousando sobre a abertura de uma janela. Sabe-se, no entanto, que, de um modo geral, esses elementos não tem função estrutural, apenas função sinalética.

Observemos, por exemplo, a fachada do edifício nº 75 da rua Antonio Prado, em Amparo (fl. 79). Nessa fachada constata-se com muita clareza a coerência no posicionamento dos elementos compositivos em relação aos eixos verticais “fortes”, marcados pelos chefes e aos eixos verticais “fracos”, marcados pelos vazios. Tem-se a abertura do portão, localizada no eixo da janela e, mais acima, no ático, um efeito de alívio na seu peso com a utilização de uma balaustrada. Como, mesmo assim, a janela “necessita” de um reforço para suportar

o peso do ático, há “necessidade” de vigas horizontais complementares, representadas pelas régulas e consolos.

Da mesma forma, se olharmos para o edifício nº 2 da rua Elias Garcia, em Matra, Portugal (il. 70), constata-se aí a mesma relação sinalética da estrutura que existe no edifício de Amparo. As aberturas estão sobrepostas (levar em conta que a porta grande é intervenção recente) e o ático em balaustrada, parece também aliviar o peso no intercolúnio.

O que faz então esses elementos da arquitetura de tradição clássica se apresentarem com uma função sinalética da estrutura senão, além do gosto, um bom conhecimento do vocabulário e da sintaxe clássica?

Se levarmos em conta que tanto esses edifícios quanto a grande maioria daqueles do interior de São Paulo ou Portugal não foram produzidos por arquitetos, resta-nos a hipótese de que seus construtores estavam impregnados pelo gosto de tradição clássica e conheciam bem as suas regras.

Essa dedução um tanto simplista leva-nos, entretanto, a duas possibilidades de reflexão. Uma, relativa aos manuais inspirados nas *“Regras das cinco ordens de Arquitectura”*, de Giacomo Barozio da Vignola, que circularam tanto no Brasil quanto em Portugal e que permitiram o conhecimento das regras clássicas nos mais variados sítios. Outra, relativa às diferentes possibilidades de organização das fachadas a partir dos modelos apresentados pelos manuais.

IV.2. Os desdobramentos do tratado de Vignola.

Um levantamento que acompanha uma edição fac-similar do tratado de Vignola (01), colocou-nos em contato com uma lista de edições quer do “Tratado das cinco ordens” quer dos manuais nele inspirados e produzidos ou traduzidos em diversos países. Estudando o período compreendido entre 1562 e 1974 conseguimos catalogar 514 publicações. Entre elas estão 3 edições portuguesas. As duas mais antigas são de 1787. Primeira, *“Regras das cinco ordens de Architectura de Giacomo Barozio de Vignola, com um acrescentamento de geometria pratica e regra de perspectiva de Fernando Galli Bibiena”*, traduzido, provavelmente do italiano, por José Carlos Binketti e publicado em Lisboa por José d’Aquino Bulhões. Segundo, *“Regras das cinco ordens de Architectura segundo as*

princípios da Vignola com um ensaio sobre as mesmas ordens feito sobre o sentimento dos mais célebres architectos", traduzido do francês por J. Calheiros de Magalhães e Andrade e publicado pela Real Imprensa da Universidade de Coimbra.

Nun pequeno texto dirigido ao leitor, Fernando Bibiena assim inicia sua tradução:

"A causa que me moveo a tomar este trabalho foi não só a vontade e desejo de servir alguns amigos, que ansiosos me pediam a tradução deste livro, mas também o gosto que tenho de o ver traduzido em nosso idioma português, para commodidade daquelles que precisam dele: como são os que quizerem aprender Architectura, que é necessária aos pintores, entalhadores, armadores, carpinteiros e canteiros, e a todas aquellas pessoas que, ou por necessidade das occupações que exercitam, ou por curiosos se querem ornar com ella, aprenda desta arte, os quaes todos necessitam destas regras (...)" (02).

Parece ficar claro neste texto que o público alvo da tradução portuguesa é o conjunto dos profissionais ligados à construção civil, não necessariamente o arquiteto, que já deve ter aprendido a lidar com as ordens na Academia, mas o prático, aquele que está ligado diretamente às obras: o canteiro, o carpinteiro, o pintor e até aquele curioso que simplesmente deseja ornar.

Da outra publicação encontramos, de 1830, uma segunda edição. No prólogo que, acreditamos, também fizesse parte da primeira edição, o tradutor Magalhães e Andrade advoca:

"Depois de dito ensaio passo a fazer algumas reflexões sobre algumas das cousas que tem precedido e acrescento outras que julguei úteis para o fim que esta obra se dirige. Eu tive cuidado de advertir os principiantes dos limites que deve ter a invenção do Architecto em compor segundo o seu gosto, e variar as diferentes membros em cada ordem, porque isso tem havido hum abuso notável, que tem feito por em execução corpos desordenados, e informes, filhos unicamente da fantasia, e contra as regras principaes adotadas pelos melhores Architectos desde os Gregos até os nossos tempos. Nestes termos persuado-me que com esta obra poderão os que se applicam a Architectura, aprender com facilidade as

regras das Ordens e por-se em estado de as desenhar e fazer executar, e de applica-la à decoração dos edificios, que faz uma parte muito attendivel da Architectura Civil” (03).

IV.3. Liberdade comedida.

Dois pontos deste texto são relevantes para nossa reflexão. Primeiro, o fato de que ele confirma o uso prático desse tipo de publicação, afirmando que os que dele se utilizarem estarão aptos a *“desenhar e fazer executar e de applica-la à decoração dos edificios”*. Depois, porque chama a atenção dos interessados na Arte da Architectura que, embora tenham certa liberdade na oriação das fachadas (variar os diferentes membros em cada ordem) não podem cometer abusos como aqueles que têm cometido os do seu tempo.

Isso nos faz pensar que, além de se construir a partir de um gosto clássico, tanto no final do século XVIII (1787) quanto no início do XIX (1830 – data da segunda edição), exercitava-se uma variação de elementos clássicos na composição das fachadas, conferindo-lhes, assim, “personalidades” diferentes. São provavelmente essas possibilidades de múltiplas combinações, a partir dos elementos clássicos apresentados pelo manual, que vão constituir as fachadas das casas portuguesas e também as do interior paulista do século XIX e início do XX, deixando-as parecidas, sem serem iguais. É bem provável, portanto, que as fachadas das casas dependessem primeiro das limitações dos códigos de postura, do gosto clássico e das técnicas construtivas; depois, da combinação dos elementos, escolhida pelo construtor que conhecia os manuais, e, além disso, referendada pelo proprietário que não desejava uma fachada igual a da casa do vizinho.

Corrobora nesse sentido o fato de constarmos, em nosso levantamento no interior paulista, uma série de edifícios de fachadas semelhantes numa mesma cidade. Assemelha-se esse fato ao atelier do pintor que tem uma certa abrangência, uma certa penetração, percebido nas obras dos discípulos através de um certo “jeito” de pintar, do traço do pincel, do modo de se utilizar das cores, de dispor os objetos, etc.

Se observarmos, por exemplo, a residência de nº 646 (il. 80) e o prédio de nº 838, ambos da rua do Comércio, em Tietê (il. 81), perceberemos uma certa familiaridade.

Da mesma forma, se olharmos para o edifício de nº 67 do Largo do Rosário (il. 82) e o de nº 75 da rua Antonio Prado (il. 79), ambos em Amparo, também constatamos a proximidade

dos projetos de fachada e podemos dizer que, se não foram desenhados pelo mesmo construtor, no mínimo mantêm relações com o mesmo “atelier”.

É bem provável, entretanto, que as construções de taipa de pilão do final do século XVIII e primeira metade do século XIX tenham inibido a presença de elementos clássicos nas fachadas por uma razão puramente técnica – a fixação de elementos de gesso, pedra ou terracota no barro das paredes. Mesmo assim, as fachadas das casas eram, na grande maioria das vezes, ladeadas por pilastras “aplicadas” e por beirais em cimalha. Em algumas casas de taipa de mão, onde havia necessidade de uma estrutura de madeira para sustentação das paredes, os cunhais foram talhados ou “encapados” de forma a representarem uma pilastra clássica (il. 83, 84 e 85). Na medida que o tijolo vai substituindo a taipa a presença dos elementos clássicos vai se acentuando.

Além das duas traduções portuguesas mais antigas, que constam da catalogação que acompanha a edição fac-similar já mencionada, encontramos, na Biblioteca Nacional de Lisboa, um exemplar daquela que é, provavelmente a primeira edição de “Noções Theoricas de Architectura Civil, seguidas de um breve tractado das cinco ordens de J. B. de Vinhola. Traduzidas e compiladas pelo professor substituto da aula de desenho de Architectura Civil da Academia das Bellas-Artes de Lisboa (José da Costa Sequeira), e offerecidas aos discipulos da mesma aula”, publicado em 1839, pela Typographia de A. S. Coelho, de Lisboa.

Se as duas outras publicações não mostravam tão claramente o papel didático que representaram junto aos meios académicos, a tradução de José da Costa Sequeira não deixa dúvidas quanto a isso, aparecendo já na capa do trabalho a dedicatória aos alunos da Academia. Mas, mesmo dedicando a tradução aos seus alunos, ele não deixa de chamar a atenção, ainda na introdução, para a possibilidade de uso entre os “*Artistas e Amadores desta nobre Arte, para a corrigirem e melhorarem com as suas judiciosas e sabias correções (...)*”.

No capítulo seguinte, denominado “*Reflexões acerca dos fins que se propõe a Architectura Civil, e dos meios que emprega para os construir*”, Sequeira criou o subtítulo “*Decoração*”, onde discorreu sobre as possibilidades de organização das fachadas. Embora um tanto longo, optamos por transcrevê-lo:

"A decoração consiste na symetria, e na regularidade, objectos que não podem conciliar-se, se as partes com que for organizado o edificio, não se acharem bem combinadas, tendo todas uma proporção correspondente, com especialidade os vãos de portas, e de janelas, que devem estar em relação com os membros, ou intervallos. Dispondo-se de tal maneira os Architraves, Frisos, e Cornijas, que offereçam sempre aos olhos do observador intelligente, grandiosos contrastes de linhas, sem muitos ressaltos, nem mal entendidas interrupções. Offerecendo as Columnas, as Pilastras, ou outros quaesquer membros de decoração, as competentes correspondências de ambos os lados da Fachada, e achando-se sempre no centro principal, um vão de porta, ou de janella, e nunca um membro, ou intervallo. Quanto ás decorações interiores, dependem ellas essencialmente do bom gosto, a escolha dos ornamentos, objecto que em grande parte pertence à Escultura, e à Pintura. Não se conhecem principios alguns que possam estabelecer-se como regras infallíveis de decoração; porisso que toda ella depende do génio creador do Architecto. A principal obrigação deste, he imprimir em todo o edificio em geral, e a cada uma das suas partes em particular, um carácter apropriado ao seu objecto, para cujo effeito deve empregar o maior desvello, e attenção, ao fim de poder desempenhar tão attendivel preceito.

A excellência do Artista constructor será fácil de descobrir, à vista da symetrica distribuição das massas, do grandioso das formas, da elegância dos perfis, e da appropriada localidade dos ornamentos. Jamais cessaremos de advertir aquelles que se applicam a esta nobre Arte, que he só na simplicidade bem entendida, que verdadeiramente consiste uma bella, e encantadora Decoração.

(...)E finalmente, a belleza para ser completa, deve achar-se repartida por todos os membros do edificio, assignalando a cada um, o caracter que lhe for mais próprio, e as justas proporções que lhe competirem (Vitrúvio L.^o I).

Para se tirar o maior partido possível de um edificio, he necessário attender em particular ás suas proporções; esse objecto não deve esquecer ao hábil Architecto que aspirar a uma bem merecida reputação. As bellas proporções dependem immediatamente da conformidade das partes componentes de um todo qualquer; a esta conformidade pois, he que os Gregos chamavam Analogia.

A Analogia não he senão a conveniência das medidas que se adoptam, nas partes que entram na organização de qualquer edificio, devendo estas andar sempre em relação com

o todo e vice-versa. O melhor modelo que o artista tem a imitar para imprimir nas suas obras a mencionada regularidade e formosura, he o Corpo humano, cujas formas são tão bem combinadas, elegantes e harmoniosas (...).

Deixamos dito que os Architectos deviam cuidadosamente empenhar-se em assignalar a qualquer edificio o carácter que lhe convem, segundo o uso a que for destinada. Esta importante vantagem só poderá conseguir aquelle Artista que for dotado de sublime génio, de um gosto correcto, e de um prudente discernimento, qualidades estas, que apenas se adquirem à custa de muito estudo, e experiencia da Arte. Cada localidade offerece diversos obstáculos que é preciso vencer, diferentes conveniências que cumpre aproveitar, e mil outras particularidades, que nascem umas vezes do capricho, e outras da opulencia, ou da vontade particular do proprietário. Apesar do que fica exposto, sempre se necessitam alguns preceitos geraes, e invariáveis, para guiarem o jovem Artista, que deseja aprender as regras principaes da decoração dos Edifícios.

Para que as formas, e proporções de um edificio sejam apropriadas, e convenientes, é necessário attender-se em primeiro lugar, ao fim para que elle for destinado; depois deve o Architecto applicar-se na sua construção, os preceitos que adquirio pelo estudo, e que alcançou em resultado dos exames, e das copias dos grandiosos monumentos antigos, escolhendo, e modificando tudo na razão dos meios que pozarem à sua disposição, e preservando as formas mais análogas para satisfazer a necessidade e o gosto.

Os verdadeiros typos de todas estas proporções, são as Cinco Ordens de Architectura, taes como os Gregos, e depois delles os Romanos, as transmitiram aos modernos.

A palavra Ordem, significa em Architectura, a boa conformação de diversas partes proporcionalmente dispostas, e de tal modo combinadas, que possam formar um todo perfeito e inalterável.

(...)

As Ordens Gregas, Toscana e Dórica, por serem mais fortes do que as outras, são por consequência mais próprias para sustentarem grandes massas, e é por isso que devem ser empregadas nos edificios públicos de segunda importância. A Dórica Romana, que é o termo médio entre as mencionadas, e aquellas que são mais elegantes, e cuja principal belleza consiste nos seus Trígifos, e nas suas admiráveis proporções, pôde ser adoptada tanto nos edificios que devem offerecer um aspecto respeitável, como os particulares,

accommodando-se facilmente a quaesquer modificações que a possam despojar mais ou menos de seus ornamentos, podendo ser lisas, ou cheias de ornato as suas Mútopas, e as seus Triglifas, que podem suprimir-se, se assim for preciso.

(...)

A Ordem Jônica, tão elegante nas suas formas, em todas as suas partes, e em seu gracioso Capital, deve ser escolhida para as Galerias interiores, e para as Salas de Assembléas, e Festejos etc. Finalmente a Ordem Coríntia, que se extende tão nobre e magestosa, enriquecida com magníficos ornamentos de Esculptura, não deve figurar senão nos Templos, nos Palácios dos Reis, e nas edificios de primeira consideração” (64).

Em seus ensinamentos aos alunos da Academia, Sequeira reforça os preceitos sobre simetria, regularidade e liberdade de composição indicados pela literatura analisada anteriormente. Mas vai além, quando vincula o emprego das ordens à destinação dos edifícios. Assim, o dórico-toscano é o mais indicado para os edifícios particulares, o jônico deve ser escolhido para os interiores e o coríntio para os templos e palácios. Talvez por isso seja raro encontrar as ordens jônica ou coríntia aplicadas às fachadas das residências portuguesas remanescentes do século XIX.

Bem mais tarde, em 1864, num projeto para palacete (pl. 75), o próprio Sequeira iria preferir utilizar-se da ordem toscana, em detrimento da ordem coríntia, dando talvez mostras da “simplicidade” a que se refere no texto acima. Nessa ocasião, as “Noções Theoricas de Architectura Civil ...”, traduzido por José da Costa Sequeira, estava possivelmente na sua terceira edição. A segunda havia sido publicada, em 1841, pela mesma editora da anterior, com o título de “*Breve tractado das cinco ordens de Architectura de Jacomo Barroccio da Vinhoia*” e a terceira havia sido publicada em, 1858, pela “Typographia de José Baptista Morando” de Lisboa, sob o mesmo título da primeira.

Nenhuma modificação haveria de ser incorporada a essas novas edições, no que se refere aos textos acima transcritos.

Ainda nesse ano de 1858, seria publicada, pela Typographia de José Baptista Morando, a quarta edição das “*Regras das cinco ordens de architectura segundo os principios de Vignola*”, traduzidas por J. Calheiros de Magalhães e Andrade. Também esse texto parece não ter sofrido modificações em relação à primeira edição de 1787.

A quinta edição dessa obra seria publicada por “Viúva Bertrand & Cia.”, de Lisboa, em 1872. Também essa edição parece não apresentar modificações em relação à primeira.

É possível que em 1879 tenha sido traduzido pela primeira vez, por José da Fonseca, do francês para o português, “*O Vinhola dos proprietários ou as cinco ordens de Architectura segundo J. Barroto de Vinhola*”. É bem provável que essa obra tenha uma descendência francesa. Corrobora para essa suposição a série de publicações, todas em Paris, que se iniciou entre 1821 e 1823, a primeira delas sob o título “*Le Vignole des ouvriers: ou méthode facile pour tracer les cinq ordres ...*”. Em 1825/26 seria publicado “*Le Vignole des ouvriers, des propriétaires et des artistes ... avec les commentaires de d’Aviler*”; em 1827 “*Le Vignole de poche ou Memorial des artistes, des propriétaires et des ouvriers, dessiné et grave par Thierry fils*”. Em 1841 seria publicado em Paris, em língua italiana, sob o título “*Il Vignola de proprietari, ovvero i cinque ordini... Secondo A. Moisy e F. Thiolllet*”. Dessa última publicação é bem possível que sejam edições mais recentes as de 1848 e 1849, citadas no levantamento das edições de Vignola: “*Vignola des propriétaires ou les cinq ordres...*”, com compilação de Moisy, e a tradução em espanhol “*El Vignola de los propietarios o los cinco ordenes*”, segundo Moisy e F. Thiolllet.

Da tradução para o português feita por José da Fonseca, conhecemos dois exemplares: um da primeira edição e outro posterior, não datado. Ambos estão no Estado de São Paulo, sendo que o mais recente pertenceu a José Ricardo de Aguiar, um construtor autodidata que trabalhou em Amparo entre os anos 1880 e 1921.

Uma outra edição, esta não fazendo parte da listagem, sem data impressa, mas catalogada na Biblioteca Nacional de Lisboa em 1897, traz como novidade o selo da Livraria Garnier com endereço em Paris e também no Rio de Janeiro. Dessa mesma obra existe um outro exemplar, em outra edição, fazendo parte do acervo da Biblioteca Municipal Carlos Ferreira, de Amparo. Também pertenceu ao construtor José Ricardo de Aguiar.

IV.4. Manuais no Brasil

É bem possível que as edições lusitanas dos manuais tenham transitado no Brasil, primeiro trazidos pelos pedreiros e construtores portugueses. Depois, por exigência do mercado, houvesse necessidade dessas edições especiais para o Brasil. Corroboram com essa

suposição a publicação do "Vinhota Brasileiro", de Cesar Ratteville, em 1880 e "*A architectura clássica no Brazil -- Novo Vinhota brasileiro ao alcance de todos*", de Alexandre Speltz, publicado em 1898, no Rio de Janeiro. No prefácio desta última, o autor anunciava:

"Não é este trabalho, uma copia ou traducção de qualquer das innumerables obras existentes em todas as linguas, sobre as proporções das cinco ordens, segundo Vinhota, que offereço aos meus collegas e a todos quantos se interessam pela architectura"(05).

É evidente que essas "inúmeras" obras circulavam no Brazil, caso contrário o autor não teria porque citá-las.

Embora Speltz não fosse um adepto da utilização da arquitetura clássica para as casas de moradia, ele era de parecer que "*a ser empregada, deve ser-o nas proporções, que a esthetica impõe e que a prática de muitas gerações tem estabelecido*" (06). Continuando, ele defendia a publicação da sua obra, alegando alguns inconvenientes para o construtor prático na literatura existente:

"1. O ponto de partida é sempre o módulo, que entretanto depende unicamente da altura do systema; não vejo pois razão alguma para não acceptar desde logo, como ponto de partida, a altura, factor importante na architectura moderna, por estar dependente das posturas municipaes.

2. A divisão do módulo em partes faz perder ao architecto, que desenhava em escala métrica, muito tempo com a redução destas partes para centímetros, o que dá em resultado, fracções de centímetros inaproveitáveis na pratica e crea novos embarracos ao artista que não está habilitado para cálculos arithmeticos" (07).

E concluía dizendo,

"O fim, pois, d'esta obra é evitar estes inconvenientes dos tratados de Vinhota, para facilitar o mais possível ao construtor pratico o desenho architectonico, abandonando como base o modulo e substituindo-o pela altura, abandonando tambem o systema duodecimal e substituindo-o pelo systema decimal" (08).

Essas publicações dos manuais inspirados em Vignola constituem um corpus significativo de fontes para o estudo da arquitetura de construtores. Apresentamos abaixo um extrato do levantamento anexo à edição fac-similar, relativo aos “Vignola dos proprietários”:

1821/23	Paris	Le vignole des ouvriers, ou méthode facile pour tracer les cinq ordres... Français -- compilação C. P. Normand
1825/26	Paris	Le Vignole des ouvriers, des propriétaires et des artistes... avec les commentaires de d'Aviler. Français
1827	Paris	Le Vignole de poche ou Mémorial des artistes, des propriétaires et des ouvriers, dessiné et gravé par Thiry fils. Français -- compilação U. Vary
1835/39	Paris	Le Vignole des ouvriers... ~ Français. Compilação Normand
1841	Paris	Vignola de proprietari ovvero i cinque ordini... Italiano ~ Segundo A. Moisy e F. Thiollot
1848	Paris	Vignole des propriétaires ou les cinq ordres... Français. Compilação de A. Moisy
1849	Paris	El Vignola de los propietarios... o los cinco ordenes... Español. Segundo A. Moisy e F. Thiollot
1859	Vich, Anglada	Vignola de los propietarios ... 3ª edição – Español. Compilação F. Duran
1866	Valladolid	El Vignola de los arquitectos y carpinteros... 4ª edição. Español
1873	Paris	Vignole des propriétaires... Français. Compilação A. Moisy
1879	Paris	O Vignola dos proprietários... Português. Tradução J. Fonseca. Compilação A. Moisy e F. Thiollot
1885	Paris	O Vignola dos proprietários... Português. Compilação A. Moisy e F. Thiollot

No período compreendido entre 1821 e 1885, foram catalogadas 136 publicações inspiradas em Vignola, mas apenas 12 com o título “Vignola dos proprietários”. Desses 12, 10 foram publicados em Paris, França, sendo 1 em espanhol, 1 em italiano, 2 em português e 6 em francês. Os outros 2 foram publicados na Espanha, em língua espanhola. As edições com tradução portuguesa são as últimas a serem publicadas na lista e são de 1879 e 1885 respectivamente. A compilação em francês dessas duas edições tinha ficado por conta, segundo o levantamento, de A. Moisy e F. Thiollet. É bem provável, portanto, que fossem edições mais recentes de uma primeira, produzida em 1821/23, em Paris.

Se compararmos os dados do levantamento com aqueles que apresentamos em nosso breve comentário sobre os manuais inspirados em Vignola que encontramos em Portugal e no interior de São Paulo, podemos apresentar algumas hipóteses.

IV.5. O gosto e os manuais.

Constatamos que em Portugal, muito antes das traduções dos “*Vignola dos proprietários*” para a língua portuguesa (1879 e 1885), outros manuais inspirados no tratado do mesmo autor eram traduzidos e acrescentados de pequenos textos realçando o seu uso pelos profissionais da construção civil. A tradução em Lisboa, de 1787, das “*Regras das cinco ordens...*” é prova disso. Sabemos que as primeiras edições francesas dos “*Vignola dos proprietários*” apareceram em Paris por volta de 1821/23. Se a elaboração dos “*Vignola dos proprietários*” significar traduzir, de forma a permitir acessibilidade ao conhecimento e aplicação das ordens clássicas para aquele que não tem formação acadêmica, mas lida com a construção civil, então temos que admitir que os portugueses, nesse uso, precederam os franceses. Essa hipótese harmoniza-se bem com a ideia da permanência de um gosto clássico renascentista em Portugal por sua influência, nas suas colônias.

As outras traduções posteriores reafirmam a ideia, não só de que os construtores portugueses se utilizaram de Vignola durante todo o século XIX, mas também de que a Academia fez uso constante delas nas suas aulas de desenho de Arquitetura. Mais que isso: o pavãoete projetado por José da Costa Sequeira em 1864 é prova contundente de que os manuais não eram apenas material didático no ensino do desenho.

No Brasil também o uso desses manuais não era novidade. Desde o século XVI eram utilizados pelos engenheiros militares (09). Todavia, no século XIX, antes do *"Vinhola brasileiro"* (1880), transitavam as traduções portuguesas a partir de Moisy e Thiolliez.

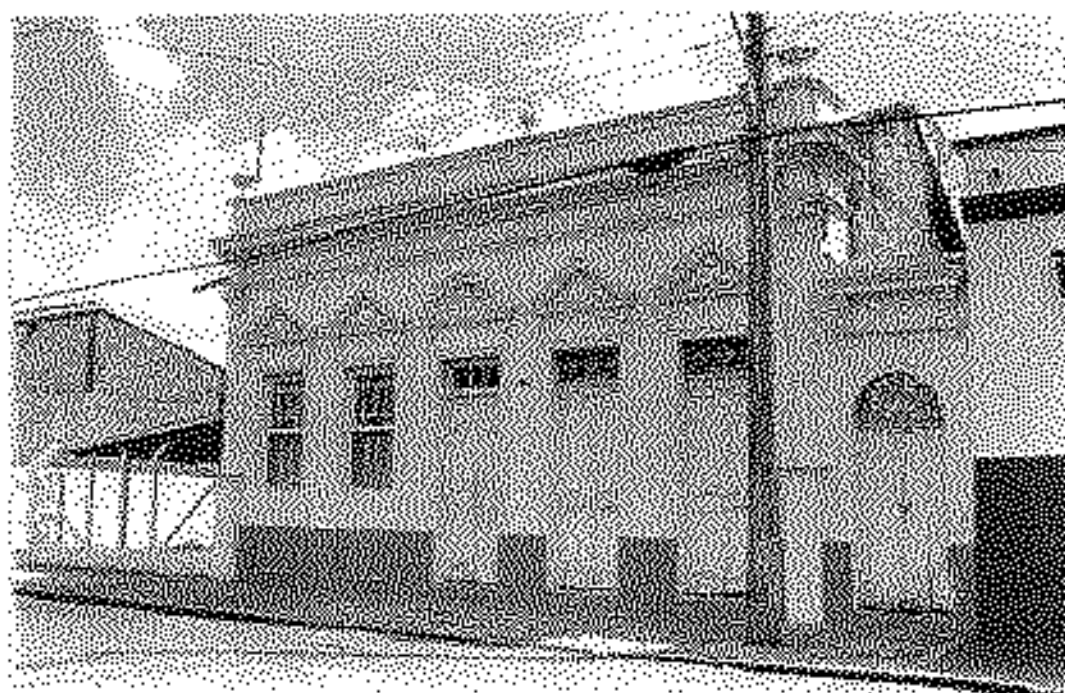
Se observarmos o conjunto de três residências situadas na rua Barão de Campinas (il. 86), em Amparo, construído pelo "mestre carapina" José Domingues de Carvalho, em 1876, para Antonio Gonçalves de Oliveira Bueno, constatamos, muito provavelmente, o uso de um manual de inspiração "Vinholesca" (10).

Essas reflexões nos levam a pensar que foi o gosto clássico que impregnava a população, tanto de Portugal quanto do Brasil, durante todo o século XIX, que possibilitou as edições e reedições desses manuais inspirados em Vignola que, por sua vez, orientaram a organização das fachadas das casas tanto num quanto noutro país.

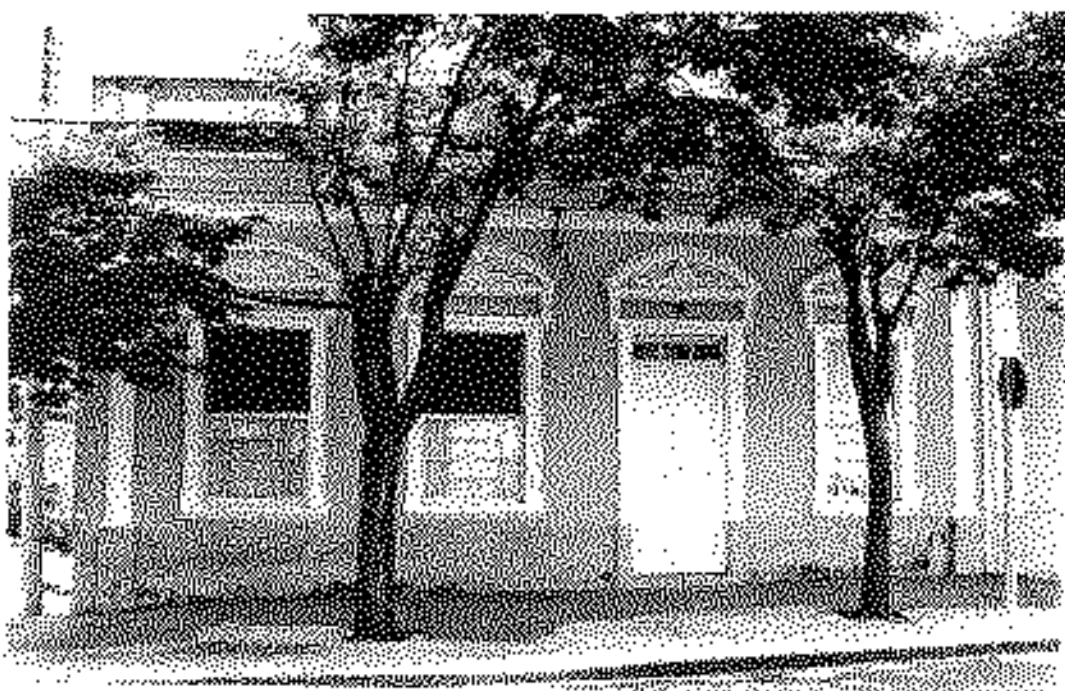
O levantamento fotográfico que elaboramos no interior do Estado de São Paulo nos fez constatar uma espécie de movimento seccional representando a presença do gosto de tradição clássica nas fachadas das casas. A princípio, nas residências da primeira metade do século XIX, construídas em taipa de pilão e taipa de mão, a presença das pilastras, às vezes de madeira, bisfurchando os cantais e as cornalhas. A partir do início da segunda metade do mesmo século, um movimento de acatunção do gosto, representado por uma ornamentação mais complexa, muitas vezes de orientação maneirista. No início do século XX, um enrugamento da ornamentação de tradição clássica, uma tendência à estilização, mas, sobretudo, uma espécie de resistência às novas formas que o modernismo impunha. A última obra de orientação "Vinholesca" que conhecemos, entre as publicadas tanto em Portugal quanto no Brasil, é a de Speitz, de 1898. Mas, bem além dessa data, nas primeiras décadas do século XX ainda se constata, tanto em Portugal quanto no Brasil, projetos que ainda são reverberações dessas publicações.



II. 79. Rua Antônio Prado, 75 - Amparo



Il. 80. Rua do Comércio, 646 - Tietê



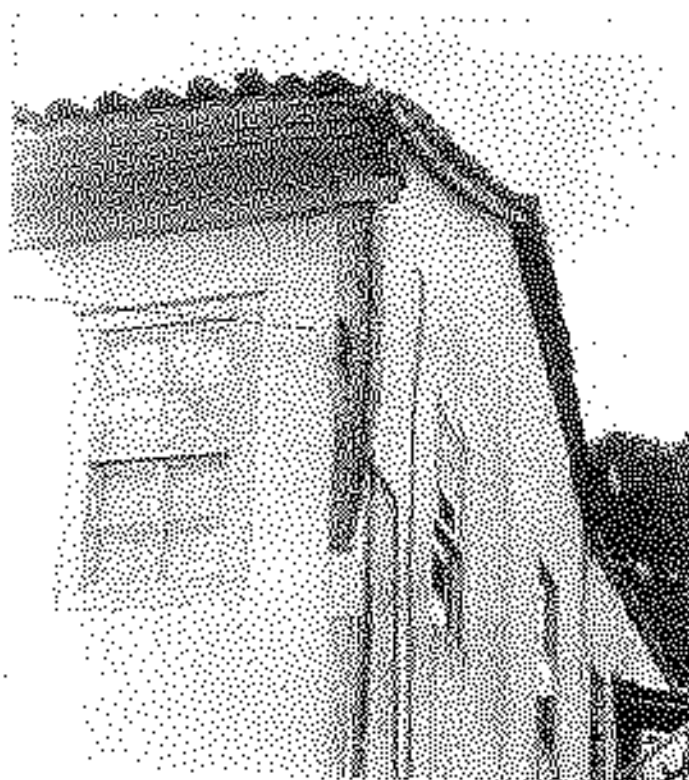
Il. 81. Rua do Comércio, 838 - Tietê



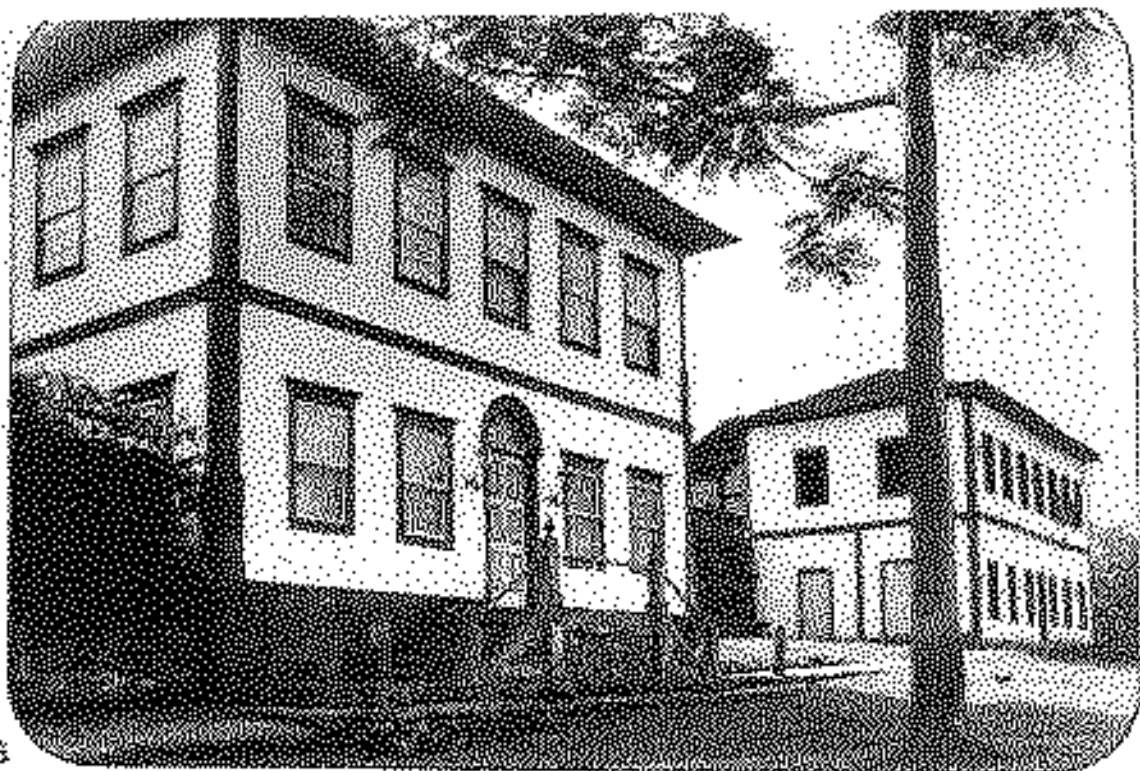
B. 82. Largo do Rosário, 67 - Amparo



Il. 83. Rua do Comércio, 567 - Tietê



Il. 84. Rua do Comércio, 567 -- Tietê (detalhe)



II. 85. Fazenda Restauração em Queluz



Il. 96. Conjunto de casas da Rua Barão de Campinas - Amparo

NOTAS

01. Trattati. Milano: Edizioni il Polifilo, s/d
02. Regras das cinco ordens de Architectura de Jacomo Barozio de Vinsboia, com um acrescentamento de geometria prática e regra perspectiva de Fernando Galli Bibiena. Tradução de José Carlos Binhetti. Lisboa: José d'Aquino Bulhões. 1787.
- 03 Regras das cinco ordens de Architectura segundo os princípios de Vignola com um ensaio sobre as mesmas ordens feito sobre o sentimento dos mais célebres architectos. Tradução de J. Calheiros de Magalhães e Andrade. Coimbra: Real Imprensa da Universidade de Coimbra, 1838.
- 04 Noções Theóricas de Architectura Civil, seguidas de um breve tratado das cinco ordens de J. B. de Vinsboia. Tradução de José da Costa Sequeira. Lisboa: Typographia de A. S. Coelho, 1839.
05. Alexandre Speltz. A Architectura clássica no Brazil. Rio de Janeiro: publicação do autor, 1898
06. Alexandre Speltz. Op. Cit..
07. Alexandre Speltz. Op. Cit..
08. Alexandre Speltz. Op. Cit..
09. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. Desenho e desígnio: O Brasil dos estrangeiros militares (1500-1822). Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo: USP, 2001.
10. Apresentamos aqui a transcrição de parte do contrato para a construção dessas casas, firmado em 1876, entre o mestre carpinteiro José Domingues de Carvalho e Antonio Gonçalves de Oliveira Bueno, contrato esse registrado às folhas 11 e 12 do livro 37 do Primeiro Cartório de Notas de Amparo: "(...) construirá casas conforme o plano já entregue ao empresário, sendo a primeira (casa) de quinze metros e quatro decímetros de frente para a rua da Constituição (atual Barão de Campinas) e de oito metros de fundo esquina da rua do Imperador (atual Marechal Deodoro) (...), a segunda (casa) com sete metros de frente para a rua da Constituição e o mesmo fundo, ambas com oito metros de altura na frente que será de platibanda conforme o mesmo plano. Os edificios terão alicerces de pedra, todas as paredes tanto externas como internas de tijolo e cal,

plaistras nos cantos e nas frentes de pedra de cantaria soleiras e socos dos portaes da mesma pedra de que tão bem será a escada para o quintal. (...) Obriga-se o empreiteiro a entregar essas casas prontas com as paredes tanto internas como externas rebocadas de cal em ponto de receber papel ou tinta, sendo esses trabalhos com solides e regularidade a vontade do dono. Os claros das platibandas serão cobertos de Azulejos assentados em cimento, fornecidos estes dois materiais pelo proprietário". Embora o contrato se refira a duas casas apenas, podemos supor que a terceira casa deve ter sido construída simultaneamente, pois, juntas, formam um conjunto perfeitamente homogêneo.

CAPÍTULO V

INDÍCIOS DE UM FLUXO LUSO-BRASILEIRO NA ARQUITETURA.

"É de tanta. Morre o sol, um sol muito parecido com o nosso, sobra o casarejo também com o nosso parecido. Dentro de um século essa arquitetura, essa construção atus talvez não exista mais nas grandes cidades do Brasil. A Lisboa nova, a surgir da Avenida, já a aboliu. No conjunto, vista assim de cima, a sedutora cidade desdobrava-se num cenário empolgante, pela lombada dos montes que a constituem."

João do Rio in "Portugal de agora" (1911)

V.1. "Contaminações" e "modernizações".

Uma constatação de peso que se impõe a partir do levantamento feito em cidades portuguesas e paulistas do século XIX, é a da abundância da arquitetura de tradição clássica e das formas modificadas, mas ainda ligadas a elas, do começo do século XX. Já supúnhamos que as formas dessa arquitetura eram frequentes, mas nossa previsão estava muito aquém do que este inventário revelou.

A partir dessa constatação é possível afirmar, sem sombra de dúvidas, a existência de uma linguagem morfológica constante e corrente durante esse período estudado, tanto em Portugal quanto no interior do Estado de São Paulo (um fundo cultural de tradição clássica), empregado nas construções mais modestas e também nas mais luxuosas. Do tipo "porta e janela", ladeada por pilastras toscanas, forma de fachada a mais simples, que se repete com frequência, às habitações luxuosas, apalaçadas, a quantidade de construções 'clássicas' é muito grande.

Tanto em Portugal quanto no Brasil, constata-se que essa tradição clássica parece persistir desde a Renascença, sofrendo interferências e contaminações as mais diversas, mas nunca

perdendo o seu fundamento formal básico, variando os séculos XVII e XVIII, atravessando incontestemente o século XIX e adentrando o século XX, contaminado que fosse pelas modernizações estilísticas, mas resistindo até os tempos da Segunda Guerra

Escolhemos os casos das cidades portuguesas de Almerim, Vila Real de Santo António e Fafe e a cidade paulista de Amparo para estudarmos essa questão

V. 2. Almerim



II. 87. Edifícios na praça da República -- Almerim

Como um todo, no que concerne a sua paisagem urbana, Almerim, localizada próxima a Santarém, na região central de Portugal, apresenta-se, a priori, como qualquer cidade do interior do Estado de São Paulo. A área central da cidade guarda muitos edifícios do século XIX e início do século XX e eles se mesclam com os prédios mais modernos. Entre os mais antigos estão os que preservaram suas características de projeto e aqueles que sofreram modificações que vão desde as mínimas intervenções até as mais devastadoras.

Mas o que dá à cidade o “visual” de cidade paulista é, sem sombra de dúvidas, a arquitetura de tradição clássica que proporciona a unidade do conjunto através das fachadas murais, da uniformidade e regularidade dos áticos, do ritmo compassado das aberturas. Além disso, tal qual nas cidades do interior de São Paulo, constata-se, em uma mesma rua, uma gama vasta de edifícios, representantes de vários momentos do século XIX e início do século XX, todos apresentando a linguagem da tradição clássica.

Na rua dr. Francisco Nunes Godinho, por exemplo, o conjunto de duas residências “porta e janela”, ladeado por pilastras toscanas, com entablamento (il. 88), convive com o sobrado de nº 36, datado de 1907, comático em balaustrada, pilastras toscanas estilizadas, levemente contaminado por influências orientais nas suas aberturas (il. 89), com o sobrado datado de 1917 (il. 90), ou ainda com o de nº 10, datado de 1920 (il. 91).

Na rua Marechal Gomes da Costa convivem os edifícios de nº 12 (il. 92), o de nº 15 (il. 93), o sobrado sem numeração (il. 94) e o de nº 31, datado de 1915 (il. 95).

Na rua 5 de outubro convivem: a casa térrea de nº 89, com duas janelas e uma porta central, flanqueada por pilastras toscanas, comático liso e cimalha (il. 96), com o sobrado de nº 26 (il. 97) e o de nº 46/48 (il. 98).

Nos três exemplos precedentes constatamos edifícios de diversos momentos do século XIX e início do século XX, entretanto, todos eles se filiam a uma mesma morfologia: a da tradição clássica. Mais que isso: o conjunto desses edifícios de diversas épocas nos informa a respeito da permanência, por um longo período, do gosto “clássico” na arquitetura das casas de Almerim.



Il. 88 – Almerim - Rua dr. Francisco Nunes Godinho s/n



Il. 89 – Almería - Rua dr. Francisco Nunes Godinho, 36



Il. 90 – Almerim - Rua dr. Francisco Nunes Godinho, 32



Il. 91 – Almerim - Rua Dr. Francisco Nunes Godinho, 10



Il. 92. Almerim - Rua Marechal Gomes da Costa, 12



Il. 93. Almerim - Rua Marechal Gomes da Costa, 15



II. 94. Almerim - Rua Marechal Gomes da Costa, s/n



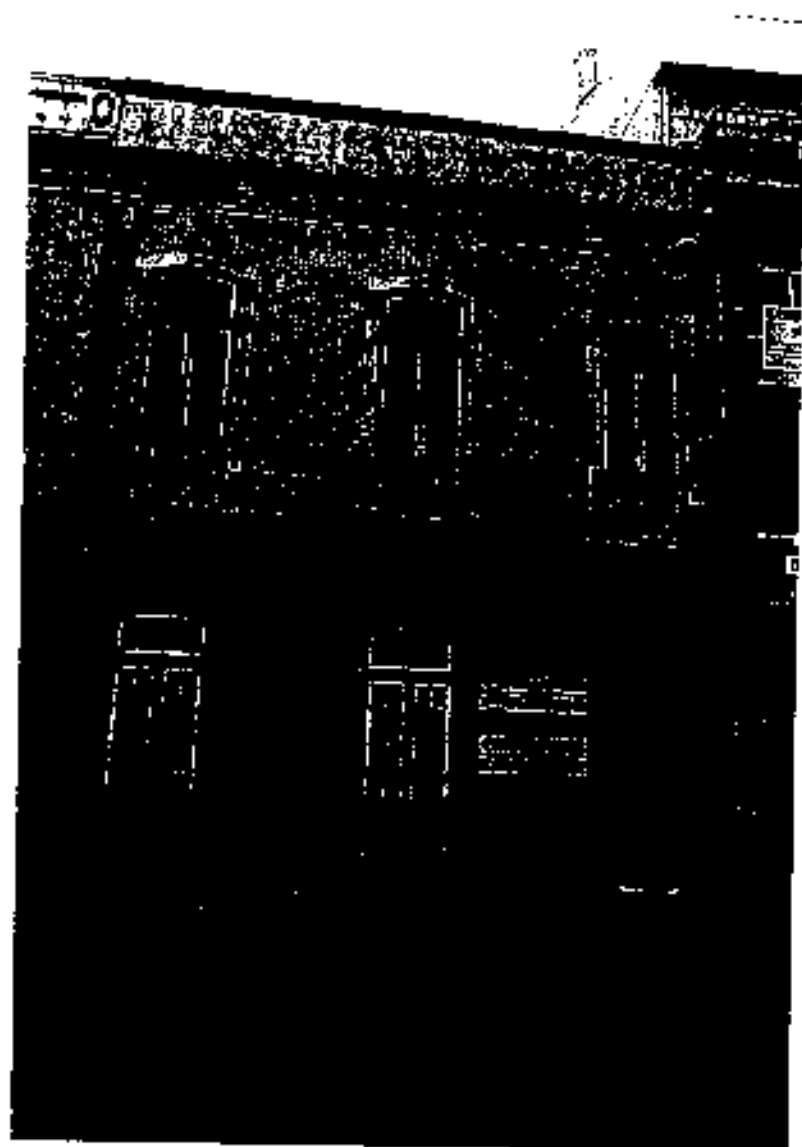
Il. 95. – Almerim – Rua Marechal Gomes da Costa, 31



Il. 96. Almerim – Rua 5 de outubro, 89



Il. 97. Almerim – Rua 5 de outubro, 26



Il. 98. Almerim – Rua 5 de outubro, 46/48



VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Algarve

II, 99, Vista atual de Vila Real de Santo António

Esta cidade portuguesa localizada no extremo sul do país, junto à foz do rio Guadiana, frente à Espanha, apresenta-se como um caso singular para os nossos estudos. Edificada, com bastante fidelidade ao seu plano, em apenas dois anos, entre 1774 e 1776, Vila Real de Santo António parece ter sido “precisamente a última obra pombalina” (91).

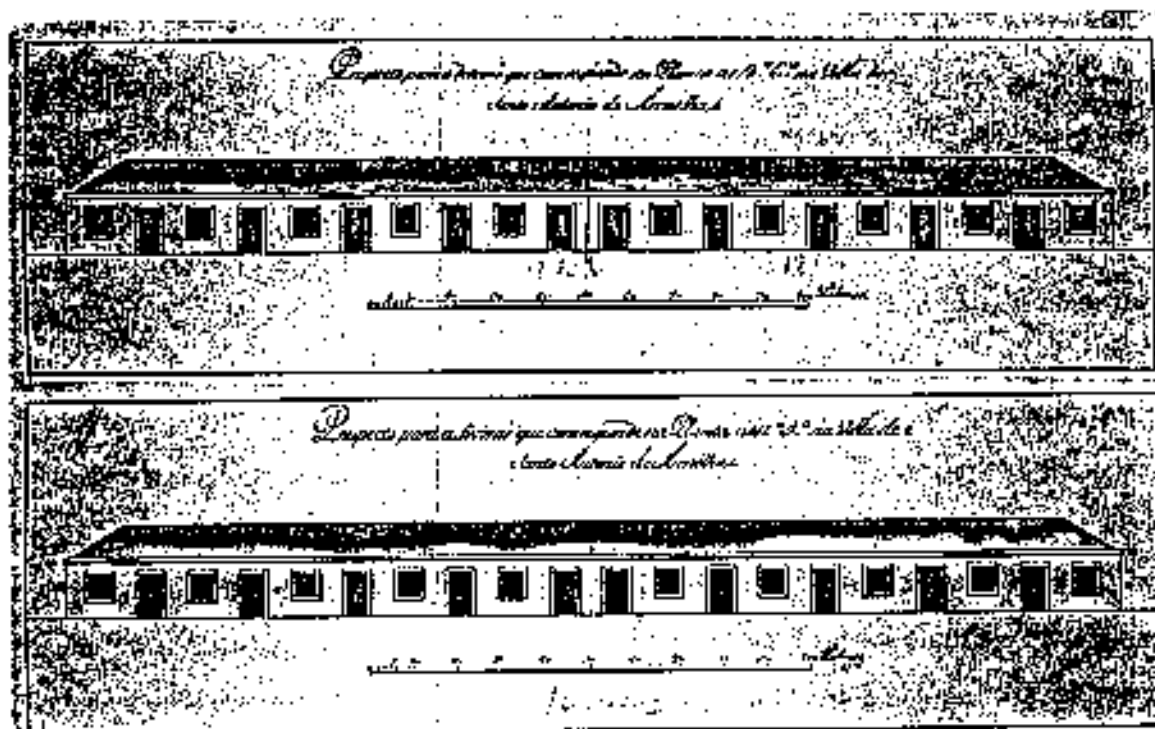
Segundo o professor dr. José Eduardo Capa Horta Correia, da Universidade Nova de Lisboa, logo depois de sua fundação, no entanto, caiu em estagnação:

"A Vila recém construída caiu numa apatia e vil tristeza em que se manteve até o seu renascimento oitocentista, já sob o signo da revolução industrial e por via das novas conservas de peixe em azeite, com capitais, tecnologia e mão de obra provenientes da Itália e de Espanha"(02).

Quem passeia hoje pelas ruas de Vila Real de Santo Antonio constata, na paisagem do núcleo de projeto pombalino, a presença de um forte sabor de tradição clássica, que o gosto oitocentista quase tudo contaminou.

Em seu estudo, dr. Floria Corcía não nos informa a partir de quando se deu, no oitocentos, a retomada do crescimento de Vila Real, mas é muito provável que com essa nova onda de "progresso" tenham também chegado os efeitos classicizantes.

As casas "res do chão" que, no projeto pombalino, possuíam beirais conforme a ilustração 100, perderam-nos. Receberam ático liso como mostra a ilustração 101.



II. 100. Projeto para casas térreas em Vila Real de Santo António



II. 101. Vila Real de Santo António – Rua do Príncipe, s/n

Muitos sobrados foram construídos ou simplesmente sobrepostos às construções setecentistas, todos com a linguagem da tradição clássica. Dois deles têm datas gravadas na fachada, um situado na rua do Príncipe, nº 11/13, datado de 1886 (il. 102) e outro, mais recente, de 1907, situado na esquina entre as ruas Conselheiro Frederico Lamís e José Barão (il. 103). De um para outro percebemos uma espécie de modernização das formas, do rígido ao estilizado, das soluções ortodoxas para as soluções mais plásticas. Enquanto o edifício de 1886 caracteriza-se por uma fachada organizada tradicionalmente com os dois pavimentos e o entablamento bem demarcados, com um ático bem comportado, em balaustrada, encimado por dois vasos que enfatizam a verticalidade das pilastras, o outro prédio, de 1907, é concebido de forma bem diferente. Uma grande curva une as duas fachadas quebrando a individualidade delas e, ao contrário, cria uma espécie de “passagem branda” que atenua e confere maior plasticidade à construção. As pilastras são atenuadas, os capitéis se confundem com a cimalha, as molduras das aberturas são esbeltas e delicadas, o arco abatido sobre a abertura mais larga tem um diálogo interessante com a grande curva do edifício e do gradil do alpendre.

Assim como no exemplo de Almerim, que a este precede, constata-se essa espécie de permanência do gosto clássico, ou, se quisermos, essa espécie de resistência de um gosto clássico à entrada das novas formas.



Il. 102. Vila Real de Santo Antônio – Rua do Príncipe, 11/13



Il 103. Vila Real de Santo António – Esquina das ruas Frederico Lamis com José Barão

Mas, além disso, em Vila Real de Santo António parecem existir duas cidade sobrepostas: uma pombalina, do século XVIII, representada pelo que restou do projeto original; outra construída no século XIX, “clássica”, como se fosse uma sobrecasaca, que cobre o projeto pombalino em diversos pontos e que, ao mesmo tempo que destrói a unidade desse projeto, sugere a tentativa de organização sob uma nova ordem, uma nova unidade que gravita no universo clássico, que parece retomar os modelos da Renascença.

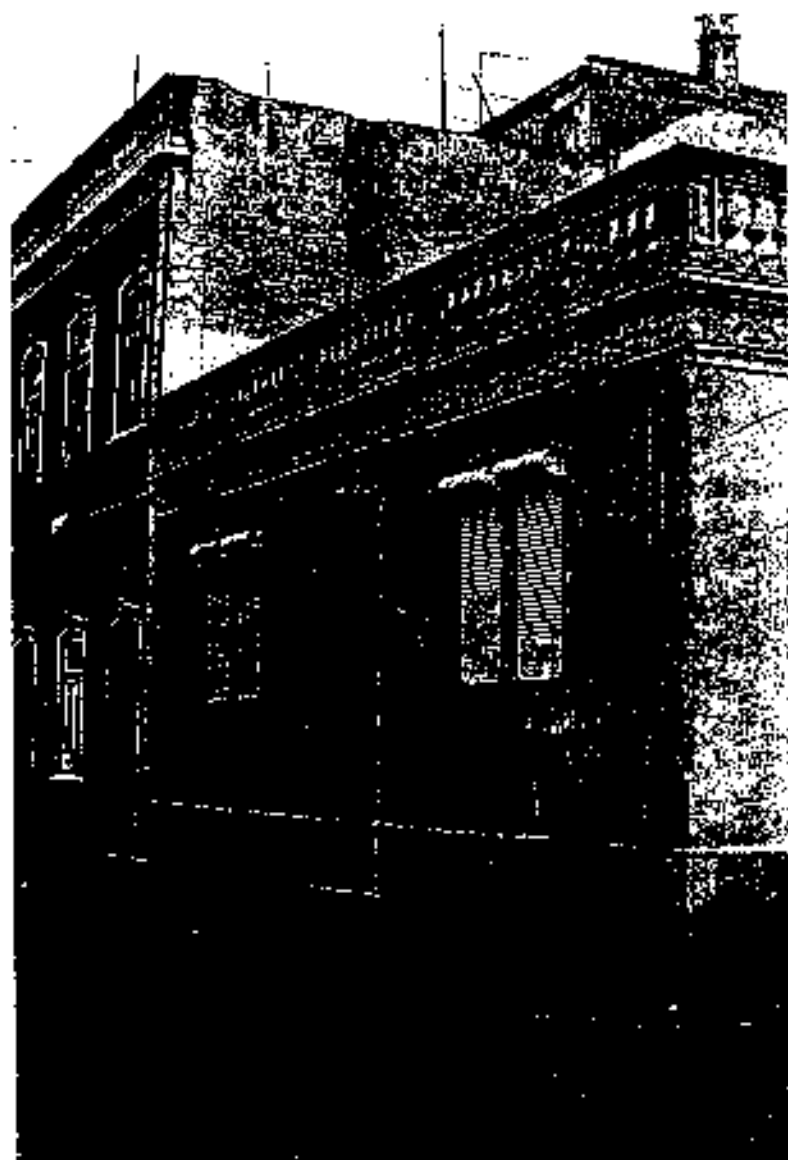
O caso dos edifícios laterais à igreja na praça Real, por exemplo, é enfático. Embora a igreja e o edifício da esquerda tenham sido preservados conforme o projeto (il. 104), o da

direita foi reconstruído ou reformado e apresenta uma fachada com pilastras nas extremidades, cimalha e ático em balaustrada (il. 105), bem ao gosto da tradição clássica. Essa perturbação no conjunto parece indicar um novo rumo que se impôs ao antigo. Como se fosse o primeiro de muitos projetos “classicizantes”, compostos de fachadas murais, pilastras toscanas e áticos em balaustradas, que alastraram-se por Vila Real de Santo Antonio impondo o novo sabor.

Olhemos por exemplo para a rua do Infante. Os edifícios de nº 40 (il. 106), nº 44 (il. 107), nº 10 (il. 108) e nº 21/23 (il. 109) são parte de uma mesma família. Essa família também está presente na rua do Príncipe através dos edifícios das ilustrações 110 e 111 e também do conjunto de prédios de nº 26, 28, 30 e 32 (il. 112). Esse último conjunto expressa muito bem a tendência de uniformização que esse tipo de projeto prometia para a cidade. Além disso, ajuda a demonstrar o seu caráter modular, de preenchimento das quadras, transformando-as em grandes sólidos geométricos.

Essas duas características, de modulação e uniformização, estão presentes em todas as cidades paulistas do século XIX. Muitas vezes construídos primeiramente nas esquinas, os edifícios demarcavam volumetricamente as quadras. Na medida que os vazios entre eles iam sendo preenchidos, sempre em obediência aos códigos de postura, as cidades ganhavam um aspecto uniforme que as fazia parecer umas com as outras. Corroborava em muito a arquitetura de tradição clássica que, mesmo respeitando as posturas e a muralidade que lhe é intrínseca, permitia uma certa individualidade inventiva na composição das fachadas.

Mas, de certa forma, o processo de “classicização” de Vila Real de Santo Antonio nos faz lembrar de Ouro Preto, no Brasil. Enquanto na cidade portuguesa o projeto classicizante invoca o gosto renascentista ao se sobrepôr ao projeto pombalino durante o século XIX, na cidade mineira, ao mesmo tempo, o modelo clássico vai se impondo aos velhos sobradões (il. 113 e 114). Dois fatores possivelmente tenham interrompido esse processo. Primeiro a crise econômica que inviabilizou as reformas, depois o Serviço do Patrimônio que, já no século XX, fez com que se “voltasse” os edifícios às antigas formas.



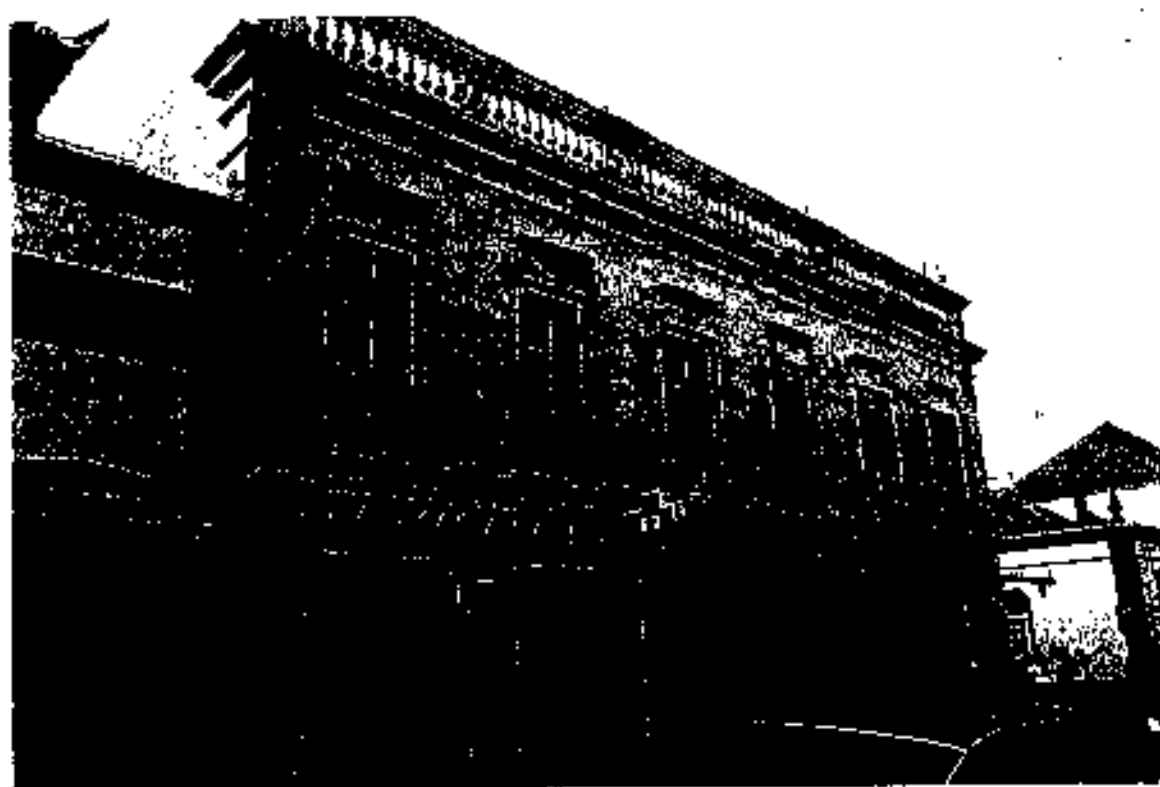
Il. 106. Vila Real de Santo Antônio – Rua do Infante, 40



Il. 107. Vila Real de Santo António – Rua do Infante, 44



Il. 108. Vila Real de Santo António - Rua do Infante, 10



Il. 109. Vila Real de Santo Antônio – Rua do Infante, 21/23



Il. 110. Vila Real de Santo Antônio – Rua do Príncipe



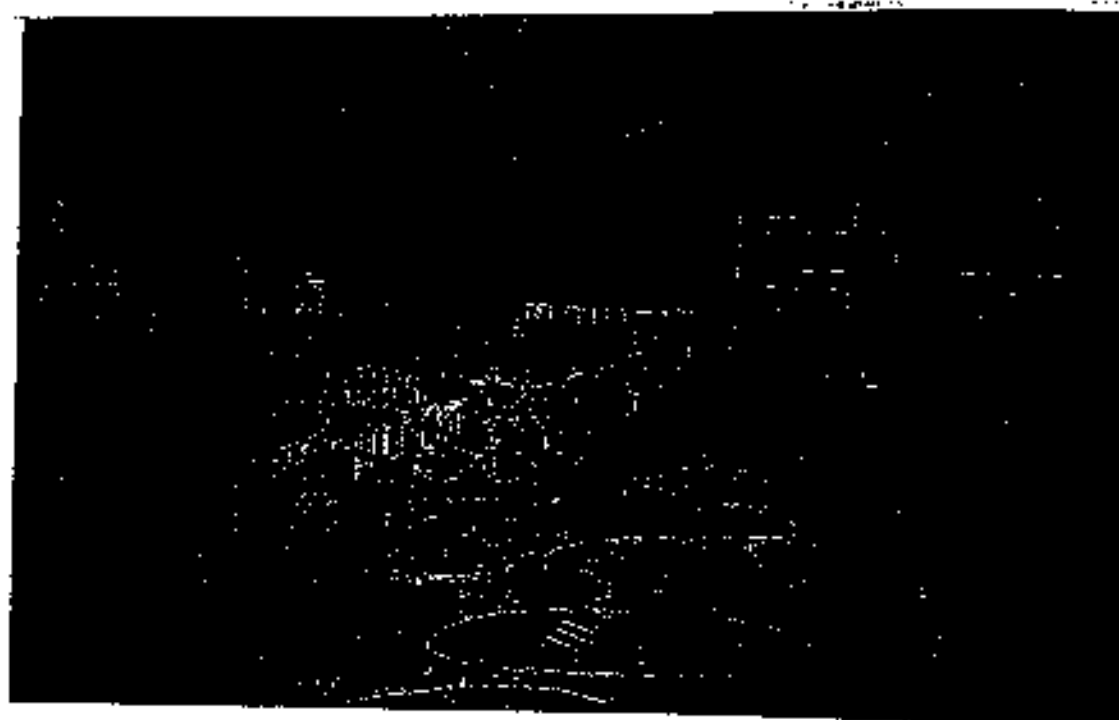
Il. 111. Vila Real de Santo António – Rua do Príncipe



Il. 112. Vila Real de Santo Antônio – Rua do Príncipe, 26, 28, 30, 32



Il. 113. Vista da Praça Tiradentes em Ouro Preto no final do século XIX – Tanto à esquerda quanto à direita, pode-se ver edifícios com áticos que foram removidos mais tarde.



Il. 114. Vista da Praça Tiradentes em Ouro Preto (1875). Vê-se à esquerda, no primeiro plano, edifício de tradição clássica, reformado no século XX.

V. 4. Fafe

A atual cidade portuguesa de Fafe está situada no Minho do Interior, teve sua origem provavelmente em tempos medievais, mas só no século XIX foi elevada a Vila (1840) e a sede de Conselho (1854) (03).

O professor Dr. Miguel Monteiro em: "Fafe dos 'brasileiros' (1860-1930) – perspectiva histórica e patrimonial" , constata que "em meados do século XIX, Fafe é terra de 'brasileiros' ricos que vivem de proventos prodigiosos (...). Estes "brasileiros aristocratizados" pela fortuna viviam num permanente vaivém entre o Brasil e Fafe. (...) Edificam palácios e fazem-se acompanhar de exóticos animais dos trópicos, como atesta o papagaio que na casa dos Monteiro Vieira de Castro fez as delícias dos fafenses e que mais não é do que uma das aquisições típicas deste emigrante. A ele se deve o grande desenvolvimento que Fafe sofreu nos finais do século XIX, onde, para além das belas residências apalaçadas, compra quintas, cria as primeiras indústrias locais e deixa marcas do seu espírito filantrópico, conforme já referimos. Concluindo, podemos afirmar que estes "brasileiros" são, inicialmente, gente de um estrato social de poucos recursos, filhos de pequenos proprietários agrícolas ou de comerciantes, apoiados por parentes já instalados no Brasil." (04).

Continua o mesmo professor: "Na Segunda metade do século XIX, um elevado número de requerimentos municipais solicita o alinhamento de prédios a construir, ao mesmo tempo que um conjunto de deliberações municipais decide abrir novas ruas que actualmente constituem as envolvências do Jardim do Calvário, da Praça de José Florêncio Soares e da Feira Velha. Estas casas vão ser construídas nestas novas ruas ou nos espaços não edificadas do traçado urbano anterior, ou mesmo sobre antigas edificações. Algumas delas são envolvidas por um amplo espaço para o jardim "tropical" com magníficos portais de ferro forjado e limitado por gradeamento, apresentando sempre uma solução arquitetónica vertical de amplas fachadas e às vezes com um piso suplementar. (...) A casa, que hoje desaparece subjugada à especulação imobiliária urbana, representava ontem a afirmação pessoal do proprietário "brasileiro". Daí as suas dimensões, a multiplicidade de materiais e cores utilizadas e a imponente do jardim. Em segundo lugar, ela representava a nova situação do proprietário, junto da comunidade de origem – bem patente na estatuária que

remata a casa, nos monogramas desenhados no fecho dos portões, nos tectos dos átrios de entrada ou nos azulejos centrais da fachada. Citando Jaime Salazar Braga, ‘as inovações arquitetônicas e decorativas da casa do *brasileiro* representam, na maior parte dos casos, uma reprodução *desfocada* de soluções formais de uma arquitetura *elegante* adoptada na construção residencial brasileira a partir de meados do século XIX [...]’(05).”(06).

Miguel Monteiro chama atenção para as cores berrantes. Hoje, sem as cores, mas com as pilastras, vasos, etc., a arquitetura de Fafe, em particular, é muito semelhante ao que se fazia em Portugal todo na mesma época e no Brasil também.. Isso tende a confirmar um fluxo de arquitetura luso-brasileira onde, durante todo o século XIX, apenas o gosto “extravagante” do brasileiro faz diferença.

Entre as casas de “brasileiros” apresentadas pelo professor Miguel Monteiro estão exemplares que pertencem a uma arquitetura internacional. A presença desses edifícios na paisagem urbana de Fafe, como verdadeiras excessões, servem, entretanto, para reafirmar o conjunto de edifícios da tradição clássica que ali estão em grande maioria. Assim, edifícios como o localizado à rua Major Miguel Ferreira (il. 115), ou aquele da rua de José Cardoso Vieira de Castro (il. 116), ambos datados de 1912, destoam muito do conjunto constituído por edifícios como o da rua de João XXIII (il. 117), do da rua Major Miguel Ferreira (il. 118), do da praça 25 de Abril (il. 119), todos datados do final do século XIX. Estes últimos pertencem à tradição clássica que está representada em Fafe por um conjunto bastante significativo e de grande homogeneidade.

Destacamos três deles para algumas considerações: o de Almerinda da Cunha Mendes Cardoso, situado na rua Monsenhor Vieira de Castro, datado de 1885 (il. 120); o edifício situado na mesma rua, que foi construído por José Florêncio Soares em 1861 (il. 121); e o prédio que foi de José Joaquim Carvalho, sem datação precisa (finais do século XIX, segundo o professor Miguel Monteiro) e localizado na rua de Serpa Pinto (il. 122).

Além de serem representantes da tradição clássica, de pertencerem a uma mesma família formal, esses três edifícios enfatizam a permanência de um modelo de fachada por pelo menos vinte anos.

Esse mesmo modelo está presente no edifício do Patronato de Jesus Crucificado, antiga residência de Joaquim Pinto de Araujo Cintra (Barão de Campinas), de Amparo (il. 123), reformado por ele nos anos 1870. Pode ter sido inspirado em projetos portugueses ou vice-

versa. Assim também, o sobrado da família Leitão, em Jacaré (il. 124), construído, segundo Carlos Lemos (Nota: Carlos Lemos. *Alvenaria Burguesa*. São Paulo: Nobel, 1989, fls. 30) no início da segunda metade do século XIX. Em ambas as possibilidades, esses exemplos contribuem para a reafirmação de um fluxo de arquitetura luso-brasileira durante o século XIX.

O Dr. Miguel Monteiro, referindo-se ao edifício do Hospital da Misericórdia de Fafe (il. 125), construído entre 1859 e 1863, conta que “a iniciativa da construção deste hospital, cópia de uma outra casa de ‘caridade’ do Rio de Janeiro (1858) (il. 126), deveu-se à filantropia dos ‘brasileiros’(...)”(07).

Encontramos mais dois edifícios cujos projetos foram, muito possivelmente, inspirados no edifício da Beneficência Portuguesa do Rio de Janeiro:

- a casa da chácara da família Gavião, provavelmente reformada antes de ser fotografada por Militão de Azevedo em 1862 (08) (il. 127);
- o edifício da Santa Casa de Misericórdia de Rezende, no Vale do Paraíba fluminense (il. 128) (09).

Além desses, é quase certo que o modelo que parece substituir na fachada um frontão triangular por outro, curvo e de grandes dimensões, tenha sido utilizado em prédios com outra destinação. Assim, o edifício da Câmara Municipal de Duas Barras, embora de menores proporções, deve ser derivado do mesmo modelo (il. 129).

Esse molde, de tradição clássica, circulou também, como vimos, em Portugal e no Brasil. Embora o edifício do Hospital da Misericórdia de Fafe tenha sido inspirado no projeto da Beneficência Portuguesa do Rio de Janeiro, e não vice-versa, isso não contesta nossa hipótese de um fluxo luso-brasileiro na arquitetura – ao contrário – é na própria escolha desse modelo que se constata o gosto que prevalece, ao mesmo tempo, nos dois países.

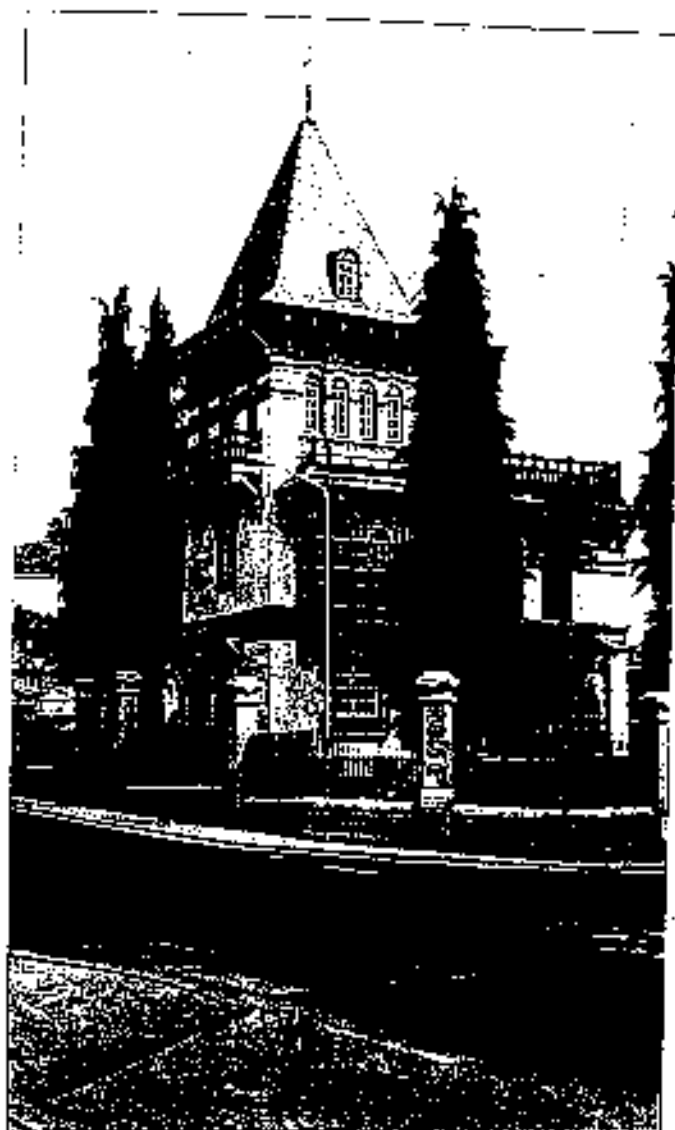
Tanto em Almerim ou em Vila Real de Santo António, como também em Fafe, é possível constatar-se, não só a presença de uma arquitetura de tradição clássica como também a sua permanência por todo o século XIX e início do século XX.

No levantamento catalográfico que apresentamos a seguir podem ser vistos edifícios portugueses e paulistas, tanto do século XIX quanto do início do XX, contaminados pelo “gótico”, pelo Art Déco, Art Nouveau e, ainda, com elementos “modernizadores”, que

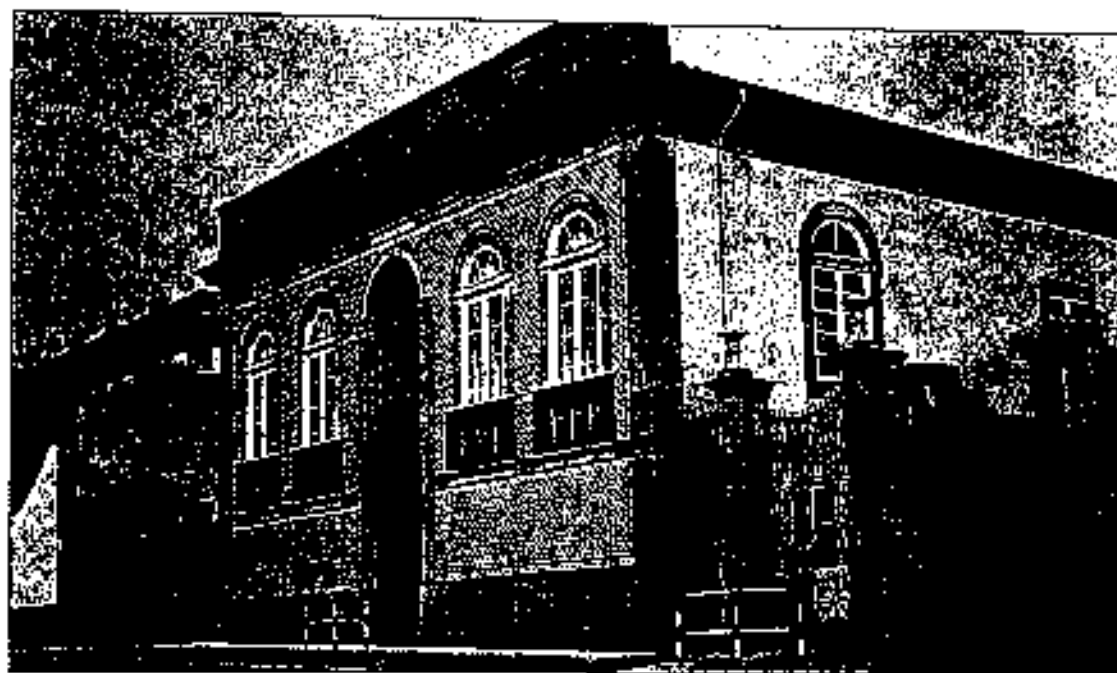
lembram o mundo industrial. Estes últimos, às vezes repetidos, outras vezes originais, foram moldados em argamassa a partir da criatividade individual e local.



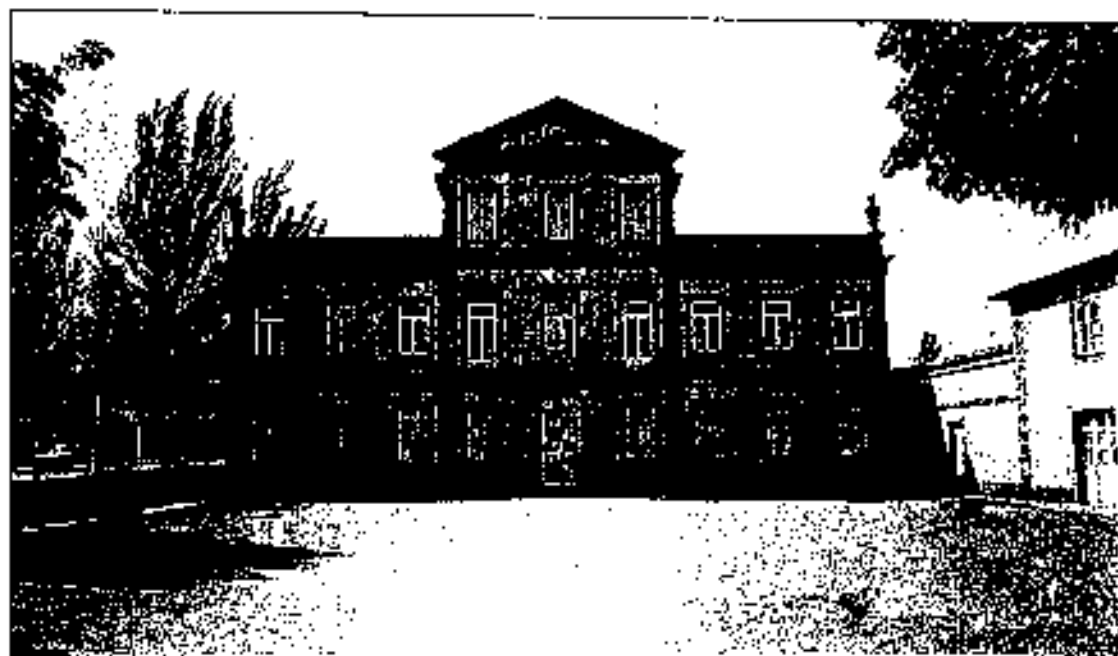
Il. 115. Fafe – Rua Major Miguel Ferreira



Il. 116. Fafé – Rua José Cardoso Vieira de Castro



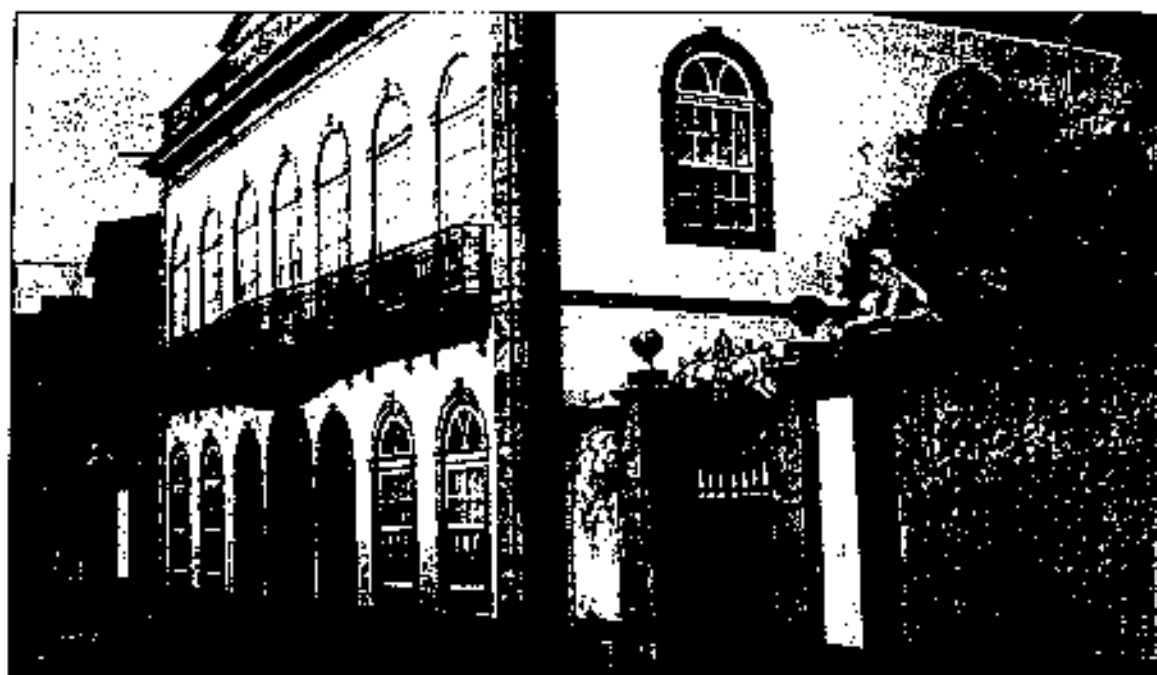
Il. 117 – Fafe – Rua João XXIII



Il. 118. Fafe – Rua Major Miguel Ferreira



II. 119. Fafe – Praça 25 de Abril



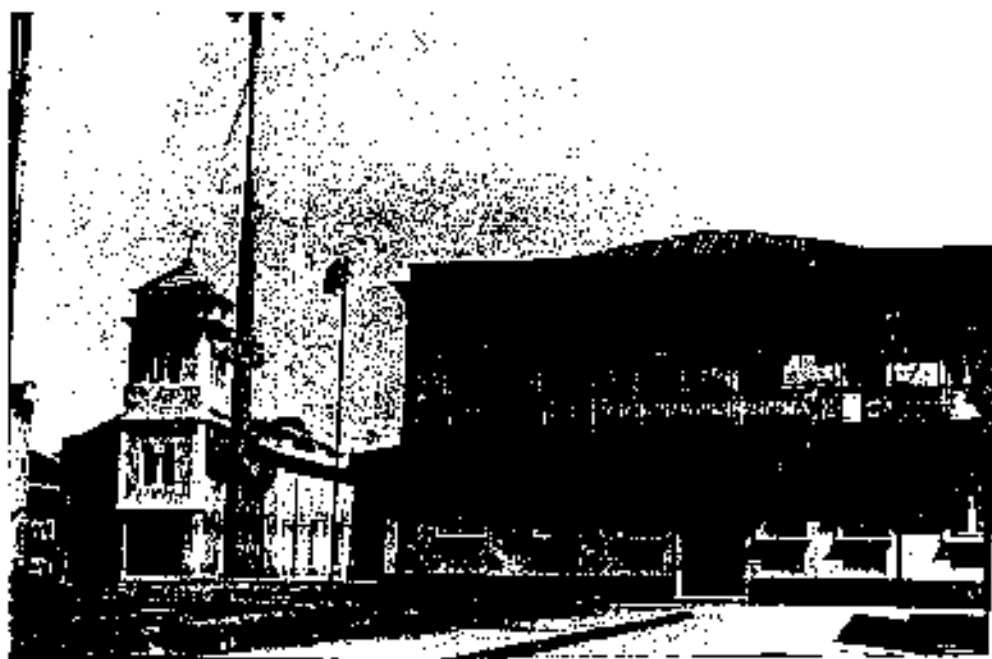
II. 120. Fafe – Rua Monsenhor Vieira de Castro



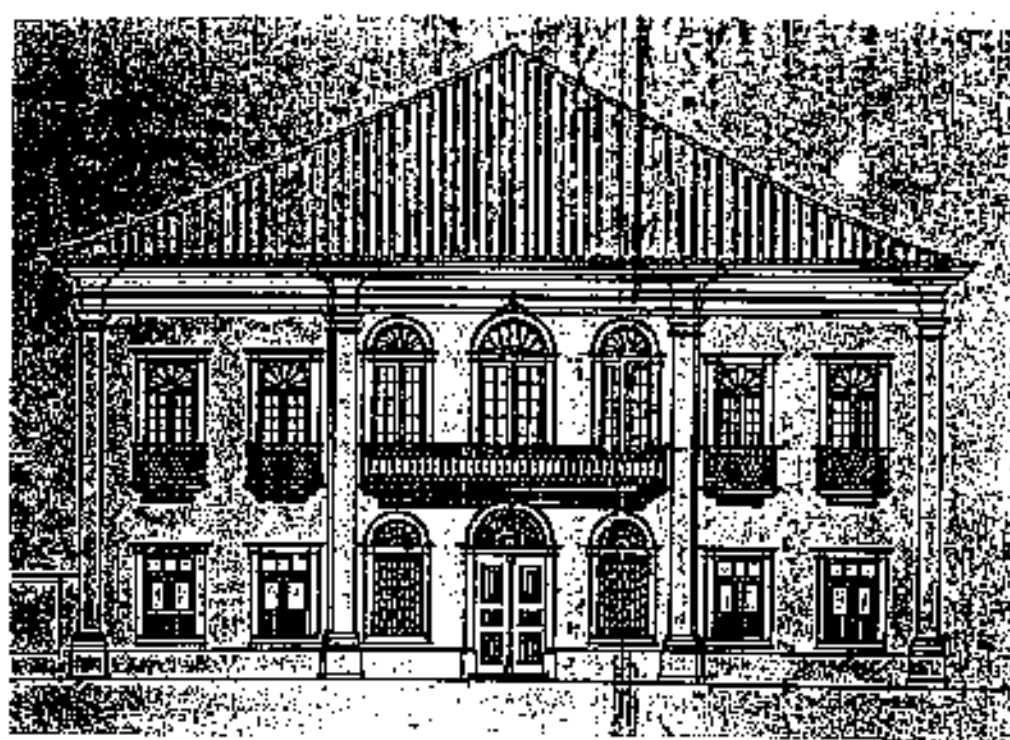
Il, 121, Fafe – Rua Monsenhor Vieira de Castro



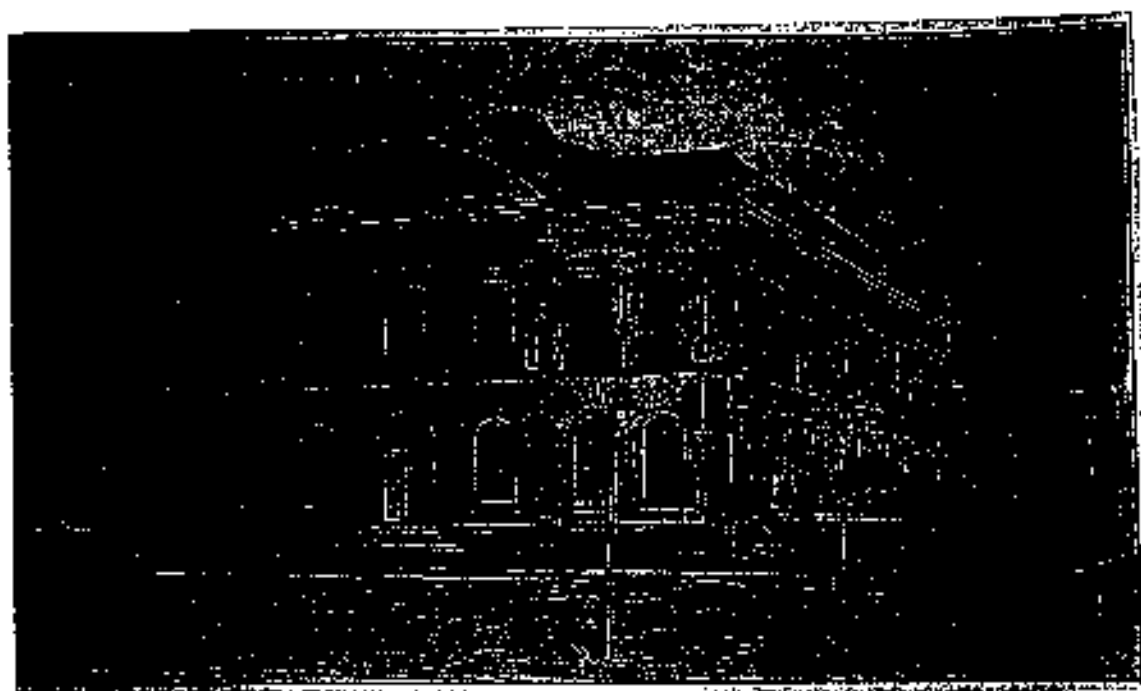
II. 122. Fafe – Rua Serpa Pinto



Il. 123. Amparo – Rua Barão de Campinas – edifício do Patronato



Il. 124. Fachada do sobrado da família Leitão – Jacarei.



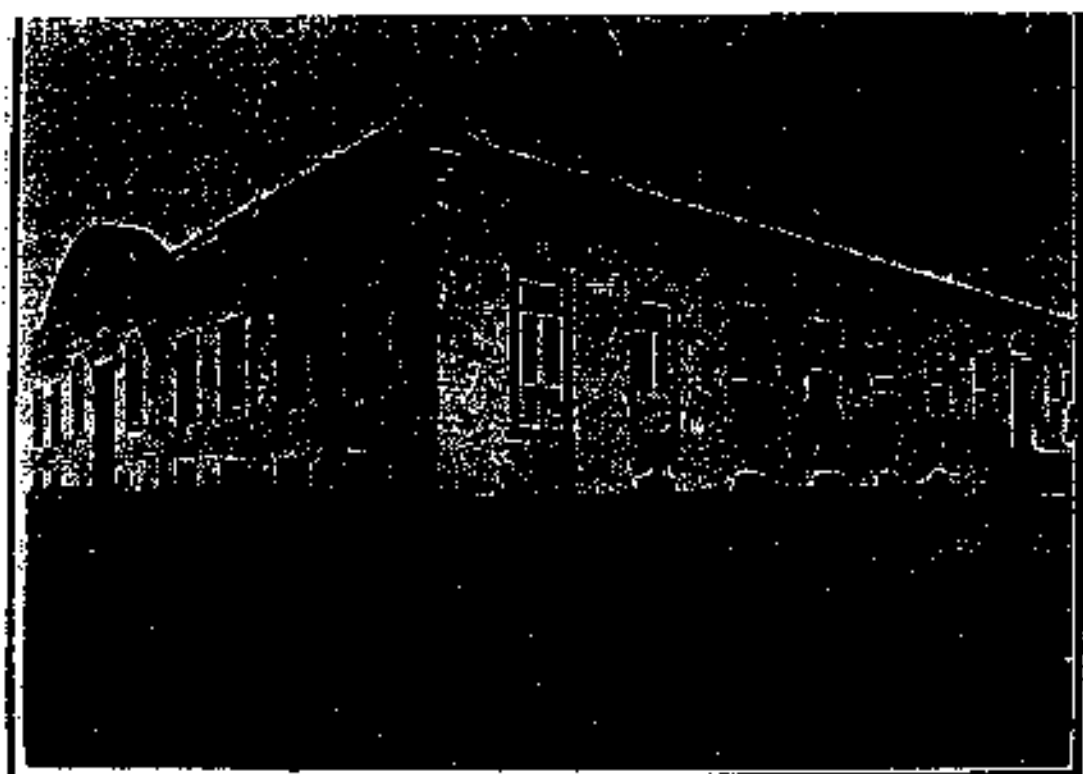
Il. 125. Hospital da Misericórdia de Fafe (1859-63)



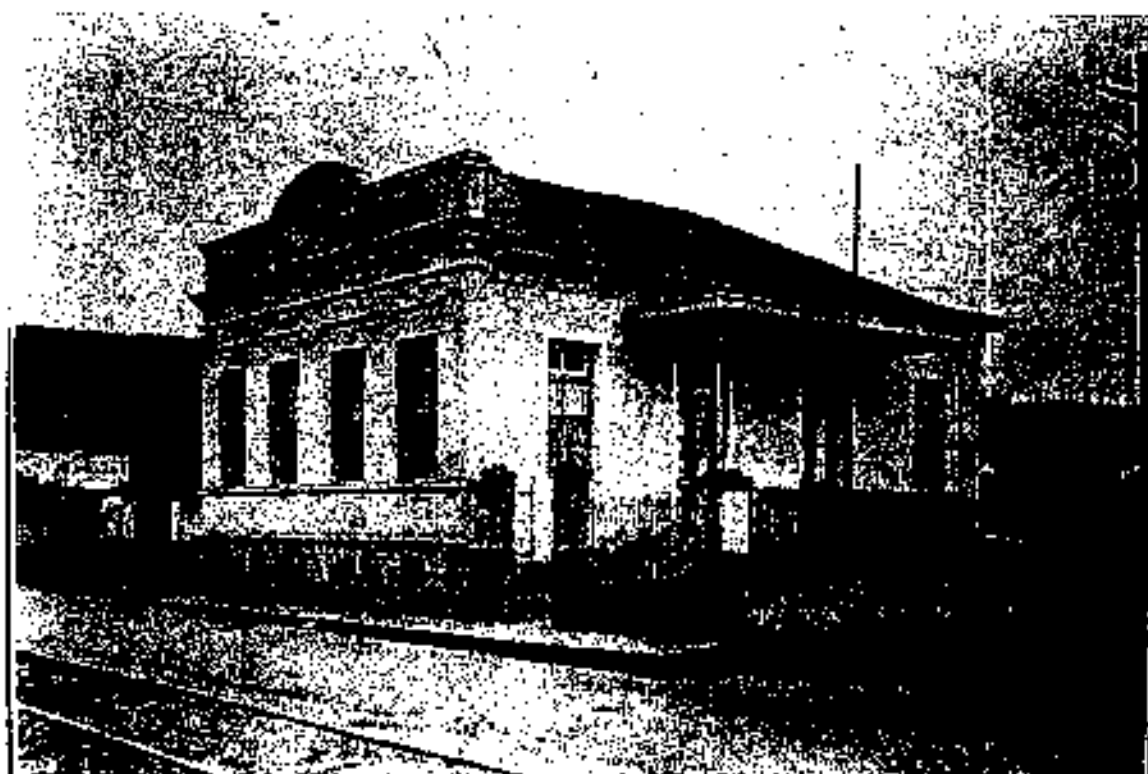
Il. 126. Beneficência Portuguesa do Rio de Janeiro (1858)



Il. 127. Casa da Chácara da família Gavião – São Paulo



Il. 128. Santa Casa de Misericórdia de Rezende.



Il. 129. Câmara Municipal de Duas Barras.

V. 5. O caso de Amparo

Dentre muitas cidades do interior paulista, Amparo tem uma posição singular. O tombamento efetivado pelo CONDEPHAAT em 1986 contemplou 18 bens, distribuídos entre 43 edifícios e também regulamentou suas áreas envoltórias. Dois anos depois, por iniciativa e supervisão do professor Jorge Coli, então conselheiro do CONDEPHAAT, foi criado o Grupo do Museu, Associação Preservacionista que elaborou uma listagem de proteção para 535 edifícios inseridos nas áreas envoltórias. Se o tombamento tinha procurado garantir a permanência dos grandes monumentos, a listagem foi muito mais abrangente e possibilitou a preservação de edifícios mais singelos, nem por isso menos importantes. Essa política de preservação desenvolvida na cidade possibilitou, portanto, a salvaguarda de um *corpus* excepcional, constituído por uma grande quantidade de edifícios datados entre a primeira metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX. O que dá unidade a esse conjunto é, sem sombra de dúvidas, a arquitetura de tradição clássica presente, tanto no grande quanto no pequeno edifício, tradição essa toscamente anunciada nos edifícios da primeira metade do século XIX, profusamente representada nos edifícios do final desse século e resistentemente denunciada nos prédios das quatro primeiras décadas do século XX.

Se olharmos para a rua 15 de novembro podemos reparar em três exemplos, representantes de três momentos significativos da vida da cidade. Primeiro, o sobrado dos Paiva (il. 130), construído antes de 1850 em taipa de mão e taipa de pilão, que apresenta fachada mural, grandes beirais, pilastras toscanas nos cantos e um perfeito equilíbrio entre cheios e vazios. Depois o sobrado do Carneiro (il. 131), datado de 1892, construído em tijolos, com uma fachada de organização muito mais complexa, ordem jônica no pavimento térreo, ordem coríntia no superior, de sabor “maneirista”, como se tivesse saído de um manual de Vignola. Por último, o edifício que pertenceu à família Maia, também construído em tijolos, em 1923. A organização da sua fachada traz novidades como “parafusos”, “porcas” e “argolas”, elementos provavelmente inspirados na revolução industrial, mas, por outro lado, não abdica doático e da fachada mural, remanescentes dos projetos de tradição clássica precedentes (il. 132 e 133).

No período compreendido entre a construção do sobrado dos Paiva e o do Carneiro, os anos 1870 foram significativos. Foi nessa ocasião que, em Amparo, a taipa foi sendo deixada de lado, dando lugar às primeiras construções de tijolo. Isso significou o fim de algumas limitações técnicas e novas possibilidades na elaboração dos projetos de fachada. Dai para frente, foram construídas em tijolos e encimadas por áticos. Podiam receber cimalhas, frisos e outros elementos da tradição clássica, como régulas e consolos. O conjunto de residências da rua Barão de Campinas (il. 86) foi construído em 1876 e representa bem a arquitetura de construtores desse período. No contrato, o empreiteiro obrigava-se a fazer todas as casas

“com oito metros de altura na frente que será de platibanda conforme o plano ... os alicerces de pedra, todas as paredes tanto externas como internas de tijolo e cal, pilastras nos cantos e nas frentes de pedra de cantaria soleira e socos dos portões da mesma pedra de que tão bem será a escada para o quintal (10)”.

Não só os edifícios novos tiveram esse privilégio na acentuação do gosto clássico. Muitas reformas se efetivaram trocando a fachada de taipa por paredes de tijolos, onde o “jogo” da ornamentação respeitava as regras da tradição clássica, mas permitia, ao mesmo tempo, uma certa liberdade individual. Na maioria das vezes, essas reformas conservaram intocada a divisão interna das casas.

A residência do antigo largo da Matriz, que serviu por muitos anos de casa paroquial (il. 134), é um exemplo atípico de reforma onde conservou-se a parede de taipa da fachada, construindo-se sobre ela umático de tijolos e, além disso, acrescentando-se-lhe pilastras “postiças” (il. 135).

Essa acentuação do gosto clássico esteve presente tanto nos edifícios suntuosos quanto naqueles de porta e janela. O palacete do Coronel Luiz Leite (il. 136) e o conjunto de residências de aluguel da rua Silva Pinto (il. 137) são exemplos desses extremos.

O outro período, aquele compreendido entre a construção do edifício do “Carneiro” (1892) e a residência dos Maia (1923), caracterizou-se por uma espécie de resistência do gosto clássico às novas formas.

Nos últimos anos do século XIX, por exemplo, alguns edifícios projetados na cidade, de caráter predominantemente clássico, receberam alguns arcos em ogiva fazendo alusão ao gótico. Assim, se olharmos para a fachada da antiga igreja Matriz (il. 138), constatamos um frontão triangular encimando meias colunas coríntias – à moda dos templos gregos – e, por outro lado, como elementos estranhos a esse universo, as aberturas em arcos ogivais. Essa mesma “contaminação” acontece na pequena igreja de São Sebastião (il. 139), com o portão de entrada do cemitério do Silvestre (il. 140) ou com o edifício do Grêmio Português de Beneficência (il. 141).

Ainda nesse período, pode-se constatar a presença de uma série de edifícios onde os projetos para ornamentação de fachadas têm caráter estilizador. Construída em 1903, a residência que pertenceu a Dona Josefina Lenzi (il. 142), situada à rua Prudente de Moraes, apresenta-se com seu arcabouço clássico: forma de um grande paralelepípedo, fachadas murais, simetria das aberturas, presença deático e cimalha. Há, entretanto, uma série de estilizações na ornamentação das fachadas. Primeiro, as pilastras foram substituídas por bossagens, as régulas sobre as janelas apoiam-se sobre consolos que perderam suas formas originais, transformando-se em pequenos conjuntos de sólidos geométricos. Depois, as faixas que contornam as janelas parecem estreitas lâminas metálicas fixadas por parafusos e as molduras dos respiradouros assemelham-se a formas vazadas em metal por prensas industriais.

A construção do edifício do Asilo de Mendigos (il. 143) entre 1905 e 1910 vem reafirmar, ainda mais, o gosto pela tradição clássica. Além disso, o projeto desse edifício mostra, pelo menos em sua fachada, uma semelhança muito grande com o projeto de Garcia Redondo (11) para o hospital Ana Cintra (il. 144), construído em 1890. Sendo assim, podemos afirmar que um serviu de inspiração ao outro. O que faria, quinze anos depois, um projetista inspirar-se no edifício do hospital para projetar o do asilo, senão o gosto?

As residências de nºs 365 e 369 da rua Washington Luiz (il. 145) reforçam a permanência desse gosto. Construídas em 1912 e 1913, apresentam as fachadas murais ladeadas por bossagens à guisa de pilastras, cornija, régulas, denticulos e beiral em cimalha, ornamentação própria da tradição clássica.

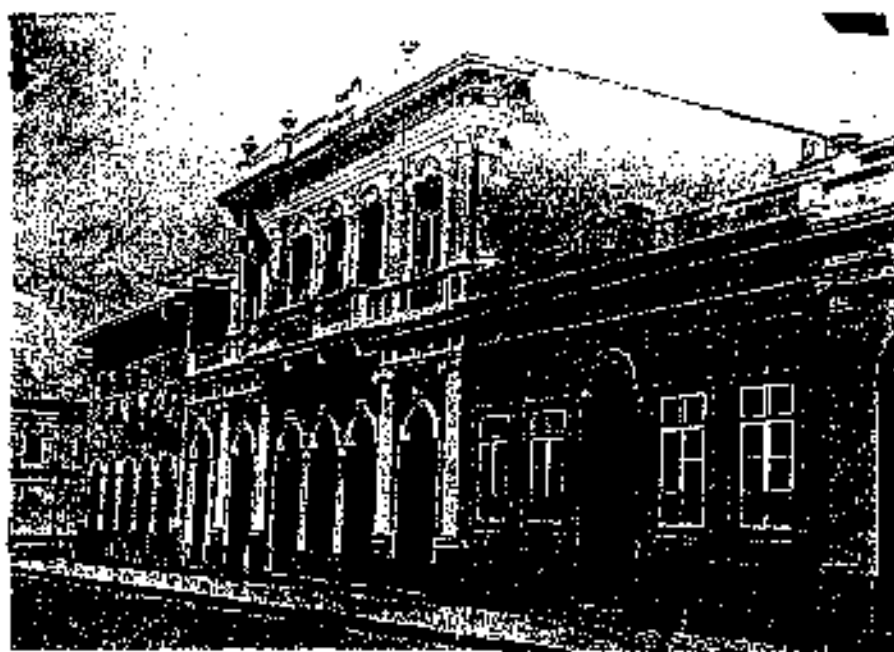
Mas é posterior aos dois períodos analisados o exemplo mais contundente da permanência do gosto clássico na arquitetura de Amparo: a reforma da antiga igreja Matriz. Planejada

pelo engenheiro-arquiteto Amador Cintra do Prado e efetivada em 1929, essa reforma eliminou as citações góticas introduzidas no final do século anterior e imprimiu um “sabor de Renascimento italiano” (12) devolvendo o edifício ao universo arquitetural da cidade, predominantemente clássico (il. 146).

Essa persistência do gosto de tradição clássica na arquitetura de Amparo pode ser percebida, através do catálogo, também em muitas outras cidades do interior paulista. Uma diferença, entretanto, pode ser constatada entre a arquitetura paulista e portuguesa nesse período estudado. Embora o gosto clássico esteja presente tanto nos edifícios portugueses quanto nos paulistas, o gosto português se apresenta de forma mais comedida, utilizando-se, os construtores, quase sempre da ordem toscana ou dórica em detrimento da jônica ou coríntia. Como analisamos no capítulo precedente, esse comportamento pode ser oriundo dos ensinamentos transmitidos pelos manuais de arquitetura traduzidos em Portugal e que enfatizavam a “simplicidade” na ornamentação das fachadas. Em oposição a essa “simplicidade”, talvez, os comentários de alguns portugueses sobre a arquitetura de “brasileiro”, considerada rebuscada e de mau gosto.



Il. 130. Sobrado dos Paiva – Rua 15 de novembro – Amparo



Il. 131. Sobrado do Carneiro – Rua 15 de novembro – Amparo



II. 132. Residência dos Maia – Rua 15 de novembro – Amparo



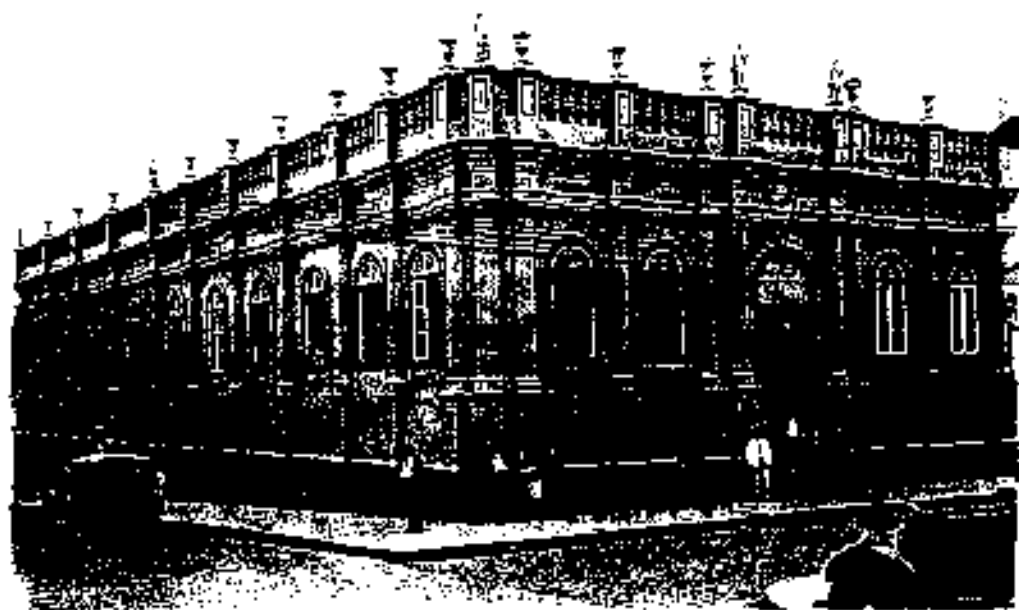
II. 133. Residência dos Maia – Rua 15 de novembro – Amparo



Il. 134. Antiga casa paroquial – Amparo



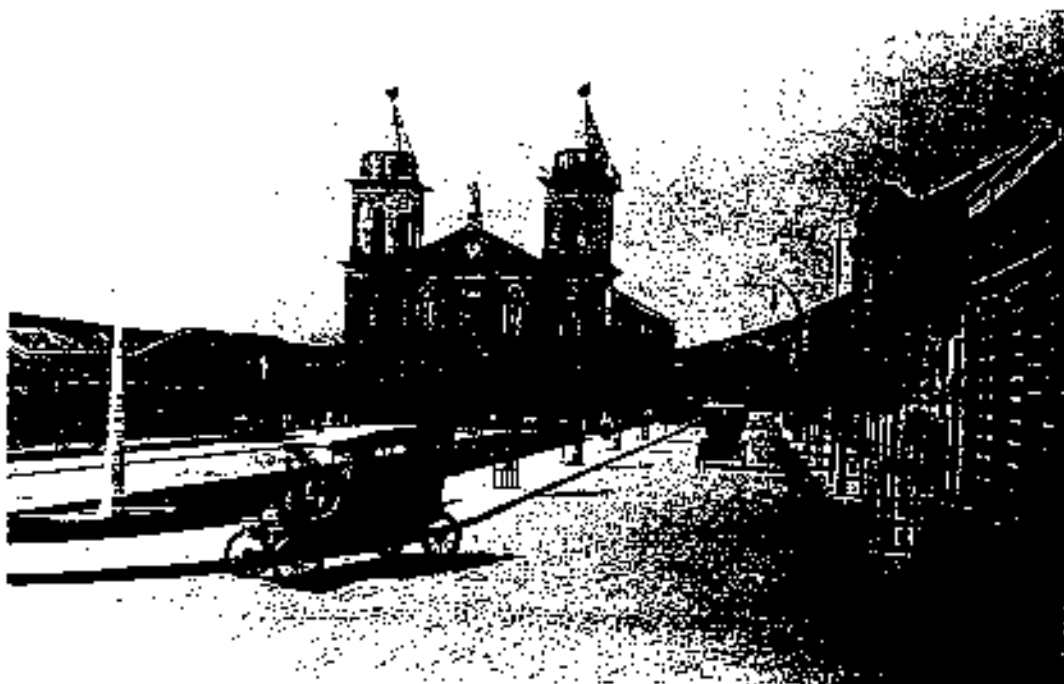
Il. 135. Antiga casa paroquial – Pilastra “postiça”



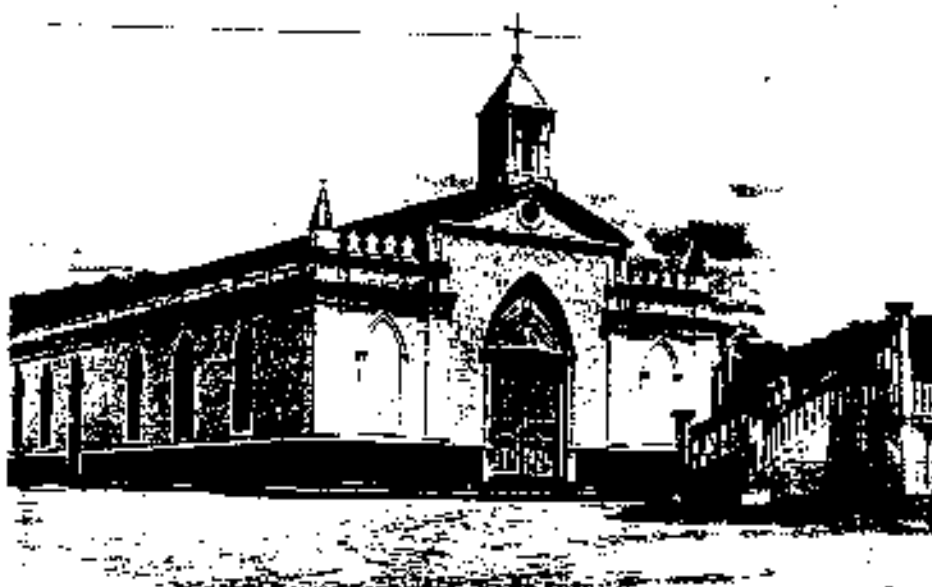
II. 136. Palacete do Coronel Luiz Leite – Amparo



II. 137. Conjunto de casas da rua Silva Pinto – Amparo



Il. 138. Antiga Matriz – Amparo



Il. 139. Antiga igreja de São Sebastião - Amparo



II. 140. Portão de entrada do Cemitério do Silvestre - Amparo



II. 141. Edifício do Grêmio Português de Beneficência - Amparo



II. 142. Residência Dona Josefina Lenzi - Amparo



II. 143. Edifício do antigo Asilo de Mendigos - Amparo



II. 144. Edifício do Hospital Ana Cintra - Amparo



II. 145. Residências da rua Washington Luiz - Amparo

IGREJA MATRIZ DE AMPARO



PROJETO E ADAPTAÇÃO DE
AMADOR CINTRA DO PRADO
PAZ DA ARQUITECTURA - SÃO PAULO

Il. 146. Projeto para reforma do edifício da Matriz - Amparo - 1929

NOTAS

1. João Gomes Horta. Bases da intervenção de salvaguarda e reabilitação patrimonial da zona histórica pombalina de Vila Real de Santo Antonio. Vila Real de Santo Antonio, datilografado, 1992.
2. José Eduardo Horta Correia. Vila Real de Santo Antonio – urbanismo e poder na política pombalina. Dissertação de doutoramento em História da Arte apresentada à faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1984, Vol. 1, fls. 19.
3. Miguel Monteiro. Faço dos “brasileiros”(1860-1930). Fafe: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1991.
4. Miguel Monteiro. Op. Cit. , fls, 46.
5. Jaime Salazar Braga. A casa do “brasileiro” e a paisagem rural do século XIX. Lisboa, 1986. Fls 64-65.
6. Miguel Monteiro. Op. Cit. fls. 169-170.
7. Miguel Monteiro. Op. Cit. fls. 95.
8. Carlos Lemos. Alvenaria Burguesa. São Paulo: Nobel, 2ª edição, 1989, fls. 104.
9. Centenário da Independência do Brasil. Álbum do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1922.
10. Contrato celebrado em 20 de novembro de 1876 e registrado às folhas 11 e 12 do livro 37 do Primeiro Cartório de Notas de Amparo entre o proprietário Antônio Gonçalves de Oliveira Bueno e o mestre carapina José Domingues de Carvalho.
11. Manoel Ferreira Garcia Redondo nasceu no Rio de Janeiro em 1854. Por problemas de saúde foi em criança para Portugal onde, entre 1862 e 1872 frequentou aulas do Liceu e da Universidade de Coimbra. De volta ao Brasil, matriculou-se na Escola Politécnica do Rio de Janeiro onde se formou engenheiro em 1876. Entre muitas outras atividades, foi professor da Escola Politécnica de São Paulo, projetou o teatro Guarany de Santos, o teatro João Caetano e o Hospital Ana Cintra, em Amparo.
12. Depoimento concedido ao autor deste trabalho em 24 de junho de 1992, gravado, transcrito e datilografado.

VI. EDIFÍCIOS PAULISTAS E PORTUGUESES - SEMELHANÇAS

VI.1. EDIFÍCIOS PAULISTAS E PORTUGUESES E SUAS DATAS PROVÁVEIS DE CONSTRUÇÃO

Durante nossa pesquisa de campo, quando percorremos o interior do Estado de São Paulo, constatamos muitos edifícios, tanto do final do século XIX quanto do início do século XX, com a provável data de construção estampada na parede da fachada ou nas bandeiras das portas.

Apresentamos a seguir as imagens desses edifícios construídos entre 1811 e 1941. Através delas constata-se uma certa “evolução” na organização das fachadas: do “clássico tosco” da primeira metade do século XIX, passando pelo “vinholesco” da segunda metade, até a “estilização” e os momentos de “resistência” às novas formas nas primeiras décadas do século XX.

Logo em seguida, apresentamos as imagens do conjunto de edifícios portugueses, também datados, que fotografamos durante nossa pesquisa.

1810 a 1819



Il. 147. 1811 – Bananal
Rua Luiz Valiente, 169

1840 a 1849



II. 148. 1846 – São José do Barreiro
Rua São José s/n



II. 149. 1847 – Itu

1850 a 1859



Il. 150. 1853 – São Luiz do Paraitinga
Praça Osvaldo Cruz, s/n



Il. 151. 1853 – São Luiz do Paraitinga
Praça Osvaldo Cruz, 6



II. 152. 1856 - São José do Barreiro
Praça Cel. Cunha Lara, 8



II 153 1858 - Itu



Il. 154. 1858 – São Luiz do Paraitinga
Praça Osvaldo Cruz, 24

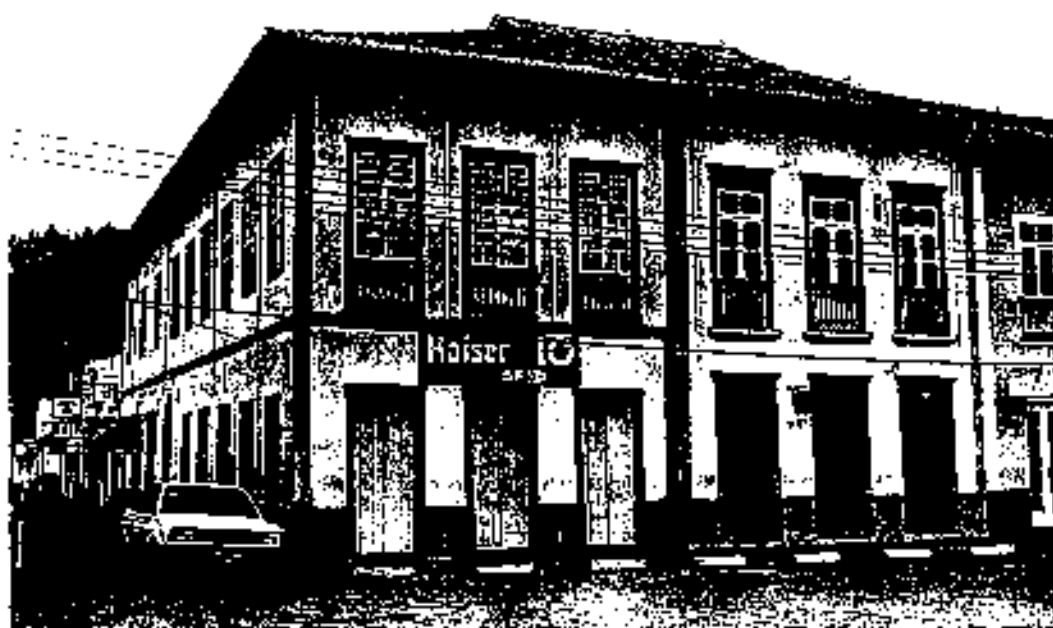


Il. 155. 1858 – São Luiz do Paraitinga
Rua Monsenhor Inácio Gioia s/n

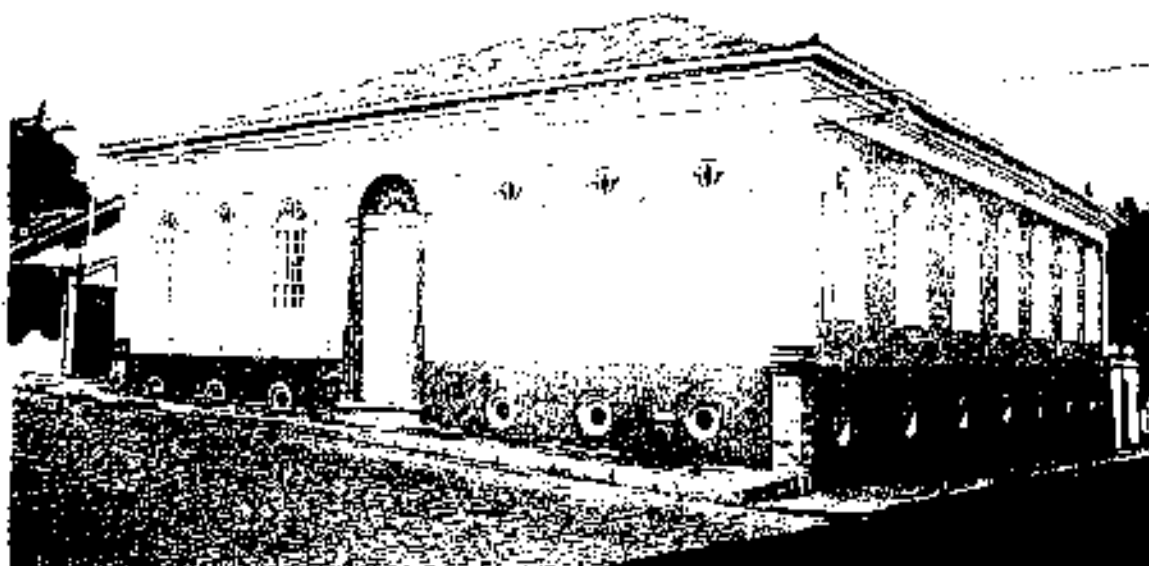


Il. 156. 1859 – São Luiz do Paraitinga
Praça Osvaldo Cruz, 3

1860 a 1869



Il. 157. 1860 – São Luiz do Paraitinga
Praça Osvaldo Cruz, 22



Il. 158. 1861 – Itu



Il. 159. 1862 – Bananal
Rua Manoel Aguiar, 90



Il. 160. 1864 – São Luiz do Paraitinga
Praça Osvaldo Cruz, 18



Il. 161. 1864 – São Luiz do Paraitinga
Praça Osvaldo Cruz, 25



Il. 162. 1865 -- Atibaia
Rua José Alvim, 287



Il. 163. 1866 -- Goaratinguetá
Rua Frei Galvão, 48



Il. 164. 1868 – Areias
Rua 15 de novembro, 244



Il. 165. 1868 – Areias
Rua Comendador Sampaio, 9

1870 a 1879



Il. 166, 1871 – Bananal
Praça Pedro Ramos, 23



Il. 167, 1876 – Amparo
Rua Barão de Campinas, 169, 173, 181



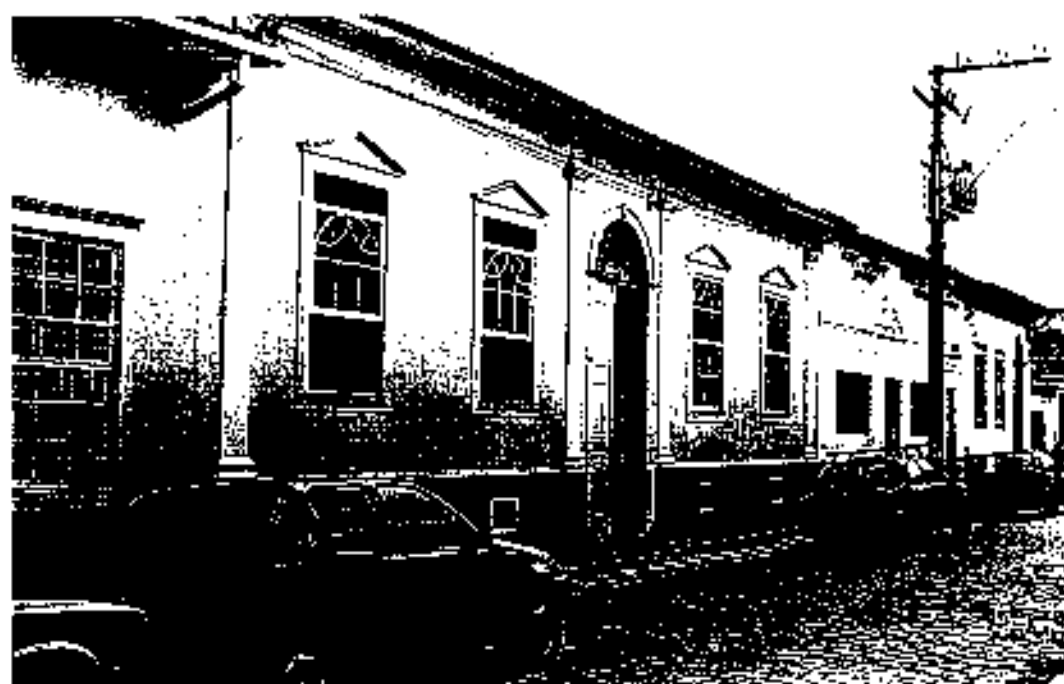
Il. 168. 1876 – São Luiz do Paraitinga
Rua Cel. Domingues de Castro, 43



Il. 169. 1878 - Itu



Il. 170. 1878 – Amparo
Fazenda Vanguarda



Il. 171. 1878 – Amparo
Rua Duque de Caxias, 55



Il. 172. 1879 – São José do Barreiro
Prefeitura Municipal

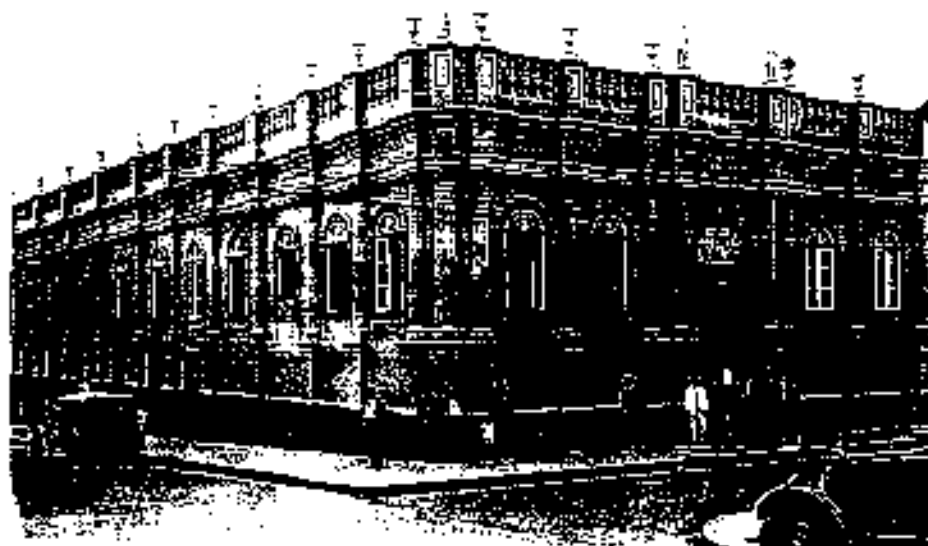
1880 a 1889



Il. 173 1881 - Araras
Praça Barão de Araras, 372



Il. 174, 1882 - Itur



Il. 175. 1885 – Amparo
Rua Luiz Leite (Museu)



Il. 176. 1885 – Porto Feliz
Rua José Bonifácio, 87



Il. 177. 1886 - Amparo
Rua 13 de maio

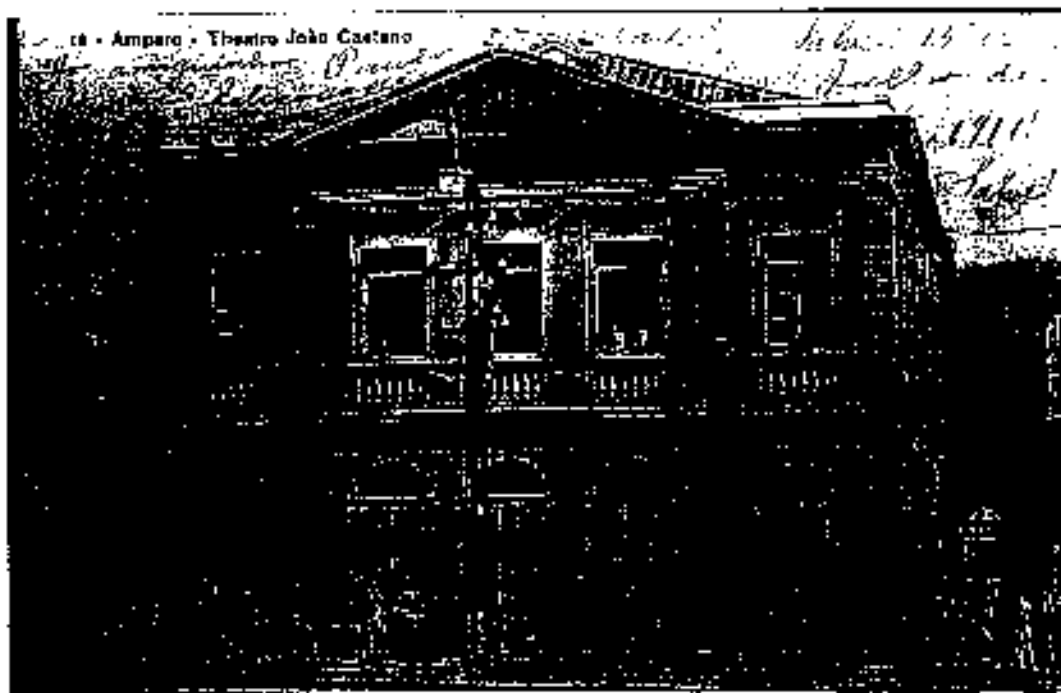


Il. 178. 1888 – Amparo
Praça da Bandeira (antiga cadeia)

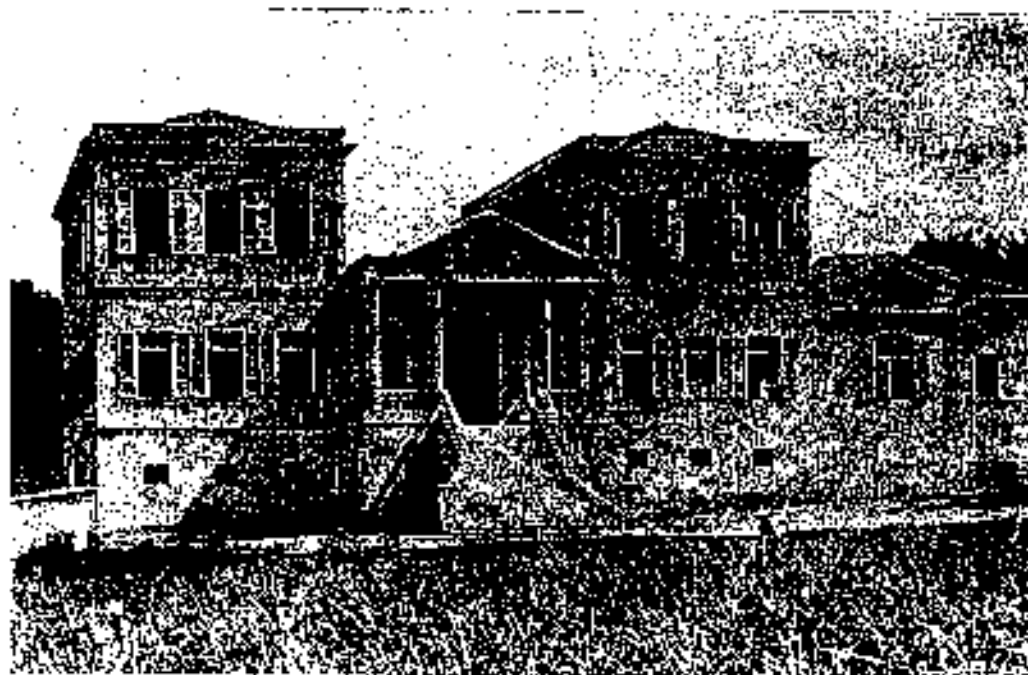


Il. 179. 1889 – Itapira
Rua Francisco Glicério, 344

1890 a 1899



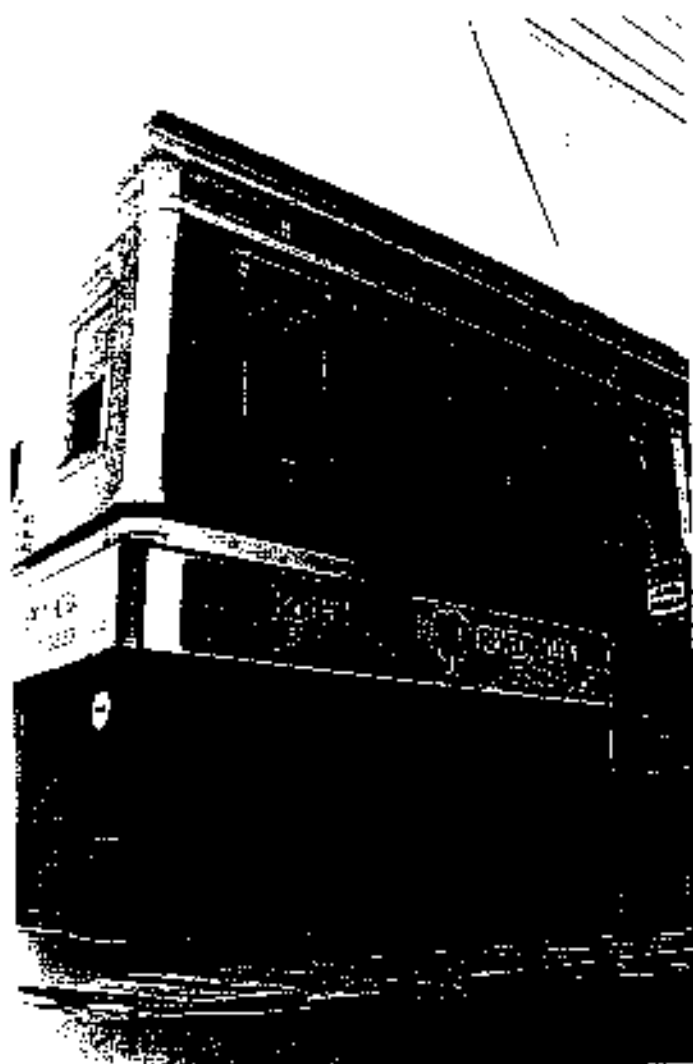
Il. 180. 1890 - Amparo
Teatro João Caetano (demolido)



Il. 181. 1890 - Amparo
Hospital Ana Cintra



Il. 182 – Amparo
Casas do Hospital Ana Cıntra



Il. 183. 1890 - Bragança Paulista
Rua Cel. João Leme, 471



Il. 184. 1890 – Itapira
Rua Francisco Glicério, 521



Il. 185. 1891 – Amparo
Rua 13 de maio



Il. 186. 1892 -- Tietê
Rua do Comércio, 532, 536



Il. 187. 1892 - Amparo
Rua José Fontana



Il. 188. 1892 – Amparo
Praça Pádua Sales



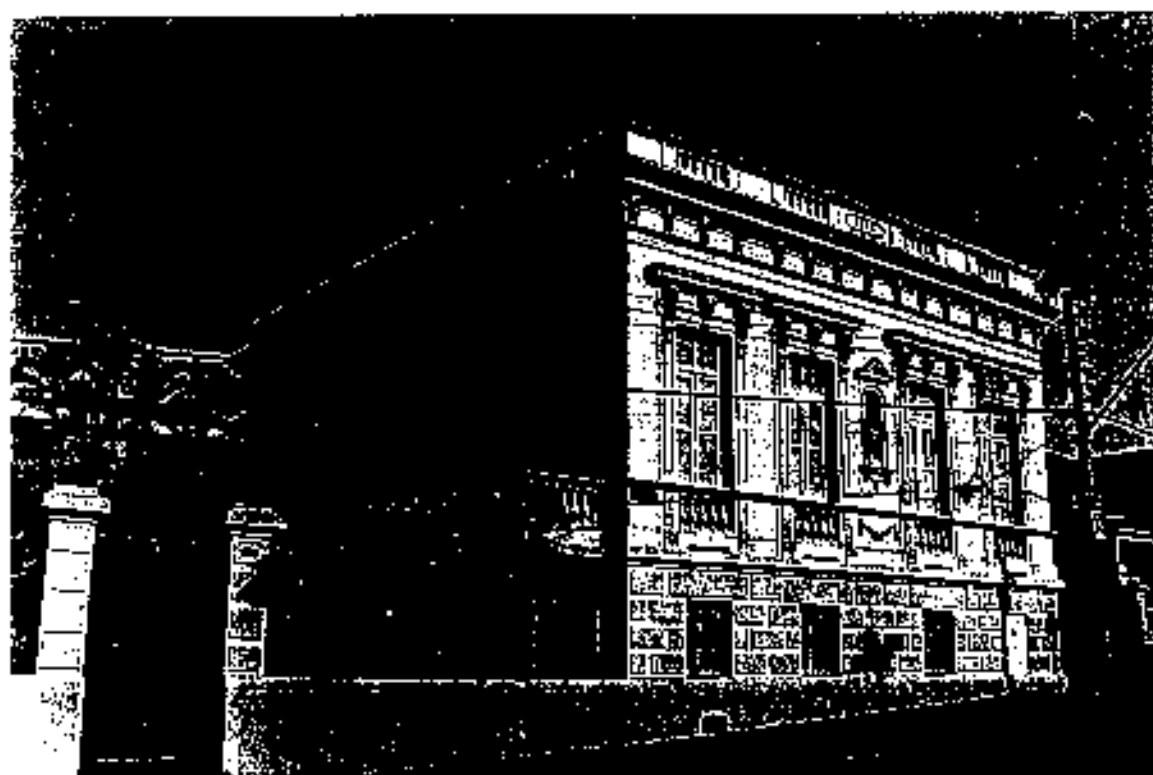
Il.189. 1892 – Amparo
Rua 15 de novembro



II. 190. 1892 – Amparo
Rua Prudente de Moraes, esquina c/ Rua Humberto Beretta (demolido)



Il. 191. 1892 ~ Amparo
Largo do Rosário, 67



Il. 192. 1893 – Mococa

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE



Il. 193. 1893 – São Luís do Paraitinga
Rua Cel. Domingues de Castro, s/n



II. 194. 1895 – Tietê
Rua do Comércio, 380



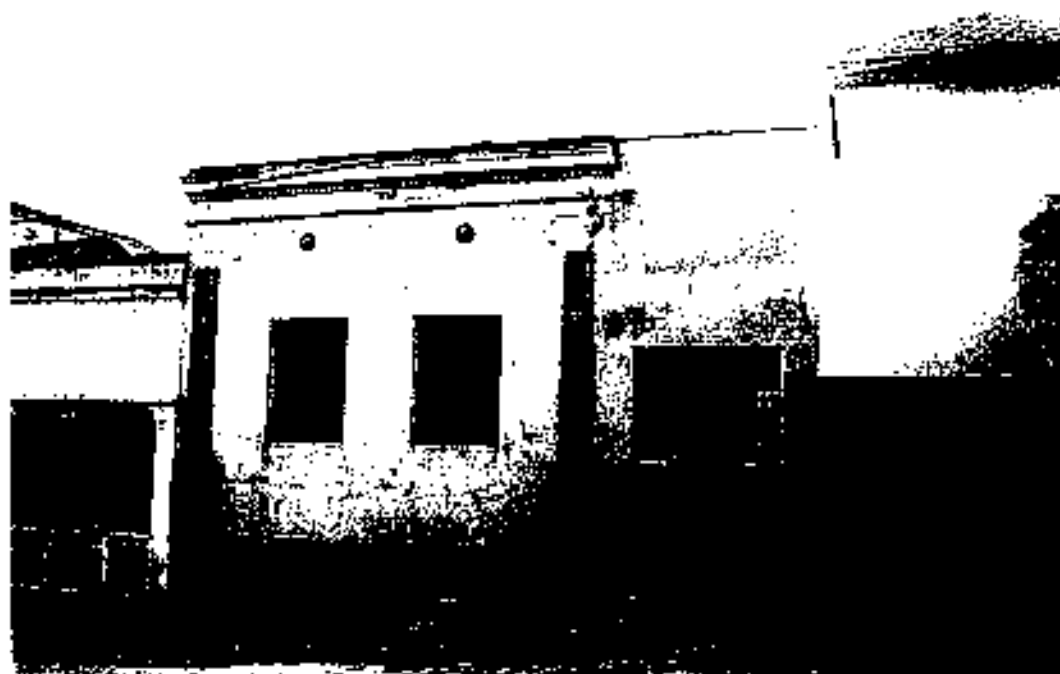
Il. 195. 1895 – Analândia



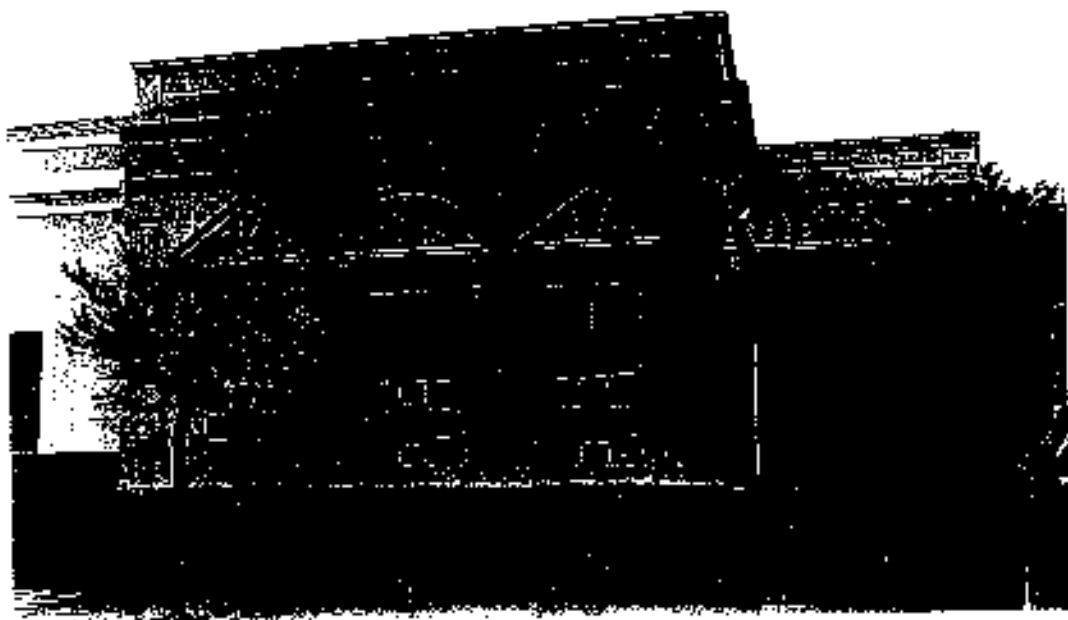
II. 196. 1895 – Bragança Paulista
Rua Cel. João Leme, 521



Il. 197. 1896 – São Manuel
Rua 7 de setembro, 269



Il. 198. 1896 – Itapira
Rua Rui Barbosa, 517



Il. 199. 1896 – Tietê
Rua Lara Campos, 502



Il. 200. 1896 - Tietê
Rua do Comércio, 521, 535



Il. 201. 1897 - Tierê
Rua do Comércio, 646



Il. 202. 1897 - Bananal
Rua Manoel de Aguiar, 142



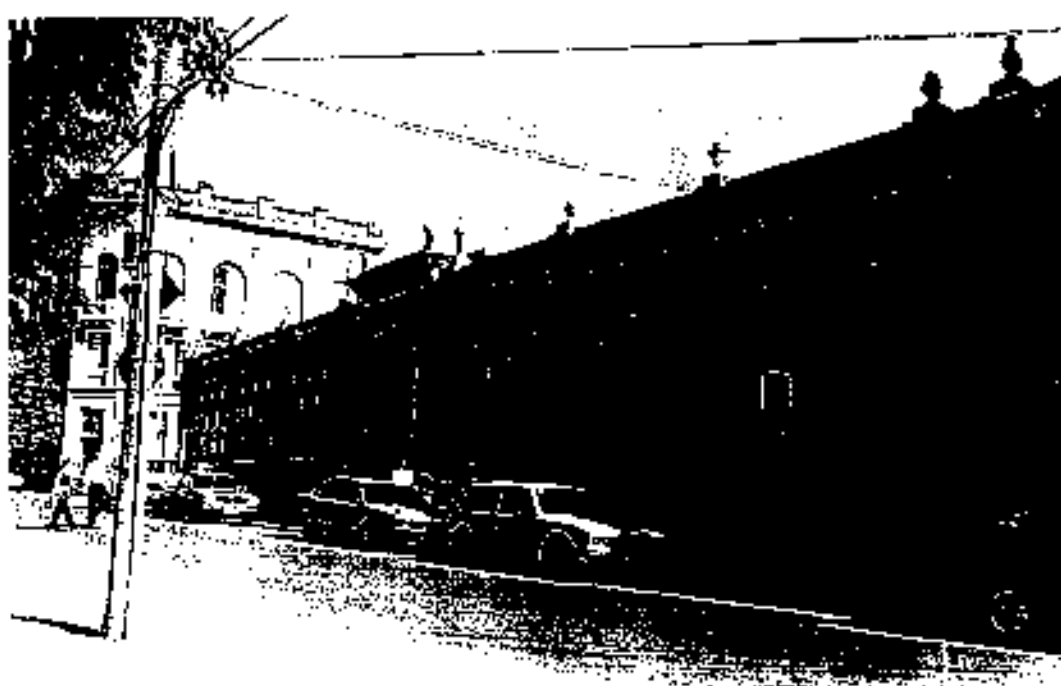
II. 203. 1897 - Amparo
Rua Duque de Caxias



II 204. 1898 - Bragança Paulista
Rua Cel. João Leme, 398



Il. 205. 1898 – Amparo
Rua Barão de Campinas



Il. 206. 1898 – Jahu
Mercado Municipal



Il. 207. 1899 – São Luiz do Paraitinga
Praça Osvaldo Cruz s/n

1900 a 1909



Il. 208. 1901 – Bocaina
Rua 7 de setembro, 251



Il. 209. 1901 – Atibaia
Av. São João s/n



Il. 210. 1902 - Amparo
Rua 13 de maio, 104, 88



Il. 211. 1902 - São Manuel
Rua Epitácio Pessoa, 316



Il. 212. 1902 - Itu



Il. 213. 1902 - São Luiz do Paraitinga
Mercado Municipal



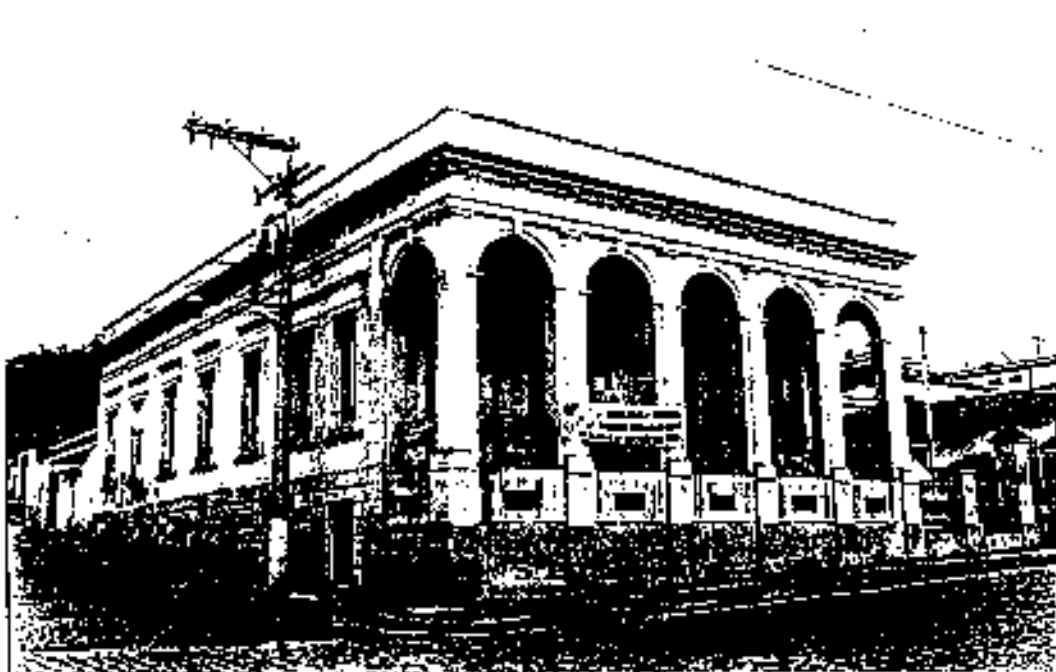
Il. 214. 1902 - Amparo
Rua Duque de Caxias



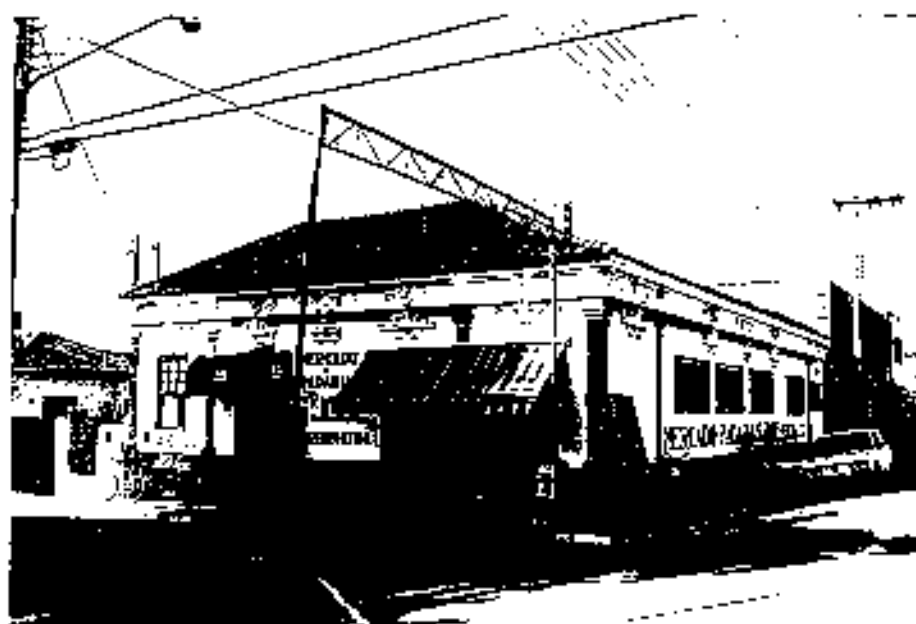
Il. 215. 1903 - Amparo
Rua Luiz Leite



1903 – São Manuel
Rua Moraes Gordo, 334



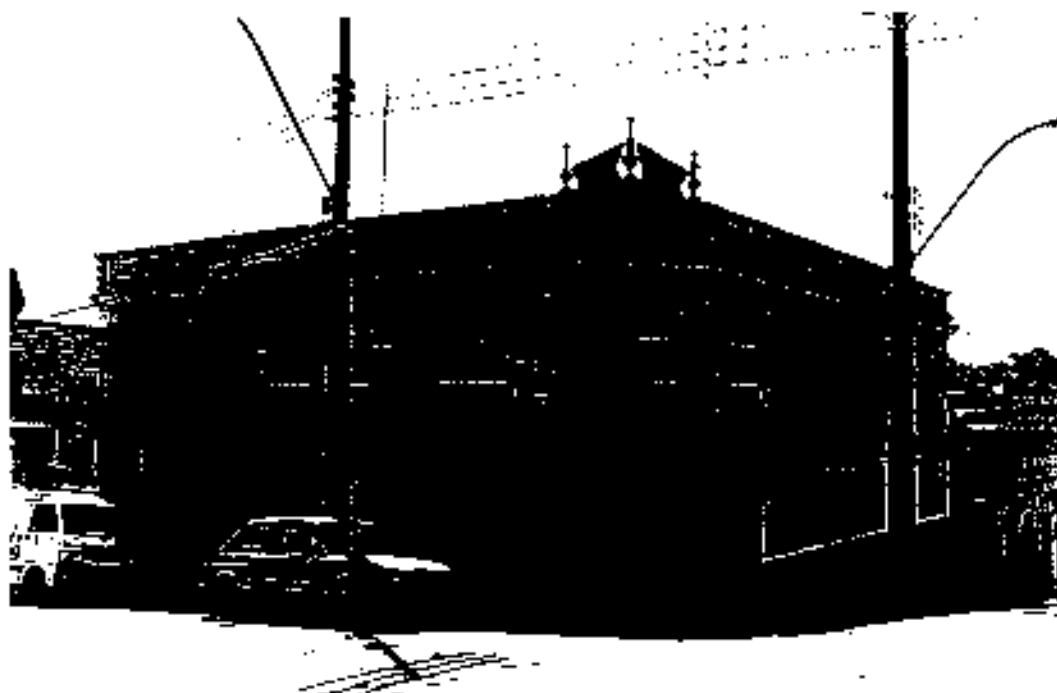
II 217, 1903 – Piracaia
Rua Celestino Júlio Guimarães, 204



II. 218. 1903 – Pereiras



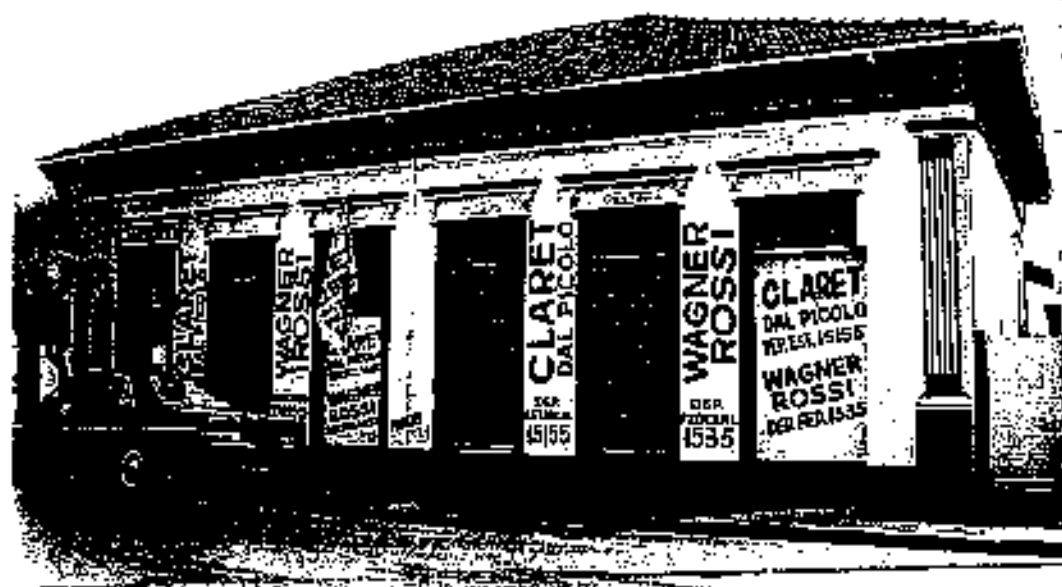
II. 219. 1904 – São Manuel
Rua Irmãs Cintra, s/n



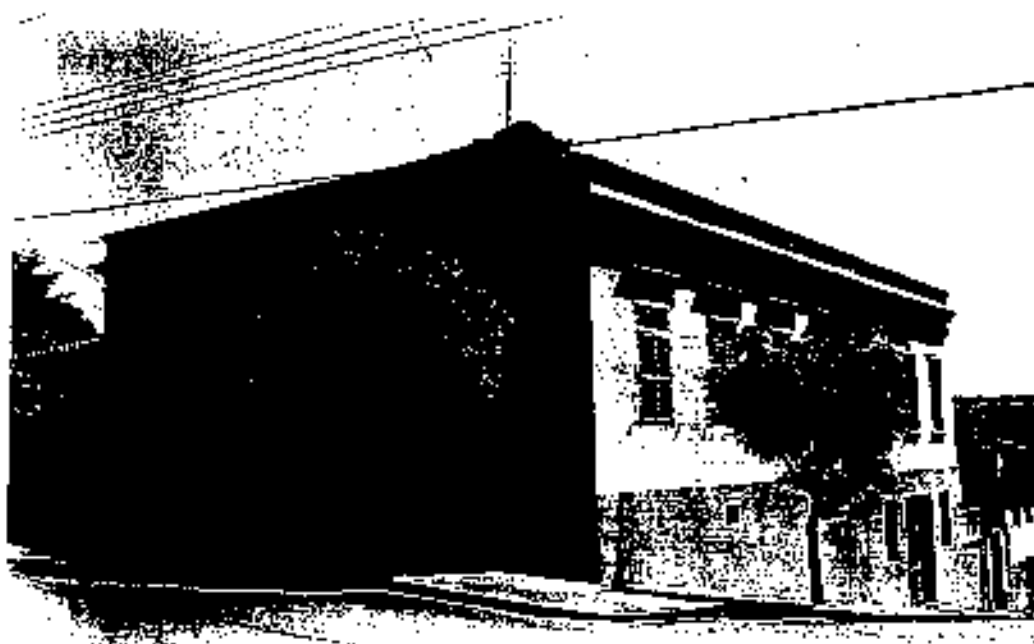
Il. 220. 1904 – São Manuel
Rua Moraes Gordo, 125



Il. 221. 1904 – São Luiz do Paraitinga
Rua Cel. Manoel Bento, 176



Il. 222. 1905 – Batatais
Rua 7 de setembro, 311



Il. 223. 1906 – São Manuel
Rua Batista Martins esquina c/ rua 7 de setembro



Il. 224. 1906 – Socorro
Rua 15 de novembro, 216



II. 225. 1907 ~ Bragança Paulista
Praça José Bonifácio, 126



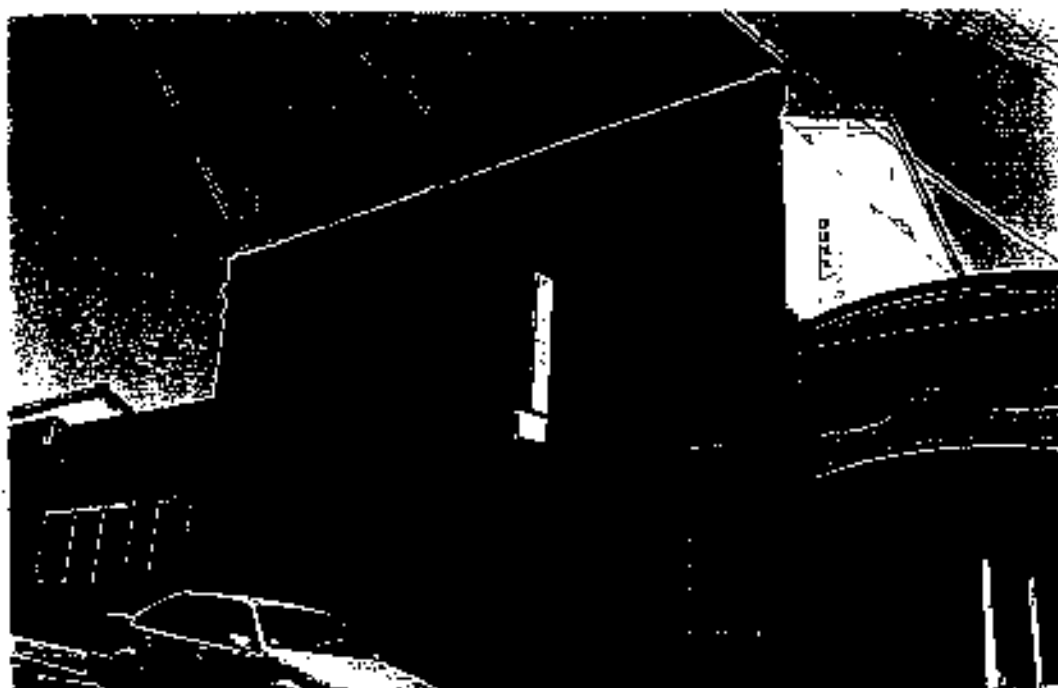
Il. 226, 1907 – Ribeirão Preto
Rua Florêncio de Abreu esquina c/ Rua Visconde de Inhaúma



II, 227, 1907 – Bocaina
Rua 15 de novembro, 609



II. 228. 1907 – Bragança Paulista
Praça José Bonifácio, 72



Il. 229. 1908 – Bocaina
Rua Floriano Peixoto, 462



Il. 230. 1909 – Bragança Paulista
Praça José Bonifácio, 290

1910 a 1919



Il. 231. 1910 – Itapira
Rua Tiradentes, 45



Il. 232. 1911 – Batatais
Rua Cel. Joaquim Rosa, 211, 227



Il. 233. 1911 – Ribeirão Preto
Rua Guadaporá, 376, 386



Il. 234. 1912 – São Carlos
Rua Major José Inácio, 2236



Il. 235. 1912 – Capivari
Rua Barão do Rio Branco, 214



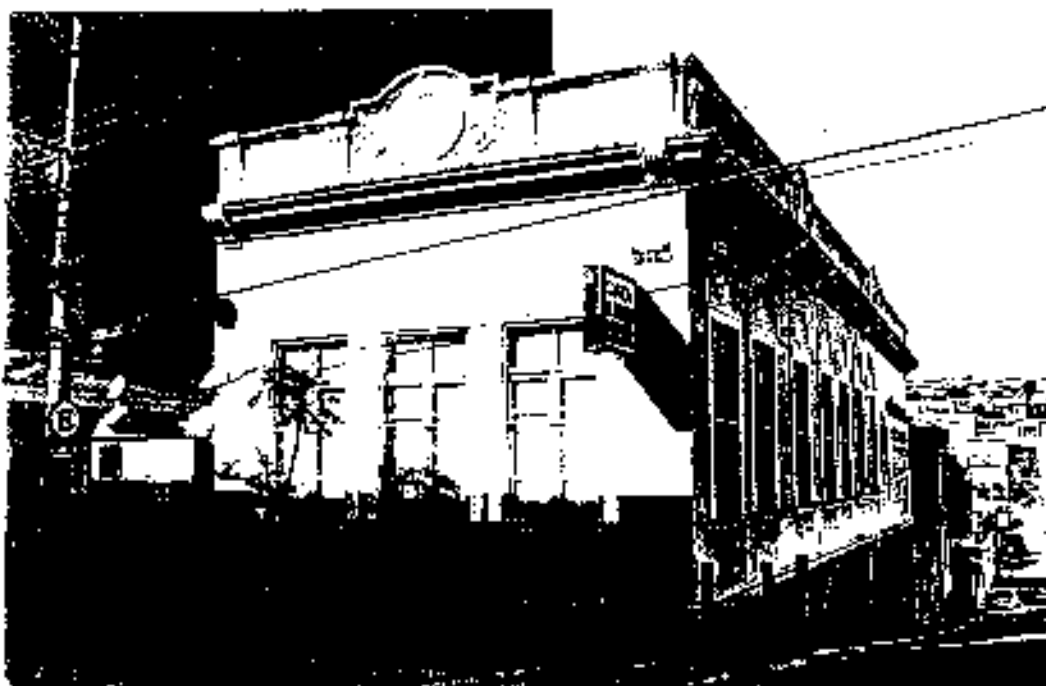
Il. 236. 1912 – Amparo
Mercado Municipal



II, 237. 1912/1913 – Amparo
Rua Washington Luiz



II, 238. 1914 – Itapira
Rua Francisco Glicério, 438



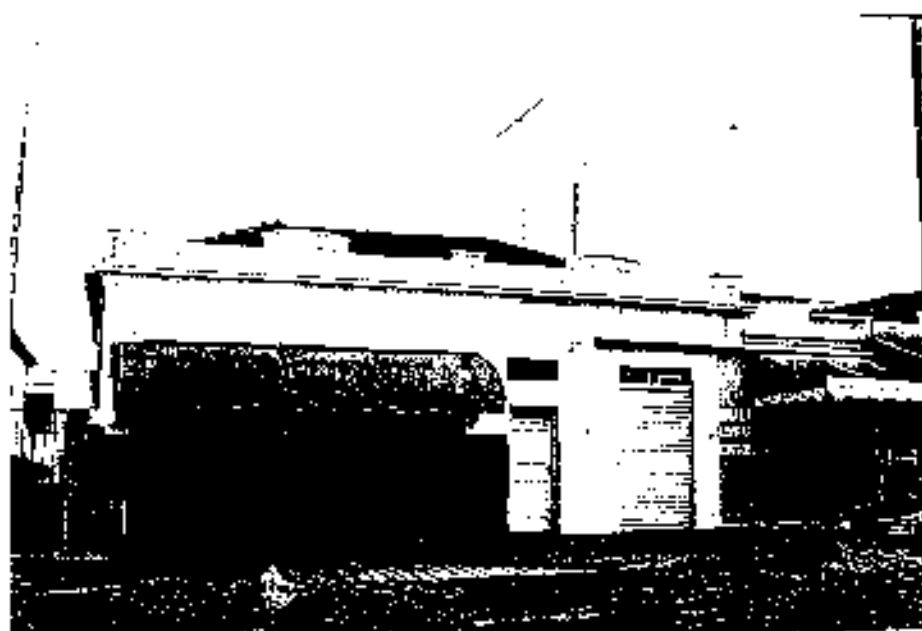
II. 239. 1914 – Bragança Paulista
Rua Cel. João Leme, 928



II 240, 1914 – Piracaia
Praça Dr. Júlio Mesquita, 138



Il. 241. 1914 – Tietê
Rua Dr. Paulino, 470



II. 242. 1914 - Orlândia
Rua 1, 437



II. 243. 1915 - Taquaritinga
Rua Prudente de Moraes, 582



Il. 244. 1916 – Piracaia
Rua Padre Antonio Gonçalves, 15



Il. 245. 1916 – Batatais
Rua Marechal Deodoro, 133



Il. 246. 1916 – Orlandia
Rua I esquina c/ Avenida 5



Il. 247. 1917 – Nazaré Paulista
Rua Cel. Francisco Derosa, 150



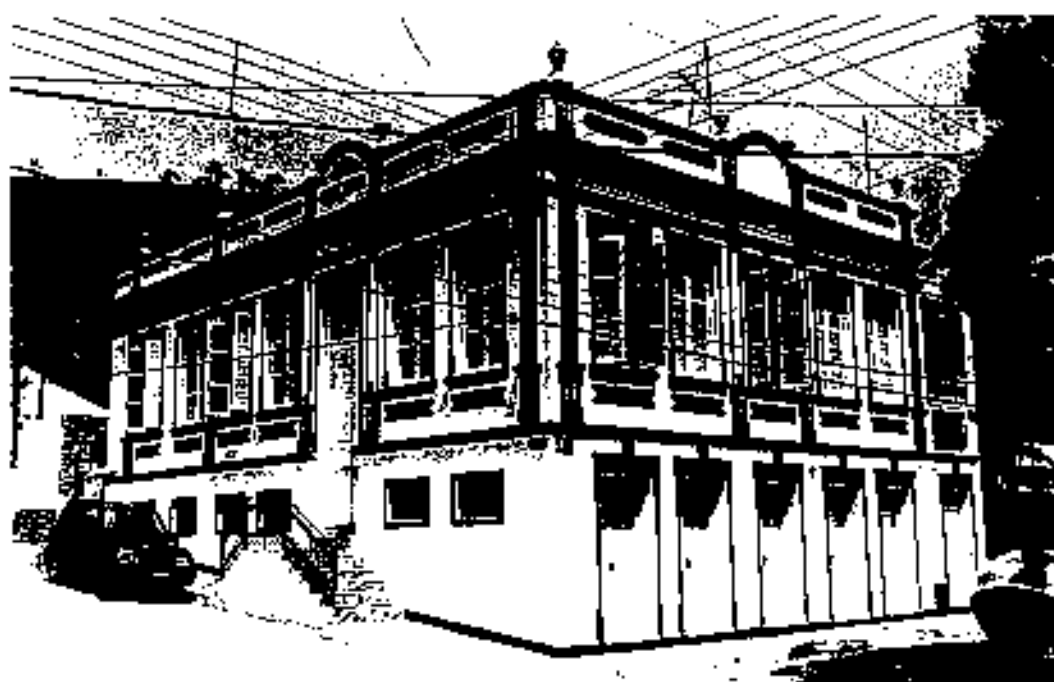
Il. 248. 1917 - Atibaia
Rua José Alvim, 211



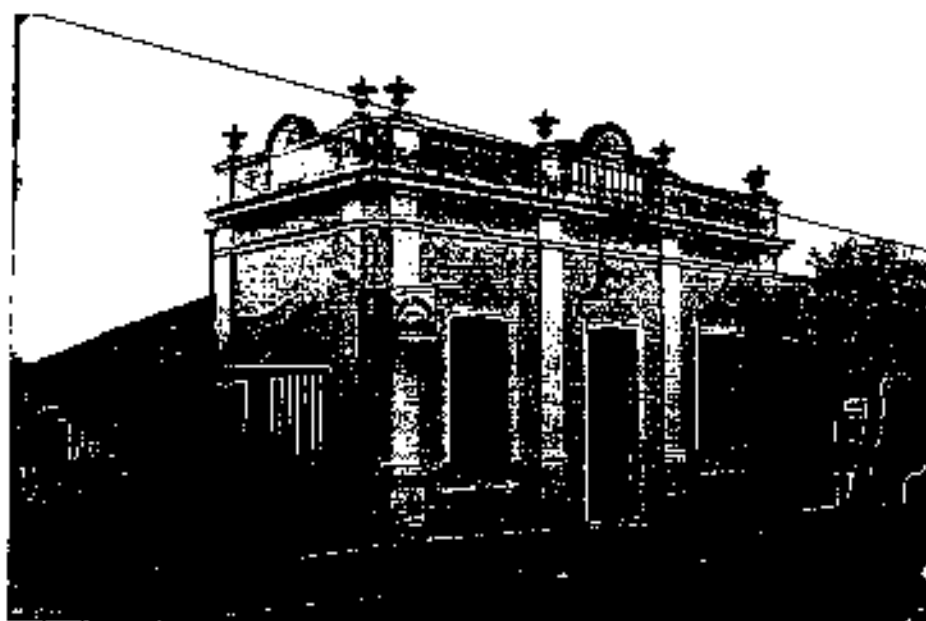
II. 249. 1917 - Taubaté



Il. 250. 1917 - Itapira
Rua Comendador Cintra, 5



Il. 251. 1918 - Queluz
Praça Joaquim Pereira, 8



Il. 252. 1918 - Araras
Rua Nunes Machado, 865



Il. 253. 1918 - Socorro
Rua Dr. Campos Sales, 112



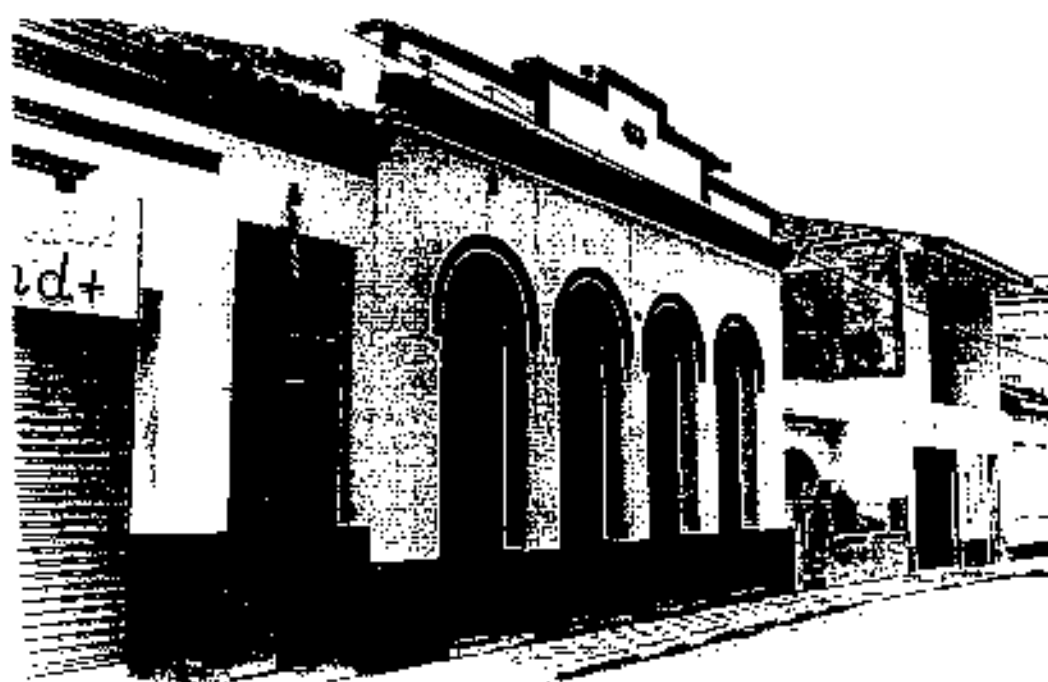
Il. 254. 1919 – São Luiz do Paraitinga
Praça Osvaldo Cruz, 23



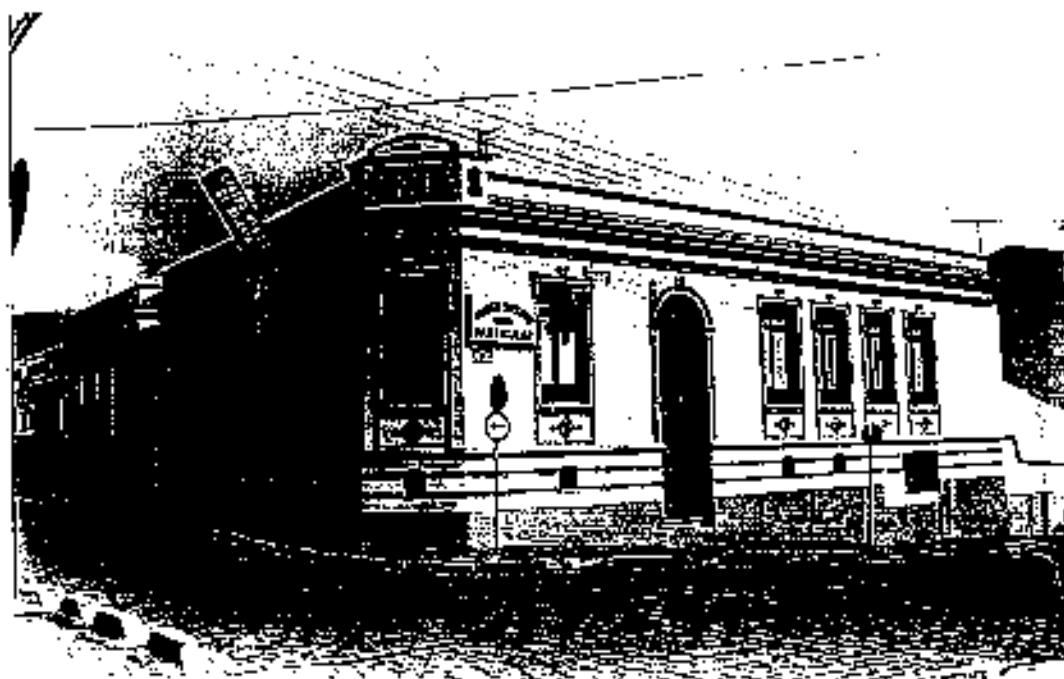
Il. 255. 1919 – São Carlos
Av. São Carlos, 1895



Il. 256. 1919 – Piracaia
Rua 7 de setembro, 217



Il. 257. 1919 – Nazaré Paulista
Rua Cel. Francisco Derosa, 56



Il. 258. 1919 - Atibaia
Rua José Pires, 5

1920 a 1929



Il. 259, 1920 - Atibaia
Rua José Alvim, 107



Il. 260. 1920 – Orlandia
Rua I, 554, 556



Il. 261. 1920 – Queluz
Rua Tenente Manoel França, 26/40



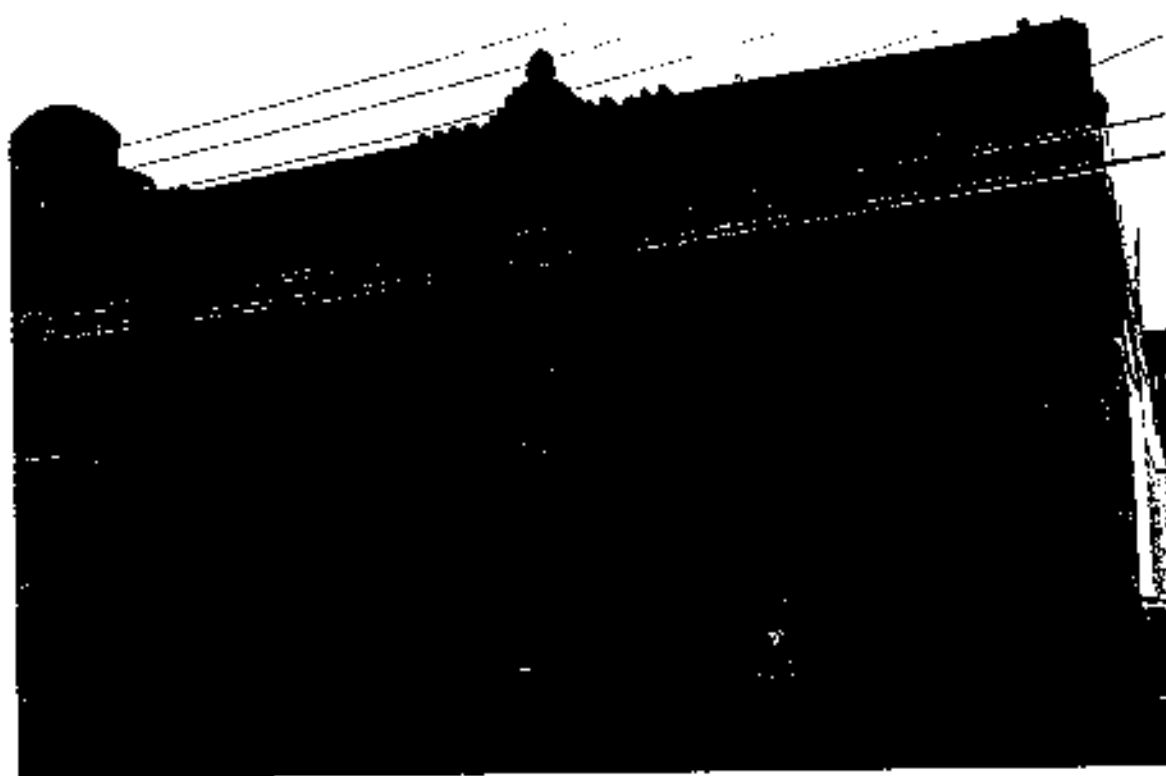
Il. 262. 1920 – Araras
Rua Vereador Cezário Coimbra s/n



Il. 263. 1921 – Queluz
Rua Cap. Francisco Pinto, 67



Il. 264. 1917/1921 – Orlândia
Rua I, 559



Il. 265. 1923 – Taubaté



Il. 266. 1923 – Amparo
Rua 15 de novembro, 119



Il. 267. 1923 – Taquaritinga
Praça Horácio Ramalho, 120



Il. 268. 1924 – Batatais
Rua Major Antônio Cândido



Il. 269. 1925 – Socorro
Rua 13 de maio, 265



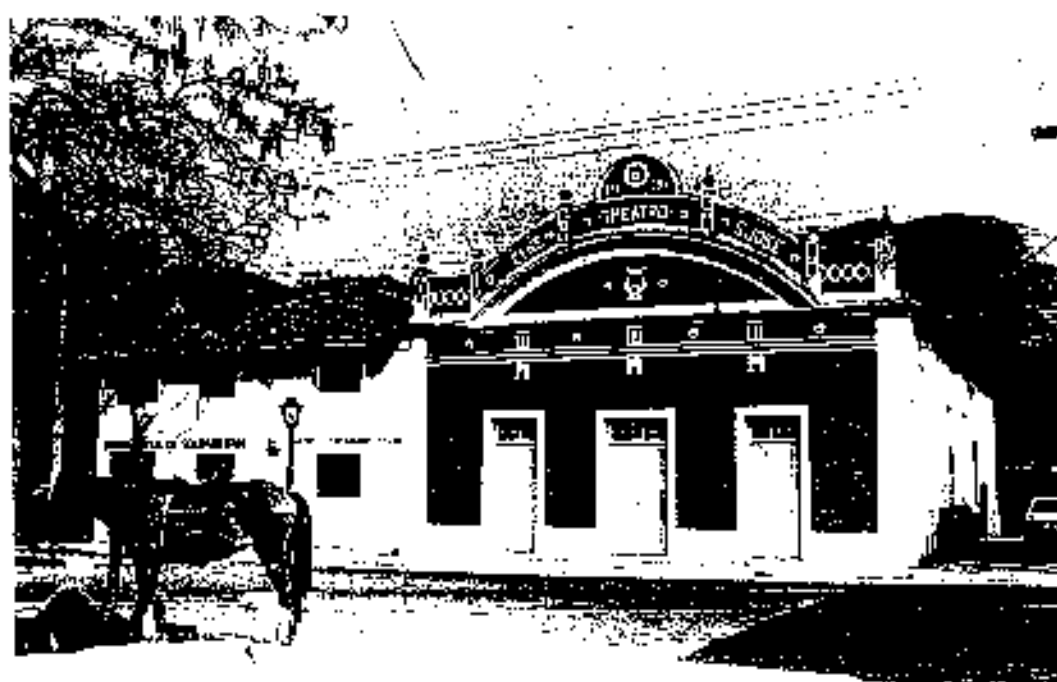
Il. 270. 1925 – Taquaritinga
Rua Prudente de Moraes, 482



Il. 271. 1925 – Queluz
Praça Francisco das Chagas Lima, 230, 234



Il. 272. 1925 – Altinópolis
Rua Cel. Honório Palma, 436



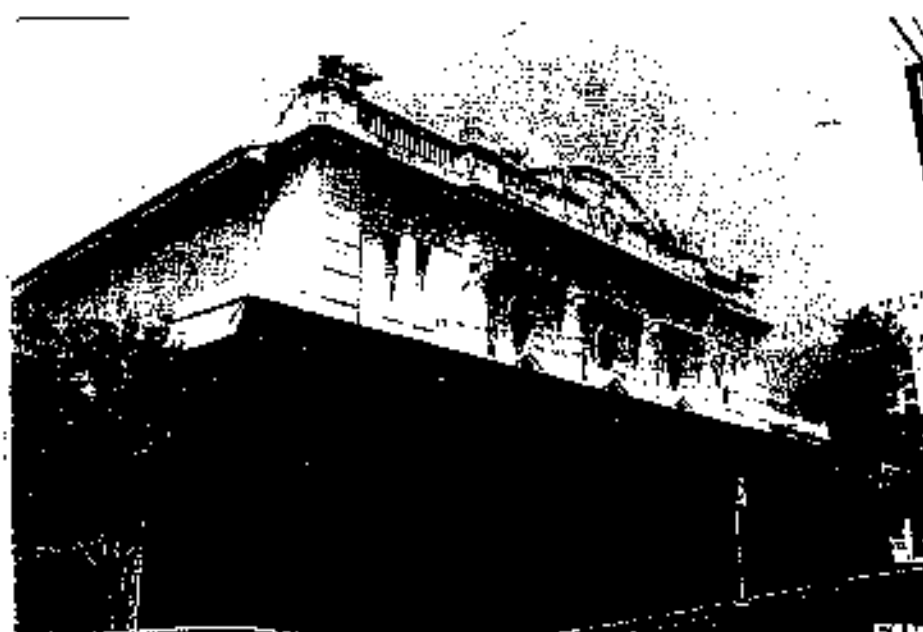
Il. 273. 1926 – São José do Barreiro
Praça Prefeito José Martins Freire, 4



Il. 274. 1926 – Itapira
Rua Bento da Rocha, 526, 532



Il. 275. 1926 – Itapira
Rua Saldanha Marinho, 147



Il. 276. 1927 – Jaboticabal
Av. Marechal Deodoro s/n



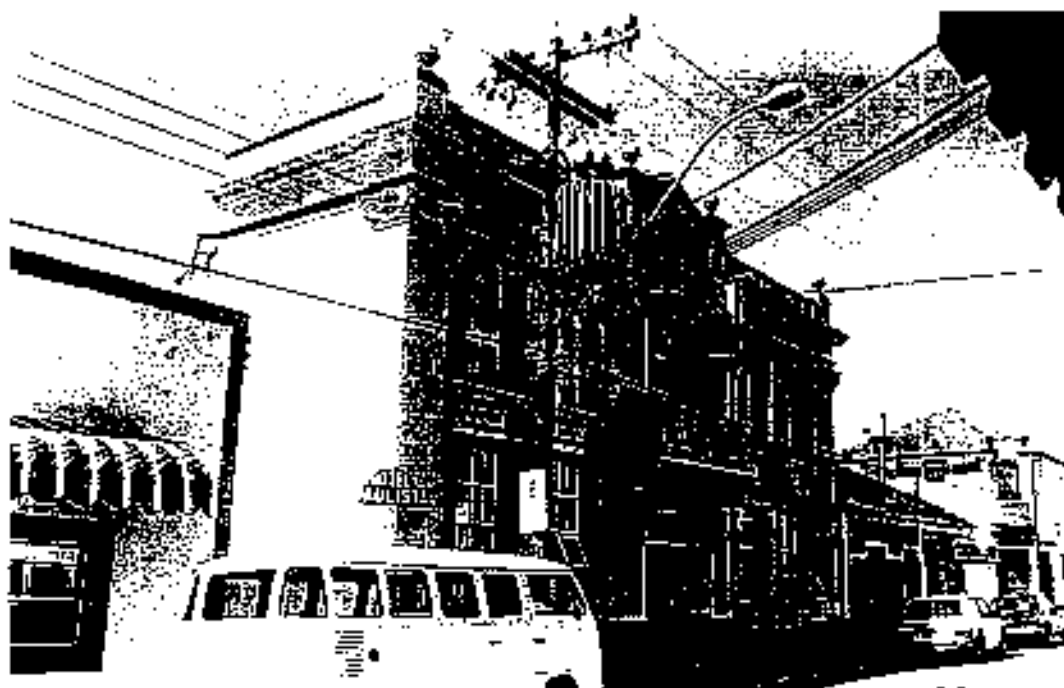
Il. 277. 1927 - São Manuel
Rua Batista Martins, 150



Il. 278. 1927 - Bebedouro
Praça José Stamato Sobrinho, 59



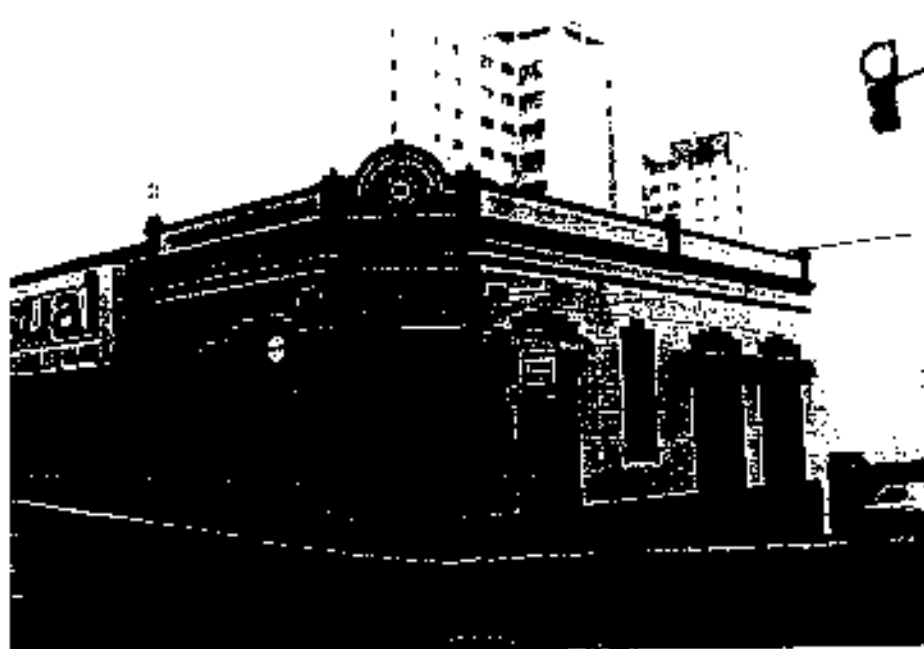
Il. 279. 1927 - Conchas
Rua São Paulo s/n



Il. 280. 1927 – São Manuel
Rua Moraes Gordo



Il. 281. 1928 – Queluz
Rua Cap. Francisco Pinto, 39



Il. 282. 1928 – Itapetininga
Rua Saldanha Marinho s/n



Il. 283. 1929 – Taquaritinga
Rua Prudente de Moraes s/n

1930 a 1939



Il. 284. 1930 - Itapira
Rua Saldanha Marinho, 52



Il. 285. 1931 - São Luiz do Paraitinga
Rua Cel. Manoel Bento, 41

1940 a 1949

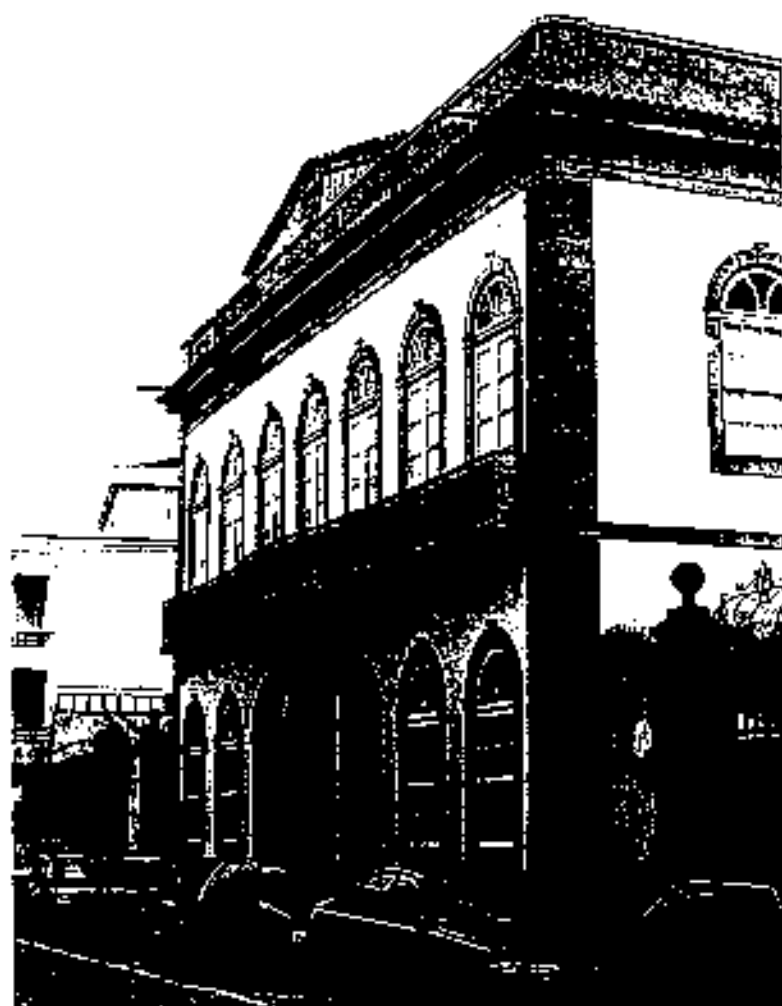


Il. 286. 1941 – São Luiz do Paraitinga
Rua Cel. Domingues de Castro, 9

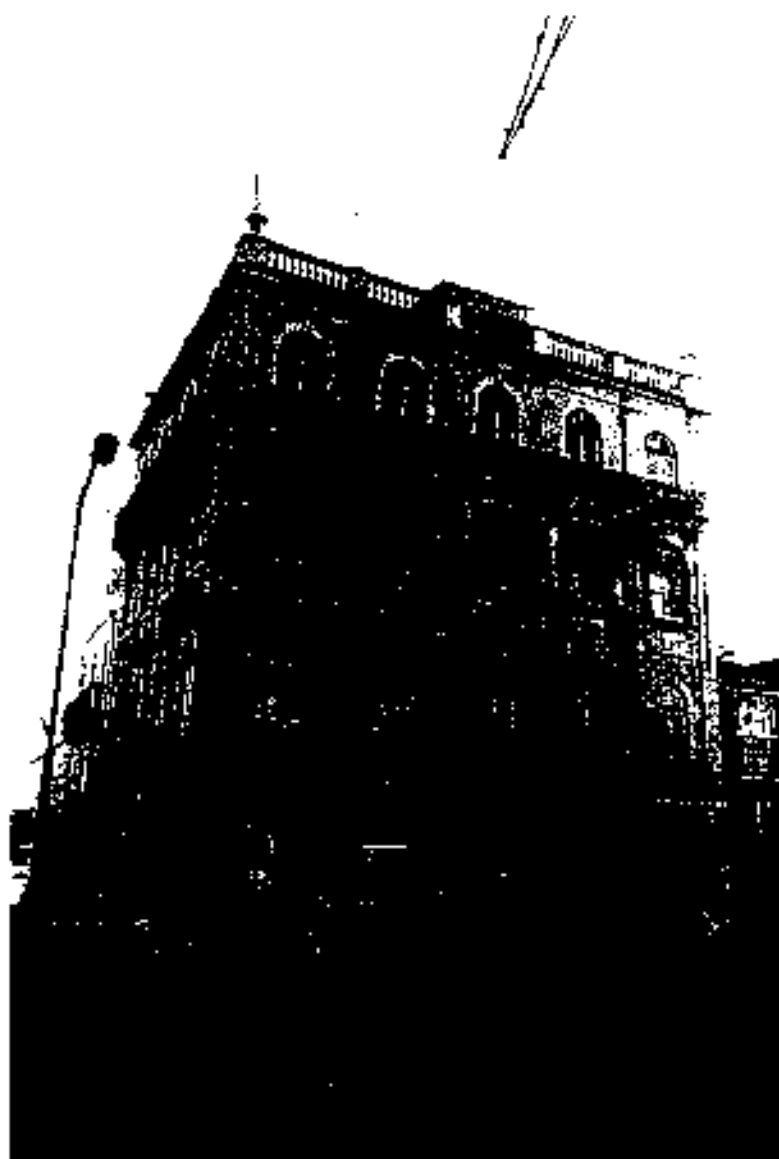


Il.287. 1949 - Capivari
Rua André de Melo, 280

EDIFÍCIOS PORTUGUESES DATADOS



II. 288. 1861 – Fafe



Il. 289. 1863 – Lisboa
Rua de Belém, 5



II. 290. 1879 – Ponte de Lima
Instituto de Educação



II. 291. 1880 - Silves
Rua 25 de abril, s/n



Il. 292. 1885 - Fafe



Il. 293. 1885 – Silves
Rua 5 de outubro, 1. 4, 6



Il. 294. 1886 - Vila Real de Santo António
Rua do Príncipe, 11, 13



Il. 295. 1892 – Ponte do Rol



Il. 296. 1903 – Coruche



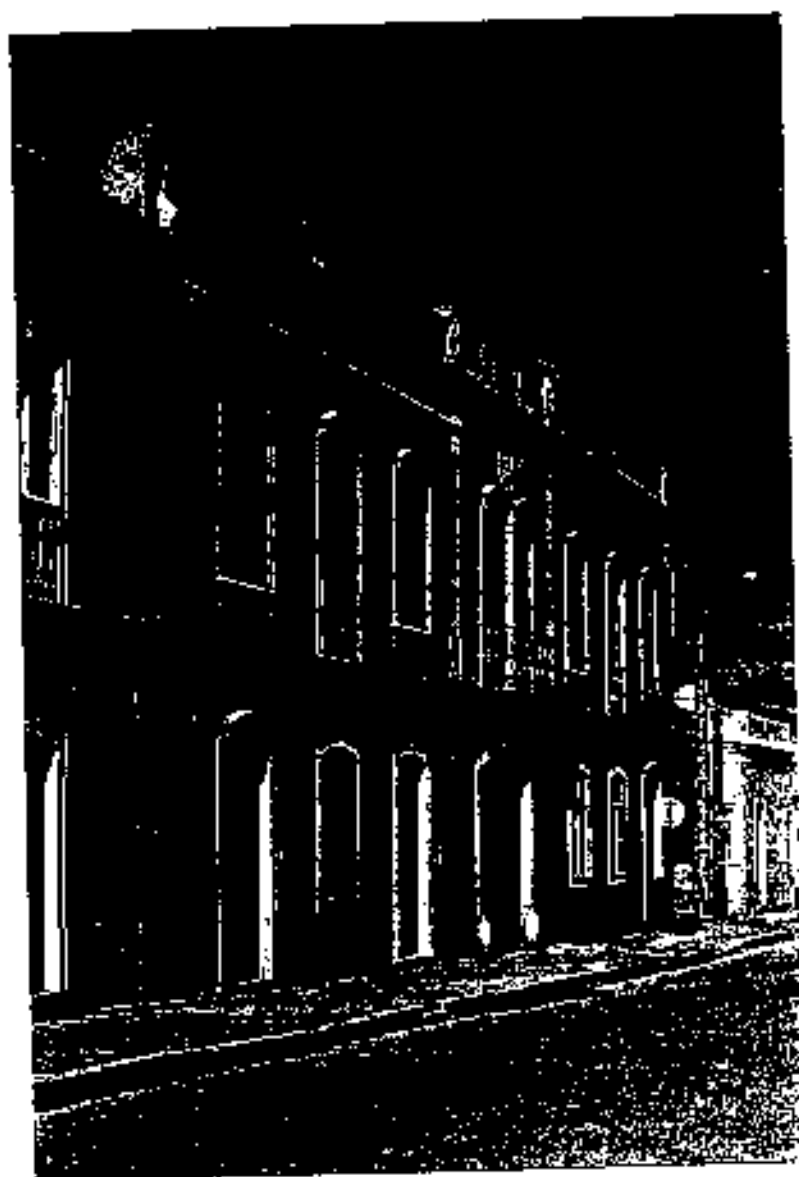
Il. 297. 1907 – Sílvies



Il. 298. 1907 – Vila Real de Santo Antônio
Rua Conselheiro Frederico Lamis, esquina com Rua José Barão



II. 299. 1907 - Almerim
Rua Dr. Francisco Nunes Godinho, 36



Il. 300. 1910 - Silves
Rua Cândido dos Reis



II. 301. 1910 – Silves
Rua Miguel Bombarda, s/n



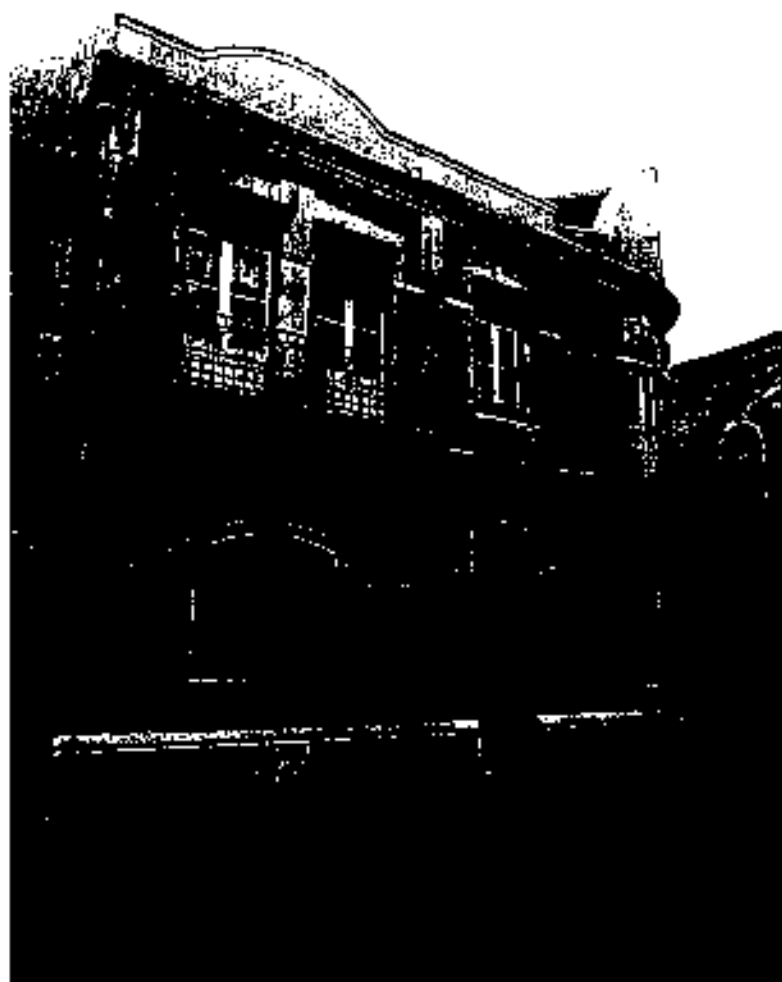
II. 302. 1915 – Almerim
Rua Marechal Gomes da Costa, 31



Il. 303. 1917 – Almerim
Rua Dr. Francisco Nunes Godinho, 32



Il. 304, 1917 – Vila de Mira



II. 305. 1920 - Almerim
Rua Dr. Francisco Nunes Godinho, 10



Il. 306. 1932 – Vila do Monte
Rua Antônio Vieira Pinto, s/n

VI.2. EDIFÍCIOS COM CANTOS ARREDONDADOS

Pudemos constatar, tanto em Portugal quanto no interior do Estado de São Paulo, uma série de edifícios da tradição clássica com seus cantos arredondados. Na sua grande maioria eram edifícios situados em esquinas. Investigamos os Códigos de Posturas e encontramos, tanto na legislação portuguesa quanto na paulista, exigências a esse respeito. A referência mais antiga está presente nas folhas 76 e 77 do “Código de Posturas da Camara Municipal de Lisboa, publicado em 1869 (1):

“Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, Repartição Central – 1ª secção. (Decreto de 31 de dezembro de 1864) Titulo III. Disposições relativas às ruas e edificações no interior das cidades, villas e povoações. Secção 1. Do plano de edificações e reedificações em Lisboa, medidas geraes para se levar a effeito e prescripções de policia. Art. 34º. O governo mandará immediatamente proceder a um plano geral das melhoramentos da capital, attendendo n'elle ao das ruas, praças, jardins e edificações existentes, e à construcção e abertura de novas ruas, praças, jardins e edificações, com as condições de hygiene, decoração, commodo, alojamento e livre transito do publico. Paragrafo único. Este plano será elaborado por uma commissão composta de um engenheiro e de um architecto, empregados no serviço das obras publicas, de um engenheiro proposto pela camara municipal e de um vogal do conselho de saude publica do reino, indicado pelo mesmo conselho. Esta commissão terá às suas ordens os necessarios empregados technicos. Art. 35º. Nos projectos que se fizerem para a execução do plano ordenado pelo artigo antecedente, alem das indispensaveis condições de luz, ventilação e abastecimento de aguas, se attenderá ao seguinte:

1º. Ao melhor systema de deposito, desinfecção, esgoto, despejo ou remoção de liquidos e solidos;

2º. À drenagem do solo, quando for paludoso ou carregado de substancias organicas;

3º. Ao systema de esgoto geral, encanamentos de aguas e tubagem de illuminação da cidade;

4º. À largura das novas ruas, que não deve ser inferior a 10 metros, nem a sua declividade, superior a 7 por cento;

5º. *Aos encanamentos interiores que conduzem aos canos de esgoto as águas dos telhados;*

6º. *Ao chanfrado dos ângulos ou esquinas; (grifo meu)*

7º. *À altura das edificações determinada pela largura das ruas, observando-se as seguintes regras:*

1ª. *Quando a largura das ruas for menor de 7 metros, a altura dos edifícios não será superior a 8 metros;*

2ª. *Quando a largura for de 7 a 10 metros exclusivamente, a altura não será superior a 12 metros;*

3ª. *Quando a largura for de 10 a 18 metros, a altura não será superior a 16 metros;*

4ª. *Quando a largura for maior de 18 metros, a altura não excederá a 19 metros;*

5ª. *Quando os edifícios tiverem fachadas sobre duas ruas, que se cruzem, com diferentes larguras, a altura será determinada pela maior largura;*

6ª. *Quando os edifícios tiverem fachadas sobre duas ruas, abertas proximamente na mesma direcção, mas com grande diferença de nível, a altura será determinada por decisões especiaes do governo;*

7ª. *Quando os edifícios forem construídos fóra do alinhamento das ruas publicas, em patens ou jardins interiores, a altura não excederá a 15 metros, excepto se o governo auctorisar maior elevação."*

Nas folhas 81 do mesmo código, "*Secção II, Disposições relativas às cidades, villas e povoações fóra de Lisboa*", somos informados que "*o governo mandara proceder, nos termos do artigo 34º, ao plano dos melhoramentos da cidade do Porto.*"

Assim, tendemos a acreditar que essa legislação que solicitava os cantos chanfrados tenha sido aplicada também em outras cidades portuguesas. Corrobora para isso o fato de termos encontrado um código de posturas para Cascais, datado de 1909, contendo a transcrição do texto do código de Lisboa para 1869 (2). Talvez isso explique a presença de edifícios com cantos arredondados em cidades das mais diversas regiões de Portugal, como podemos constatar no mapa a seguir. Dois desses edifícios tem a data de construção na fachada. O primeiro, situado em Ponte de Rol, datado de 1892 e o segundo situado em Silves, datado de 1910. Embora a amostragem seja pequena e o prédio de Silves não seja de esquina,

sugerimos a possibilidade de ter havido uma permanência dessa prática, pelo menos nesses quase vinte anos que separam a construção de um e de outro prédio.

Bem mais recente que a referência portuguesa aos cantos chanfrados é a que encontramos num código de posturas de Amparo, interior do Estado de São Paulo, datado de 1894. A referência está no capítulo quinto, sob o título *“da forma exterior das construções”* e faz parte do longo artigo 75º:

“As casas que de ora em diante se edificarem ou reedificarem dentro do perímetro da cidade com demolição total ou parcial da frente ou da sua maior parte poderão ser feitas de accordo com o gosto e architectura modernas, guardadas porem as condições seguintes:

1º. Todas essas edificações ficam sujeitas ao alinhamento e nivellamento dados pela Municipalidade de accordo com o Capítulo 2º deste Código.

2º. Nas habitações collectivas é preferivel a multiplicação dos pavilhões em prejuizo dos andares.

3º. Os pavilhões devem ser contiguos e não continuos sempre que possível.

4º. Os diferentes andares até 3 deverão Ter a altura minima de 4 metros; de 3 andares em diante essa altura será proporcional à largura e à altura total do prédio e à quantidade de individuos, que habitarem cada pavimento de modo a tocar a cada individuo um cada andar, o espaço nunca inferior a 14 metros cubicos livres para cada individuo.

5º. As casas nunca deverão Ter maior altura do que a largura das ruas excepto quando ficarem fora do alinhamento d'estas ou na hypothese de construcção ou reconstrucção em ruas estreitas e antigas.

6º. As portas da frente não poderão Ter menor altura de 2,90 m, e 1,20 m de largura; e as janelas 2,00 m de altura e 1,10 m de largura.

7º. Guardar-se-á toda a regularidade symetrica na collocação das janellas e portas.

8º. São prohibidas quer nas casas terreas quer nas de sobrado, portas, postigos, rotulas venezianas ou vidraças abrindo para a rua de modo a embaraçar o transito publico ou a vista da vizinhança, salvo nos theatros ou em outros edificios congeneres destinados a receberem grande accumulacão de povo, em que é indispensavel que todas as portas abram de dentro para fora, e ficando quando abertas presas as paredes onde se encostarem.

9º. As sacadas, balcões ou peitoris das casas se assobradadas ou de mais de um pavimento serão de ferro, mármore ou qualquer outro material apreciado nas construções modernas, ficando absolutamente proibidas as sacadas de caixão.

10º. Os beirões dos telhados não poderão exceder a largura de 0,60 m e serão forrados de madeira ou terão uma cornija de alvenaria.

11º. É proibido a saliência de 0,10 m para as columnas e cunhaes.

12º. Nenhuma casa poderá Ter degraus ou escadas sobre as ruas e praças de modo a embaraçar o transito publico.

13º. As casas de esquina terão o canto arredondado, ou de outra forma que possa admitir a abertura de uma porta, sendo prohibido as esquinas em angulo vivo. (grifo meu)

14º. As soleiras das portas não terão mais de 0,20 m sobre o nivel do calçamento, nem estar em nível mais baixo do que este.

15º. São prohibidos os telhados de meia agua e as cobertas de palha ou capim nas casas ou muros da cidade.

16º. As regras estabelecidas nos parágrafos anteriores deste artigo são applicaveis ainda mesmo quanto às edificações feitas no interior dos terrenos fechados, uma vez que façam vista para as ruas ou praças. "

É bem provável que outras cidades do interior paulista possuíssem posturas semelhantes às de Amparo no que diz respeito aos cantos arredondados ou chanfrados. Com essas características encontramos um edificio em Pirassununga, um em Socorro, um em Taubaté, um em Analândia e um em Jaboticabal. Mas foi em Amparo que encontramos o maior número deles. Foram vinte e um edificios, vinte remanescentes e um demolido nos anos 1960.

Pudemos constatar algumas semelhanças e algumas diferenças entre os edificios portugueses e os paulistas.

Iniciemos pela presença das pilastras. Nos edificios portugueses e na maioria dos paulistas constatamos pilastras seccionadas, como se o arredondamento dos cantos afastasse suas faces para cada uma das fachadas, frontal e lateral. Nos edificios portugueses as pilastras são estilizadas, todas derivadas da ordem toscana, com capitéis incorporados à cimalha; nos paulistas há uma grande variedade de soluções, desde as ordens jônica e coríntia, mais

sofisticadas, até a toscana mais simples. Tanto nos edifícios portugueses quanto na maioria dos paulistas, as pilastras restringem-se às extremidades dos edifícios. Apenas no edifício de Silves (Portugal) e no da Praça Monsenhor João Batista Lisboa, de Amparo, existem pilastras que, no centro da fachada, enfatizam a entrada principal. No caso de Silves são duas pilastras constituídas por tambores retangulares sobrepostos, no caso de Amparo, ao que parece, são da ordem jônica. Constatamos muita semelhança entre os pedestais das pilastras do edifício de Alandroal (Portugal) e os do prédio da rua Luiz Leite em Amparo.

Entre os seis edifícios portugueses, todos eles são encimados por áticos. Três tem áticos em balaustradas, dois apresentam ático liso e um deles possui um ático rendilhado. Entre os edifícios paulistas, 14 possuem ático, todos lisos, o restante tem beiral em cimalha. Entre os portugueses, 4 deles possuem compoteiras e pinhas sobre o ático. Entre os paulistas, apenas o da rua Barão de Campinas em Amparo possui compoteiras.

Tanto as fachadas dos edifícios portugueses quanto as dos paulistas obedecem a uma certa organização inerente à tradição clássica. Os áticos em balaustrada, por exemplo, utilizam-se do recurso de aliviar o peso sobre o vão das aberturas. São os casos dos edifícios portugueses de Mértola, Silves e Ponte do Rol e também daquele situado na Praça Padua Sales em Amparo.

Se nos fixarmos nas fachadas do edifício de Mértola e no de Silves, ambos portugueses, percebemos uma certa evolução entre um e outro. Embora os dois sejam exemplos de uma arquitetura de tradição clássica, respeitem a muralidade, a concepção de grande sólido geométrico, o de Mértola é muito mais “ortodoxo”. Os vãos das aberturas alinham-se verticalmente e, horizontalmente, mesmo não mantendo a mesma equidistância entre os vãos, eles mantêm suas larguras. No edifício de Silves, construído em 1910, constata-se a presença de janelas duplas e triplas, variando a relação entre cheios e vazios e criando um ritmo muito mais moderno.

Se, por outro lado, olharmos para os edifícios de Amparo, podemos constatar a mesma “evolução”. Olhemos para os dois edifícios da rua Duque de Caxias e depois para o da rua 13 de maio. Entre os dois primeiros percebemos muitas semelhanças. Destaquemos as linhas horizontais de composição, em ambos os edifícios, começando de baixo para cima. Primeiro a faixa escura, junto ao chão, abraçando as duas frentes, seguindo nível constante na altura dos pedestais das pilastras. As aberturas de ventilação dos porões foram

posicionadas no eixo vertical das janelas. Mais acima da faixa estão as horizontais que determinam o peitoril, a lumecira das janelas e as régulas. Acima destas um friso, depois a cimalha e, por último, o ático. Esses elementos horizontalizantes estão presentes nas fachadas dos dois edifícios e as tornam bem parecidas, sem serem iguais. Fixemo-nos agora nas verticais dos cantos arredondados. No primeiro edifício constatamos a presença de duas pilastras, com capitéis coríntios, “impressas”, uma na fachada frontal, outra na lateral, deixando, entre elas, a superfície curva da parede. No segundo edifício as pilastras são estilizadas, não possuem capitéis e parecem “disfarçadas”, unidas que estão uma à outra, dando a impressão de uma espécie de “quarto de cilindro”, vazado por uma grande prensa. O edifício da rua 13 de maio também tem as linhas horizontais compositivas muito semelhantes aos dois primeiros. Mas quando olhamos para as verticais constatamos a ausência das pilastras. Aqui elas aparecem em forma de citações. Existem elementos decorativos que sinalizam o lugar onde elas deveriam estar. Neste edifício, que completa a “linha evolutiva”, esses elementos tomam a forma de pingentes e são completamente estranhos ao universo clássico. Nos edifícios de outras cidades do Estado de São Paulo esses elementos sinaléticos também aparecem com frequência, em formas as mais diversas, às vezes semelhantes, mas dificilmente iguais. Tanto em Portugal quanto no interior do Estado de São Paulo, parece haver, portanto, uma espécie de evolução das formas “rígidas” para as formas “híbridas” de decoração das fachadas, sendo mantido, porém, o suporte clássico em forma de “caixote”.



Il. 307. Mértola



Il. 308, 1910 – Silves – Rua Miguel Bombarda, s/n



Il. 309. 1892 – Ponte do Rol
Largo Álvaro da Ponte



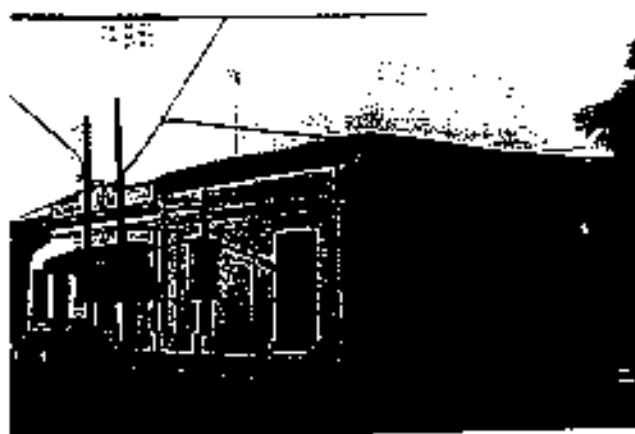
Il. 310. Ponte do Rol
Travessa Francisco Bernardes



Il. 311. Couço
Rua do Comércio, 20



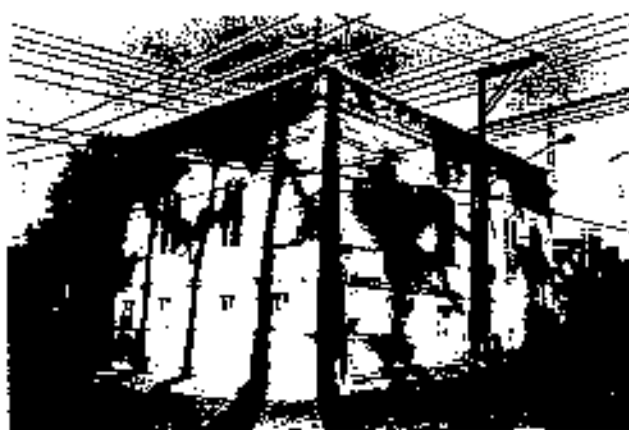
Il. 312. Alandroal
Rua de São Bento



Il. 313. Pirassununga
Rua Gal. Osório, s/n



Il. 314. Socorro
Rua Dr. Campos Sales, s/n



Il. 315. Tatui
Rua Nhonhô da Botica, 209



Il. 316. Analândia
Av. I, 290



Il. 317. Jaboticabal
Rua de São Sebastião, 316/318



Il. 318. Amparo
Praça Mons. João B. Lisboa (demolido)



Il. 319, Amparo
Rua Albino Alves, 190



Il. 320, Amparo
Largo do Rosário



Il. 321, Amparo
Praça Pádua Sales



Il. 322, Amparo
Rua São Benedito



Il. 323, Amparo
Rua Duque de Caxias



Il. 324, Amparo
Rua Duque de Caxias



Il. 325. Amparo
Rua São Benedito



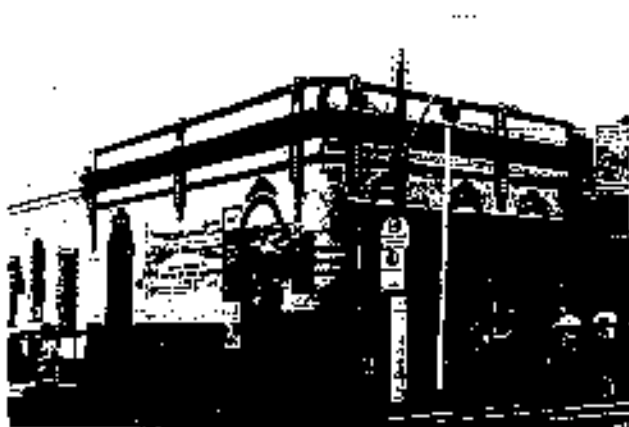
Il. 326. Amparo
Rua São Benedito



Il. 327. Amparo
Rua São Benedito



Il. 328. Amparo
Praça Tem. José Ferraz



Il. 329. Amparo
Rua 13 de maio



Il. 330. Amparo
Praça Mons. João B. Lisboa



Il. 331. Amparo
Largo do Rosário



Il. 332. Amparo
Rua Luiz Leite



Il. 333. Amparo
Rua Humberto Bereta



Il. 334. Amparo
Rua Carlos de Campos



Il. 335. Amparo
Rua Barão de Campinas



Il. 336. Amparo
Rua Ana Cintra

VI.3. PILASTRAS DE EXTREMIDADES

O uso de pilastras nas extremidades dos edifícios, com função apenas decorativa, foi muito comum tanto nos edifícios portugueses quanto nos do interior paulista do final do século XIX e início do XX. Às vezes individualizavam as fachadas das casas como se constata nas casas portuguesas de Vieirinhos e Figueira da Foz e nas paulistas de Itu e Capivari. Às vezes ladeavam um conjunto de duas residências, como é o caso do exemplar de Vila da Raposa em Portugal e de Batatais no interior paulista.

Tanto nos casos em que são utilizados beirais em cimalthas, como nos edifícios de Estarreja, Vieirinhos, Vila da Ermida e Mira, em Portugal, quanto nos de Batatais, Itu, Tatui, Jardinópolis, Porto Feliz e Monte Mor, no interior paulista; quanto naqueles onde se apresentam os áticos, como nos edifícios de Loulé, Vila Real de Santo António, Vila da Raposa, Figueira da Foz, em Portugal, quanto nos de Casa Branca, Bocaina e Capivari, no interior de São Paulo, todos tem as pilastras, nos cantos, como elementos verticais equilibradores e sinaléticos da estrutura da construção.



Il. 337. Estarreja (Portugal)
Rua Prof. Manoel Andrade



Il. 338. Estarreja (Portugal)
Rua Prof. Manoel Andrade



Il. 339. Vila da Raposa (Portugal)



Il. 340. Vila Real de Santo António (Portugal)
Rua do Príncipe, 61



Il. 341. Loulé (Portugal)





Il. 342. Alfeizerão (Portugal)
Rua 25 de abril, 198



Il. 343. Leiria (Portugal)
Estrada de Ajubarrota



Il. 344. Vieirainhos (Portugal)



Il. 345. Figueira da Foz (Portugal)
Rua Luiz C. Santiago, 3



Il. 346. Vila da Ermida (Portugal)



Il. 347. Mira (Portugal)



Il. 348. Batatais
Rua Cel. Joaquim Rosa, 195



Il. 349. Casa Branca
Praça Barão de Mogi Guassu



Il. 350. Itu
Rua Floriano Peixoto, 1275



Il. 351. Tatuí
Rua José Bonifácio, 392



Il. 352. Bocaina
Rua Floriano Peixoto, 592



Il. 353. Jardinópolis
Av. Visconde do Rio Branco, 7/11



Il. 354. Capivari
Rua Bento Dias, 283/291



Il. 355. Porto Feliz
Rua Newton Prado, 150/144/138



Il. 356. Porto Feliz
Rua José Bonifácio, 87



Il. 357. Itu
Rua Floriano Peixoto, 1265



Il. 358. Monte Mor
Rua Siqueira Campos, 222/226



Il. 359. Capivari
Praça Dr. Cezário Mota, 351

.

VI.4. ELEMENTOS MODERNIZADORES

As fachadas de muitos dos edifícios portugueses e paulistas do final do século XIX e, principalmente, do início do século XX, mantêm, além de muitas características herdadas da arquitetura de tradição clássica, uma série de elementos decorativos que parecem ter uma inspiração de gosto comum.

Olhemos, por exemplo, para o edifício de Vila de Fão, Portugal. Uma série de cintas de aparência metálica parecem se cruzar em vários setores da fachada e, nesses pontos, serem fixadas por rebites de forma circular. Temos a nítida impressão que, se desatarrachados esses elementos fixadores, as finas e leves “lâminas de aço” se soltariam da parede do edifício. Caso muito semelhante é o do edifício de nº 70 da rua José Teodoro em Jardinópolis. Não estivessem tão longe os dois prédios e acreditaríamos que os dois tivessem suas fachadas decoradas pela mesma pessoa ou pelo mesmo ateliê.

Observemos o prédio da rua Marechal Gomes da Costa, nº 23, em Almerim, Portugal. Três consolos estilizados, fixados à parede da fachada, parecem sustentar a cimalha bombeada ao mesmo tempo que de dois deles parece pender suavemente um elemento levemente boleado, cada um com três “rabichos”. Embora esses consolos sejam estilizações dos consolos clássicos os três “rabichos” fazem menção, certamente, aos triglifos gregos. Muita semelhança com esse tipo de decoração pode ser verificada se olharmos para o edifício de nº 329 da rua 9 de julho, em Araraquara ou para a residência da praça Marechal Deodoro em Mococa. Neles também estão presentes os consolos estilizados e as menções aos triglifos em forma de três “rabichos” pendentes.

Tanto no edifício da Vila de Fão quanto no de Almerim, os elementos novos, modernizadores, que não fazem parte do universo clássico, parecem se relacionar com peças saídas da linha de produção industrial. Isso também acontece com os edifícios do interior do estado de São Paulo. Uma variedade de formas novas, todas relacionadas ao desenho industrial podem ser observadas nos edifícios de muitas cidades paulistas.

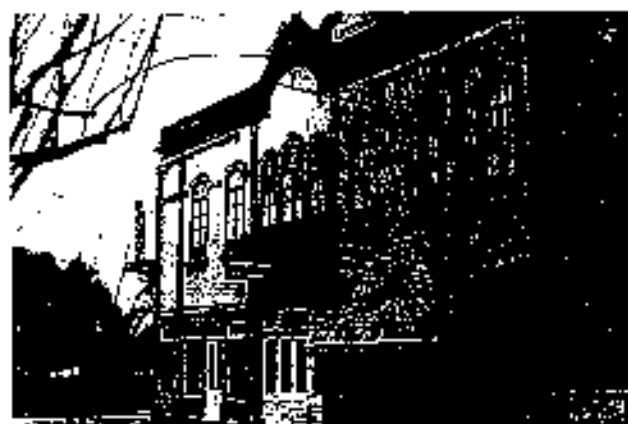
No edifício da rua General Osório, 52, em Taquaritinga, constatamos a presença de um elemento “fixado” à fachada por meio de um parafuso. Mentalmente conseguimos com muita facilidade decompô-lo em três “peças” básicas. Primeiro uma “chapa” em forma de losango, vazada por um círculo de bom diâmetro. Para que essa chapa pudesse ser “fixada”

à parede foi necessário criar-se uma “arroela” de forma trapezoidal, que tivesse comprimento maior que o diâmetro do furo circular da “chapa”, por onde passasse o parafuso fixador.

No prédio de nº 309 da rua José Teodoro, em Jardinópolis, observamos a presença de pequenas “plaquetas” fixadas no ático através de pequenos “parafusos de fenda”. Essas “plaquetas” são muito semelhantes à etiquetas com as marcas de muitos dos equipamentos que circularam entre nós no início do século. No Museu de Amparo encontramos pelo menos duas dessas etiquetas que confirmam tal semelhança: em uma máquina alemã de fazer comprimidos (il. 392 e 393) e também em um aparelho de Raio - X (il. 394 e 395).

A inspiração em desenhos relacionados à indústria proporcionou uma grande variedade de elementos novos para a composição das fachadas, tanto em Portugal quanto no Brasil, contribuindo para a presença de prédios muito semelhantes sem serem iguais.

Observemos os prédios vizinhos, situados à rua Conde do Pinhal, em São Carlos. O de número 2214 (il. 396 e 397) é datado de 1923 e desconhecemos a data de construção do de número 2220 (il. 398 e 399). Embora as fachadas sejam muito semelhantes, algumas diferenças são notadas. Elas estão nos elementos de ornamentação. Como em casos anteriores, nos dois exemplares estão presentes, nos áticos, as menções aos triglifos gregos. Mesmo assim, um se apresenta em linhas retas, outro com pequenas curvaturas. Sobre a triplice janela as decorações se apresentam de forma diferente. Essas pequenas diferenças talvez fossem as únicas na época da construção desses edifícios mas deviam satisfazer plenamente as aspirações dos proprietários que não queriam casa igual a do vizinho.



Il. 360. Vila de Fão (Portugal)
Av. Dr. Manoel Paes



Il. 361. Vila de Fão (Portugal)
Av. Dr. Manoel Paes



Il. 362. Almerim (Portugal)
Rua Marechal Gomes da Costa, 23



Il. 363. Almerim
Rua Marechal Gomes da Costa, 23



Il. 364. Jardimópolis
Rua Cel. José Teodoro, 70



Il. 365. Jardimópolis
Rua Cel. José Teodoro, 70 (detalhe)



Il. 366. Guardinha (MG)



Il. 367. Guardinha



Il. 368. Mococa
Praça Marechal Deodoro, s/n



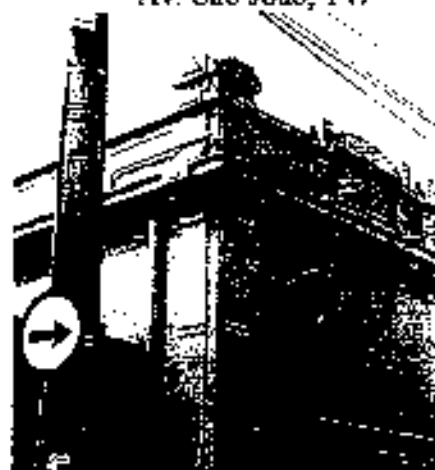
Il. 369. Mococa
Praça Marechal Deodoro, s/n (detalhe)



II. 370. Atibaia
Av. São João, 147



II. 371. Atibaia
Av. São João, 147 (detalhe)



II. 372. Ribeirão Preto
Rua Guadaporá, 298



II. 373. São Manuel
Rua Moraes Gordo, 273



II. 374. Bocaina
Praça Pedro Izar, 182



II. 375. Bocaina
Praça Pedro Izar, 182 (detalhe)



Il. 376. Bocaina
Rua 7 de setembro, 357



Il. 377. Bocaina
Rua Alvarenga Rangel, 103/117/135



Il. 378. Itapetininga
Rua Saldanha Marinho, s/n



Il. 379. Itapetininga
Rua Saldanha Marinho, s/n (detalhe)



Il. 380. Araraquara
Av. Portugal, 487



Il. 381. Araraquara
Av. Portugal, 487 (detalhe)



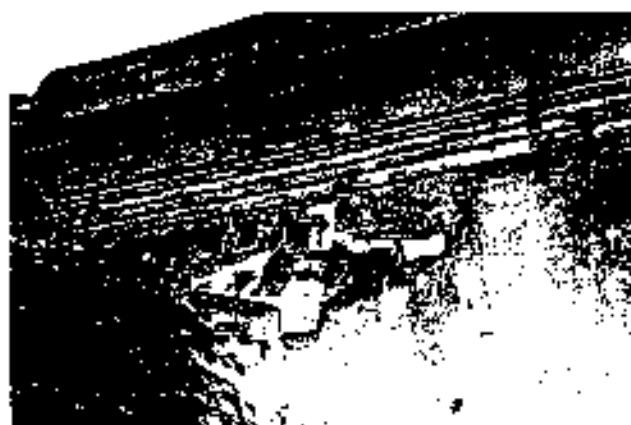
II. 382. Araraquara
Rua 9 de julho, 329



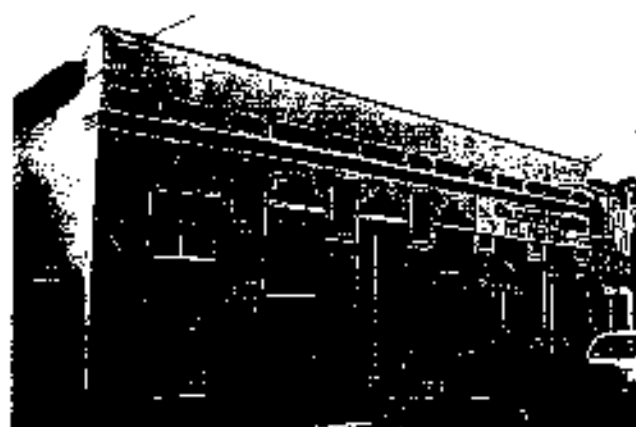
II. 383. Araraquara
Rua 9 de julho, 329 (detalhe)



II. 384. Taquaritinga
Rua General Osório, 52



II. 385. Taquaritinga
Rua General Osório, 52 (detalhe)



II. 386. Jardinópolis
Rua Cel. José Teodoro, 309



II. 387. Jardinópolis
Rua Cel. José Teodoro, 309 (detalhe)



Il. 388, Queluz
Rua Ten. Manoel França, 188



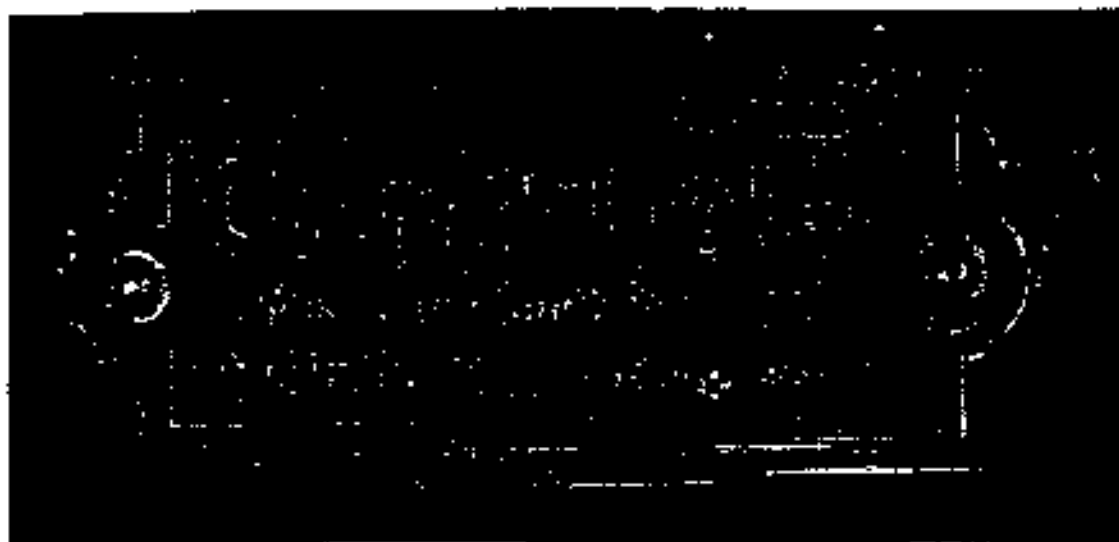
Il. 389, Queluz
Rua Ten. Manoel França, 188 (detalhe)



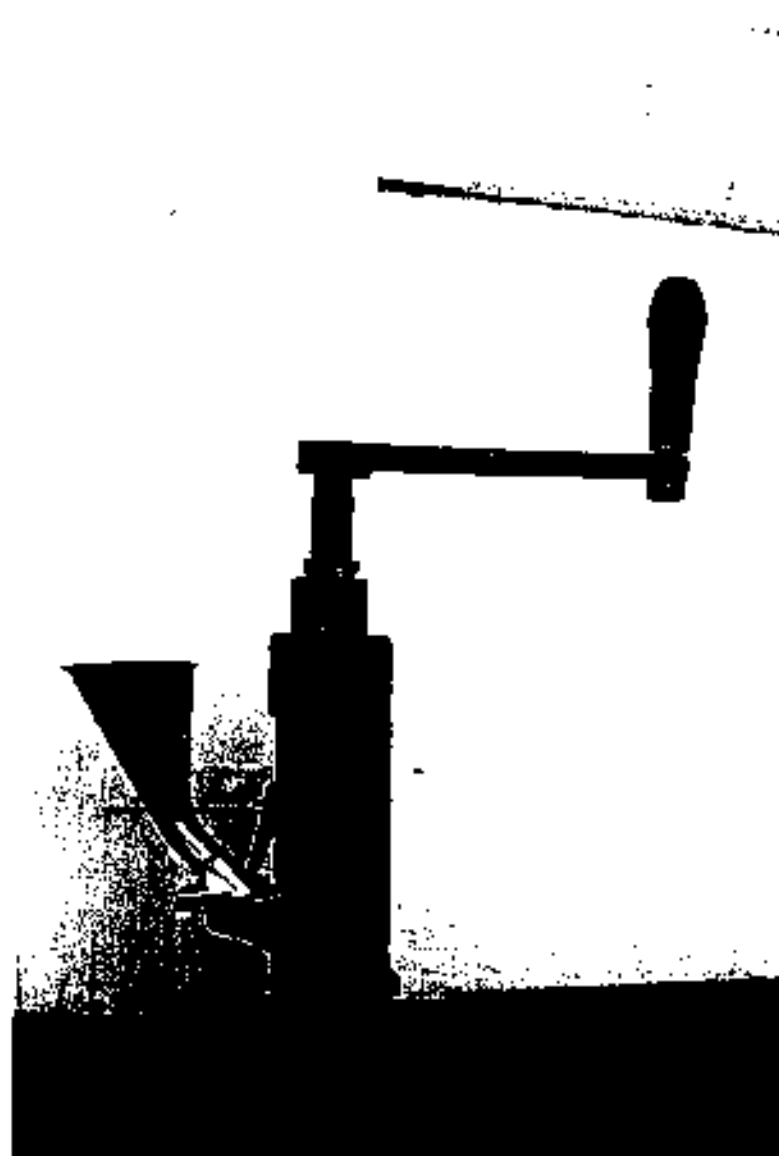
Il. 390, São Carlos
Av. São Carlos, 995



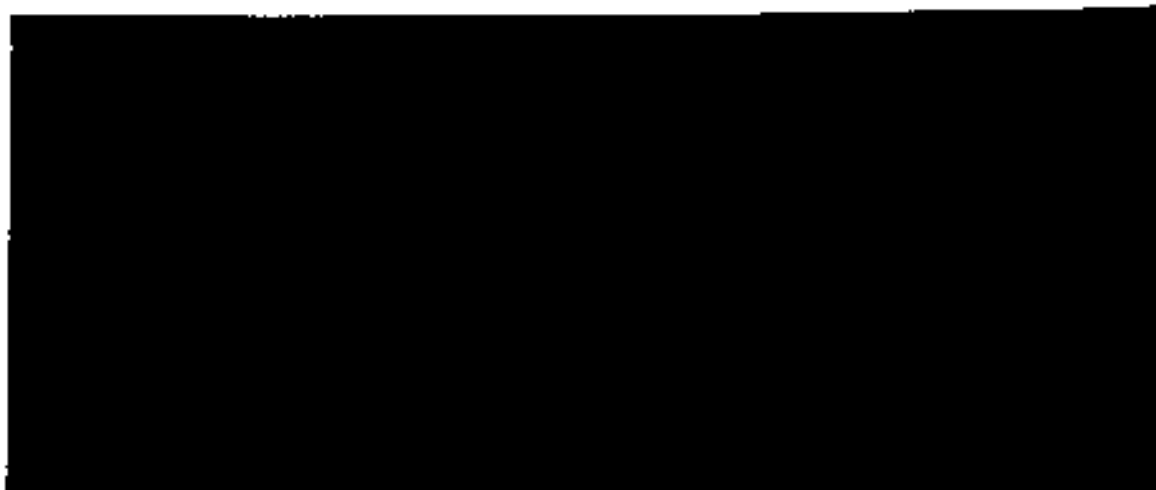
Il. 391, São Carlos
Av. São Carlos, 995 (detalhe)



Il. 392. Amparo – máquina de fazer comprimidos (detalle)



Il. 393. Amparo – máquina de fazer comprimidos



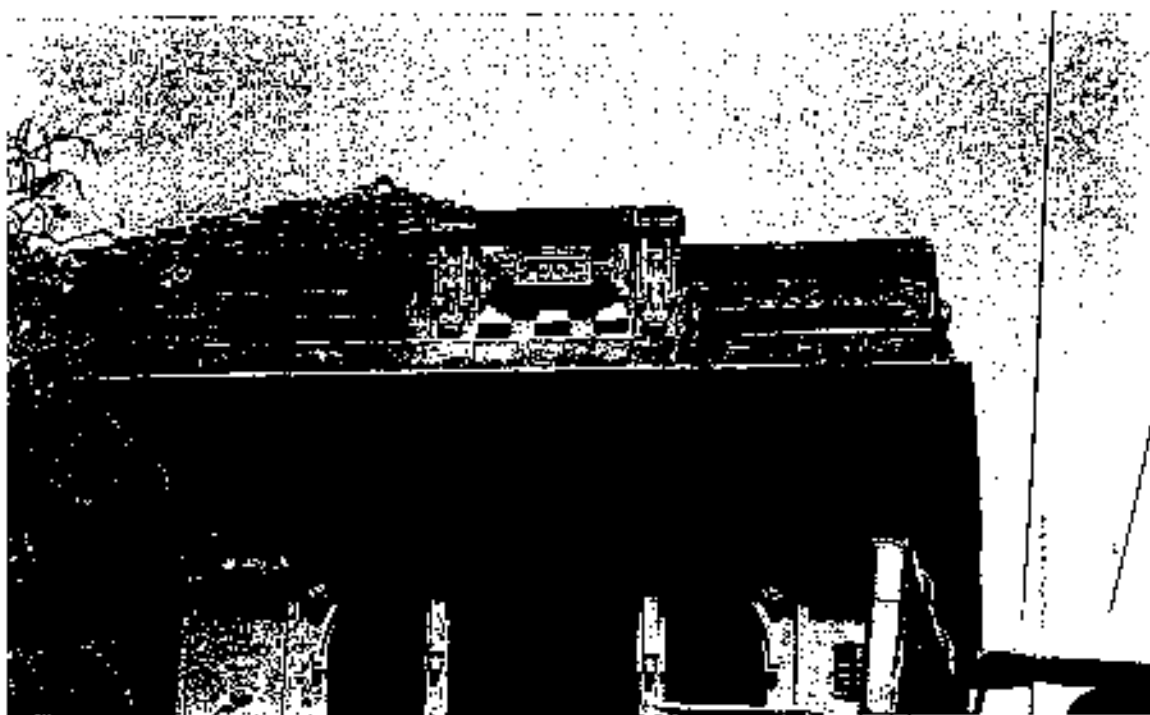
Il. 394. Amparo – aparelho de Raio X (detalhe)



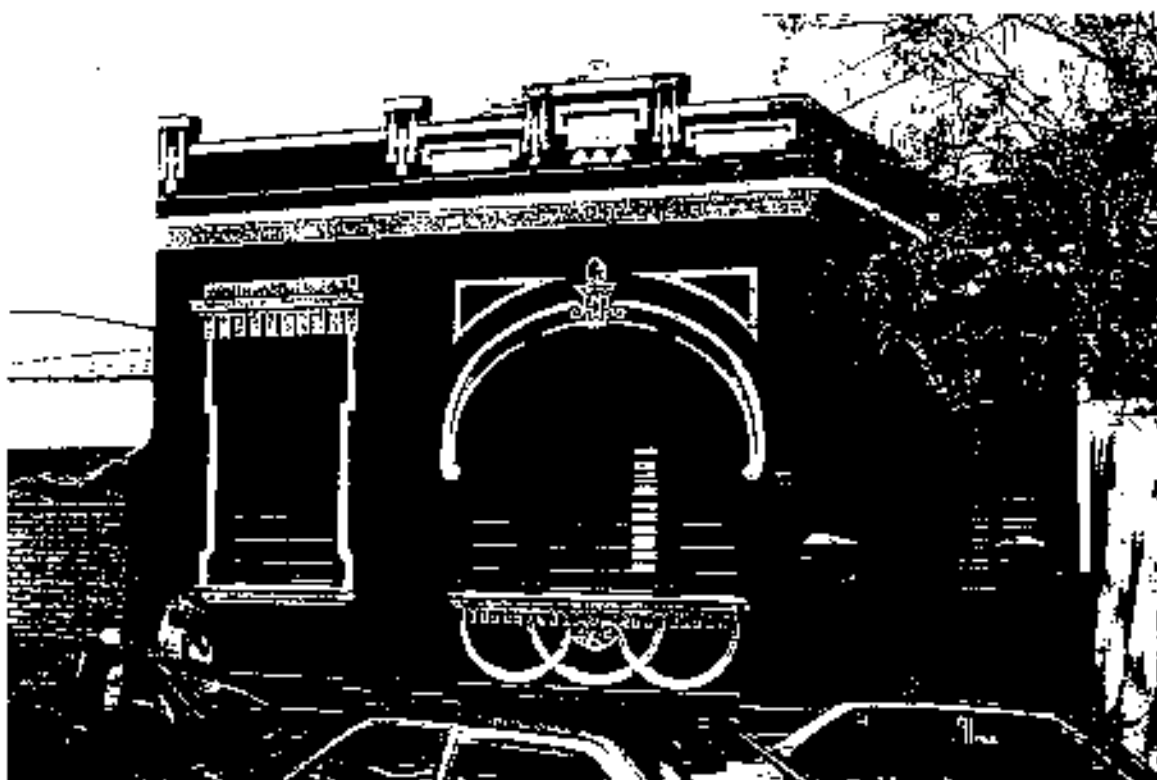
Il. 395. Amparo – aparelho de Raio X



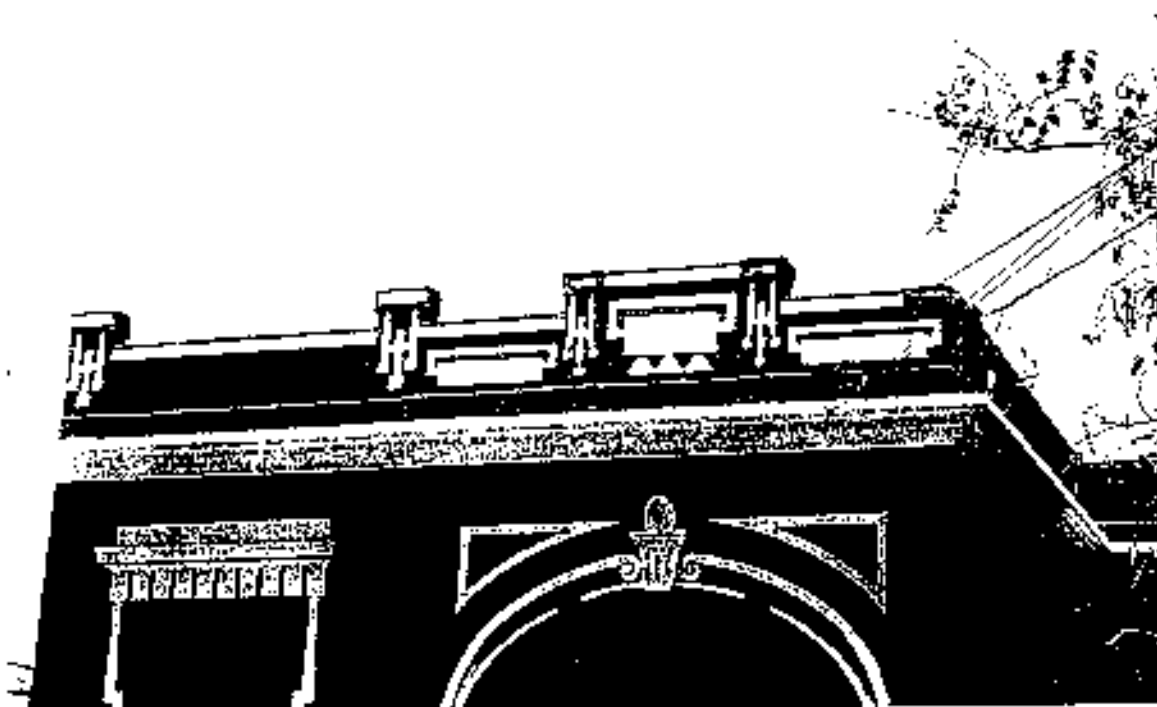
Il. 396. São Carlos
Rua Conde do Pinhal, 2214



Il. 397. São Carlos
Rua Conde do Pinhal, 2214 (detalhe)



Il. 398. São Carlos
Rua Conde do Pinhal, 2220



Il. 399. São Carlos
Rua Conde do Pinhal, 2220 (detalhe)

VI.5. A “CONTAMINAÇÃO” PELO NEOGÓTICO

Tanto nos edifícios portugueses quanto nos paulistas do final do século XIX e início do século XX, o neogótico manifestou-se apenas em forma de “citações”.

Se olharmos, por exemplo, para o edifício da Rua de Campos Morais, em Vila de Fão, Portugal, constatamos um arcabouço de tradição clássica. Um grande prédio em forma de “caixote”, com pilastras laterais, ático em balaustrada, cimalha, frontões curvos sobre as janelas. A única citação ao gótico é uma abertura em ogiva, provavelmente num acréscimo lateral do edifício. Assim também se observarmos o edifício da avenida Mateus Teixeira de Azevedo em Tavira, Portugal. Ali também, sobre um suporte de tradição clássico, são inseridas aberturas em ogivas.

Esse fenômeno foi muito comum no interior paulista na virada do século XIX para o XX. Fixemos o olhar, por exemplo na antiga fachada da igreja Matriz de Amparo. A parte central da fachada “representa” um templo grego, com quatro meias colunas coríntias encimadas por um frontão triangular. Nos intercolúnios, entretanto, aberturas em ogiva fazem referência ao neogótico. Apenas isso. Se olharmos para a residência de Piracicaba constatamos algo semelhante. As fachadas murais do edifício são organizadas nos moldes da tradição clássica: pilastras laterais “sustentam” um longo beiral em cimalha. Como que para transgredir essa ordem apresentam-se, também, apenas aberturas em forma de ogiva.



Il. 400. Redondo (Portugal)
Av. Matos Fernandes



Il. 401. Tavira (Portugal)
Av. Mateus Teixeira de Azcvedo, s/n



Il. 402. Cruz da Léguas
Estrada Nacional



Il. 403. Batalha (Portugal)
Praça do Convento, 6



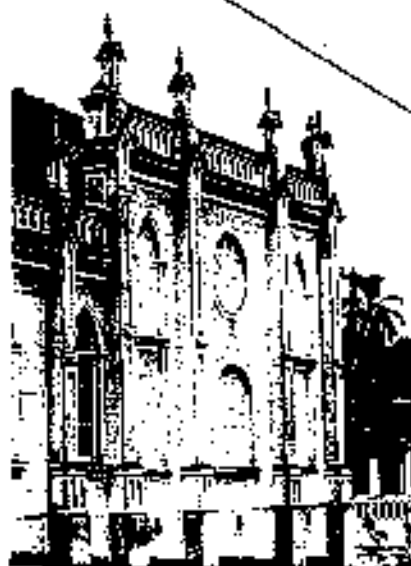
Il. 404. Leiria (Portugal)
Largo 5 de outubro, 4/5



Il. 405. Vila de Fão
Rua de Campos Morais



Il. 406. Amparo
Cemitério do Silvestre



Il. 407. Amparo
Convento de São Benedito



Il. 408. Amparo
Igreja de São Sebastião



Il. 409. Amparo
Colégio Nossa Senhora do Amparo



Il. 410. Amparo
Antigo edifício da Matriz



Il. 411. Itatiba
Igreja



Il. 412. Pirassununga
Escola do Povo



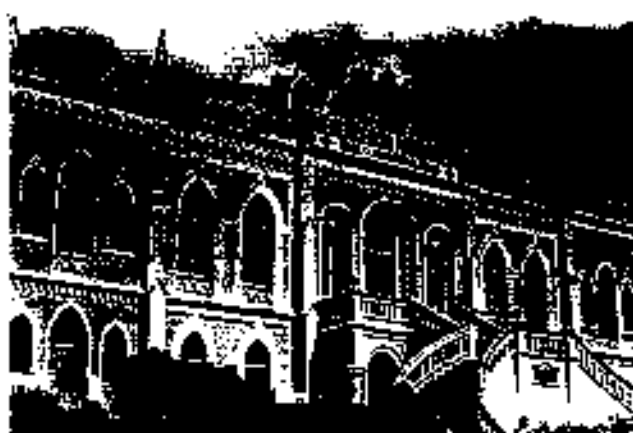
Il. 413. Capivari
Matriz



Il. 414. Piracicaba



Il. 415. Santos
Beneficência Portuguesa



Il. 416. Amparo
Beneficência Portuguesa

VI.6. A “CONTAMINAÇÃO” PELO ART DÉCO

Assim como a “contaminação” pelo neogótico, as formas do Art Déco também foram “coladas” às fachadas murais dos edifícios paulistas e portugueses, mais tardiamente, nos anos 1930.

Isso nos faz pensar, portanto, na permanência de uma arquitetura modular, herdada do século XVIII, tão eficaz que foi capaz de se revestir de elementos de diversas origens. Primeiro o “clássico tosco” da primeira metade do século XIX, mais tarde a acentuação do gosto clássico na segunda metade, depois os elementos modernizadores, os neogóticos, os inspirados no Art Déco. Talvez a eficácia desse suporte esteja articulada a sua própria simplicidade e limites técnicos. Corrobora para essa argumentação o fato de que a ruptura dessa tradição de fachada mural se dá apenas com a arquitetura do cimento armado, ou seja, a arquitetura moderna nos anos 1950 e 1960.

Olhemos para os conjuntos de edifícios a seguir. O que há de diferente entre os edifícios da rua do Comércio, em Tietê (il. 422), os da rua Comendador Sampaio em Areias (il. 423), o de Figueira da Foz (Portugal)(il. 417), os da rua André de Melo, em Capivari (il. 425), senão os elementos decorativos “colados” à fachada?



Il. 417. Figueira da Foz (Portugal)
Rua Luiz C. Santiago, 16



Il. 418. Vila da Ermida (Portugal)



Il. 419. Murtosa (Portugal)
Rua Dr. Barbosa de Magalhães, s/n



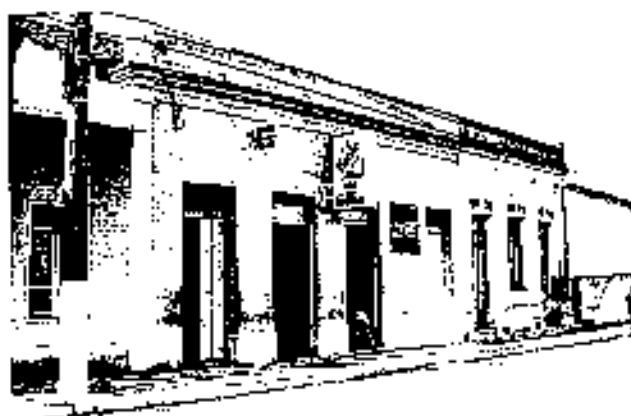
Il. 420. Murtosa (Portugal)
Rua Dr. Barbosa de Magalhães, s/n



Il. 421. Bragança Paulista
Praça Raul Leme, 18



Il. 422. Tietê
Rua do Comércio



Il. 423. Areias
Rua Comendador Sampaio



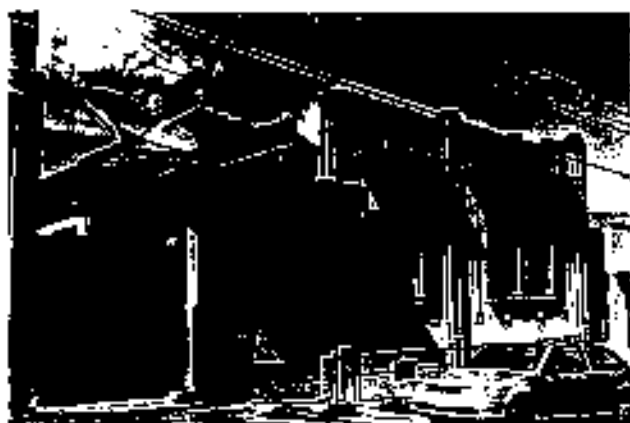
Il. 424. Socorro
Rua 13 de maio, 194



Il. 425. Capivari
Rua André de Melo



Il. 426. Monte Mor
Rua Siqueira Campos, 158/166



Il. 427. Monte Mor
Praça Cel. Domingos Ferreira, 66



Il. 428. Itu
Rua Santa Rita, 966/978



Il. 429. Itu
Rua Santa Rita, 964



Il. 430. Tatuí
Rua 11 de agosto, 63



Il. 431. Conchas
Rua São Paulo, 209

VI.7. AINDA AS SEMELHANÇAS ENTRE EDIFÍCIOS PAULISTAS E PORTUGUESES

Apresentamos aqui algumas imagens de edifícios paulistas e portugueses agrupadas segundo as seguintes características:

VI.7.1. SOBRADOS COM BEIRAL SIMPLES E EM CIMALHA

VI.7.2. CASAS TÉRREAS COM ÁTICO

VI.7.3. CASAS TÉRREAS COM BEIRAL EM CIMALHA

VI.7.4. SOBRADOS COM ÁTICO

VI.7.5. PILASTRAS ESTILIZADAS

VI.7.6. DESENHOS “IMPRESSOS”

VI.7.7. UNIFORMIDADE E GEOMETRIA DOS CONJUNTOS

VI.7.8. ESQUADRIAS DE JANELAS

VI.7.9. VOLUTAS COMO ARREMATES PERPENDICULARES AOS ÁTICOS

VI.7.10. ELEMENTOS SINALIZADORES

VI.7.1. SOBRADOS COM BEIRAL SIMPLES E EM CIMALHA



Il. 432. Maíra (Portugal)
Rua Elias Garcia, 46



Il. 433. Vila de Fão (Portugal)
Av. Dr. Manoel Paes, 3



Il. 434. Vila de Fão (Portugal)
Av. Dr. Manoel Paes, s/n



Il. 435. Alandroal (Portugal)



Il. 436. Redondo (Portugal)
Largo 25 de abril



Il. 437. Bartolomeu do Mar
(Portugal)



Il. 438. Tietê
Rua do Comércio, 743



Il. 439. Bocaina
Rua 15 de novembro



Il. 440. Capivari
Antiga Câmara



Il. 441. Areias
Rua 15 de novembro, 328



Il. 442. Areias
Rua 15 de novembro, 97/107



Il. 443. Areias
Rua 15 de novembro, 15



Il. 444. Bananal
Praça Pedro Ramos, s/n



Il. 445. Bananal
Rua Manoel de Aguiar, s/n



Il. 446. Bragança Paulista
Rua Cel. João Leme, 486



Il. 447. Mococa
Rua Alferees Pedrosa, 11/13



Il. 448. Tietê
Rua do Comércio, 572

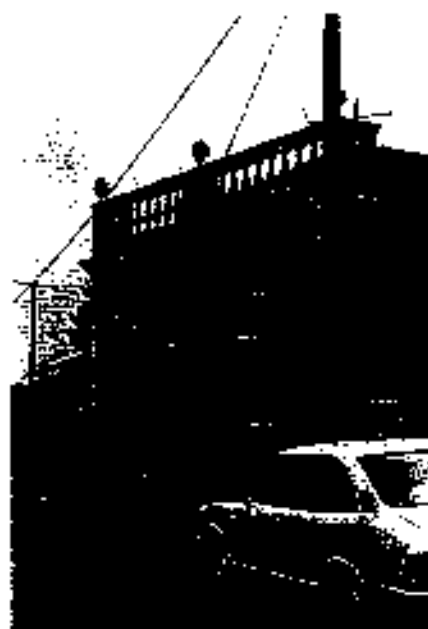


Il. 449. Casa Branca
Praça Barão de Mogi Guassu, 99

VI.7.2. CASAS TÉRREAS COM ÁTICO



Il. 450. Almerim (Portugal)
Rua 5 de outubro, 89



Il. 451. Murtosa (Portugal)
Rua Dr. Carlos Barbosa, s/n



Il. 452. Almerim (Portugal)
Rua Dr. Francisco Nunes Godinho, s/n



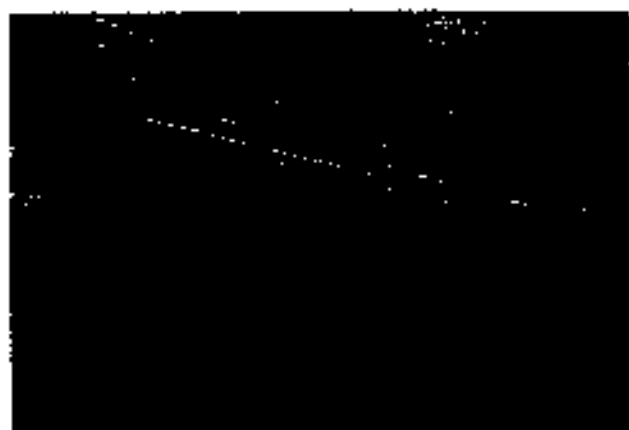
Il. 453. Vila da Raposa (Portugal)



Il. 454. Vila Real de Santo António
Rua do Infante, 40



Il. 455. Vila Real de Santo António
Rua do Príncipe, s/n



Il. 456. Vila Real de Santo António
Rua da Vitória, s/n



Il. 457. Vila Real de Santo António
Rua do Infante D. João, 63/65/67



Il. 458. Tavira (Portugal)
Av. Mateus Teixeira de Azevedo



Il. 459. Loulé (Portugal)
Rua Antero de Quental



Il. 460. Silves (Portugal)
Rua Miguel Bombardo, 22



Il. 461. Silves (Portugal)
Rua Miguel Bombardo, s/n



Il. 462. Botucatu



Il. 463. Botucatu



Il. 464. Monte Mor
Praça do Centenário, 28



Il. 465. Capivari
Rua Padre Fabiano, 441/437



Il. 466. Capivari
Rua Tiradentes, 508



Il. 467. Capivari
Rua Tiradentes, 456B/460/468



Il. 468. Capivari
Rua Fernando de Barros, 778



Il. 469. Capivari
Rua Saldanha Marinho, 160



Il. 470. Itu
Praça Padre Miguel, s/n



Il. 471. Bebedouro
Rua Tobias Lima, 650



Il. 472. Jaboticabal
Rua de São Sebastião, esquina 13 de maio



Il. 473. São Manuel
Rua Joaquim Floriano, 279



Il. 474. São Manuel
Rua 15 de novembro, s/n



Il. 475. Taubaté
Rua Juca Esteves, 45



Il. 476. Areias
Rua Comendador Sampaio, 73



Il. 477. Jundiaí
Rua Barão de Jundiaí em 1916



Il. 478. Monte Santo de Minas (MG)
Praça Silvério P. de Melo, 92/98/108

VI,7,3.CASAS TÊRREAS COM BEIRAL EM CIMALHA



Il. 479. Alfceirão (Portugal)
Rua 25 de abril, 142



Il. 480. Vila da Ermida



Il. 481. Murtosa (Portugal)
Rua Dr. Carlos Barbosa s/n



Il. 482. Murtosa (Portugal)
Rua Dr. Carlos Barbosa, s/n



Il. 483. Cezário Lange
Rua do Comércio



Il. 484. Itapetininga
Rua Saldanha Marinho, 819



Il. 485. Piracaia
Rua José dos Santos Filho



Il. 486. Atibaia
Rua José Lucas, 150/154



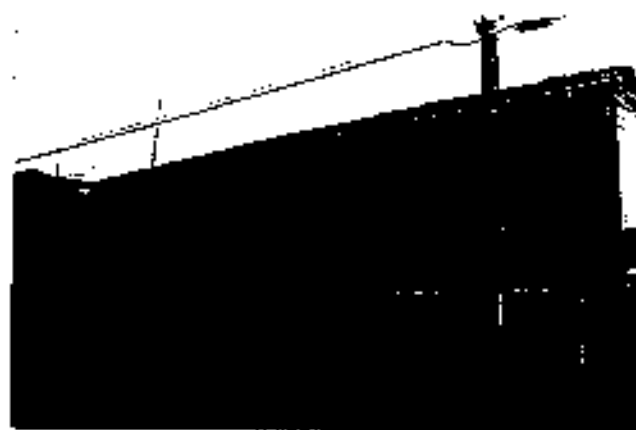
Il. 487. Pirassununga
Rua Duque de Caxias



Il. 488. Areias
Rua Comendador Sampaio, 47



Il. 489. Areias
Rua 15 de novembro, 104



Il. 490. Batatais
Rua Marechal Deodoro, 44



Il. 491. Batatais
Praça Fernando Costa, 75



Il. 492. Porto Feliz
Rua Altino Arantes, 61



Il. 493. Porto Feliz
Praça Cel. Esméio, 8/20

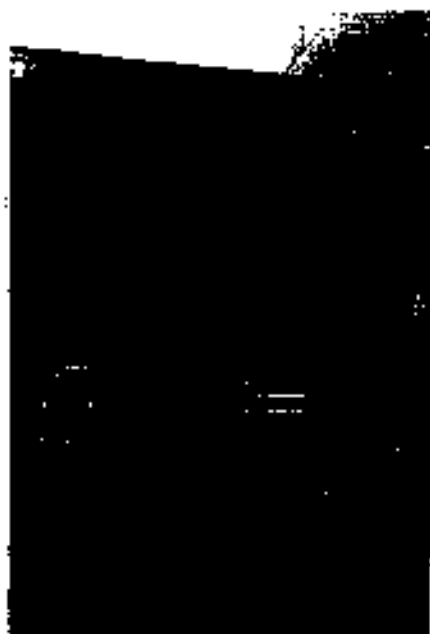


Il. 494. Porto Feliz
Rua Newton Prado, 225



Il. 495. Capivari
Rua Padre Fabiano, 474/478/486/494

VI.7.4. SOBRADOS COM ÁTICO



II. 496. Almerim (Portugal)
Rua 5 de outubro, 46/48



II. 497. Almerim (Portugal)
Rua 5 de outubro, 26



II. 498. Figueira da Foz (Portugal)
Rua 12 de julho, 291 a 307



II. 499. Murtosa (Portugal)
Rua Antônio J.F. Guimarães, 13



II. 500. Mafra (Portugal)
Rua Elias Garcia, 2



II. 501. Figueira da Foz (Portugal)
Rua 12 de julho, 265/269



Il. 502. Caminha (Portugal)
Rua de São João



Il. 503. Almerim (Portugal)
Rua Marechal Gomes da Costa, s/n



Il. 504. Vila Real de Santo António
(Portugal)



Il. 505. Vila Real de Santo António
Rua do Príncipe, 14/16/18



Il. 506. Vila Real de Santo António
Rua do Infante, 10



Il. 507. Vila Real de Santo António
Rua do Infante, 21/23



Il. 508. Botucatu



Il. 509. Porto Feliz
Praça Cel. Esmélio



Il. 510. Capivari
Rua 15 de novembro



Il. 511. Bragança Paulista
Rua Cel Leme, 277/285



Il. 512. Atibaia
Rua José Lucas, 11/15



Il. 513. Aguai
Rua Major Braga, 442



Il. 514. Taqueritinga
Rua Prudente de Moraes, s/n



Il. 515. Cezário Lange
Rua do Comércio, s/n

VI.7.5. PULASTRAS ESTILIZADAS



Il. 516. Vila da Ermida



Il. 517. Vila de Mira



Il. 518. Vila Real de Santo António



Il. 519, Tietê
Rua do Comércio, 457



Il. 520, Conchas
Rua São Paulo, 167



Il. 521, Batatais
Rua 7 de setembro

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

VI.7.6. DESENHOS “IMPRESSOS”



Il. 522. São Mamede (Portugal)
Rua dos lavadouros, 5



Il. 523. Vila de Mira (Portugal)



Il. 524. Redondo (Portugal)
Av. Matos Fernandes, 6



Il. 525. Tatui
Praça São Martinho, 89



Il. 526. São Manuel
Rua Joaquim Floriano, 501



Il. 527. Bocaina
Rua Floriano Peixoto, s/n



Il. 528. Bocaina
Rua Américo Brasiliense, 340



Il. 529. Bocaina
Rua Virgílio Carvalho esquina Floriano Peixoto



Il. 530. Conchal
Praça Dom Barreto, s/n



Il. 531. Taubaté
Rua Duque de Caxias, s/n



Il. 532. Botucatu



Il. 533. Mafra (Portugal)
Rua Elias Garcia, 28/30



Il. 534. Bombarral (Portugal)
Rua Dom Afonso Henriques, 23/25/27



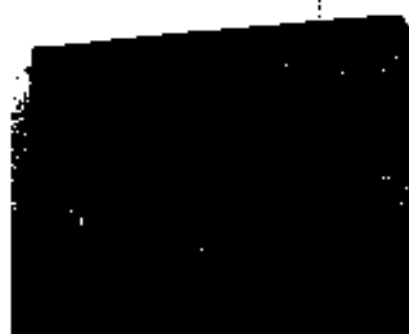
Il. 535. Vila de Mira (Portugal)



Il. 536. Almerim (Portugal)
Rua Manoel Bombarda, 6



Il. 537. Famalicão (Portugal)
Rua Heróis do Ultramar



Il. 538. Redondo (Portugal)



Il. 539. Tavira (Portugal)
Av. Mateus T. de Azevedo



Il. 540. Monte Mor
Rua Siqueira Campos, 166/178



Il. 541. Tietê
Rua do Comércio, 758/764



Il. 542. Itu
Rua Santa Rita, 685



Il. 543. Itu
Rua Santa Rita, 957



Il. 544. Bocaina
Rua Américo Brasiliense, 434/438



Il. 545. Bocaina
Rua Floriano Peixoto, 448



Il. 546. Piracaia
Rua 7 de setembro, 217



Il. 547. Bragança Paulista
Rua Cel. Leme, 176



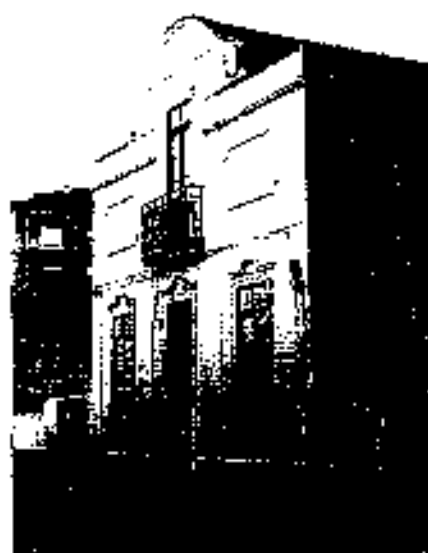
Il. 548. Catanduva
Rua Minas Gerais, 430



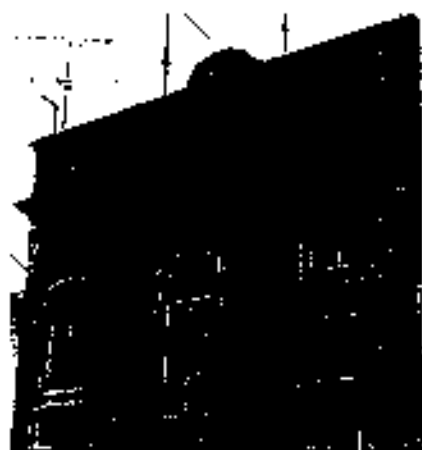
Il. 549. Botucatu
Rua Major Leônidas Cardoso, 499/517



Il. 550. Figueira da Foz (Portugal)
Rua Luiz C. Santiago, 25



Il. 551. Figueira da Foz (Portugal)
Rua Luiz C. Santiago, 9



Il. 552. Santarém (Portugal)



Il. Almerim (Portugal)
Rua Marechal Gomes da Costa, 15



Il. 554. Lisboa (Portugal)
Rua da Junqueira, 253



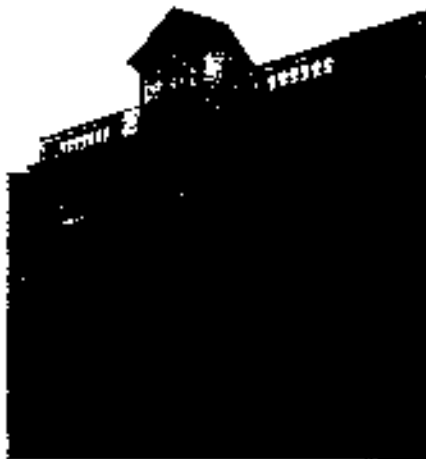
Il. 555. Mafra (Portugal)
Rua Elias Garcia, 14/16



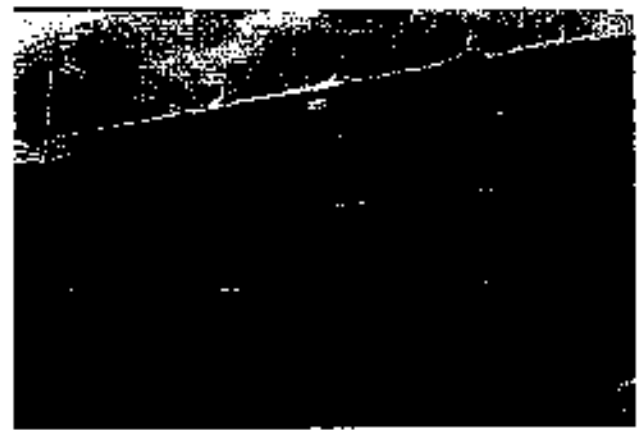
Il. 556. Alcobaça (Portugal)
Rua dos Combatentes



Il. 557. Figueira da Foz (Portugal)
Rua Luiz C. Santiago, 25



Il. 558. Almerim (Portugal)
Rua 5 de outubro



Il. 559. Alandroal (Portugal)
Travessa da Ponte



Il. 560. Redondo (Portugal)
Rua Miguel Bombarda, 26



Il. 561. Vila Real de Santo António
Rua do Infante



Il. 562. Vila Real de Santo António (Portugal)
Rua da Rainha



Il. 563. Vila Real de Santo António
Rua Real de São José, 83/85



Il. 564. Tavira (Portugal)
Rua da Liberdade, 19/21



Il. 565. Bragança Paulista
Praça José Bonifácio, 290



Il. 566. Tietê
Rua Dr. Pulinoiro, 470



Il. 567. Tietê
Rua do Comércio, 605



Il. 568. Bocaina
Rua 7 de setembro, 113



Il. 569. Bocaina
Rua Floriano Peixoto, 650



Il. 570. Itapetininga
Rua Saldanha Marinho, 386



Il. 571. Itapetininga
Rua Saldanha Marinho, 781



Il. 572. Araraquara
Av. São Paulo, 189



Il. 573. Franca
Rua Major Cláudio, 1868



Il. 574. Batatais
Rua Marechal Deodoro, 133



Il. 575. São Sebastião do Paraíso
Rua Dr. Plácido Brigagão, 1214



Il. 576. Mococa
Rua Muniz Barreto, 144



Il. 577. Mococa
Rua Visconde do Rio Branco, 149



Il. 578. Casa Branca
Rua Cel. José Júlio, 638



Il. 579. Casa Branca
Praça Barão de Mogi Guassu, 188



Il. 580. Bananal
Praça Pedro Ramos, 453



Il. 581. São Carlos
Av. São Carlos, 1005



Il. 582. São Carlos
Av. São Carlos



Il. 583. São Carlos
Rua 7 de setembro, 2411



Il. 584. São Carlos
Teatro São Carlos

VL7.7. UNIFORMIDADE E GEOMETRIA DOS CONJUNTOS



Il. 585. Alcobaca (Portugal)
Rua dos combatentes, 31 a 39



Il. 586. Redondo (Portugal)
Rua Manoel Joaquim da Silva



Il. 587. Vila Real de Santo António
Rua do Príncipe, 26 a 32



Il. 588. Vila Real de Santo António
Estrada de Vila Real para Tavira



Il. 589. São Braz (Portugal)



Il. 590. Loulé (Portugal)
Rua Antero de Quental



Il. 591. Loulé (Portugal)



Il. 592. Silves (Portugal)
Rua 5 de outubro, 40/38



Il. 593. Silves (Portugal)
Rua João de Deus, 15



Il. 594. Silves (Portugal)
Rua Miguel Bombarda, s/n



Il. 595. Silves (Portugal)
Rua Cândido dos Reis



Il. 596. Silves (Portugal)
Rua Cândido dos Reis



Il. 597. Setúbal



Il. 598. Amparo
Rua Barão de Campinas



Il. 599. Amparo
Rua Ana Cintra

VI.7.8. ESQUADRIAS DE JANELAS



Il. 600. Bartolomeu do Mar (Portugal)



Il. 601 Vila Real de Santo António (Portugal)



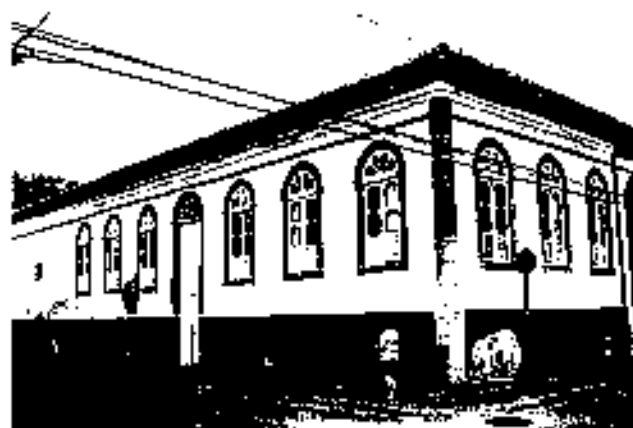
Il. 602. Socorro
Praça Cel. Olímpio G. dos Reis, 240



Il. 603. Itu
Praça Padre Miguel, 55



Il. 604. Itu
Praça Padre Miguel, 63/65



Il. 605. São Luís do Paraitinga
Rua Monsenhor Inácio Gioia, s/n

VI.7.9. VOLUTAS COMO ARREMATES PERPENDICULARES AOS ÁTICOS



Il. 606. Ponte do Rol (Portugal)



Il. 607. Caminha (Portugal)
Rua de São João, 55



Il. 608. Almerim (Portugal)
Rua Dr. Francisco Nunes Godinho



Il. 609. Amparo
Rua Barão de Campinas

VI.7.10. ELEMENTOS SINALIZADORES



Il. 610. São Mamede (Portugal)
Largo Salvador C. dos Santos



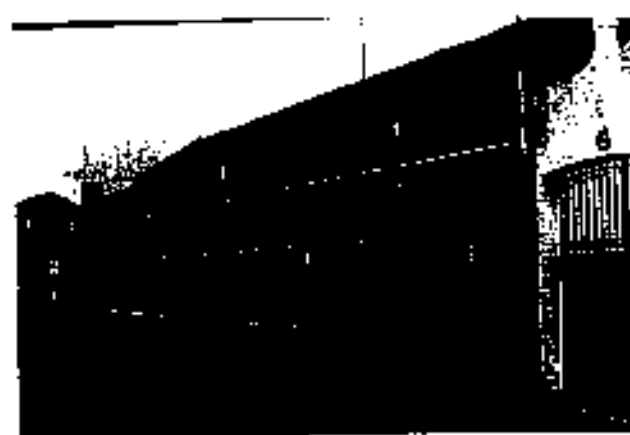
Il. 611. Vila de Mira (Portugal)



Il. 612. Vila de Mira (Portugal)



Il. 613. Santarém (Portugal)



Il. 614. Vila da Raposa (Portugal)



Il. 615. Azervadinha (Portugal)



Il. 616. Redondo (Portugal)



Il. 617. Vila Real de Santo António
Estrada para Tavira



Il. 618. Vila Real de Santo António
Estrada para Tavira



Il. 619. Fonte do Bispo (Portugal)



Il. 620. Silves (Portugal)
Rua Cândido dos Reis, 91



Il. 621. Atibaia
Rua José Alvim, 211



Il. 622. Socorro
Rua Dr. Campos Sales, 77/79



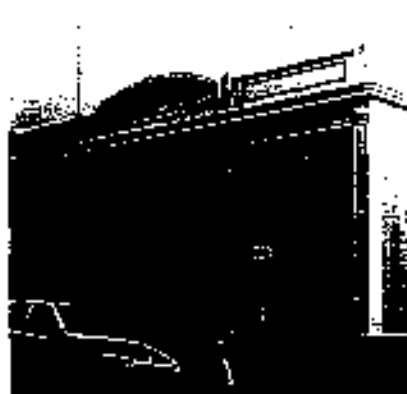
Il. 623. Socorro
Rua Dr. Campos Sales, 104



Il. 624. Capivari
Praça Rodrigues de Abreu, 459



Il. 625. Analândia
Av. 1, esquina Rua 1



Il. 626. Casa Branca
Rua Cel. José Júlio, 165



Il. 627. Casa Branca
Rua Cel. José Júlio, 230/234

NOTAS

1. Código de Posturas da Câmara Municipal de Lisboa, publicado no Diário do Governo nº175 e seguintes. Lisboa: Typographia do Jornal do Commercio, 1869.
2. Código de Posturas da Câmara Municipal de Cascaes, publicado por edital de 20 de agosto de 1881. Coimbra: Imprensa Acadêmica, 1909.

CONCLUSÃO

A intenção do Morgado de Mateus em construir cidades “atraentes e apropriadas”, expressa em 1766, um ano depois da sua chegada à Capitania de São Paulo, parece ter surtido efeitos duradouros.

Primeiro, como cidades “apropriadas”, elas seriam concebidas segundo os preceitos de funcionalidade, visando ao conforto público e, ao mesmo tempo, respeitando disposições disciplinares impostas pela legislação.

Segundo, como cidades “atraentes”, elas seriam concebidas segundo os preceitos de regularidade e simetria, de modo que da sua aparência também resultasse prazer.

Foi essa dupla preocupação que nos orientou na investigação das relações de descendência entre a arquitetura paulista e portuguesa de construtores do século XIX.

Logo de início percebemos que, para as cidades projetadas durante o governo do Morgado, a harmonia das edificações deveria estar em sintonia com o projeto urbano. Através das posturas municipais, constatamos a fachada como lugar comum entre arquitetura e urbanismo, limitada entre as exigências do público e as liberdades do privado. Além disso, para comprovar a descendência da legislação, verificamos e nos certificamos da semelhança entre os artigos de postura das cidades portuguesas, aqueles que tratavam das edificações, e os das posturas das cidades paulistas. Concluimos que as posturas que regeram as cidades paulistas do século XIX descendiam das posturas das cidades portuguesas, tanto do século XVIII quanto do século XIX.

Logo depois, um estudo das formas proporcionou-nos duas constatações. Primeiro, que uma formulação da arquitetura, modular e simples, esteve presente tanto em projetos de cidades portuguesas do século XVIII quanto nas paulistas projetadas na época do Morgado. Segundo, que um gosto por uma arquitetura de raízes renascentistas parece ter resistido às investidas do barroco e permanecido entre brasileiros e portugueses durante todo o século XVIII e também o XIX.

O levantamento fotográfico das casas brasileiras e portuguesas do século XIX, que apresentamos a seguir em forma de catálogo, mostra, claramente, uma permanência do gosto pela arquitetura de tradição clássica nos dois países. A constatação de que manuais inspirados no tratado renascentista de Vignola circularam durante o século XVIII e XIX,

tanto em Portugal quanto no Brasil, tanto com fins didáticos quanto práticos, nos fez pensar no seu papel modelar. As múltiplas possibilidades de combinação dos elementos clássicos apresentados pelo manual podem ter proporcionado a organização das fachadas das casas portuguesas e paulistas do século XIX imprimindo-lhes caráter de semelhança sem, entretanto, torná-las iguais.

O mesmo levantamento fotográfico também mostra que, tanto em Portugal quanto no interior do Estado de São Paulo, a permanência do gosto pela tradição clássica na arquitetura de construtores avança pelo século XX. Constatamos que, tanto num lugar quanto no outro, houve uma resistência às novas formas. Assim, na virada do século XIX para o XX, por exemplo, tanto em Portugal quanto no interior de São Paulo, as ogivas “góticas” estariam “contaminando” o suporte clássico. Mais tarde, seriam as formas inspiradas na indústria que iriam se sobrepor a esse suporte. Nos anos 1930, apenas elementos incorporados aos áticos clássicos denunciariam o art déco.

Essas constatações nos fazem pensar na permanência de uma arquitetura modular, que esteve presente, sem ruptura, desde os projetos dos tempos do morgado de Mateus até meados do século XX. Arquitetura simples, mural, sempre predisposta a receber seja a ornamentação clássica, maneirista, porque inspirada nos “Vignola dos Proprietários”, na segunda metade do século XIX, sejam as ogivas “góticas”, os elementos “modernizadores”, inspirados na revolução industrial e, por fim, os elementos art nouveau ou os art déco.

Ao mesmo tempo que essa arquitetura simples, modular, era praticada por construtores, pedreiros e mestres de obras anônimos, também se articulava com a arquitetura erudita, vista nas escolas. Assim é que, quando Garcia Redondo projetou os edifícios do teatro João Caetano e do hospital Ana Cintra, ditos neoclássicos, ambos em Amparo, eles se inseriram perfeitamente, na tradição arquitetural local.

Sob esse aspecto, as influências na arquitetura paulista, tanto da missão francesa quanto dos imigrantes italianos, podem ser repensadas. Não teria havido, sem ruptura, uma espécie de convergência entre um gosto clássico que seguia resistente desde a Renascença e as novidades trazidas do exterior?

A permanência do gosto por uma arquitetura de tradição clássica aponta para uma “verdadeira” tradição, que é coletiva, que é anônima, que não está subordinada ao nome de grandes arquitetos, mas que se mantém através dos construtores, pedreiros e mestres de

obra que estiveram em ação, tanto em Portugal quanto no interior paulista, por quase dois séculos.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

ABREU, Maria Morgado de. "Taubaté de núcleo irradiador de bandeirismo a centro...". Taubaté, 1985.

ABUAZAR, Hebil. Um adeus em cada esquina – recordações de gente nossa". Itapetininga: Editora Cupola, s.d.

ADONIAS, Isa. "Mapa – imagens da formação territorial brasileira". Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

AGUIAR, Mário. "São Luís do Paraitinga" in Revista do Arquivo Municipal, Ano XV, Volume CXXI, São Paulo, janeiro de 1949

ALMEIDA, Benedito Pires de. "Cronologia Tieteense". São Paulo: Irmãos Milesi Ltda., 1980.

ALMEIDA, Aluísio. "Casas dos séculos 18 e 19 em Sorocaba" in RPHAN, número 9, 1945.

_____. "História de Sorocaba – 1589-1822". Sorocaba: Gráfica Guarani, 1951.

_____. "O tropeirismo e a feira de Sorocaba". Sorocaba, 1968.

ALMEIDA, Eduardo de Castro E (organizador). Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Bibliotheca Nacional, 1914.

ALMEIDA, Elizabeth Larwiche de. As elites na sociedade paulista na segunda metade do século XVIII". Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1972.

ALMEIDA, João Fernando de. "Arquitetos de São Paulo em 1880" in Habitat, número 3, 1951.

AMARAL, Aracy A. "A hispanidade em São Paulo. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1981.

AMARAL, Leopoldo. "Campinas (recordações)". Campinas, 1927.

ANDRADE, Francisco de Paula Dias de. "Subsídios para o estudo da influência da legislação na ordenação e na arquitetura das cidades brasileiras". São Paulo: Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), 1966. Datilografado.

ANDRIOLO, Arley. "Ouro Preto, 1897-1973 a construção social de uma cidade histórica turística". Dissertação de mestrado apresentada à FAU-USP. São Paulo, 1999.

ARAUJO, Renata e CARITA, Helder (coordenadores). "Coletânea de estudos: Universo urbanístico português (1415-1822)". Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1998.

ARGAN, Giulio Carlo. "Clássico e romântico" in Arte moderna 1770/1970. Florença: Sansoni, 1975.

_____. "História da arte como história da cidade". São Paulo: Martins Fontes, 1992.

AZEVEDO, Carlos de. "A casa de Penalva" in Solares Portugueses. Lisboa: Livros Horizonte, 1969.

AZEVEDO, Paulo Ormindo D. de (coordenador). "Inventário de proteção do acervo cultural – monumentos do município do Salvador Bahia". Salvador, 1975.

_____. "Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia – Monumentos e sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina". Salvador, 1980.

_____. "Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia – Monumentos e sítios do recôncavo, 1ª parte. Salvador, 1978.

_____. "Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia – Monumentos e sítios do recôncavo, 2ª parte. Salvador, 1982.

BALNINGER, Rosana. "Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão..." Campinas: UNICAMP, 1996.

BARATA, Mário. "Escola Politécnica do largo de São Francisco". Rio de Janeiro: Associação dos antigos alunos da Politécnica/Clube de Engenharia, 1973.

BARDI, Pietro, Maria. "A arquitetura brasileira" in BENEVOLO. Introdução à arquitetura. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

_____. "História da arte brasileira: pintura, escultura, arquitetura". São Paulo: Melhoramentos, 1977.

BARRETO, Margarita. "Vivendo a história de Campinas". Campinas, 1995.

BARRETO, Paulo Theódin. "Casas de Câmara e Cadeia" in RPHAN, número 11, Rio de Janeiro, 1947.

BASTOS, Benedicto Alípio. "Caçapava – apontamentos históricos e genealógicos". Caçapava, 1955.

BELLOTTO, Heloísa Liberali. Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

- BERTRAN, Paulo. "Notícia geral da capitania de Goiás". Brasília: Solo Editores, 1996.
- BITTAR, William Seba Mallmann e VERÍSSIMO, Francisco Salvador. "500 anos da casa no Brasil". Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- BITTENCOURT, Gean Maria. "A Missão artística francesa de 1816". Petrópolis: Museu de armas Ferreira da Cunha, 1967.
- BOLTSHAUSER, João. "História da arquitetura". Belo Horizonte, 1969/1972.
- BOTÃO, Maria de Fátima. "Silves – capital de um reino medievo". Silves: Câmara Municipal, s.d..
- BRAZINHA, Joaquim José, GONÇALVES, Ana Carla, DUARTE, Maria de Lurdes, BASRI, Jawad El, ALEGRIA, José Alberto. "Construir em terra no Mediterrâneo". Silves: Câmara Municipal de Silves, 1993.
- BRITO, Joluná. "História da cidade de Campinas". Campinas: Gráfica Saraiva, 1957.
- BRUNO, Ernani Silva. "História e tradições de São Paulo". Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1954.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. "Desenho e designio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)". Tese de doutoramento apresentada à FAU-USP. São Paulo, 2001.
- BUENO, Roberto Franco e MONFERRANTE, Eugenio. "Villa formosa de Nossa Senhora do desterro de Jundiáhy da capitania de Sam Vte". In Bem Estar, 1958.
- BUSCH, Reynaldo Kuntz. "História de Limeira". 1º volume. Limeira: Prefeitura Municipal de Limeira, 1967.
- CALDEIRA, Mário Henrique de Castro. "Arquitetura na cidade do Rio de Janeiro: tradição e renovação (1808-1831)". Dissertação de mestrado apresentada à FAU-USP. São Paulo, 1999.
- CALMON, Pedro. "Evolução da arquitetura no Brasil" in Revista do Instituto Histórico e Geográfico. Guarujá/Bertioga, 1974.
- CAMARGO, Theodorico de. "Jesuino de Arruda e a fundação de São Carlos". São Carlos, 1957.
- CAMPANHOLE, Adriano. "Memória da cidade de Caconde: freguesia antiga de...". Caconde: Edição do autor, 1979.
- CAMPOS, Vinício Stein de. "Fundações municipais paulistas nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Oficinas Gráficas da IMPRES, 1952.

CARRÈRE, J. B. F.. "Panorama de Lisboa no ano de 1796". Lisboa: Biblioteca Nacional, 1989.

CARVALHEIRA, Rozendo. "Architectura, rápido esboceto: da sua evolução desde as civilizações primitivas até ao fim do século XIX" in *Boletim da Real Associação dos Architectos Cívís e Archeologos Portuguezes*, Série 4ª, Ano 1901, Tomo IX, nº 3.

CARVALHO, Ayres de. "Os três arquitectos da Ajuda – do rocaille ao neoclássico". Lisboa: Fundo de Fomento Cultural da Direcção-Geral do Património Cultural, 1979.

CARVALHO, Benjamin de A. "Duas arquiteturas no Brasil". Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1961.

CARVALHO FRANCO, Francisco de Assis. "História das minas de São Paulo. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1964.

CARVALHO, Sérgio Luís. "Cidades medievais portuguesas – uma introdução ao seu estudo". Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

CARVALHO, Maria de Lourdes. "A casa caipira". São Paulo: FAU, 1977.

CASTELLARI, Luiz. "História de Salto". Salto, 1971.

CASTELO-BRANCO, Fernando. "Lisboa seiscentista". Lisboa: Oficinas Gráficas da Câmara Municipal de Lisboa, 1956.

CASTRO, Lycurgo de. "A febre amarela em Campinas 1889-1900". Campinas: UNICAMP, 1996.

CHAGAS, M. Pinheiro. "História de Portugal". Vol I. s.d.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. "A terra campineira (análise do quadro natural)". Campinas: Gráfica Mousinho, 1972.

CLETO, Marcelino Pereira, ABREU, Manuel Cardoso de, VILHENA, Luís dos Santos e ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de. "Roteiros e notícias de São Paulo colonial: 1751-1804". São Paulo: Governo do Estado, 1977.

COLI, Jorge. Relatório – "O neoclassicismo cafeeiro: inventário, análise, interpretação de uma arquitetura paulista da segunda metade do século XIX". Exemplar datilografado, 240 folhas.

CORONA e LEMOS. "Dicionário da arquitetura brasileira". São Paulo: Edart, 1972.

CORREIA, José Eduardo Capa Horta. "Vila Real de Santo António – Urbanismo e poder na política pombalina". Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1984.

COSTA, Lúcio. "Documentação necessária" in *Arquitetura Civil II*. São Paulo: RPHAN, 1975.

CUNHA, Marianno Carneiro da. "Da senzala ao sobrado – arquitetura brasileira na Nigéria e na República Popular do Benim". São Paulo: Nobel/EDUSP, 1985.

CUSTÓDIO, Florindo (organizador). "Santarém – a cidade e os homens". Santarém: Museu Distrital de Santarém, 1977.

DAMIANI, Cinzia. "Artesanato italiano". São Paulo: FAU-USP, 1966.

DEBENEDETTI, Emma e SALMONI, Anita. "Arquitetura italiana em São Paulo". São Paulo: Perspectiva, 1981.

DELSON, Roberta Marx. "Novas vilas para o Brasil-colônia – planejamento espacial e social no século XVIII". Brasília: Alva-Ciord, 1997.

DIAS, Jacinto Palma. "Moda e anti-moda na arquitectura popular do Algarve" in *Al'Utyã: Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, Loulé, 1992.

DINIZ, Silvana Sousa Nilo Bahia. "Taipa de pilão – uma aproximação tecnológica através de exemplos em São Paulo". Dissertação de mestrado apresentada à FAU-USP, 2000.

DI STEFANO, Anna Maria. "Viollet Le Duc – un architetto nuovo per conservare l'antico". Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1994.

"Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo" Vol. XI – Divisas de S. Paulo e Minas Geraes. Typ. A Vap. Espindola, Siqueira & Comp., 1896.

"Documentos interessantes para a história e costumes de S. Paulo" Vol. XXIII – Correspondência do Capitão – General Dom Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão 1766-1768. São Paulo: Typographia Aurora, 1896.

DONATO, Hernâni. "Acheugas para a história de Botucatu". Botucatu: Banco Sudameris Brasil/Prefeitura Municipal de Botucatu, 1985.

DUTRA, Maria Stella Teixeira Fernandes. "A arquitetura de Batatais: 1880-1930". Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Campinas, 1993.

EGAS, Eugenio. "Os municípios paulistas". São Paulo: O Estado de São Paulo, 1925.

ELLIS JUNIOR, Alfredo. "O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano". São Paulo: Typographia Piratininga, s.d..

ELLIS JUNIOR, Alfredo e ELLIS, Myriam. "A economia paulista no século XVIII" in Boletim 115 História da Civilização Brasileira nº 11, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras-USP. São Paulo, 1950.

ESTREMOZ, Paulo (coordenador). "Plano de pormenor de salvaguarda e valorização do centro histórico de Loulé". Exemplar datilografado e xerocopiado. Loulé: Câmara Municipal de Loulé, 1994.

EVANGELISTA, José Geraldo. "Lorena no século XIX". São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.

FABRIS, Annateresa (organização). "Ecletismo na arquitetura brasileira". São Paulo: Nobel/EDUSP, 1987.

FERNANDES, José Manuel. "A Arquitectura". Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1991.

FERRAZ, Eugênio. "Convento dos Mercedários de Belém do Pará". Belo Horizonte: Editora Gráfica Santa Efigênia, 1990.

FERRAZ, Maria Cecília B. "São Carlos do Pinhal – sua fundação e sua história". São Carlos, 1955.

FERREIRA, Mauro. "França, itinerário urbano". São Paulo: Laboratório das artes, 1983.

FERREZ, Gilberto. "O Rio antigo do fotógrafo Marc Ferrez – paisagens e tipos humanos do Rio de Janeiro 1865 – 1918". São Paulo: Ex Libris, 1984.

FINA, Wilson Maia. "O Vinhola brasileiro" in AD Arquitetura e Decoração, números 7 e 8, setembro/outubro 1954.

FORJAZ, Djalma. "Quadro demonstrativo do desmembramento das comarcas". São Paulo: Tipografia Brasil, 1954.

FORSSMAN, Erik. "Dórico, jónico e coríntio na arquitectura dos séculos XVI-XVIII. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

FRANÇA, José Augusto. A arte em Portugal no século XIX. Vol. 1 e 2. Lisboa: Bertrand, 1990.

_____. "A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina". Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Ministério da Educação, 3ª edição, 1989

_____. "Lisboa pombalina e o iluminismo". Lisboa: Bertrand, 1987.

_____. "Tomar". Lisboa: Editorial Presença, 1994.

FREIRE, Victor da Silva. "A cidade salubre" in Revista Polytechnica, vol. VIII. São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild & co., 1914.

FREITAS, Afonso A. de. "Tradições e reminiscências paulistanas". São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.

FREITAS, Maria Aparecida Rezende Gouveia de. "Bananal – cidade histórica berço do café". São Paulo: Massao Ohno e Roswitha Kempf Editores, 1981.

FREYRE, Gilberto. "A casa brasileira". Rio de Janeiro, 1971.

_____. "Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e a das colônias" in RSPHAN, Rio de Janeiro, 1937.

_____. "Um engenheiro francês no Brasil". Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

GALHANO, Fernando e OLIVEIRA, Ernesto Veiga. "Arquitectura tradicional portuguesa". Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

_____. "As casas de eira do Porto e os espigueiros". In Boletim dos 'amigos do Porto', vol. I, números 3-4, 1953.

GEORGE, Pierre. "Geografia urbana". Barcelona: Ediciones Ariel, 1969.

GODOY, Joaquim Floriano de. "A Província de S. Paulo – trabalho estatístico, histórico e noticioso". 2ª edição fac-similada. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.

GOITIA, Fernando Chueca. "Protótipos na arquitectura greco-romana e a sua influência no mundo ocidental". Lisboa: Ulmeiro, 1996.

GOMES, Saul António. "Introdução à história do castelo de Leiria". Leiria: Câmara Municipal, 1995.

GOULART, Edno. "Campinas: ruas da época imperial". Campinas, 1983.

GRELLET, "Capivari – histórico da fundação e fatos desde fins do século XVIII até 24 de junho de 1932. Capivari, 1932.

GRINBERG, Isaac. "História de Mogi das Cruzes". São Paulo: Saraiva S.A., 1961.

GUISARD, Osvaldo Barbosa. "Taubaté no aflorar do século". Taubaté, 1974.

HARQUEL, Jean-Louis. "História do Urbanismo". Campinas: Papirus, 1990.

"Higiene da habitação" in Bibliotheca do povo e das escolas, número 53, série 7 Lisboa: David Corazzi editor, 1883.

"História de Pirassununga". Exemplar sem capa e outras referências. Acervo do Centro de Documentação das Faculdades Integradas de Amparo.

HITCHCOCK, Henry Russel. "Architecture: nineteenth and twentieth centuries". Harmondsworth: Penguin Books, 1971.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. "Raízes do Brasil". São Paulo: José Olympio, 1948.

HONOUR, Hugh. "Neo-classicism". Harmondsworth: Penguin Books, 1968.

HORTA, João Gomes. "Bases da intervenção de salvaguarda e reabilitação patrimonial da zona histórica pombalina de Vila Real de Santo António". Exemplar datilografado e xerocopiado, s.d..

KAUFMANN, E. "Architecture in the age of reason". Cambridge: Mass, 1955.

KAWAMURA, Lili Katsuko. "Engenheiro: trabalho e ideologia". São Paulo: Ática, 1981.

LAPA, José Roberto do Amaral. "Os cantos e os antros: Campinas 1850-1900". São Paulo: EDUSP, 1996.

LAURITO, Domingos e MARTINS, Nelson Silveira. "Bragança: 1763-1942". São Paulo: Editores Mário M. Ponzini & Cia., 1943.

LEGASPE, Augusto César Bueno. "Mogi Guaçu breve relato histórico". Mogi Guaçu, 1989.

LEITE, Ana Cristina (diretora). "Arquitectura premiada em Lisboa – Prémio Valmor – Prémio municipal de arquitectura". Exposição organizada pela Câmara Municipal de Lisboa-Museu da cidade. EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA DO 50º ANIVERSÁRIO DA CRIAÇÃO DO Prémio Municipal de Arquitectura. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, março/abril, 1988.

LEITE, Aydano. "Guaratinguetá e seus vultos". Guaratinguetá, 1967.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. "Notícias das minas de São Paulo e dos sertões da mesma Capitania". São Paulo: Comissão do IV centenário da cidade de São Paulo, 1954

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. "A casa da marquesa de Santos em São Paulo" in Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, número 4, São Paulo, 1968.

_____. "A arquitetura brasileira do século XIX – a urbana e a rural.

_____. "Alvenaria burguesa. São Paulo: Nobel, 1989.

_____. "A república ensina a morar (melhor)". São Paulo: Hucitec, 1999.

- _____. "Casa paulistana". São Paulo: EDUSP, 1999.
- _____. "Cozinhas, etc.: um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista". São Paulo: Perspectiva, 1976.
- _____. "História da casa brasileira". São Paulo: Contexto, 1989.
- _____. "Notas sobre a arquitetura tradicional de São Paulo". São Paulo: FAU-USP, 1984.
- _____. "São Paulo, sua arquitetura, colônia e império". São Paulo: Editora Nacional, 1974.
- LERAY, F. e MARCHAND, A. "Manuel administratif à l'usage des architectes maîtres, administrateurs, agents voyers et constructeurs". Paris: Librairie de la Construction Moderne, s.d.
- LINO, Raul. "Casas portuguesas". Lisboa: Cotovia, 1992.
- "Lisboa e seus arredores". Edição Costa : Tabacaria Costa. Rua Áurea, 295, s.d.
- LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. "Evolução da casa paulistana e arquitetura de Ramos de Azevedo". São Paulo: Voz do Oeste/Secretaria do Estado da Cultura, 1981.
- MACAMBIRA, Yvory de Macedo Pereira (pesquisadora). "Os mestres da fachada". São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 1985.
- MACEDO, J. de Castro Freire de (tradutor). "Manual do carpinteiro de móveis e edifícios". Paris: P. Aillaud, Guillard e C., 1873.
- MAGALHÃES, Fernando Perfeito de. "A habitação". Lisboa: Bertrand, 1938.
- MANDATO, Jacomo. "História ilustrada de Itapira". Itapira: Editora Linhasgerais, 1996.
- MARCONDES, Maria Thereza R. "Tempo e memória". Taubaté: Editora CQ Ltda., 1976.
- MARIANO, Júlio. "Campinas de ontem e anteontem". Campinas, 1970.
- _____. "História da imprensa em Campinas". Campinas, 1972.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. "História de Portugal". Volume III. Lisboa: Palas Editores, 6ª edição, 1981.
- MARTINS, Gilberto. "Taubaté nos seus primeiros tempos". Taubaté, 1973.

MARTINS, Neide Marcondes. "O partido arquitetônico Rural no século XIX (Porto Feliz, Tietê, Laranjal Paulista)". São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

MARTINS, Nelson Silveira. "Atibaia – o paraíso possível na terra". São Paulo: Mário M. Ponzini & Cia., 1940.

MARTINS, Valter. "Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores...". Campinas: UNICAMP, 1996.

MARX, Murillo. "Cidade brasileira". São Paulo: EDUSP/Melhoramentos, 1980.

_____. "Cidade no Brasil, terra de quem?". São Paulo: EDUSP/Nobel, 1991.

_____. "Nosso chão: do sagrado ao profano". São Paulo: EDUSP, 1989.

_____. "Seis conventos, seis cidades". Tese de doutoramento apresentada à FAU-USP, 1984.

MATTOS, Joaquim Francisco de. "Os caminhos de Goiás". São Paulo: Editora Comercial Safady Ltda., 1980.

MATTOSO, José (director). "História de Portugal". Quinto volume. Lisboa: Editorial Estampa, s.d.

MAZZULA, M. "Jundiaí através de documentos". Jundiaí, 1976.

_____. "Jundiaí e sua história". Jundiaí, 1979.

MECO, José (organizador). "Azulejos Portugueses" – séculos XVII a XX. Catálogo da exposição de azulejaria portuguesa organizada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e pela Secretaria de Estado da Cultura a partir do acervo da Câmara Municipal de Lisboa. Brasil, 1987.

MEIRA FILHO, Augusto. "Landi esse desconhecido". Conselho Federal de Cultura/Departamento de Assuntos Culturais, 1976.

MENDES, J. E. Teixeira. "Lavoura cafeeira paulista". Campinas, 1947.

MICELI, Paulo Celso. "Era uma vez, em Sertãozinho... certas histórias de...". Editora Nobel, 1984.

MIGNOT, Claude. "L' architecture au XIXe siècle". Fribourg: Office du Livre, 1983.

MOISY, "O Vinhola dos proprietários ou as cinco ordens de arquitectura". Paris: Théodore Lefevre, s.d.

MONBEIG, Pierre. "Pionniers et Planteurs de São Paulo". Paris: Librairie Armand Colin, 1952.

MONTEIRO, Aristides. "Insignias de Campinas e sua história". Campinas, 1978.

MONTEIRO, Miguel. "Fafe dos 'brasileiros' (1860-1930) – perspectiva histórica e patrimonial". Fafe: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1991.

MORAIS, Adelino Tito de. "Limianos nobres e titulares no Brasil". Lisboa: Casa do Conselho de Ponte de Lima, 1995.

_____. "Resenha cronológica do século XIX (1865-1899)". Ponte de Lima: Universidade Fernando Pessoa, 1996.

MORGADO, A. e SANTOS JÚNIOR (Santonillo). "Guia ilustrado do viajante em Portugal ou o Manual do viajante". Lisboa: Empresa Editora do Almanach Palhares, 1905.

MORRIS, R. N. "Sociologia urbana". Rio de Janeiro: Zahar editores, 1972.

MOURA, Carlos Eugênio de. "Os Galvão de França no povoamento de Santo Antônio...". São Paulo: EDUSP, 1993.

MOUTINHO, Mário. "A arquitectura popular portuguesa". Lisboa: Editorial Estampa, 1979.

MÜLLER, Daniel Pedro. "Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo" 3ª edição fac-similada. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.

MÜLLER, Nice Lecoça. "O fato urbano na bacia do rio Paraíba". 1969.

NEME, Mário. "História da fundação de Piracicaba". Piracicaba, 1943.

NICOLAS, Maria. "Cem anos de vida parlamentar... deputados provinciais e estaduais do Paraná – Assembléias Legislativas e Constituintes (1854-1954). Curitiba, 1954.

NÓBREGA, Melo. "História do rio Tietê". São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.

NOGUEIRA, Oracy. "Família e comunidade – um estudo sociológico de Itapetininga". Itapetininga, 1962.

NOVAIS, Fernando A. "Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 1979.

OCTÁVIO, Benedicto. "Campinas antiga (as festas de 1846)". Campinas, 1905.

"O Estado de São Paulo: Physico, Politico, Econômico, Administrativo". S.d..

OLIVEIRA, Antonio Rodrigues Veloso de. "Memória sobre o melhoramento da Província de São Paulo. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.

OLIVEIRA, J. J. Machado d'. "Quadro histórico da Província de São Paulo". Edição fac-similada da 1ª. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.

OLIVEIRA, J. R. Guedes de. "Capivari em duas décadas 1900 a 1921". Capivari, 1992.

OMEGNA, Nelson. "A cidade colonial". Brasília: INL, 1971.

PAPE, Thomas e WUNDRAM, Manfred. "Andréa Palladio – 1508-1580 – um arquitecto entre o Renascimento e o Barroco". Köln: Benedikt Taschen, 1994.

PARK, Margareth Brandini. "Memória, educação e cidadania". Campinas: UNICAMP, 1996.

PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. "O italianizante". São Paulo: FAU-USP, 1984.

PASIN, José Luiz. "Guaratinguetá, tempo e memória. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/ Comissão de Geografia e História, 1983.

PEDREIRINHO, José Manuel. "História do prêmio Valmor". Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.

PENTEADO, João. "Digressão histórica através da vida de Jaú e de seus super-homens pelo 1º centenário de sua fundação – 1853-1953". São Paulo, 1953

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello e SANTOS, Antonio César de Almeida. "Códigos de posturas municipais" in Monumenta, Segunda série, Volume 1, Número 3, Curitiba, 1998.

PEREIRA, Terza Cristina Rodrigues Eptácio e KAMIDE, Edna Hiroe Miguita. "CONDEPHAAT, bens tombados 1968-1998". São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. "A lavoura canavieira em São Paulo". São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

PINA, Mariano. "Portugal e Brazil". Lisboa: Antiga Casa Bertrand – José Bastos, 1896.

PINTO, Adolfo Augusto. "História da viação pública de São Paulo". São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1977.

PINTO, Luis Fernandes. "Azulejo e arquitectura – ensaio de um arquitecto". Lisboa: Banco de Crédito Imobiliário, 1994.

PINTO, Maria Cristina Donadelli. "Cunha e o vale do Paraíba". São Paulo: FAU-USP, 1980.

PINTO, Sebastião Almeida. No velho Botucatu. Botucatu: Editora Paulicéia, 1994.

POSENATO, Júlio. "Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul". Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983.

PRADO, João Fernando de Almeida. "Apontamentos para uma história da arquitetura paulista" in Depoimentos. São Paulo: Grêmio da Faculdade de Arquitetura, 1966.

_____. "Arquitetos de São Paulo em 1880" in Habitat, número 3, 1951.

PRATES, Prisco da Cruz. "Ribeirão Preto de outrora". Ribeirão Preto: Gráfica Bandeirante Ltda., 4ª edição, 1975.

PREVITALI, Arlindo. "Almanaque de Sorocaba - do ano santo de 1950". Sorocaba, 1950.
"Proposta de plano de pormenor/salvaguarda. G.T.L./ Câmara Municipal de Silves. Silves, 1992.

PUPPO, Benedito Barbosa. "Oito bananas por um tostão - Campinas de outros tempos". Campinas, 1995.

PUPPO, Celso Maria de Melo. "Campinas, município do Império". Campinas: Imprensa Oficial do Estado, 1983.

_____. "Campinas, seu berço e juventude". Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969.

PUPPI, Lionello. "Andréa Palladio - Opera completa". Milano: Electa Editrice, 1973.

RAMOS, Agostinho. "Pequena história do Bananal". São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

REIS, Cláudio de Brito. "O marquês de Pombal". Rio de Janeiro: edição do autor, 1982.

REIS FILHO, Nestor Goulart (coordenador). "Guia dos bens tombados - São Paulo". Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1986.

_____. "Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial". São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado/ FAPESP, 2000.

_____. "Implantação de arquitetura urbana brasileira: 1800-1850" in Acrópole número 330, 1966.

_____. "Quadro da arquitetura no Brasil". São Paulo: Perspectiva, 1970.

RIOS, Adolfo Morales de los. "Grandjean de Montigny e a evolução da arte brasileira". Rio de Janeiro: Editora A Noite, s.d.

_____. "O rio de Janeiro Imperial". Rio de Janeiro: Editora A Noite, s.d.

ROCHA, F. Franco da. "Centenário do nascimento de Ramos de Azevedo". In Acrópole, número 164. Dezembro de 1951.

RODRIGUES, José Washt. "A casa de moradia no Brasil antigo" in Arquitetura civil I, RPHAN, 1975.

RODRIGUES, Pindaro de Carvalho. "O caminho novo: povoadores do Bananal". São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1980.

_____. "Documentário arquitetônico". São Paulo: EDUSP, 1979

ROSADEMA, Scarpelene. "História de Campinas através da hemcroteca..." Campinas: UNICAMP, 1997.

SAIA, Luís. "Morada Paulista". São Paulo: Perspectiva, 1972.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. "Apontamentos para um estudo de arquitetura regional: o ecletismo do zebu em Uberaba" in Estudos- Revista da Universidade Católica de Goiás, v. 11, nº ¾, julho/dezembro 1984.

SAMPAIO, Bernardo Pedral. "Gentílicos, topônimos e alcunhas coletivas, referentes aos municípios do Estado de São Paulo, Brasil" in Revista do Arquivo Municipal, CLXV.

SAMPAIO, Teodoro. "São Paulo no século XIX e outros ciclos históricos". Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1978.

SANGIORGI, Diloca Ferraz. "Conheça sua cidade – um pouco da história de Itatiba". Itatiba: Gráfica Saraiva, 1969.

SANTOS, Antonio da Costa. "Compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732-1992)". Tese de doutoramento apresentada à FAU-USP, 1998.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. "Campinas: evolução histórica". Campinas, 1969.

SANTOS, José A. dos. "Le Portugal – escales du monde". Monaco: Lês documents d'art Mônaco, 1952.

SANTOS, Noronha. "Chafariz de Grandjean de Montigny" in "Fontes e chafarizes do Rio de Janeiro" in Arquitetura oficial II. São Paulo: RPHAN, 1978.

SANTOS, Paulo F.. "Quatro séculos de arquitetura". Rio de Janeiro: IAB, 1981.

"Secção de Architectura" in Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, Série 3ª, Anno 1880, Tomo III, nº 1.

SEGAWA, Hugo. "Arquiteturas no Brasil (1900-1990)". São Paulo: EDUSP, 1997.

SENNA, Homero. "Um mineiro de Guaratinguetá". Guaratinguetá, 1974.

SERRÃO, "A emigração portuguesa". Lisboa: Livros Horizonte, 4ª edição, 1982.

_____. "Testemunhos sobre a emigração portuguesa". Lisboa: Livros Horizonte, 1976.

SICCHIERA, Luiz. "Raizes de São Manuel". IMESP, 1986.

SILBERT, Albert. "Do Portugal de antigo regime ao Portugal oitocentista". Lisboa: Livros horizonte, 1972.

SILVA, Janice Theodoro da. "São Paulo, 1554-1880: discurso ideológico e organização espacial. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1980.

SILVA, Kleber Pinto. "A cidade, uma região, o sistema de saúde: para uma...". Campinas: UNICAMP, 1996.

SILVA, Raquel Henriques da. "Lisboa romântica – urbanismo e arquitectura, 1777-1874". Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 1997.

SILVEIRA, W. Franco da. "História de Atibaia". São Paulo: João Bentivegna, 1950.

SMITH, Robert. "Alguns desenhos de arquitetura existentes no Arquivo Histórico Colonial Português" in RSPHAN número 4, Rio de Janeiro, 1940.

SMITH, Robert. "Arquitetura colonial". Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955

SOARES, Francisco Adolpho Celestino. "Architectura" in Bibliotheca do povo e das escolas, número 113, série 15. Lisboa: David Corazzi editor, 1885.

SOUSA, Alberto. "Arquitetura neoclássica brasileira: um reexame". São Paulo: Editora Pini, 1994.

SOUSA, Everardo Vallim Pereira de. "A Paulicéia há 60 anos" in Revista do Arquivo Municipal, número CXI, 1946.

_____. "Reminiscências académicas 1887-1891" in Revista do Arquivo Municipal, número XCIII, 1943.

SOUZA, Alcídio Mafra de. "Guia dos bens tombados – Bahia". Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1983.

SOUZA, Wladimir Alves de (coordenador). "Guia dos bens tombados – Minas Gerais". Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1984.

SPELTZ, Alexandre. "A architectura clássica no Brazil". Rio de Janeiro: Edição do autor, 1898.

SUMMERSON, John. "A linguagem clássica da arquitetura". São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SYLOS, Honório de. "São Paulo e seus caminhos". São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976.

TAUNAY, Afonso de E. "A missão francesa de 1816". Brasília: Editora UNB, 1983.

_____. "História das bandeiras paulistas". São Paulo: Edições Melhoramentos, 1951.

_____. "Relatos sertanistas". São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954.

TEIXEIRA, Manuel C. "Habitação popular na cidade oitocentista – as ilhas do Porto". Fundação Calouste Gulbenkian, s.d..

TELES, Augusto Carlos da Silva. "Atlas dos monumentos históricos e artísticos do Brasil". Rio de Janeiro: MEC, 1975.

TELLES, Pedro C. da Silva. "História da engenharia no Brasil – Séculos XVI a XIX". Rio de Janeiro: LTC, 1984.

TIRAPELI, Percival. "Patrimônios da humanidade no Brasil". São Paulo: Metalivros, 2000.

THOMÉ, José. "Laranja Paulista – nossa terra - nossa gente". São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

TOLEDO, Benedito Lima de. "O neoclássico no século XVIII" in Três cidades em um século. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

_____. "São Paulo: três cidades em um século". São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1983.

TREVISAN, Amélia Franzolin. "Casa Branca, a povoação dos Ilhéus". Casa Branca, 1982.

TRINDADE, Jaelson Bitran e SAIA, Luis. "São Luis do Paraitinga". São Paulo: CONDEPHAAT, 1977.

TRUZZI, Osvaldo. "Café e indústria: São Carlos 1850-1950". São Carlos, 1986.

VALE, Teresa Leonor M. "O Beau Séjour: uma quinta romântica de Lisboa". Lisboa: Livros Horizonte, 1992.

VASCONCELOS, Maria Emília Sena de. "Adeus, não: - até à volta! - os *brasileiros* no Minho" in Arquivo de Ponte de Lima, volume 5. Ponte de Lima, 1984

VASCONCELLOS, Sylvio de. "Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos". Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1979.

VIANA, Araújo. "O estylo clássico na arquitetura do Rio de Janeiro" in Renascença, número 24. Rio de Janeiro, fevereiro de 1906.

VIEIRA, José Augusto. "O Minho pitoresco". Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, 1886.

VITERBO, Francisco de Sousa. "Dicionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portugueses. Reprodução em fac-simile do exemplar com data de 1899 da Biblioteca da INCM". Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1988.

WITTER, José Sebastião (direção geral). "Museu Paulista - um monumento no Ipiranga". São Paulo: FIESP, 1997.

TRATADOS E MANUAIS

Breve Tractado das Cinco ordens de Architectura de Jacomo Barrozio de Vinhola. Adornado com estampas methodicamente desenhadas, e appropriadas ao estudo das pessoas que dedicam à referida arte. Traduzido e compilado pelo professor substituto da aula de Architectura Civil da Academia das Bellas Artes de Lisboa, J. C. Sequeira, e offerecido aos alumnos da mesma Academia. Lisboa: Typographia de A. S. Coelho, 1841.

Noções Theoricas de Architectura Civil, seguidas de um breve tractado das cinco ordens de J. B. de Vinhola. Traduzidas e compiladas pelo professor da aula de desenho de Architectura civil da Academia das Bellas Artes de Lisboa, e offerecidas aos discipulos da mesma aula. Lisboa: Typographia de A. S. Coelho, 1839.

Noções theoricas de Architectura Civil, seguidas de um breve tractado das cinco ordens de J. B. de Vinhola. Traduzidas e compiladas pelo professor substituto da aula de desenho de Architectura Civil da Academia das Bellas Artes de Lisboa, e offerecidas aos discipulos da mesma aula. Lisboa: Typographia de José Baptista Morando, 1858.

Novo Vinhola Brasileiro ao alcance de todos. A Architectura clássica no Brazil. Tratado elementar das cinco ordens da Architectura Clássica, segundo Vinhola e outros, metricamente calculadas para engenheiros, architectos, constructores, esculptores, estudantes, marmoristas, canteiros e constructores em geral por Alexandre Speltz

Engenheiro-architecto. Ornada com desenhos originaes do autor, reproduzidos pela heliographia. Rio de Janeiro: propriedade do autor, 1898.

O Vinhola dos proprietários ou as cinco ordens de Architectura segundo J. Barozio de Vinhola, por Moisy, Pac Seguido da Carpinteiria, Marceneiria e Serralheiria, par Thiollett Filho. Obra escripta em francez e traduzida em portuguez par José da Fonseca Porfessor das Linguas Portugueza e Franceza. Paris: Thèodore Lefèvre, Libraire, 1879.

Regras das cinco ordens de Architectura de Jacomo Barozio de Vinhola com hum acrescentamento de geometria pratica e regra de perspectiva de Fernando Galli Bibiena traduzids por Joze Carlos Binhetti. Lisboa. Anno de 1787. Na officina de Joze D'Aquino Bulhoens.

Regras das cinco ordens de Architectura segundo os princípios de Vignhola. Com um Ensaio sobre as mesmas Ordens feito sobre o sentimento dos mais celebres Architectos. Escritas em francês por *** e expostas em português por J. C. M. A. Oferecido ao Excellentissimo e Reverendissimo senhor D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Bispo de Coimbra, Conde de Arganil, Senhor de Coja, do Conselho de Sua Magestade Fidelissima, etc., etc., etc. Segunda edição. Lisboa na Impressão Regia, 1830.

Regras das cinco ordens de Architectura segundo os princípios de Vignhola. Com um ensaio sobre as mesmas ordens feito sobre o sentimento dos mais celebres architectos. Escripitas em francês por *** e expostas em portuguez por J. C. M. A. Com o augmento de varias reflexões interessantes sobre as mesmas Ordens, com a Ordem Attica, e com uns Principios de Geometria Prática, que facilitão a intelligencia desta Obra, e de outras d'este gênero, e contém noventa Estampas abertas em cobre. Offerecido ao Excellentissimo e Reverendissimo Senhor D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Bispo de Coimbra, de Arganil, Senhor de Coja, do Conselho de Sua Magestade Fidelissima, etc., etc., etc.. Quarta edição. Lisboa: Typographia de José Baptista Morando, 1858.

Regras da cinco ordens de Architectura segundo os princípios de Vignhola com um ensaio sobre as mesmas ordens feito sobre o sentimento dos mais celebres Architectos. Escripitas em Francez por *** e expostas em Portuguez por J. C. M. A. Com o augmento de varias reflexões interessantes sobre as mesmas Ordens com a Ordem Attica, e com uns princípios de geometria pratica que facilitam a intelligencia d'esta obra e d'outras d'este gênero e contém noventa estampas abertas em cobre. Offerecido ao Exmo. E Revmo. Sr. D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho Bispo de Coimbra, de Arganil, Senhor de Coja, do Conselho de Sua Magestade Fidelissima, etc., etc., etc.. Quinta edição. Lisboa: Casa da Viúva Bertrand & co., 1872.

Vinhola – Tratado Pratico Elementar de Architectura ou estudo das cinco Ordens segundo Jacques Barozzio de Vinhola. Obra dividida em setenta e duas estampas que contém as cinco ordens completas. Com indicação das sombras necessárias para o desenho de aguada, o traçado dos frontões, etc., e modelos relativos as ordens. Composto, desenhado e coordenado por J. A. Lévil, Architecto, antigo pensionista do Rei de Roma e gravado em aço por Ribon. Nova Edição. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1897.

ORDENAÇÕES E CÓDIGOS DE POSTURAS

Ordenações:

Ordenações Afonsinas. Nota de apresentação Mário Júlio de Almeida Costa. Nota textológica Eduardo Borges Nunes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s.d.

Ordenações Manuelinas. Nota de apresentação Mário Júlio de Almeida Costa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s.d.

Ordenações Filipinas. Nota de apresentação Mário Júlio de Almeida Costa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s.d.

Códigos de Posturas Portugueses

Código de Posturas da Câmara Municipal de Lisboa publicado no Diário do Governo nº 175 e seguintes. Lisboa: Typographia do Jornal do Commercio. Rua de Belver, nº 1, 1869.

Código de Posturas e Regulamentos Municipaes do Concelho de Santarém. Lisboa: Typographia de Castano Baptista Coelho. Rua do Jasmim, 55, 1863.

Código de Posturas da Câmara Municipal de Cascaes publicado por edital de 20 de agosto de 1881. Coimbra: Imprensa Acadêmica, 1909.

Código de Posturas da Câmara Municipal de Lourenço Marques para uso do Corpo de Polícia Civil da mesma cidade. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1904.

Código de Posturas Câmara Municipal de Loanda. Aprovado pela Câmara Municipal em sua sessão ordinária de 20 de Fevereiro de 1913, que se tornou executório por força do disposto no parágrafo 2º do artigo 121º do Código Administrativo em vigor.

Códigos de Posturas Brasileiros:

1768- "Leis municipaes e provinciaes para o bom governo da nova Villa Viçosa" in Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar de Lisboa. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1914.

1830- Posturas da Câmara Municipal de Bragança para a Capela do Amparo aprovadas pelo Conselho Geral. Incompleto. Exemplar datilografado. Fundo Áureo de Almeida Camargo. Centro de Documentação das Faculdades Integradas de Amparo.

1833- Posturas da Câmara Municipal de Bragança para a Capela do Amparo aprovadas pelo Conselho Geral. Incompleto. Exemplar datilografado. Fundo Áureo de Almeida Camargo. Centro de Documentação das Faculdades Integradas de Amparo.

1857- Posturas Municipais – Vassouras. Publicadas pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: Indústria Gráfica da Fundação Santa Cabrini, 1978.

1858- Posturas da Câmara Municipal da Villa de Bragança aprovadas pelo Conselho Geral. Incompleto. Exemplar datilografado. Fundo Áureo de Almeida Camargo. Centro de Documentação das Faculdades Integradas de Amparo.

1863- Posturas da Vila de Serra Negra. Publicadas na Legislação Provincial. Acervo do Departamento de Documentação e Informação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

1863- Posturas da cidade de Árcas. Publicadas na Legislação Provincial. Acervo do Departamento de Documentação e Informação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

1863- Posturas da Vila de Indaiatuba. Publicadas na Legislação Provincial. Acervo do Departamento de Documentação e Informação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

1863- Posturas da Vila de Cabreúva. Publicadas na Legislação Provincial. Acervo do Departamento de Documentação e Informação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

1863- Posturas da Vila de Brotas. Publicadas na Legislação Provincial. Acervo do Departamento de Documentação e Informação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

1863- Posturas da Vila de São José dos Barreiros. Publicadas na Legislação Provincial. Acervo do Departamento de Documentação e Informação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

1863- Posturas da Vila de Botucatu. Publicadas na Legislação Provincial. Acervo do Departamento de Documentação e Informação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

1865- Posturas da Vila de Itapetininga. Publicadas na Legislação Provincial. Acervo do Departamento de Documentação e Informação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

1865- Posturas da Vila de Batatais. Publicadas na Legislação Provincial. Acervo do Departamento de Documentação e Informação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

1865- Posturas da cidade de Capivari. Publicadas na Legislação Provincial. Acervo do Departamento de Documentação e Informação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

1865- Posturas da cidade do Bananal. Publicadas na Legislação Provincial. Acervo do Departamento de Documentação e Informação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

1865- Posturas da cidade da Constituição (Piracicaba). Publicadas na Legislação Provincial. Acervo do Departamento de Documentação e Informação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

1865- Posturas da Vila do Amparo. Publicadas na Legislação Provincial. Acervo do Departamento de Documentação e Informação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

1865- Posturas da Vila de São João da Boa Vista. Publicadas na Legislação Provincial. Acervo do Departamento de Documentação e Informação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

1865- Posturas da Vila de Jundiá. Publicadas na Legislação Provincial. Acervo do Departamento de Documentação e Informação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

1874- Posturas da cidade do Amparo. Exemplar datilografado. Acervo do Centro de Documentação das Faculdades Integradas de Amparo.

1894- Posturas da cidade do Amparo. Exemplar datilografado. Acervo do Centro de Documentação das Faculdades Integradas de Amparo.

1905- Código de Posturas de Serra Negra. Exemplar xerocopiado do original impresso. Acervo do Centro de Documentação das Faculdades Integradas de Amparo.

CRÉDITO DAS ILUSTRAÇÕES

001. Carta "chorografica da Capitania de São Paulo". Original Museu Paulista.
002. Mapa da Província de São Paulo em 1800 – polígono do açúcar. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Vol. VI – 1900-1901. Acervo da F.I.A.
003. Itatiba – Almanaque de Itatiba para 1916. Acervo Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo, Seção de Obras Raras. Reprodução R.P.T.L.
004. São Luís do Paraitinga. Acervo Dr. Paulo Cabral, São Luís do Paraitinga. Reprodução R.P.T.L.
005. Planta de Vila Bela, 1773. Nestor Goulart. Imagens de vilas e cidades (...). p. 259. Reprodução R.P.T.L.
006. Planta de Campinas elaborada em 1878. Geraldo Sesto Júnior. Retalhos da Velha Campinas. Campinas: Gráficas e Editora Palmeiras, 1970. p. 377. Acervo das F.I.A. Reprodução R.P.T.L.
007. Planta da vila do Taubaté em 1821. Desenho de Arnaud Julien Pallière. Nestor Goulart. Imagens de vilas e cidades (...). p. 206. Reprodução R.P.T.L.
008. Planta de Amparo desenhada por Luis Pucci em 1878. Original Museu Histórico e Pedagógico Bernardino de Campos, Amparo. Reprodução R.P.T.L.
009. Capivari, 1823. Vinício Stein de Campos. Fundações municipais paulistas nos séculos XVIII e XIX. Tapes I. São Paulo, 1952. p. 163. Reprodução R.P.T.L.
010. Planta de Capivari. Vinício Stein de Campos. Fundações municipais (...). p. 62. Reprodução R.P.T.L.
011. Planta de Nova Viçosa – 1769. Nestor Goulart. Imagens de vilas e cidades (...). p.59. Reprodução R.P.T.L.
012. Planta de Portalegre – 1772. Nestor Goulart. Imagens de vilas e cidades (...). p.61. Reprodução R.P.T.L.
013. Planta de Prado – 1772. Nestor Goulart. Imagens de vilas e cidades (...). p.60. Reprodução R.P.T.L.
014. Fotografia do antigo largo da Matriz em Amparo – 1940. Fotografia de Raul de Oliveira Fagundes em 1940. Reprodução R.P.T.L.
015. Capivari – rua 15 de novembro. J. Almeida Grellet. Capivari, 1932.
016. Botucatu – rua do Comércio. Almanaque de Botucatu para 1920. Acervo Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo. Seção de Obras Raras. Reprodução R.P.T.L.
017. Gráficos das imigrações portuguesa e italiana. R.P.T.L.
018. Casa de Câmara e Cadeia de São Paulo – desenho ilustrando planta de 1841. Emami Silva Bruno. História e tradições da cidade de São Paulo. Vol. I. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954. Reprodução R.P.T.L.
019. Casa de Câmara e Cadeia de São Paulo – fotografia de Milício de Azevedo (1862). Milício Augusto de Azevedo. Âlbum comparativo – 1862-1887. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1981. Reprodução R.P.T.L.
020. Casa de Câmara e Cadeia de São Paulo. Óleo sobre tela de Benedito Calixto, s/d. Benedito Calixto. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 1990. Reprodução R.P.T.L.
021. Casa de Câmara e Cadeia de Campinas. Celso Mario de Melo Pupo. Campinas. seu berço e juventude. Campinas: Academia Campineense de Letras, 1969. p. 123. Reprodução R.P.T.L.
022. Casa de Câmara e Cadeia de Mogi Mirim. Lucio Monteiro de Carvalho e Silva. Mogi Mirim – de 1743 a 1959 – sua História. Mogi Mirim, jan. 1960. Reprodução R.P.T.L.
023. Casa de Câmara e Cadeia de Itapira. Original Museu de Itapira. Reprodução R.P.T.L.
024. Casa de Câmara e Cadeia de Bragança Paulista. Câmara Municipal de Bragança Paulista – 1797-1997 – trajetória e identidades. Cadernos de Memória Nº 7. Bragança Paulista, 1998. Reprodução R.P.T.L.
025. O quartel militar – São Paulo – desenho aquarela 19.05.1827. Reprodução cedida gentilmente por Celso Lago Paiva.
026. Rio de Janeiro – Edifício da Municipalidade – 1825. Grandes personagens da nossa História. Vol. II. São Paulo: Abril Cultural, s/d. Reprodução R.P.T.L.
027. Câmara de Lisboa – edifício destruído por incêndio em 1863. José Eduardo Cape Horta Correia. Vila Real de Santo António – urbanismo e poder na política pomboiana. Vol. III. Apêndice gráfico. Lisboa, 1984. Gravura CXXI. Reprodução R.P.T.L.

028. Casa do Governo de Santa Catarina, Beatriz Piccolotto Siqueira Buzza. Desenho e desígnio: O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822). São Paulo, 2001. figura 217. Reprodução R.P.T.L.
029. Igreja dos Franciscanos de Jacuaim – 1776. Mapa – imagens da formação territorial brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993. p. 266. Reprodução R.P.T.L.
030. Igreja em São Paulo. Nestor Goulart. Imagens de vilas e cidades (...), p. 192. Reprodução R.P.T.L.
031. Capela de São Lázaro – Bahia. Robert C. Smith. Arquitetura colonial. Salvador: Livreria Progresso, 1955. Reprodução R.P.T.L.
032. Palácio União - Nisa – reconstruído em 1740. Raquel Henriques da Silva, Lisboa romântica – urbanismo e arquitetura. 1777-1874. Apêndice iconográfico. Lisboa, 1997. Reprodução R.P.T.L.
033. Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia. Alcídio Mafra de Souza (coord.) Guia dos bens tombados – Bahia. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1983. p.240. Reprodução R.P.T.L.
034. Palácio Quinta da Farolhu (1777-1822) – Lisboa. José Augusto França. A arte em Portugal no século XIX. Lisboa: Bertrand, 1990. Reprodução R.P.T.L.
035. Palácio Carranca – Porto. José Augusto França. A arte em Portugal no século XIX. Lisboa: Bertrand, 1990. Reprodução R.P.T.L.
036. Teatro D. Maria II (1843-1846) – Lisboa. José Augusto França. A arte em Portugal no século XIX. Lisboa: Bertrand, 1990. Reprodução R.P.T.L.
037. Edifício do Largo 5 de outubro, nº 21 – Loria (Portugal). Foto R.P.T.L.
038. Estação da Estrada de Ferro – Fafe (Portugal). Miguel Monteiro. Fafe dos “brasileiros” (1860-1930). Imprensa Nacional, 1991.
039. Prédio em Mira. Foto R.P.T.L.
040. Edifício na Avenida Índia – Lisboa. Foto R.P.T.L.
041. Casa do Misericórdio de Iju. Pietro Maria Bardi. Miguel Dutra o poliedrico artista paulista. Masp, 1981. Reprodução R.P.T.L.
042. Edifício do Quartel – Rio de Janeiro. Impressões do Brasil no século XIX. 1913, p.97. Reprodução R.P.T.L.
043. Edifício do Quartel do Natal – Rio Grande do Norte. Impressões do Brasil no século XIX. 1913, p.1051. Reprodução R.P.T.L.
044. Edifício do Quartel de São Luís – Maranhão. Impressões do Brasil no século XIX. p.1026. Reprodução R.P.T.L.
045. Palácio do Governo – Belém. Impressões do Brasil no século XIX. p. 898. Reprodução R.P.T.L.
046. Palácio do Governo – Manaus. Impressões do Brasil no século XIX. p. 976. Reprodução R.P.T.L.
047. Palácio do Governo – Natal. Impressões do Brasil no século XIX. p. 1051. Reprodução R.P.T.L.
048. Palácio do Governo – Aracaju. Impressões do Brasil no século XIX. p. 1060. Reprodução R.P.T.L.
049. Estação da Companhia Sertaneja de Estradas de Ferro – Boqueim. Original acervo Trajano Pupo (Botucatu). Reprodução R.P.T.L.
050. Edifício da Sociedade Italiana de Beneficência – Botucatu. Acervo Trajano Pupo (Botucatu). Reprodução R.P.T.L.
051. Palácio Episcopal – São Carlos. Almanaque de São Carlos 1916/1917. Acervo da Biblioteca Municipal Mário de Andrade. Seção de Obras Raras. São Paulo. Reprodução R.P.T.L.
052. Edifício da Sociedade Dante Alighieri – São Carlos. Almanaque de São Carlos 1916/1917. Acervo da Biblioteca Municipal Mário de Andrade. Seção de Obras Raras. São Paulo. Reprodução R.P.T.L.
053. Perspectiva da Aldeia de S. José de Mosamedes. Nestor Goulart. Imagens de vilas e cidades (...), p.241. Reprodução R.P.T.L.
054. Vila Real de Santo António – litografia de 1841. José Eduardo Capa Horta Correia. Vila Real de Santo António – urbanismo e poder na política pomelina. Lisboa, 1984. Vol. III. Figura XIX. Reprodução R.P.T.L.
055. Vila Real de Santo António – reconstituição de fachada. José Eduardo Capa Horta Correia. Vila Real de Santo António – urbanismo e poder na política pomelina. Lisboa, 1984. Vol. III. Figura XXII. Reprodução R.P.T.L.
056. Ministério da Marinha – Rio de Janeiro. Impressões do Brasil no século XIX. 1913. p.186. Reprodução R.P.T.L.
057. Ministério da Fazenda – Rio de Janeiro. Impressões do Brasil no século XIX. 1913. p.456. Reprodução R.P.T.L.

058. Ministério da Agricultura – Rio de Janeiro. Impressões do Brasil no século XX. 1963. p.495. Reprodução R.P.T.L.
059. Conjunto de residências no largo do Rosário – Amparo. Foto R.P.T.L.
060. Planta do palácio construído em São Francisco Xavier da Tabatinga, situada na foz do rio Javari. Mapa – imagens da formação territorial brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht. 1993. Reprodução R.P.T.L.
061. Detalhe do fachado do palácio de São Francisco Xavier da Tabatinga. Mapa – imagens da formação territorial brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht. 1993. Reprodução R.P.T.L.
062. Prospeção da Vila de Borba e Nova (Amazonas) cerca de 1770. Nestor Goulart. Imagens de vilas e cidades (...). p.301. Reprodução R.P.T.L.
063. Planta da Vila de São José – Rio Grande do Sul – cerca de 1770, Nestor Goulart. Imagens de vilas e cidades (...). p.233. Reprodução R.P.T.L.
064. Conjunto de residências na rua Duque de Caxias – Amparo. Foto R.P.T.L.
065. Conjunto de residências na rua Dr. Artur de Almeida – Amparo. Foto R.P.T.L.
066. Residência onde nasceu Francisco Martins Sarmento em 1899 – Braga – Portugal. Foto R.P.T.L.
067. Conjunto de casas nº 13,19,39 da rua Prof. Dr. Manoel Andrade – Estarreja – Portugal. Foto R.P.T.L.
068. Rua Belém, 3 (Ajuda) Lisboa – Portugal. Foto R.P.T.L.
069. Edifícios nº 11,13 da Rua do Príncipe – Vila Real de Santo António – Portugal. Foto R.P.T.L.
070. Edifício nº 2 da Rua Elias Garcia – Mafra – Portugal. Foto R.P.T.L.
071. Edifício da Praça Pedro Ramos, s/n – Bananal. Foto R.P.T.L.
072. Edifício nº 277, 285 da Rua Coronel Leme – Bragança Paulista. Foto R.P.T.L.
073. Edifício da Rua 13 de maio – Amparo. Foto R.P.T.L.
074. Conjunto de residências da Rua Odeão Pacheco da Silveira – Amparo. Foto R.P.T.L.
075. Projeto de fachada para palácio – 1864 – José da Costa Sequeira – Portugal. José Augusto França. A arte em Portugal no século XIX. Lisboa: Bertrand. 1990. Reprodução R.P.T.L.
076. Fachada do Teatro João Caetano – 1890 – Garcia Redondo – Amparo. Original Museu Histórico e Pedagógico Bernardino de Campos. Amparo. Reprodução R.P.T.L.
077. Edifício na margem da estrada entre Silves e Messines – Portugal. Foto R.P.T.L.
078. Detalhe da Cimalha – Edifício na margem da estrada entre Silves e Messines – Portugal. Foto R.P.T.L.
079. Rua António Prado, 75 – Amparo. Foto R.P.T.L.
080. Rua do Comércio, 646 – Tietê. Foto R.P.T.L.
081. Rua do Comércio, 838 – Tietê. Foto R.P.T.L.
082. Largo do Rosário, 67 – Amparo. Foto R.P.T.L.
083. Rua do Comércio, 567 – Tietê. Foto R.P.T.L.
084. Rua do Comércio, 367 – Tietê. Foto R.P.T.L.
085. Fazenda Restauração em Queluz. José Luiz Paes. O Vale do Paraíba – ontem e hoje. Rio de Janeiro: ACOM – Assessoria de Comunicação e Marketing. 1988. Reprodução R.P.T.L.
086. Conjunto de casas da Rua Barão de Campinas – Amparo. Foto R.P.T.L.
087. Edifícios na praça da República – Almerim – Portugal. Foto R.P.T.L.
088. Rua Dr. Francisco Nunes Godinho, s/n – Almerim. Foto R.P.T.L.
089. Rua Dr. Francisco Nunes Godinho, 36 – Almerim. Foto R.P.T.L.

090. Rua Dr. Francisco Nunes Godinho, 32 – Almerim. Foto R.P.T.L.
091. Rua Dr. Francisco Nunes Godinho, 10 – Almerim. Foto R.P.T.L.
092. Rua Marechal Gomes da Costa, 12 – Almerim. Foto R.P.T.L.
093. Rua Marechal Gomes da Costa, 15 – Almerim. Foto R.P.T.L.
094. Rua Marechal Gomes da Costa, s/n – Almerim. Foto R.P.T.L.
095. Rua Marechal Gomes da Costa, 31 – Almerim. Foto R.P.T.L.
096. Rua 5 de outubro – Almerim. Foto R.P.T.L.
097. Rua 5 de outubro, 26 – Almerim. Foto R.P.T.L.
098. Rua 5 de outubro, 46/48 – Almerim. Foto R.P.T.L.
099. Vista atual de Vila Real de Santo António. Canção popular. Reprodução R.P.T.L.
100. Projeto para casas térreas em Vila Real de Santo António, José Eduardo Capa Horta Correia. Vila Real de Santo António – urbanismo e poder na política pombalina. Lisboa, 1984. Figuras LX e LXI. Reprodução R.P.T.L.
101. Rua do Príncipe, s/n. Vila Real de Santo António. Foto R.P.T.L.
102. Rua do Príncipe, 11/13. Vila Real de Santo António. Foto R.P.T.L.
103. Esquina entre as ruas Frederico Lamis e José Barão. Vila Real de Santo António. Foto R.P.T.L.
104. Projeto da fachada da igreja e edifícios laterais. Vila Real de Santo António, José Eduardo Capa Horta Correia. Vila Real de Santo António – urbanismo e poder na política pombalina, Lisboa, 1984. Reprodução R.P.T.L.
105. Edifícios Nº 29, 30, 31, 32, 33, 34. Vila Real de Santo António. Foto R.P.T.L.
106. Rua do Infante, 40. Vila Real de Santo António. Foto R.P.T.L.
107. Rua do Infante, 44. Vila Real de Santo António. Foto R.P.T.L.
108. Rua do Infante, 10. Vila Real de Santo António. Foto R.P.T.L.
109. Rua do Infante, 21, 23. Vila Real de Santo António. Foto R.P.T.L.
110. Rua do Príncipe. Vila Real de Santo António. Foto R.P.T.L.
111. Rua do Príncipe. Vila Real de Santo António. Foto R.P.T.L.
112. Rua do Príncipe, 26, 28, 30, 32. Vila Real de Santo António. Foto R.P.T.L.
113. Vista da Praça Tiradentes em Ouro Preto no final do século XIX. Impressões do Brasil no século XIX, p. 769. Reprodução R.P.T.L.
114. Vista da Praça Tiradentes em Ouro Preto (1875). Percival Teapeli. Patrimónios da humanidade no Brasil. São Paulo: Metalivros, 2000. p. 188. Reprodução R.P.T.L.
115. Rua Major Miguel Ferreira – Fafe. Miguel Monteiro. Fafe dos “brasileiros” (1860-1930) – perspectiva histórica e patrimonial. Fafe: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1991. Reprodução R.P.T.L.
116. Rua José Cardoso Vieira de Castro. Fafe. Miguel Monteiro. Fafe dos “brasileiros” (1860-1930) – perspectiva histórica e patrimonial. Fafe: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1991. Reprodução R.P.T.L.
117. Rua João XXIII – Fafe. Miguel Monteiro. Fafe dos “brasileiros” (1860-1930) – perspectiva histórica e patrimonial. Fafe: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1991. Reprodução R.P.T.L.
118. Rua Major Miguel Ferreira – Fafe. Miguel Monteiro. Fafe dos “brasileiros” (1860-1930) – perspectiva histórica e patrimonial. Fafe: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1991. Reprodução R.P.T.L.
119. Praça 25 de abril – Fafe. Miguel Monteiro. Fafe dos “brasileiros” (1860-1930) – perspectiva histórica e patrimonial. Fafe: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1991. Reprodução R.P.T.L.

120. Rua Monsenhor Vieira de Castro - Fafe. Miguel Monteiro. Fafe dos "brasileiros" (1860-1930) - perspectiva histórica e patrimonial. Fafe: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1991. Reprodução R.P.T.L.
121. Rua Monsenhor Vieira de Castro. Fafe. Miguel Monteiro. Fafe dos "brasileiros" (1860-1930) - perspectiva histórica e patrimonial. Fafe: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1991. Reprodução R.P.T.L.
122. Rua Srpa Pinto. Fafe. Miguel Monteiro. Fafe dos "brasileiros" (1860-1930) - perspectiva histórica e patrimonial. Fafe: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1991. Reprodução R.P.T.L.
123. Edifício do Patroato - Rua Barão de Campinas - Amparo. Original Museu Histórico e Pedagógico Bernardino de Campos, Amparo. Reprodução R.P.T.L.
124. Fachada do sobrado da família Leitão - Jacaré. Carlos A. C. Lemos. Alvenaria Burguesa. São Paulo: Nobel, 1989. Reprodução R.P.T.L.
125. Hospital de Misericórdia de Fafe (1859-63). Miguel Monteiro. Fafe dos "brasileiros" (1860-1930) - perspectiva histórica e patrimonial. Fafe: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1991. Reprodução R.P.T.L.
126. Beneficência Portuguesa do Rio de Janeiro (1838). Gilberto Ferraz. O Rio amigo do fotógrafo Marc Ferraz. São Paulo: Editora Ex Libris, 1985. Reprodução R.P.T.L.
127. Casa da Chicara da família Gavião - São Paulo. Carlos A. C. Lemos. Alvenaria burguesa. Nobel, 1989. Reprodução R.P.T.L.
128. Santa Casa de Misericórdia de Rezende. Centenário da Independência do Brasil. Álbum do Rio de Janeiro, S/d. Reprodução R.P.T.L.
129. Câmara Municipal de Duas Barras. Centenário da Independência do Brasil. Álbum do Rio de Janeiro. S/d. Reprodução R.P.T.L.
130. Sobrado dos Paiva - Rua 15 de novembro - Amparo. Foto R.P.T.L.
131. Sobrado do Carneiro - Rua 15 de novembro - Amparo. Original Museu Histórico e Pedagógico Bernardino de Campos, Amparo. Reprodução R.P.T.L.
132. Residência dos Maia - Rua 15 de novembro - Amparo. Foto R.P.T.L.
133. Residência dos Maia (detalhe) - Rua 15 de novembro - Amparo. Foto R.P.T.L.
134. Antiga casa paroquial - Amparo. Foto R.P.T.L.
135. Antiga casa paroquial - Pórtico portão. Foto R.P.T.L.
136. Palacete do Coronel Luís Leite - Amparo. Original Museu Histórico e Pedagógico Dr. Bernardino de Campos, Amparo. Reprodução R.P.T.L.
137. Conjunto de casas da rua Silva Pinto - Amparo. Foto R.P.T.L.
138. Antiga Mouriz - Amparo. Original Museu Histórico e Pedagógico Bernardino de Campos, Amparo. Reprodução R.P.T.L.
139. Antiga igreja de São Sebastião - Amparo. Original Museu Histórico e Pedagógico Bernardino de Campos, Amparo. Reprodução R.P.T.L.
140. Portão de entrada do Cemitério do Silvestre - Amparo. Original Museu Histórico e Pedagógico Bernardino de Campos, Amparo. Reprodução R.P.T.L.
141. Edifício do Grêmio Português de Beneficência. Original Museu Histórico e Pedagógico Bernardino de Campos, Amparo. Reprodução R.P.T.L.
142. Residência Dona Josefina Lenzi - Amparo. Foto R.P.T.L.
143. Edifício do antigo Asilo do Mendigo - Amparo. Original Museu Histórico e Pedagógico Bernardino de Campos, Amparo. Reprodução R.P.T.L.
144. Edifício do Hospital Ana Cinto - Amparo. Original Museu Histórico e Pedagógico Bernardino de Campos, Amparo. Reprodução R.P.T.L.
145. Residências da rua Washington Luiz - Amparo. Foto R.P.T.L.
146. Projeto para reforma do edifício da Mouriz - Amparo. Original arquivo F.I.A., Genêo Amador Cinto do Prado. Reprodução R.P.T.L.
147. a 174. Foto R.P.T.L.

175. 1885 – Amparo – Rua Luiz Leite (edifício do Museu). Original Museu Histórico e Pedagógico Bernardino de Campos – O mesmo que a ilustração 136. Reprodução R.P.T.L.
176. a 179. Foto R.P.T.L.
180. 1890 – Amparo – Teatro João Caetano. Original Museu Histórico e Pedagógico Bernardino de Campos. O mesmo que a ilustração 076. Reprodução R.P.T.L.
181. a 189. Foto R.P.T.L.
190. Rua Prudente de Moraes esquina com Rua Humberto Berna, Amparo. Original acervo da Sociedade Italiana do Museu Socorro. Reprodução R.P.T.L.
191. a 209. Foto R.P.T.L.
210. 1902 – Amparo – Rua 13 de maio, 104, 88. Original acervo do CONDEPHAAT. Reprodução R.P.T.L.
211. a 235. Foto R.P.T.L.
236. 1912 – Amparo – Mercado Municipal. Original Museu Histórico e Pedagógico Bernardino de Campos. Reprodução R.P.T.L.
237. a 287. Foto R.P.T.L.
288. 1861 – Fafe – Portugal. Miguel Monteiro. Fafe dos “brasileiros” (1860-1930) – perspectiva histórica e patrimonial. Fafe: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1991. Reprodução R.P.T.L.
289. a 317. Foto R.P.T.L.
318. Amparo – Prapa Monsenhor João Batista Lisboa. Acervo F.J.A., fundo Alcindo Marques de Almeida. Reprodução R.P.T.L.
319. a 405. Foto R.P.T.L.
406. Amparo Centro do Silvestre. Original Museu Histórico e Pedagógico Bernardino de Campos. O mesmo que ilustração 140. Reprodução R.P.T.L.
407. Amparo – Convento de São Benedito. Foto R.P.T.L.
408. Amparo – Igreja de São Sebastião. Original Museu Histórico e Pedagógico Bernardino de Campos. Reprodução R.P.T.L.
409. Amparo – Colégio Nossa Senhora do Amparo. Foto R.P.T.L.
410. Amparo – Antigo edifício da Matriz. Original Museu Histórico e Pedagógico Bernardino de Campos. Reprodução R.P.T.L.
411. Itatiba – Igreja. Almanaque de Itatiba para 1916. Acervo da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, Seção de Obras Raras. São Paulo. Reprodução R.P.T.L.
412. Pirassununga – Escola do Povo. História de Pirassununga. Exemplar sem capa. S/d. Reprodução R.P.T.L.
413. J. A. Grellet, Capivari – Histórico da fundação e fatos desde fins do século XVIII até 24 de junho de 1932. Capivari, 1932. Reprodução R.P.T.L.
414. Piracicaba. Patrimônio Cultural Paulista. CONDEPHAAT – bens tombados – 1968-1998. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998. Reprodução R.P.T.L.
415. Santos – Beneficência Portuguesa. Original acervo do Clube Português. São Paulo. Reprodução R.P.T.L.
416. a 438. Foto R.P.T.L.
439. Bexina – Rua 15 de novembro. Acervo Maria Nêga. Reprodução R.P.T.L.
- 440 a 461. Foto R.P.T.L.
- 462 e 463. Exuêcula. Acervo Trajano Tupio.
- 464 a 476. Foto R.P.T.L.
477. Cartão Postal de Jundiá.
- 478 a 486. Foto R.P.T.L.

487. Pirassununga. História de Pirassununga. Exemplar sem capa. 36d. Reprodução R.P.T.L.

488. a 503. Foto R.P.T.L.

504. Vila Real de Santo Antônio. Acervo ex. Parrainas. V. R. de S. Antônio,

505 a 507. Foto R.P.T.L.

508. Botucatu. Acervo Trajano Pupo. Reprodução R.P.T.L.

509. Foto R.P.T.L.

510. Capivari. J. * Grellet. Op. Cit Reprodução R.P.T.L.

511 a 531. Foto R.P.T.L.

532. Botucatu. Acervo Trajano Pupo. Reprodução R.P.T.L.

533 a 583. Foto R.P.T.L.

584. São Carlos. Almanaque de São Carlos para 1916/17. Reprodução R.P.T.L.

585 a 627. Foto R.P.T.L.

ROBERTO PASTANA TELXEIRA LIMA

MODELOS PORTUGUESES E ARQUITETURA BRASILEIRA:
CATÁLOGO E ANÁLISE DAS FORMAS ARQUITETURAIS PAULISTAS E
LUSITANAS NO OITOCENTOS

VOLUME 2 – TOMO I

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas sob a
orientação do Prof. Dr. Jorge Coli

DEZEMBRO/2001

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNDADE	AC
Nº CHARGE	T/UNL/2118
	162331
VOLTA	
TOM	48173
PROD	16.537/02
FREQ	RS 1100
DATA	
Nº CPD	

CMC01660797

BIB ID 235444

ROBERTO PASTANA TEIXEIRA LIMA

MODELOS PORTUGUESES E ARQUITETURA BRASILEIRA:
CATÁLOGO E ANÁLISE DAS FORMAS ARQUITETURAIS PAULISTAS E
LUSITANAS NO OITOCENTOS

VOLUME 2

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de História do Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas sob
orientação do Prof. Dr. Jorge Coli.

Este exemplar corresponde à redação
final da tese defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em ____/____/____.

BANCA

Prof. Dr. Jorge Coli

Profa. Dra. Ana Maria de Almeida Camargo

Profa. Dra. Marly Rodrigues

Prof. Dr. Murilo Marx

Prof. Dr. Robert Slenes

Prof. Araken Martinho

Prof. Dr. Luiz Dantas

DEZEMBRO/2001

referentes às igrejas e outros edifícios que, mesmo não sendo objeto do atual estudo poderão servir a outros.

Problemas de disponibilidade de tempo fizeram com que deixássemos de visitar muitas cidades do interior paulista. Assim, conjuntos importantes como os de São José do Rio Pardo, Pinhal, São João da Boa Vista, São Simão e outras, ficaram de fora de nosso levantamento. Por outro lado, algumas cidades mineiras e um de seus distritos foram incorporados ao levantamento porque estavam bem perto da fronteira, quase não interferiram no itinerário e tinham exemplares de interesse. Alertamos que, mesmo nas cidades visitadas, nosso intuito não foi fazer um levantamento completo dos edifícios remanescentes do século XIX e início do XX pois sabíamos de antemão que essa tarefa estava muito além das nossas possibilidades.

Incorporamos ao catálogo algumas reproduções que fizemos em diversos acervos particulares que encontramos nas nossas visitas e também aquelas produzidas a partir da literatura disponível.

Incluímos no catálogo uma coleção de fotografias da cidade de Amparo com o propósito de ilustrar a "evolução" da arquitetura de tradição clássica desde a primeira metade do século XIX até os primeiros anos do século XX.

No final anexamos um mapa de Portugal e outro do Estado de São Paulo, ambos mostrando as cidades visitadas. Escolhemos, para representar o Estado de São Paulo, um mapa de 1902 que ilustra bem a situação das cidades existentes naquela ocasião.

Anexamos também um outro mapa paulista, este com a divisão territorial atual dos municípios. Nele anotamos com cores, de forma sumária, o desmembramento dos municípios para demonstrar apenas o movimento de ocupação do território durante o século XIX.

CIDADES PAULISTAS	487
AGUAÍ	489
ALTINÓPOLIS	495
ANALÂNDIA	499
ARARAQUARA	503
ARARAS	519
AREIAS	527
ATIBAIA	539
BANANAL	563
BATATAIS	577
BEBEDOURO	595
BOCAINA	609
BOM JESUS DOS PERDÕES	637
BOTUCATU	641
BRAGANÇA PAULISTA	667
BROTAS	689
CAPIVARI	691
CASA BRANCA	719
CATANDUVA	727
CEZÁRIO LANGE	733
CONCHAL	737
CONCHAS	741
FRANCA	745
GUARATINGUETÁ	757
GUARDINHA	771
ITAPETININGA	775
ITATIBA	795
ITU	799
JABOTICABAL	825
JAHU	843
JARDINÓPOLIS	855
JUNDIAÍ	861
LIMEIRA	863
LORENA	866
MATÃO	870
MOCOCA	875
MONTE MOR	884
MONTE SANTO DE MINAS	893
NAZARÉ PAULISTA	897
ORLÂNDIA	902
PEREIRAS	907
PIRACAIA	910
PIRASSUNUNGA	927
PORTO FELIZ	935
QUELUZ	942
RIBEIRÃO PRETO	953
SÃO CARLOS	962

SÃO JOAQUIM DA BARRA	995
SÃO JOSÉ DO BARREIRO	1002
SÃO LUÍS DO PARAÍTINGA	1012
SÃO MANUEL	1047
SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	1077
SILVEIRAS	1081
SOCORRO	1084
SOROCABA	1100
TAQUARITINGA	1105
TATUÍ	1126
TAUBATÉ	1139
TIETÊ	1145
 CIDADES E VILAS PORTUGUESAS	 1169
ALCOBAÇA	1171
ALFEZERÃO	1175
ALJUBARROTA	1177
ALMERIM	1179
ALANDROAL	1223
AZERVADINHA	1229
BARTOLOMEU DO MAR	1231
BATALHA	1235
BOMBARRAL	1239
BRAGA	1243
CALDAS DA RAINHA	1249
CAMINHA	1253
CORUCHE	1259
COUÇO	1263
CRUZ DA LÉGUA	1269
CUMEIRA	1273
ERMIDA	1275
ESTARREJA	1287
FAMALICÃO	1291
FÃO	1293
FIGUEIRA DA FOZ	1299
FONTE DO BISPO	1309
GUIA	1311
LEIRIA	1313
LISBOA	1319
LOULÉ	1325
LOUSADA	1337
MAFRA	1339
MARTELEIRA	1345
MATO DO CARRIÇO	1347
MÉRTOLA	1351

MIRA	1355
MONTE REDONDO	1379
MURTOSA	1381
OLHO MARINHO	1397
PONTE DE LIMA	1399
PONTE DO ROL	1409
PORTELA	1415
POVOA DO VARZIM	1419
PRADO	1423
REDONDO	1425
SANTARÉM	1449
SÃO BRAZ	1457
SÃO MAMEDE	1459
SETUBAL	1463
SILVES	1465
TAVIRA	1493
VIANA DO CASTELO	1501
VIEIRINHOS	1503
VILA DA RAPOSA	1505
VILA DO MONTE	1509
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	1513
AMPARO	1537

**LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO EM CIDADES DO INTERIOR DO ESTADO DE
SÃO PAULO**

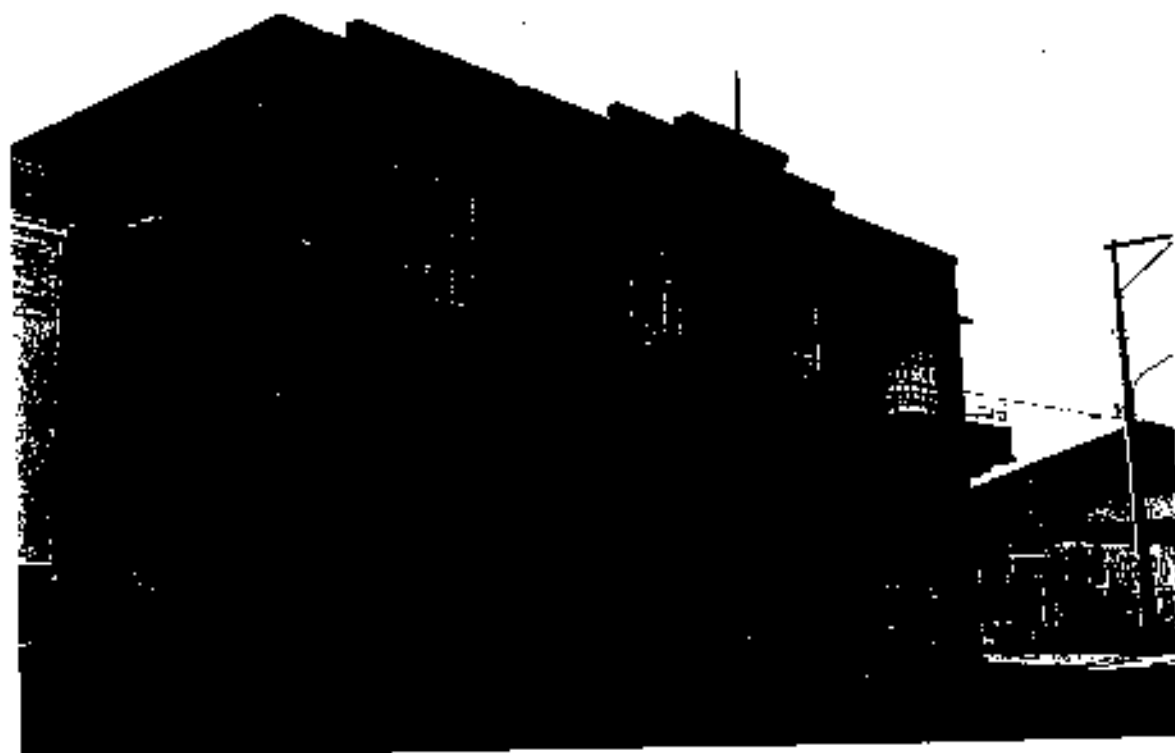
AGUAÍ



II. 628. Rua Major Braga, 554,560,568,570,572



II. 629. Rua Major Braga, 536



Il. 630. Rua Major Braga, 520



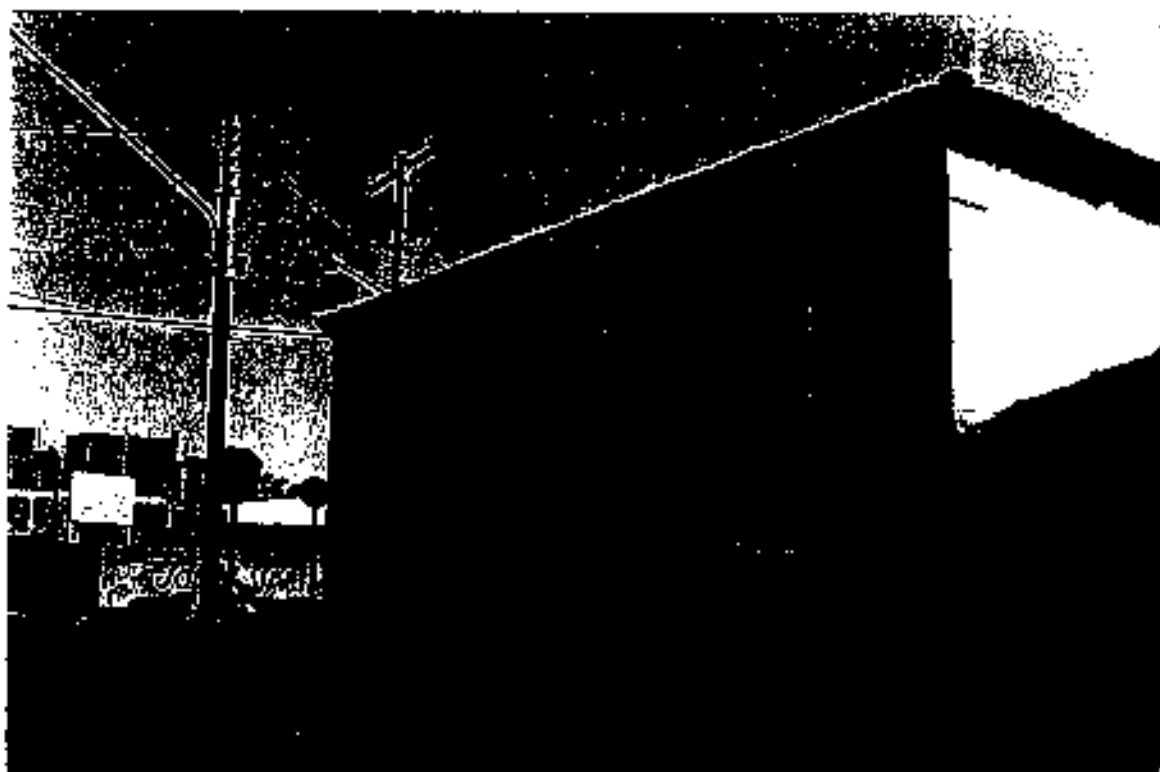
Il. 631. Rua Major Braga, 466



Il. 632. Rua Major Braga, 442



Il. 633. Rua José Bonifácio, 532



Il. 634. Sem endereço

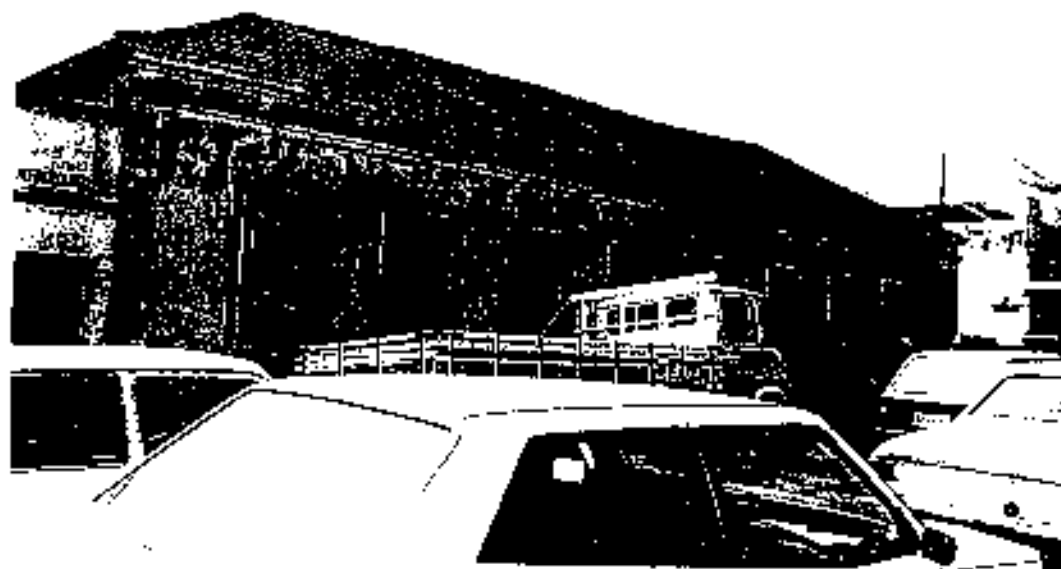
ALTINÓPOLIS

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

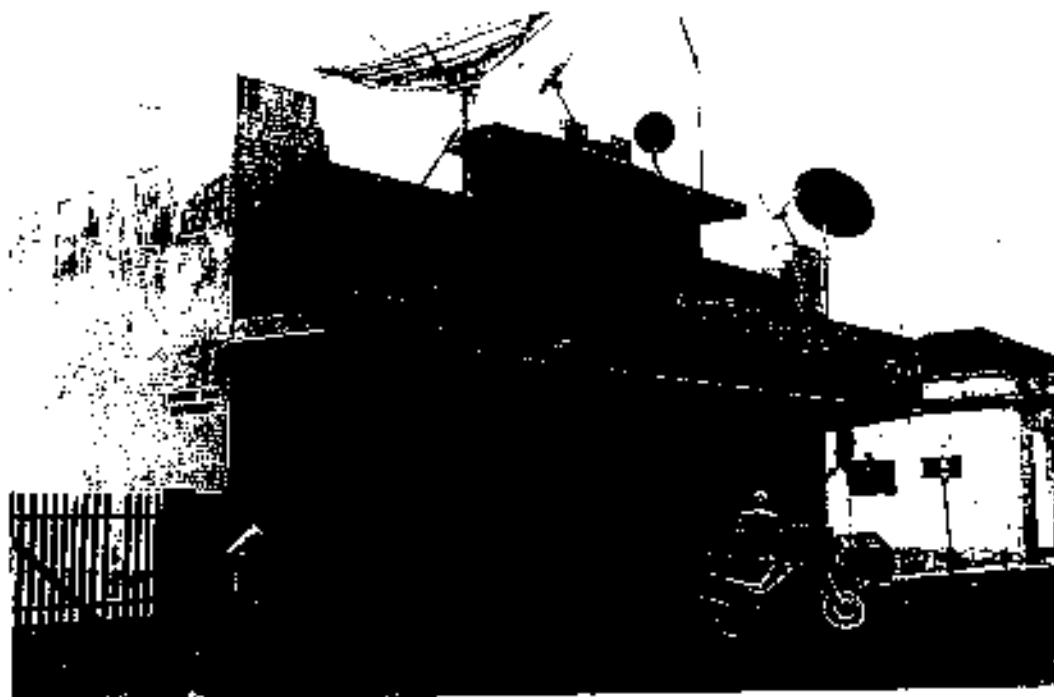
495



Il. 635. Rua Coronel Honório Palma, 436



Il. 636. Rua Coronel Honório Palma, 484



Il. 637. Rua Coronel Honório Palma, 452



Il. 638. Rua Major Garcia, 152

ANALÂNDIA



Il. 639. Avenida 1, s/n



Il. 640. Avenida 1, 290



Il. 641. Avenida 1, esquina Rua 1



Il. 642. Avenida 1, esquina Rua 1



Il. 643. Avenida 3, s/n

ARARAQUARA



Il. 644. Edifício do Museu



Il. 645. Rua Itália, 1711



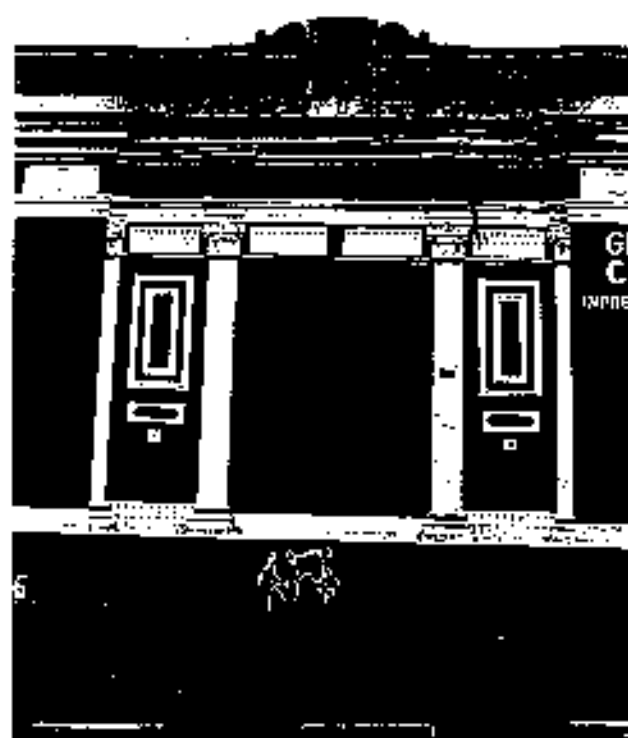
Il. 646. Rua Padre João Duarte, 1425



Il. 647. Rua Padre João Duarte, 1425 (detalhe)



Il. 648. Avenida Portugal, 529



Il. 649. Avenida Portugal, 529 (detalhe)



Il. 650. Avenida Portugal, 487



Il. 651. Avenida Portugal, 487 (detalhe)



II. 652. Avenida Portugal, 476



II. 653. Rua São Bento, 742



Il. 654. Rua São Bento, s/n



Il. 655. Praça Maestro José Tescari



Il. 656. Rua 9 de julho, 329



Il. 657. Rua 9 de julho, 329 (detalhe)



Il. 658. Avenida São Paulo, 189



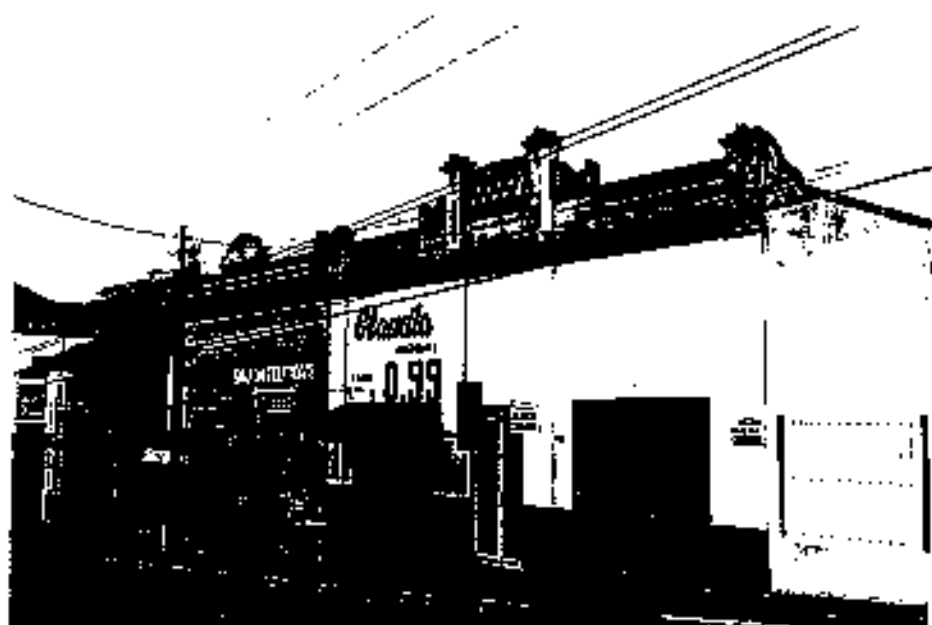
Il. 659. Rua Gonçalves Dias, 189



II. 660. Rua Gonçalves Dias, 183



Il. 661. Avenida São Paulo, 189



Il. 662. Avenida São Paulo, 241



fl. 663, Avenida São Paulo, 189 (detalhe)



II. 664. Avenida São Paulo, 165



Il. 665, Rua 7 de setembro, 1043



Il. 666. Rua 7 de setembro, s/n



Il. 667. Rua 7 de setembro, 1167

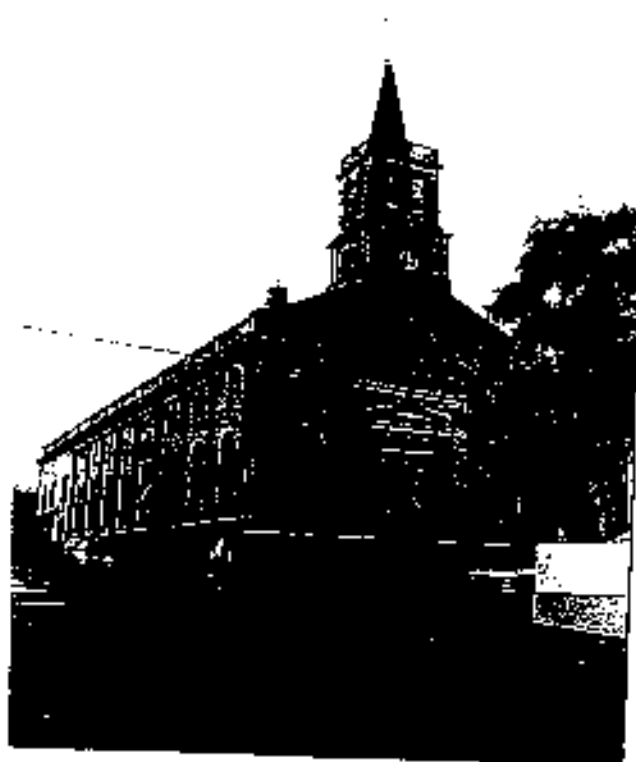
ARARAS



II. 668. Rua Coronel Justiniano Whitaker



II. 669. Rua Nunes Machado, 865



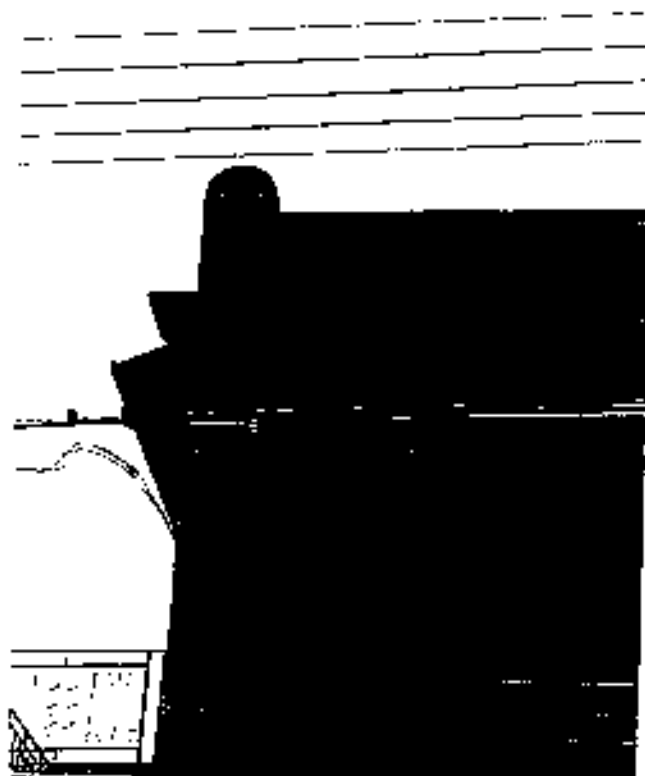
П. 670. Rua Nunes Machado



Il. 671. Rua Vereador Cezário Coimbra, 177



Il. 672. Rua Vereador Cezário Coimbra, s/n



Il. 673. Rua Vereador Cezário Coimbra, 177 (detalhe)



Il. 674. Rua Vereador Cezário Coimbra, s/n (detalhe)



Il. 675. Rua Vereador Cezário Coimbra, 145



Il. 676. Praça Barão das Araras, 372

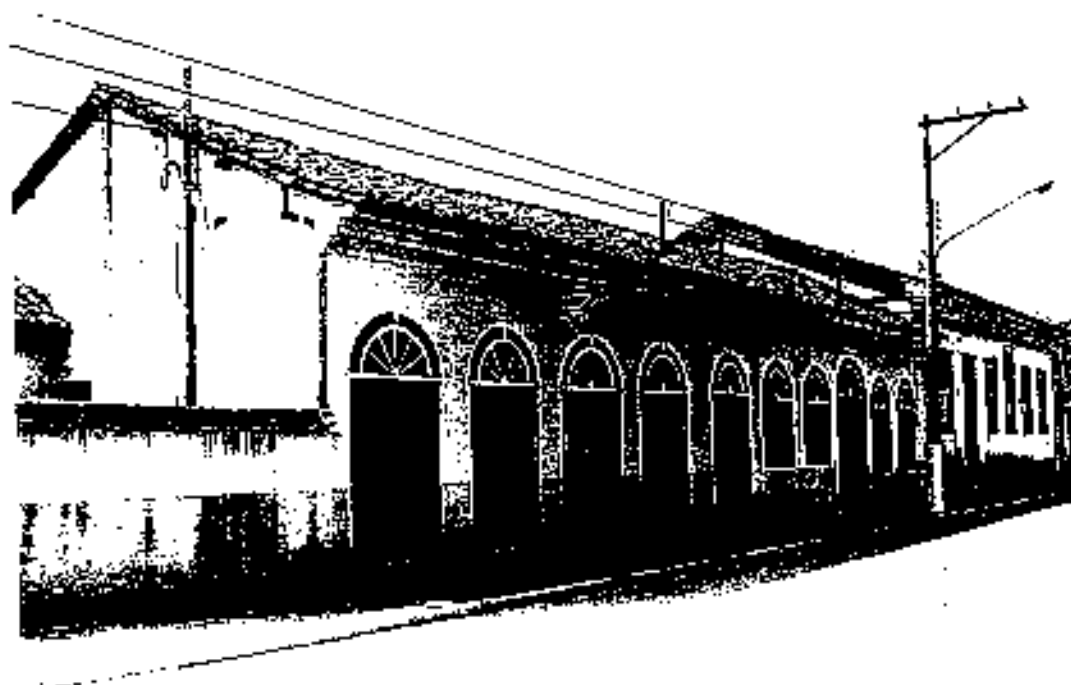


Il. 677. Igreja Matriz de Nossa Senhora do Patrocínio
(1881)

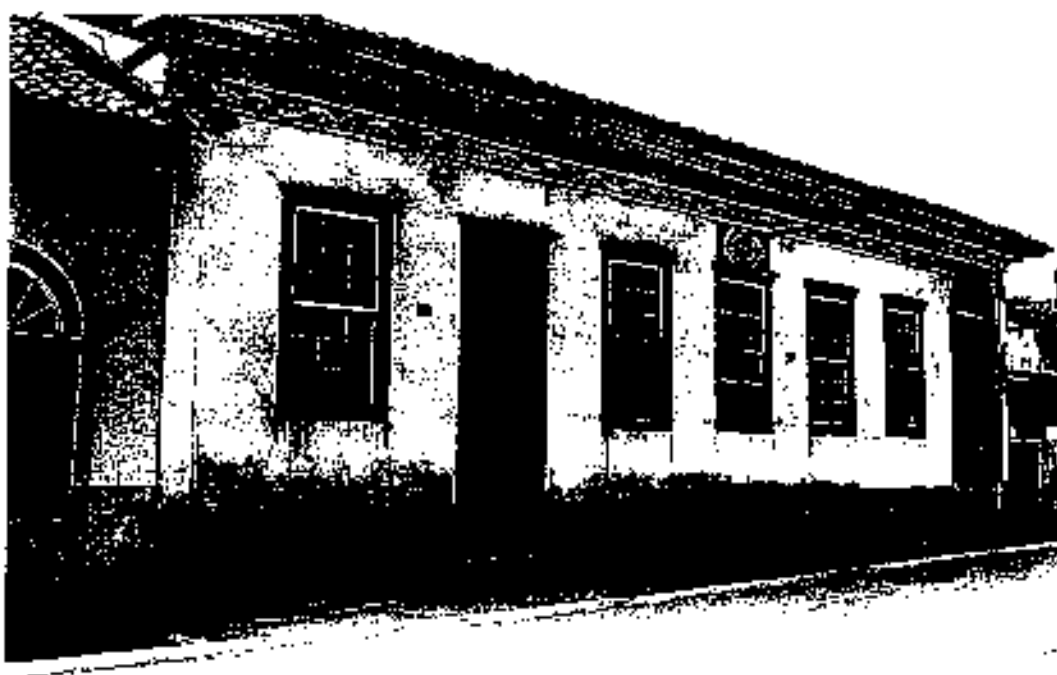
AREIAS



Il. 678. Rua 15 de novembro, 328



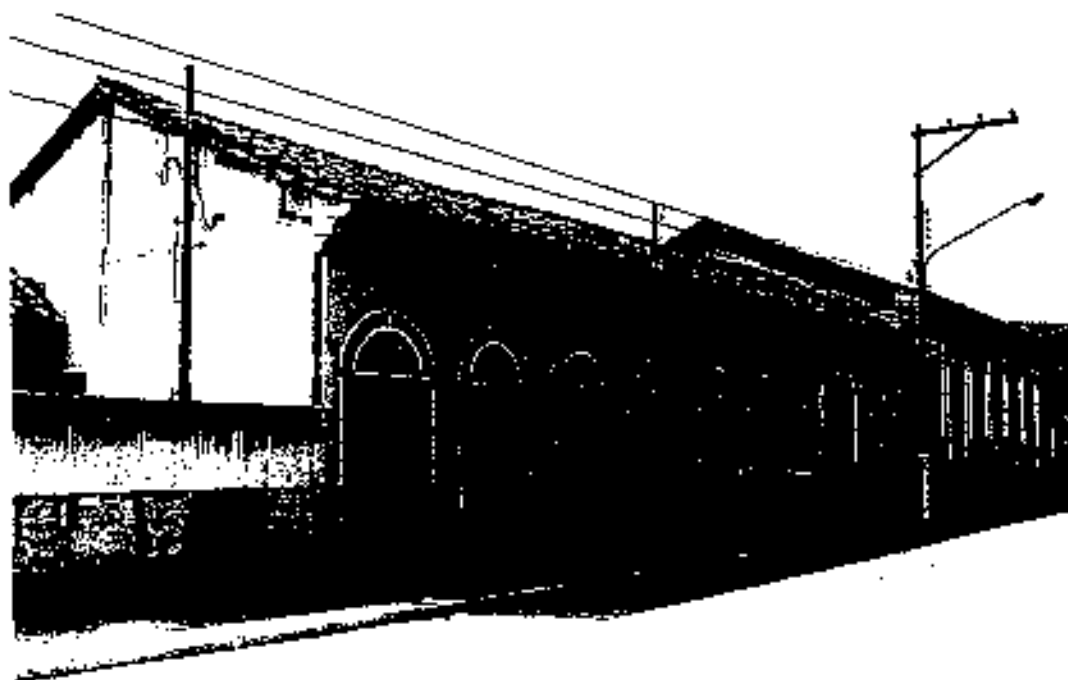
Il. 679. Rua 15 de novembro, s/n



Il. 680. Rua 15 de novembro, 244



Il. 681. Rua 15 de novembro, 244 (detalhe)



Il. 682. Rua 15 de novembro, s/n



Il. 683. Rua 15 de novembro, 97/107



Il. 684. Rua 15 de novembro, s/n, 104



Il. 685. Rua 15 de novembro, s/n (detalhe)

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE



Il. 686. Rua 15 de novembro, 15



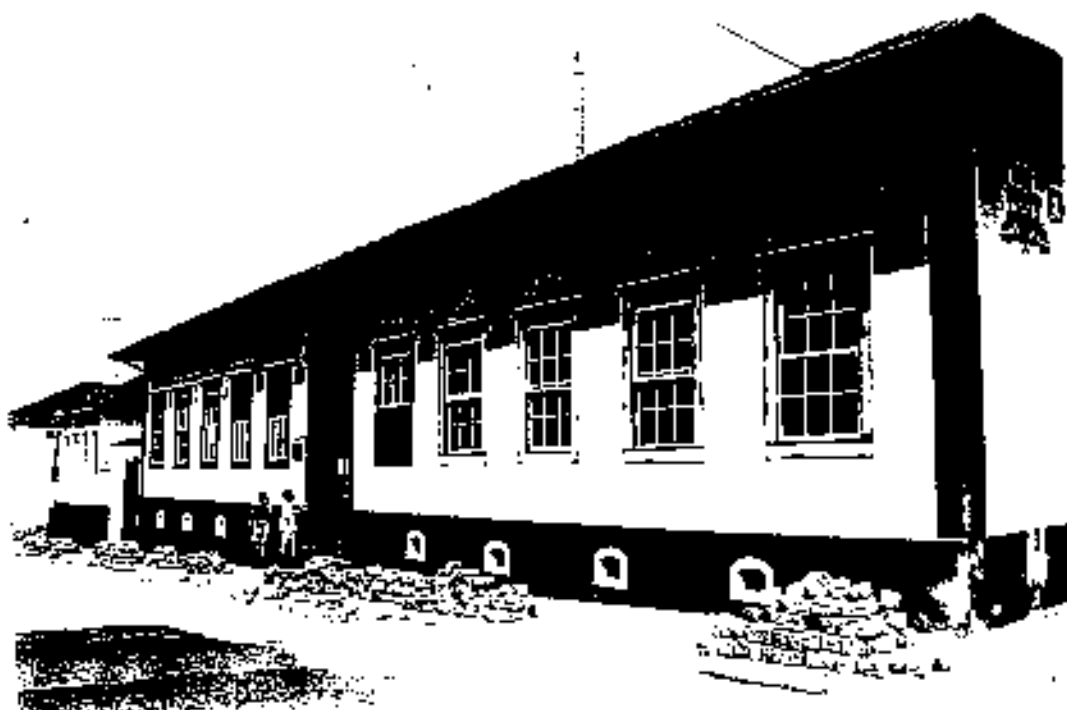
Il. 687. Rua Comendador Sampaio, 9



Il. 688. Rua Comendador Sampaio, 9 (detalhe)



Il. 689. Rua Comendador Sampaio, s/n



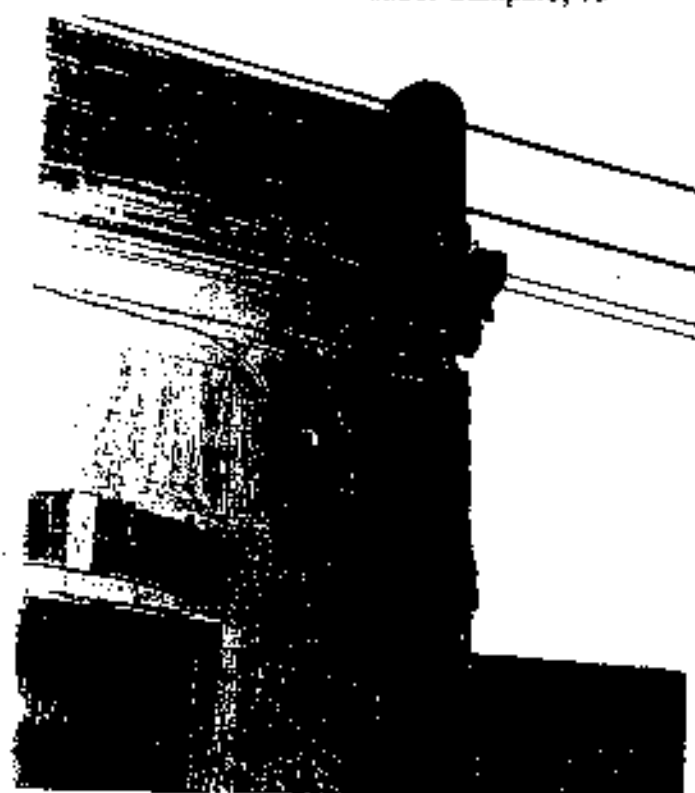
Il. 690. Rua Comendador Sampaio, s/n



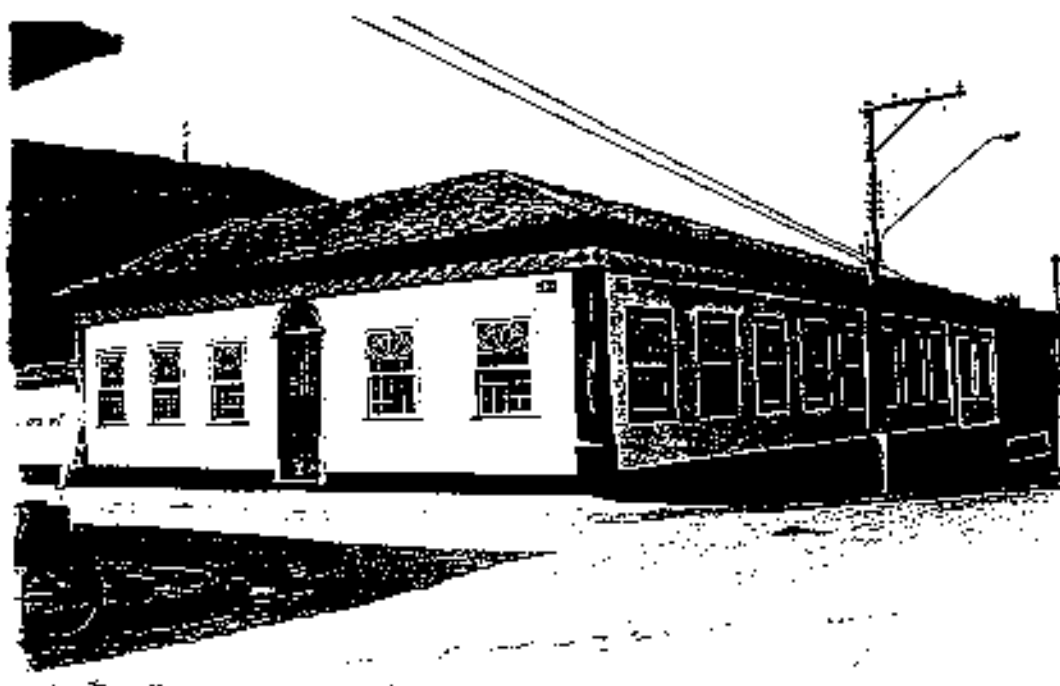
Il. 691. Rua Comendador Sampaio, 47



Il. 692. Rua Comendador Sampaio, 73



Il. 693. Rua Comendador Sampaio, 73 (detalhe)



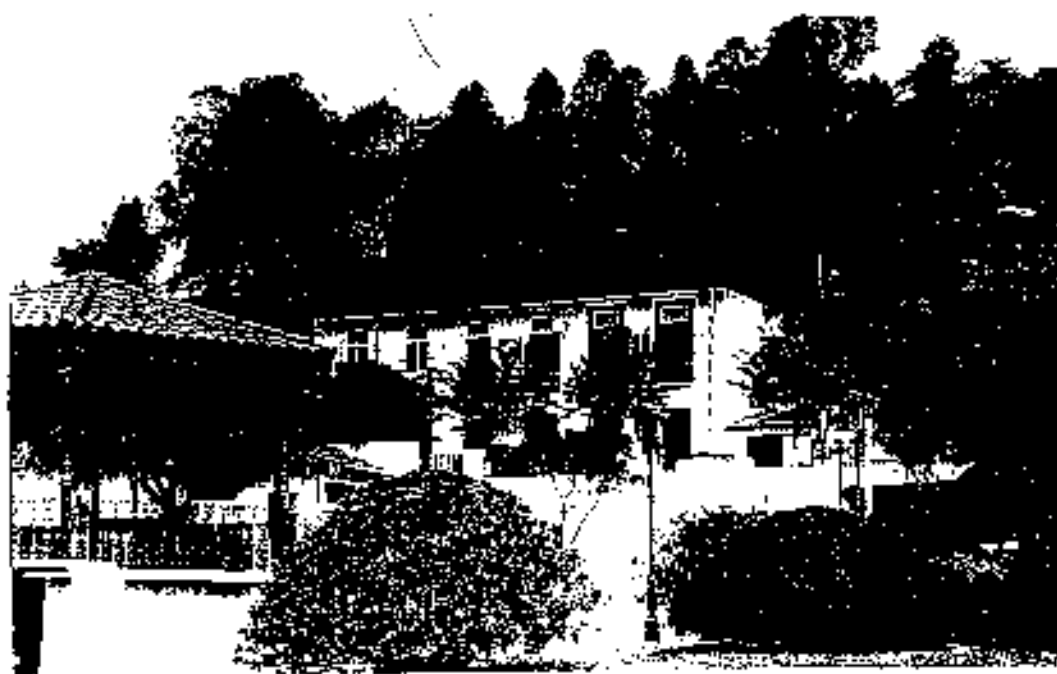
Il. 694. Rua Manoel Jordão de Abreu, s/n



Il. 695. Rua Manoel Jordão de Abreu, s/n (detalhe)



Il. 696. Conjunto de edifícios da rua 15 de novembro



Il. 697. Praça 9 de julho

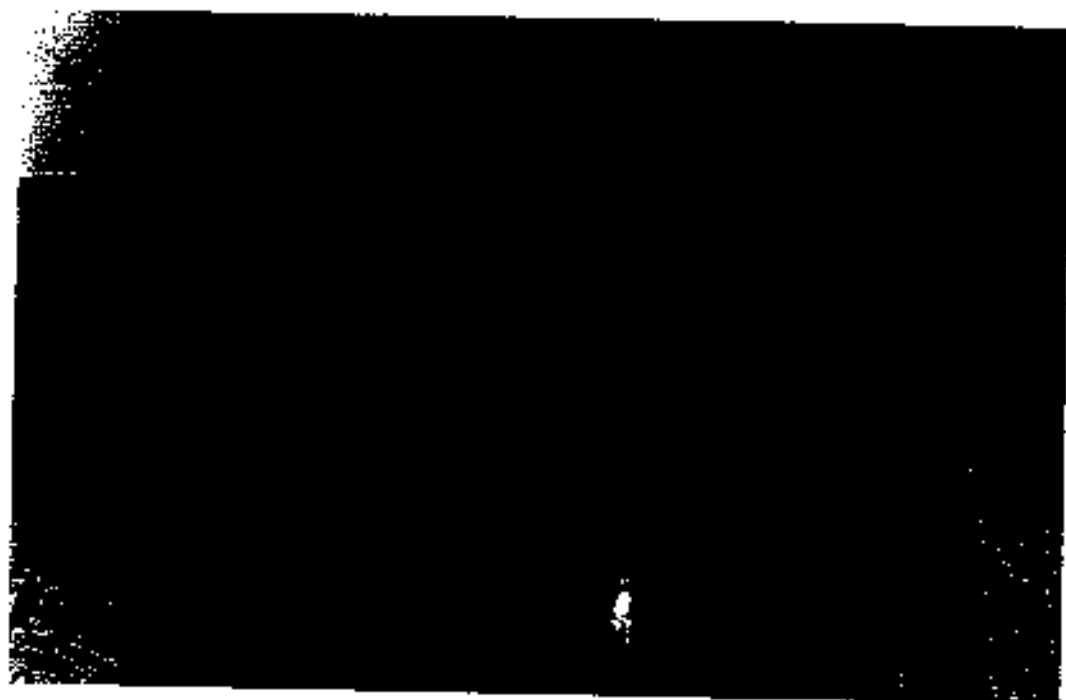


II. 698. Igreja matriz
(1890)

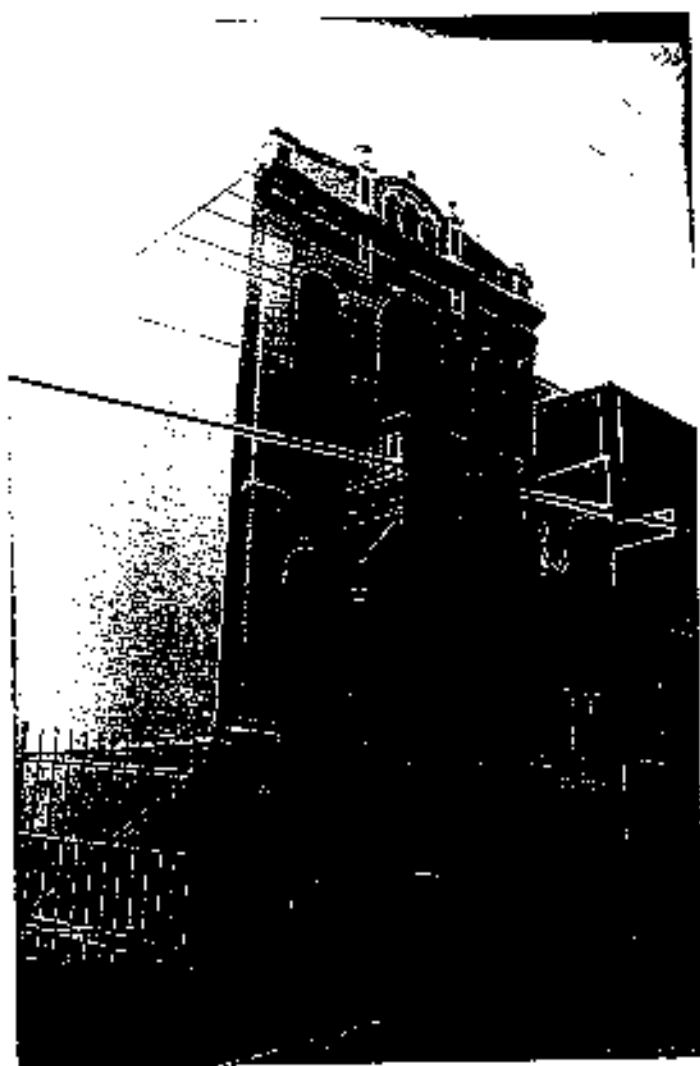
ATIBAIA



II. 699. Avenida São João, 147



II, 700. Avenida São João, 147 (detalhe)



Il. 701. Avenida São João, 150



Il. 702. Avenida São João, 163



Il. 703. Avenida São João, s/n



Il. 704. Avenida São João, 183



Il. 705. Praça Bento Paes



Il. 706. Praça Bento Paes – Edifício do Museu



Il. 707. Igreja Matriz de São João Batista



Il. 708. Rua José Lucas, 11/15



Il. 709. Rua José Lucas, s/n



Il. 710. Rua José Lucas, 69



Il. 711. Rua José Lucas, 111



Il. 712. Rua José Lucas, 145



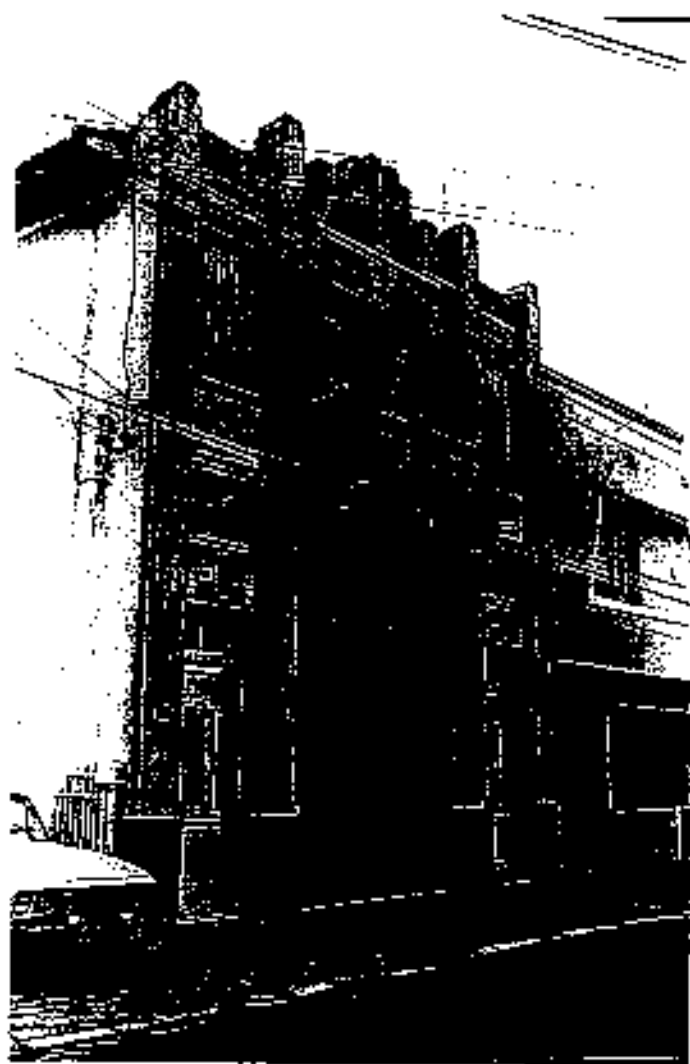
Il, 713. Rua José Lucas, 138



Il. 714. Rua José Lucas, 138 (detalhe)



Il. 716. Rua José Lucas, 150/154



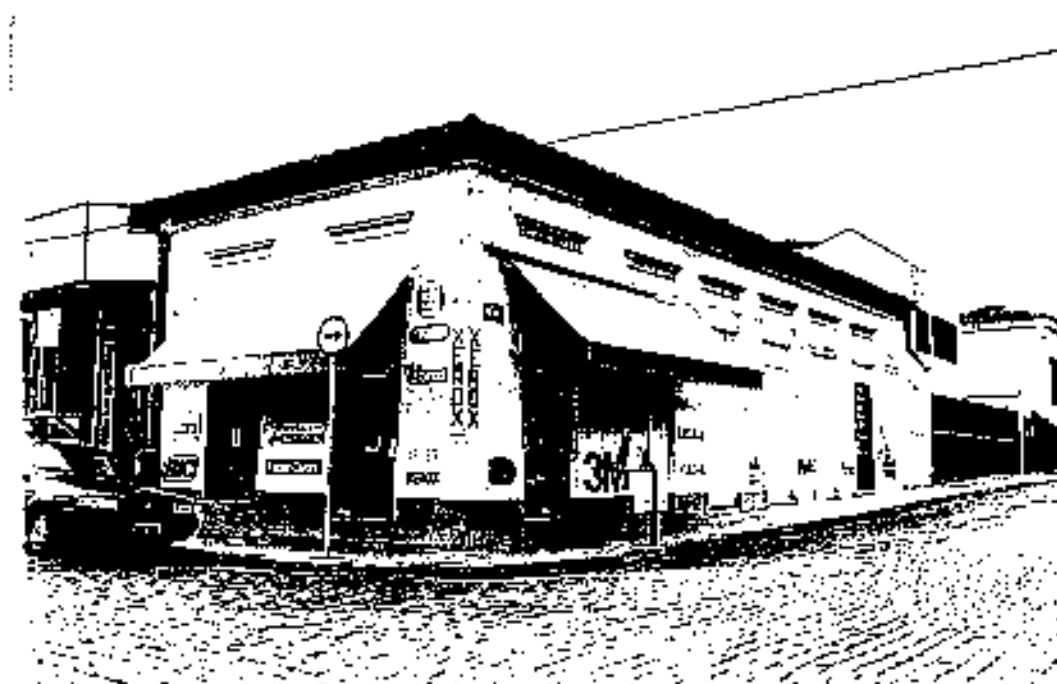
H. 717. Rua José Lucas, 302



Il. 718. Igreja de Nossa Senhora do Rosário



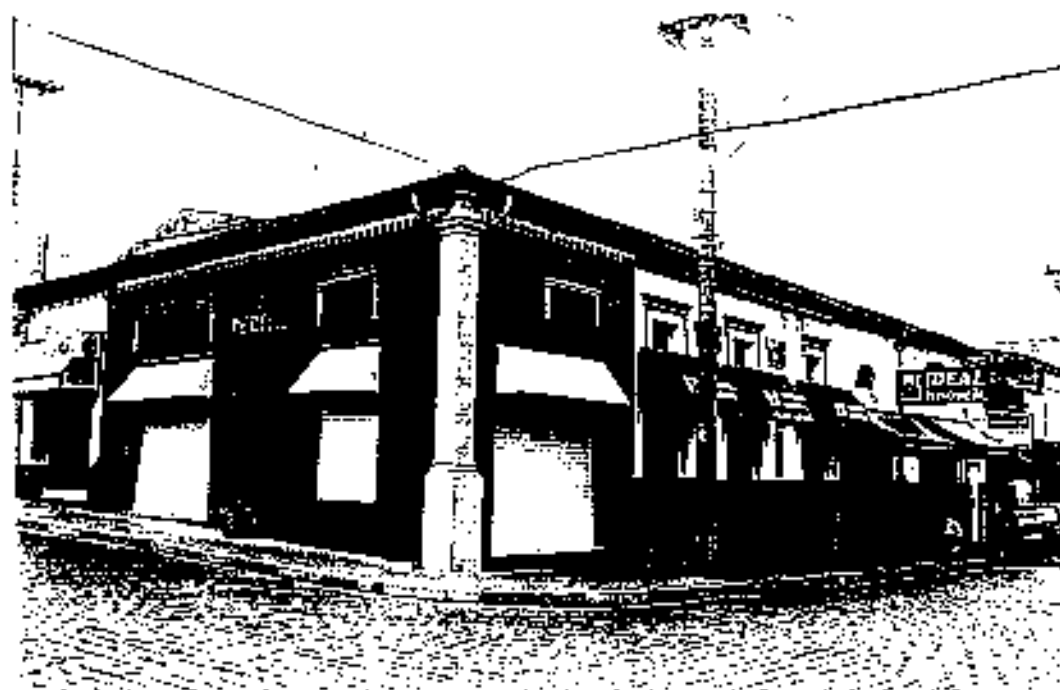
(l. 719. Rua José Lucas, 175



II. 720. Rua José Inácio, 62



II. 721. Rua José Inácio, 62 (detalhe)



II. 722. Rua José Alvim, 252/262/268



II. 723. Rua José Alvim, 287



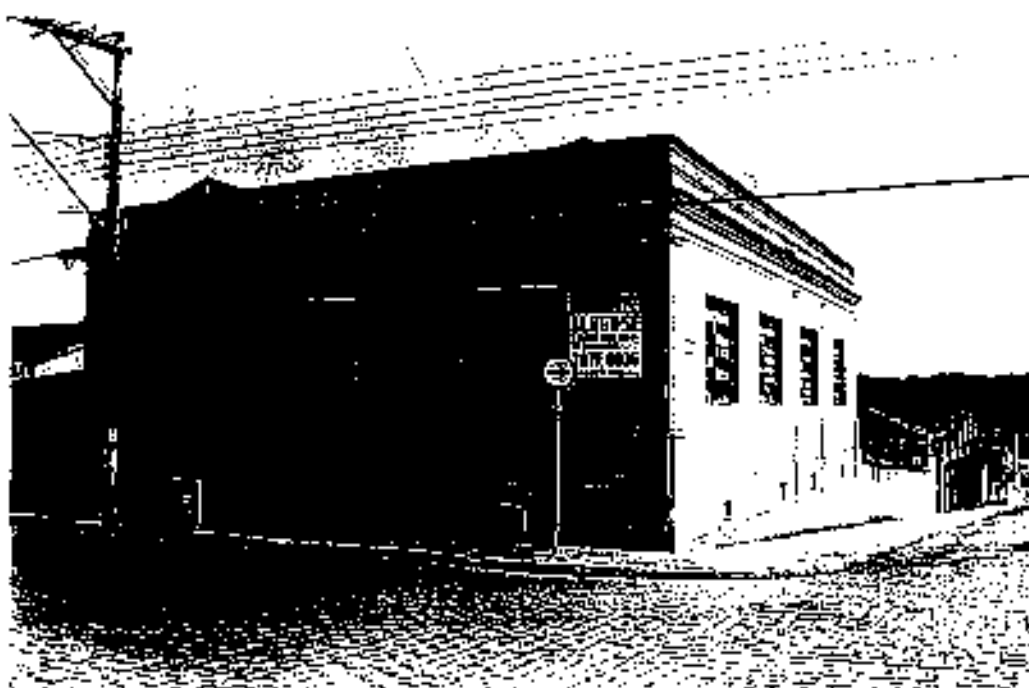
Il. 724, Rua José Alvim, 211



Il. 725, Rua José Alvim, 211 (detalhe)



Il. 726. Rua José Alvim, 107



Il. 727. Rua João Pires, esquina com Rua José Bim, 325



Il. 728. Rua José Pires, 5

BANANAL



Il. 729. Praça Pedro Ramos, s/n



Il. 730. Praça Pedro Ramos, s/n (detalhe)



Il. 731. Praça Pedro Ramos, 453
(1847)



Il. 732. Praça Pedro Ramos, 453 (detalhe)



II. 733. Praça Pedro Ramos, s/n



II. 734. Praça Pedro Ramos, s/n (detalhe)



Il. 735. Praça Pedro Ramos, s/n (detalhe)



Il. 736. Praça Pedro Ramos, 23
(1871)



II. 737. Rua Luiz Valiante, 169
(1811)



II. 738. Praça Pedro Ramos, 15



Il. 739. Rua Manoel de Aguiar, 142
(1897)



Il. 740. Praça Rubião Júnior, s/n



Il. 741. Rua Manoel de Aguiar, 90
(1862)



II. 742. Rua Manoel de Aguiar, s/n

BATATAIS



II. 743. Avenida 9 de julho, s/n



II. 744. Praça Dr. Fernando Costa, 201/215



Il. 745. Praça Dr. Fernando Costa, 201/215 (detalhe)



Il. 746. Praça Dr. Fernando Costa, 75



Il. 747. Praça Dr. Fernando Costa, 125



Il. 748, Praça Dr. Fernando Costa, 125 (detalhe)



II, 749. Rua Marechal Deodoro, 44



II, 750. Rua Marechal Deodoro, 44 (detail)



Il. 751. Rua Marechal Deodoro, 264



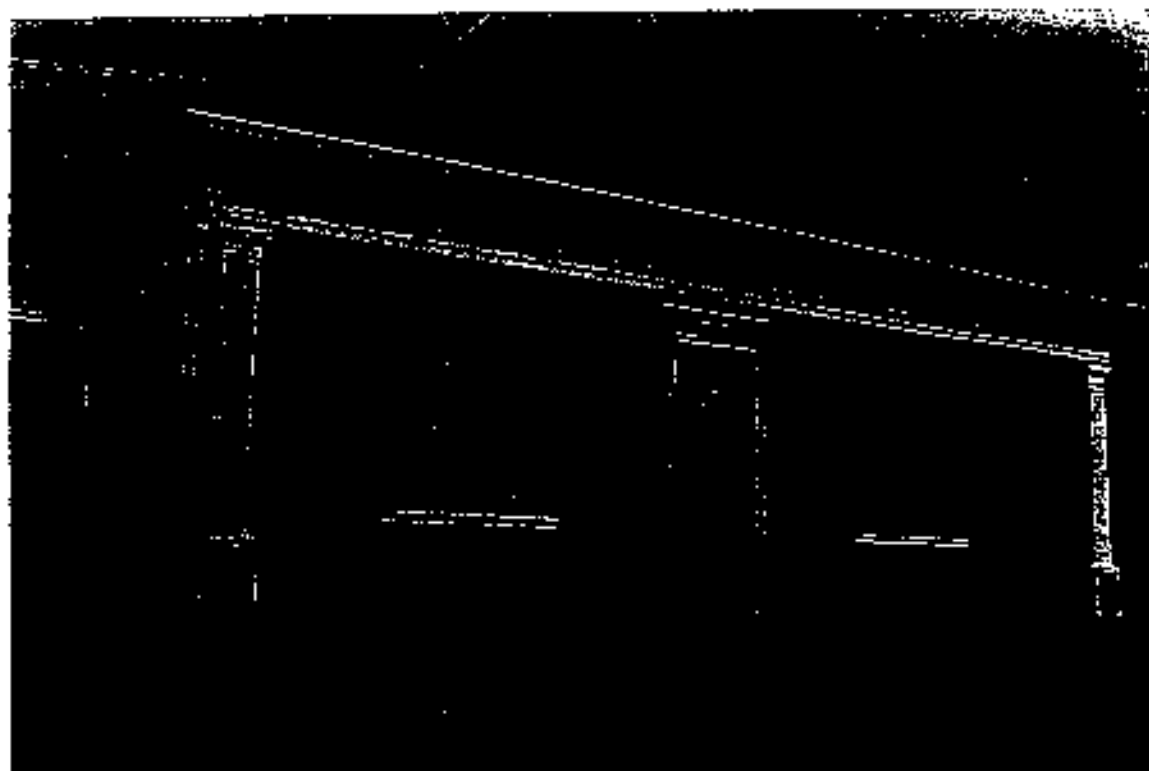
Il. 752. Rua Marechal Deodoro, 264 (detalhe)



II. 753. Rua Marechal Deodoro, 288



II. 754. Rua Marechal Deodoro, esquina Rua Floriano Peixoto



II. 755. Rua Marechal Deodoro, 133

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

585



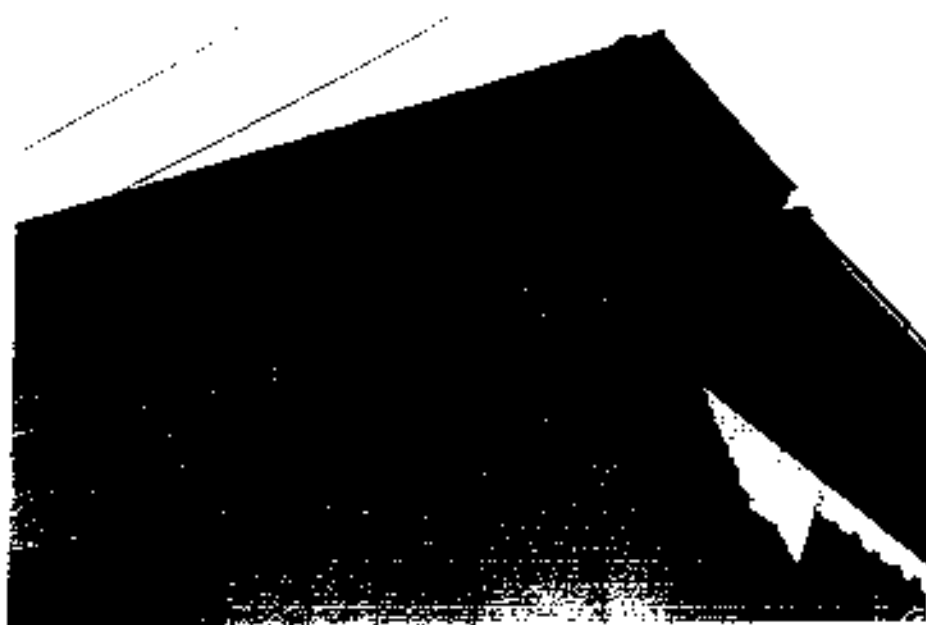
II, 756. Rua Marechal Deodoro, 133 (detalhe)



Il. 757. Rua Coronel Joaquim Rosa, 158



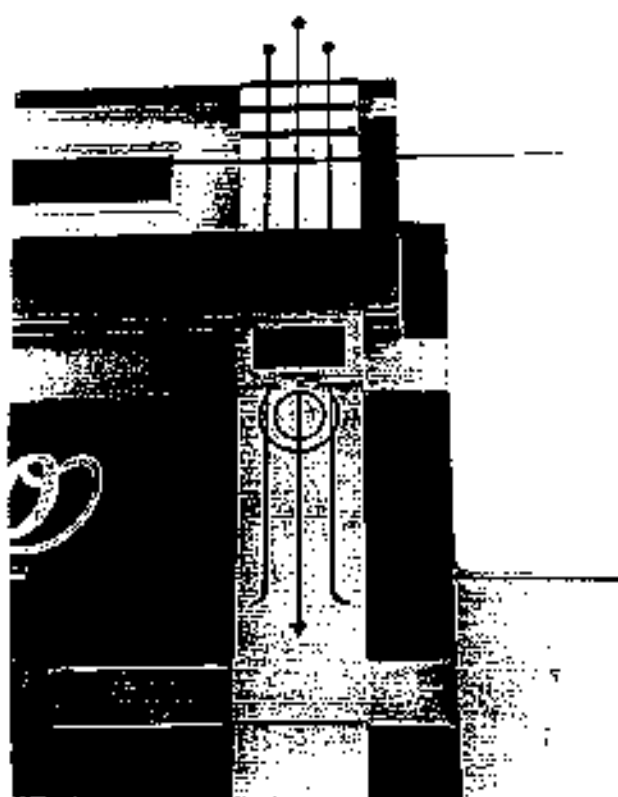
Il. 758. Rua Coronel Joaquim Rosa, 195



Il. 759. Rua Coronel Joaquim Rosa, 195 (detalhe)



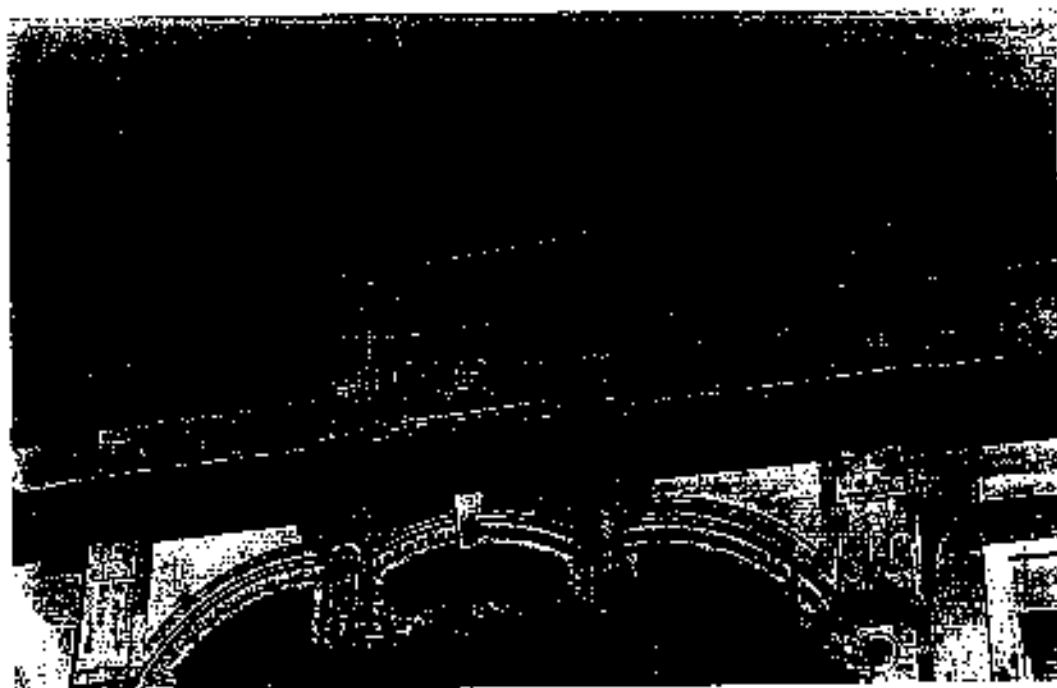
II, 760. Rua Coronel Joaquim Rosa, 211/227
(1911)



Il. 761. Rua Coronel Joaquim Rosa, 211/227 (detalhe)



II. 762. Rua Major Antonio Cândido
(1924)



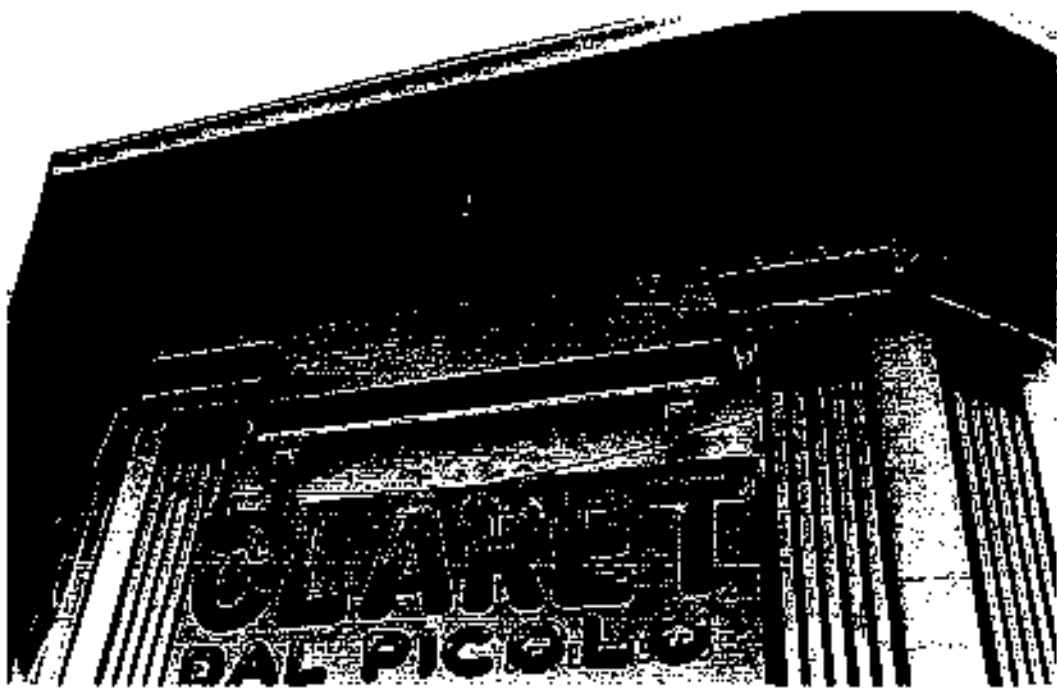
II. 763. Rua Major Antonio Cândido (detalhe)



Il. 764. Rua 7 de setembro, esquina Rua Major Antonio Cândido



Il. 765. Rua 7 de setembro, 311
(1905)



Il. 766. Rua 7 de setembro, 311 (detalhe)

BEBEDOURO



II. 767. Rua Brandão Veras, 534



II. 768. Rua Brandão Veras, esquina Rua 9 de julho



Il. 769. Rua Brandão Veras, 135/143



Il. 770. Rua Coronel João Manoel, 317



fl. 771. Rua 9 de julho, s/n



Il. 772. Rua 9 de julho, s/n (detalhe)



Il. 773. Rua 9 de julho, 308



Il. 774. Rua 9 de julho, 334



Il. 775. Rua 9 de julho, 324



II. 776. Rua 9 de julho, 324 (detalhe)



Il. 777. Praça Monsenhor Aristides



Il. 778. Rua São João, esquina Rua Dr. Oscar Werneck



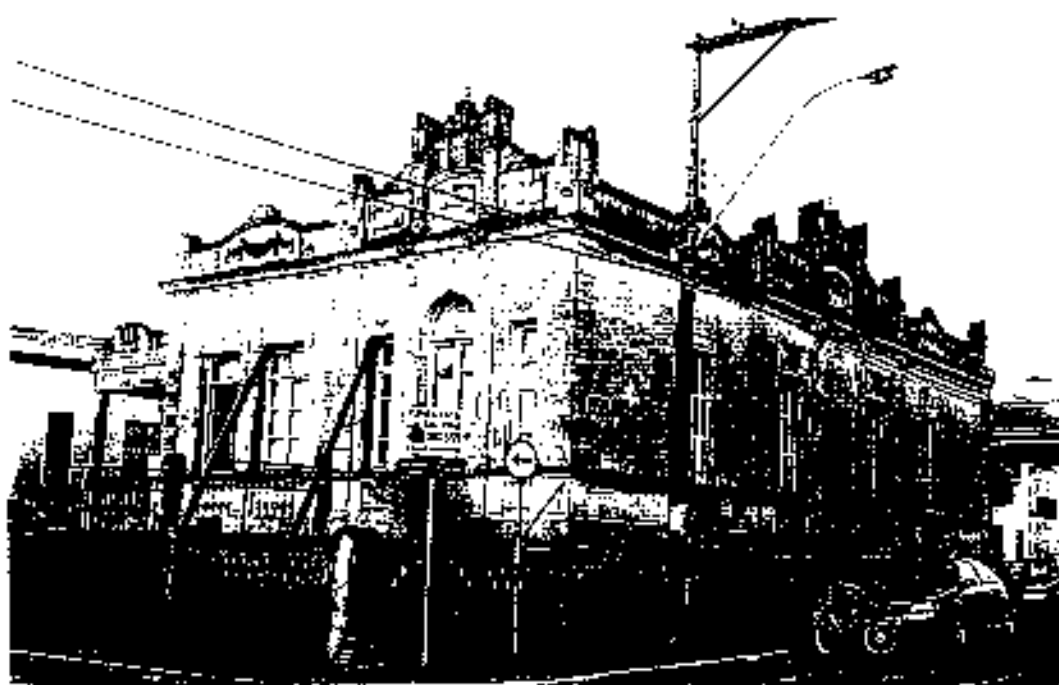
Il. 779. Rua São João, esquina Rua Dr. Oscar Werneck (detalhe)



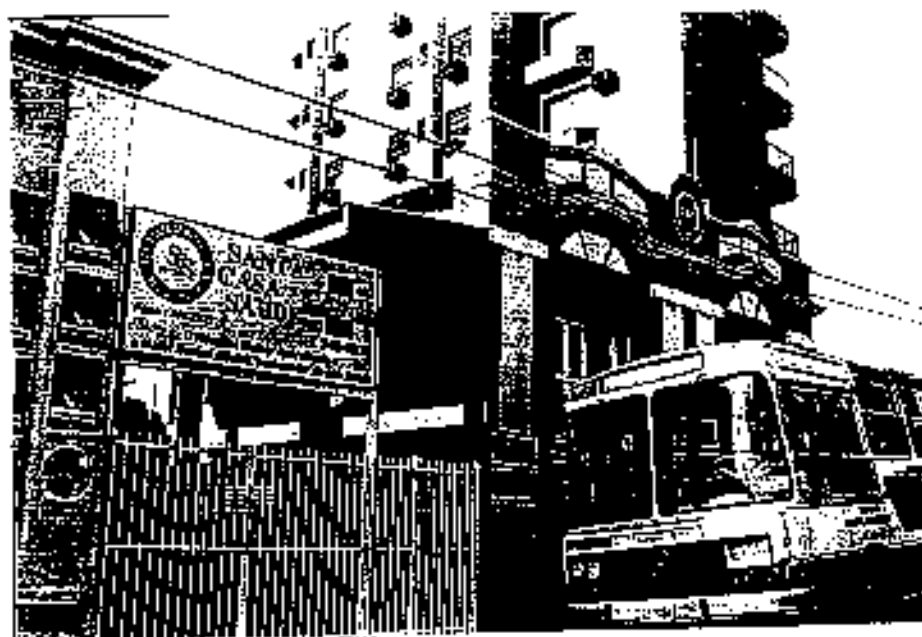
Il. 780, Rua Dr. Oscar Werneck, 676



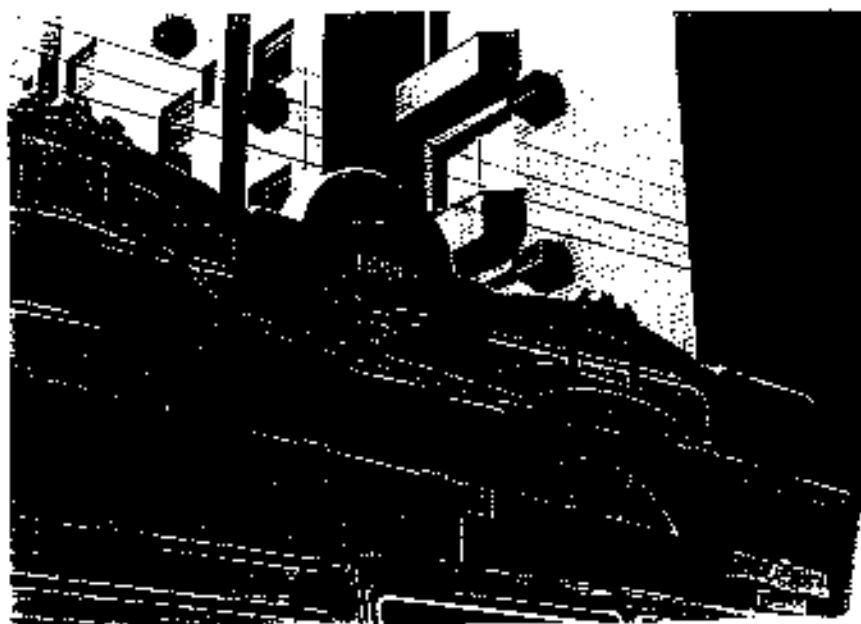
Il. 781. Rua Antonio Alves de Toledo, 66



Il. 782. Praça José S. Sobrinho, 59 (detalhe)



Il. 783. Praça José S. Sobrinho, 45



Il. 784. Praça José S. Sobrinho, 45 (detalhe)



Il. 785, Rua Tobias Lima, 650

BOCAINA



II, 786. Praça Pedro Lzar, 125



II. 787. Praça Pedro Izar, 125 (detalhe)



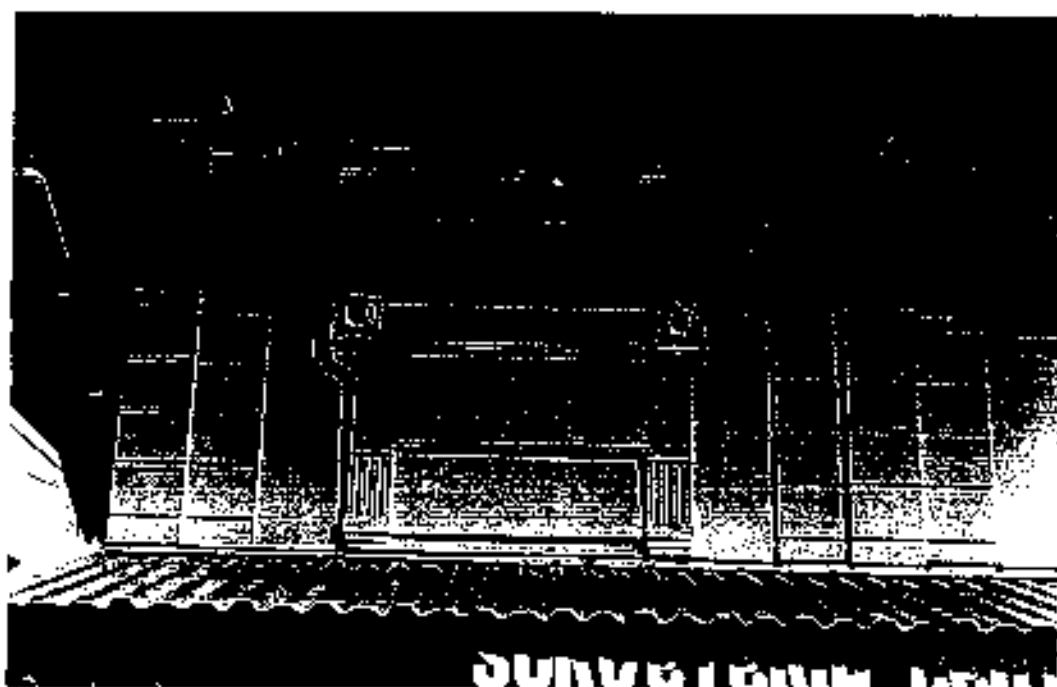
Il. 788. Praça Pedro Izar, 175



Il. 789. Rua Floriano Peixoto, 150



Il. 790. Praça Pedro Izar, 182



Il. 791. Praça Pedro Izar, 182 (detalhe)



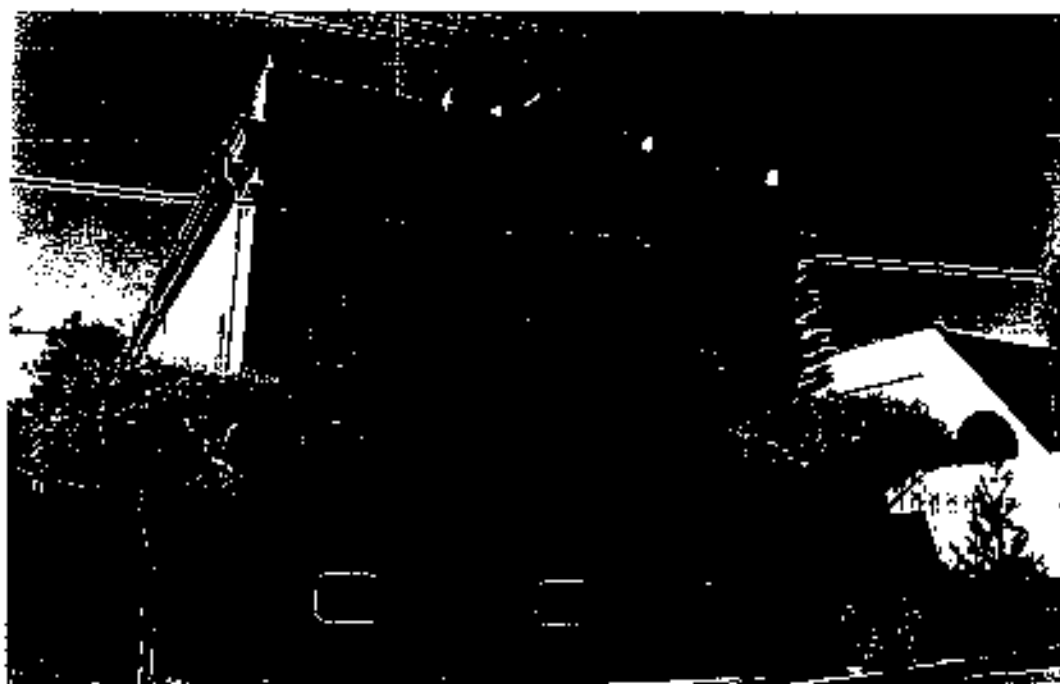
Il. 792. Rua Floriano Peixoto, 47



Il. 793. Rua 15 de novembro, 44



II. 794. Rua 15 de novembro, 110



II. 795. Rua 15 de novembro, 167



II. 796. Rua Floriano Peixoto, 388



Il. 797. Rua Floriano Peixoto 383



Il. 798. Rua Floriano Peixoto, 412



Il. 799. Rua Floriano Peixoto, s/n



II. 800. Rua 7 de setembro, 384



II. 801. Rua 7 de setembro, 384 (detalhe)



Il. 802. Rua 7 de setembro, 281/287



Il. 803. Rua 7 de setembro, 251
(1901)



Il. 804. Rua 7 de setembro, 263



Il. 805. Rua 15 de novembro, 535



Il. 806. Rua Alvarenga Rangel, 103/117/135



Il. 807. Rua Alvarenga Rangel, 103/117/135 (detalhe)



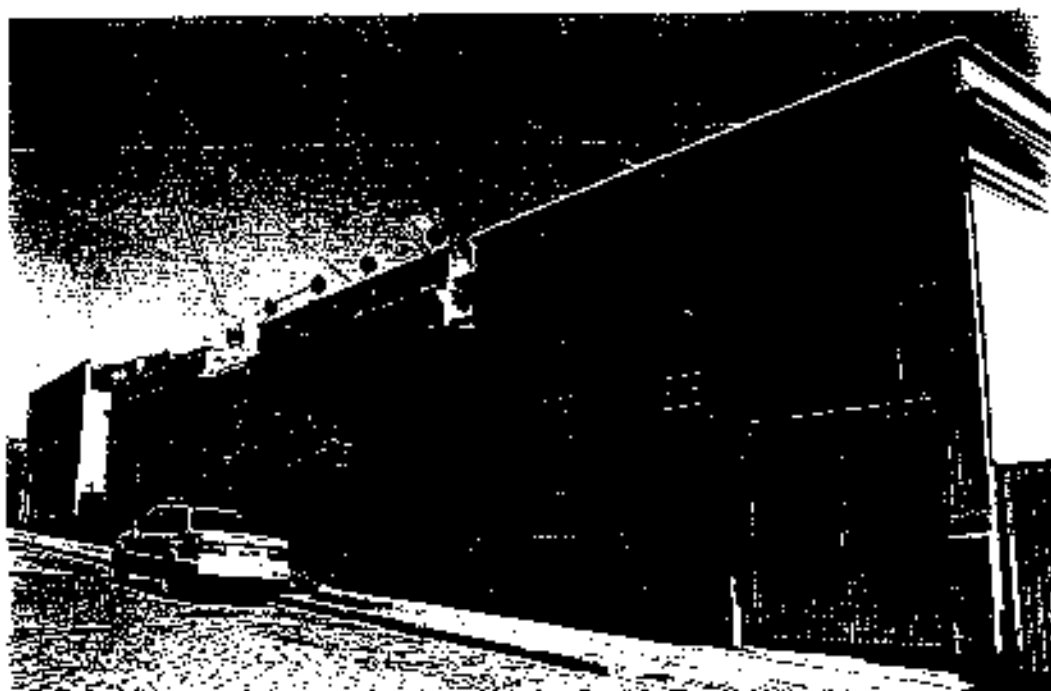
II. 808. Rua Américo Brasiliense, 340



II. 809. Rua 7 de setembro, 113



Il. 810. Rua Américo Brasiliense, 358



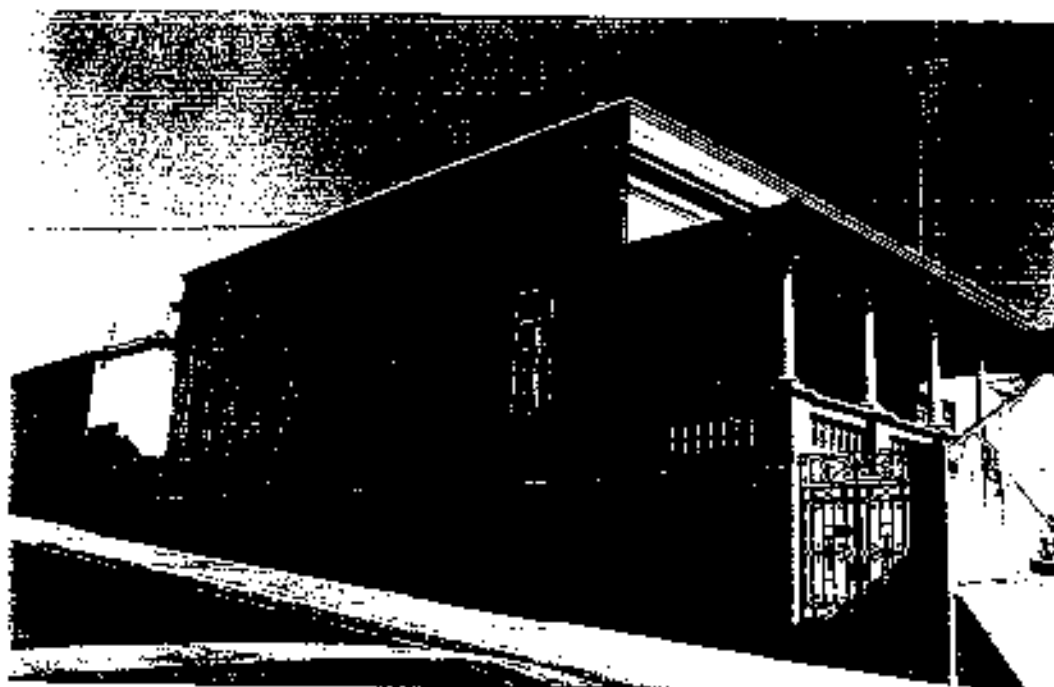
Il. 811. Rua Américo Brasiliense, 434/438/448



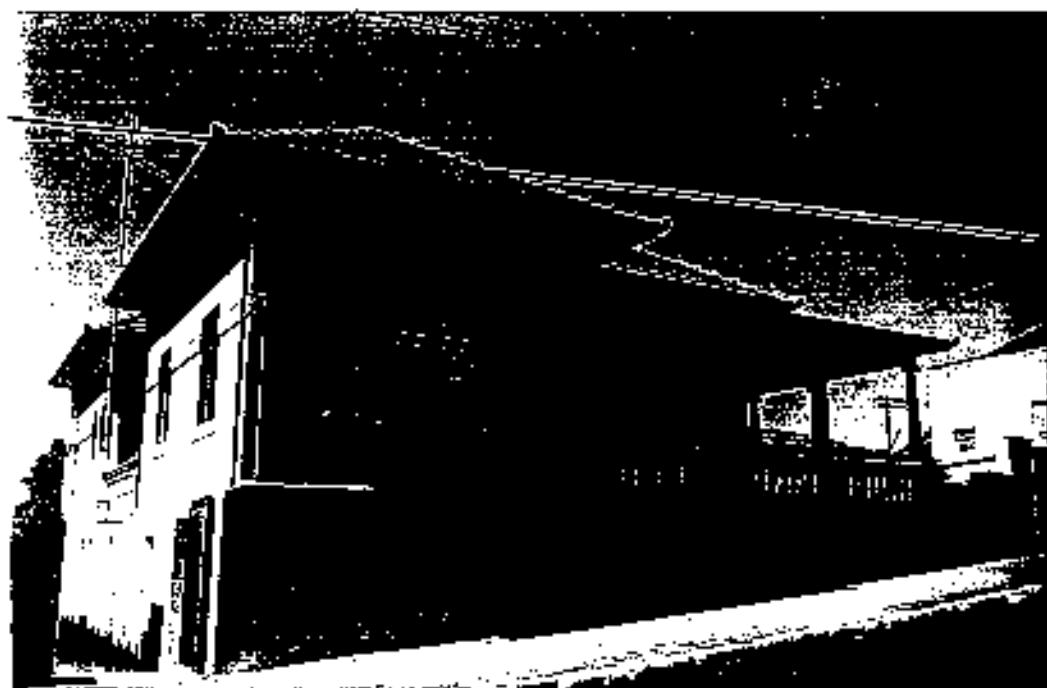
Il. 812. Rua Américo Brasiliense, 448



Il. 813. Santa Casa



Il. 814. Rua 15 de novembro, 742



Il. 815. Rua 15 de novembro, s/n



Il. 816. Rua 15 de novembro, 609/621
(1907)



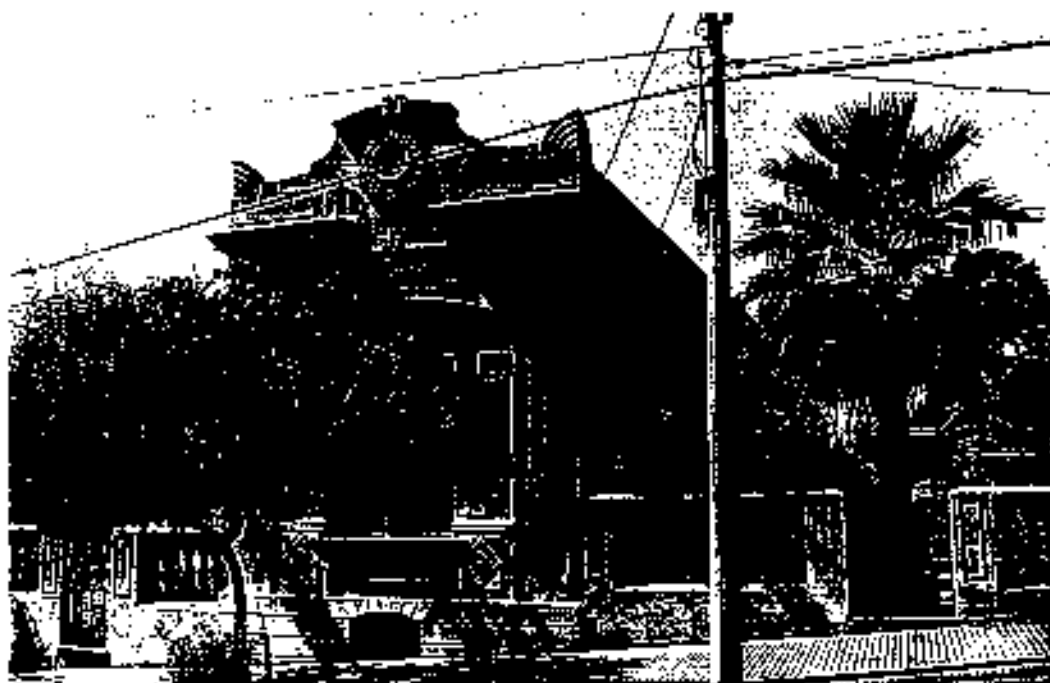
Il. 817. Rua Floriano Peixoto, 592



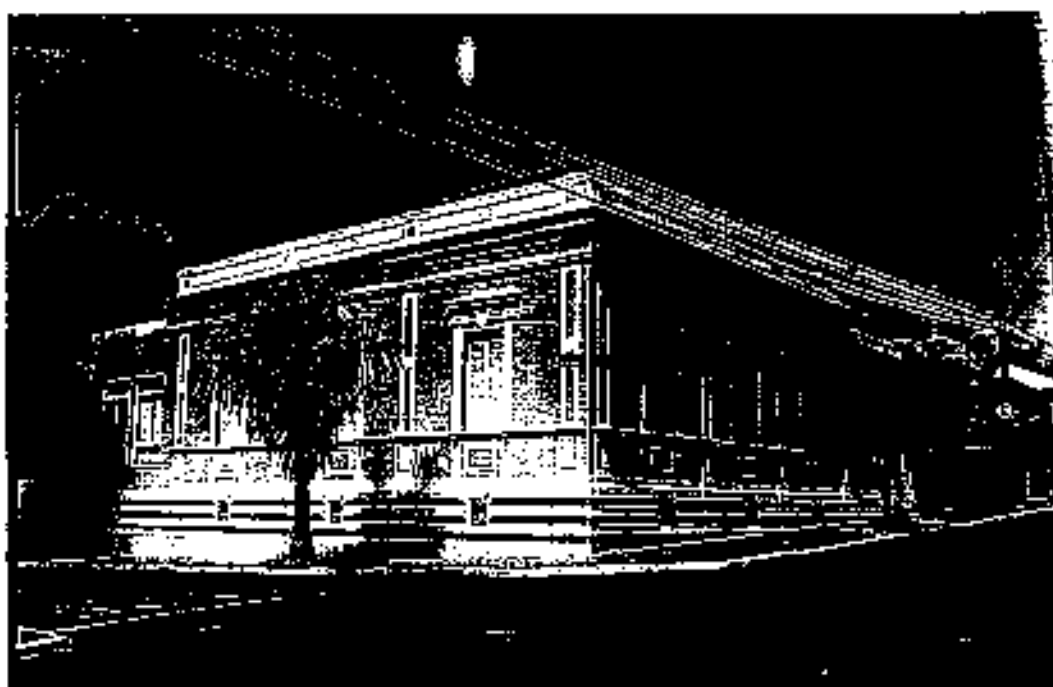
Il. 818. Rua Floriano Peixoto, 621



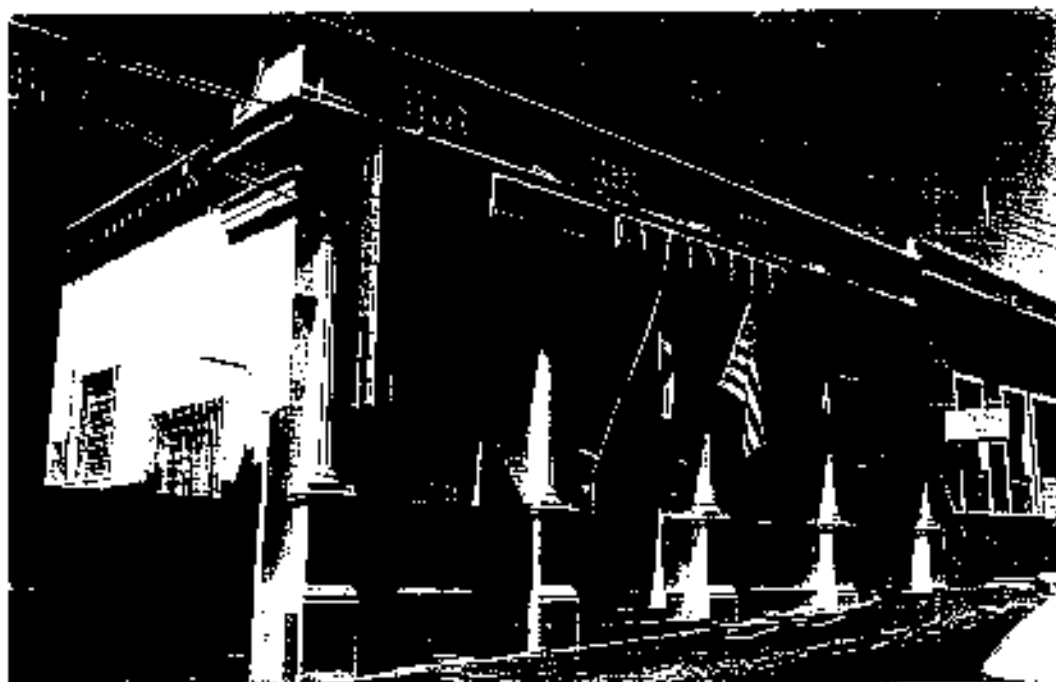
Il. 819. Rua Floriano Peixoto, 650



Il. 820. Rua Floriano Peixoto, s/n



Il. 821. Rua Virgilio Carvalho, esquina Rua Floriano Peixoto



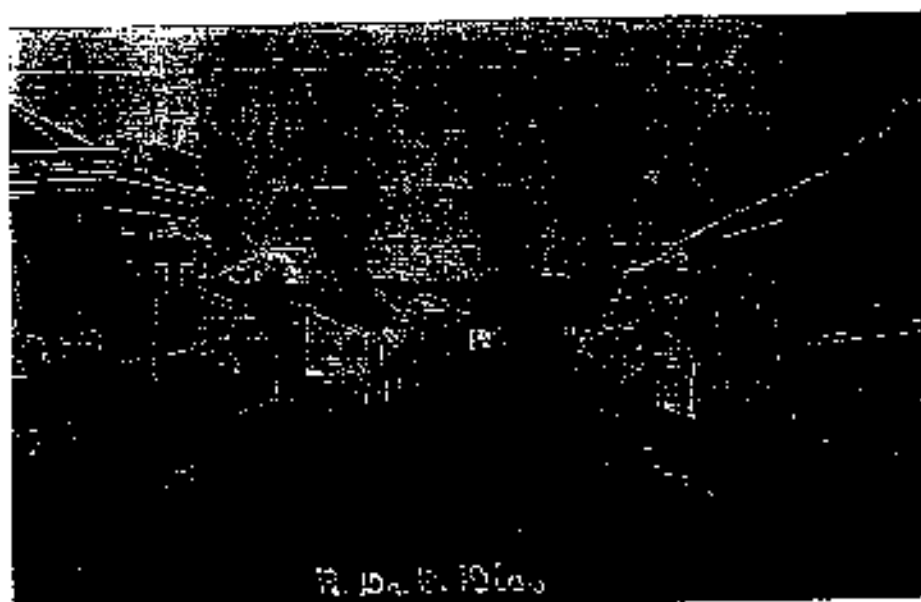
Il. 822. Rua Floriano Peixoto



Il. 823. Rua Floriano Peixoto, 462
(1908)



Il. 824. Rua Floriano Peixoto, 446



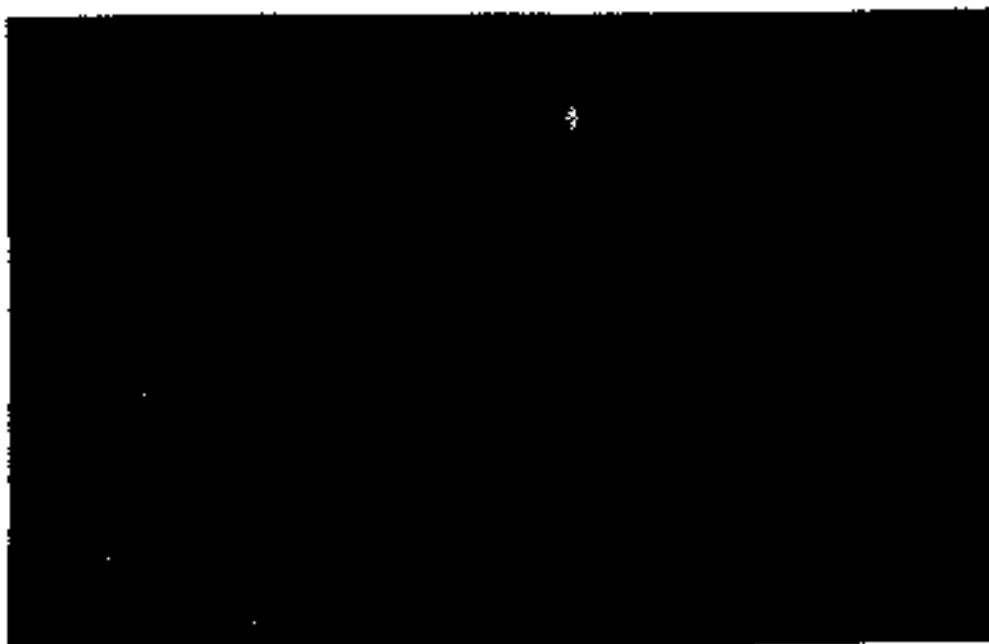
Il. 825. Rua Dr. O. Dias



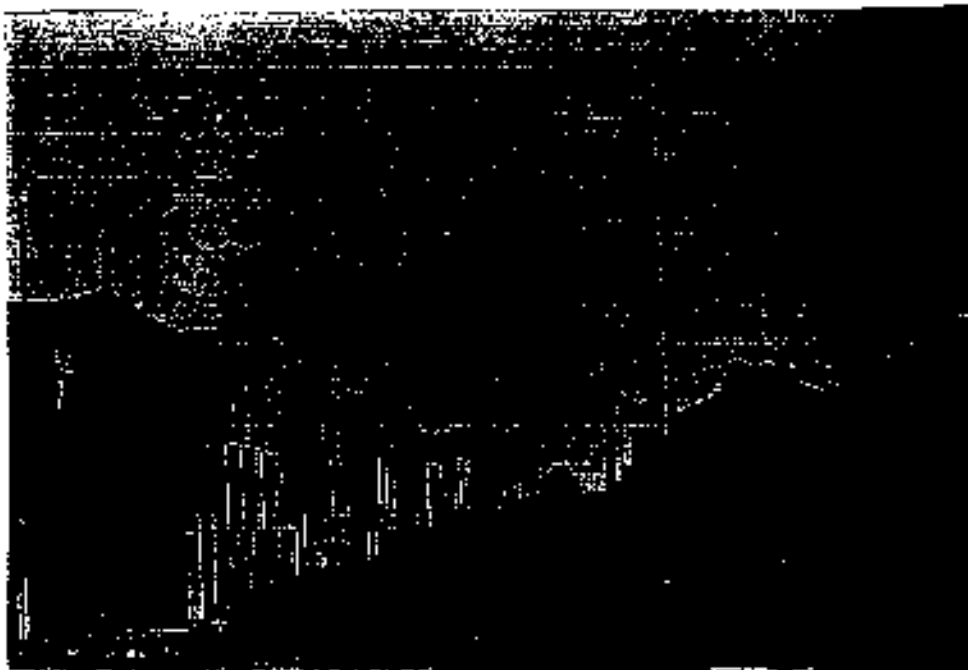
Il. 826. Rua 15 de novembro



Il. 827. Rua Floriano Peixoto



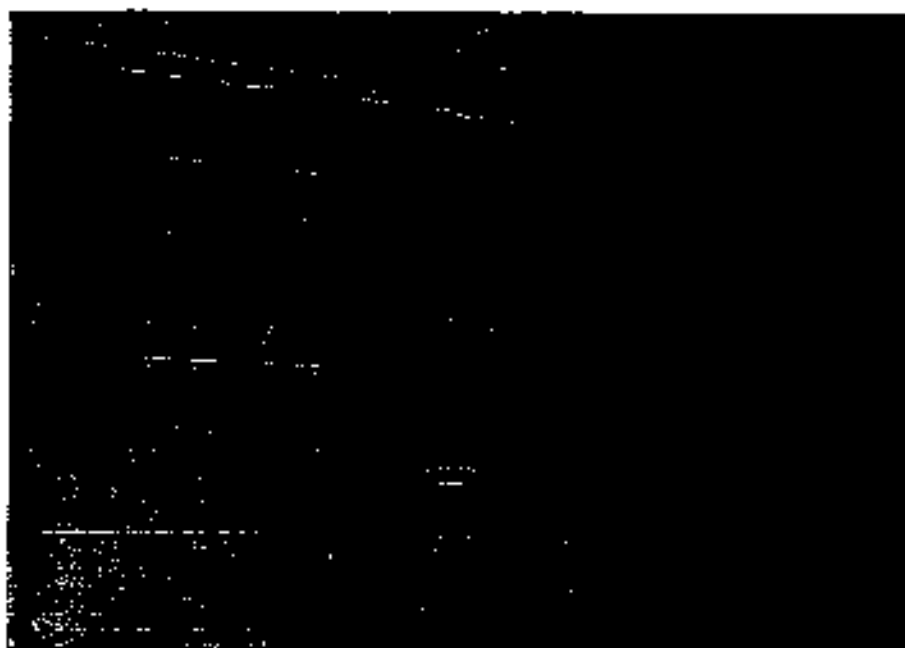
Il. 828. Rua Alvarenga Rangel



Il. 829. Rua Alvarenga Rangel



Il. 830. Largo 7 de setembro

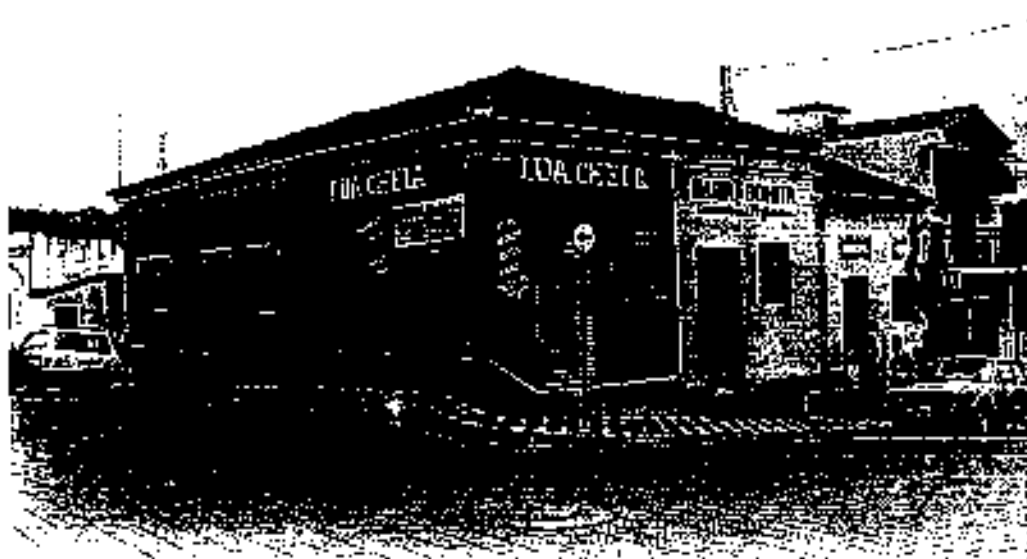


11. 831. Edifício da Sociedade Operária "Fascio Italiano"

BOM JESUS DOS PERDÕES



II. 832. Igreja Matriz do Bom Jesus



Il. 833, Rua Joaquim R. dos Santos, 318/322

BOTUCATÚ



Il. 834. Avenida D. Lúcio, 564



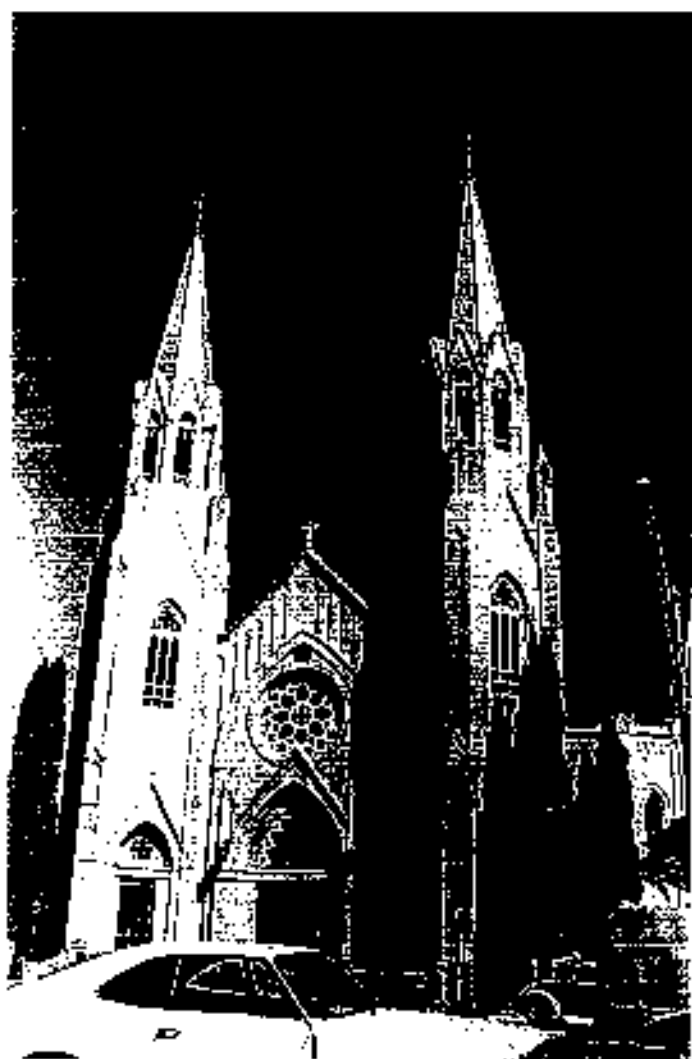
Il. 835. Rua Major Leônidas Cardoso, 499/517



Il. 836. Avenida D. Lúcio, 218



Il. 837. Avenida D. Lúcio, 218 (detalhe)



II. 838. Catedral de Sant'Ana



II. 839. Consulado de Portugal



II. 840. Colégio Arquidiocesano



Il. 841. Rua Bispo D. Luiz M. Santana, 176



Il. 842. Praça Prof. Pedro Torres
(1895)



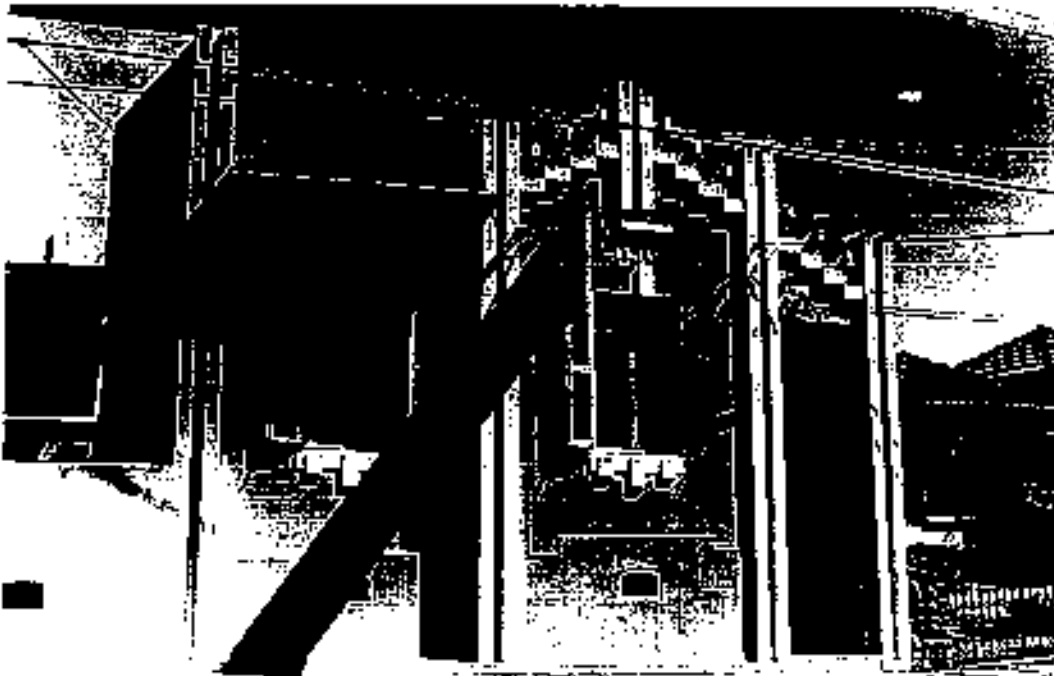
Il. 843. Rua Velho Cardoso, 500



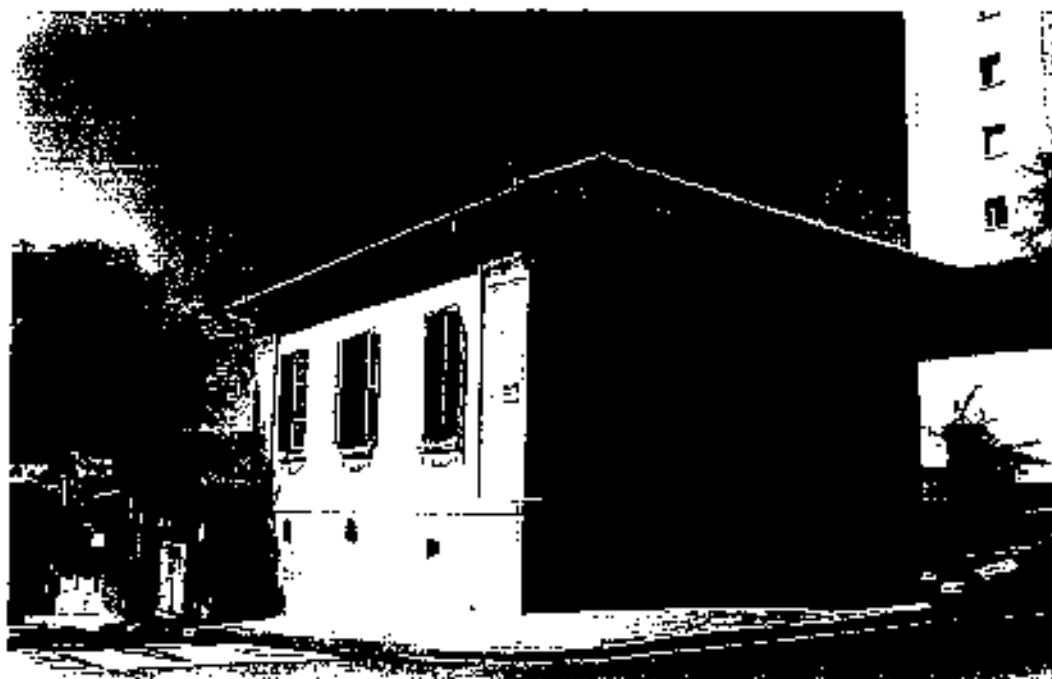
Il. 844. Rua Velho Cardoso, 500 (detalhe)



Il. 845. Avenida Santana, 777



Il. 846. Avenida Santana, 728



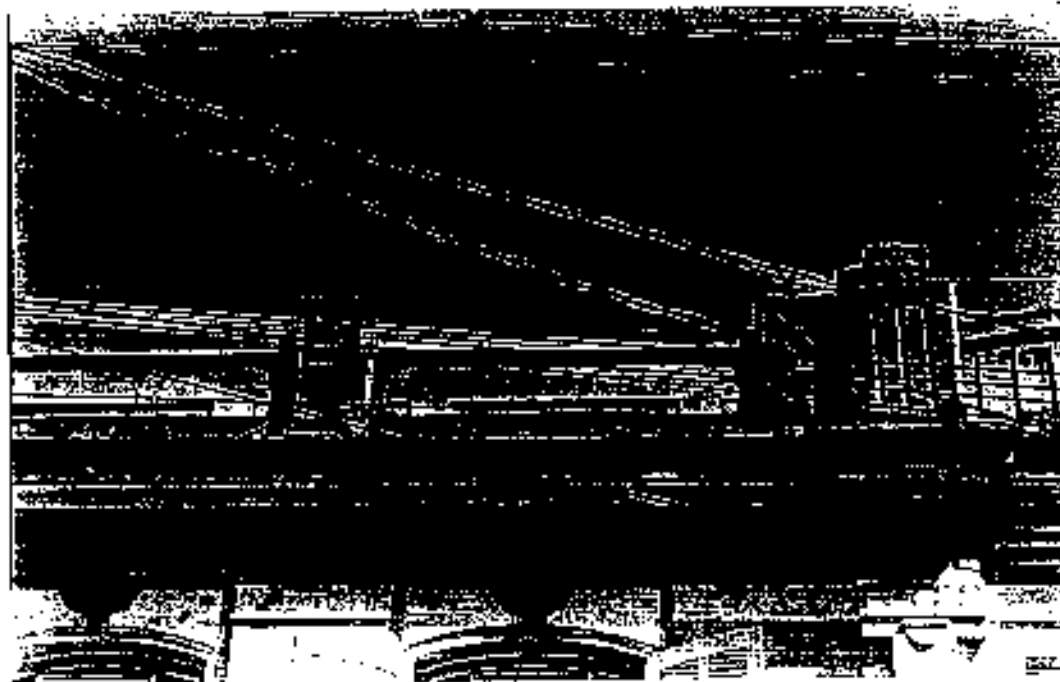
II. 847. Rua General Telles, 739



II. 848. Rua General Telles, 739 (detalhe)



II. 849. Rua General Telles, 658



II. 850. Rua General Telles, 658 (detalhe)



Il. 851. Rua General Telles, 653



Il. 852. Rua General Telles, 753



Il. 853. Rua Siqueira Campos, 396



Il. 854. Rua Moraes Barros, 397



Il. 855. Rua Dr. Cardoso de Almeida, 667



Il. 856. Rua Dr. Cardoso de Almeida, 645



II, 857. Colégio dos Anjos



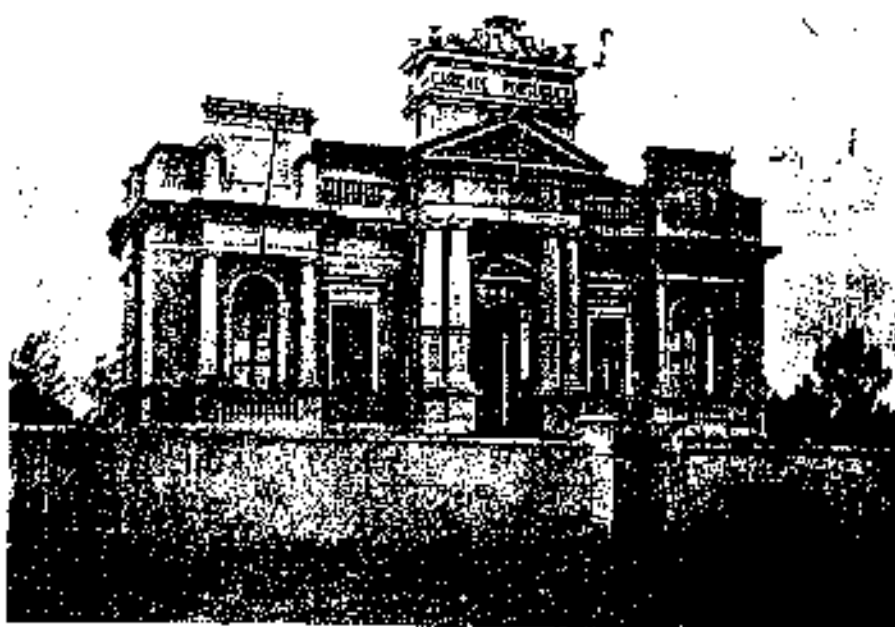
II. 858. Teatro Santa Cruz



II. 859. Casa Zanolto



II. 860. Posto Zootécnico



II. 861. "Caridade Portuguesa"



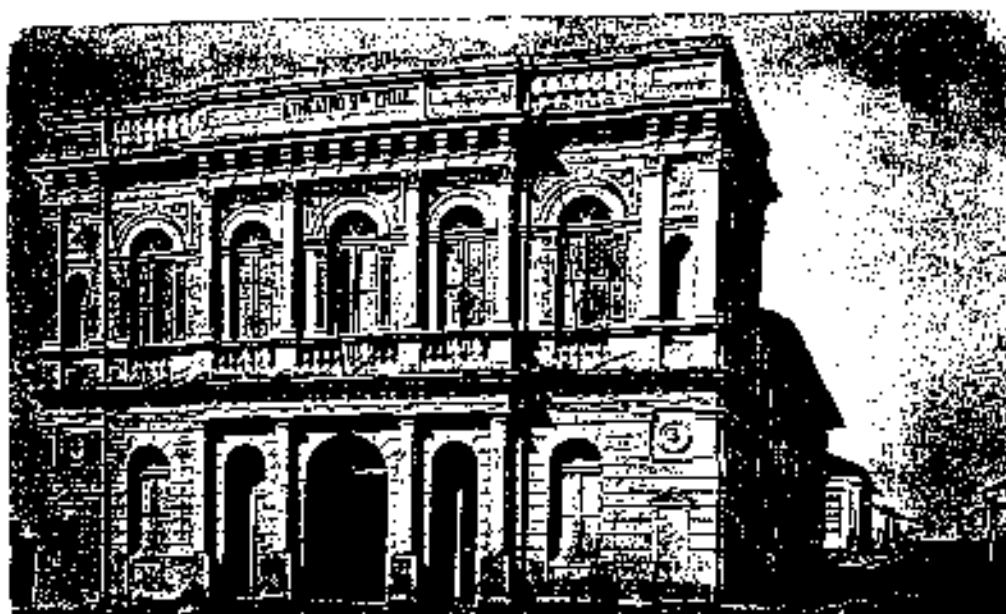
Il. 862. Rua do Comércio



Il. 863. Rua do Comércio



II. 864. Rua Riachuelo



II. 865. Teatro Santa Cruz



Il. 866. Rua Riachuelo, esquina Rua Moraes Barros



Il. 867. Edifício da Cadeia Velha



Il. 868. Rua Riachuelo



Il. 869. Construção do prédio das Indústrias Lunardi



II. 870. Casa Giraldes



II. 871. Casa Giraldes



Il. 872. Casa Bismara



Il. 873. Vista parcial



Il. 874. Salão Nicoletti



Il. 875. Bar e Restaurante Scipelitti

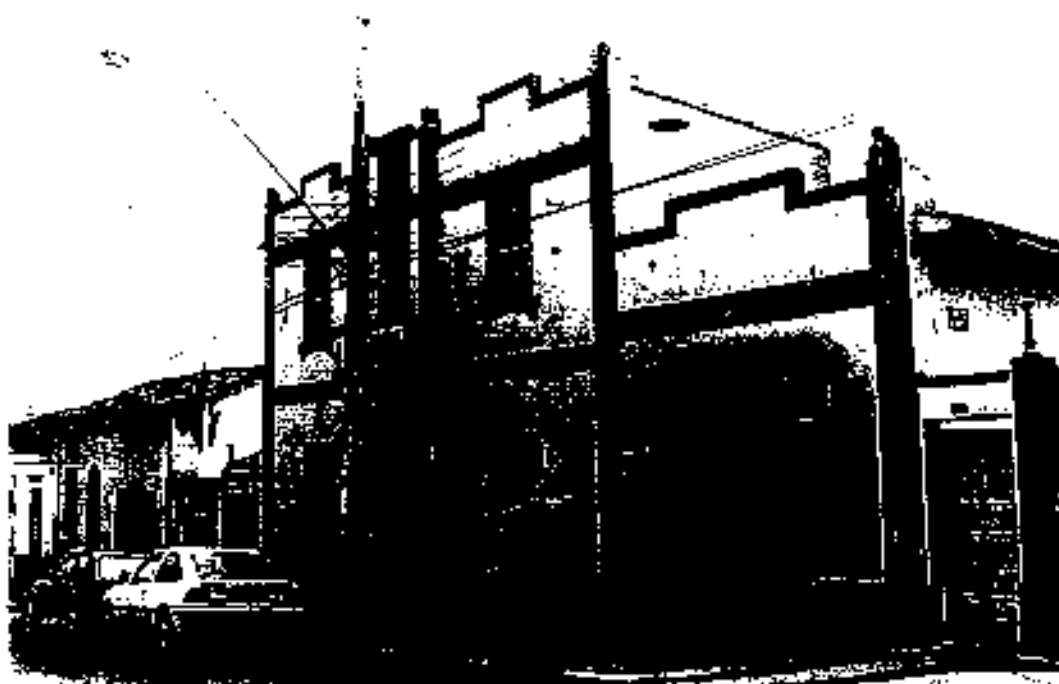
BRAGANÇA PAULISTA



II. 876. Rua José Domingues, s/n



II. 877. Rua José Domingues, 532



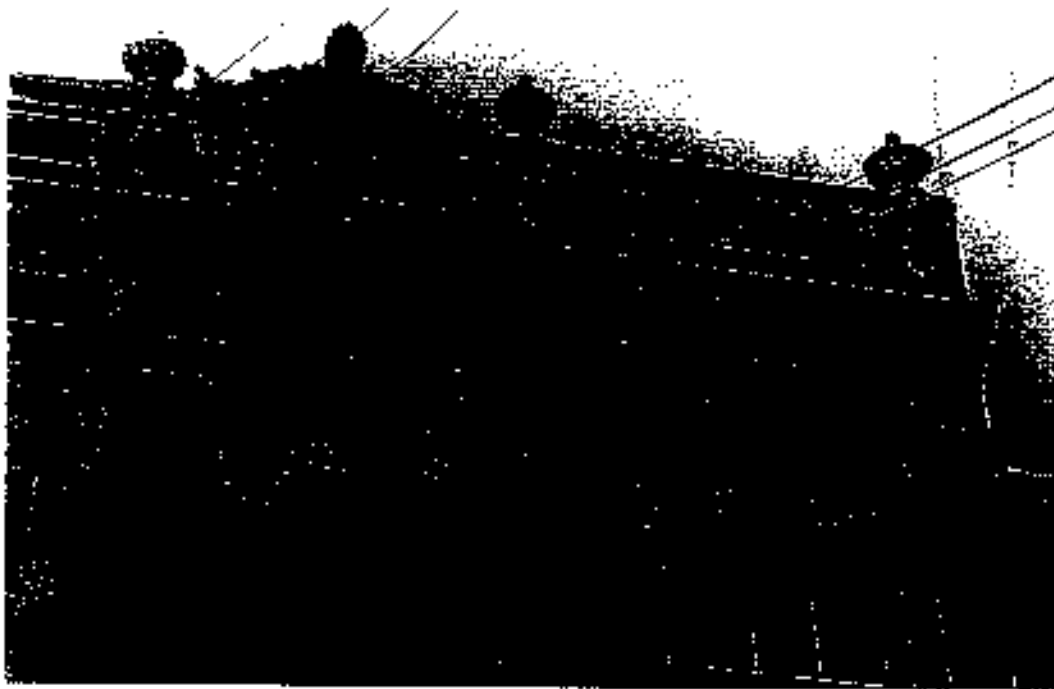
II 878, Rua José Domingues, 508/510
(1894)



II, 879 Rua Coronel Leme, 277/285



Il. 880. Rua Coronel Leme, 277/285 (detalhe)



II. 881. Rua Coronel Leme, 277/285 (detalhe)



II 882, Rua Coronel Leme, 176



Il. 883. Rua Coronel Leme, 40



II, 884, Rua Coronel Leme, 40 (detalhe)



II. 885. Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá



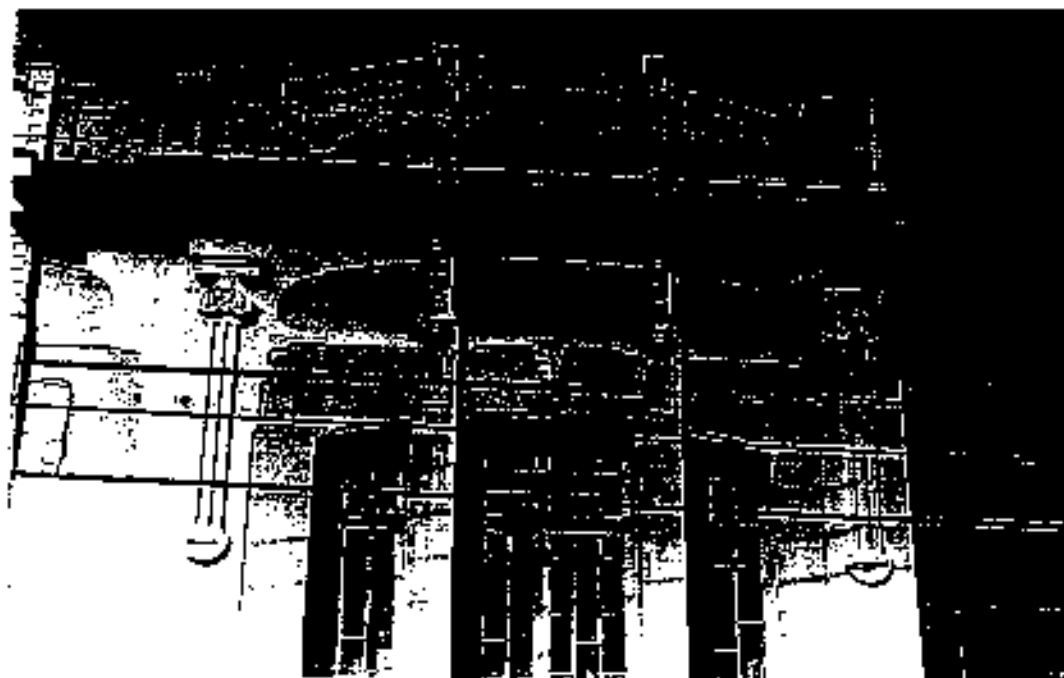
II. 886. Praça José Bonifácio, 32/37



Il. 887. Praça Raul Leme, 63



Il. 888. Rua Coronel Osório, 110



Il. 889. Rua Coronel Osório, 110 (detalhe)



Il. 890. Praça José Bonifácio, 126
(1907)



Il. 891. Praça José Bonifácio, 72
(1907)



Il. 892. Praça José Bonifácio, 124



Il. 893, Praça José Bonifácio, 290
(1909)



Il. 894. Rua Coronel João Leme, 486



Il. 895. Rua Coronel João Leme. 398
(1898)



Il. 896. Rua Coronel João Leite, 419/421



Il. 897. Rua Coronel João Leme, 471
(1890)



II. 898. Rua Coronel João Leme, 485



II. 899. Rua Coronel João Leme, 521
(1895)



Il. 900. Rua Coronel João Leme, 928
(1914)



Il. 901. Rua Coronel João Leme, 991

BROTAS



Il. 902. Praça Francisca dos Reis, 28

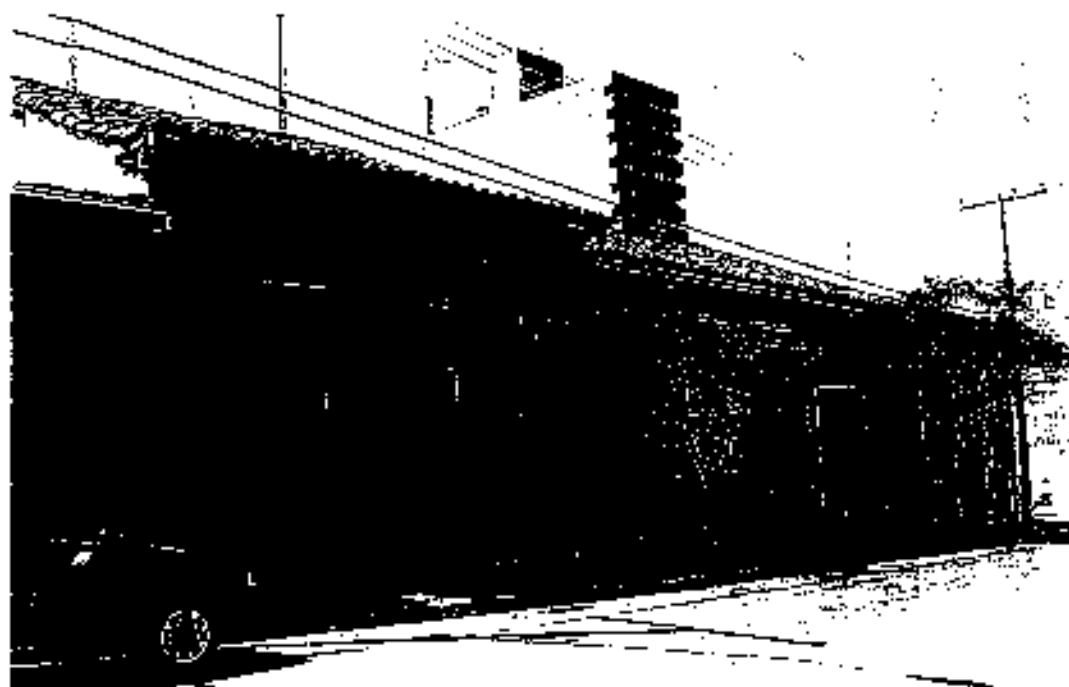


Il. 903. Praça Francisca dos Reis, s/n

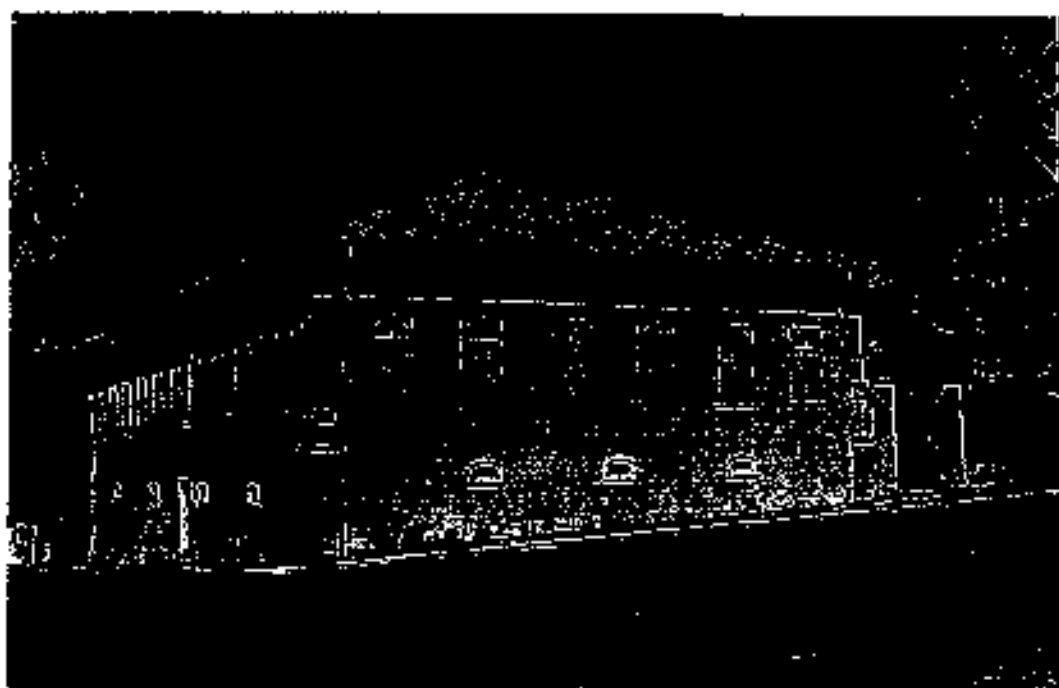
CAPIVARÍ



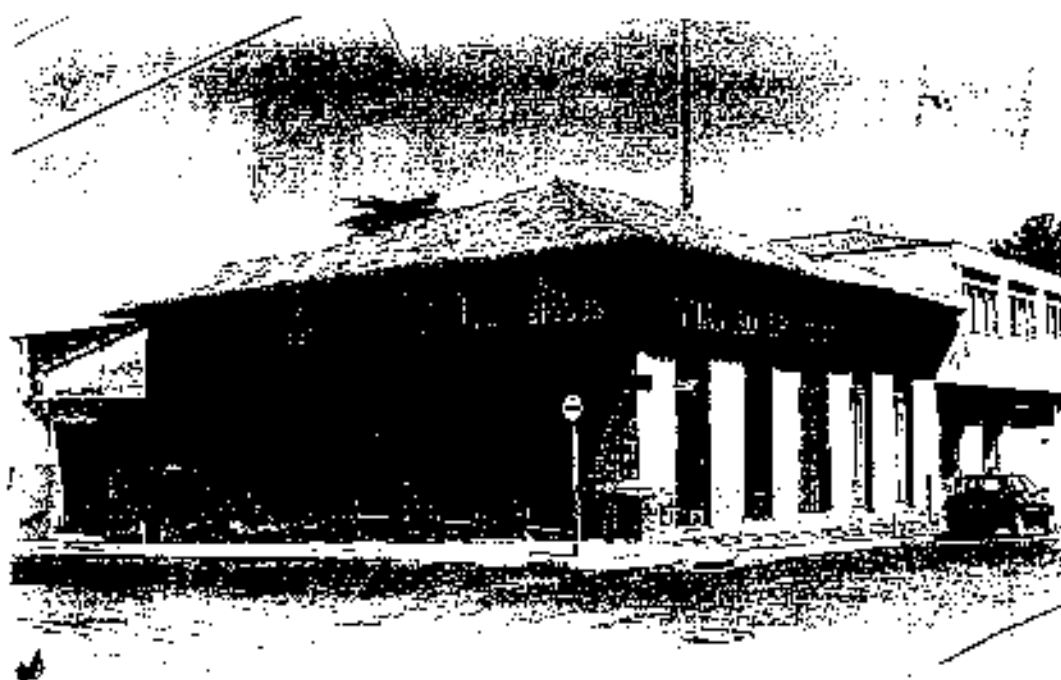
Il. 904. Rua Padre Fabiano, 441/437



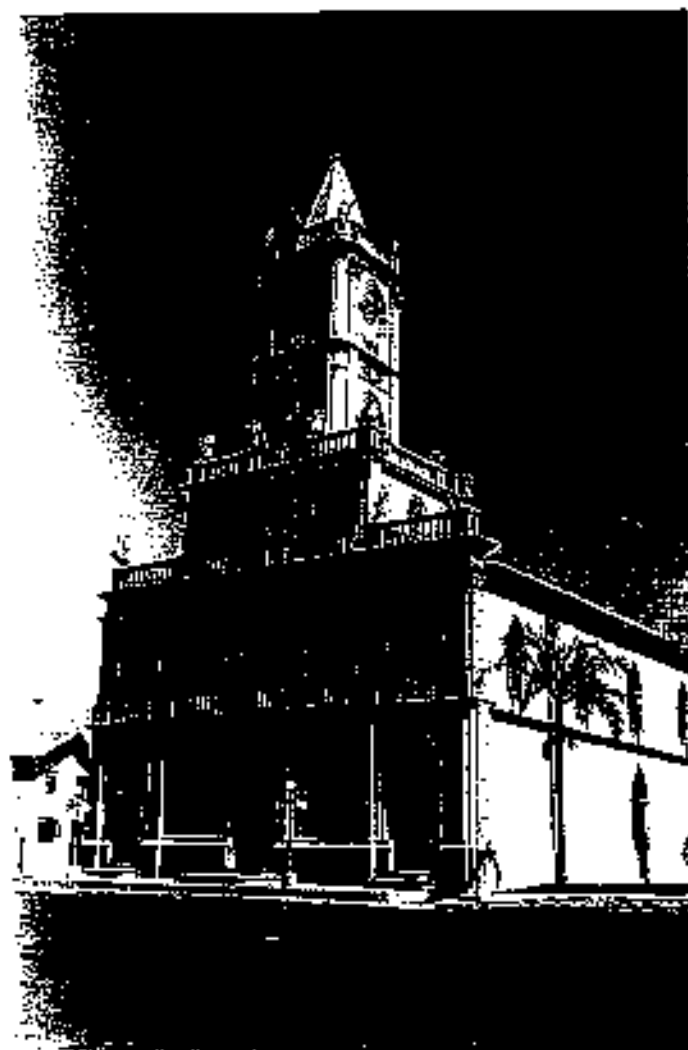
Il. 905. Rua Padre Fabiano, 474/478/486/494



II. 906. Rua Tiradentes, 366



II. 907. Rua Tiradentes, esquina Rua 15 de novembro



Il. 908. Igreja Matriz de São João Batista



Il. 909. Rua Tiradentes, s/n c 508



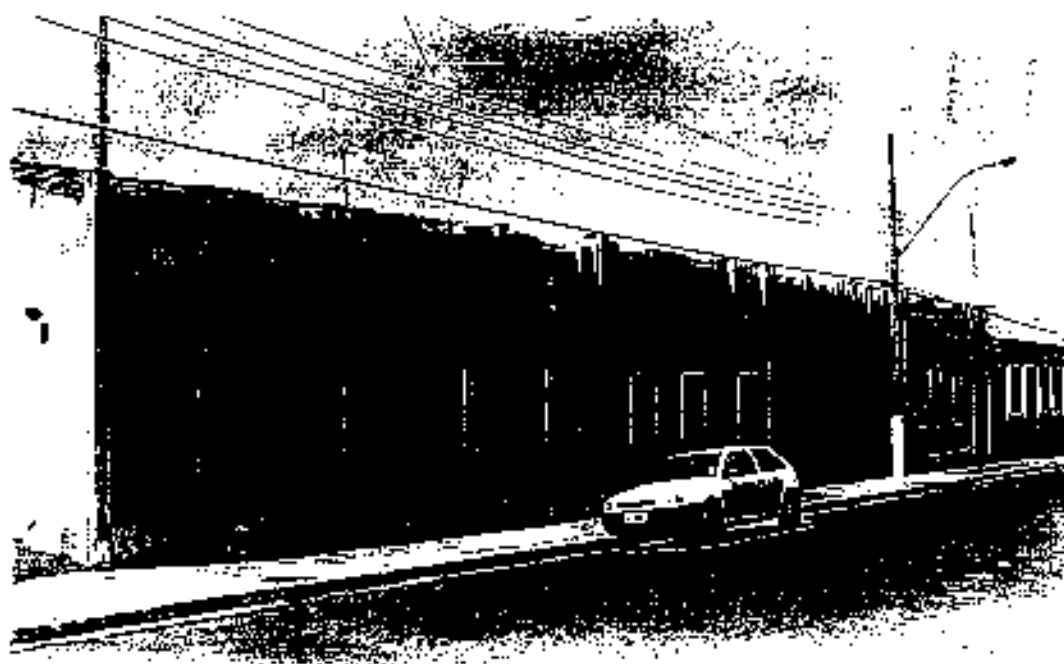
Il. 910. Rua 15 de novembro, 377



Il. 911. Rua Tiradentes. 604



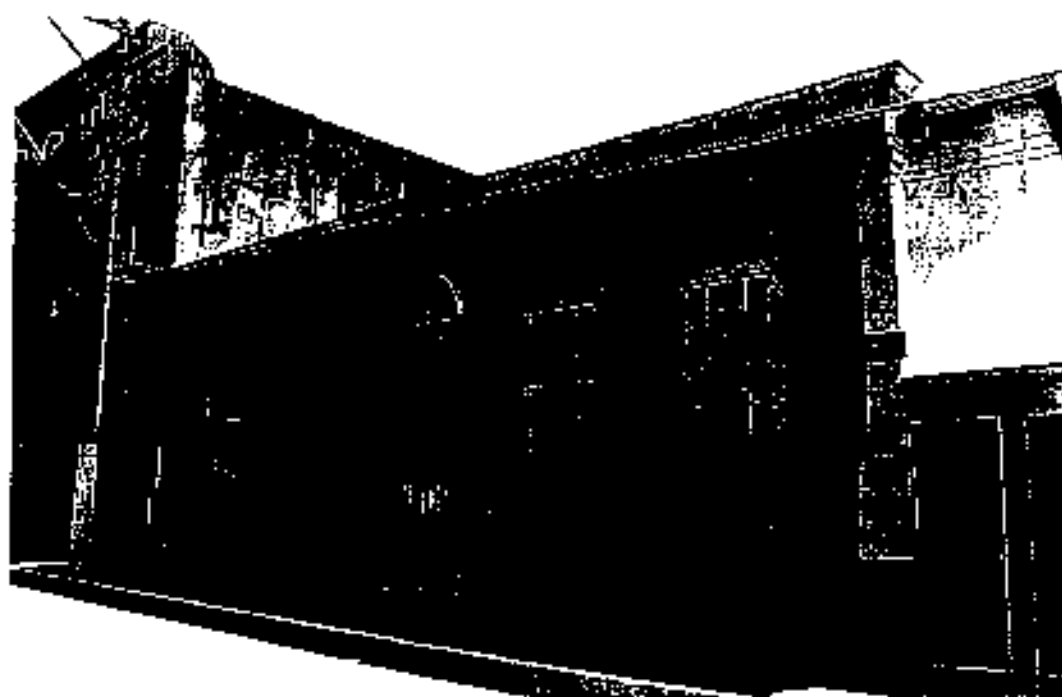
Il. 912. Rua Tiradentes. 456B/ 460/ 468



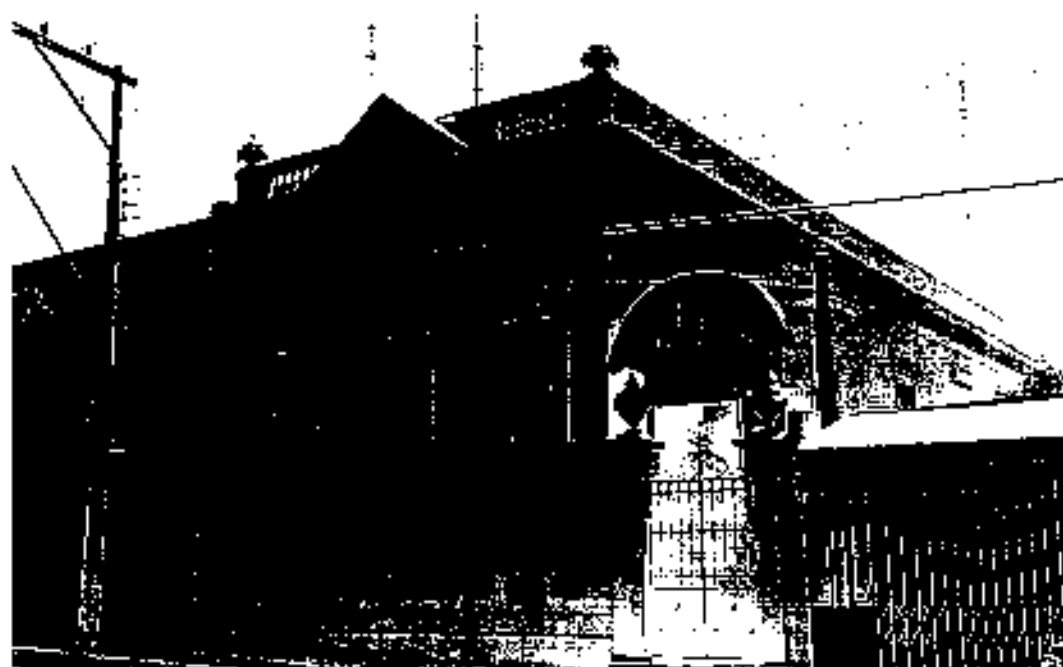
Il. 913. Rua André de Melo, 292/ 286/ 280/ 274/ 264



Il. 914. Rua André de Melo, 280



Il. 915. Praça Dr. Cezário Mota. 351



Il. 916. Praça Dr. Cezário Mota. 387



Il. 917. Praça Rodrigues de Abreu, 459



Il. 918. Praça Rodrigues de Abreu, 463



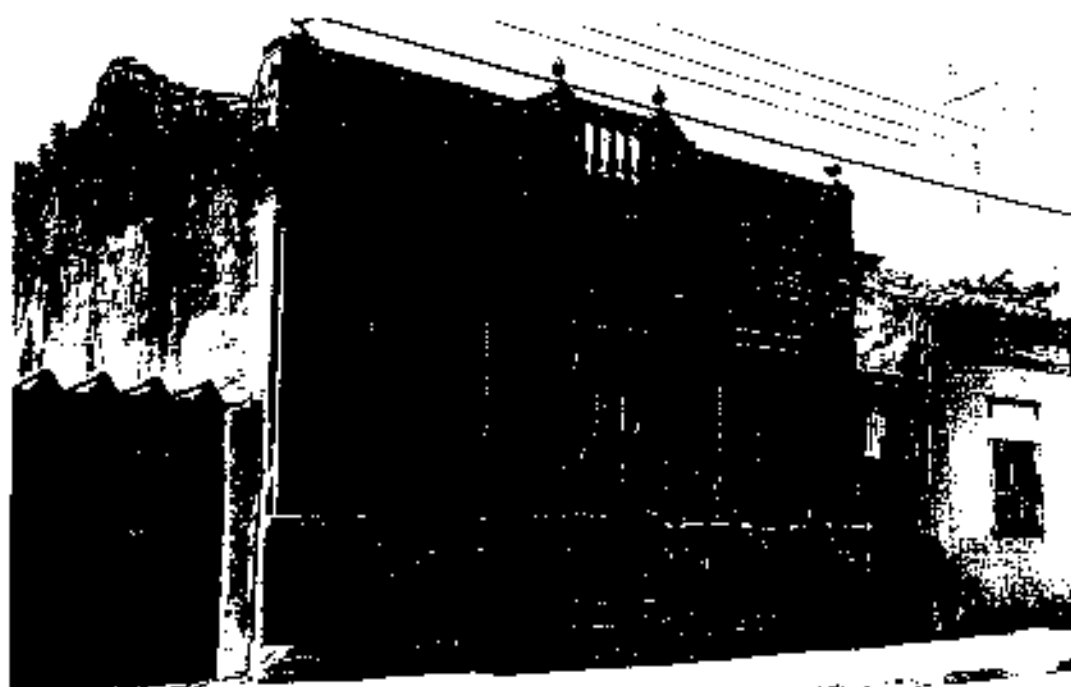
Il. 919, Rua Bento Dias, 283/291



Il. 920. Rua Barão do Rio Branco, 214
(1912)



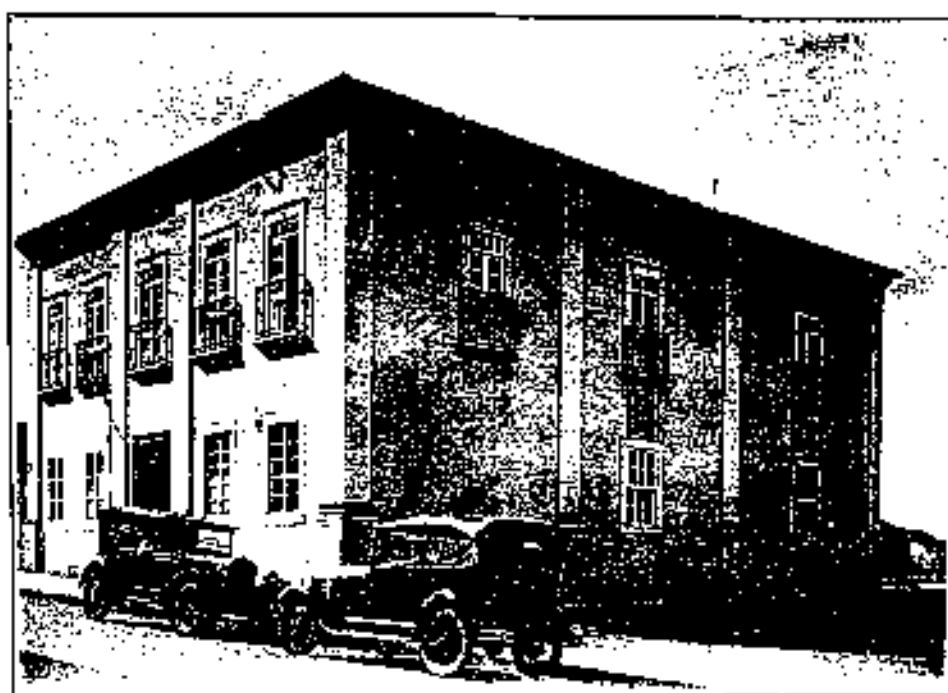
Il. 921. Rua Barão do Rio Branco, 214 (detalhe)



Il. 922. Rua Fernando de Barros. 778



Il. 923. Rua Saldanha Marinho, 160



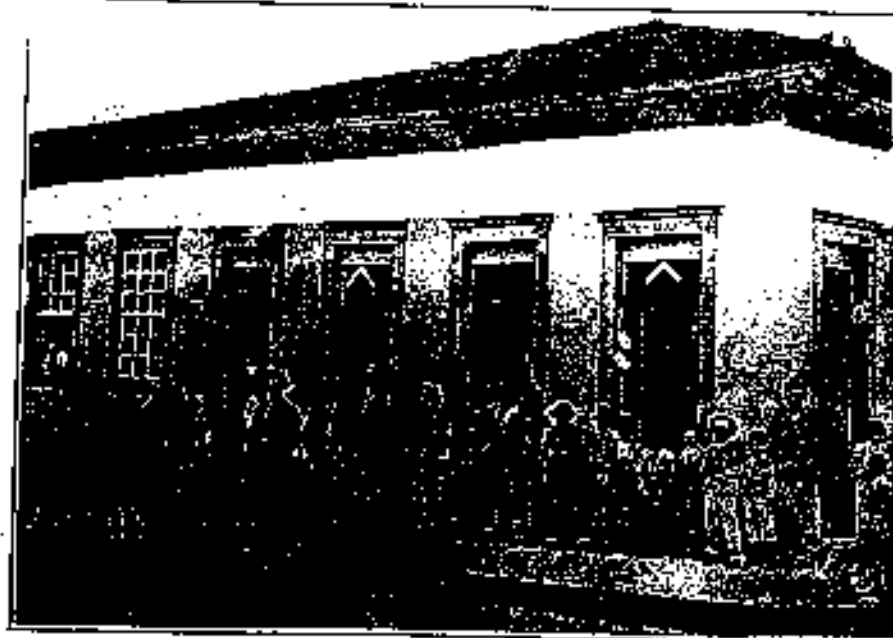
Il. 924. Câmara Municipal



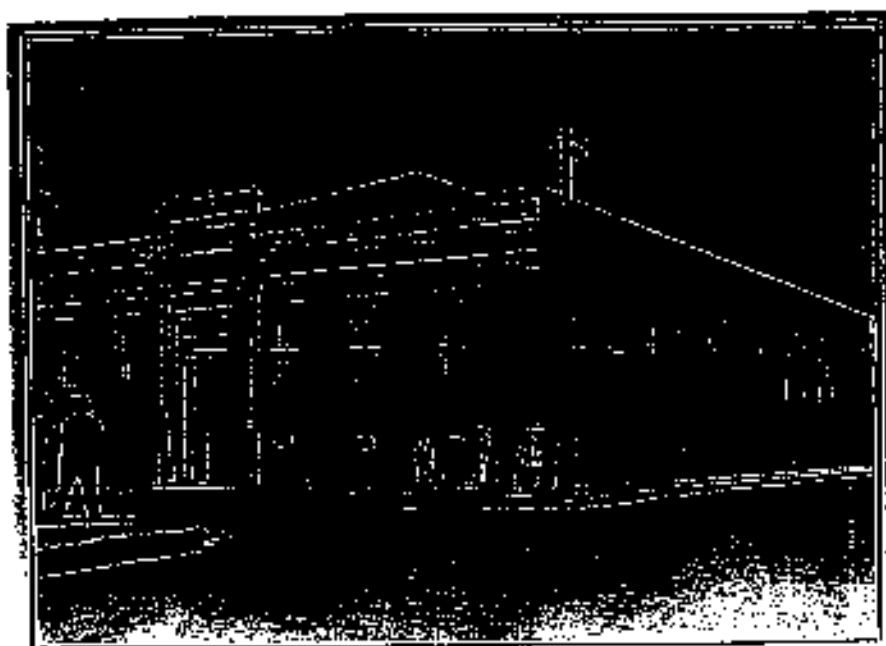
Il. 925. Mercado Municipal



Il. 926. Capivari em 1908



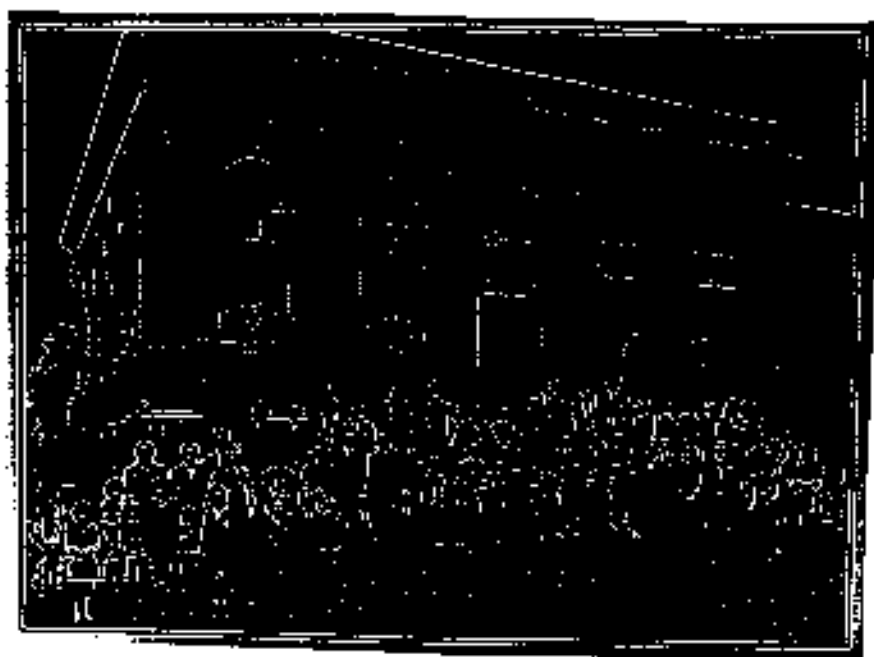
Il. 927. Casa Otacilio em 1908



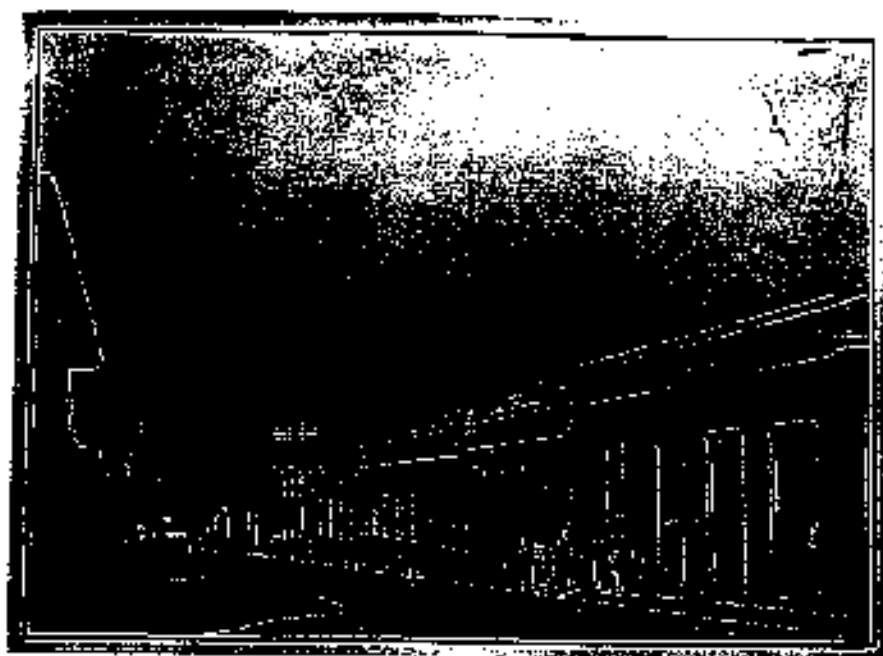
Il. 928. Grupo Escolar



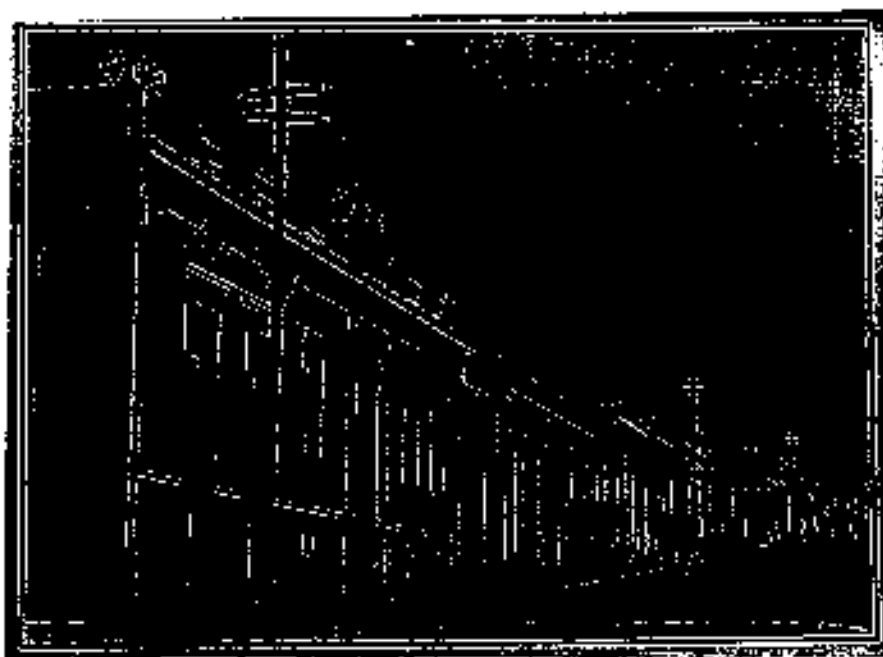
Il. 929. Trecho da Rua Saldanha Marinho



Il. 930. Sede da U. M. C.



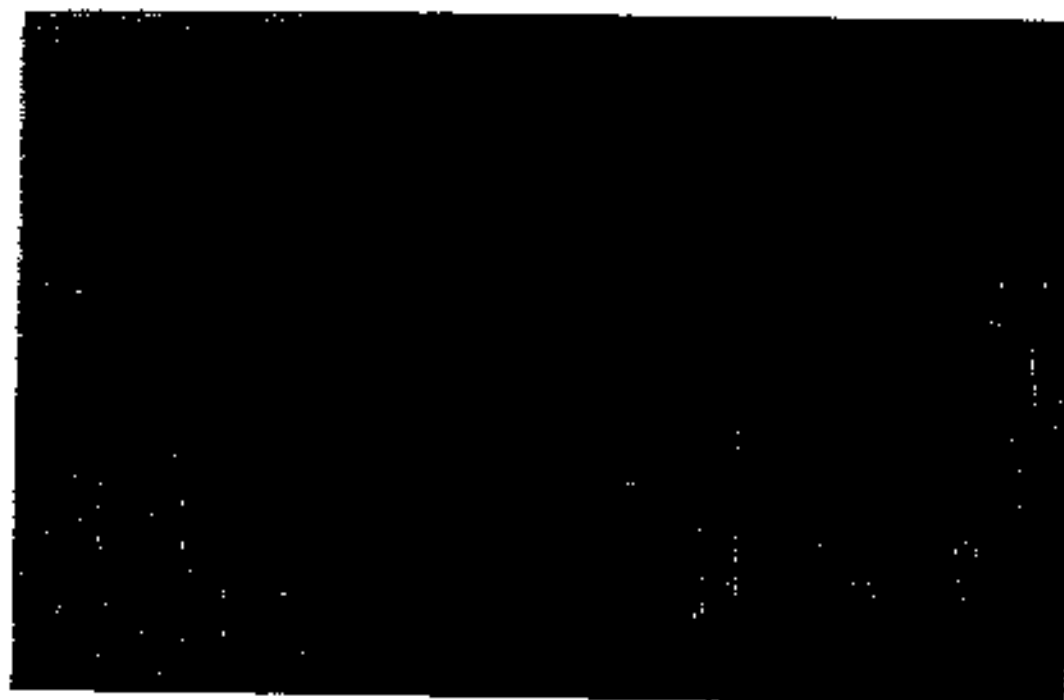
Il. 931. Rua 15 de novembro



Il. 932. Rua Padre Fabiano



Il. 933. Rua 15 de novembro



Il. 934. Rua 15 de novembro



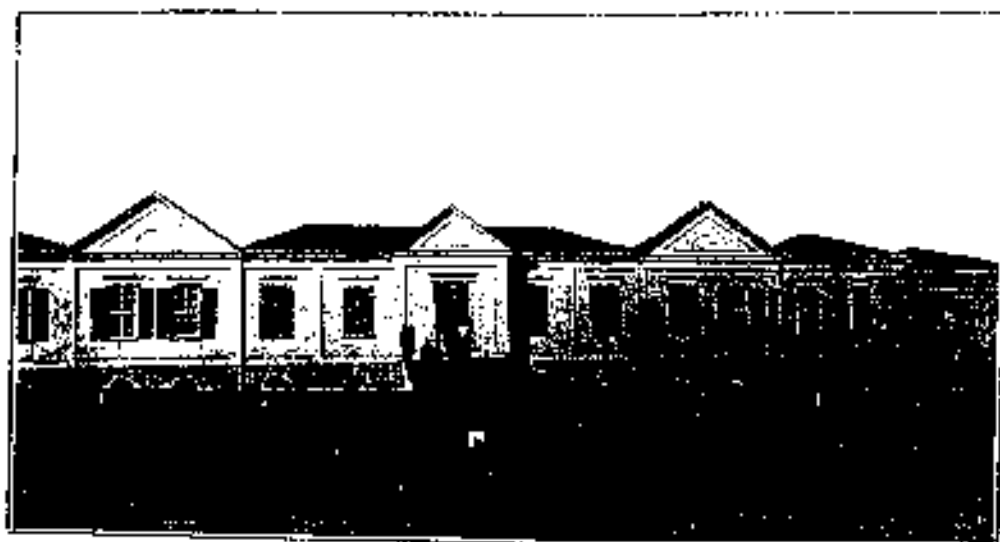
Il. 935. Capela de Santa Cruz



Il. 936. Tiro de Guerra



Il. 937. Cadeia e Fórum



Il. 938. Santa Casa de Misericórdia



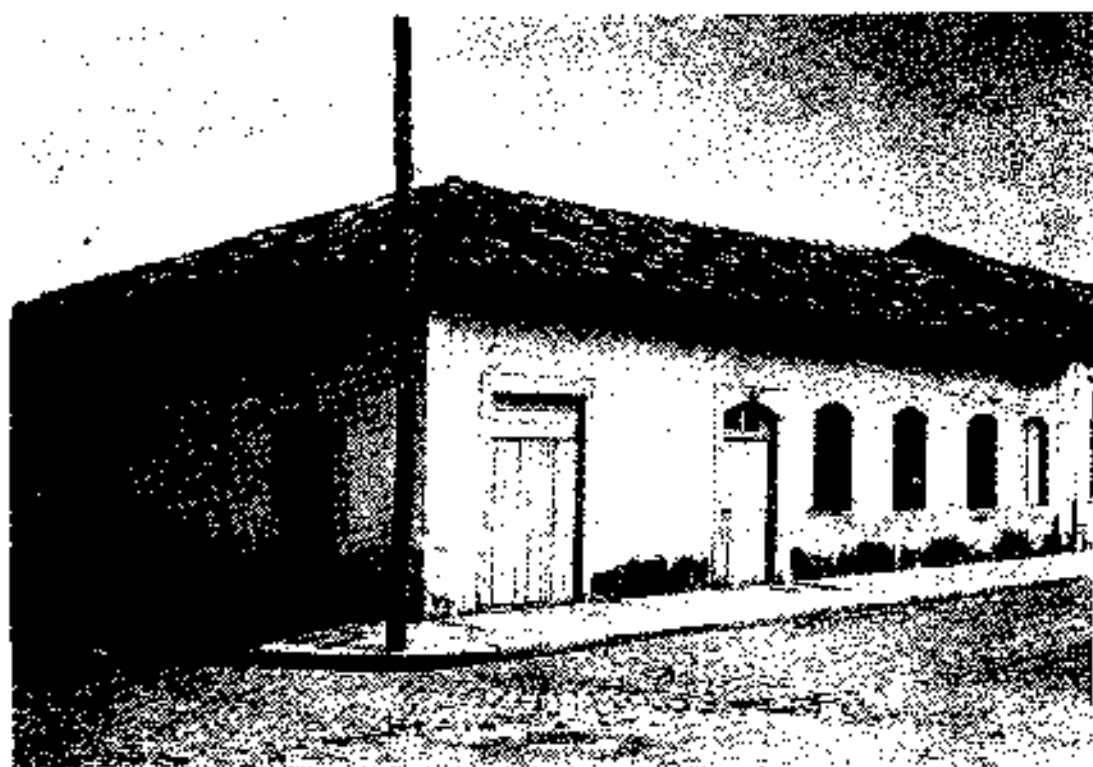
Il. 939. Teatro S. João



Il. 940. "Polytheama"



Il. 941. Fotografia J. Pinto



Il. 942. Casa de Antônio Pires



Il. 943. Rua 15 de novembro



Il. 944. Rua Barão do Rio Branco



Il. 945. Rua 15 de novembro

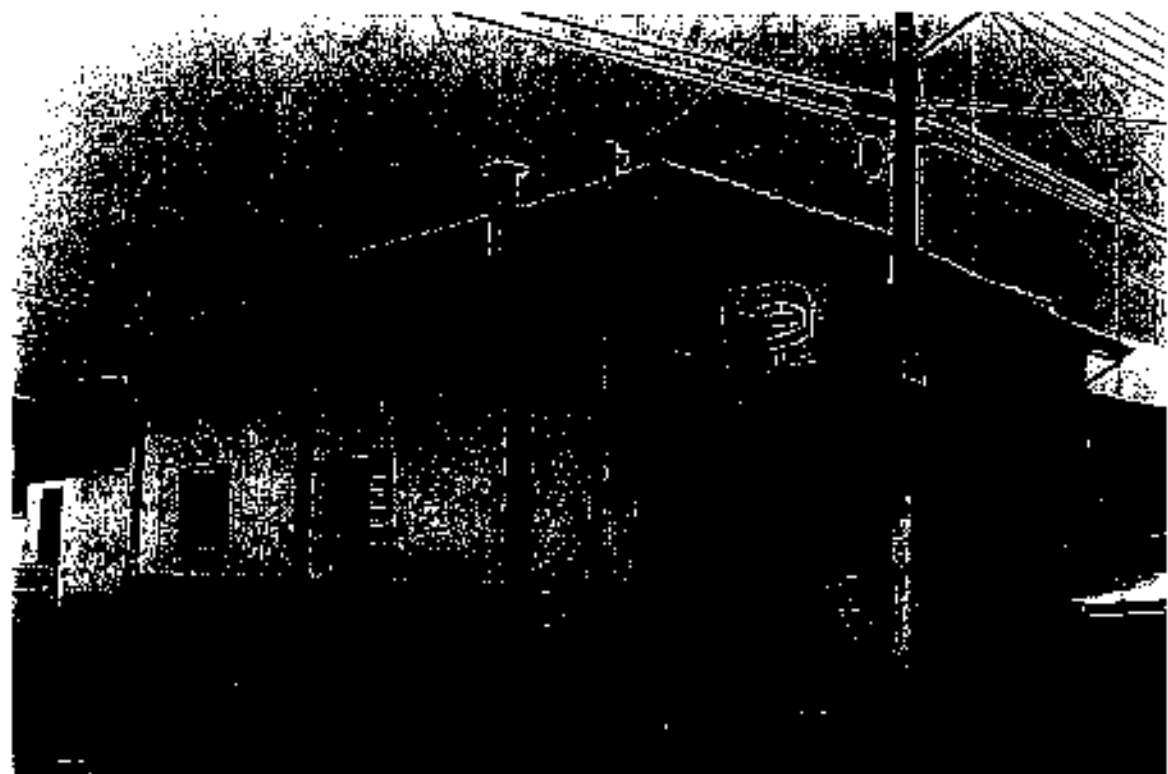


Il. 946. Na 3ª casa da esquerda funcionou colégio fundado por Júlio Ribeiro

CASA BRANCA



Il. 947. Rua Coronel José Júlio. 82



Il. 948. Rua Coronel José Júlio. 166



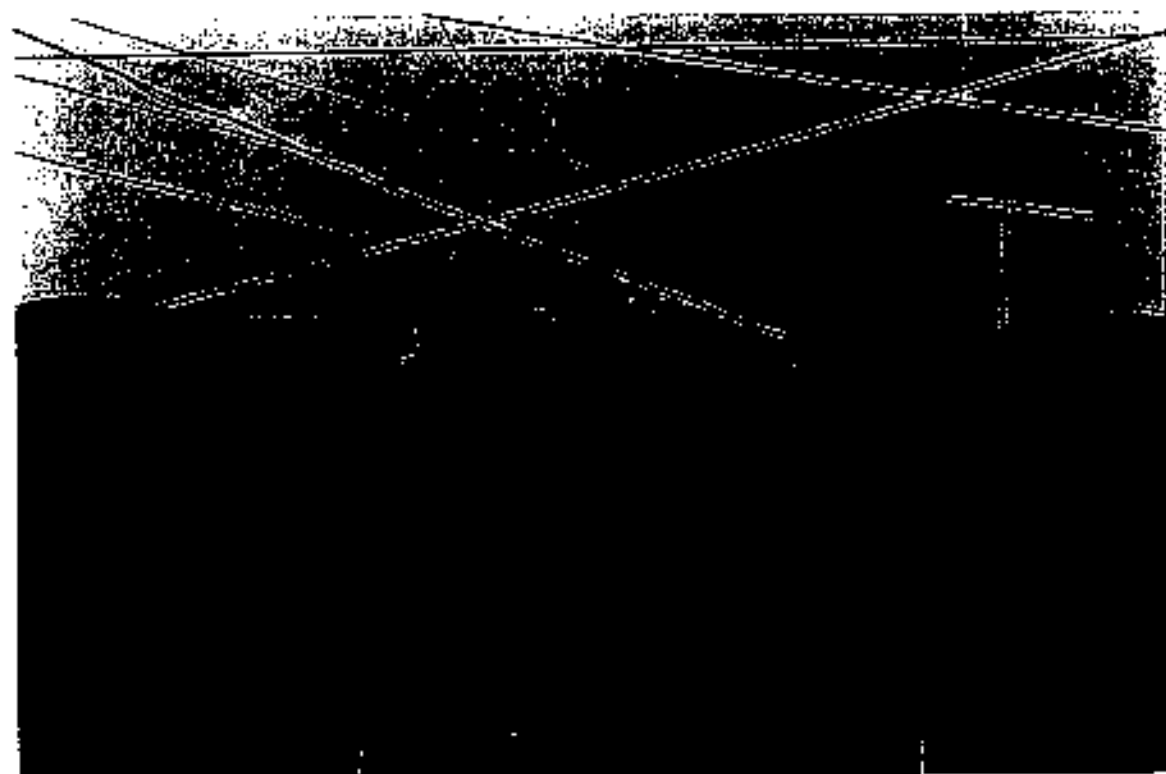
Il. 949. Rua Coronel José Júlio. 165



Il. 950. Rua Coronel José Júlio. 230/234



Il. 951. Rua Coronel José Júlio, 242



Il. 952. Rua Coronel José Júlio, 242 (detalhe)



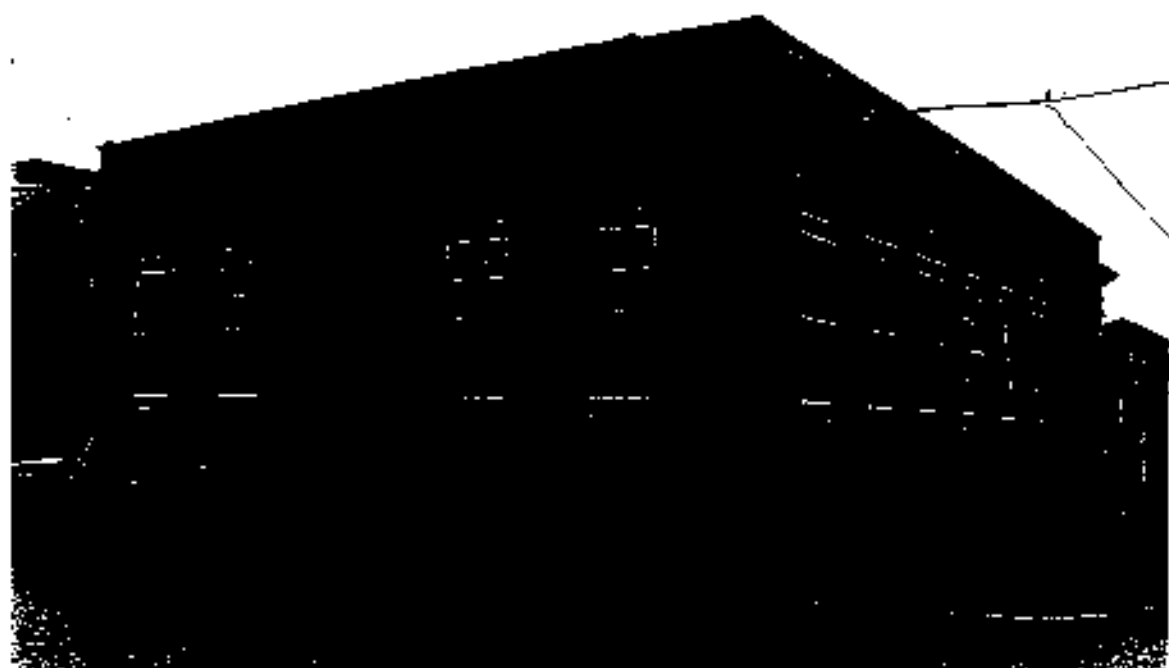
Il. 953. Rua Coronel José Júlio, s/n



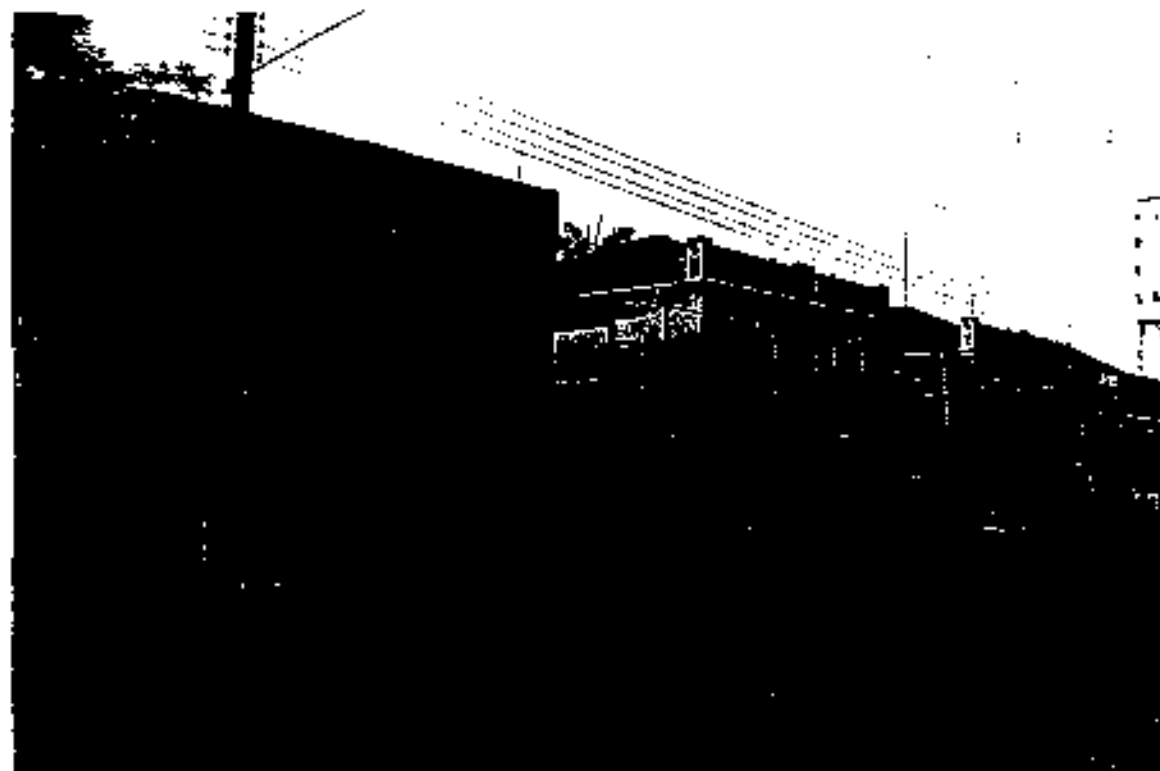
Il. 954. Rua Coronel José Júlio. 638



Il. 955. Rua Coronel José Júlio, 638 (detalhe)



Il. 956. Praça Barão de Mogi Guassu, 150



Il. 957. Praça Barão de Mogi Guassu, 188



Il. 958. Praça Barão de Mogi Guassu. 99

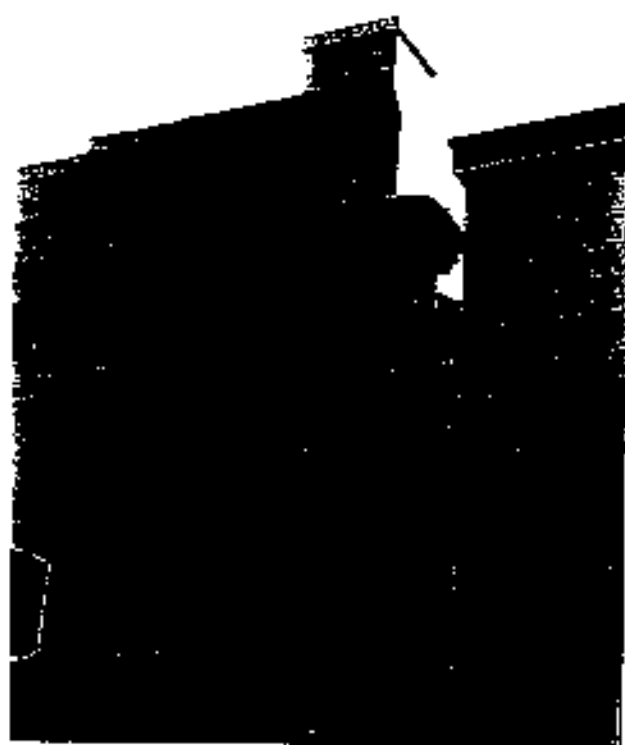


Il. 959. Praça Barão de Mogi Guassu. s/n

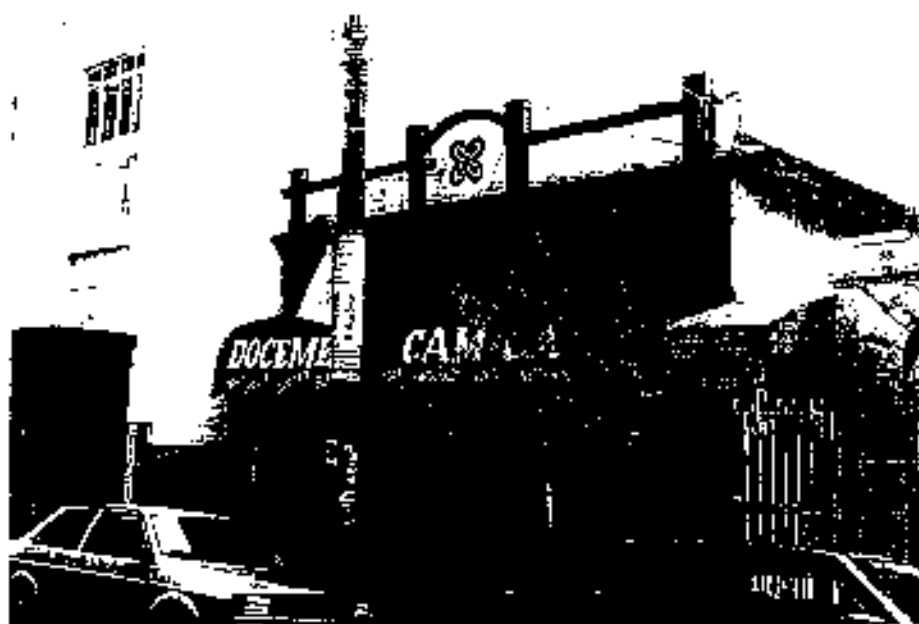
CATANDUVA



II. 960. Rua Minas Gerais, 430



Il. 961. Rua Minas Gerais, 430 (detalhe)



Il. 962. Rua Minas Gerais, 444

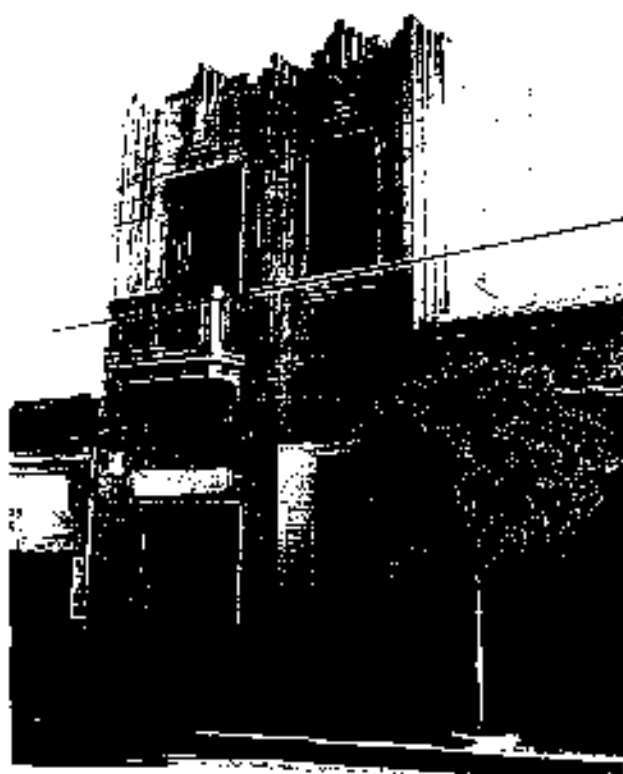


Il. 963. Rua Minas Gerais, esquina Rua 13 de maio

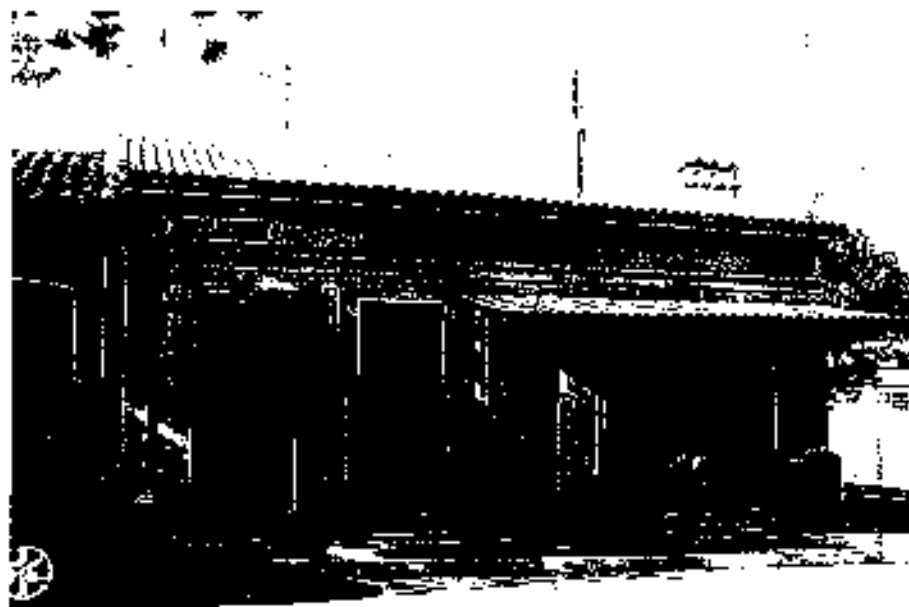


Il. 964. Rua Alagoas, 35

CEZÁRIO LANGE



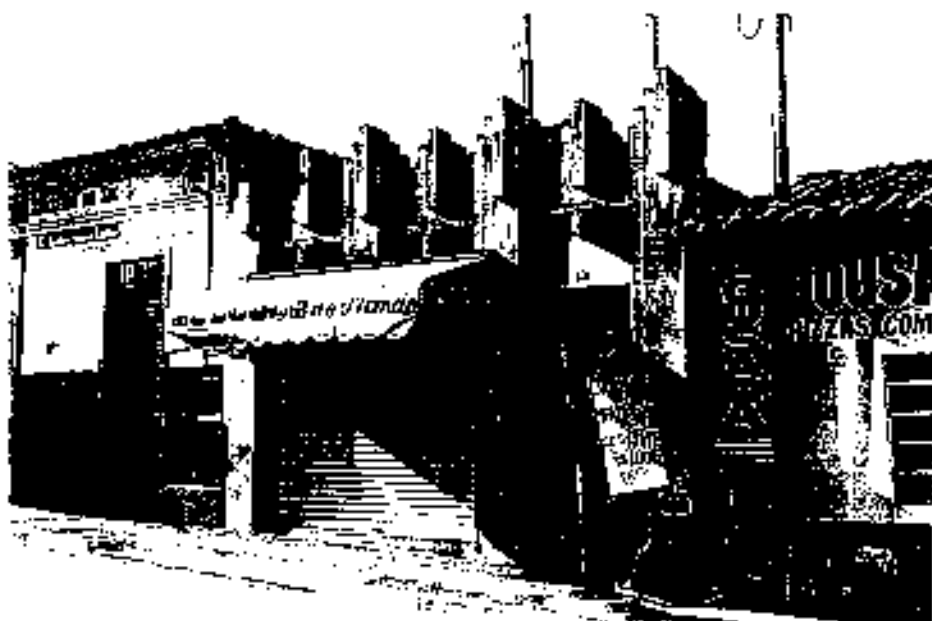
Il. 965. Rua do Comércio, 801



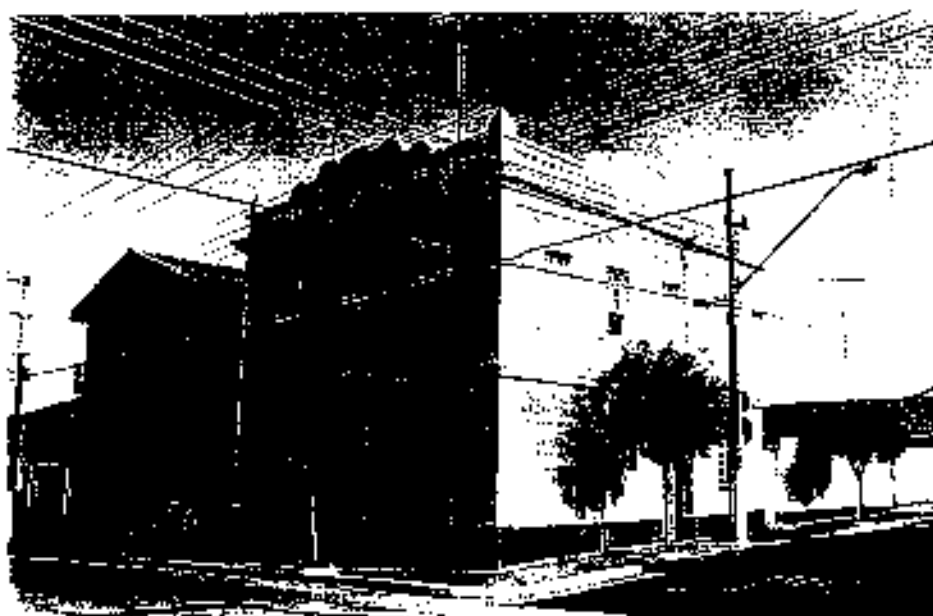
Il. 966. Rua do Comércio, 410



Il. 967. Rua do Comércio, 410 (detalhe)



Il. 968. Rua do Comércio, 466



Il. 969. Rua do Comércio. s/n

CONCHAL



Il. 970. Rua João Pessoa, 414



Il. 971. Rua João Pessoa, 274



II. 972. Rua João Pessoa, 274 (detalhe)

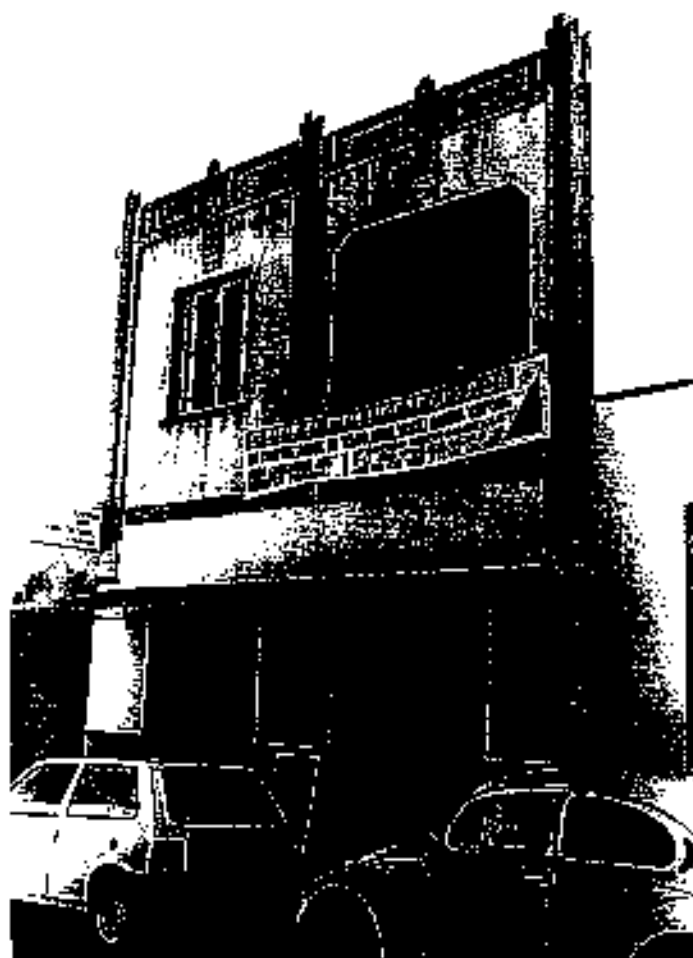
CONCHAS



Il. 973. Rua São Paulo, 167



Il. 974. Rua São Paulo. s/n
(1927)



Il. 975. Rua São Paulo, 209

FRANCA



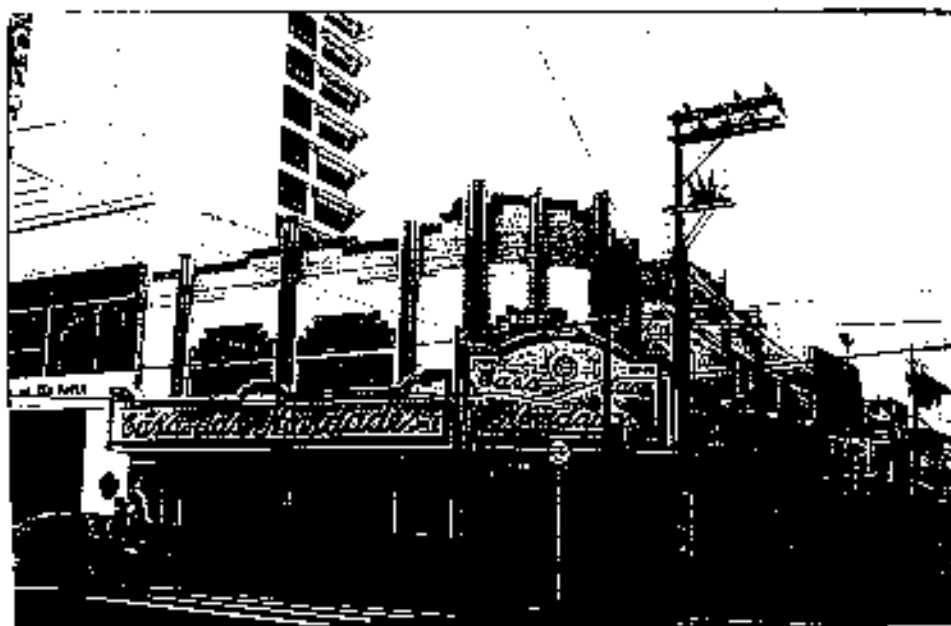
II. 976. Rua Major Claudiano, 1950



II. 977. Rua Major Claudiano, s/n



II. 978. Rua Major Claudiano, 1868



Il. 979. Rua Monsenhor Rosa, s/n



Il. 980. Rua Voluntários da França. 1617



Il. 981. Rua Voluntários da França, 1737



Il. 982. Rua Marechal Deodoro, 1706



Il. 983. Rua Marechal Deodoro, 1644



Il. 984. Rua Marechal Deodoro, 1610



Il. 985. Rua Marechal Deodoro, 1586



Il. 986. Rua Júlio Cardoso, esquina Rua Saldanha Marinho



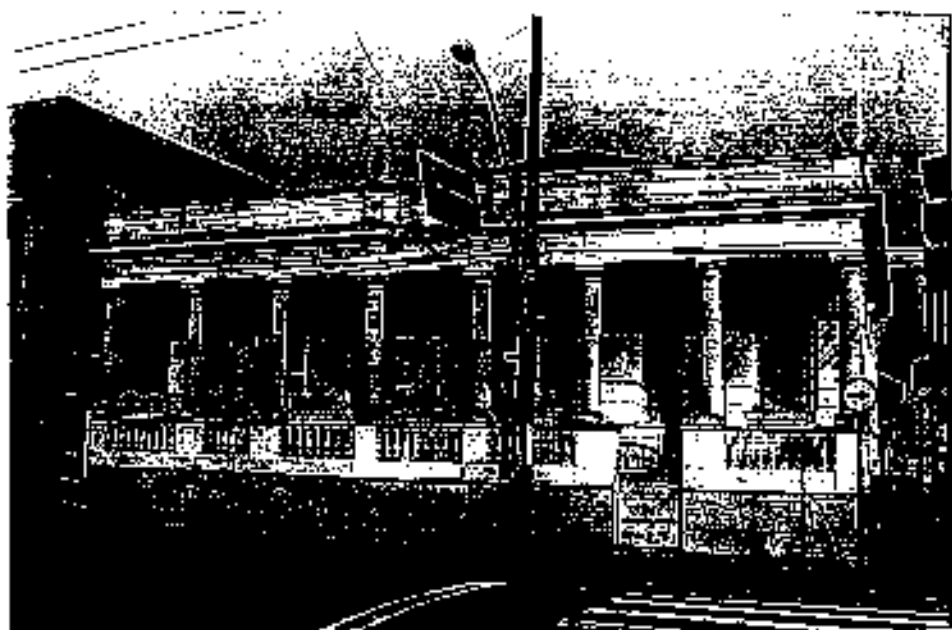
Il. 987. Rua Júlio Cardoso, 1665



Il. 988. Rua Júlio Cardoso, 1654



Il. 989. Rua Monsenhor Rosa, 1491



Il. 990, Rua Monsenhor Rosa, 1611



11, 991. Rua Monsenhor Rosa, 1611 (detalhe)

GUARATINGUETÁ



II. 992. Rua Coronel Virgílio, esquina Rua Prudente de Moraes



II. 993, Rua Prudente de Moraes, 50



Il. 994. Rua Prudente de Moraes. 19



Il. 995. Rua Prudente de Moraes. 86/88

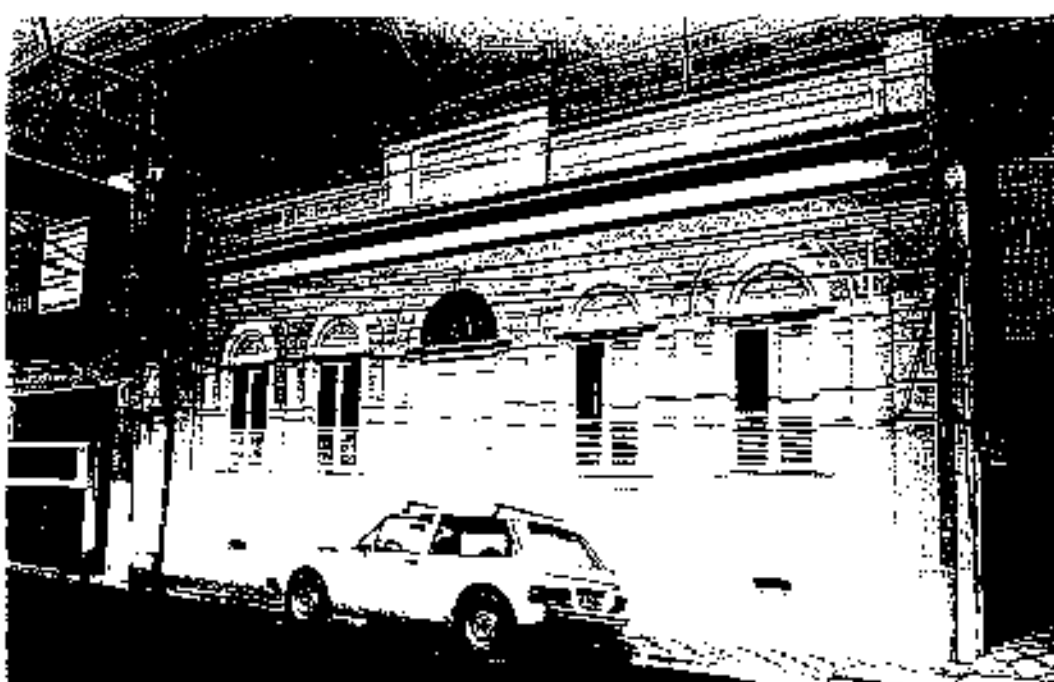


II. 996, Rua Prudente de Moraes, 86/88 (detalhe)

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE



Il. 997. Praça D. Pedro II, 30



Il. 998. Rua Pedro Marcondes, 52



Il. 999. Rua Pedro Marcondes. 73



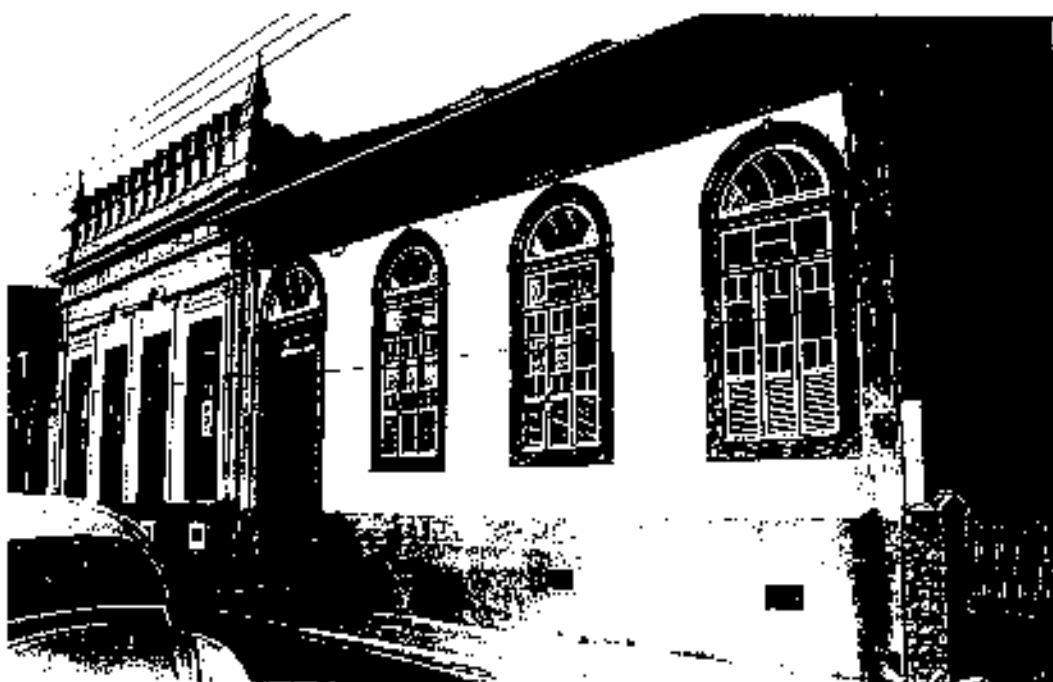
Il. 1000. Prefeitura Municipal



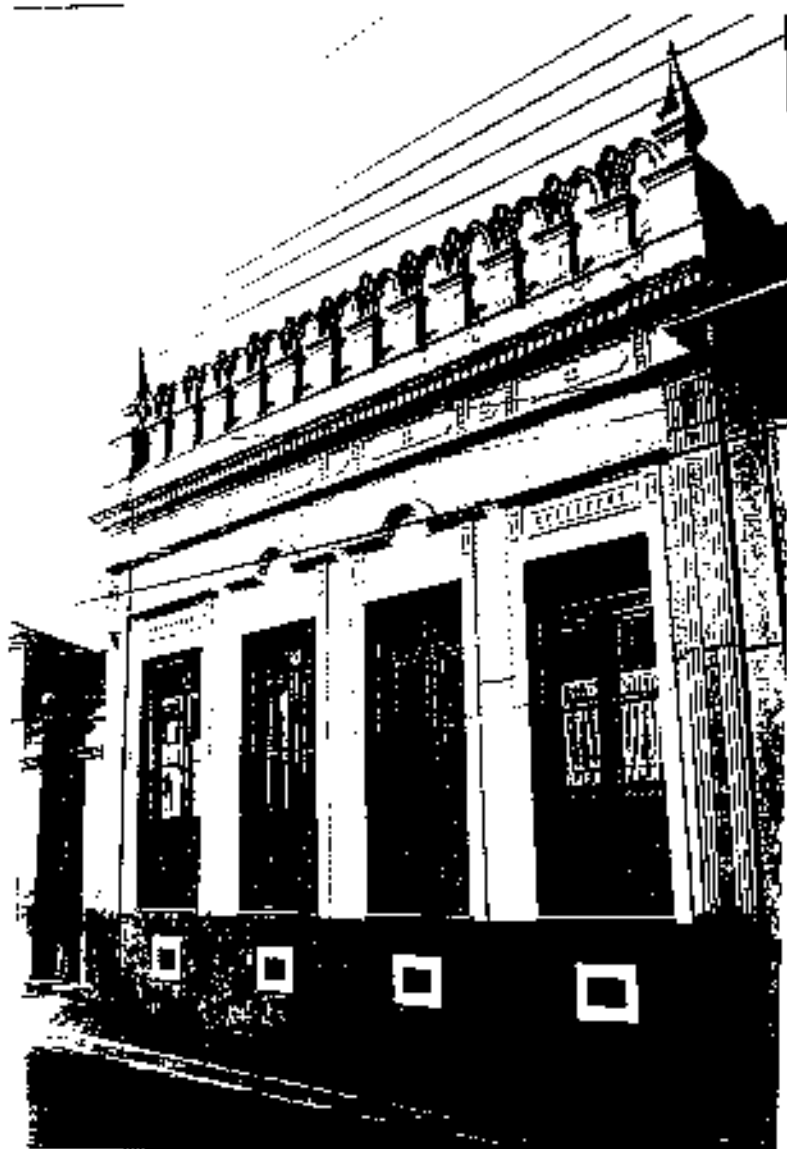
Il. 1001. Rua Pedro Marcondes, 89



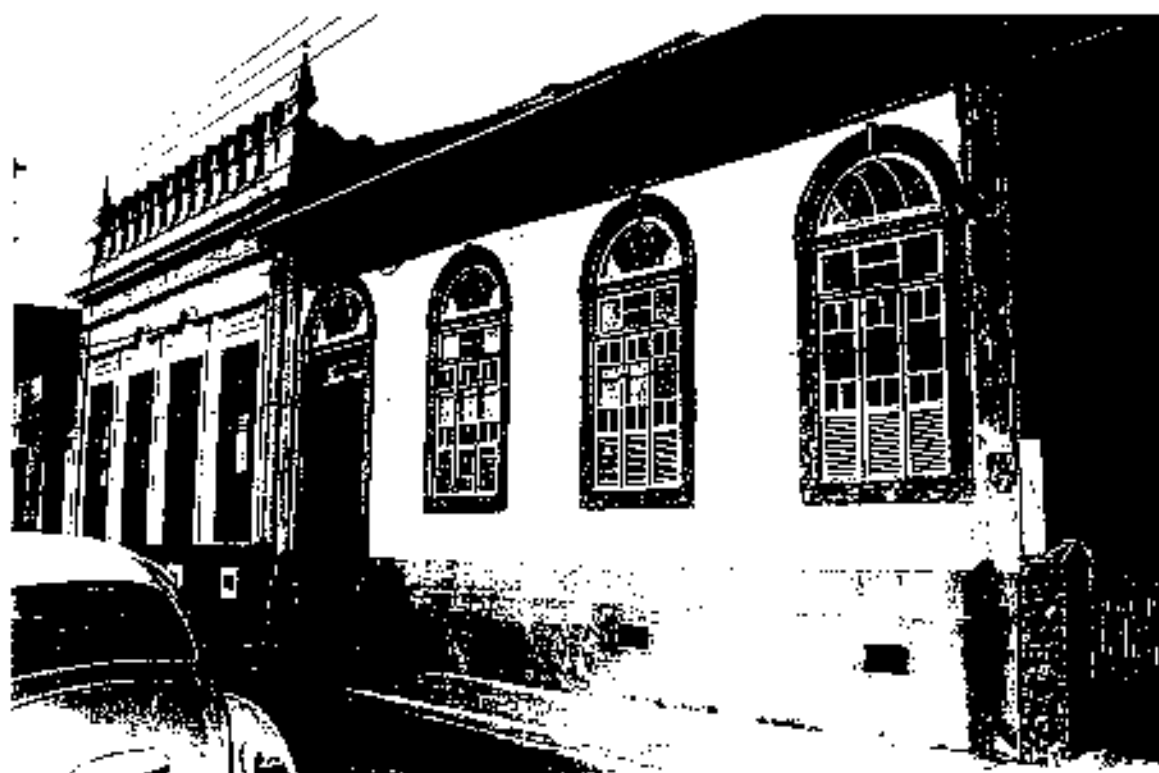
Il. 1002. Rua Rafael Brotero, 18/26



Il. 1003. Rua Brotero de Barros, 47



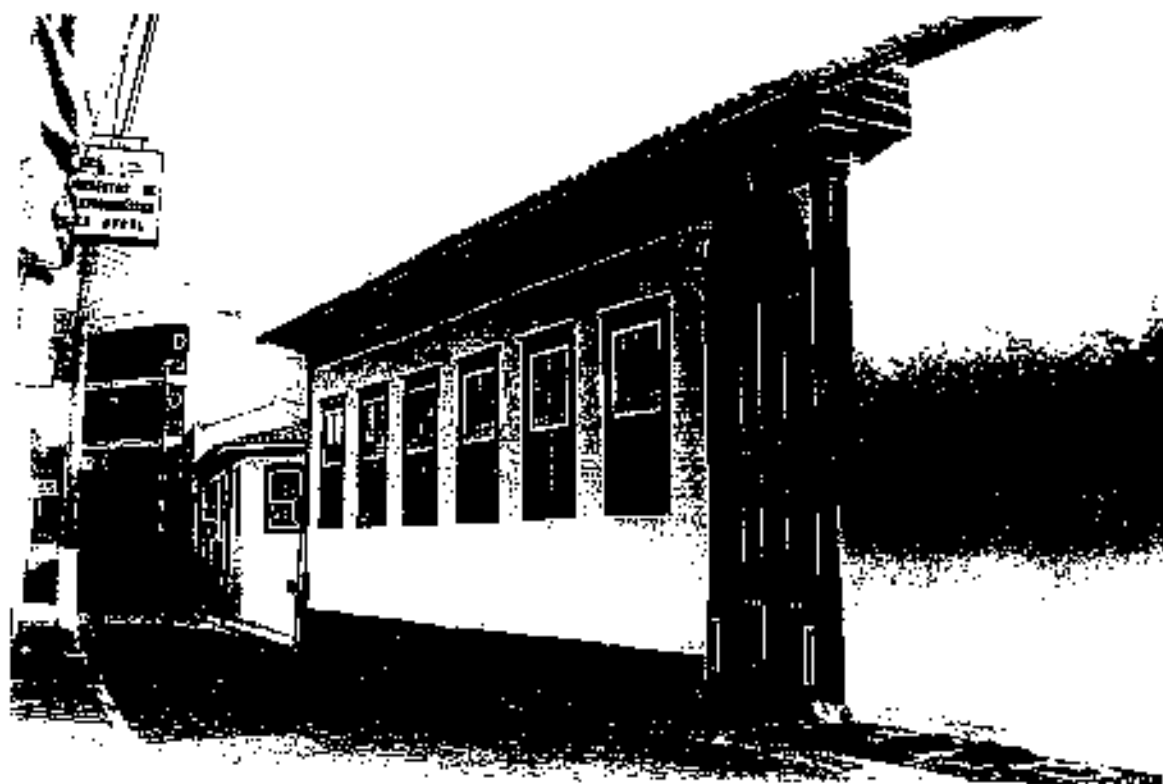
Il. 1004. Rua Brotero de Barros. 63



II. 1005. Rua Brotero de Barros, 47



Il. 1006, Rua Brotero de Barros. 35



Il. 1007. Rua Frei Galvão, 48

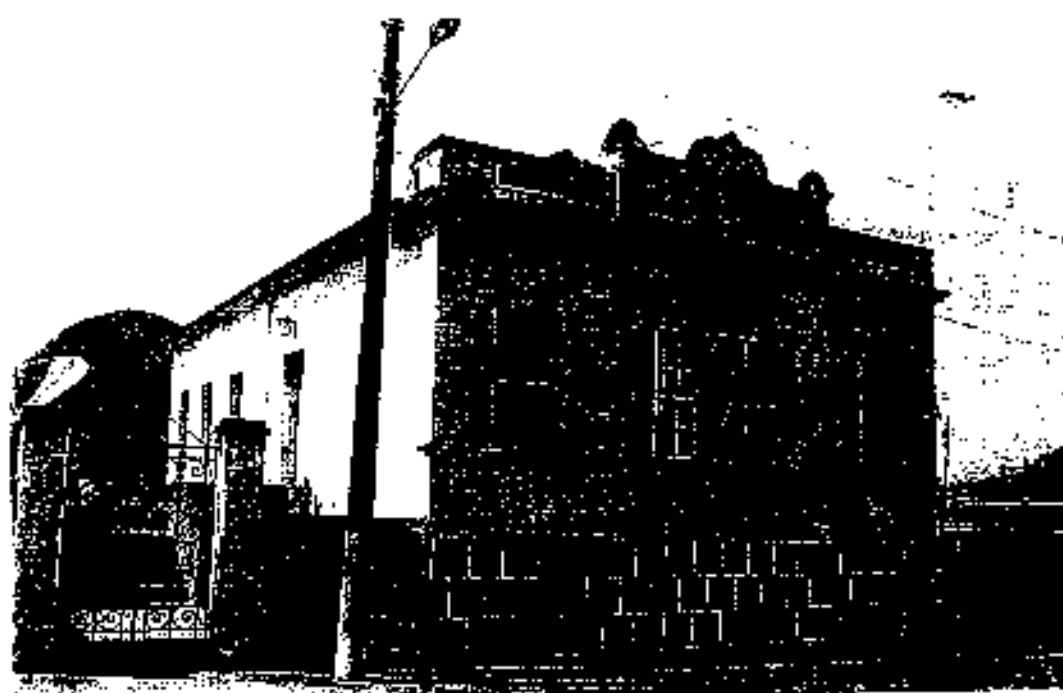


Il. 1008. Rua Frei Galvão, 48 (detalhe)



Il. 1009. Catedral de Santo Antônio

GUARDINHA
DISTRITO DE S. SEBASTIÃO DO PARAÍSO
MINAS GERAIS



Il. 1010. Residência nº 454



Il. 1011. Residência nº 454 (detalhe)

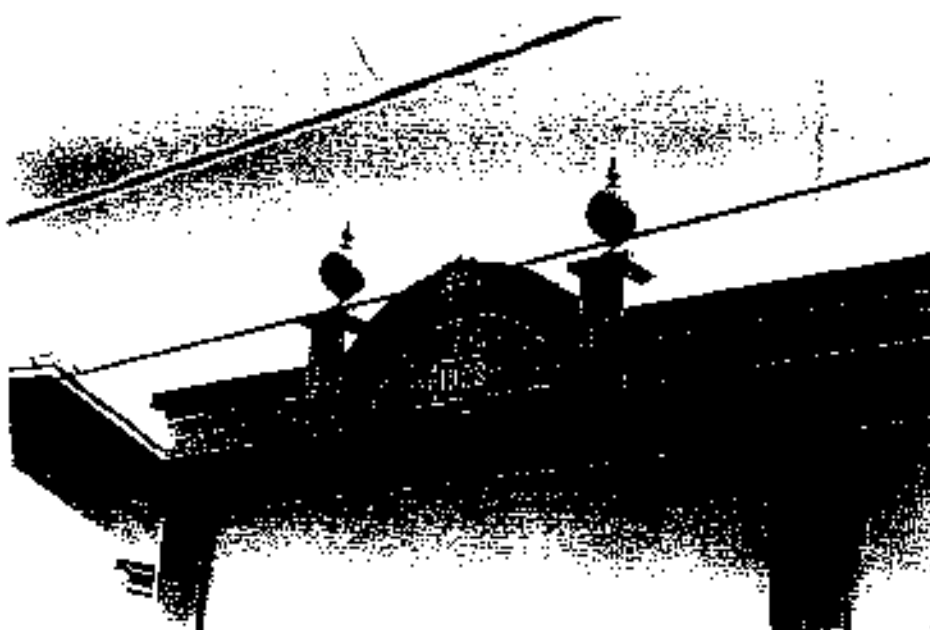


II. 1012. Residência nº 454 (detalhe)

ITAPETININGA



Il. 1013. Rua Benjamin Constant, 363



Il. 1014. Rua Benjamin Constant. 363 (detalhe)



Il. 1015. Rua Saldanha Marinho, 219



II, 1016. Rua Saldanha Marinho, 250



II, 1017. Rua Saldanha Marinho, 458, esquina Rua José Bonifácio



II. 1018. Rua Saldanha Marinho, 386



[L. 1019, Rua José Bonifácio, 418



Il. 1020. Rua José Bonifácio, 418 (detalhe)



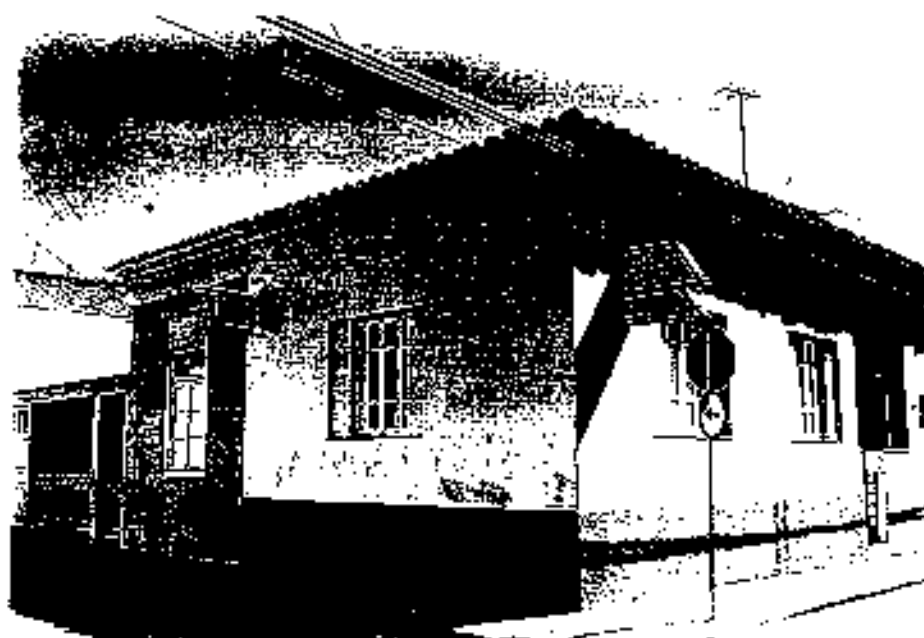
Il. 1021. Rua Monsenhor Soares, 439



Il. 1023. Rua Monsenhor Soares, 439 (detalhe)



Il. 1023. Rua Saldanha Marinho, 572



Il. 1024. Rua José Bonifácio, 564, esquina Rua Venâncio Ayres



Il. 1025. Rua José Bonifácio, 564 (detalhe)



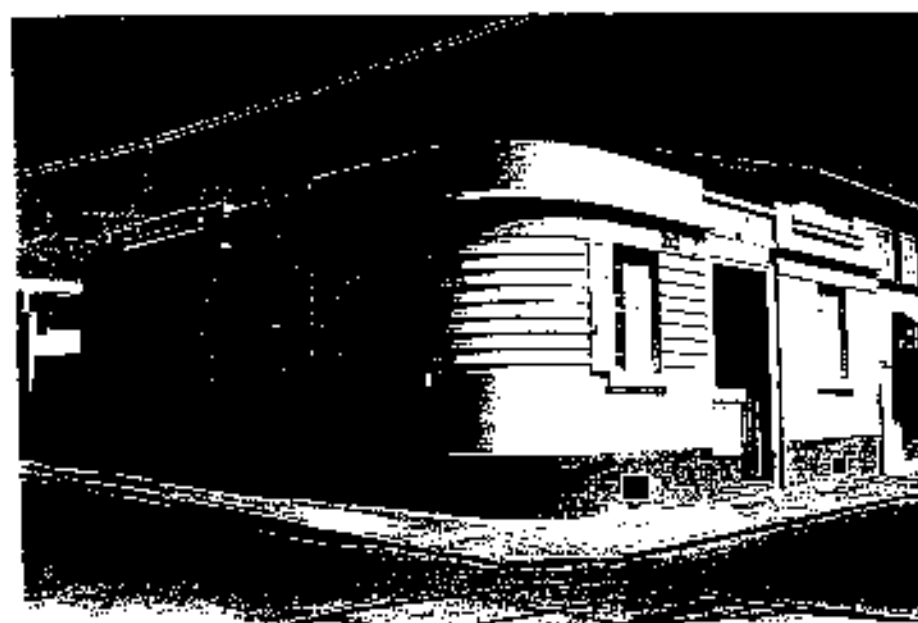
Il. 1026, Rua Saldanha Marinho. s/n
(1928)



Il. 1027. Rua Saldanha Marinho, s/n (detalhe)



Il. 1028. Rua Saldanha Marinho, s/n e 589



Il. 1029. Rua Saldanha Marinho. 642



Il. 1030. Rua Saldanha Marinho, 706



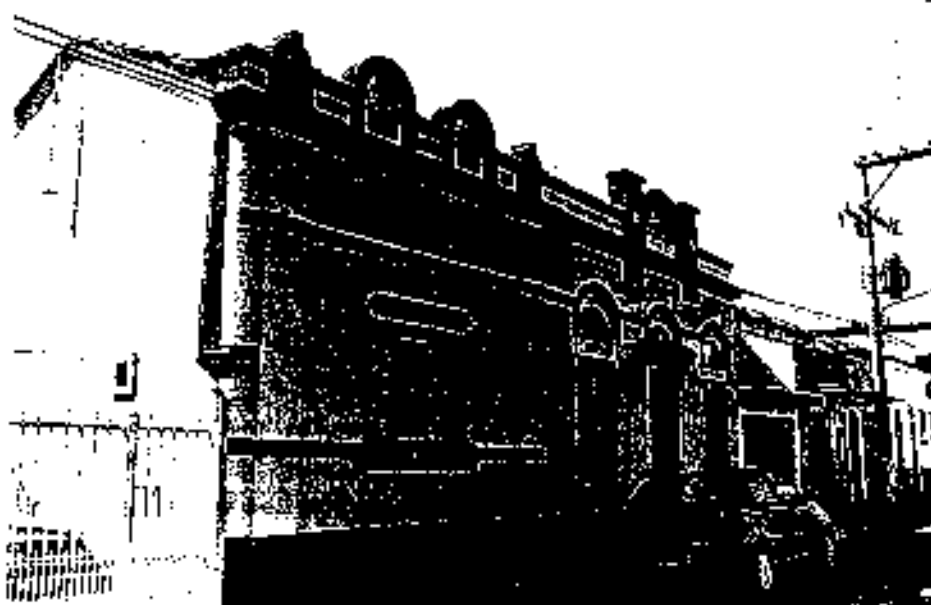
Il. 1031. Rua Saldanha Marinho, 692



Il. 1032. Rua Saldanha Marinho, 692 (detalhe)



Il. 1033, Rua Saldanha Marinho, 743 e s/n



Il. 1034, Rua Saldanha Marinho. 791



II. 1035. Rua Saldanha Marinho, 781
(1930)

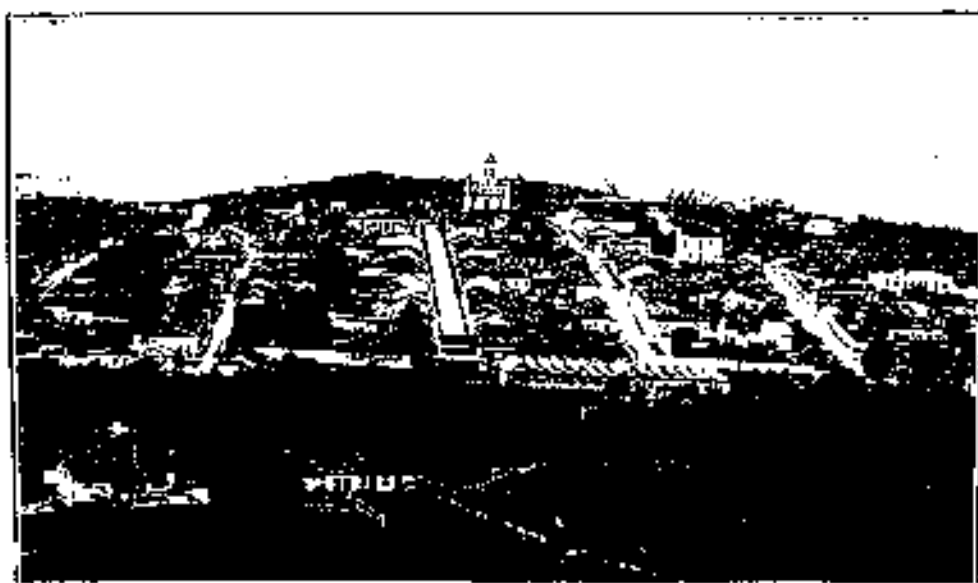


II. 1036. Rua Saldanha Marinho, 781 (detalhe)



Il. 1037. Rua Saldanha Marinho, 819

ITATIBA



Il. 1038. Panorama da cidade de Itatiba



Il. 1039. Igreja Matriz de Itatiba
(916



Il. 1040. Edifício da Câmara Municipal e Delegacia - 1916

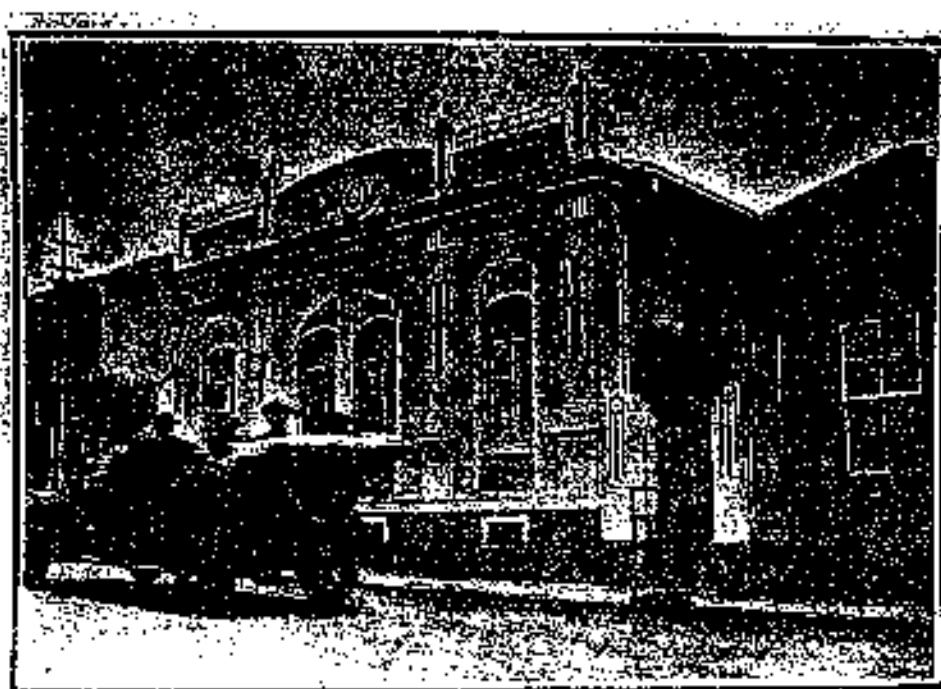


Il. 1041. Edifício do Teatro São Joaquim - 1916

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE



II, 1042. Edifício do Grupo Escolar Cel. Júlio Cezar - 1916

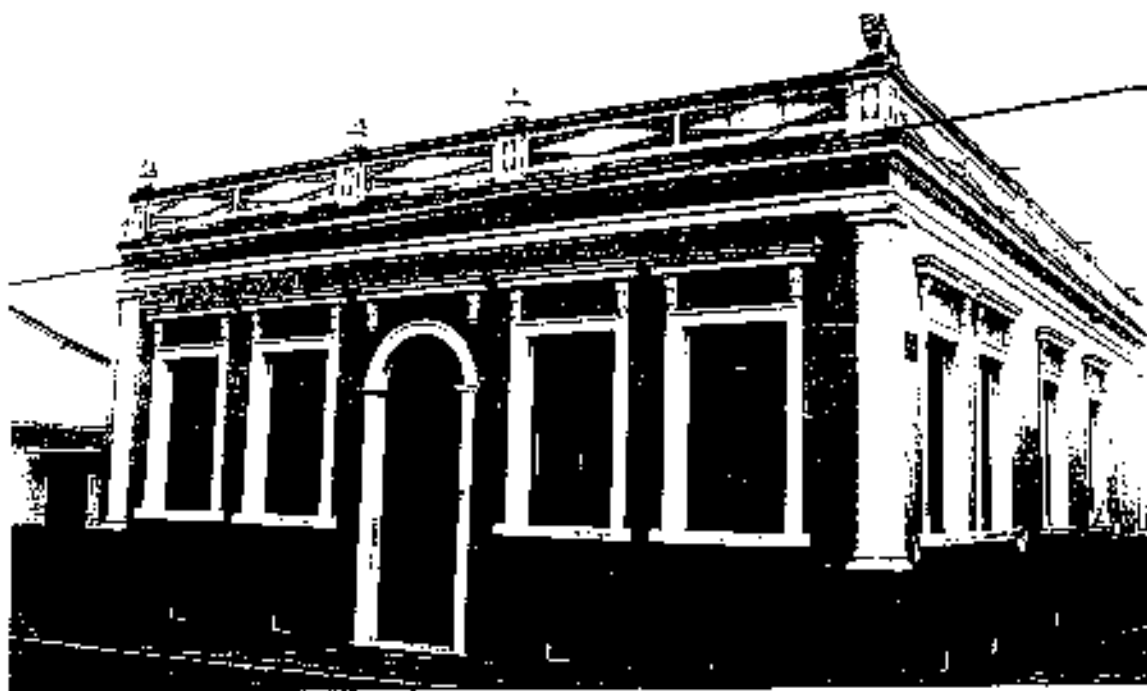


II, 1043. Edifício do Centro Católico - 1916

ITU



Il. 1044. Rua Santa Rita. 714



Il. 1045, Rua Santa Rita, 685



Il. 1046. Rua Santa Rita. 796



Il. 1047. Rua Santa Rita. 131



Il. 1050. Rua 7 de setembro, 136 (detalhe)



Il. 1051. Rua Santa Rita, 957



Il. 1052. Rua Santa Rita, 966/978



Il. 1053. Rua Santa Rita, 964



Il. 1054, Rua Floriano Peixoto, 1247
(1902)



II, 1055. Rua Floriano Peixoto, 1247 (detalhe)



Il. 1056. Rua Floriano Peixoto, 1265



Il. 1057. Rua Floriano Peixoto, 1275



Il. 1058. Rua Floriano Peixoto, 1307/1311



Il. 1059. Rua Floriano Peixoto, 1014



Il. 1060. Rua Floriano Peixoto, 1090/1098



Il. 1061. Rua Floriano Peixoto, 795/797/799/801



II, 1062. Rua Floriano Peixoto, 795/797/799/801



Il. 1063. Rua Floriano Peixoto, 795/797/799/801 (detalhe)



Il. 1064. Rua Floriano Peixoto, s/n



Il. 1065. Praça Padre Miguel, 39



Il. 1066. Praça Padre Miguel, 55



Il. 1067. Praça Padre Miguel, 63/65
(1874)



Il. 1068. Praça Padre Miguel, 79/83
(1878)



Il. 1069, Praça Padre Miguel, 93



Il. 1070, Praça Padre Miguel, s/n



II. 1071. Praça Padre Miguel, s/n



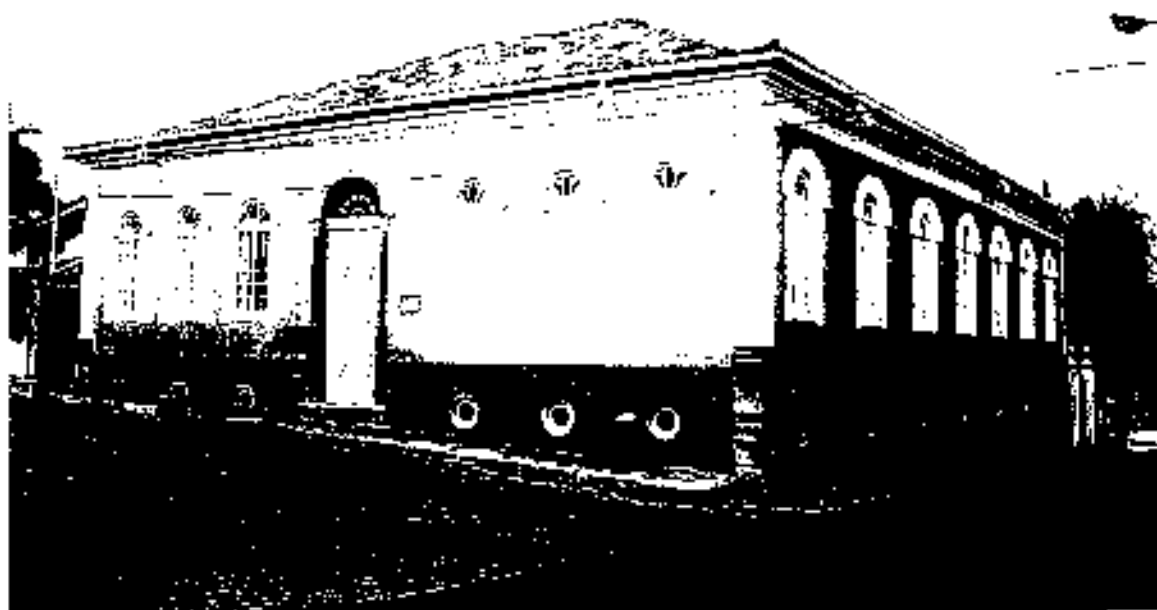
Il. 1072. Rua Paula Sousa, 754
(1882)



II. 1073. Rua Paula Sousa. 669/671
(1847)



Il. 1074. Rua Paula Sousa, 664
(1858)



(I. 1075, Praça D. Pedro I, 14
(1861)



II. 1076. Praça D. Pedro I, 14 (detalhe)

ROBERTO PASTANA TEIXEIRA LIMA

MODELOS PORTUGUESES E ARQUITETURA BRASILEIRA:
CATÁLOGO E ANÁLISE DAS FORMAS ARQUITETURAIS PAULISTAS E
LUSITANAS NO OITOCENTOS

VOLUME 2 – TOMO II

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas sob a
orientação do Prof. Dr. Jorge Coli

DEZEMBRO/2001

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE	22
Nº DIAM.	T/UNICAP
	1628m
102 T02	
TOTAL BC.	48797
PRDC.	16.837102
CL	11,00
PRECIO	11,00
DATA	
Nº CPD	

CM001660777

93 ED 255200

JABOTICABAL

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

825



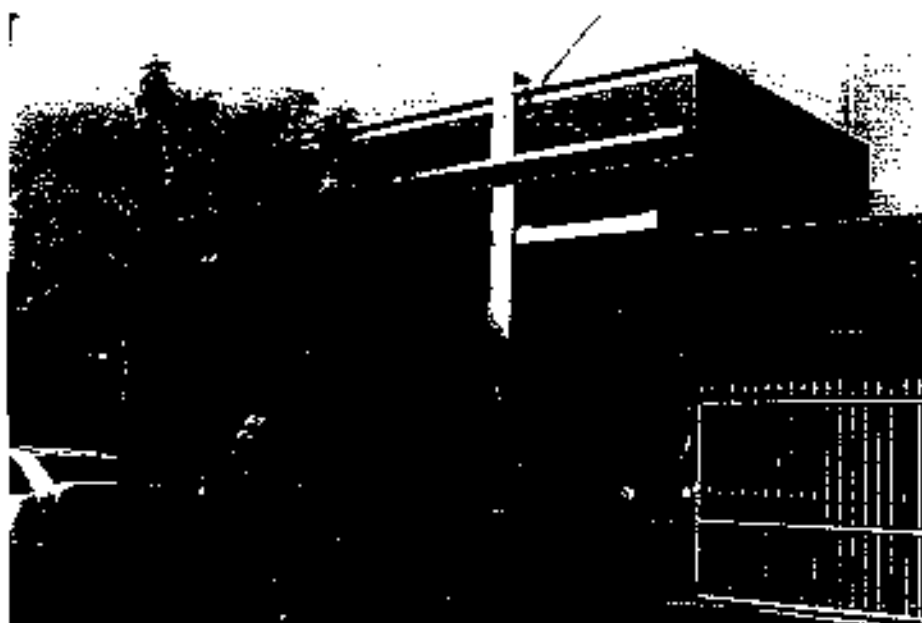
Il. 1077. Rua 24 de maio, s/n



Il. 1078. Rua 24 de maio, 1430



IL 1079. Rua 24 de maio, 1430 (detalhe)



Il. 1080. Rua 24 de maio, 1393



Il. 1081. Rua 24 de maio, 1354



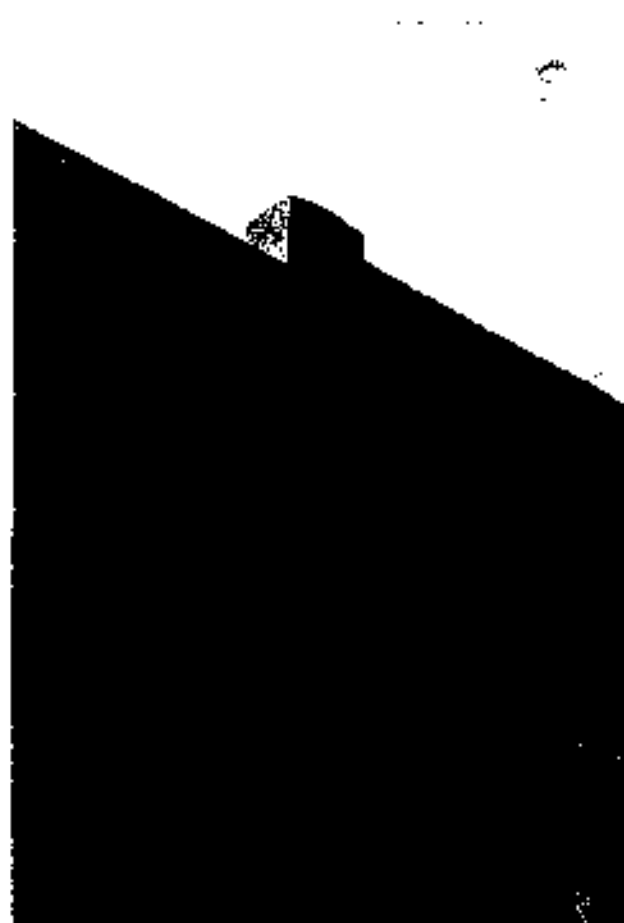
Il. 1082. Rua 24 de maio, 1354 (detalhe)



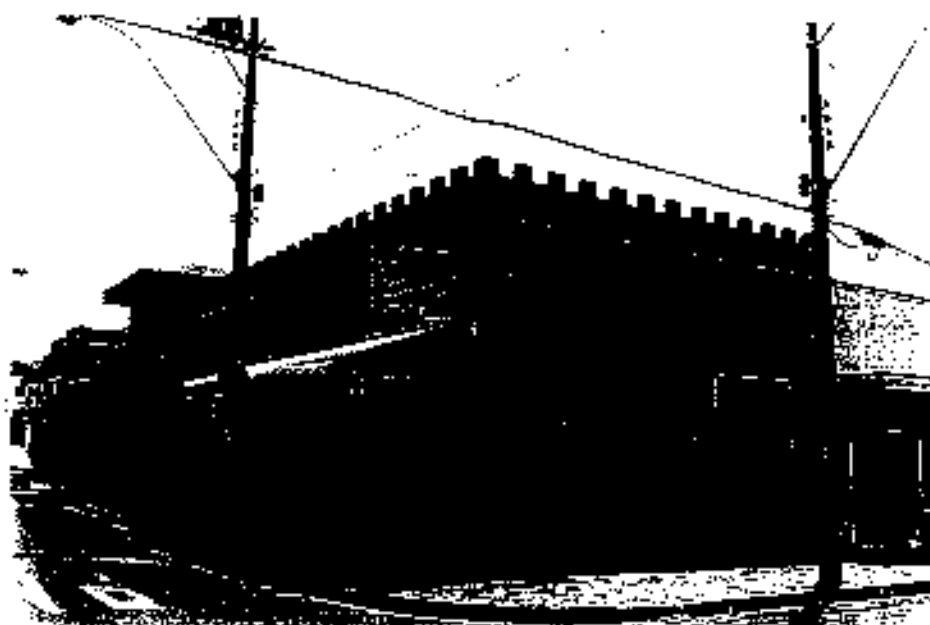
Il. 1083. Avenida 13 de maio, 442



Il. 1084. Rua Floriano Peixoto, s/n



II, 1085, Rua Floriano Peixoto, s/n (detalhe)



Il. 1086. Avenida 13 de maio, s/n



Il. 1087. Avenida 13 de maio, 406



II. 1088. Avenida 13 de maio, 406 (detalhe)



II. 1091. Rua Rui Barbosa, 847



II. 1088. Avenida 13 de maio, 406 (detalhe)



Il. 1089. Rua Rui Barbosa, 768



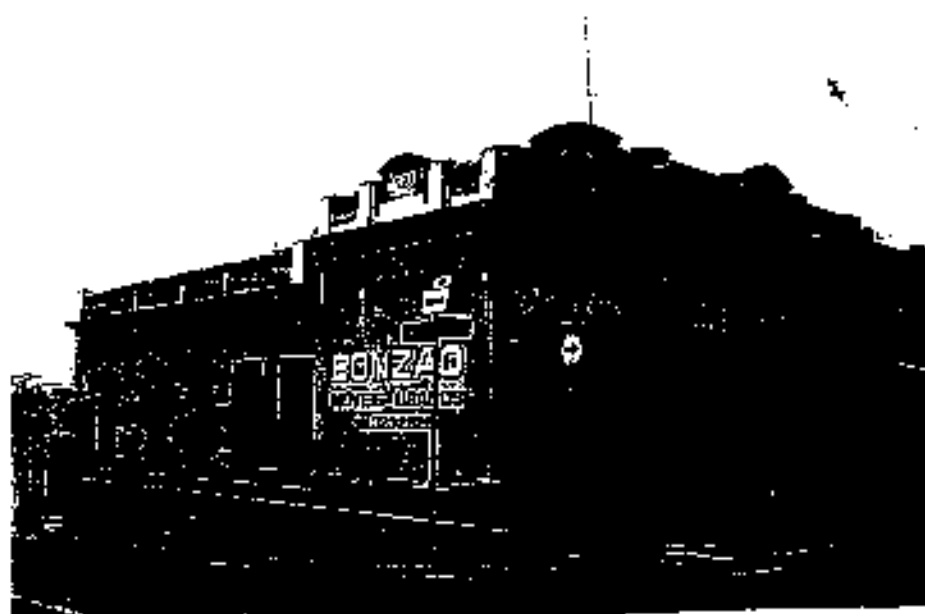
Il. 1090. Rua Rui Barbosa, 768 (detalhe)



Il. 1091. Rua Rui Barbosa, 847



Il. 1092. Rua Rui Barbosa, s/n



Il. 1093. Rua Rui Barbosa, 872



Il. 1094. Avenida Marechal Deodoro, s/n
(1927)



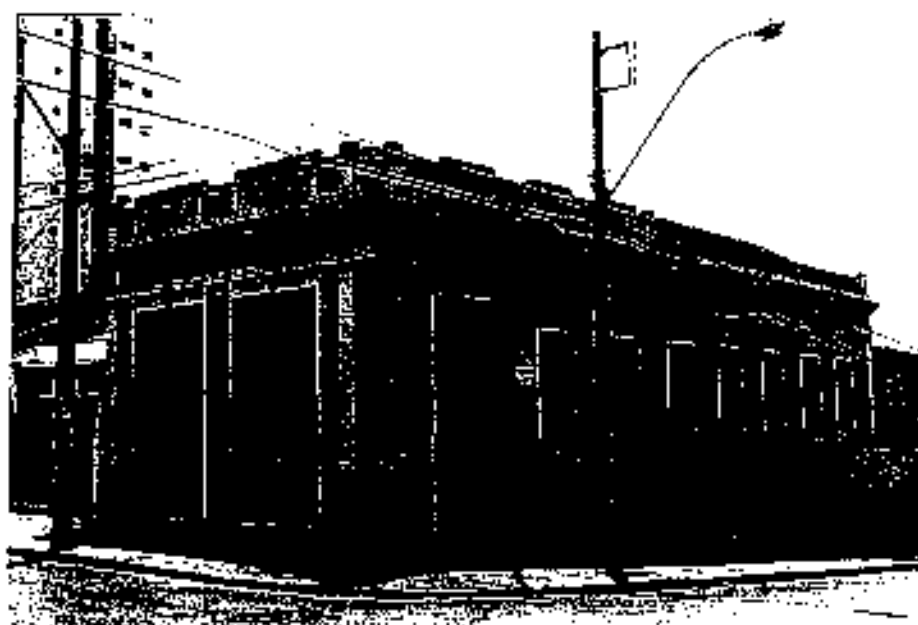
Il. 1095. Avenida Marechal Deodoro, s/n (detalhe)



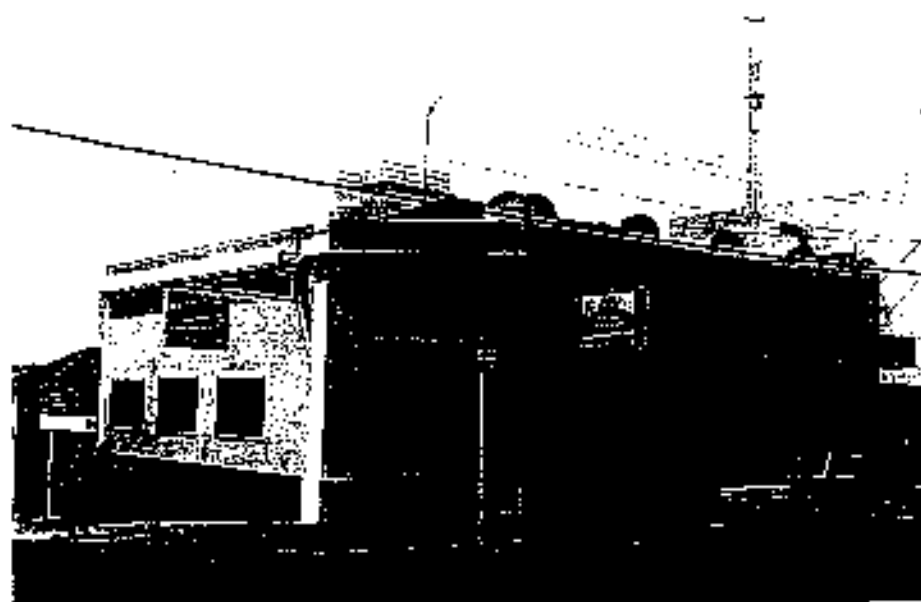
Il. 1096. Rua Marechal Deodoro, 274/280



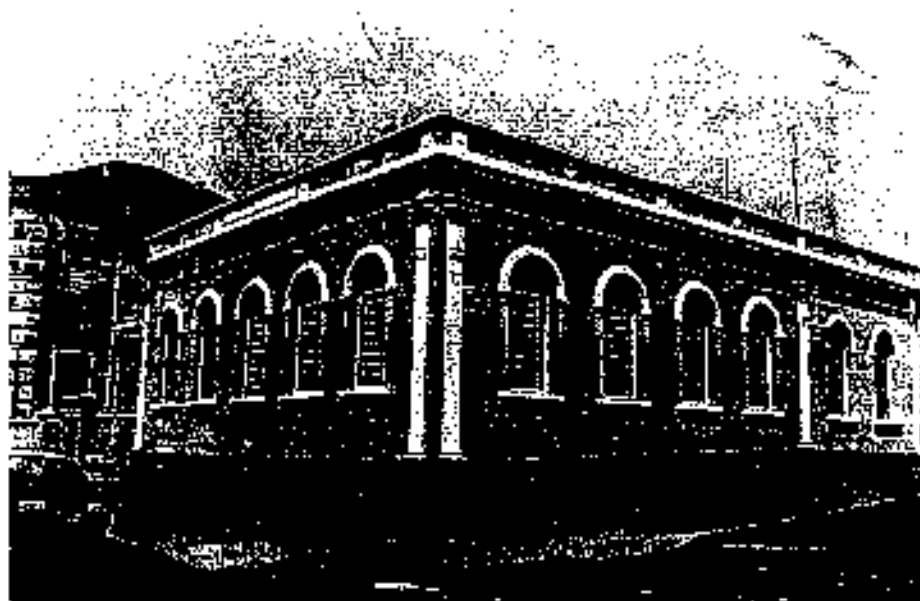
Il. 1097. Rua de São Sebastião, 294



Il. 1098. Rua de São Sebastião, 316/318



Il. 1099. Rua de São Sebastião, s/n



Il. 1100. Rua de São Sebastião, esquina Avenida 13 de maio



Il. 1101. Rua de São Sebastião, esquina Avenida 13 de maio (detalhe)

JAHU



IL 1102. Rua Visconde do Rio Branco, 515 – Mercado Municipal



Il. 1103. Rua Visconde do Rio Branco, 515 Mercado Municipal (detalhe)



Il. 1104. Rua Visconde do Rio Branco, 26



Il. 1105. Rua Visconde do Rio Branco, 26 (detalhe)



II. 1106. Rua Tenente Lopes, esquina Rua Visconde do Rio Branco



II. 1107. Rua Visconde do Rio Branco, 560



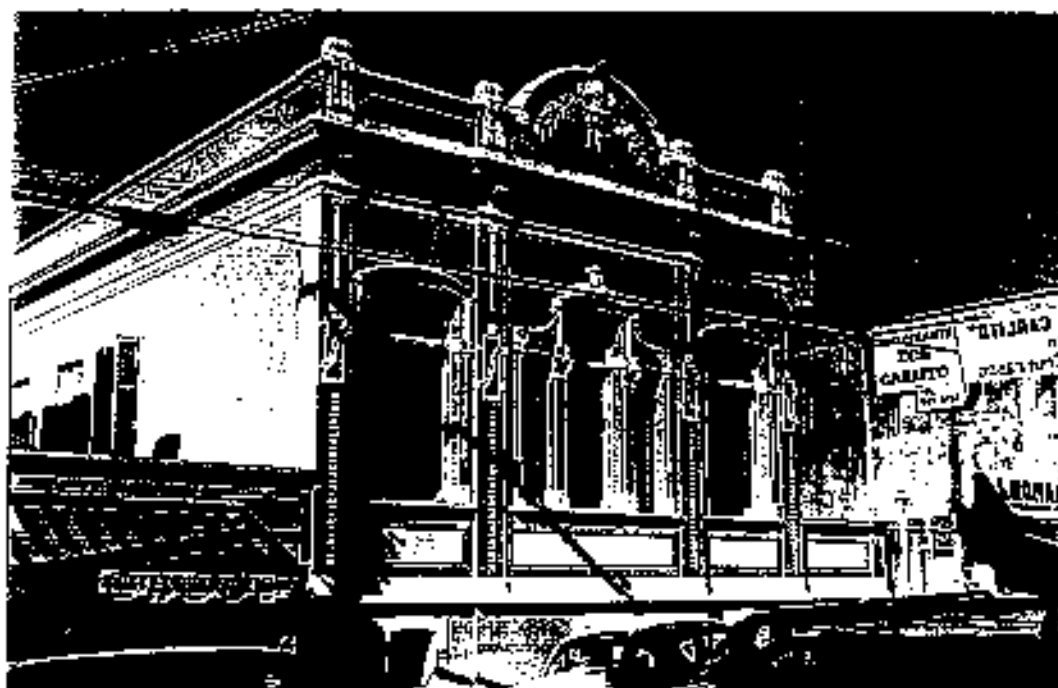
II. 1108. Rua Visconde do Rio Branco, esquina Rua Quintino Bocaiúva



Il. 1109. Rua Visconde do Rio Branco, 637



II. 1110, Rua Lourenço Prado, 426



Il. 1111. Rua Visconde do Rio Branco, 468



Il. 1112. Rua Lourenço Prado, 432/438



Il. 1113, Rua Amaral Gurgel, 306



IL 1114, Rua Amaral Gurgel, esquina Rua Major Prado



IL 1115, Rua Amaral Gurgel, 356



Il. 1116. Rua Amaral Gurgel, 400

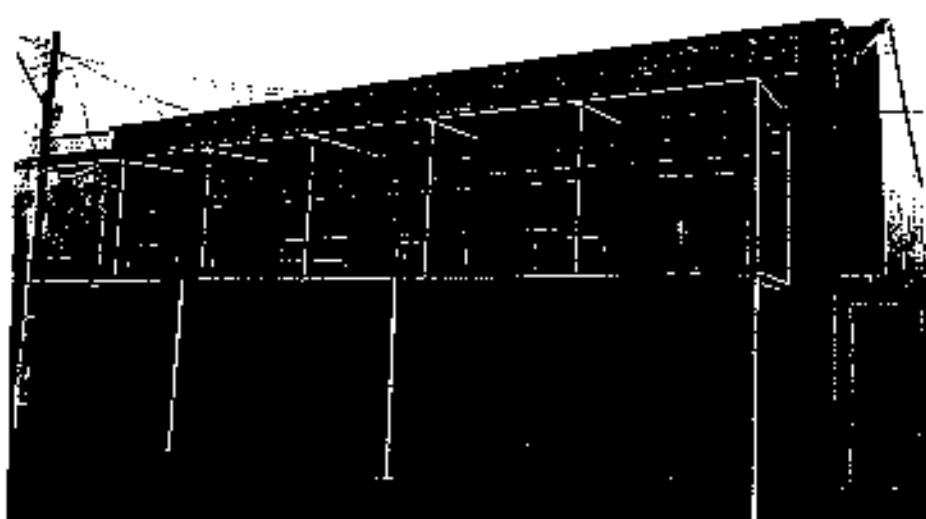
JARDINÓPOLIS



Il. 1117. Avenida Visconde do Rio Branco, 7/11



Il. 1118. Rua Coronel José Teodoro, 248



Il. 1119. Rua Coronel José Teodoro, s/n



Il. 1120. Rua Coronel José Teodoro, 310



Il. 1121, Rua Coronel José Teodoro, 309



Il. 1122, Rua Coronel José Teodoro, 309 (detalhe)



II. 1123. Rua Coronel José Teodoro, 70



II. 1124. Rua Coronel José Teodoro, 70 (detalhe)

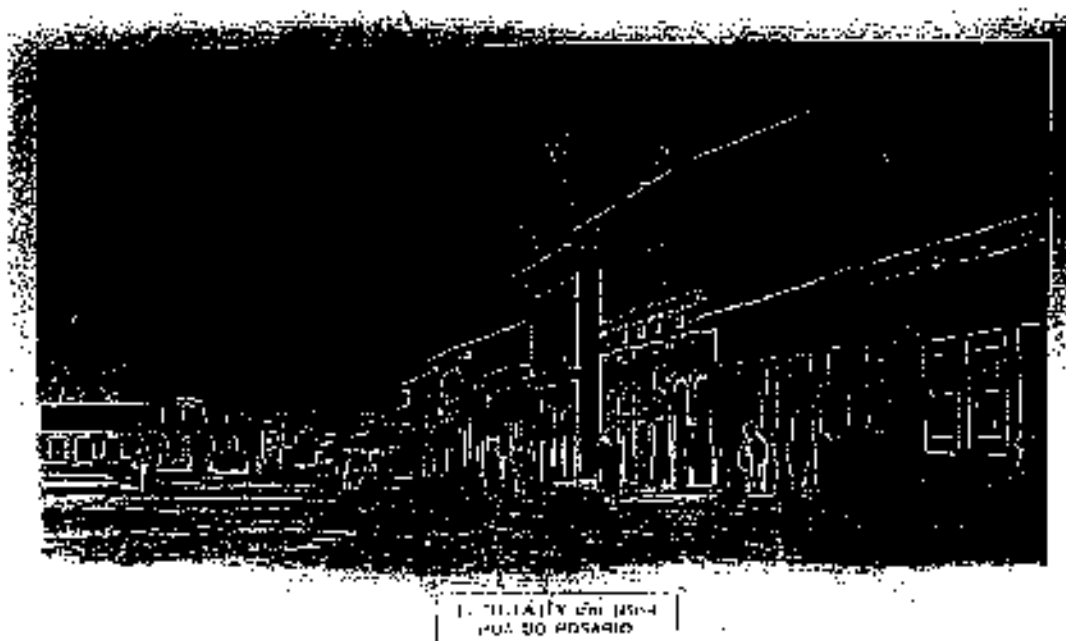


Il. 1125. Rua Coronel José Teodoro, 138



Il. 1126. Rua Coronel José Teodoro, 148/150

JUNDIAÍ



II. 1127. Rua do Rosário em 1864



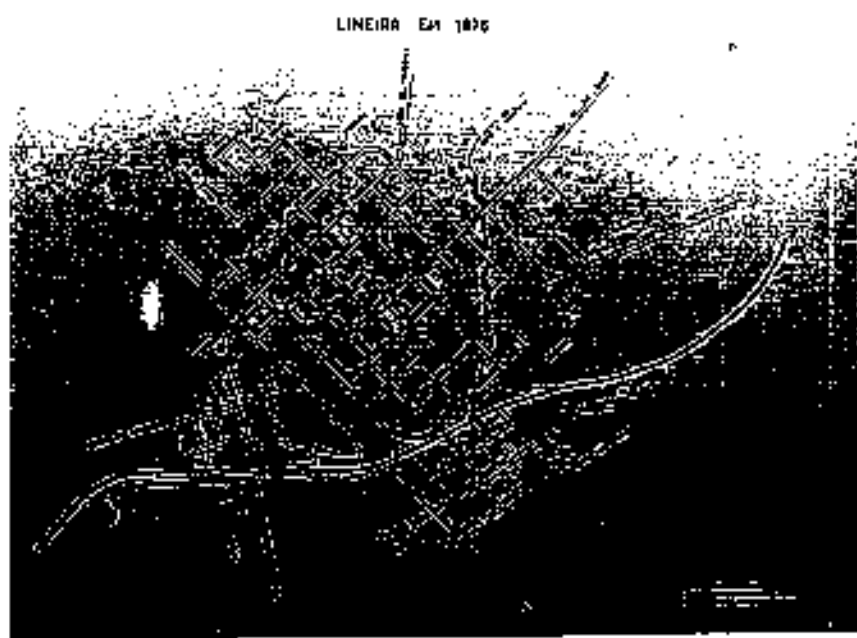
II. 1128. Rua do Rosário em 1916

LIMEIRA

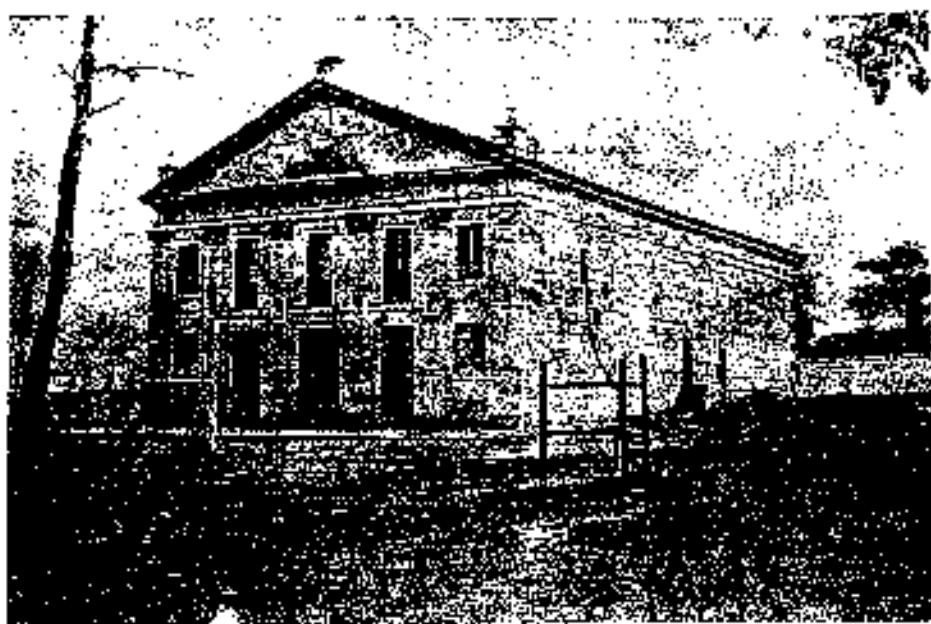


Em sua segunda passagem por Limeira, viajando para o Rio de Janeiro, Florence visitou a lapida e o cemitério por onde se deu a partida de Maria, o pai e fundador da cidade Limeira, da Santa Cruz e do Floriano.

Il. 1129. Limeira em 1838

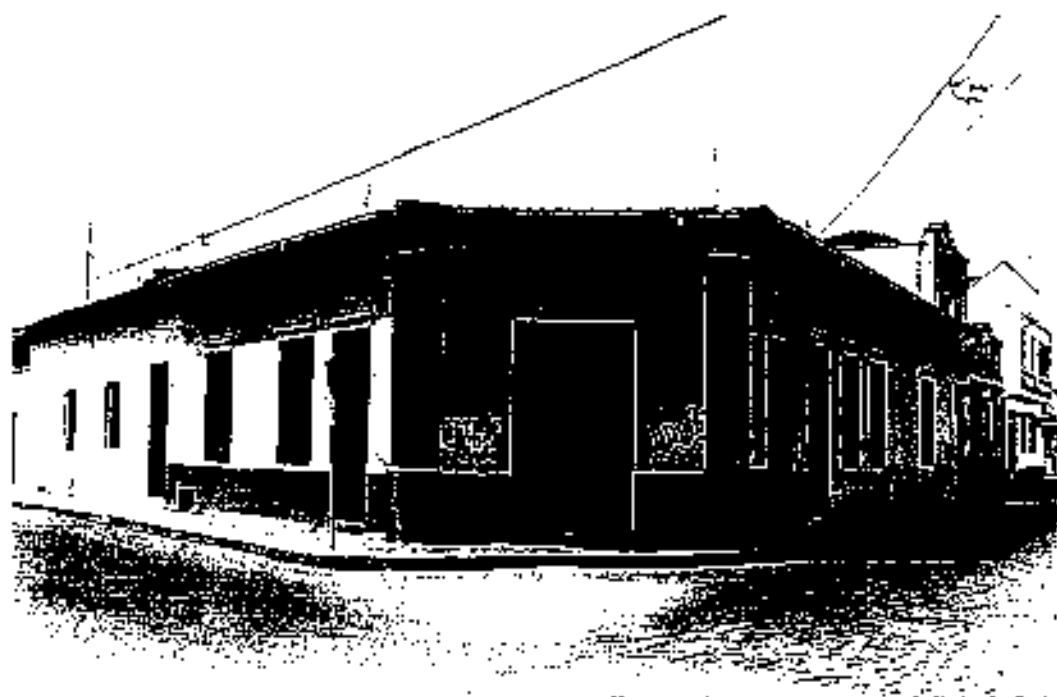


Il. 1130. Limeira em 1876



Il. 1131. Antigo teatro da Paz

LORENA



Il. 1132. Rua Dr. Azevedo de Castro, 186



Il. 1133. Avenida Bernardino de Campos, 57



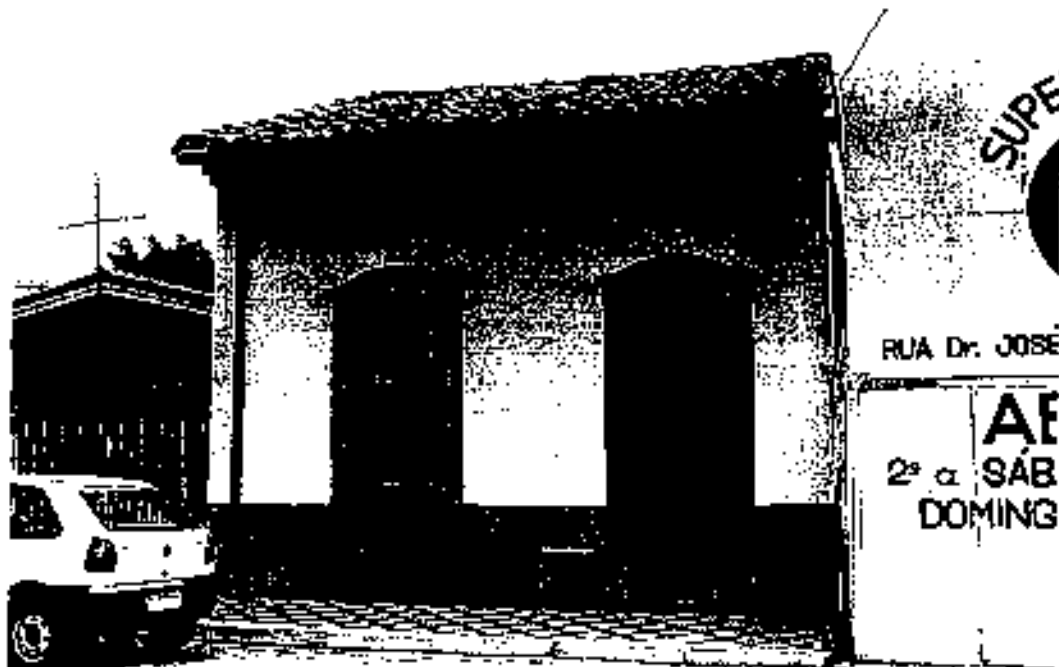
Il. 1134, Avenida Bernardino de Campos



Il. 1135, Rua Viscondessa de Castro Lima, 10



Il. 1136. Rua Bernardo José de Lorena, 56



Il. 1137. Praça Baronesa de Santa Eulália, 18

MATÃO



II, 1138, Rua 15 de novembro, esquina Rua João Pessoa



II. 1139. Rua 15 de novembro, esquina Rua João Pessoa (detalhe)



Il. 1140. Rua 15 de novembro, 1050

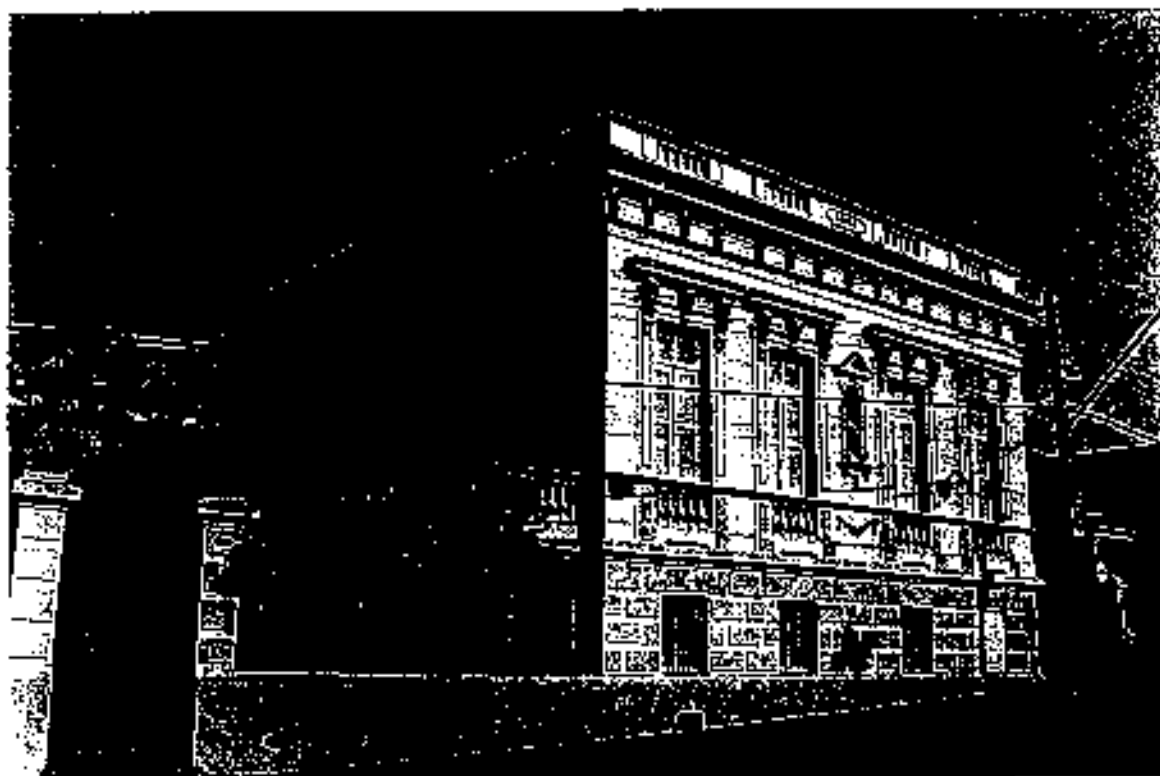


Il. 1141. Rua 15 de novembro, esquina Rua Prudente de Morais



Il. 1142. Rua 15 de novembro, 957

MOCOCA



Il. 1143. Praça Marechal Deodoro, 167
(1893)



Il. 1144. Praça Marechal Deodoro, 133



Il. 1145. Praça Marechal Deodoro, 153



Il. 1146. Praça Marechal Deodoro, 17



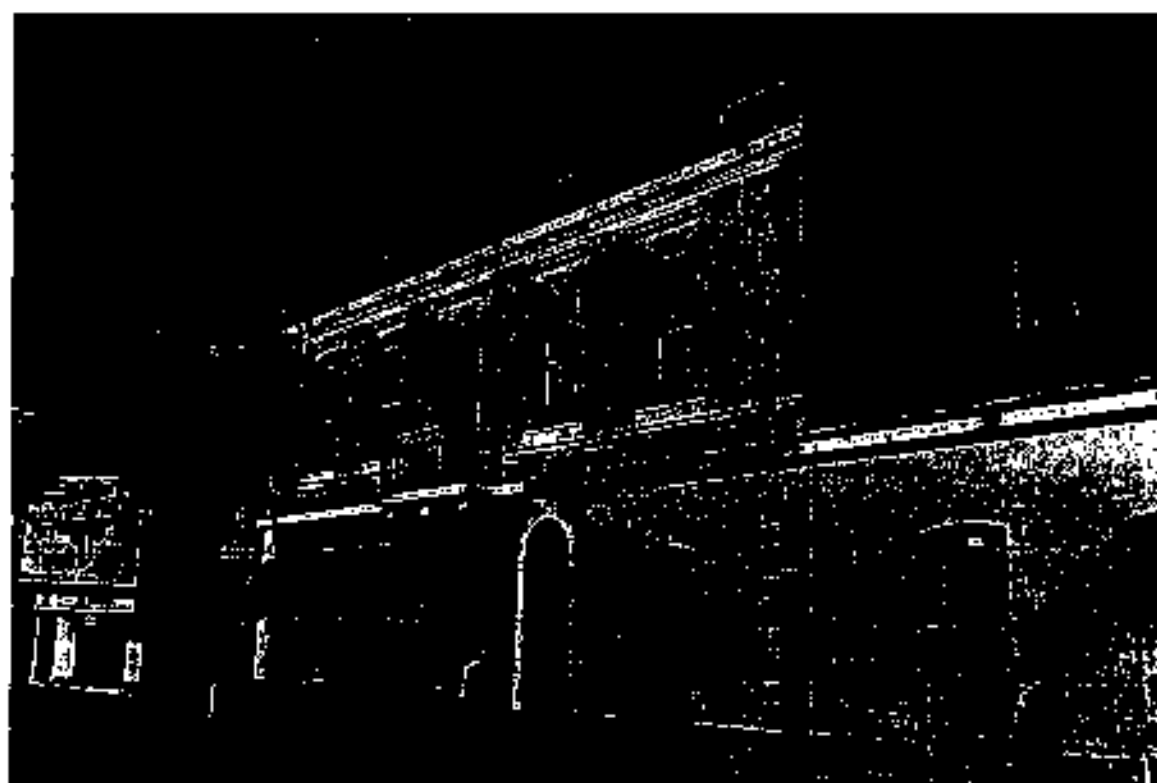
Il. 1147. Praça Marechal Deodoro, 61



Il. 1148. Praça Marechal Deodoro, s/n



Il. 1149. Praça Marechal Deodoro, s/n (detalhe)



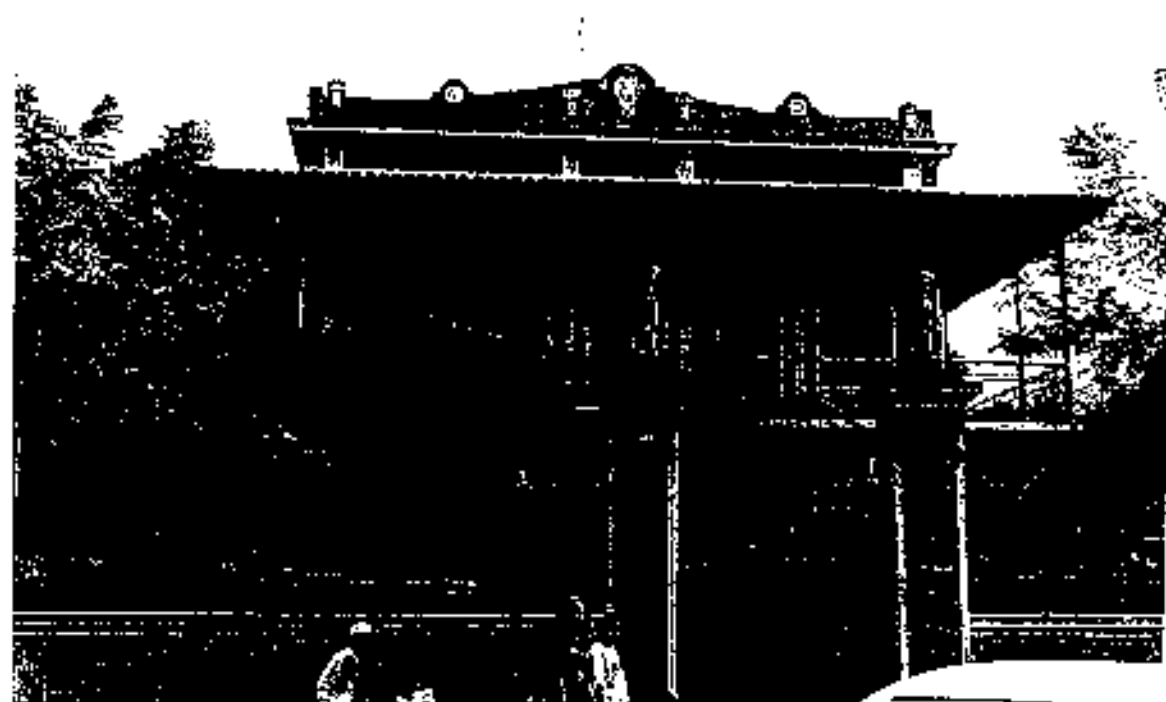
Il. 1150. Rua Alferes Pedrosa, 11/13



Il. 1151. Rua Muniz Barreto, 144



Il. 1152. Rua Visconde do Rio Branco, 149



Il. 1153. Rua Visconde do Rio Branco, 165

MONTE MOR



II. 1154. Praça do Centenário, 28



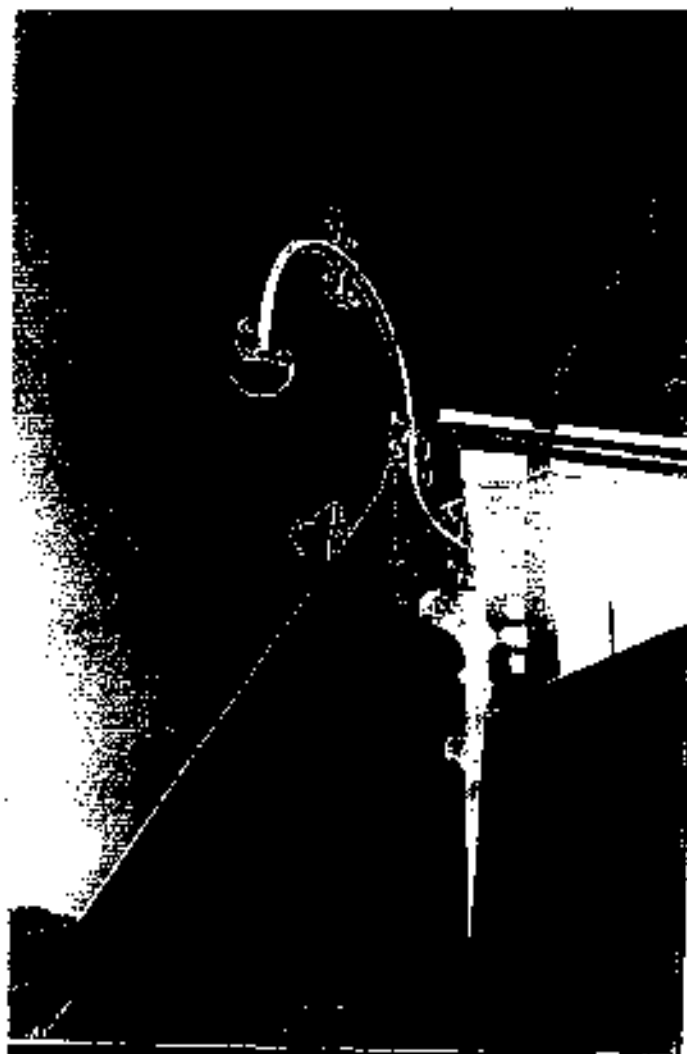
II. 1155. Praça do Centenário, s/n



Il. 1156. Rua 15 de novembro, 50



Il. 1157. Rua 15 de novembro, 204



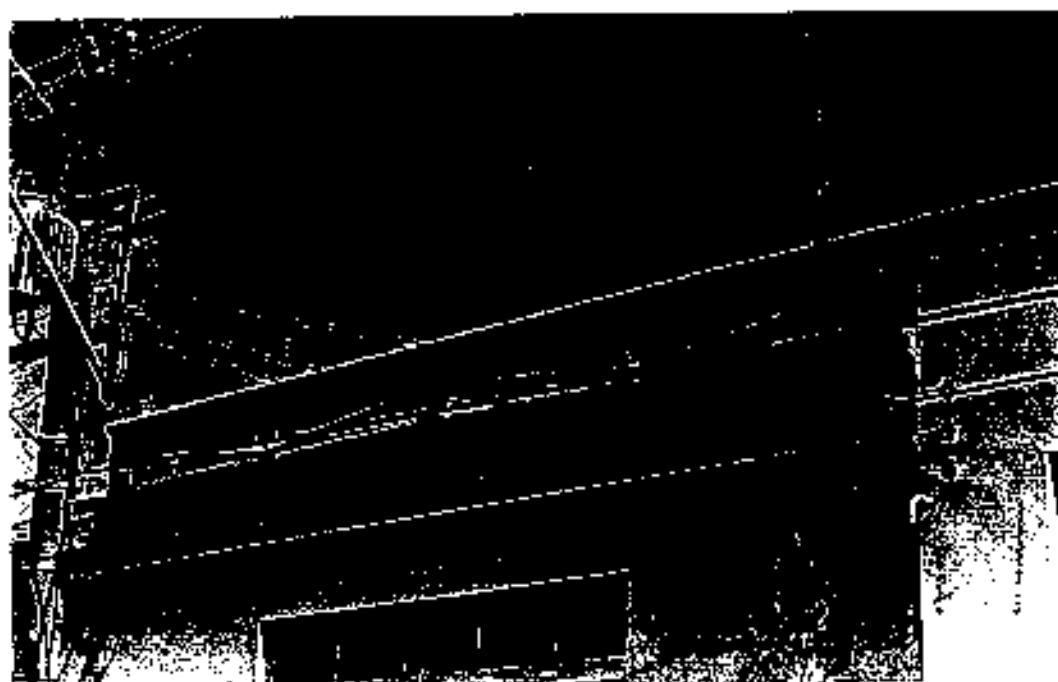
II. 1158. rua 15 de novembro, 204 (detalhe)



Il. 1159. Rua Siqueira Campos, 108



Il. 1160. Rua Siqueira Campos, 166/178



IL 1161. Rua Siqueira Campos, 166/178 (detalhe)



Il. 1162. Rua Siqueira Campos, 222/226



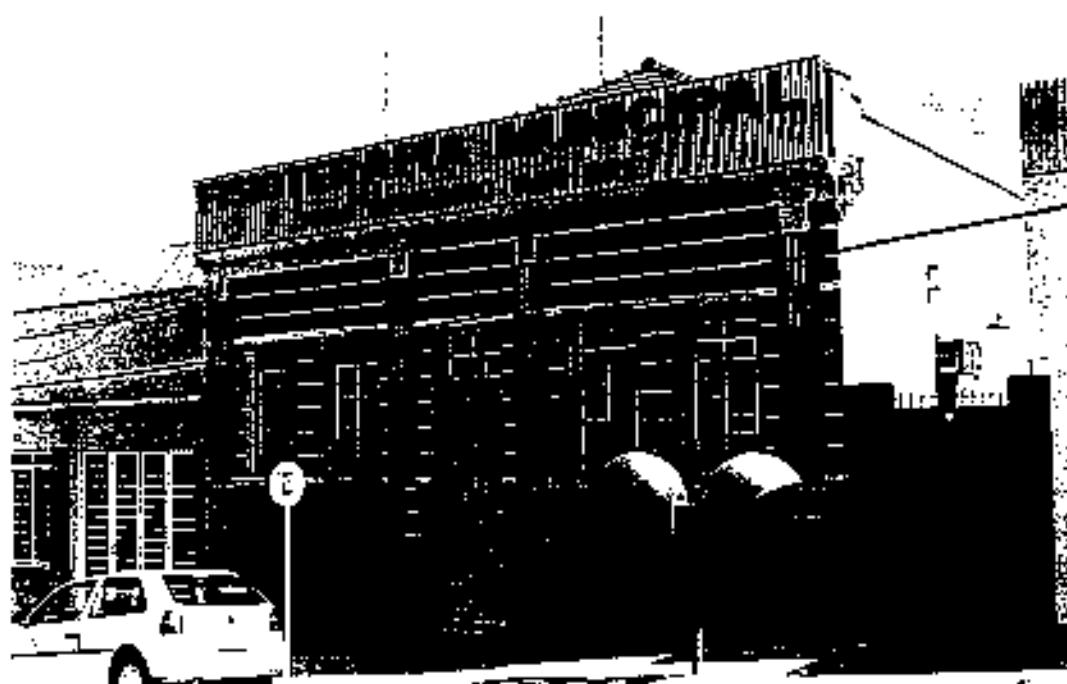
Il. 1163. Rua Siqueira Campos, 158/166



Il. 1164. Praça Coronel Domingos Ferreira, 66



Il. 1165. Igreja Matriz de Nossa Senhora do Patrocínio



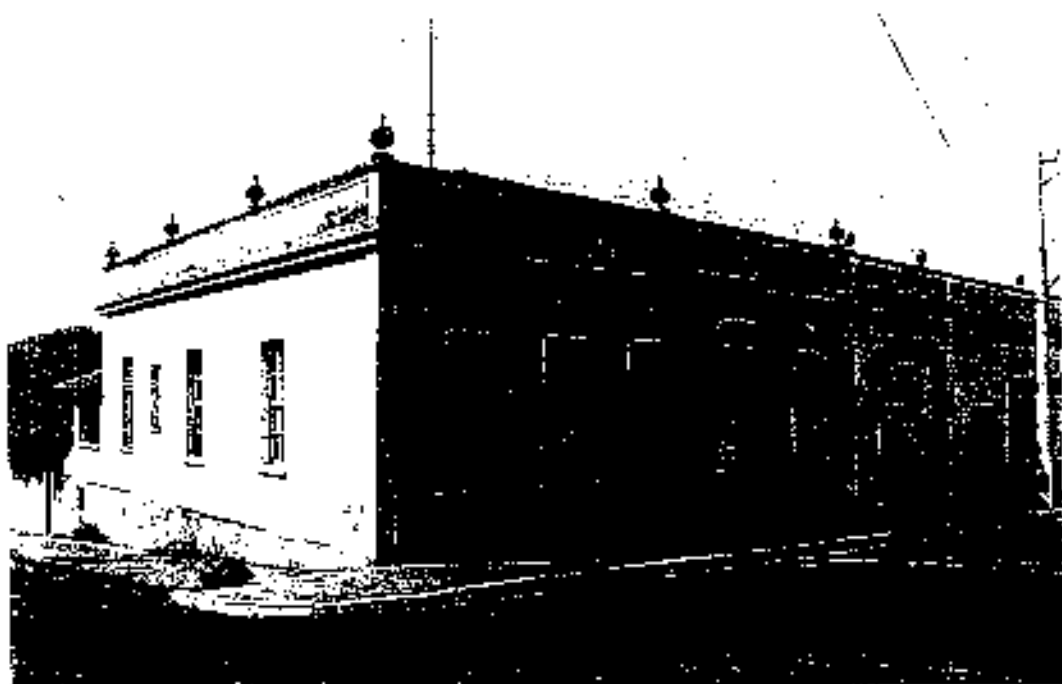
Il. 1166. Praça Domingos Ferreira, 95

MONTE SANTO DE MINAS

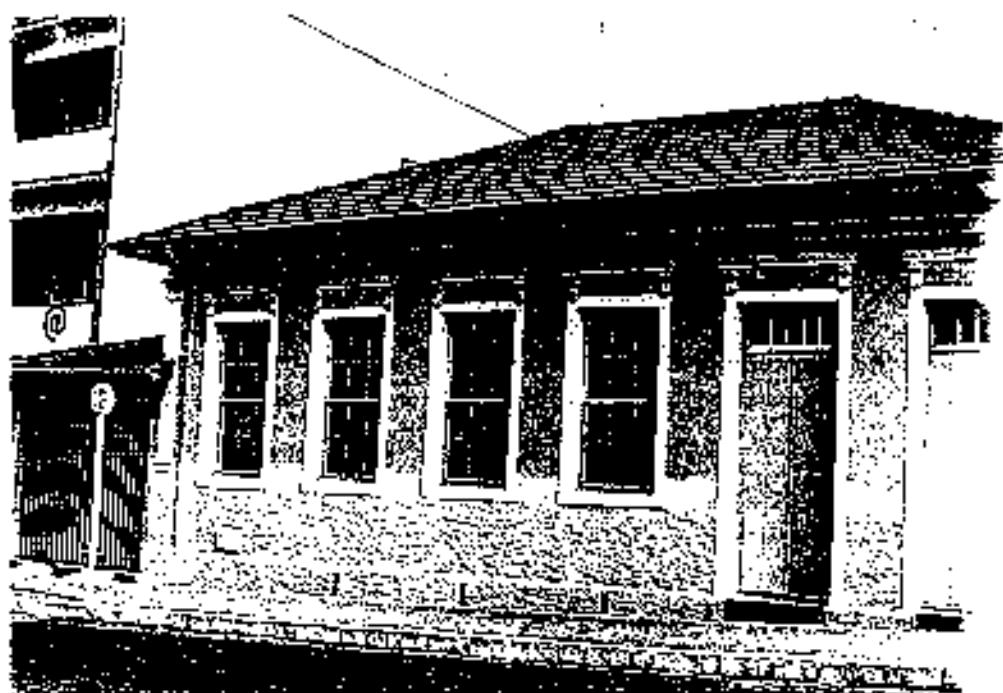
MG



Il. 1167. Avenida Dr. Aristides Cunha



Il. 1168. Praça Coronel Silvério P. de Melo, 108/98/92



II, 1169. Rua Dr. Pedro Paulino da Costa, 493



II, 1170. Rua Dr. Pedro Paulino da Costa, 280



Il. 1171. Rua Dr. Pedro Paulino da Costa, 226



Il. 1172. Rua Dr. Pedro Paulino da Costa, 155

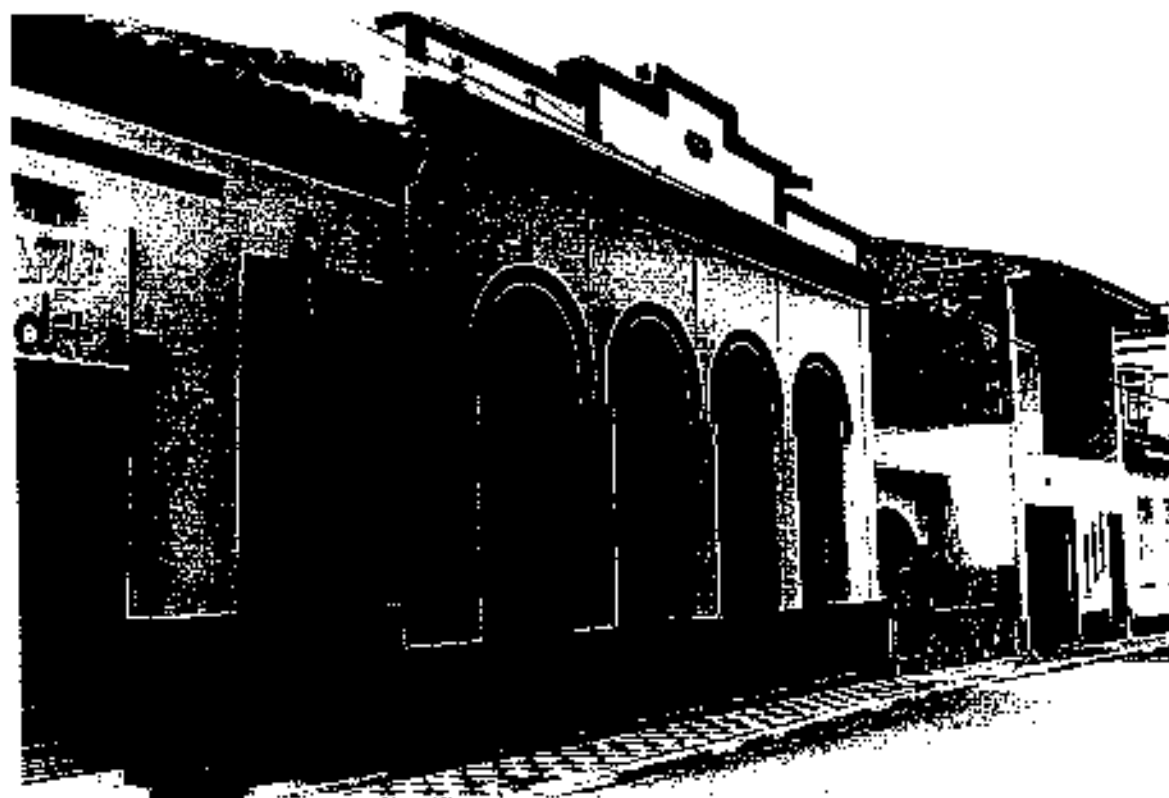
NAZARÉ PAULISTA



Il. 1173. Rua Coronel Francisco Derosa, 150
(1917)



Il. 1174. Rua Coronel Francisco Derosa, 150 (detalhe)



II. 1175. Rua Coronel Francisco Derosa, 56
(1919)



II. 1176. Praça Capitão José F. Pedroso, 74



Il. 1177. Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré



Il. 1178. Edifício da Prefeitura Municipal

ORLÂNDIA



II, 1179. Rua 1, 554/556
(1920)



II, 1180. Rua 1, 554/556 (detalhe)



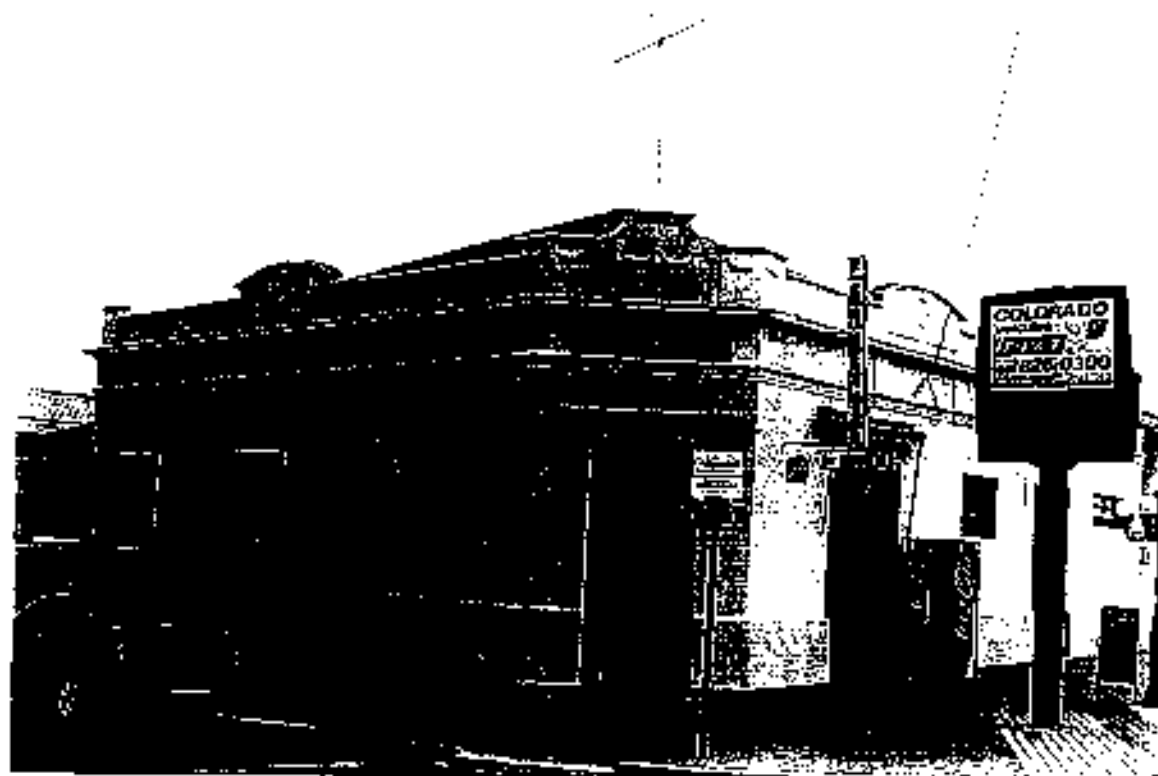
Il. 1181. Rua I, 559
(1917/1921)



Il. 1182. Rua I, 569/571



Il. 1183. Rua 1, 523

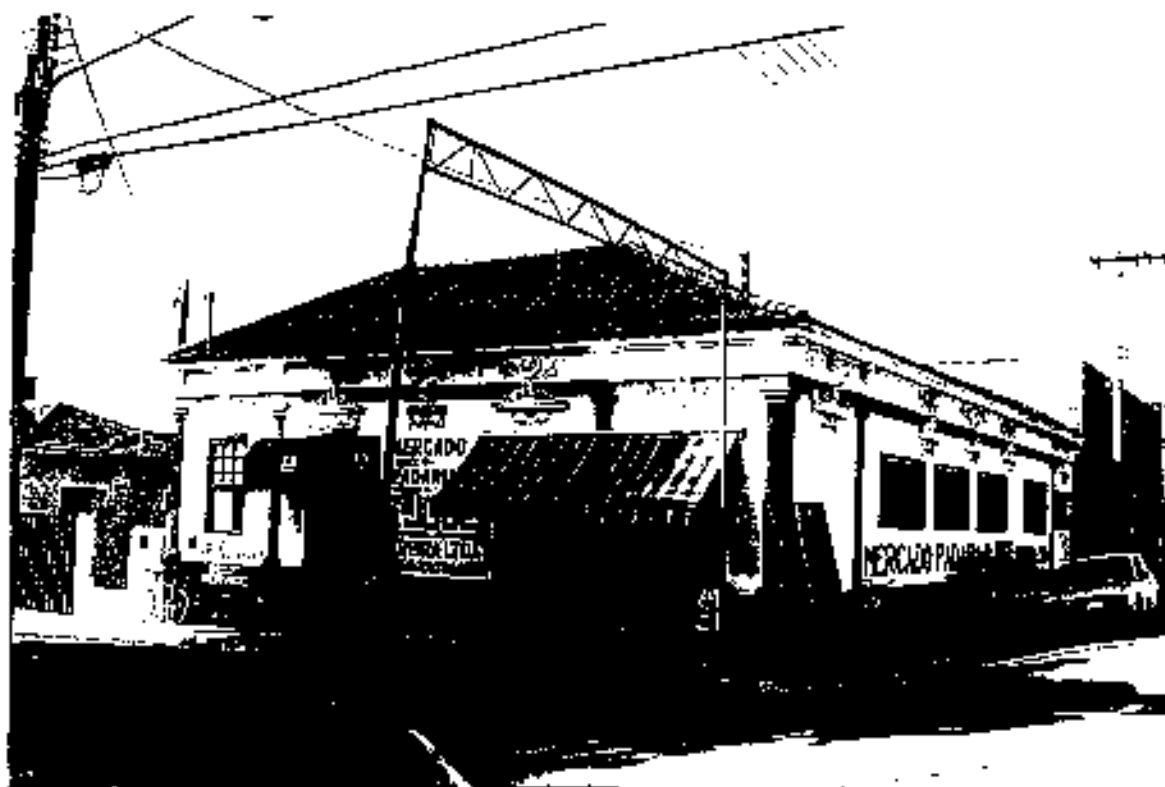


Il. 1184. Rua 1, esquina Avenida 5
(1916)



Il. 1185. Rua 1, 437
(1914)

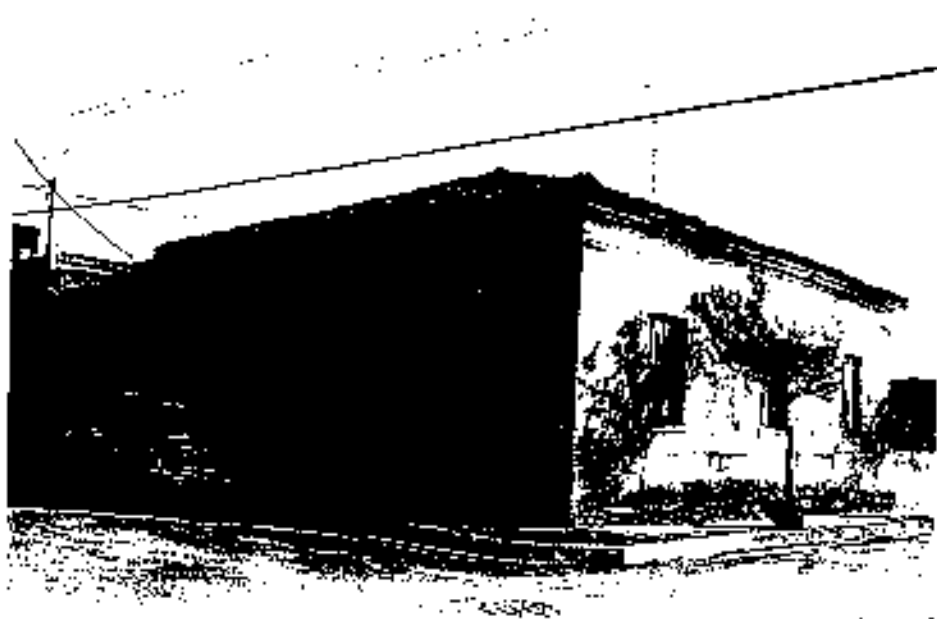
PEREIRAS



Il. 1186, endereço não identificado
(1903)



Il. 1187, endereço não identificado (detalhe)

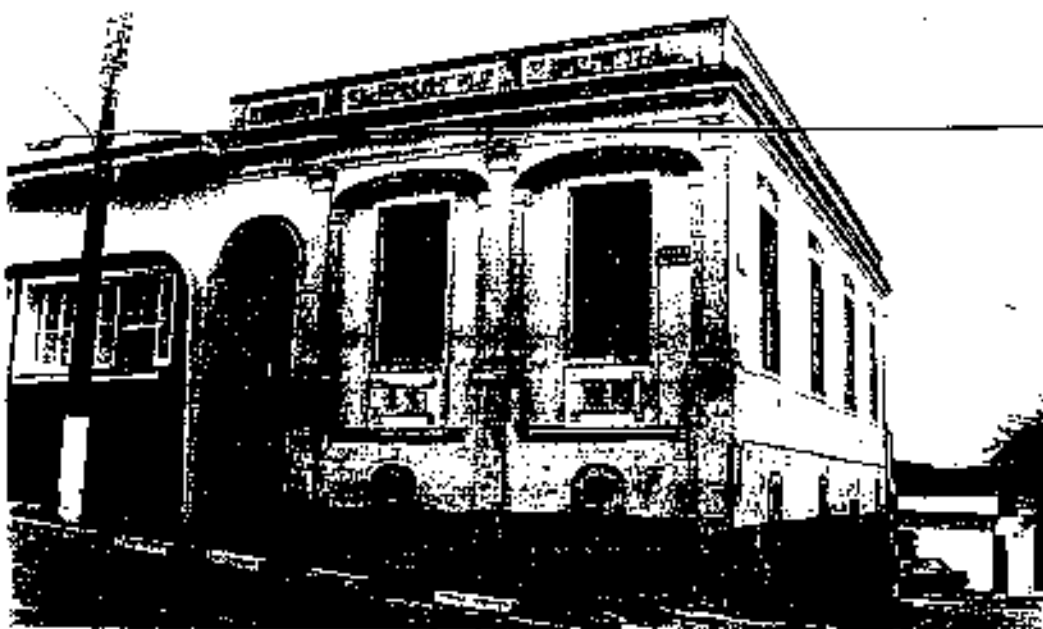


Il. 1188. Praça Coronel Machado, 67

PIRACAIA



Il. 1189. Praça Júlio Mesquita, 42



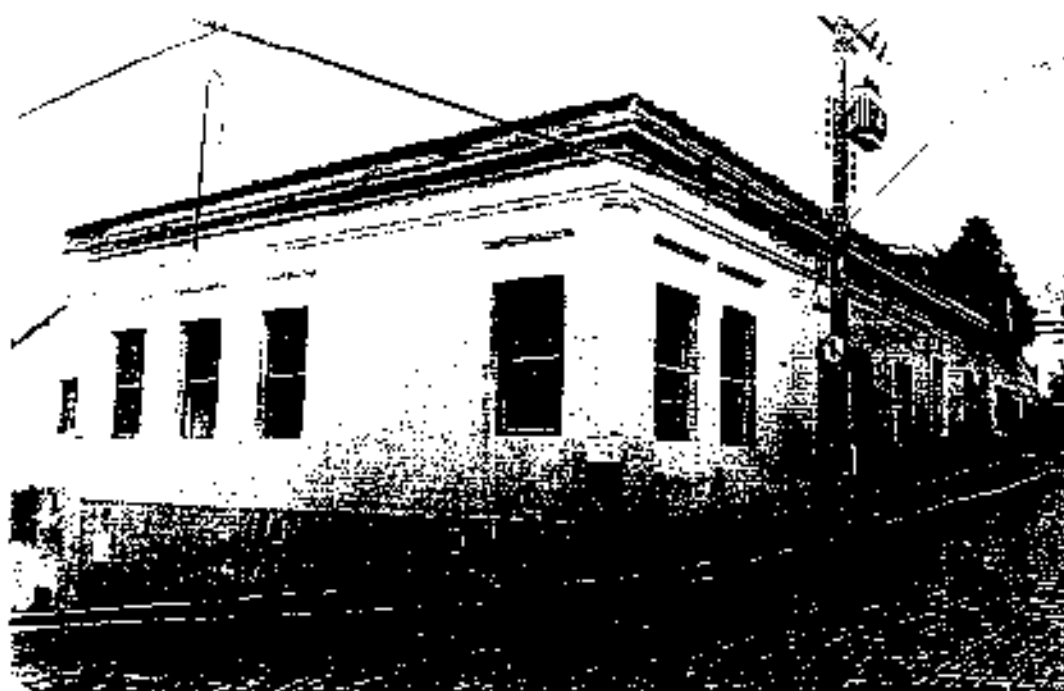
Il. 1190. Praça Júlio Mesquita, 56



II. 1191. Praça Júlio Mesquita, 9/n



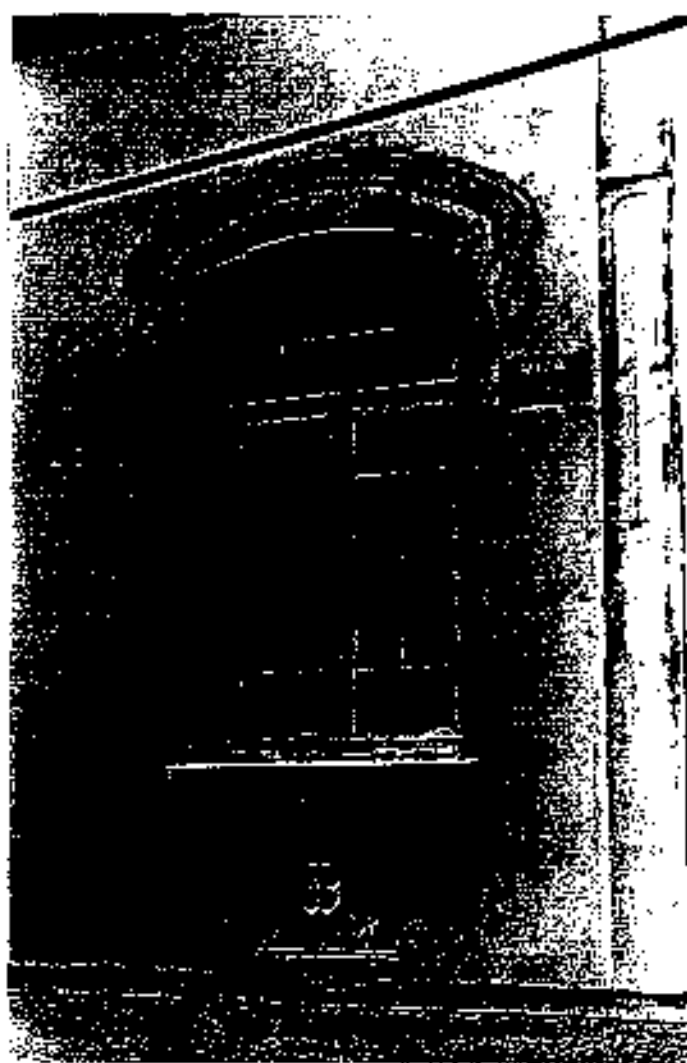
II, 1192. Igreja Matriz de Santo Antônio



Il. 1193. Rua 7 de setembro, 262/264/274/280



Il. 1194. Rua José dos Santos Filho, 5



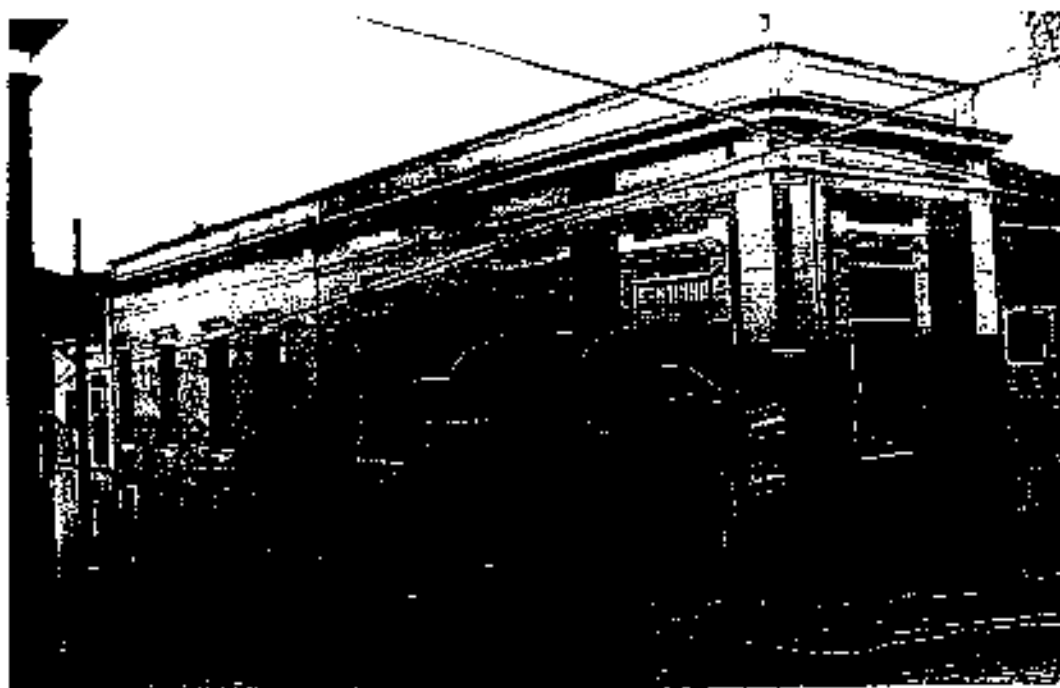
Il. 1195. Rua José dos Santos Filho, 5 (detalhe)



Il. 1196. Rua José dos Santos Filho (detalhe)



Il. 1197. Rua José dos Santos Filho (detalhe)



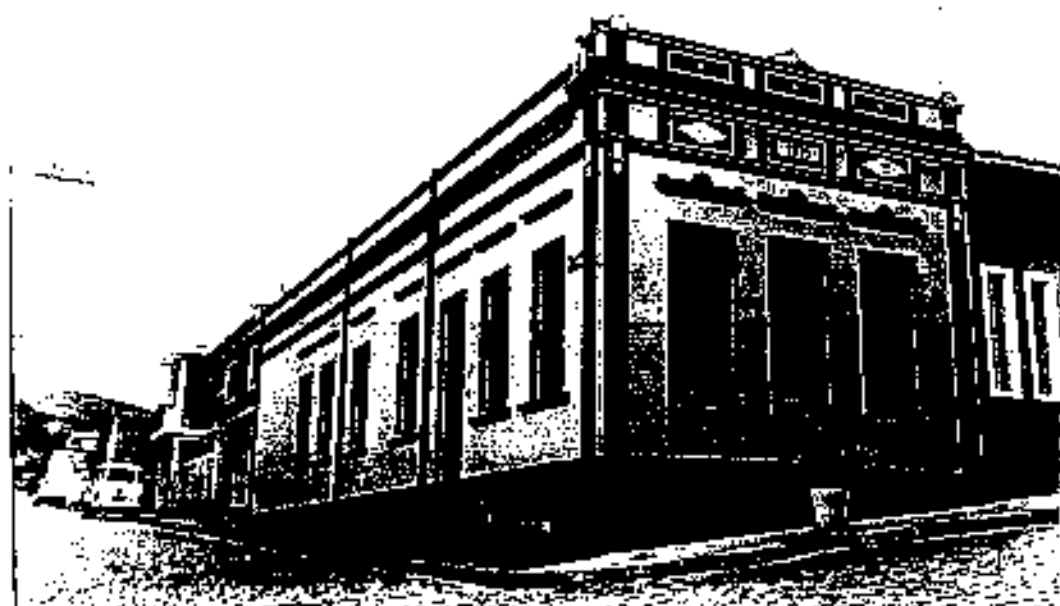
Il. 1198. Rua 7 de setembro, 308



Il. 1199. Rua 7 de setembro, 308 (detalhe)



Il. 1200. Rua José dos Santos Filho, 67



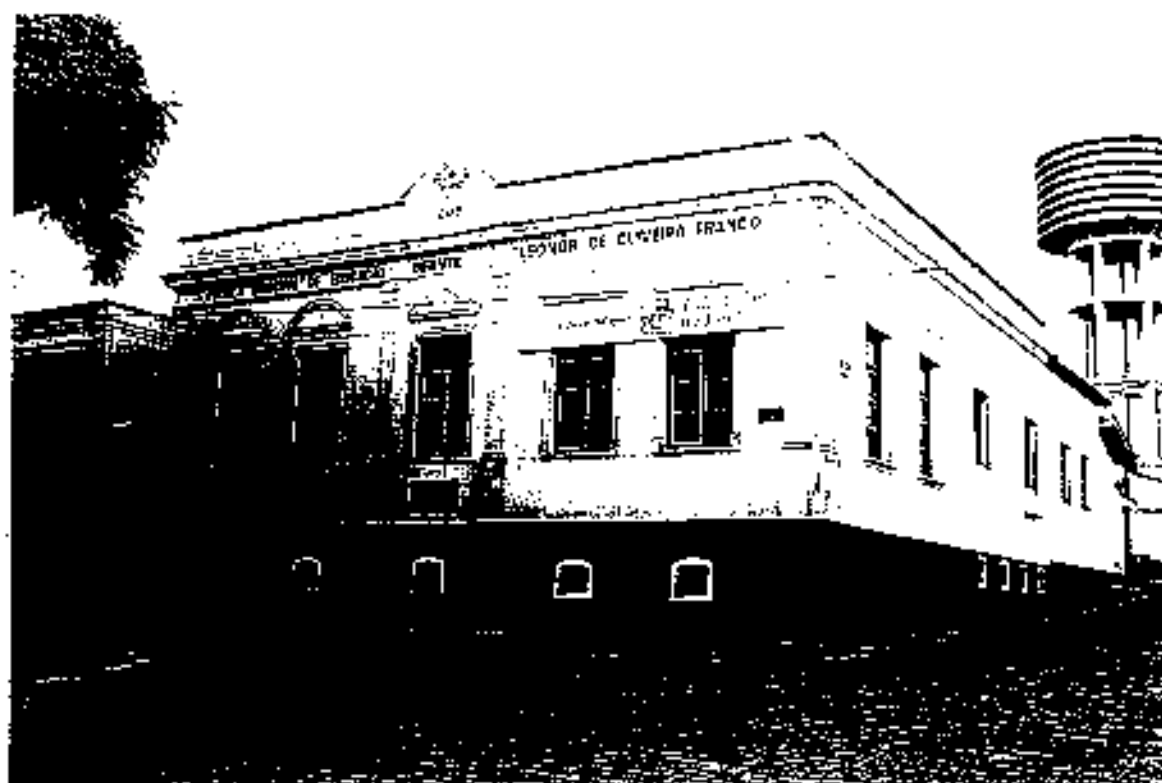
Il. 1201. Rua 7 de setembro, 217



Il. 1202. Rua 7 de setembro, 217 (detalhe)



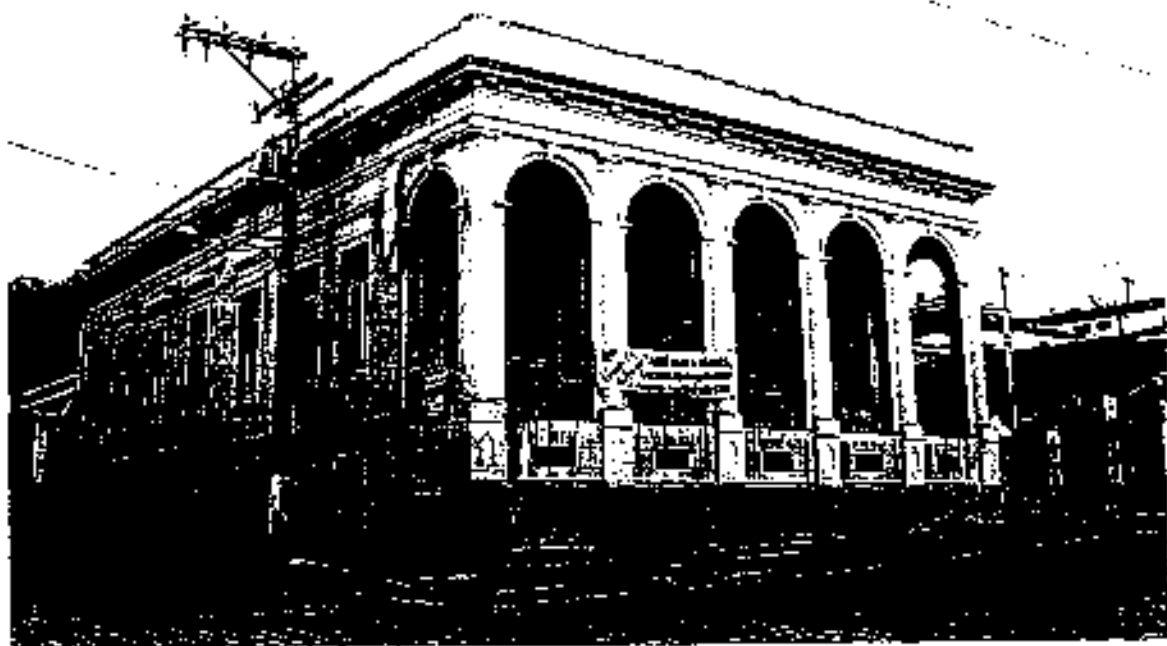
Il. 1203. Rua Padre Antônio Gonçalves, 15
(1916)



Il. 1204. Praça Dr. Júlio Mesquita, 138
(1914)



Il. 1205. Praça Dr. Júlio Mesquita, 150



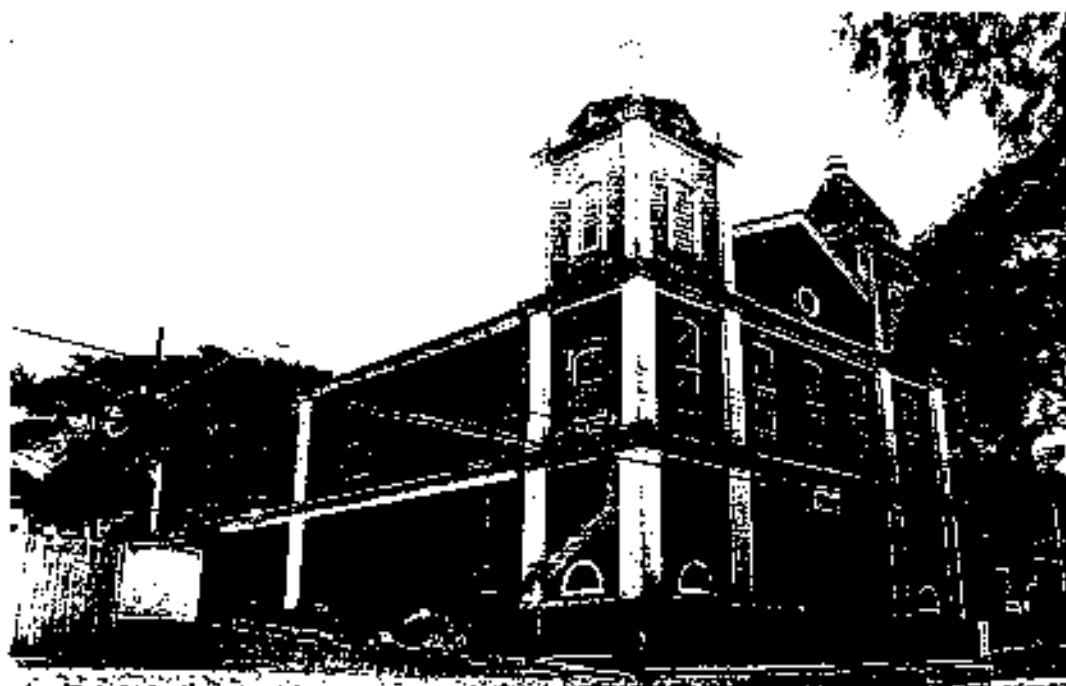
Il. 1206, Rua Coronel Silvino Júlio Guimarães, 204
(1903)



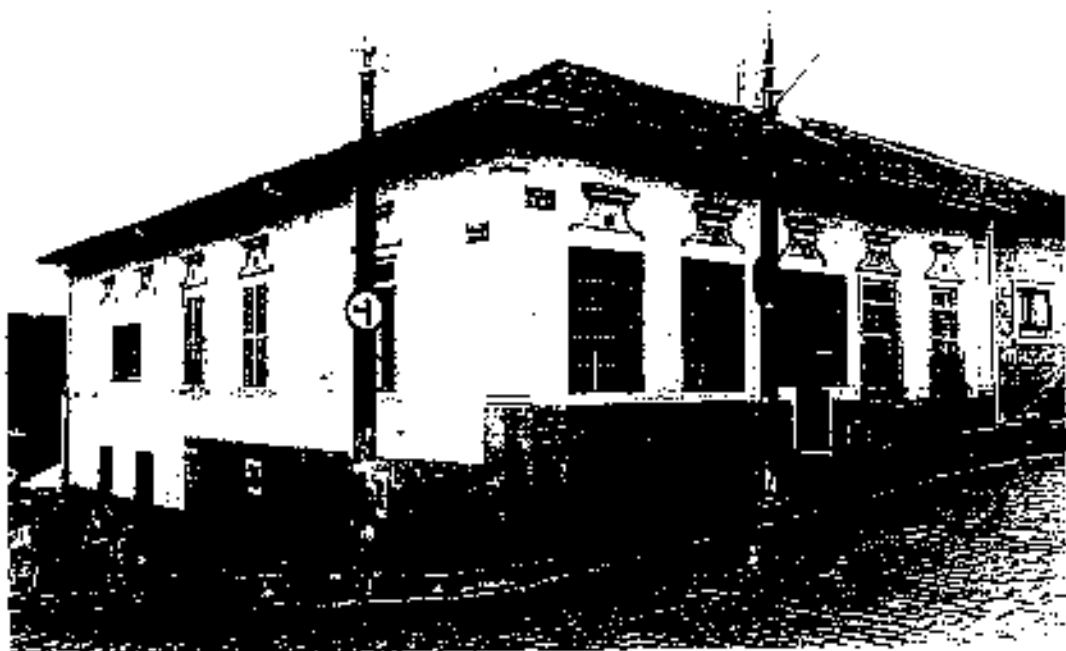
Il. 1207, Edifício da Cadeia



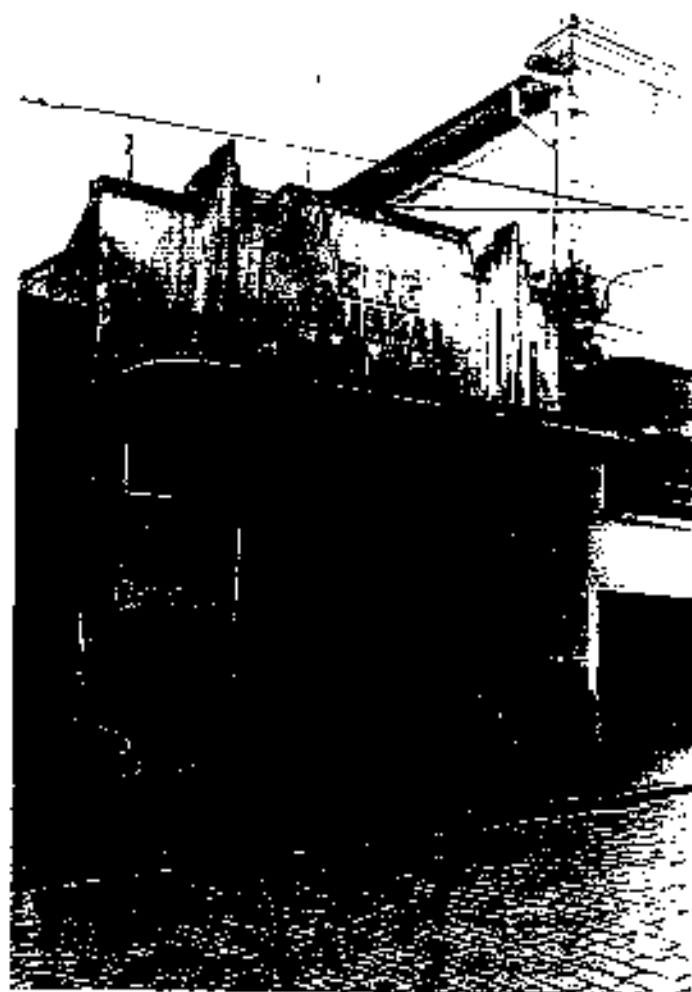
Il. 1208. Rua Marechal Deodoro, 54



Il. 1209. Igreja do Rosário



Il. 1210. Rua Coronel Thomaz Cunha, 92



Il. 1211. Rua Coronel Thomaz Cunha



II. 1212. Rua Coronel Thomaz Cunha, s/n/32/40/50

PIRASSUNUNGA

UNICAMP 927
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE



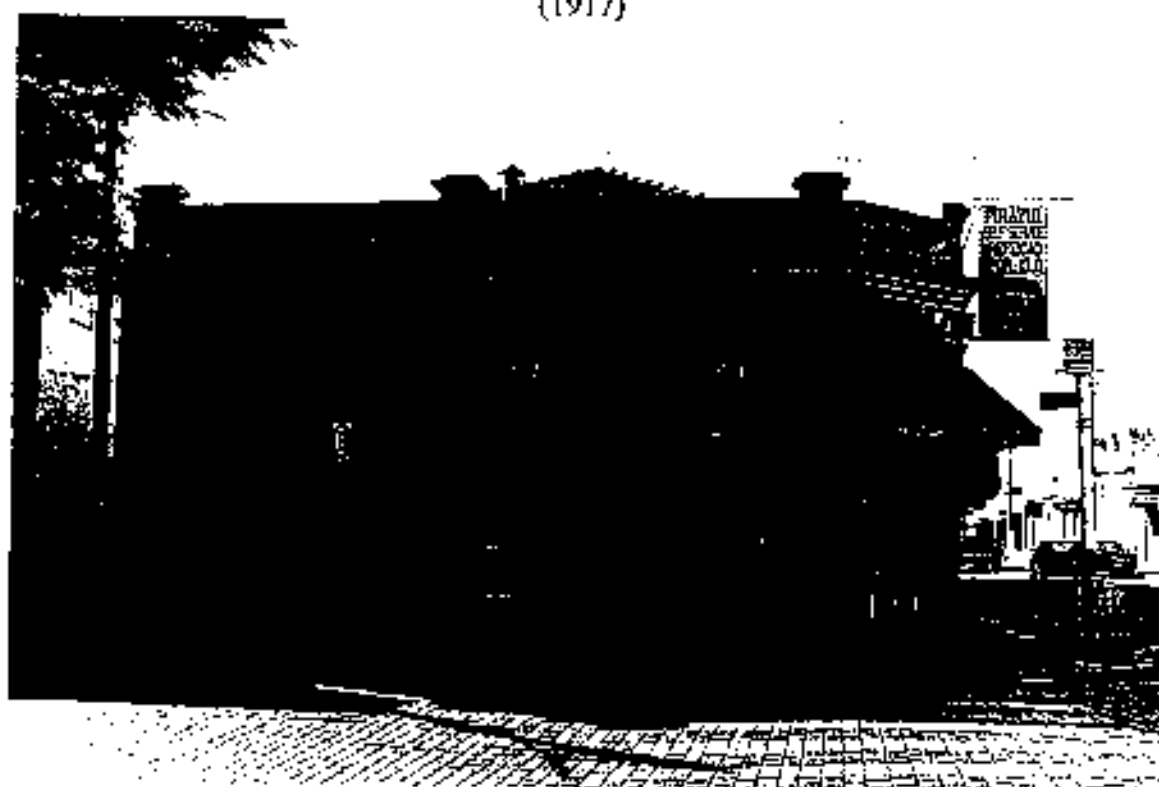
Il. 1213. Rua José Bonifácio, 383



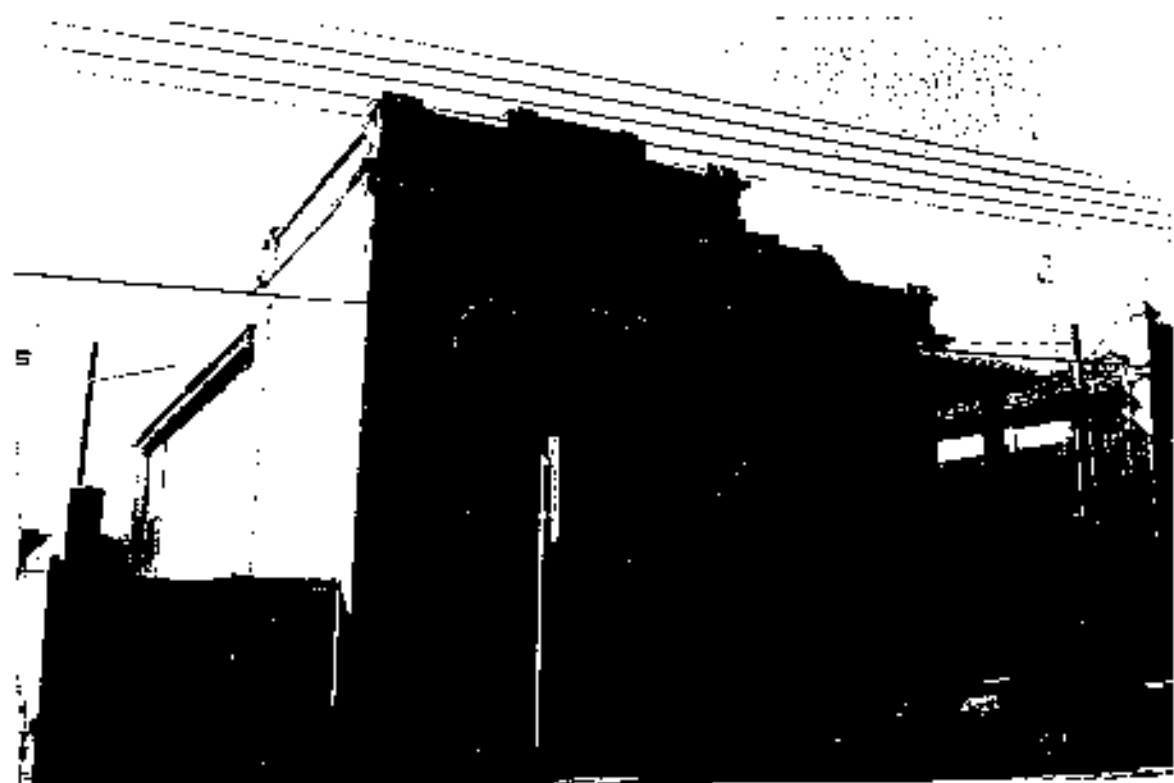
Il. 1214. Rua José Bonifácio, s/n



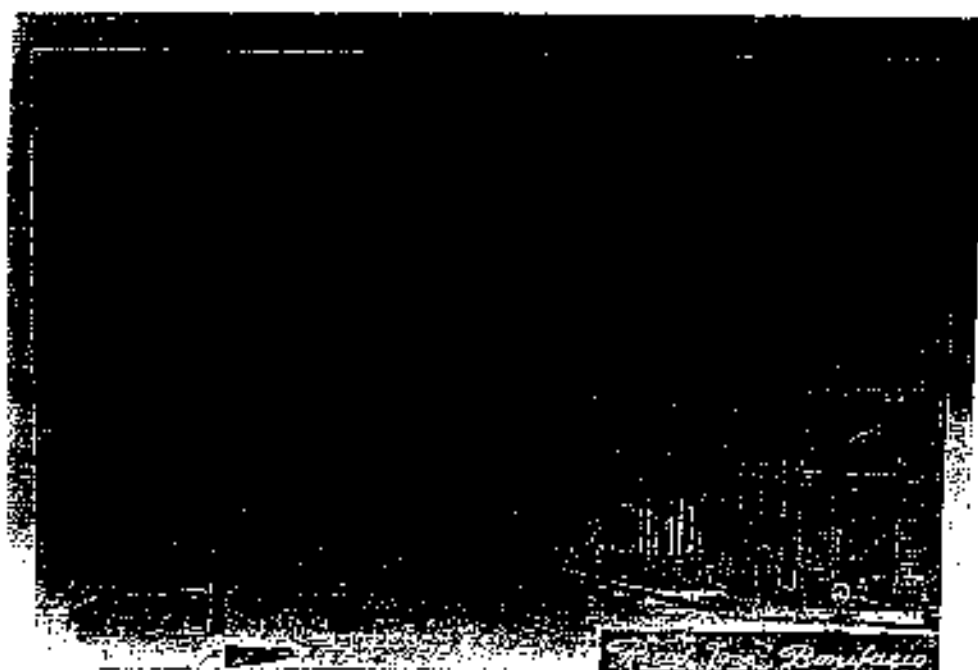
II. 1215. Rua General Osório, s/n
(1917)



II. 1216. Rua General Osório, 374



Il. 1217. Rua General Osório, 131



fl. 1218. Rua José Bonifácio



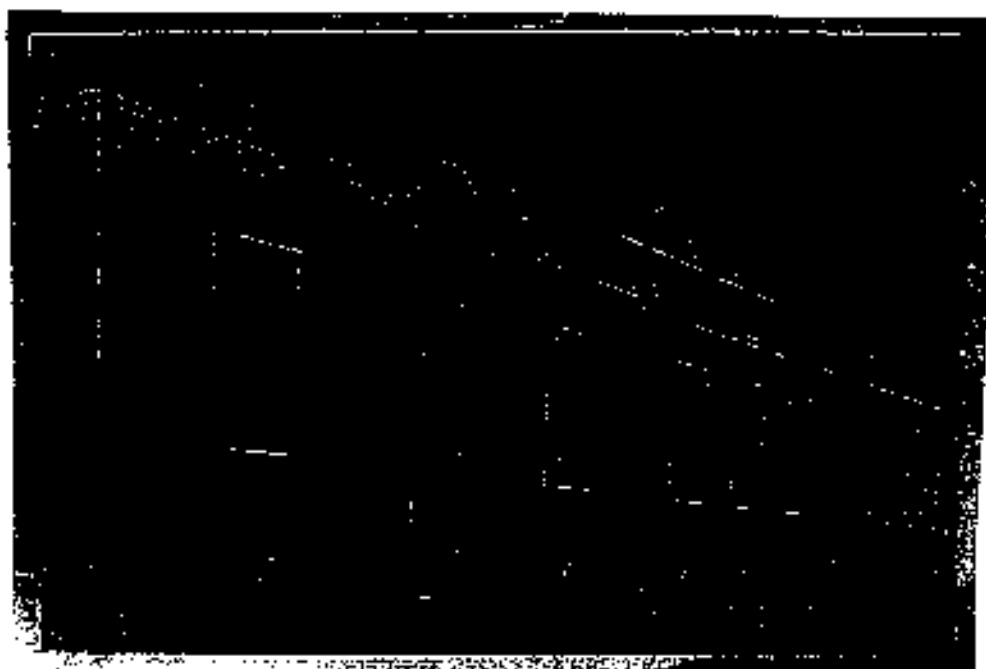
fl. 1219. Rua Duque de Caxias



II. 1220. Rua 15 de novembro



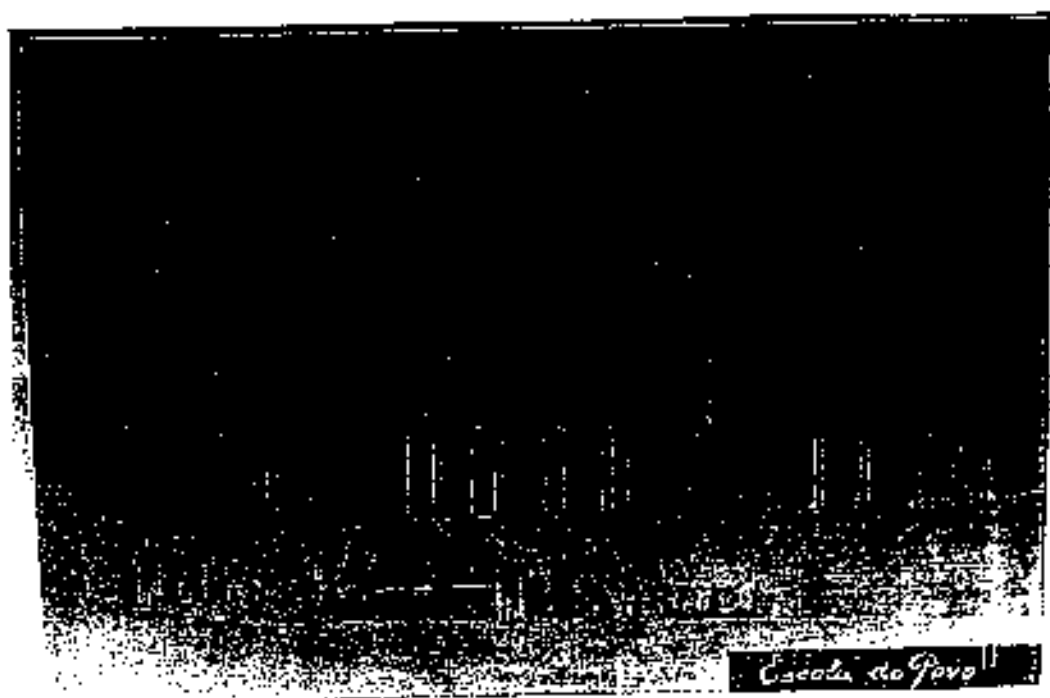
II. 1221. Grupo Escolar - Rua Pereira Bueno



Il. 1222. Grupo Escolar Ten Cel. Manoel Franco da Silveira



Il. 1223. Mercado



IL 1224. Escola do Povo

PORTO FELIZ



Il. 1225. . Rua Newton Prado, 150/144/138



Il. 1226. Rua Newton Prado, 225



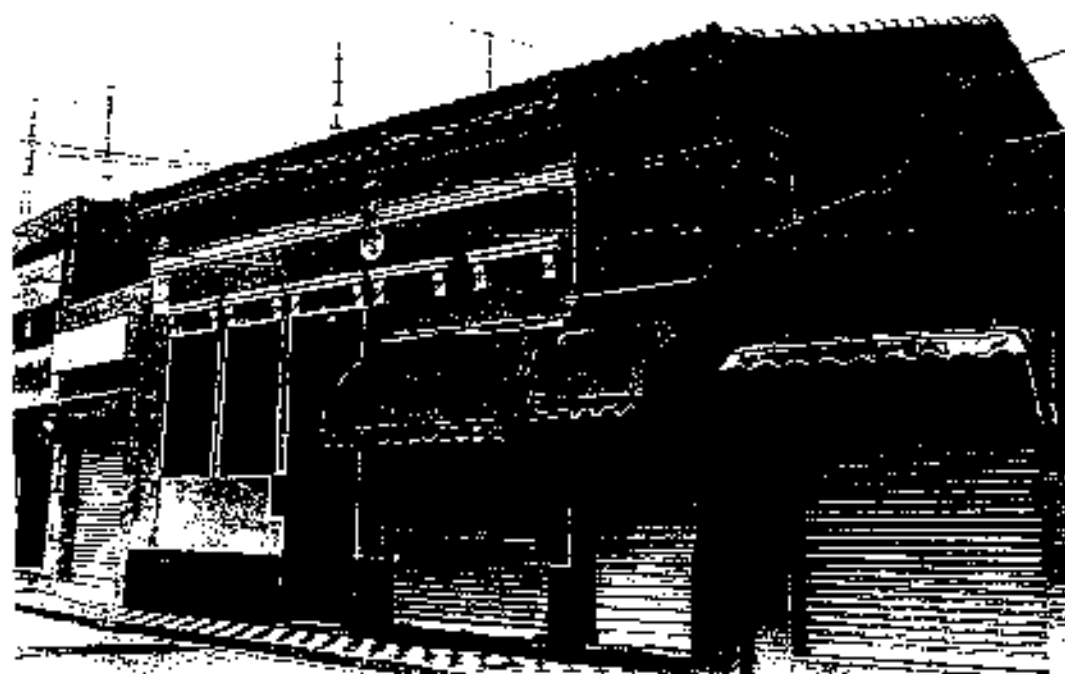
Il. 1227. Igreja Matriz de Nossa Senhora Mãe dos homens



Il. 1228. Praça Coronel Esmédio - Museu das Monções



Il. 1229. Praça Coronel Esméio, 8/20



Il. 1230. Rua Altino Arantes, 96/100/102
(1902)



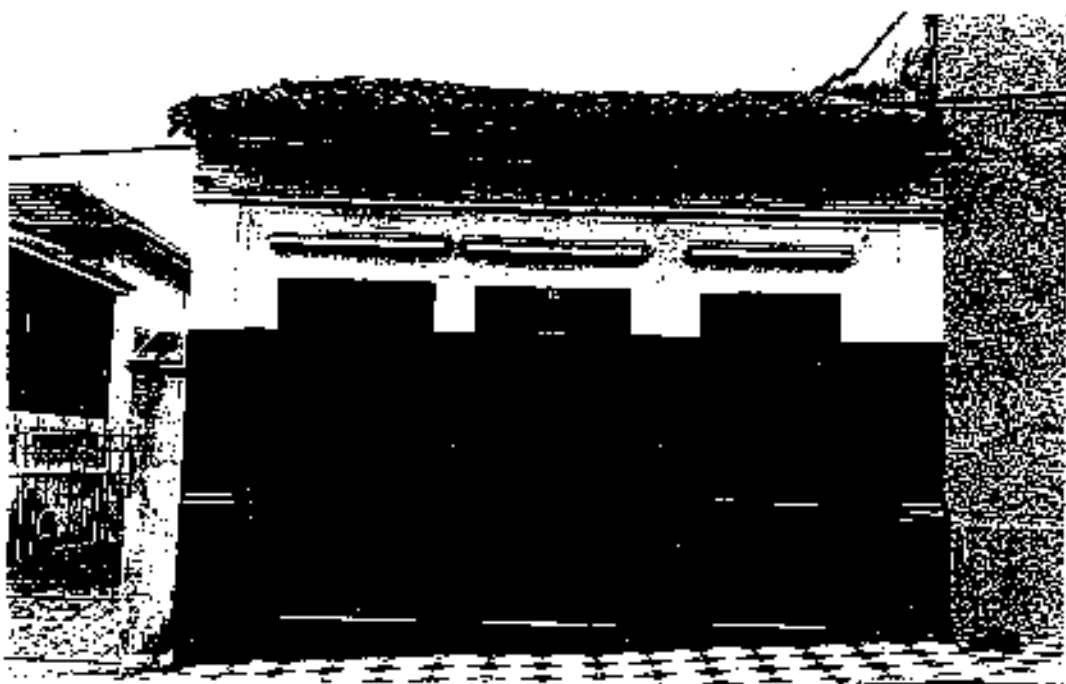
Il. 1231. Rua Altino Arantes, 119



Il. 1232. Rua Altino Arantes, 12



Il. 1233. Rua Altino Arantes, 45



Il. 1234. Rua Altino Arantes, 61



Il. 1235. Rua José Bonifácio, 87
(1885)



Il. 1236. Praça Dr. José Sacramento e Silva, s/n

QUELUZ



Il. 1237. Praça Francisco das Chagas Lima, 230/234
(1925)



Il. 1238. Praça Francisco das Chagas Lima



II. 1239. Praça Francisco das Chagas Lima



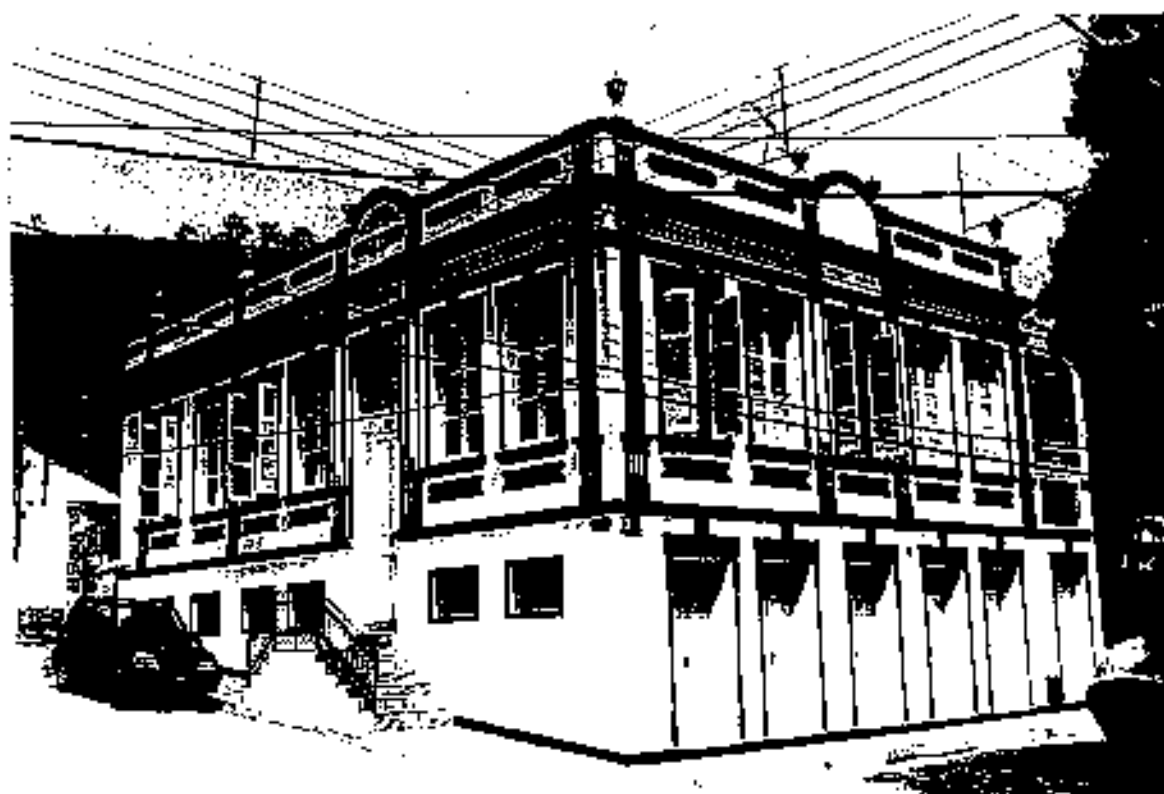
II. 1240. Rua Capitão Francisco Pinto, 39
(1928)



Il. 1241. Rua Capitão Francisco Pinto, 67
(1921)



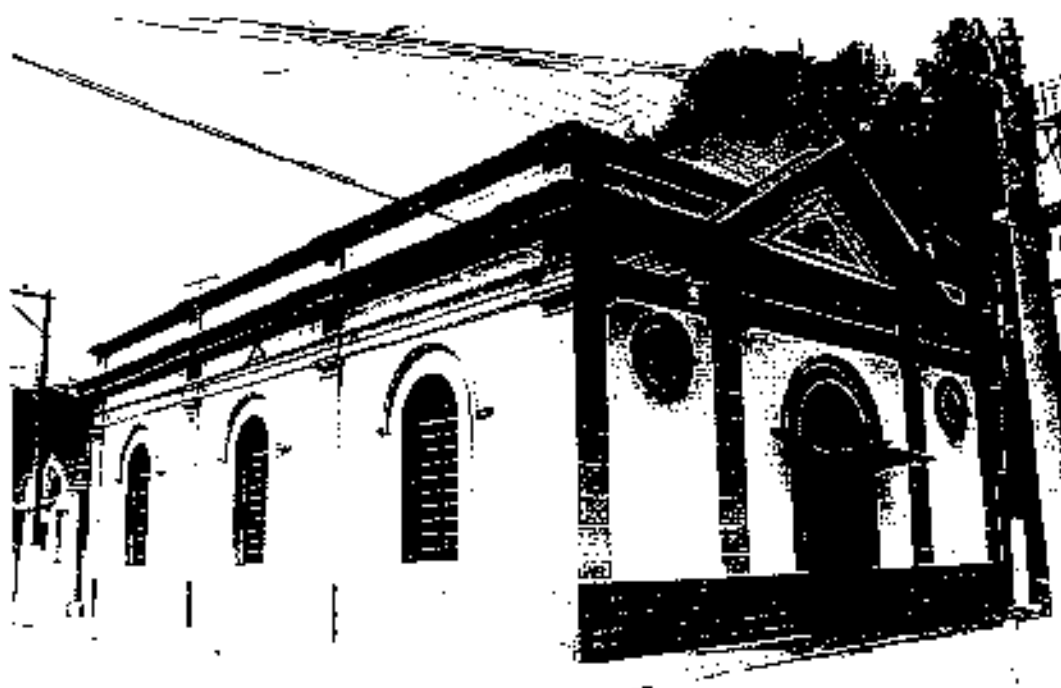
Il. 1242. Rua Capitão Francisco Pinto, 67 (detalhe)



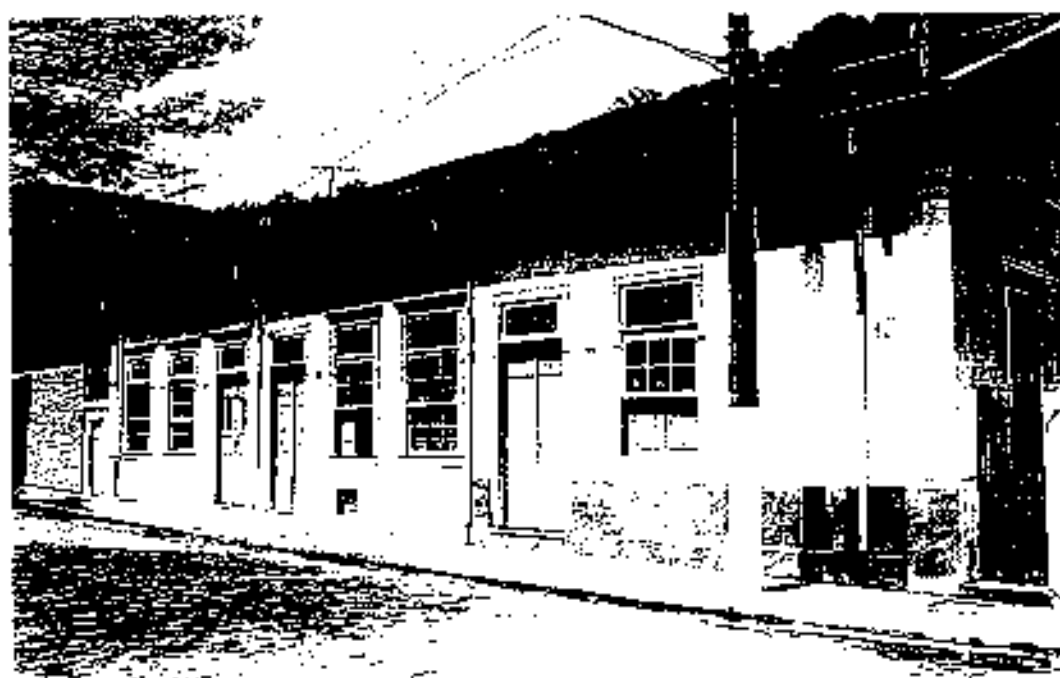
Il. 1243. Praça Joaquim Pereira, 8
(1918)



Il. 1244. Rua Tenente Manoel França, 26/40
(1920)



Il. 1245, endereço não identificado



Il. 1246, Rua Tenente Manoel França, 146/148/152



II. 1247. Rua Tenente Manoel França, 146/148/152 (detalhe)



Il. 1248, Rua Tenente Manoel França, 188
(1923)



II. 1249. Rua Tenente Manoel França, 188 (detalhe)



Il. 1250. Edifício do Fórum



Il. 1251. endereço não identificado
(1957/1951)

RIBEIRÃO PRETO



Il. 1252. Rua Guadaporá, 376/386
(1911)



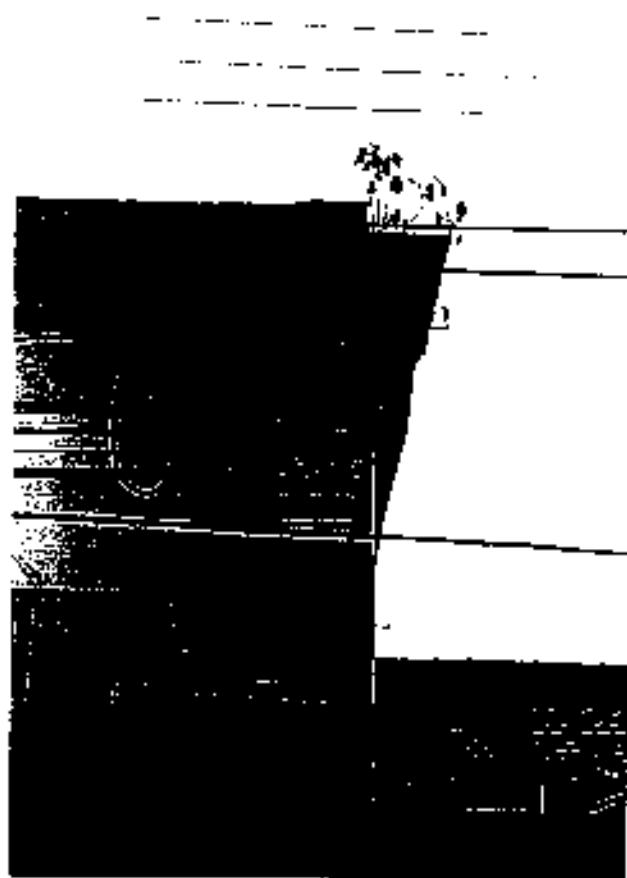
Il. 1253. Rua Guadaporá, 298



II. 1254. Rua Guadaporá, 298 (detalhe)



Il. 1255. Rua Florêncio de Abreu, esquina Rua Visconde de Inhaúma
(1907)



II, 1256. Rua Florêncio de Abreu, esquina Rua Visconde de Inhaúma (detalhe)



Il. 1257. Rua Barão do Amazonas, 458



11. 1258. Rua Barão do Amazonas, esquina Rua General Osório



Il. 1259. Rua Duque de Caxias, 6106



II. 1260. Rua Duque de Caxias, 6106 (detalhe)

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL⁹⁶¹
SEÇÃO CIRCULANTE

SÃO CARLOS



Il. 1261. Avenida São Carlos, 995



Il. 1262. Avenida São Carlos, 995 (detalhe)



Il. 1263. Avenida São Carlos, 1005
(1914)



Il. 1264. Avenida São Carlos, 1005 (detalhe)



II. 1265. Avenida São Carlos, 1242



II. 1266. Rua Bento Carlos, 467



II, 1267, Avenida São Carlos, 1781



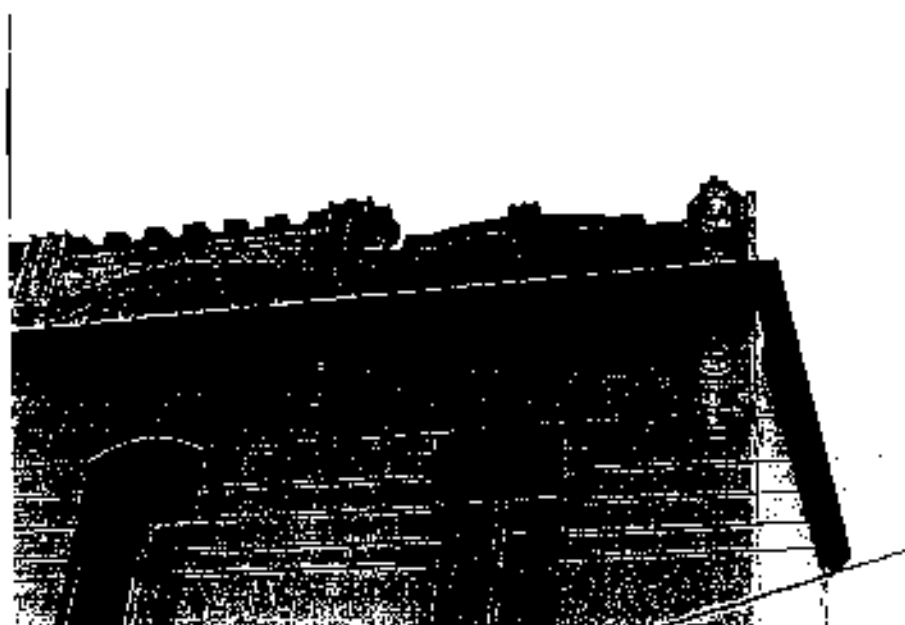
II. 1268. Avenida São Carlos, 1781 (detalhe)



Il. 1269. Rua Conde do Pinhal, 2017



Il. 1270. Avenida São Carlos, 1814



Il. 1271. Avenida São Carlos, 1814 (detailhc)



Il. 1276. Avenida São Carlos, 1947 (detalhe)



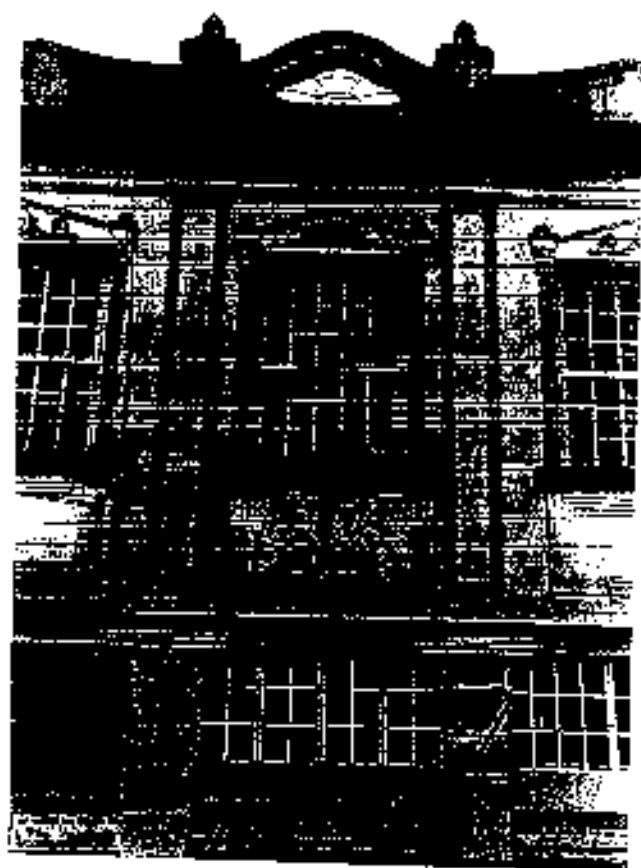
Il. 1277. Avenida São Carlos – Hotel Acácio



Il. 1278. Rua Episcopal, 1661



IL 1279. Rua 7 de setembro, 2053



Il. 1280. Rua 7 de setembro, 2053 (detalhe)



Il. 1281. Rua 7 de setembro, 2043/2047



Il. 1282. Rua 7 de setembro, 2087/2095



Il. 1283. Rua 7 de setembro, s/n



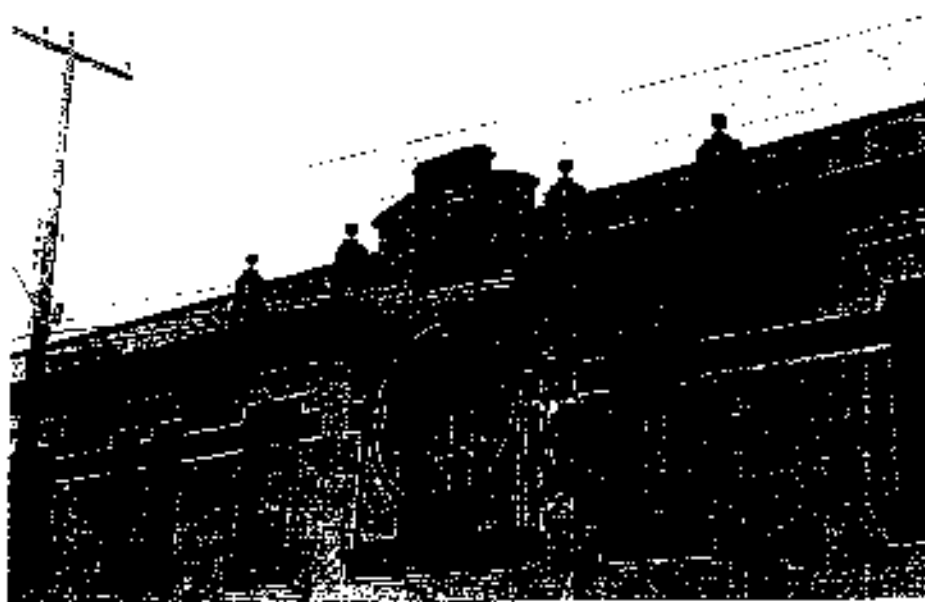
Il. 1284. Rua 7 de setembro, s/n (detalhe)



Il. 1285. Rua 7 de setembro, 2207



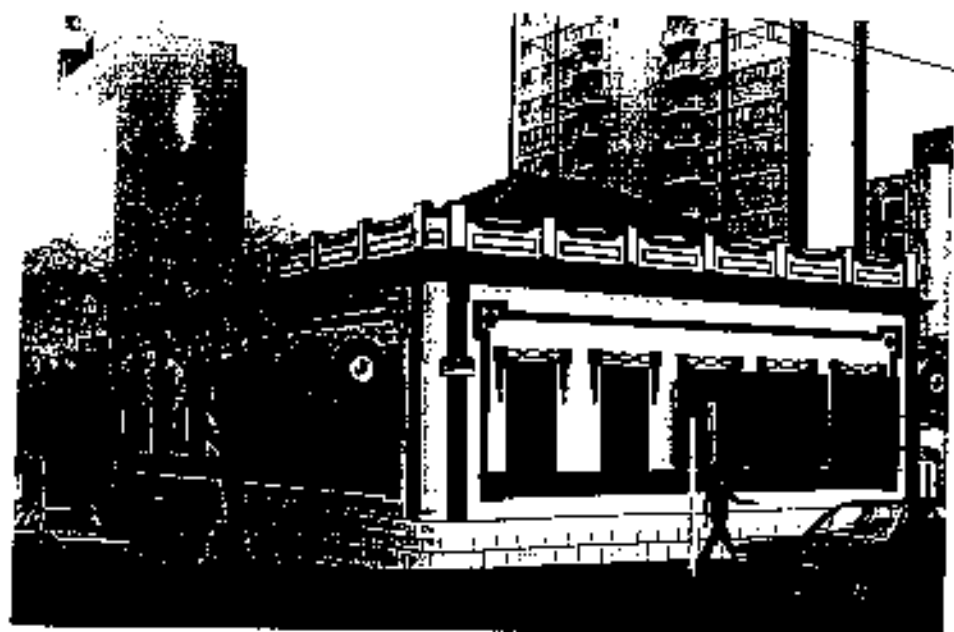
Il. 1286. Rua 7 de setembro, 2247



Il. 1287. Rua 7 de setembro, 2247 (detalhe)



Il. 1288. Rua 7 de setembro, 2258/2262



Il. 1289. Rua Major José Inácio, 2206



Il. 1290. Rua 7 de setembro, 2363/2365/2371



Il. 1291. Rua 7 de setembro, 2363/2365/2371 (detalhe)



Il. 1292. Rua 7 de setembro, 2411



Il. 1293. Rua Major José Inácio, 2236
(1912)



Il. 1294. Rua Dona Alexandrina, esquina Rua Major José Inácio



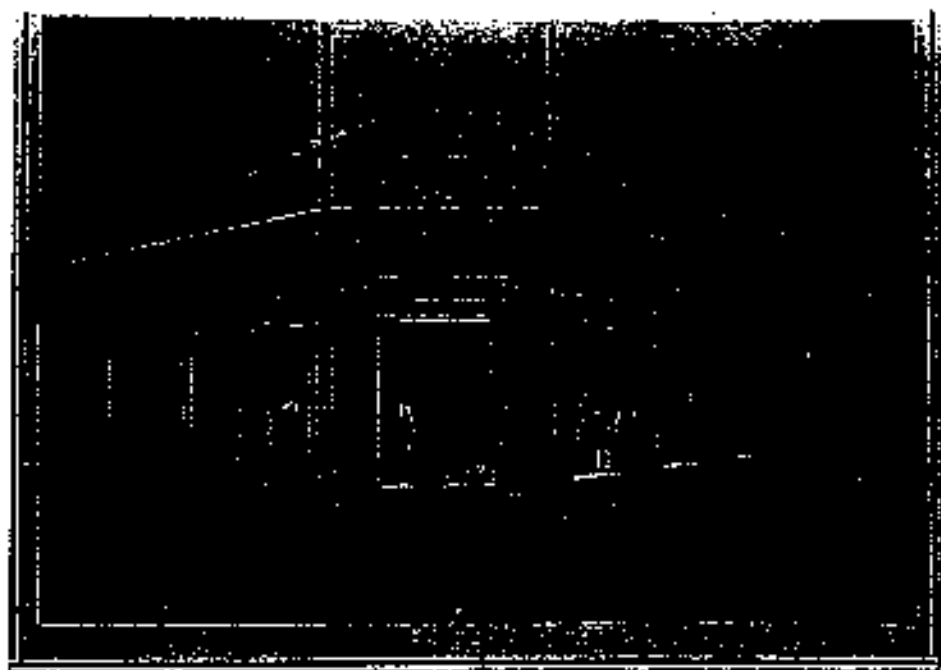
Il. 1295. Rua Dona Alexandrina



II, 1296, Rua Dona Alexandrina (detalhe)



II, 1297, Rua 7 de setembro



II. 1298. Filial Casa Hugo Dornfeld & Cia.



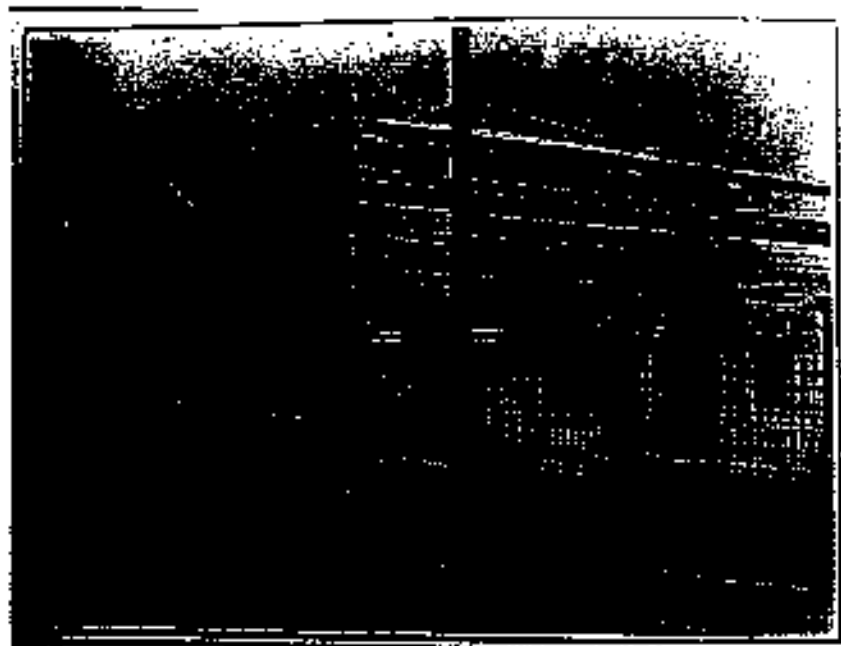
II. 1299. Trecho da rua Dona Alexandrina



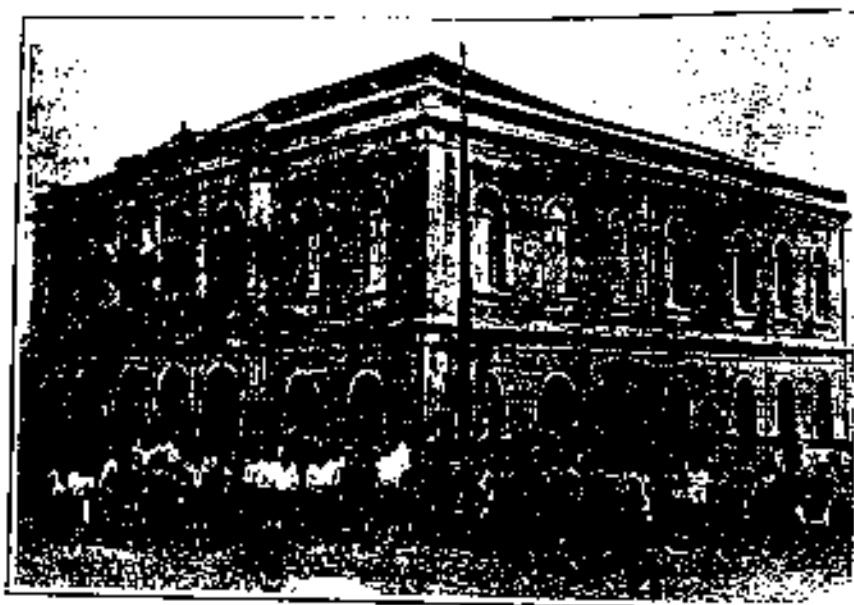
Il. 1300, Rua General Osório



Il. 1301, Edifício da Sociedade Espanhola



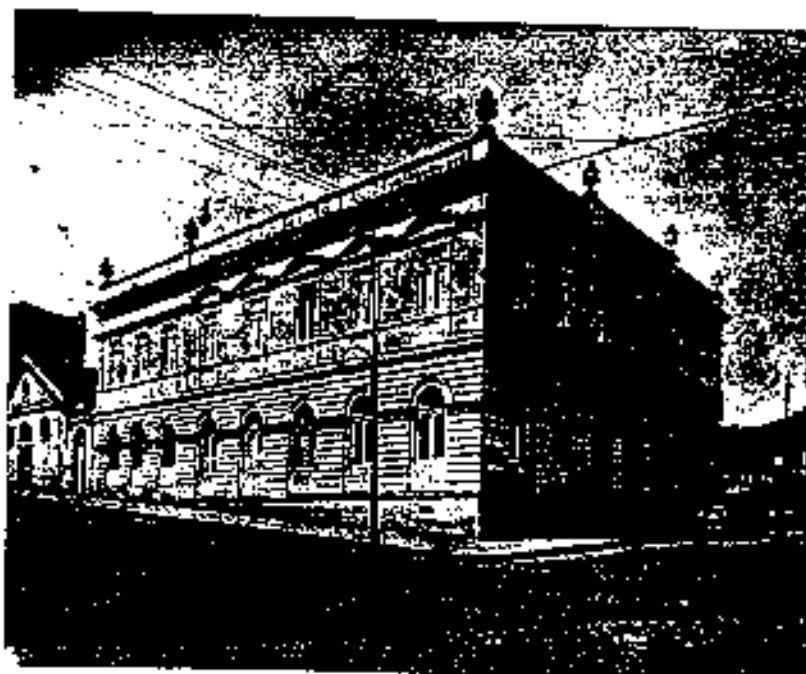
Il. 1302. Palácio Episcopal



Il. 1303. Sociedade Dante Alighieri



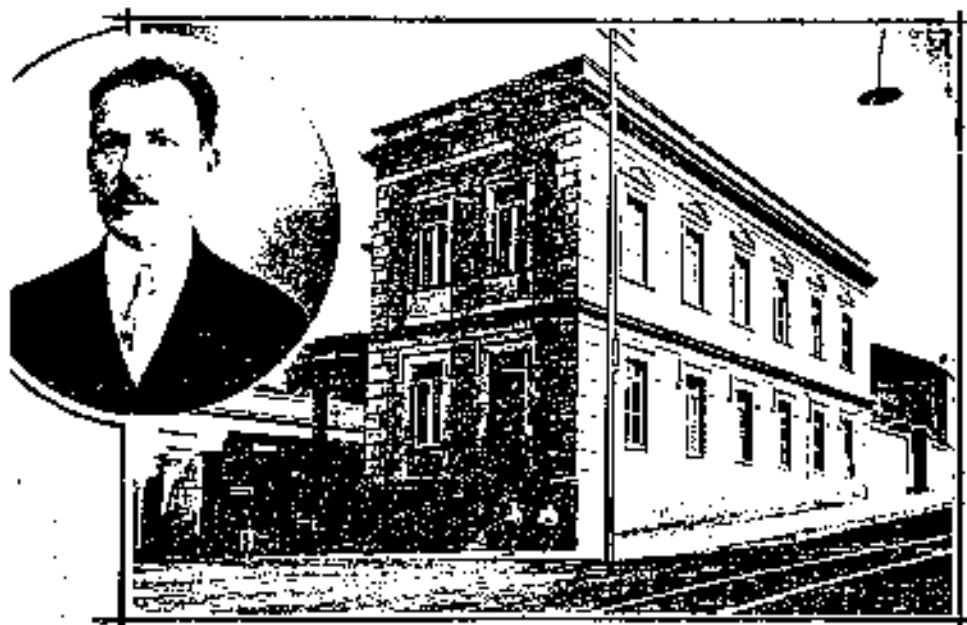
Il. 1304. Sociedade Italiana de Mutuo Socorro



Il. 1305. Edifício da Câmara Municipal

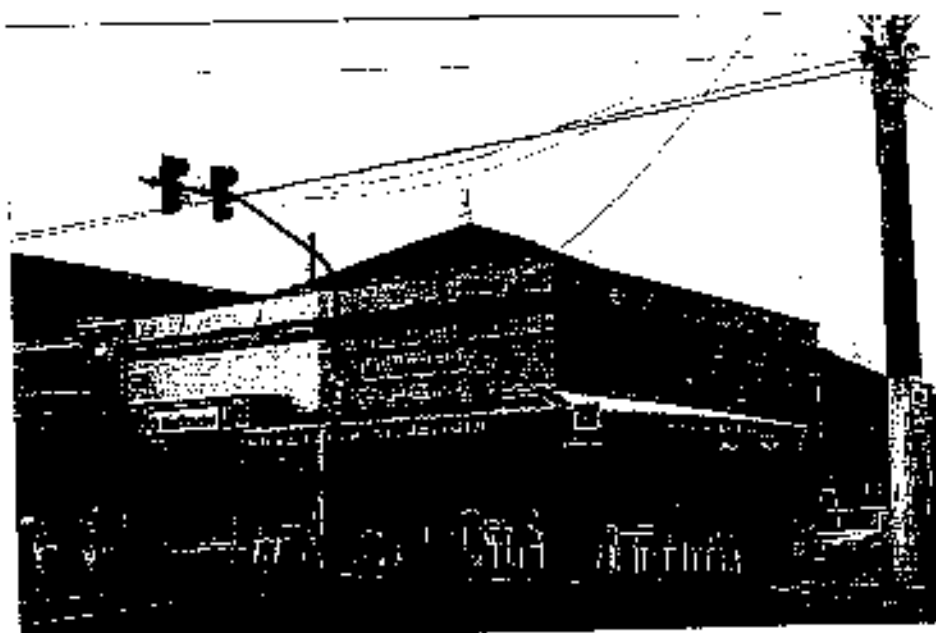


Il. 1306. Atheneu Sancarlense



Il. 1307. Agência dos Correios

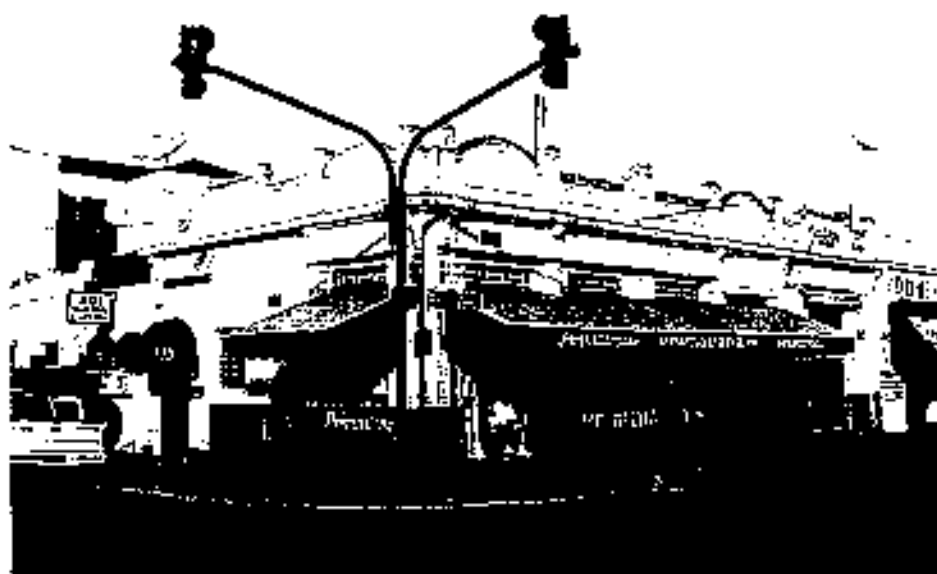
SÃO JOAQUIM DA BARRA



Il. 1308. Rua Bahia, esquina Rua São Paulo



Il. 1309. Praça 7 de setembro, s/n



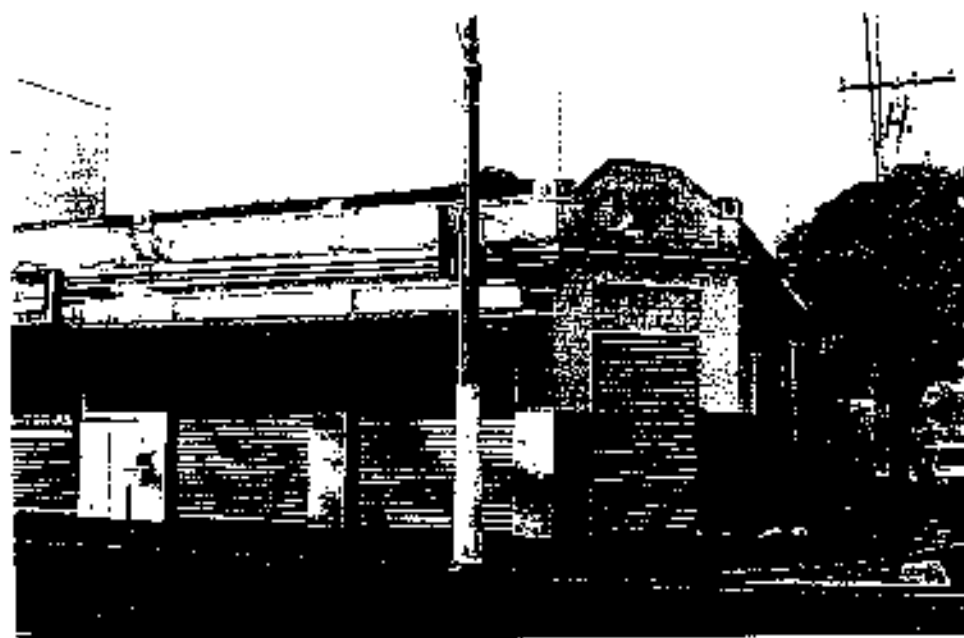
II. 1310. Praça 7 de setembro, esquina Rua São Paulo



II. 1311. Praça 7 de setembro, esquina Rua São Paulo (detalhe)



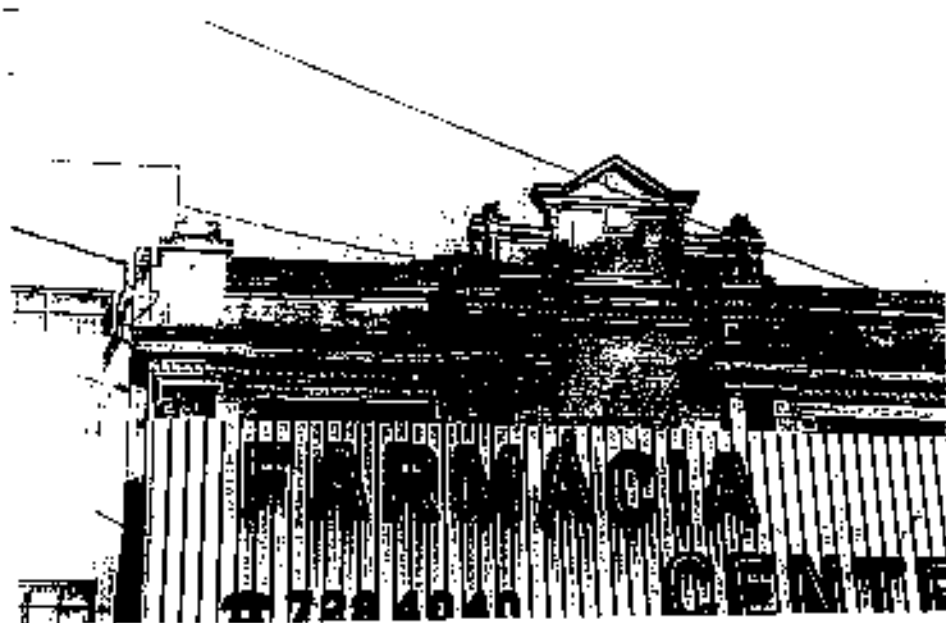
II. 1312. Rua Minas Gerais, esquina Rua 15 de novembro



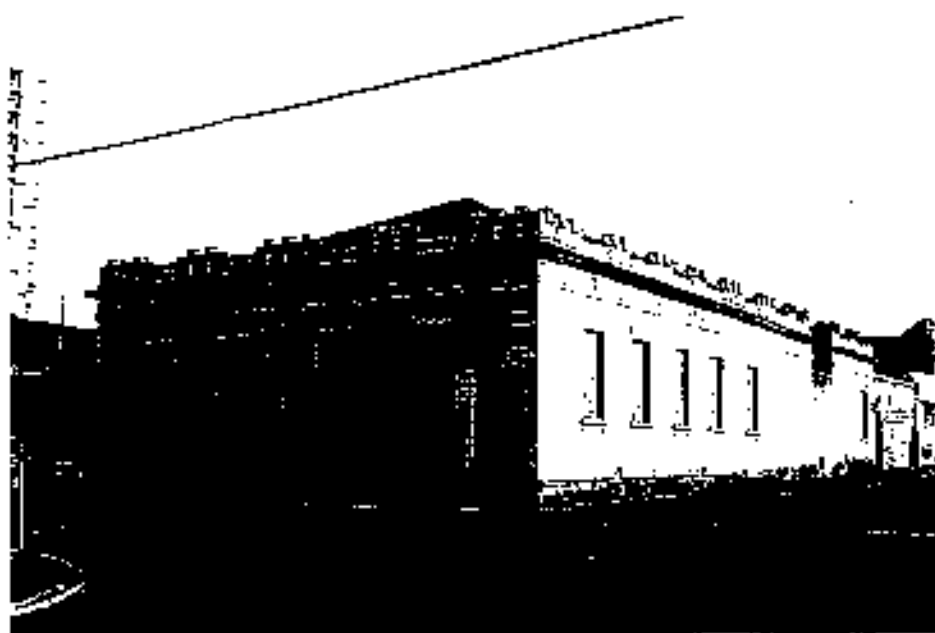
II. 1313. Rua Minas Gerais, esquina Praça 7 de setembro



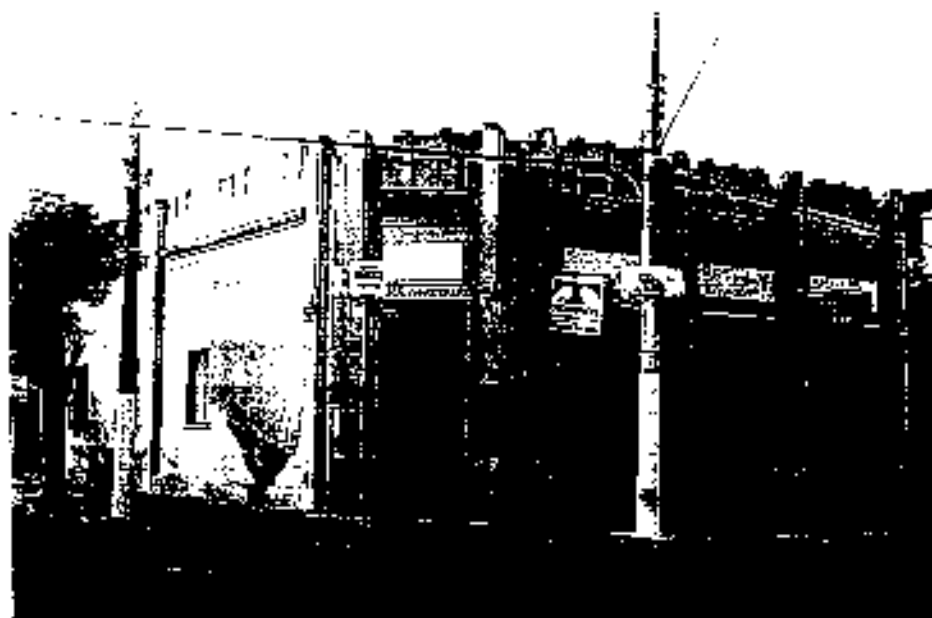
Il. 1314. Praça 7 de setembro, s/n



Il. 1315. Praça 7 de setembro, s/n (detalhe)



Il. 1316. Rua Paraná, esquina Praça 7 de setembro



Il. 1317. Praça 7 de setembro, 15

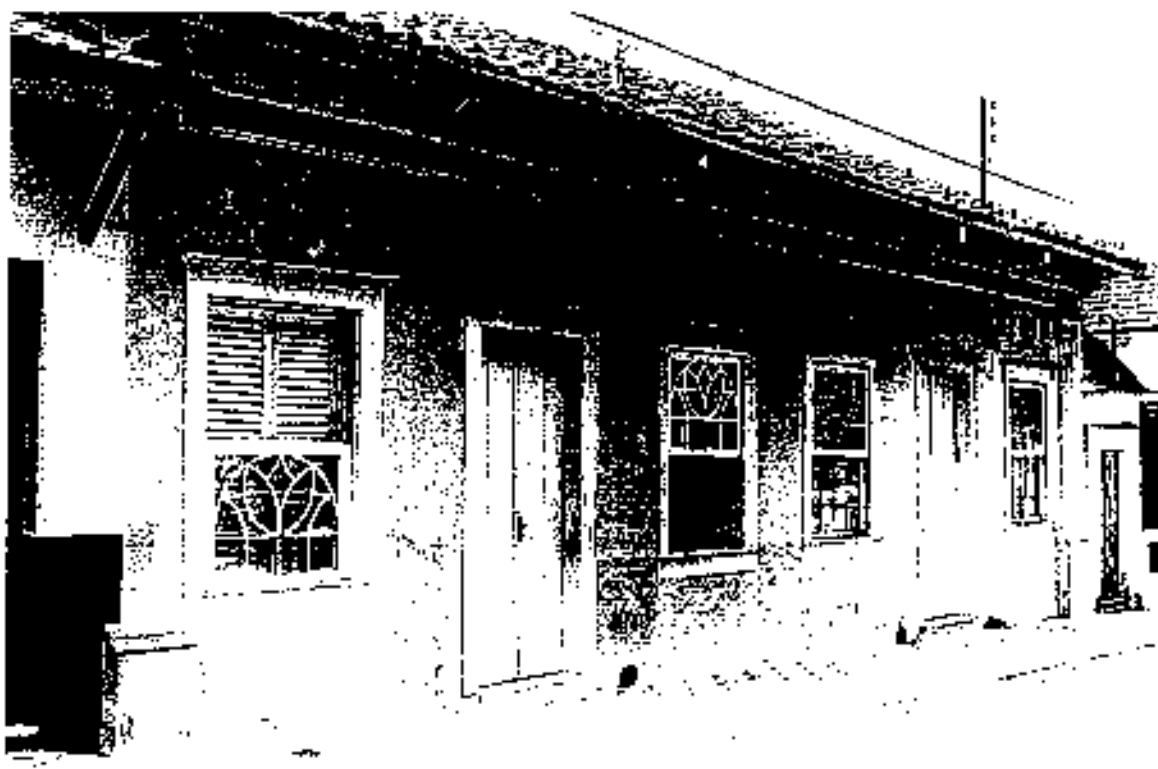
SÃO JOSÉ DO BARREIRO



IL 1318. Praça Coronel Cunha Lara, 31



11. 1319. Praça Coronel Cunha Lara, 31 (detalhe)



Il. 1320, Praça Coronel Cunha Lara, 8
(1856)



II. 1321. Praça Coronel Cunha Lara, 8 (detalhe)



Il. 1322. Praça Coronel Cunha Lara, s/n



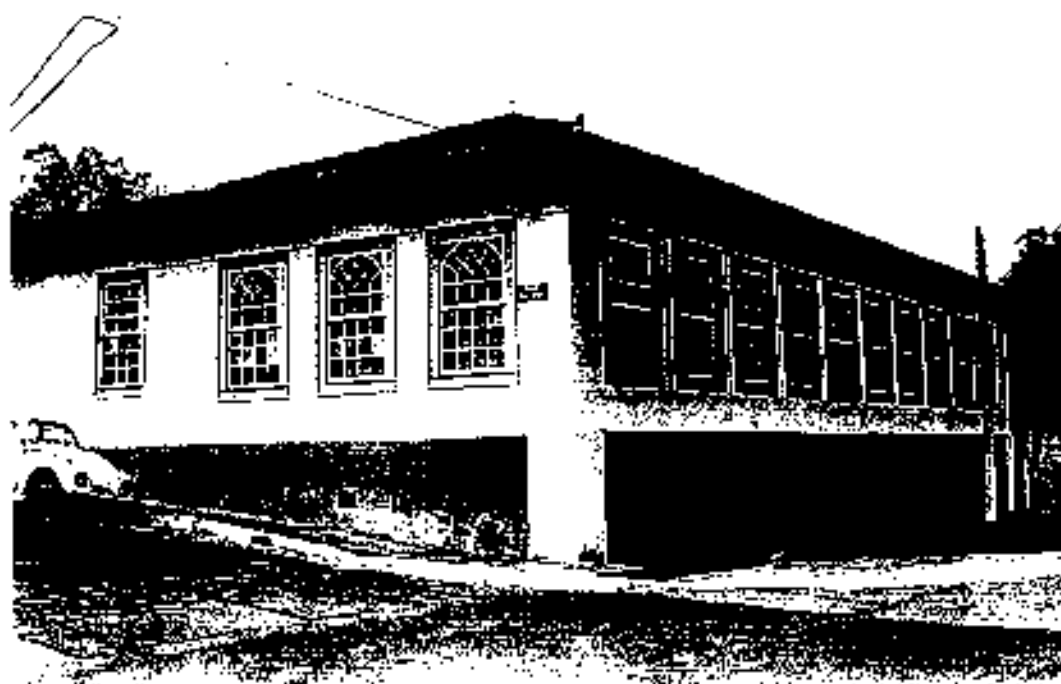
Il. 1323. Praça Coronel Cunha Lara, 73



II. 1324. Praça Coronel Cunha Lara
(1881)



Il. 1325. Rua Dr. Olympio A. de Magalhães, s/n



Il. 1326. Rua São José



Il. 1327. Rua São José, s/n



Il. 1328. Rua São José, s/n (detalhe)



Il. 1329. Edifício da Prefeitura
(1879)

SÃO LUÍS DO PARAITINGA



Il. 1330, Praça Osvaldo Cruz, 22, s/n
(1860)



Il. 1331, Praça Osvaldo Cruz, 23
(1919)



II. 1332. Praça Osvaldo Cruz, 24
(1858)



II. 1333. Praça Osvaldo Cruz, 25
(1864)



II. 1334. Praça Osvaldo Cruz



II. 1335. Praça Osvaldo Cruz, 21



Il. 1336. Praça Osvaldo Cruz, 18
(1864)



Il. 1337. Praça Osvaldo Cruz, 12/13



Il. 1338. Praça Osvaldo Cruz



IL 1339. Praça Osvaldo Cruz, s/n



IL 1340. Praça Osvaldo Cruz, 6
(1853)



II. 1341. Praça Osvaldo Cruz, 6 (detalhe)



Il. 1342. Praça Osvaldo Cruz, s/n



Il. 1343. Praça Osvaldo Cruz, 3
(1859)



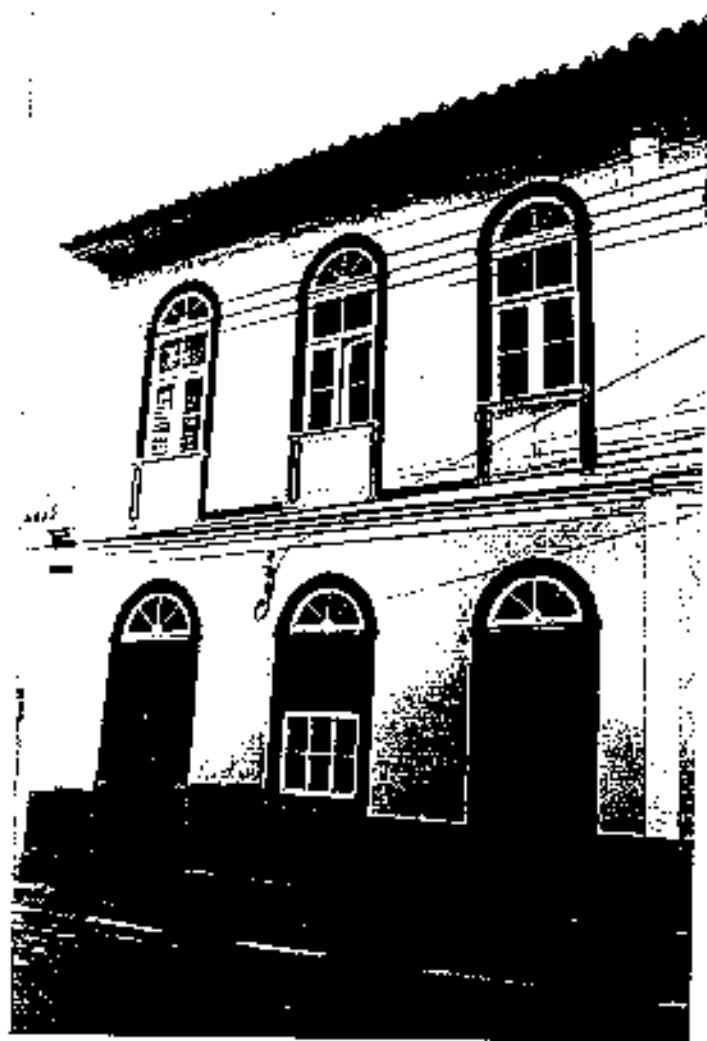
Il. 1344. Praça Osvaldo Cruz, 2



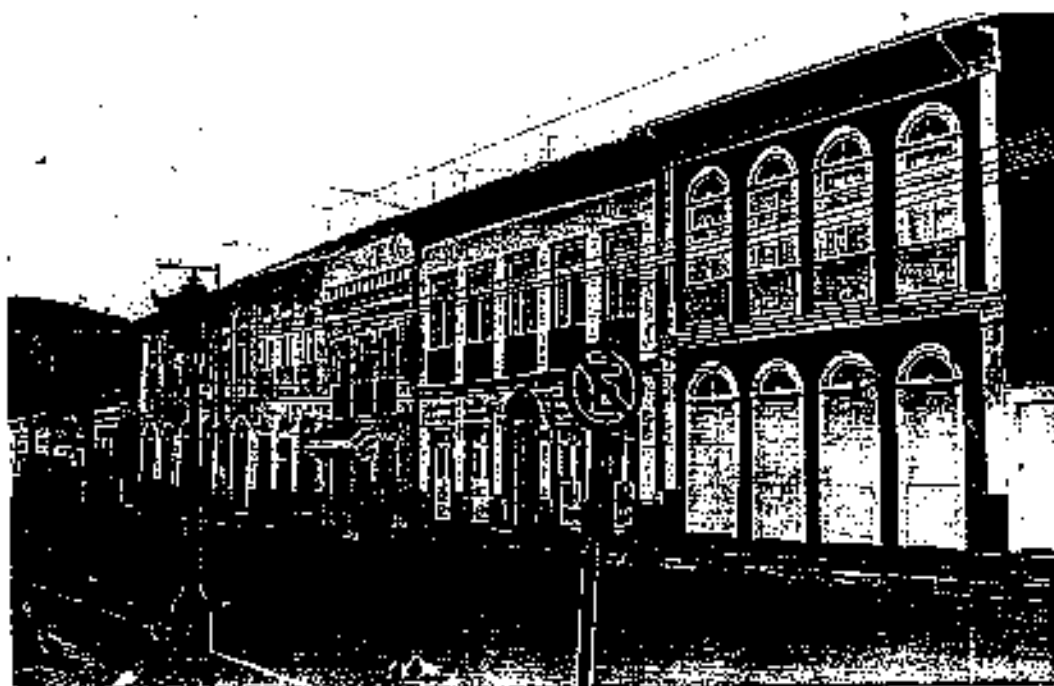
Il. 1345. Praça Osvaldo Cruz, 1



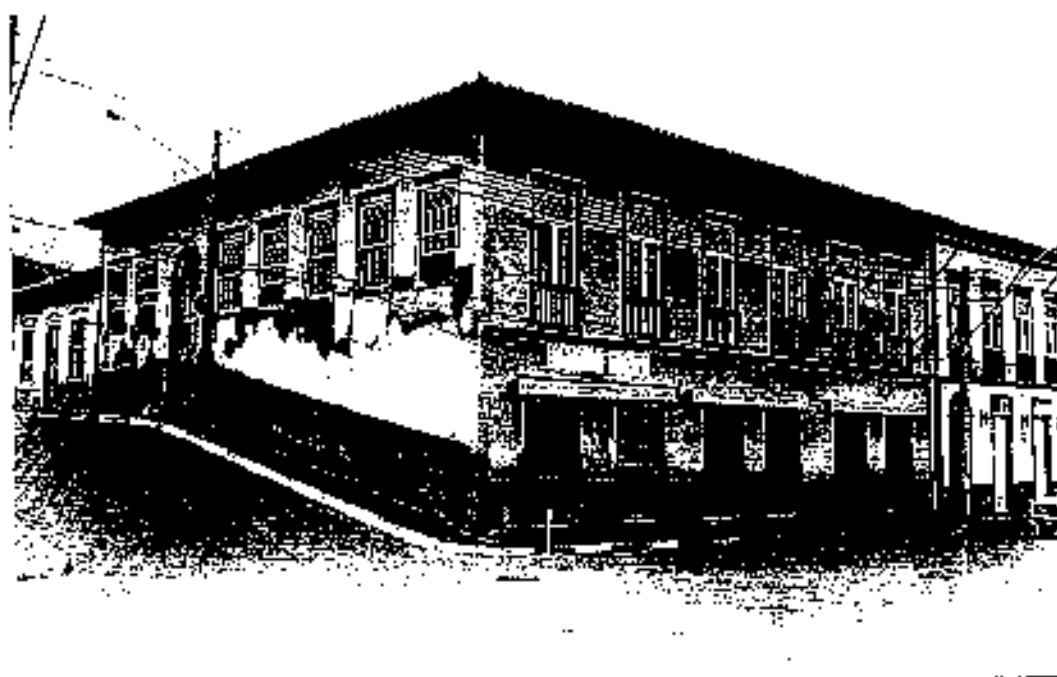
II. 1346. Rua Barão, 28



II. 1347. Rua Barão, 26



IL 1348. Praça Osvaldo Cruz (vista geral)



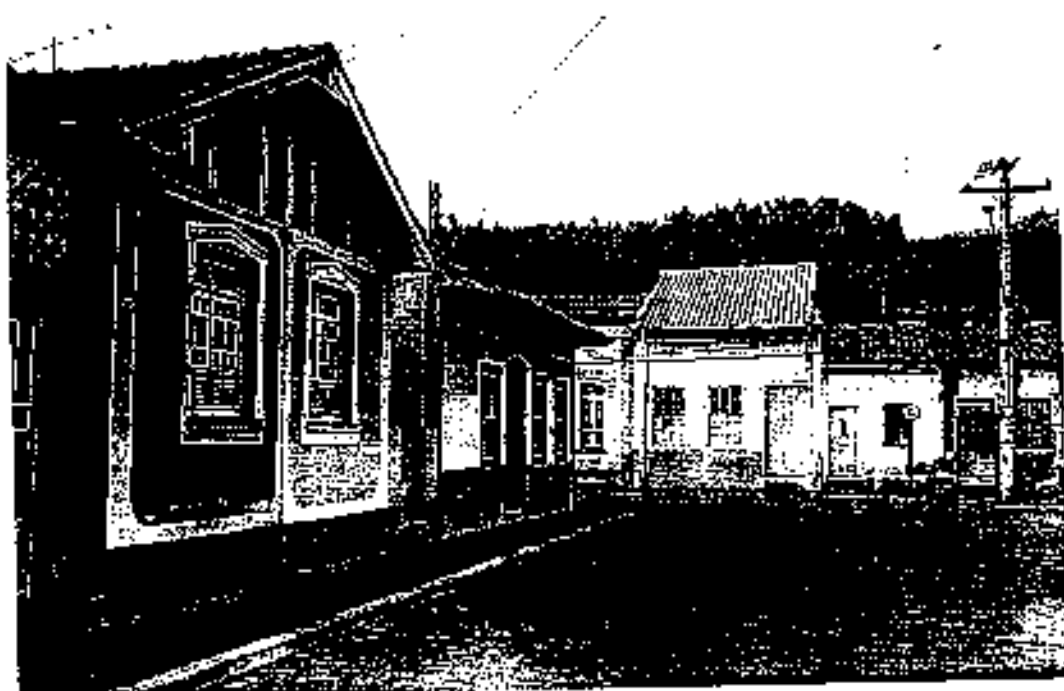
IL 1349. Praça Osvaldo Cruz, 1



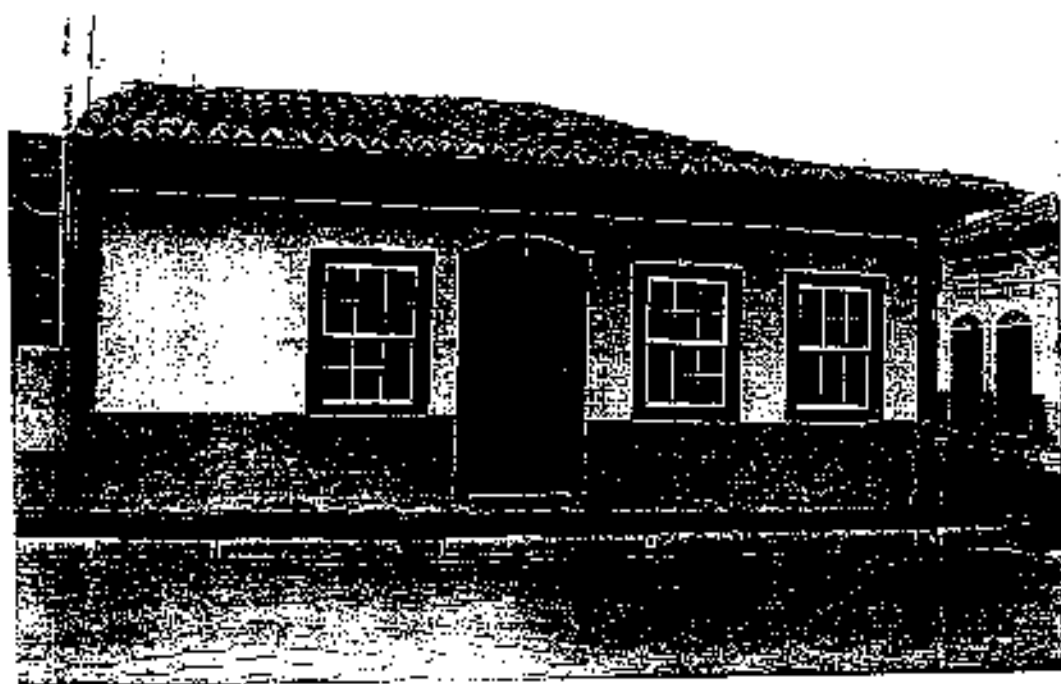
II. 1350. Praça Osvaldo Cruz
(1850)



II. 1351. Rua Barão, 20



Il. 1352. Rua Barão (vista geral)



Il. 1353. Rua Barão, 1



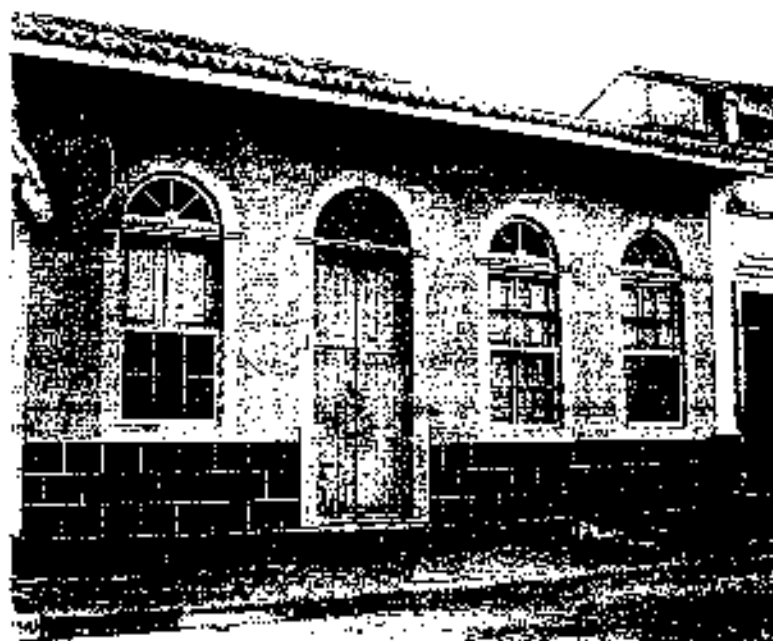
Il. 1354. Rua Coronel Domingues de Castro, 9
(1941)



Il. 1355. Rua Coronel Domingues de Castro – Edifício da Câmara



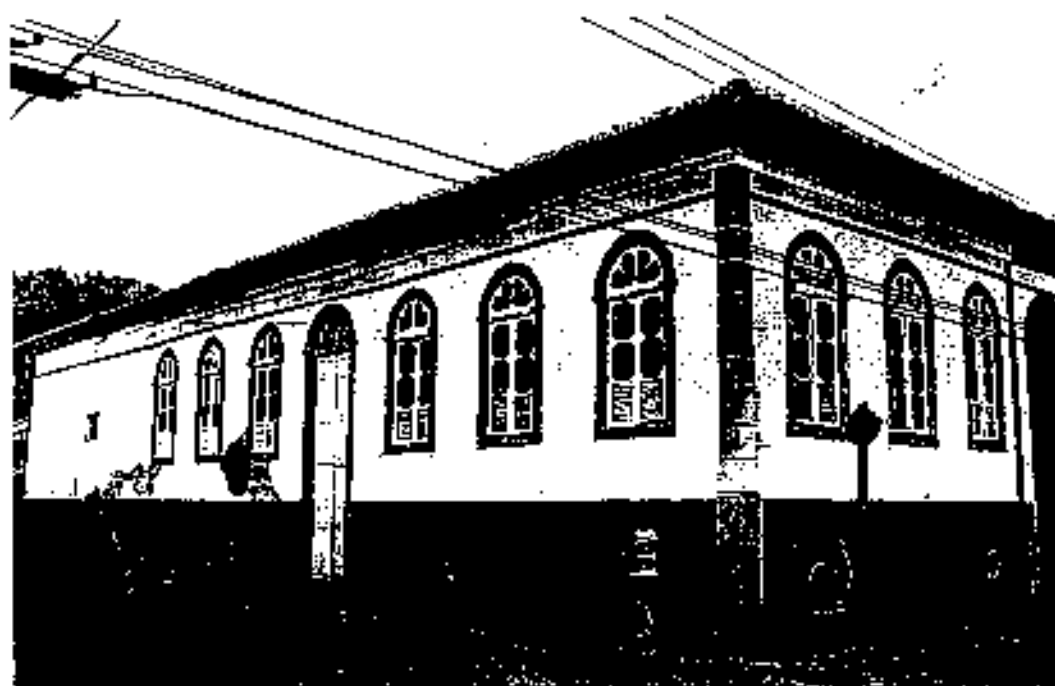
Il. 1356. Rua Coronel Domingues de Castro, 110/37



Il. 1357. Rua Coronel Domingues de Castro, 10



Il. 1358. Rua Coronel Domingues de Castro, 43
(1876)



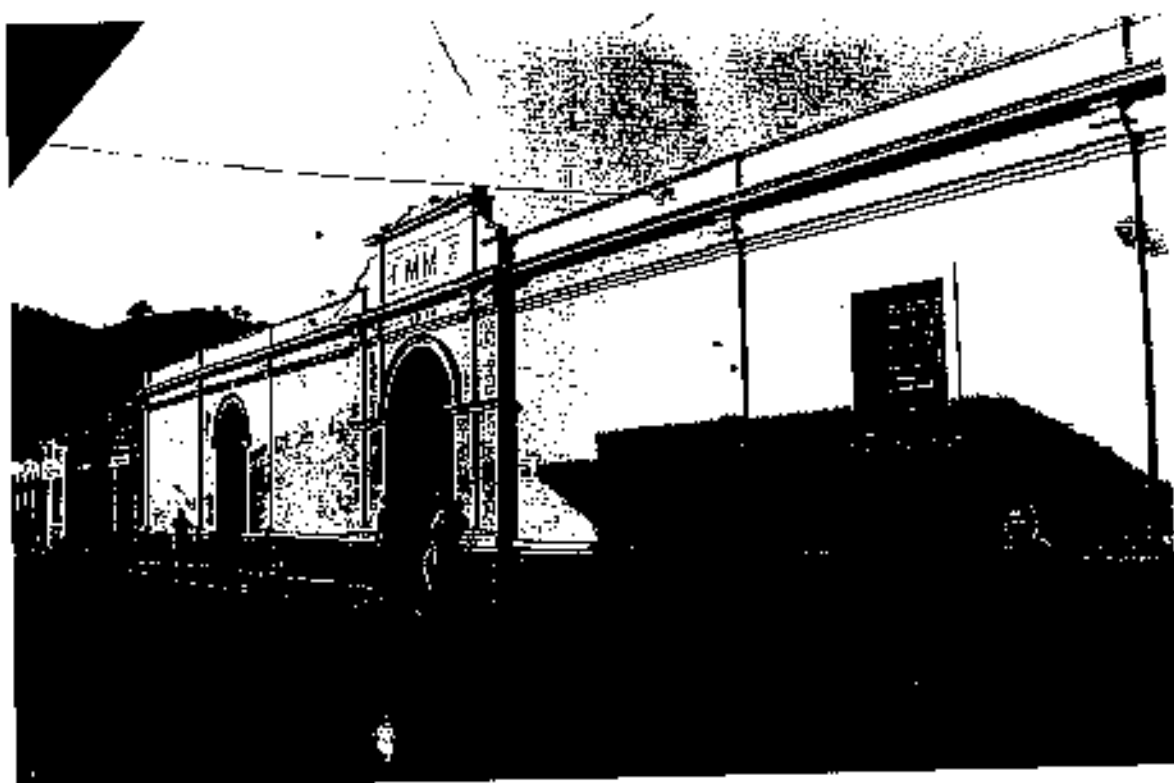
Il. 1359. Rua Monsenhor Inácio Gioia, s/n
(1895)



Il. 1360. Rua Monsenhor Inácio Gioia, s/n (detalhe)



II, 1361, Rua Coronel Domingues de Castro, s/n



Il. 1362. Mercado Municipal
(1902)



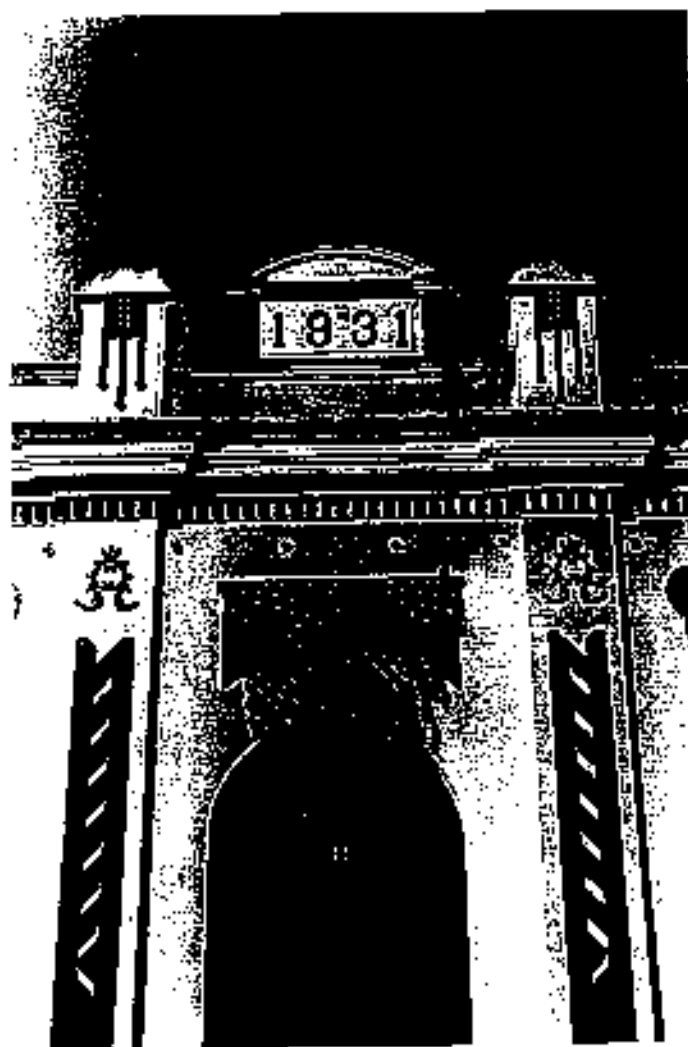
Il. 1363. Rua Coronel Manoel Bento, 176
(1904)



Il. 1364. Rua Coronel Manoel Bento, 176 (detalhe)



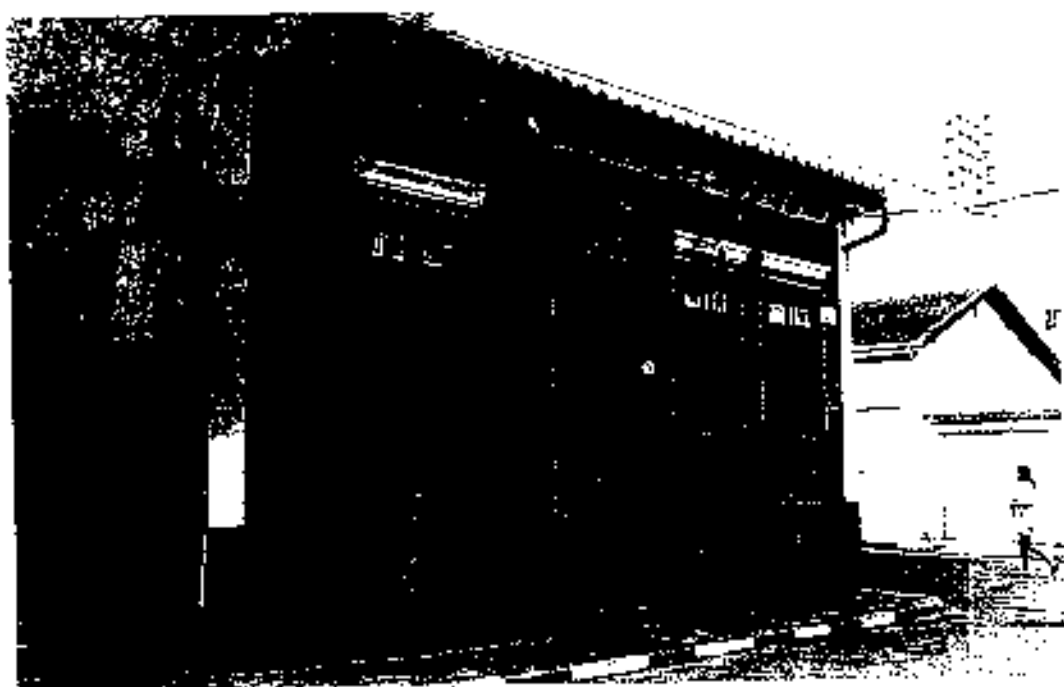
IL 1365. Rua Coronel Manoel Bento, 41
(1931)



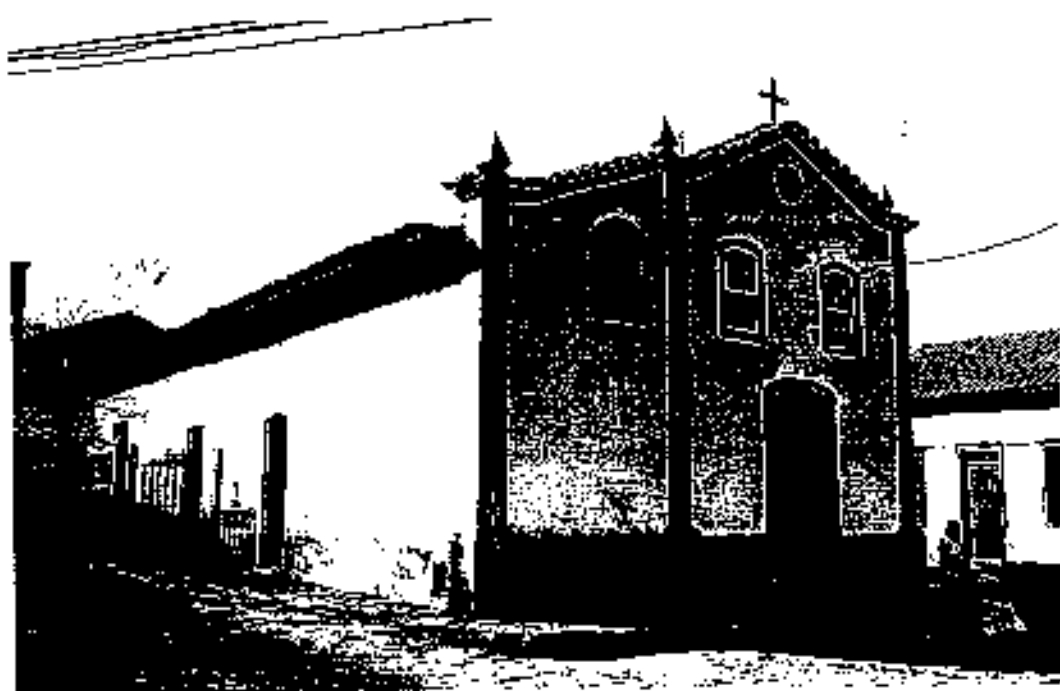
Il. 1366. Rua Coronel Manoel Bento, 41 (detalhe)



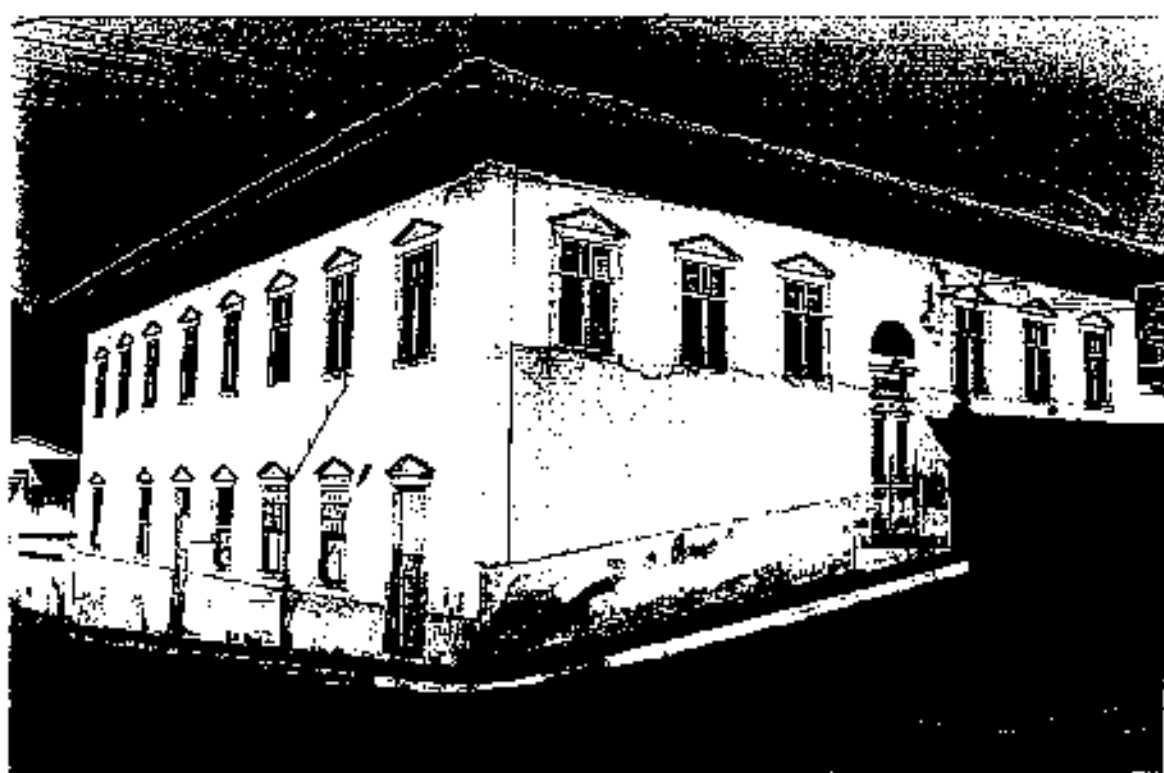
Il. 1367. Rua Coronel Manoel Bento, 219



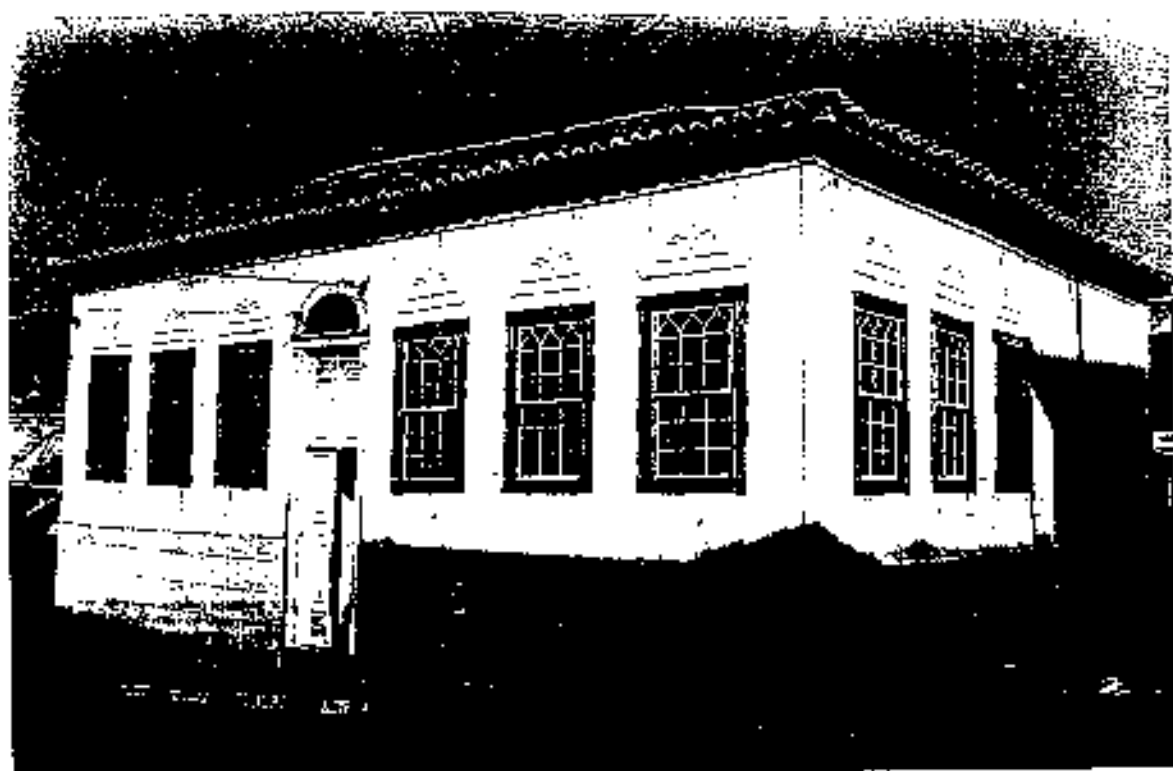
II, 1368. Rua Coronel Manoel Bento, 14



II, 1369. endereço não identificado



Il. 1370. Praça Osvaldo Cruz, s/n
(1899)



Il. 1371. Rua Monsenhor Inácio Gioia, s/n
(1858)



II. 1372. Praça Osvaldo Cruz



II. 1373. Praça Osvaldo Cruz



Il. 1374. Vista parcial



Il. 1375. Praça Osvaldo Cruz

SÃO MANUEL



Il. 1376, Rua 15 de novembro



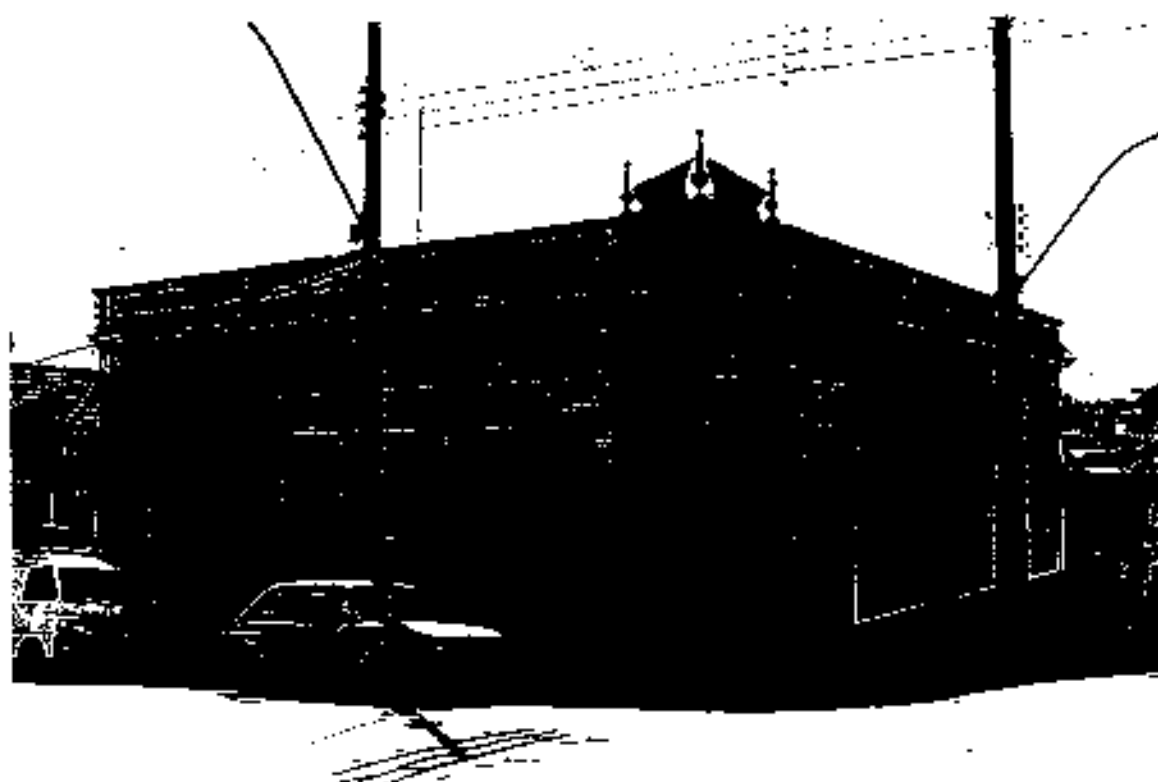
Il. 1377. Rua 15 de novembro, 169



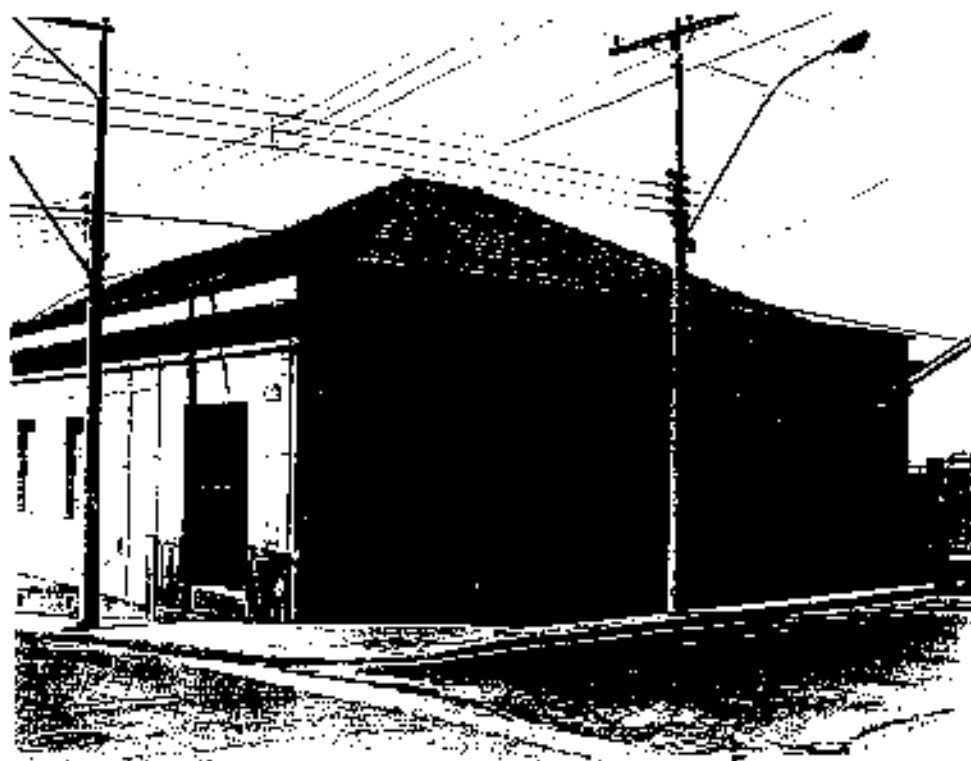
Il. 1378. Rua 15 de novembro, s/n



Il. 1379. Rua Batista Martins, 150
(1927)



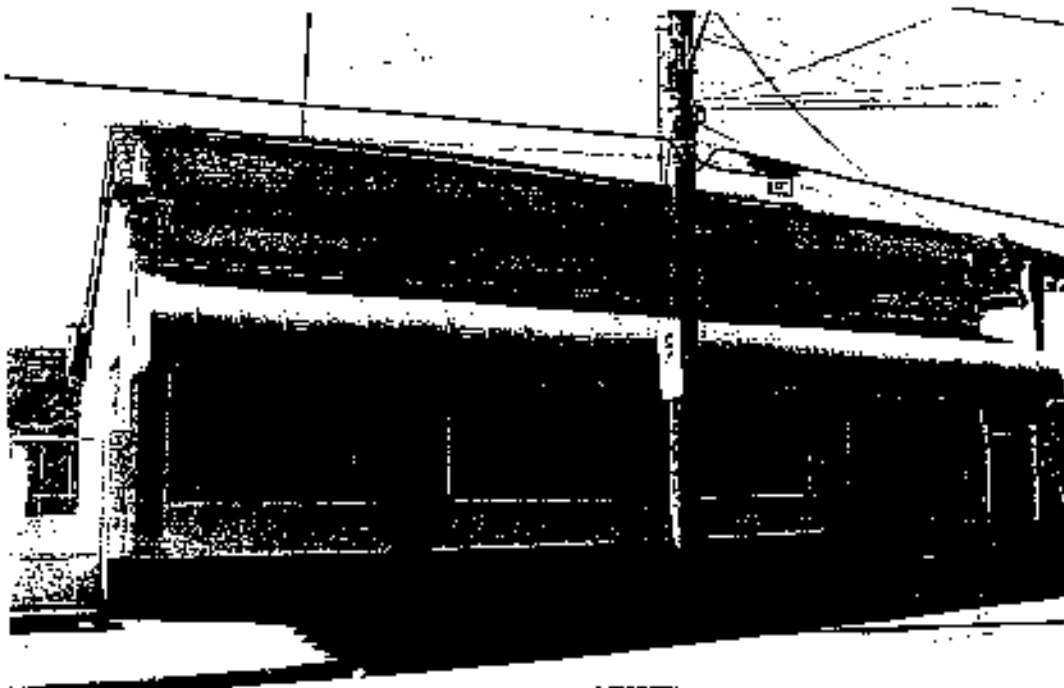
Il. 1380. Rua Morais Gordo, 125
(1904)



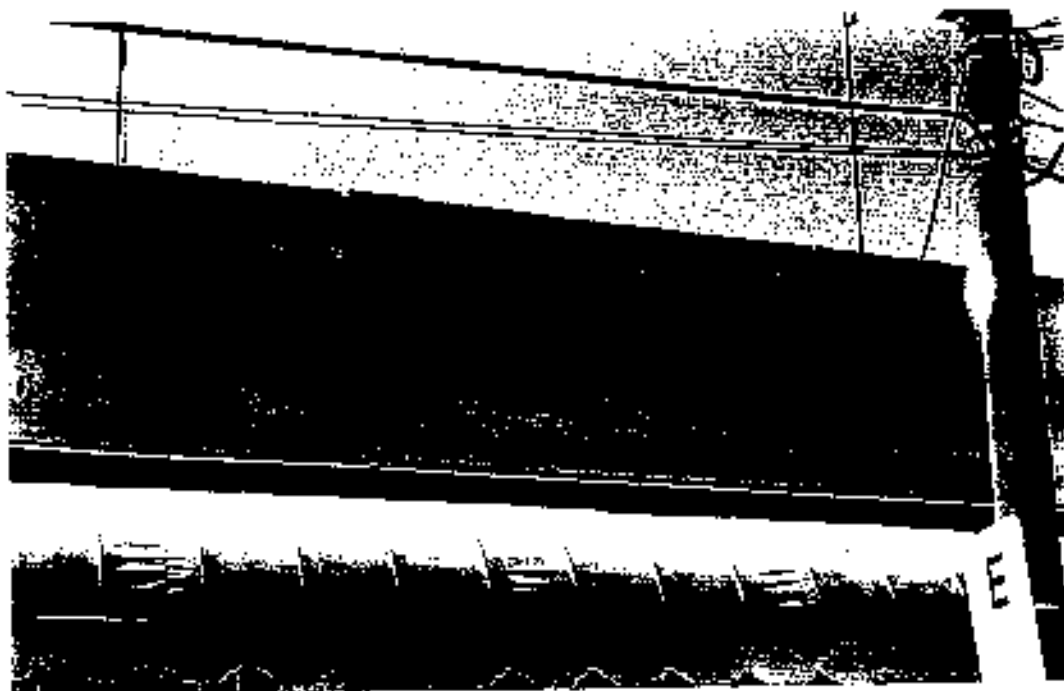
Il. 1381. Rua Moraes Gordo, 273



Il. 1382. Rua Moraes Gordo, 273 (detalhe)



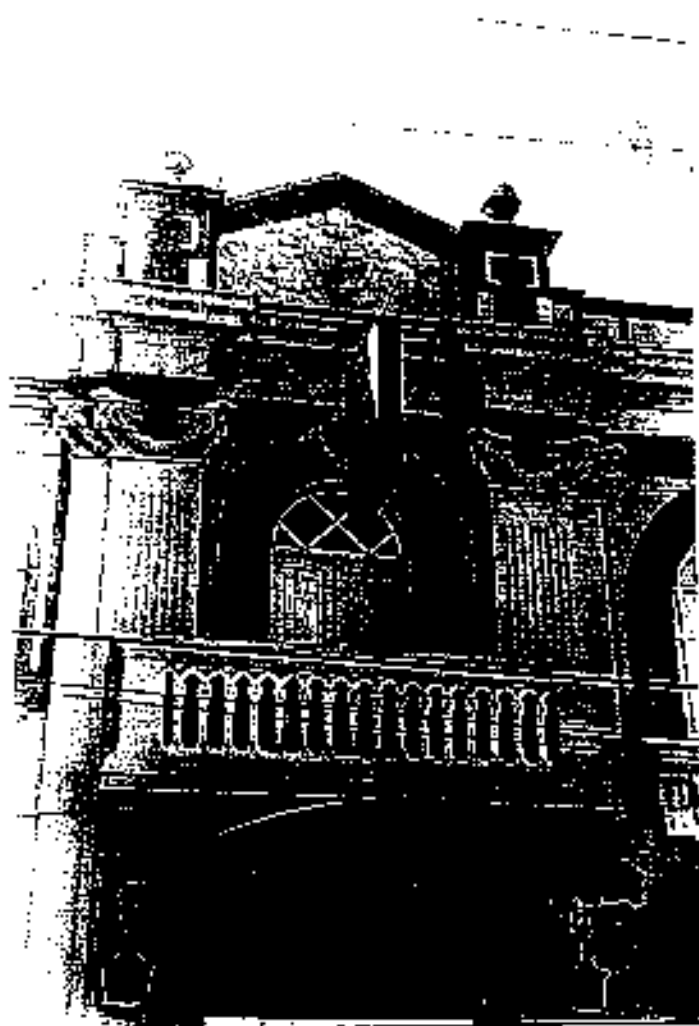
Il. 1383. Rua Morais Gordo, 301



Il. 1384. Rua Morais Gordo, 301 (detalhe)



It. 1385, Rua Morais Gordo
(1927)



Il. 1386. Rua Morais Gordo (detalhe)



Il. 1387, Rua Morais Gordo, 334
(1903)



Il. 1388. Rua Joaquim Floriano, s/n



II. 1389. Rua 15 de novembro, esquina Rua Joaquim Floriano



II. 1390. Rua 15 de novembro, 233



Il. 1391, Rua 15 de novembro, 233 (detalhe)



Il. 1392. Rua Joaquim Floriano, 279



Il. 1393. Rua Joaquim Floriano, esquina Rua 7 de setembro



II. 1394. Rua Joaquim Floriano, s/n



Il. 1395, Rua Joaquim Floriano, 501



Il. 1396. Rua Irmãs Cintra, s/n, 368



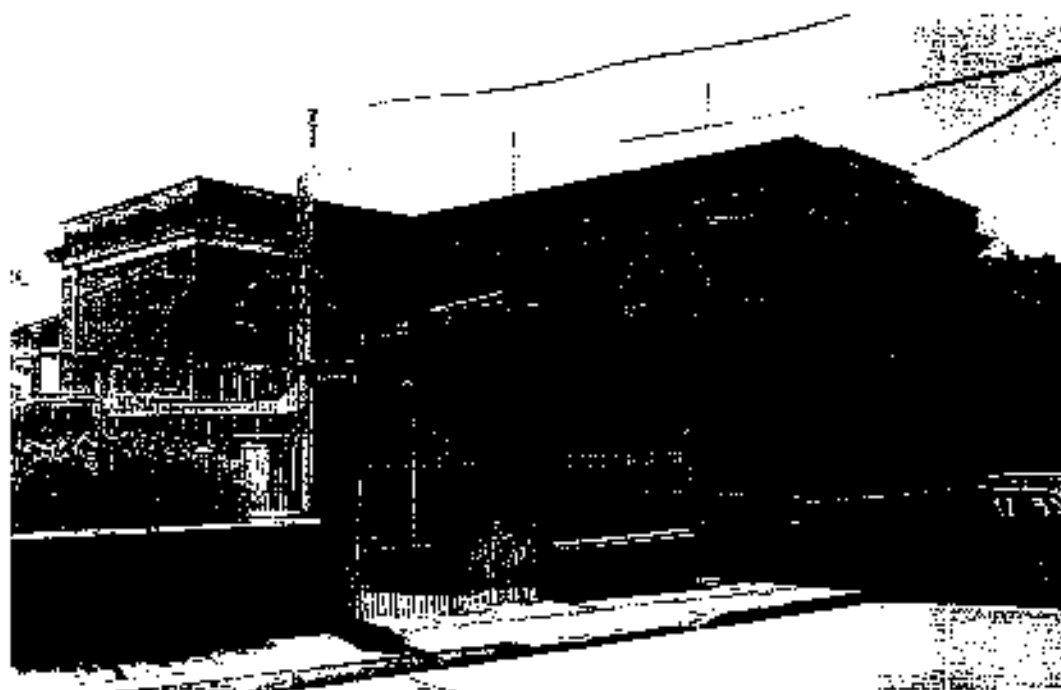
Il. 1397. Rua Irmãs Cintra, 542



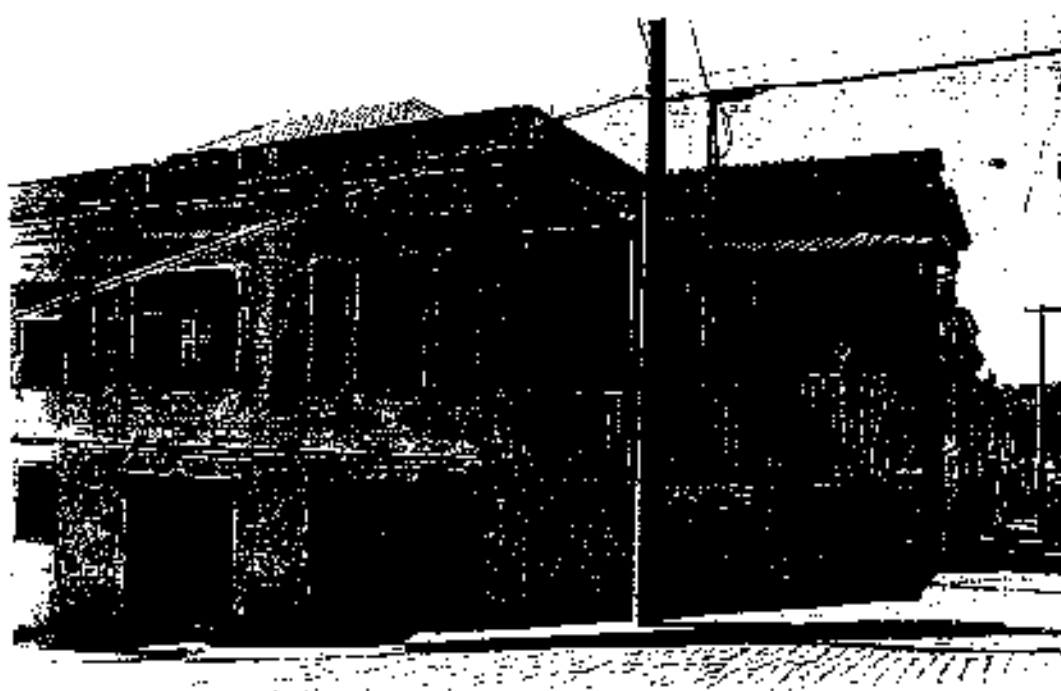
Il. 1398. Rua Irmãs Cintra
(1904)



Il. 1399. Rua Irmãs Cintra, 262/280



Il. 1400. Praça São Manuel, 558



Il. 1401. Rua Batista Martins, 378



Il. 1402. Rua 7 de setembro, 269
(1896)



Il. 1403. Rua Batista Martins, esquina Rua 7 de setembro
(1906)



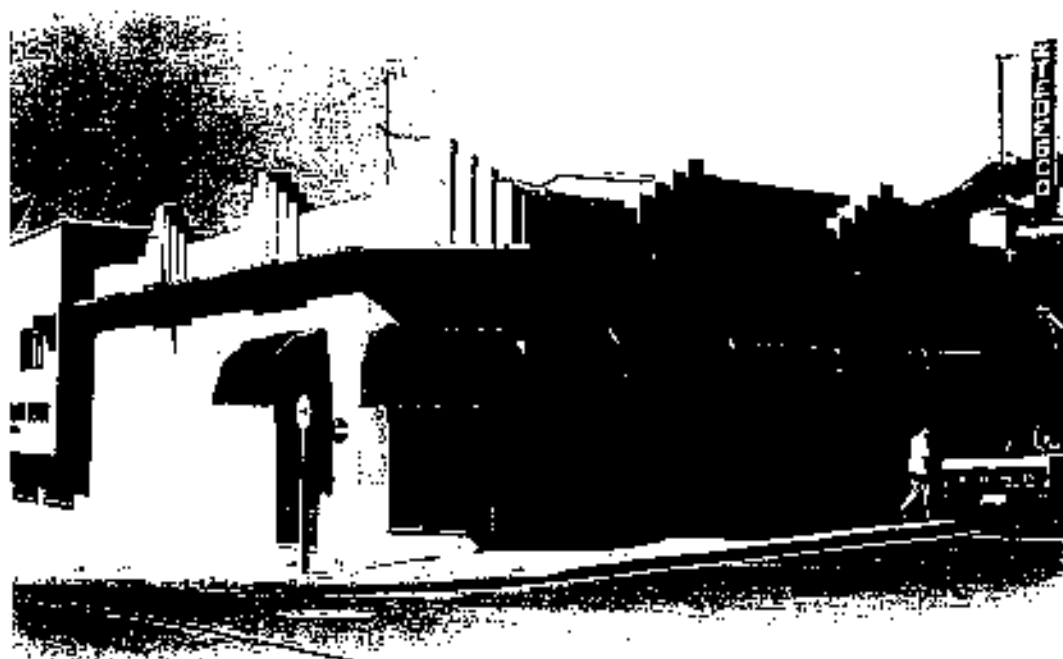
II. 1404. Rua Batista Martins, 360



II. 1405. Rua Batista Martins, 322



Il. 1406. Rua Batista Martins, 322 (detalhe)



Il. 1407. Rua Batista Martins, esquina Rua Epitácio Pessoa



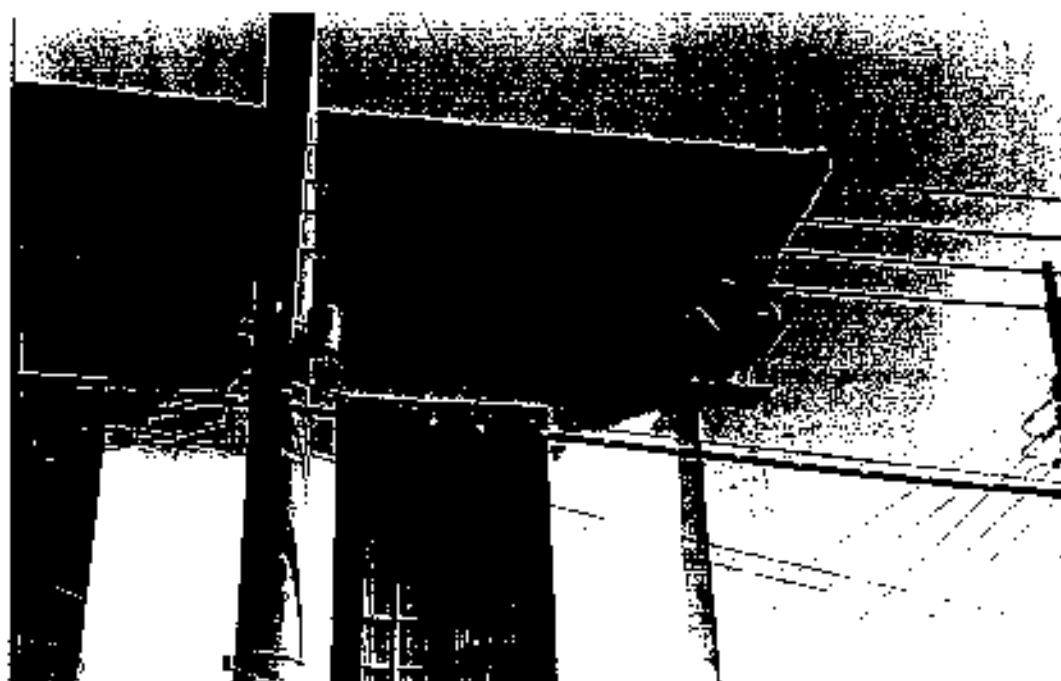
Il. 1408. Rua Epitácio Pessoa, 225



Il. 1409. Rua Epitácio Pessoa, s/n



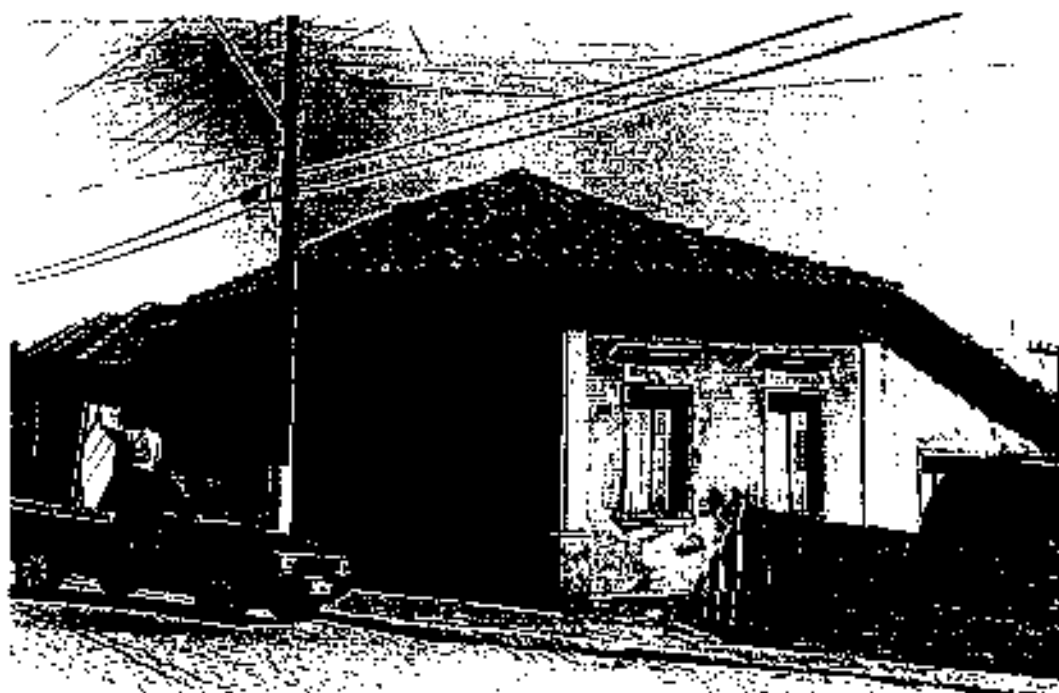
Il. 1410. Rua Epitácio Pessoa, esquina Rua Gomes de Faria



Il. 1411. Rua Epitácio Pessoa, esquina Rua Gomes de Faria (detalhe)



IL 1412. Rua Epitácio Pessoa, 316
(1902)



Il 1413. Rua Coronel Emiliano, 375



Il. 1414. Rua Coronel Emiliano, 475

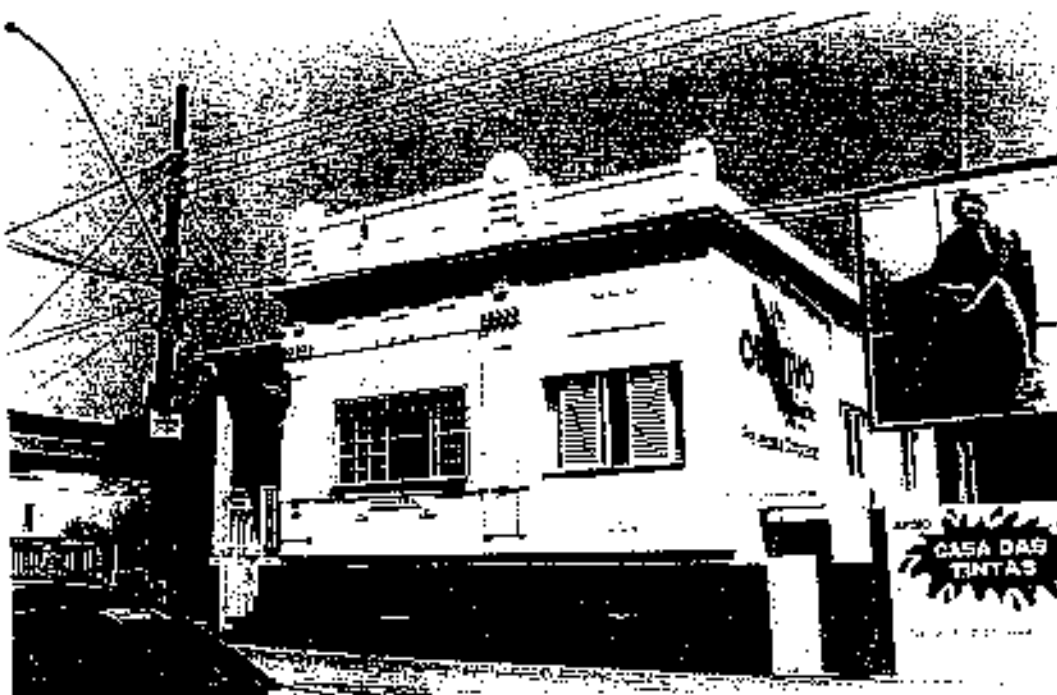


Il. 1415. Rua Coronel Emiliano, 475 (detalhe)



Il. 1416. Rua Coronel Emiliano, 525

SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO



II. 1417. Rua Placidino Brigagão, 1284



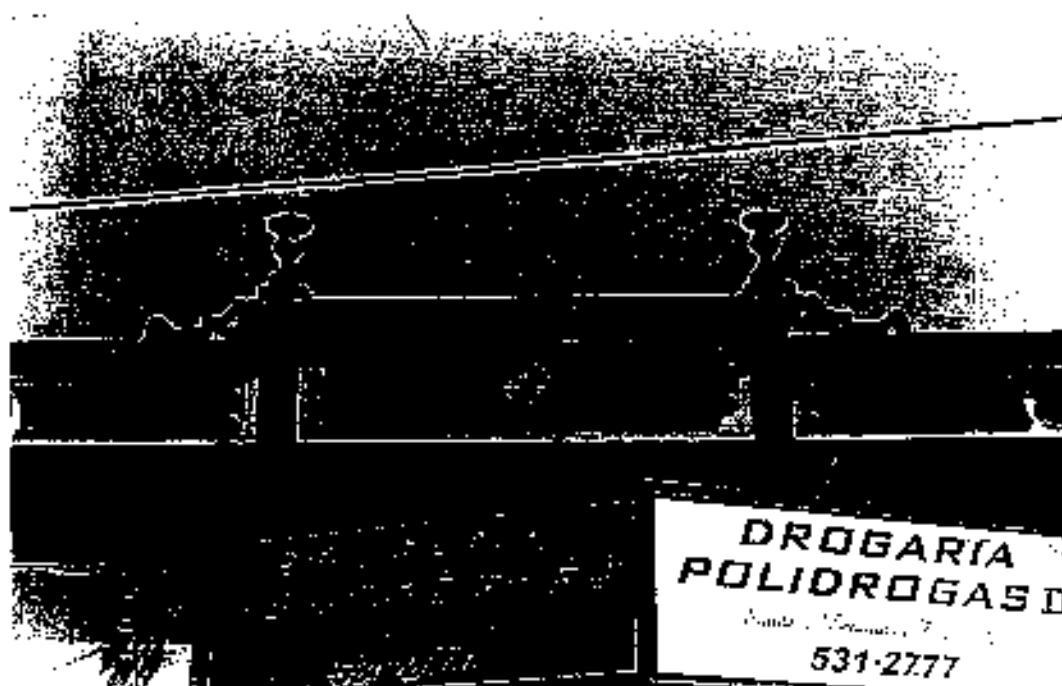
II. 1418. Rua Dr. Placidino Brigagão, 1330



Il. 1419. Praça Comendador João Alves, 174
(1909)



Il. 1420. Rua Dr. Placidino Brigagão, 1690



Il. 1421. Rua Dr. Placidino Brigagão, 1690 (detalhe)



Il. 1422. Praça Comendador João Alves, 96

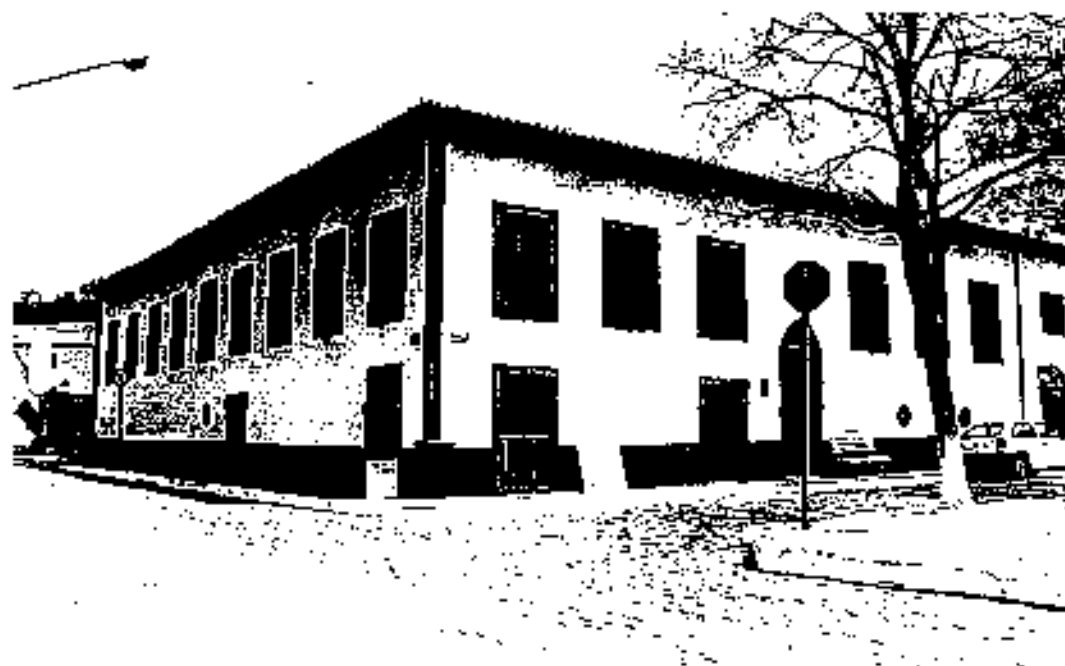
SILVEIRAS



Il. 1423. Rua João Antunes de Macedo, 32



Il. 1424. Praça Tenente Anacleto Ferreira Pinto, 41



Il. 1425. Praça Padre Antônio Pedreira de Azevedo, s/n

SOCORRO



Il. 1426. Rua Dr. Campos Sales, s/n
(1894)



Il. 1427. Rua Dr. Campos Sales, 27



Il. 1428. Rua Dr. Campos Sales, 77/79



Il. 1429. Rua Dr. Campos Sales, 99/91



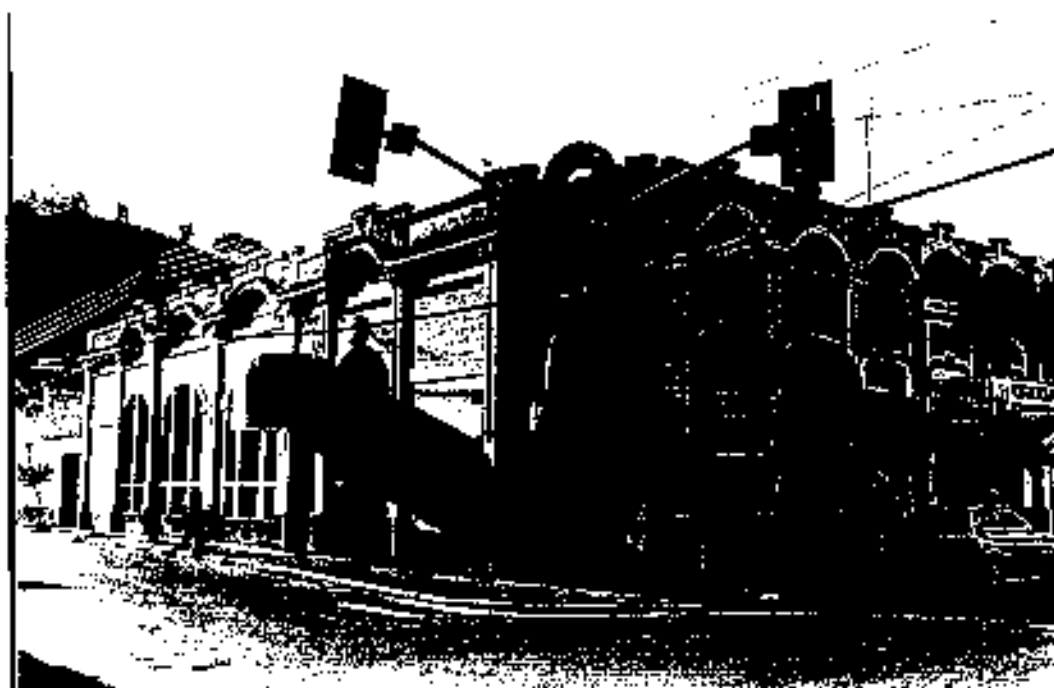
Il. 1430. Rua Dr. Campos Sales, 112
(1918)



Il. 1431. Rua Dr. Campos Sales, 104
(1916)



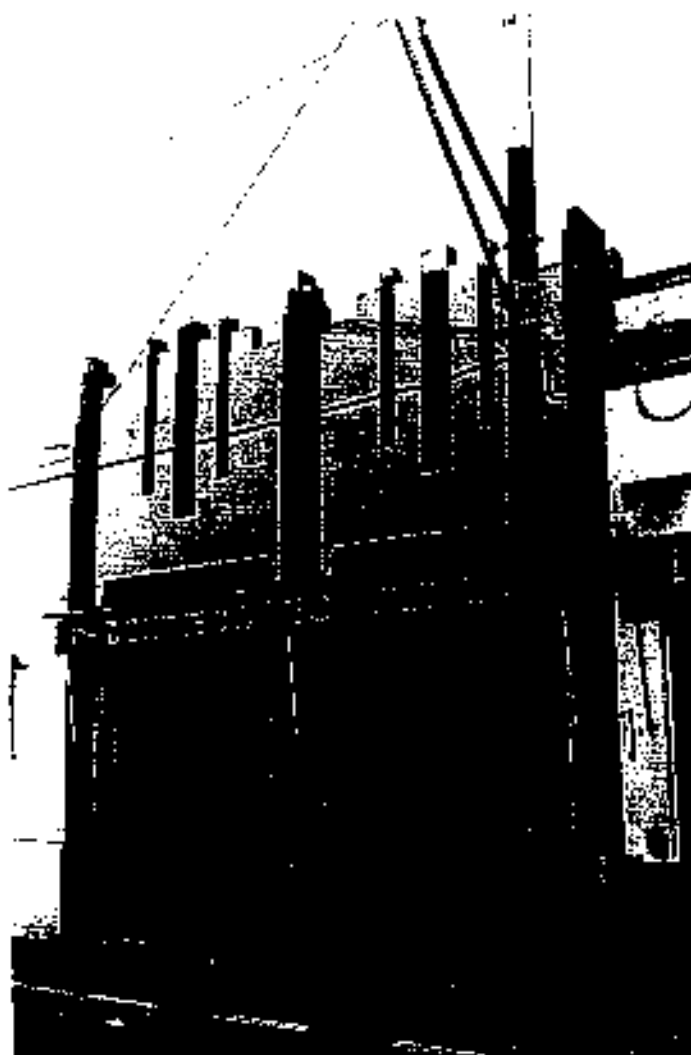
Il. 1432. Rua Dr. Campos Sales, 8/10



Il. 1453, Rua 13 de maio, 25



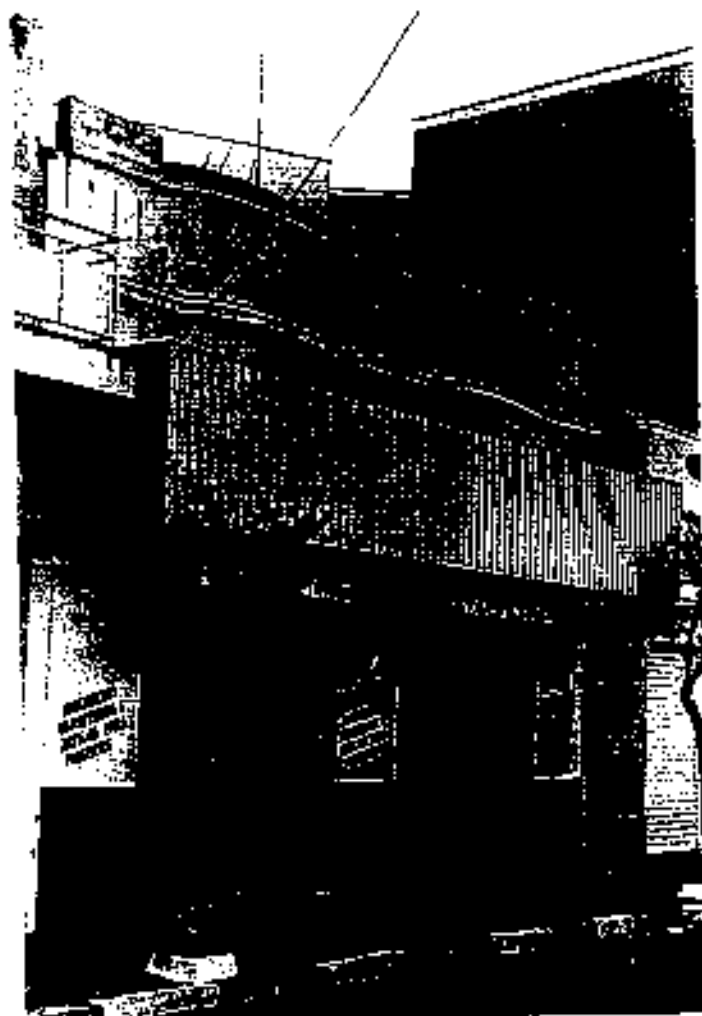
Il. 1434, Rua 13 de maio, 190



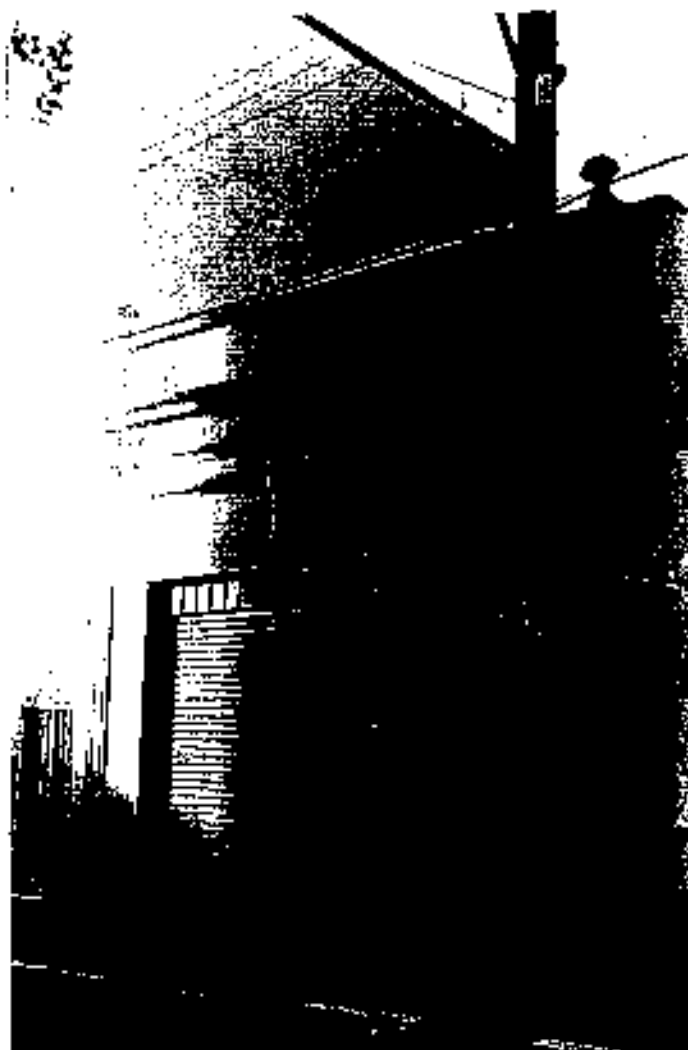
Il. 1435, Rua 13 de maio, 194



Il. 1436. Rua 13 de maio, 265
(1925)



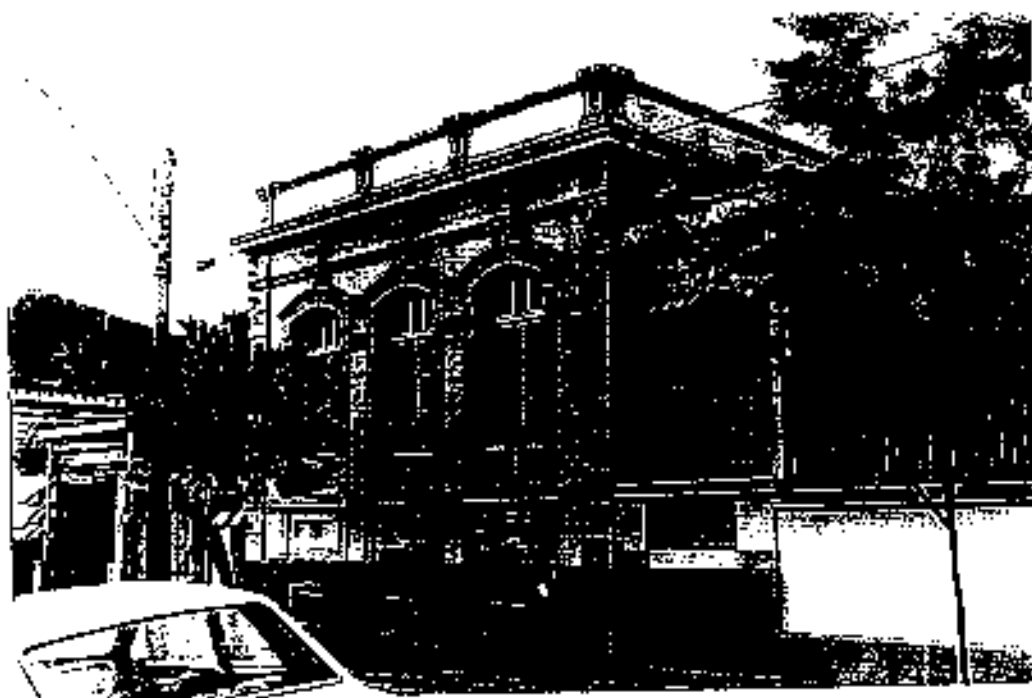
Il. 1437. Rua 13 de maio, 295



Il. 1438. Rua Alfredo de Oliveira Santos, 16



Il. 1439. Rua Alfredo de Oliveira Santos, 26/30



Il. 1440. Rua Alfredo de Oliveira Santos, 68



Il. 1441. Rua Alfredo de Oliveira Santos, 26/30



Il. 1442. Rua 15 de novembro, 216
(1906)



Il. 1443, Praça Coronel Olímpio Gonçalves dos Reis, 240

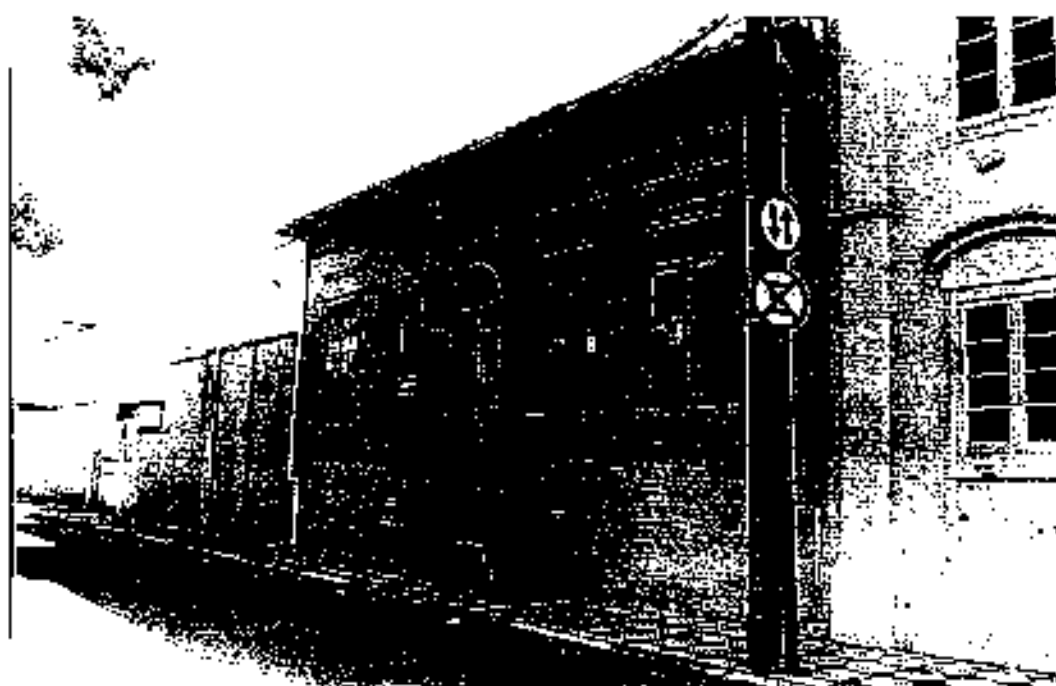
SOROCABA



Il. 1444. Praça Frei Baraúna, 95



Il. 1445. Praça Frei Baraúna, 77



Il. 1446. Largo de São Bento, 86



Il. 1447. Largo de São Bento, 144



Il. 1448. Largo de São Bento



Il. 1449. Largo de São Bento, 24



Il. 1450. Avenida Coronel Nogueira Padilha, 771

TAQUARITINGA



IL 1451, Rua General Osório, 52



Il. 1452. Rua General Osório, 52 (detalhe)



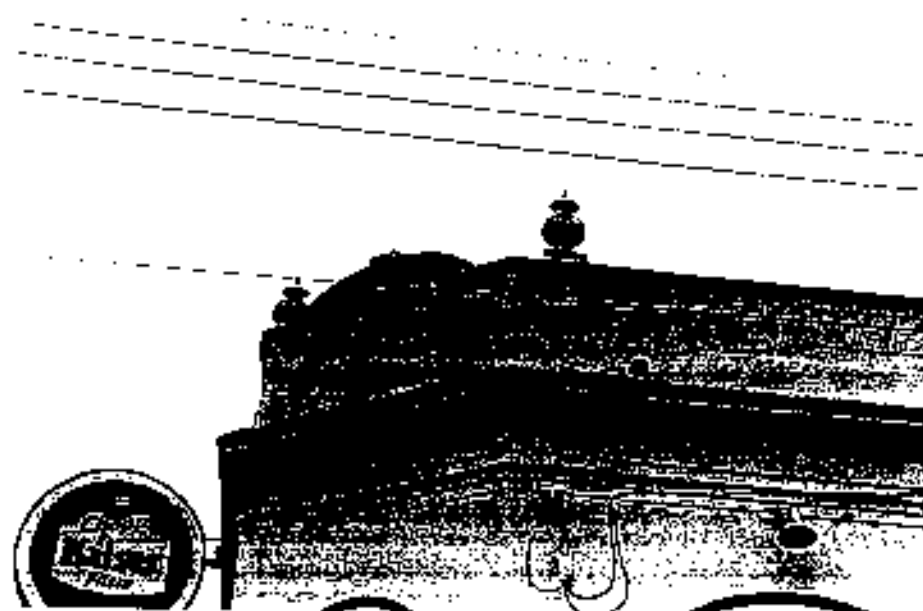
Il. 1453. Rua Visconde do Rio Branco, 536



Il. 1454. Rua Visconde do Rio Branco, 536 (detalhe)



Il. 1455. Rua Prudente de Moraes, 582
(1915)



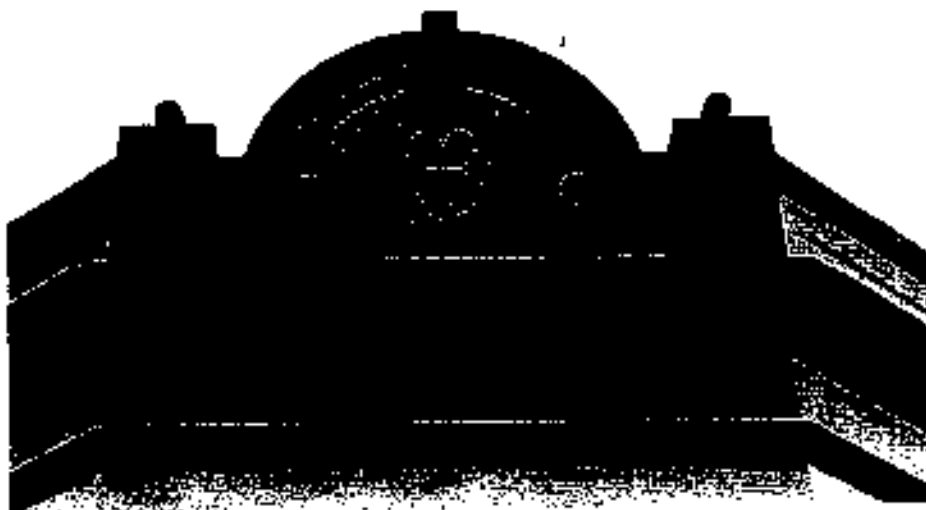
Il. 1456. Rua Prudente de Moraes, 582 (detalhe)



Il. 1457. Rua Prudente de Moraes, 482
(1925)



Il. 1458. Rua Prudente de Moraes, s/n
(1929)



Il. 1459. Rua Prudente de Moraes, s/n (detalhe)



Il. 1460. Rua Prudente de Moraes, 294



Il. 1461. Rua Prudente de Moraes, 262



Il. 1462. Rua Prudente de Moraes, s/n



Il. 1463. Rua Prudente de Moraes, 224



Il. 1464. Rua Prudente de Moraes, 238



Il. 1465. Rua Prudente de Moraes, 238 (detalhe)



II. 1466. Rua Prudente de Moraes, 248



II. 1467. Rua Prudente de Moraes -Hotel



II. 1468. Rua Prudente de Moraes, 262



Il. 1469. Rua Prudente de Moraes, s/n



Il. 1470. Praça Horácio Ramalho, 119



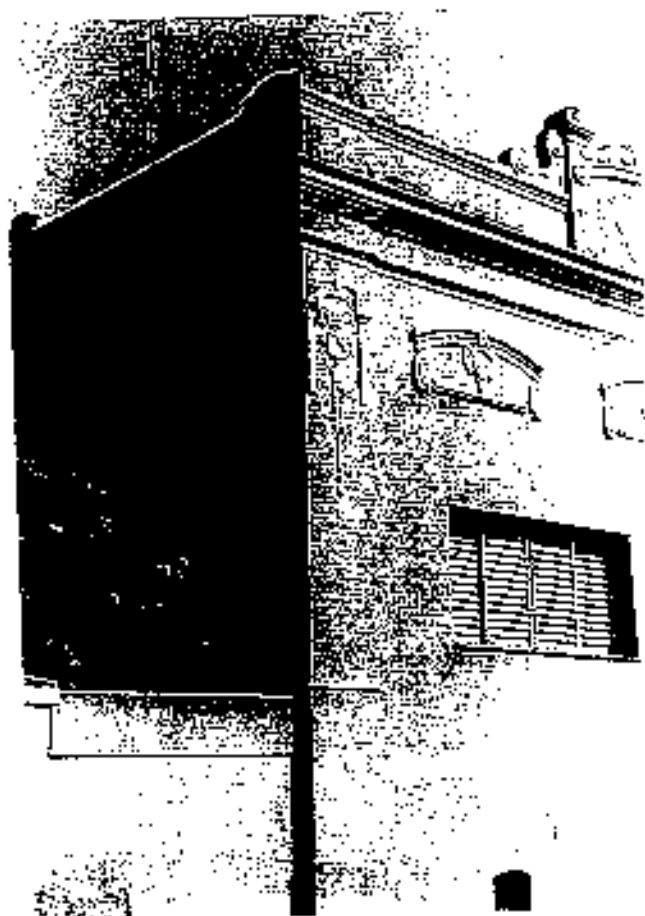
Il. 1471. Praça Dr. Horácio Ramalho, 3



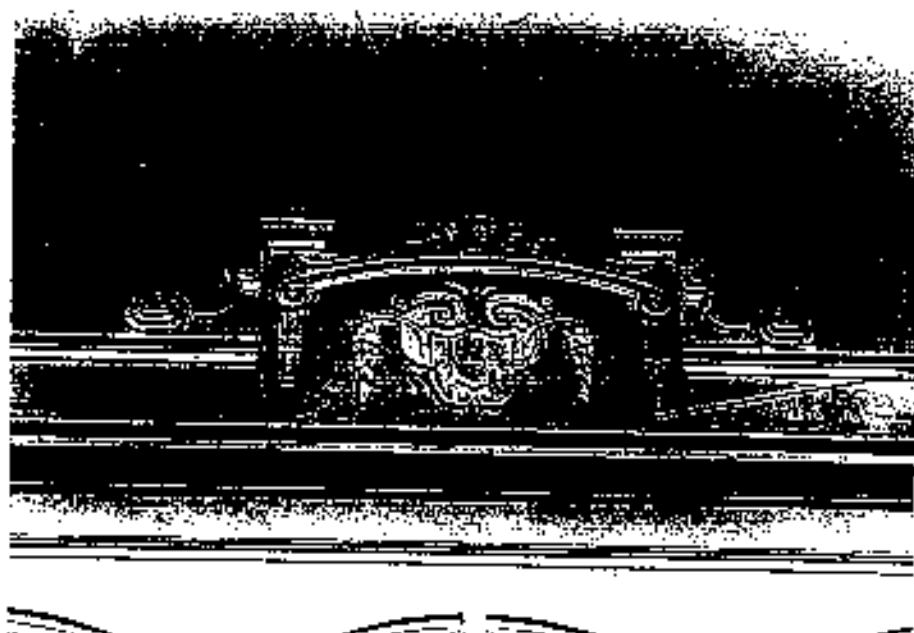
Il. 1472. Praça Dr. Horácio Ramalho, 3 (detalhe)



Il. 1473, Praça Dr. Horácio Ramalho, 120
(1923)



Il. 1474, Praça Dr. Horácio Ramalho, 120 (detalhe)



Il. 1475. Praça Dr. Horácio Ramalho, 120 (detalhe)



Il. 1476. Rua Rui Barbosa, 485



Il. 1477. Praça Centenário, 116



Il. 1478. Praça Centenário, 28



Il. 1479. Praça Centenário, 28 (detalhe)

TATUÍ



Il. 1480. Praça Adelaide B. Guedes, 150



Il. 1481. Rua 11 de agosto, 63



Il. 1482. Rua 11 de agosto, 99



Il. 1483. Rua José Bonifácio, esquina Praça Manoel Guedes



Il. 1484. Rua 11 de agosto, 320



Il. 1485, Rua 11 de agosto, 320 (detalhe)



Il. 1486. Matriz de Nossa Senhora da Conceição



Il. 1487. Rua José Bonifácio, 392



IL 1488. Praça São Martinho, 89



U. 1489. Praça São Martinho, 89 (detalhe)



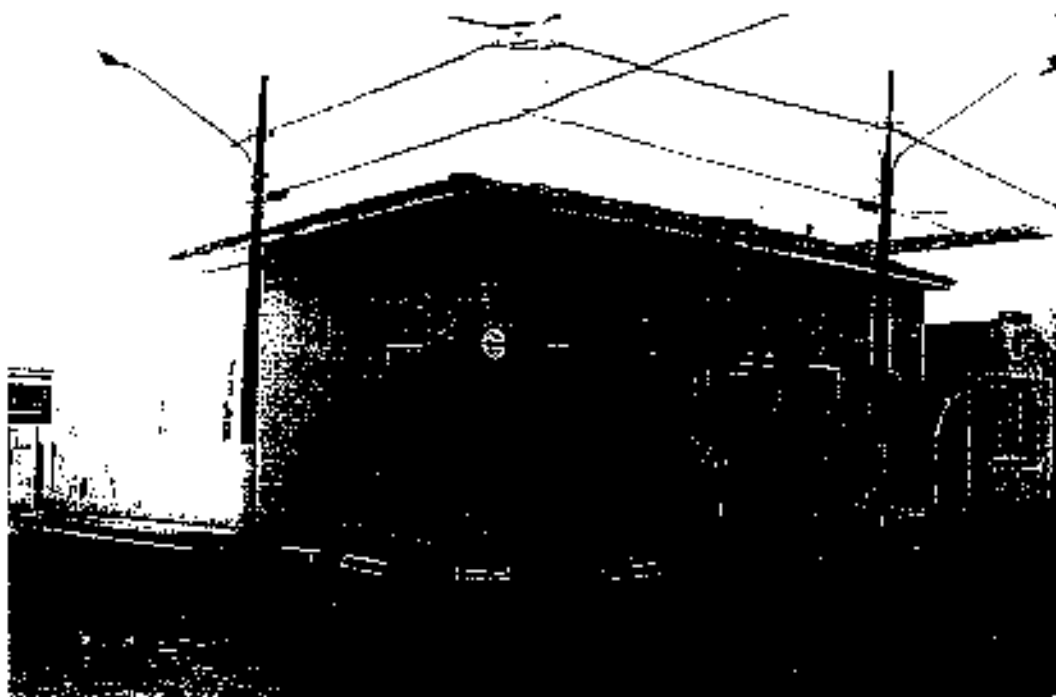
Il. 1490. Praça São Martinho (detalhe)



Il. 1491. Rua Nhonhô da botica, 209



Il. 1492. Rua Nhonhô da botica (vista parcial)



Il. 1493. Rua Coronel Bento Pires, 218/220



Il. 1494. Rua Coronel Aureliano de Camargo, 280
(1924)



II. 1495, Rua Coronel Aureliano de Camargo, 280 (detalhe)

TAUBATÉ



Il. 1496. Rua Juca Esteves, 45



Il. 1497. Rua Juca Esteves, 45 (detalhe)



Il. 1498, Rua Juca Esteves, 19
(1923)



Il. 1499. Rua Juca Esteves, 11
(1917)



Il. 1500. Rua Duque de Caxias, s/n

TIETÊ



Il. 1501. Igreja Matriz de Nossa Senhora de Lourdes



Il. 1502. Rua Dr. Paulinuro, 470
(1914)



Il. 1503. Rua Lara Campos, 350/360



Il. 1504. Rua do Comércio, 545



Il. 1505. Rua do Comércio, 521/535
(1896)



II. 1506. Rua do Comércio, 457



Il. 1507. Rua do Comércio, 380
(1895)



Il. 1508. Rua do Comércio, 532/536
(1892)



Il. 1509, Rua do Comércio, 544
(1893)



Il. 1510. Rua do Comércio, 572



Il. 1511. Rua do Comércio, 605



Il. 1512. Rua do Comércio, 625/629/633/641/643/655



Il. 1513. Rua do Comércio, 456



Il, 1514, Rua do Comércio, 646
(1897)



Il. 1515. Rua do Comércio, 646



Il. 1516. Rua do Comércio, 672/676



II. 1519. Rua do Comércio, 742



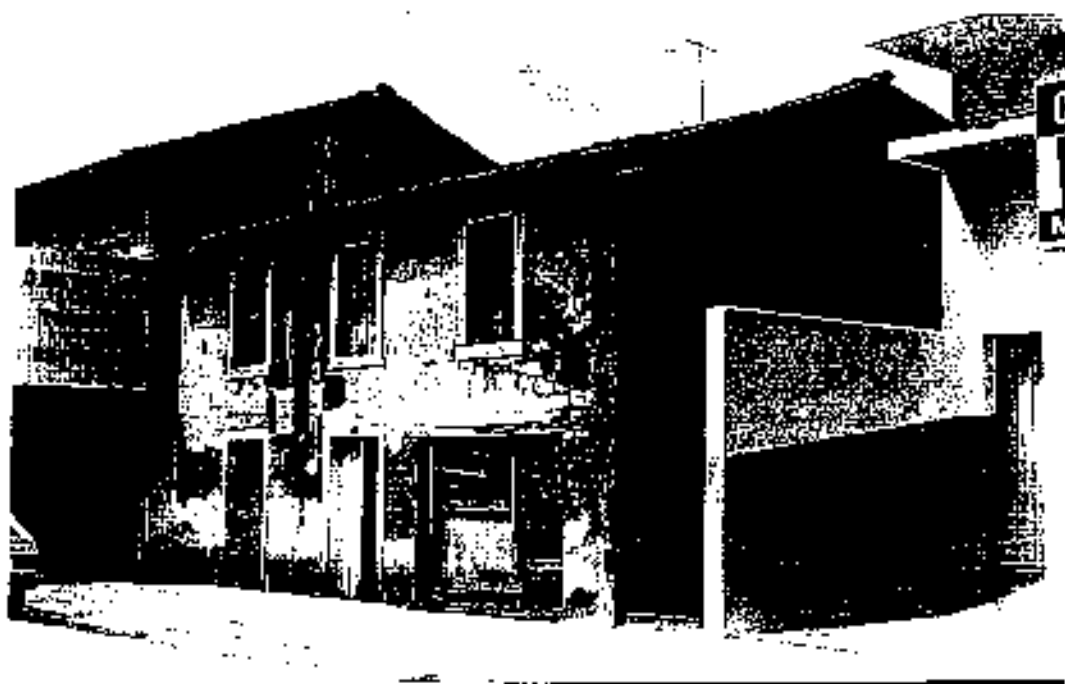
II. 1520. Rua do Comércio, 838



Il. 1521. Rua do Comércio, 838 (detalhe)



IL 1522. Rua do Comércio, 758/764
(1892)



II. 1523. Rua do Comércio, 743



Il. 1524. Rua do Comércio, 743 (detalhe)



II. 1525. Rua do Comércio, 567



Il. 1526, Rua do Comércio, 567 (detalhe)



Il. 1527. Rua Lara Campos, 502
(1896)

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE



Il. 1528, Rua Antonio Nery, 256

ROBERTO PASTANA TEIXEIRA LIMA

MODELOS PORTUGUESES E ARQUITETURA BRASILEIRA:
CATÁLOGO E ANÁLISE DAS FORMAS ARQUITETURAIS PAULISTAS E
LUSITANAS NO OITOCENTOS

VOLUME 3

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas sob a
orientação do Prof. Dr. Jorge Coli

DEZEMBRO/2001

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE	88
Nº CNA-ANEXO	11-000000
V	08
TOVA	48200
PRUG	16-83702
C	02
PREÇO	RS 11,00
DATA	
Nº CPD	

ROBERTO PASTANA TEIXEIRA LIMA

MODELOS PORTUGUESES E ARQUITETURA BRASILEIRA:
CATÁLOGO E ANÁLISE DAS FORMAS ARQUITETURAIS PAULISTAS E
LUSITANAS NO OITOCENTOS

VOLUME 3

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de História do Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas sob
orientação do Prof. Dr. Jorge Coli.

Este exemplar corresponde à redação
final da tese defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em ____/____/____.

BANCA

Prof. Dr. Jorge Coli
Profa. Dra. Ana Maria de Almeida Camargo
Profa. Dra. Marly Rodrigues
Prof. Dr. Murilo Marx
Prof. Dr. Robert Slenes
Prof. Araken Martinho
Prof. Dr. Luiz Dantas

DEZEMBRO/2001

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO EM CIDADES PORTUGUESAS

ALCOBAÇA



Il. 1529. Praça 25 de abril, s/n



II. 1530, Rua dos Combatentes, 31/33/35/37/39

ALFEZERÃO



Il. 1531. Rua 25 de abril, 198



Il. 1532. Rua 25 de abril, 142

ALJUBARROTA



Il. 1533. Rua Direita

ALMERIM



Il. 1534. Rua Marechal Gomes da Costa. 31



Il. 1535. Rua Marechal Gomes da Costa, 31 (detalhe)



Il. 1536. Rua Marechal Gomes da Costa, 21/23/25



Il. 1537. Rua Marechal Gomes da Costa, 21/23/25 (detalhe)



Il. 1538. Rua Marechal Gomes da Costa, 15



Il. 1539. Rua Marechal Gomes da Costa, 15 (detalhe)



Il. 1540. Rua Marechal Gomes da Costa, 11



Il. 1541. Rua Marechal Gomes da Costa, 11 (detalhe)



Il. 1542. Rua Marechal Gomes da Costa, 1



Il. 1543. Rua Marechal Gomes da Costa, 12



II. 1544. Rua Marechal Gomes da Costa, 12 (detalhe)



Il. 1545. Rua Marechal Gomes da Costa, esquina Rua Manoel Bombarda



Il. 1546. Rua Manoel Bombarda, 6



Il. 1547. Rua Marechal Gomes da Costa. 23



[I. 1548. Rua Marechal Gomes da Costa, 23 (detalhe)]



Il. 1549. Praça da República (vista 1)



Il. 1550. Praça da República (vista 2)



Il. 1551. Praça da República (vista 3)



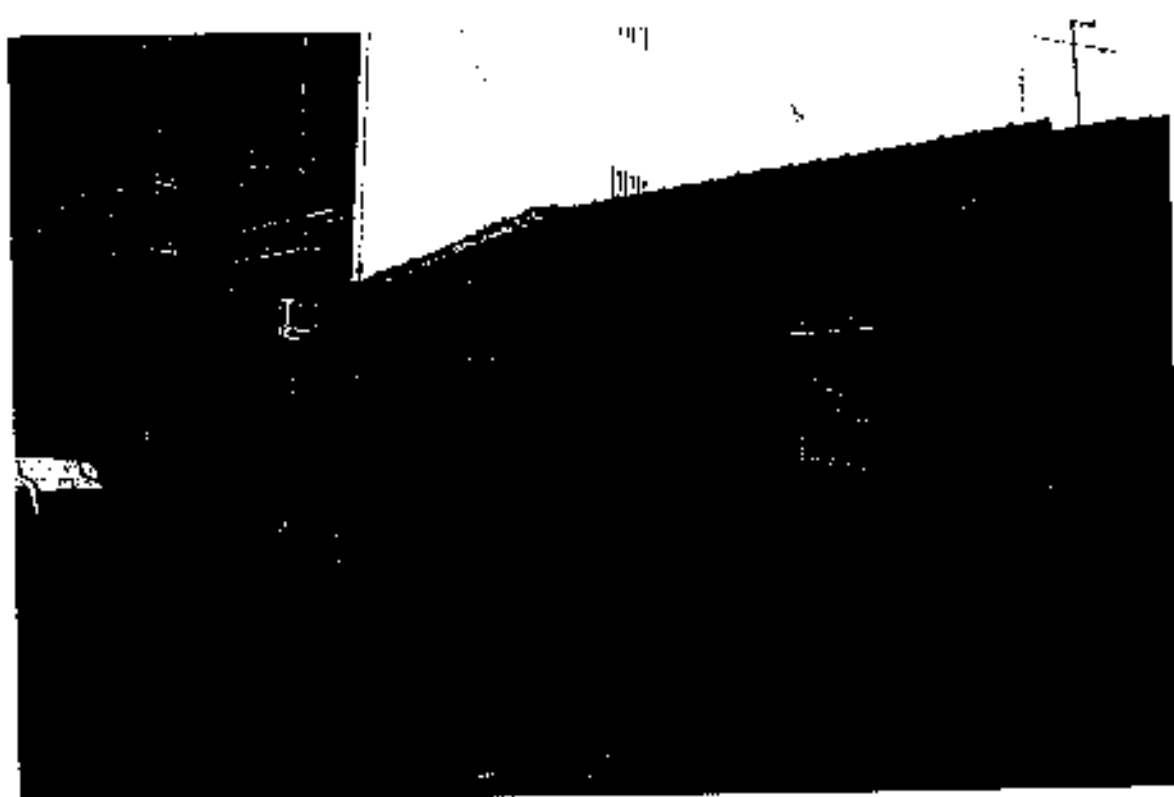
Il. 1552. (vista 4)



Il. 1553. (vista 5)



Il. 1554. Praça da República, 20 - (A)



Il. 1555, Praça da República, s/n – (B)



Il. 1556. Praça da República. s/n – (C)



Il. 1557. Praça da República. 18 – (D)



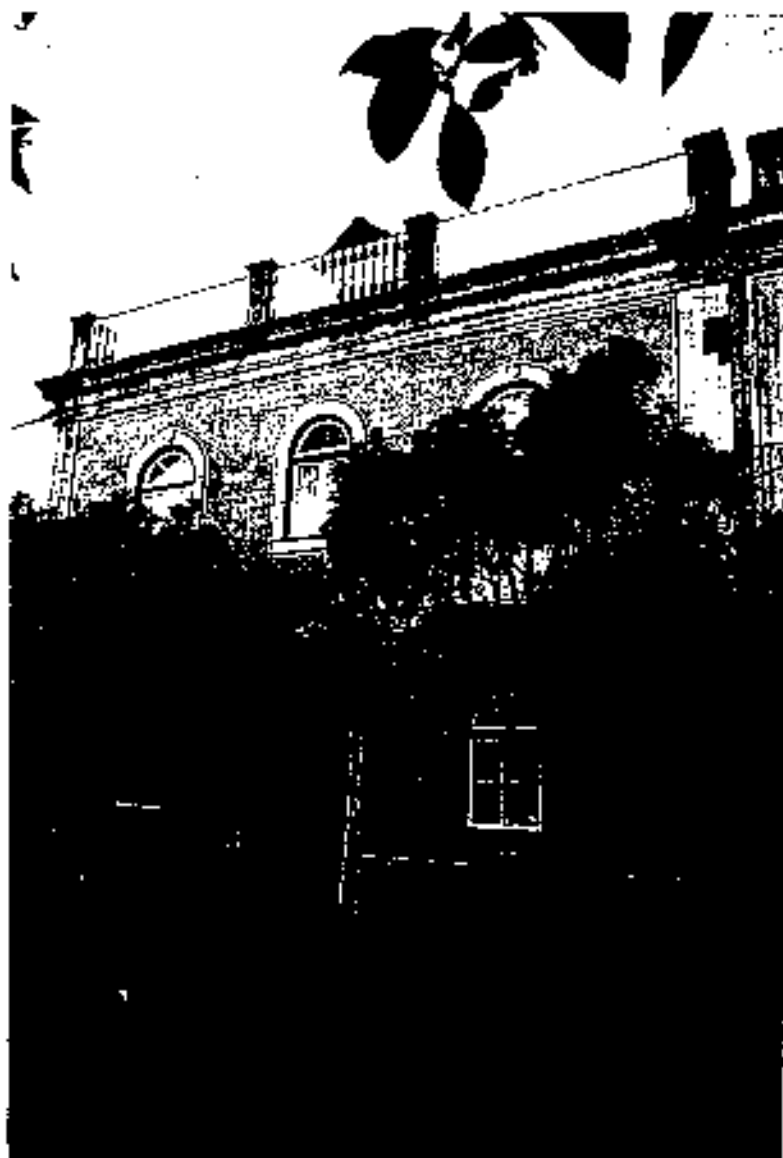
Il. 1558. Praça da República, 13/14 – (E)



Il. 1559. Praça da República, 11 – (F)



Il. 1560. Praça da República, 10 – (G)



Il. 1561. Praça da República, 9 – (H)



Il. 1562. Praça da República, 6, 8ª - (I)



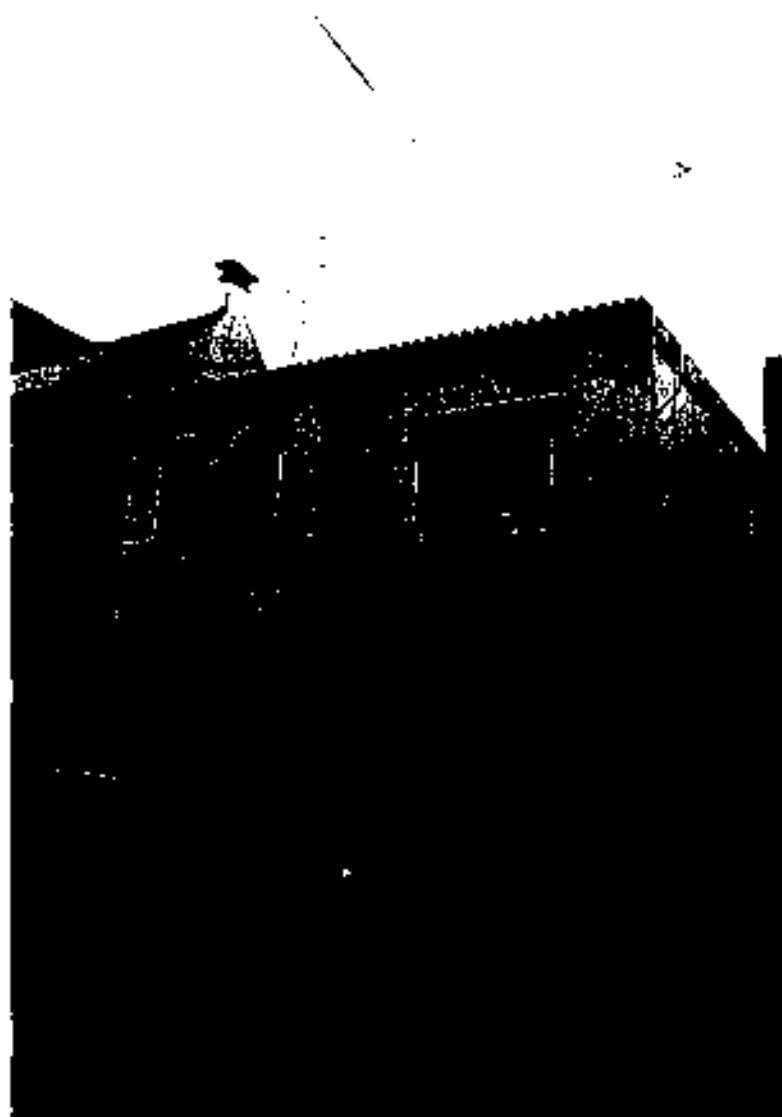
Il. 1563. Praça da República, 1/2/3/4 - (J) e (K)



Il. 1564. Praça da República, s/n – (L)



Il. 1565. Praça da República, 45 – (M)



Il. 1566. Praça da República, s/n (N)



Il. 1567. Praça da República, 38 – (O)



II. 1568. Praça da República – (P)



II,1569. Praça da República – (Q)



Il. 1570. Praça da República, s/n - (R)



Il. 1571. Praça da República, 26 - (S)



IL. 1572, Praça da República, s/n – (T)



II. 1573. Praça da República, s/n – (U)



Il. 1574. Praça da República, 22, s/n – (V)



Il. 1575. Rua Dr. Francisco Nunes Godinho, 15/17/19/21



Il. 1576. Rua Dr. Francisco Nunes Godinho, s/n



Il. 1577, Rua Dr. Francisco Nunes Godinho, 32
(1917)



Il. 1578. Rua Dr. Francisco Nunes Godinho, 36
(1907)



Il. 1579, Rua Dr. Francisco Nunes Godinho, 10
(1920)



Il. 1580. Rua Marechal Gomes da Costa, s/n



II. 1581. Rua Marechal Gomes da Costa, s/n



Il. 1582. Rua 5 de outubro, s/n



П. 1583. Rua 5 de outubro, 46/48



Il. 1584. Rua 5 de outubro, s/n



Il. 1585. Esquina Travessa da Olaria, s/n



II. 1586. Rua 5 de outubro, 89



II. 1587. Rua 5 de outubro, s/n



Il. 1588. Rua 5 de outubro, 26

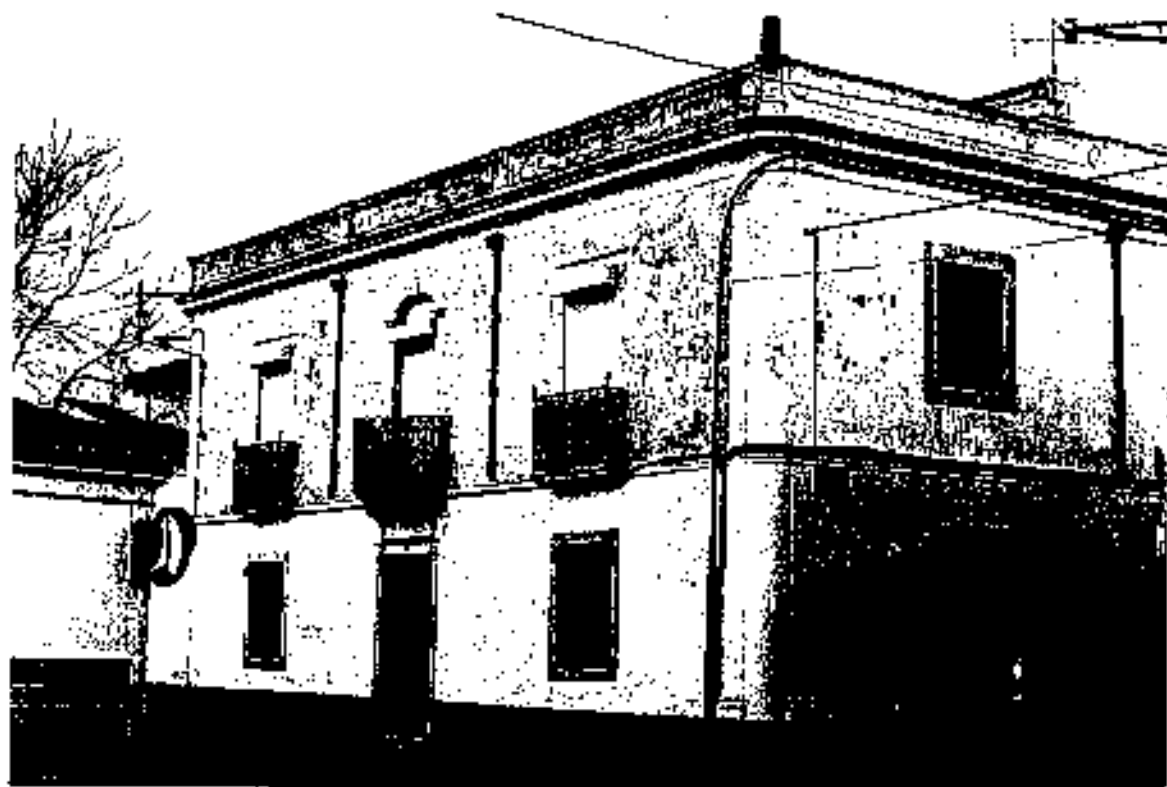


Il. 1589. Rua 5 de outubro, esquina Rua Marechal Gomes da Costa

ALANDROAL



Il. 1590. Edificio nº 21



Il. 1591. Edifício nº 19, esquina Rua de São Bento



Il. 1592, Travessa da Ponte



11, 1593. Edifício nº 35



Il. 1594. Edifício esquina Travessa da Ponte



Il. 1595. Edifício nº 22

AZERVADINHA



Il. 1596. Edifício s/n

BARTOLOMEU DO MAR



Il. 1597. Edificio s/n



II, 1598. Edificio s/n

BATALHA



Il. 1599. Praça do Convento



Il. 1600. Praça do Convento

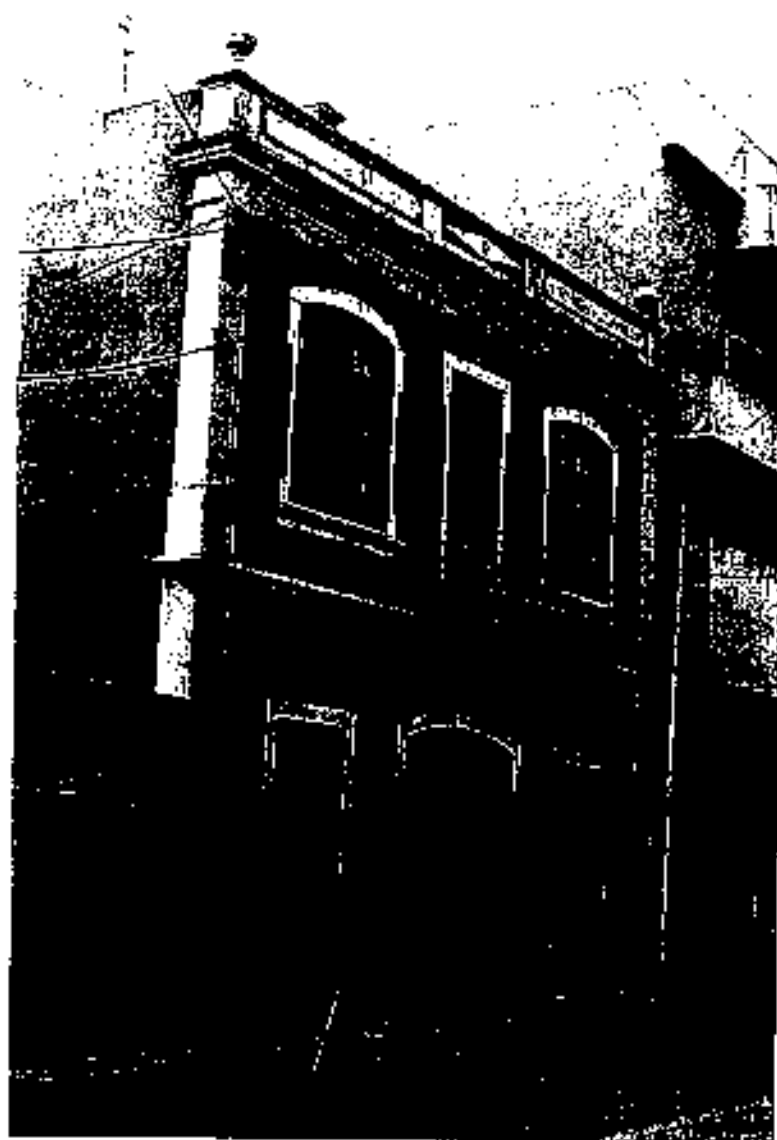
BOMBARRAL



Il. 1601. Largo dos Aviadores, 7



Il. 1602. Rua D. Afonso Henriques, s/n

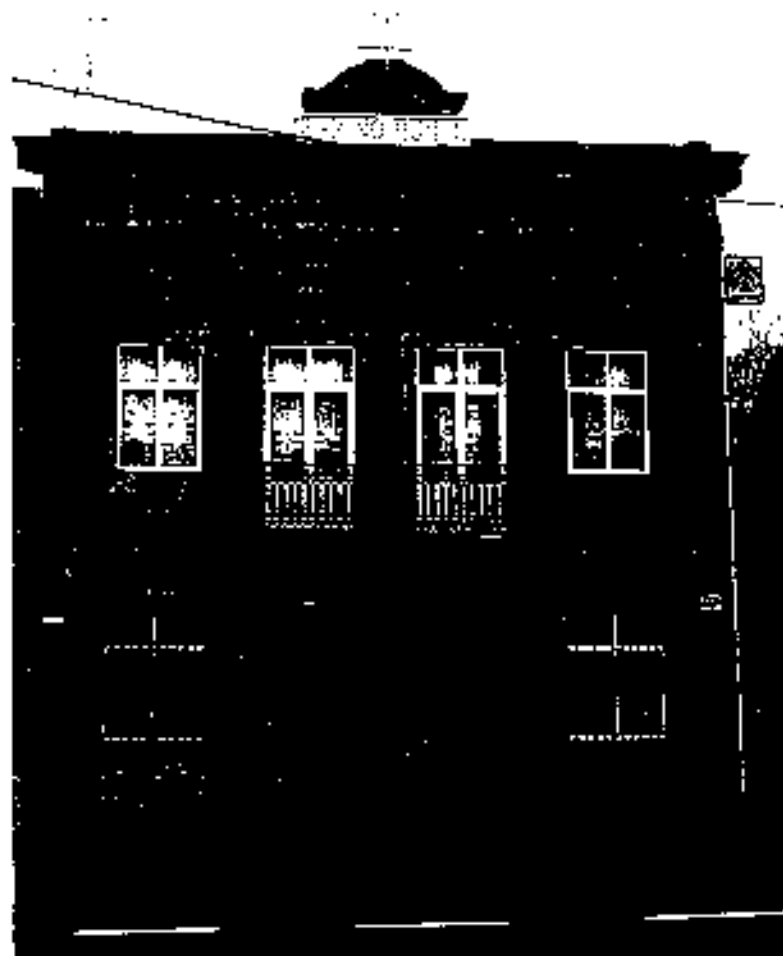


Il. 1603. Rua D. Afonso Henriques, 23/25/27

BRAGA

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

1243



Il. 1604. Edificio s/n



Il. 1605. Edificio s/n



ft. 1606. Edificio s/n



Il. 1607. Edifício s/n



Il. 1608. Residência onde morreu Francisco Martins Sarmiento

CALDAS DA RAINHA



Il. 1609. Rua de Camões, 59^A



II. 1610. Rua de Camões, 65/67

CAMINHA



Il. 1611. Praça do Conselheiro Silva Torres, 8/10/12/14/16



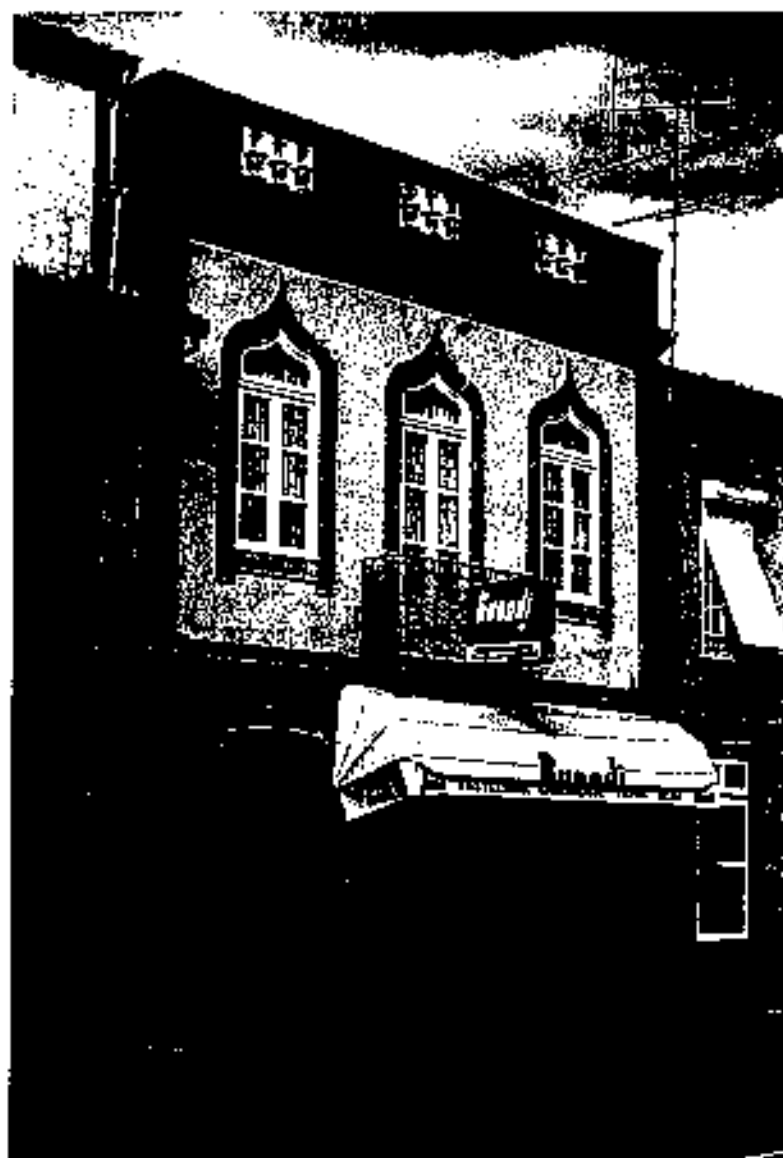
Il. 1612. Rua de São João



II. 1613, Rua de São João



Il. 1614. Rua de São João, 74



Il. 1615. Rua de São João, 33



Il. 1616. Rua de São João, 55

CORUCHE



Il. 1617. Edificio s/n



Il. 1618. Edificio s/n
(1903)



Il, 1619, Edificio s/n

COUÇO



Il. 1620. Rua do Comércio, 20



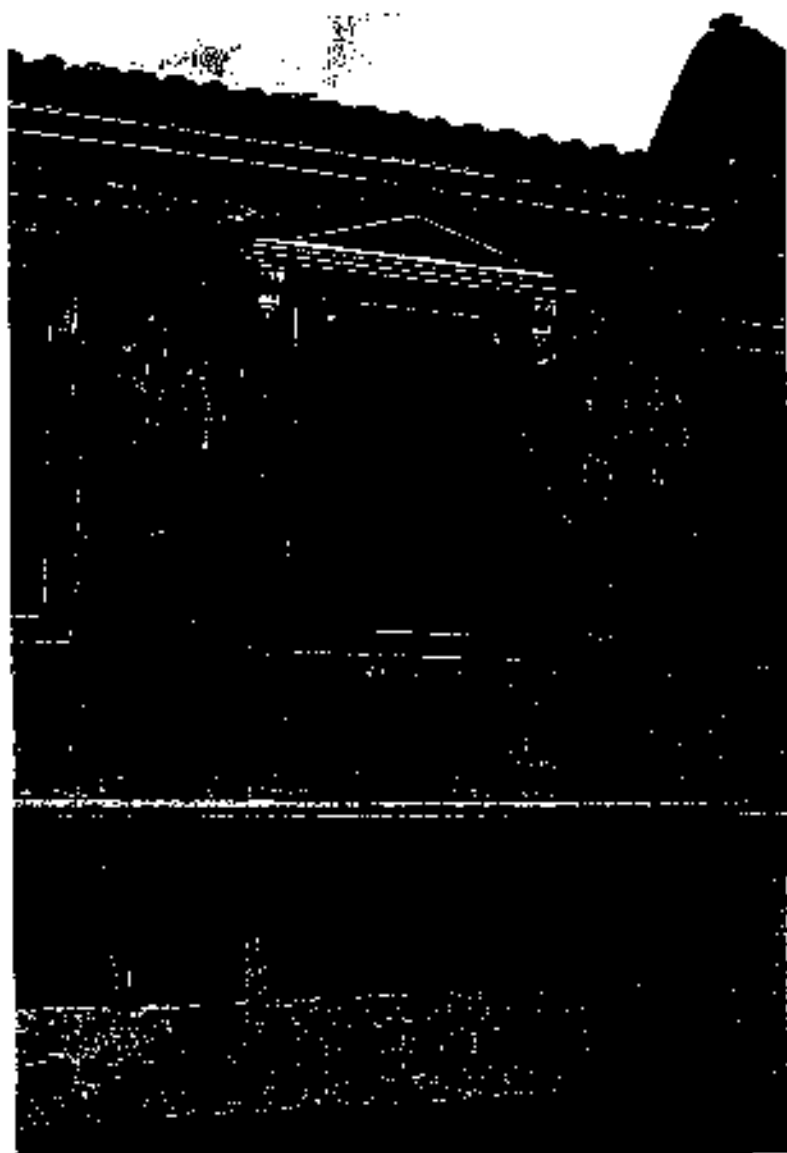
Il. 1621. Rua do Comércio, s/n



Il. 1622. Rua do Comércio, s/n

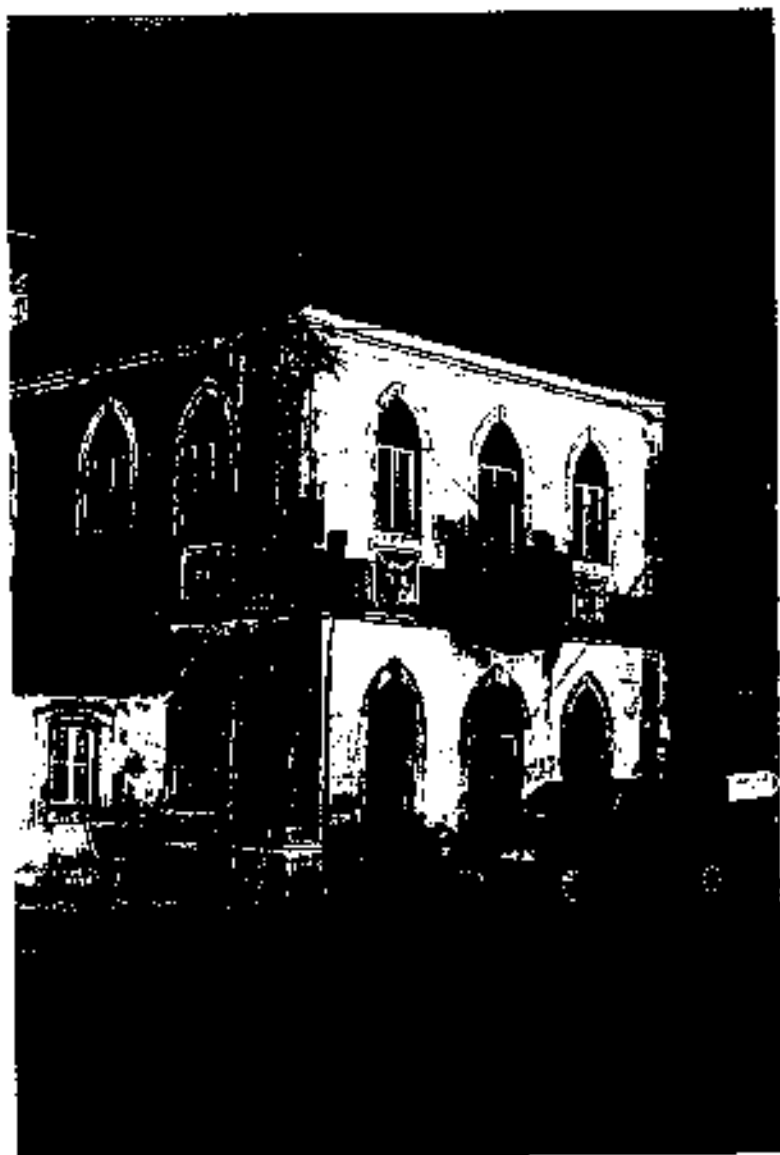


Il. 1623. Rua do Comércio, s/n



Il. 1624. Rua do Comércio, s/n (detalhe)

CRUZ DA LÉGUA



II. 1625. Estrada Nacional



Il. 1626. Edifício s/n

CUMEIRA



Il. 1627. Estrada de Ajubarrota

ERMIDA



Il. 1628. Edifício s/n



Il. 1629. Edifício s/n



II. 1630. Edifício s/n (detalhe)



Il. 1631. Edificio s/n



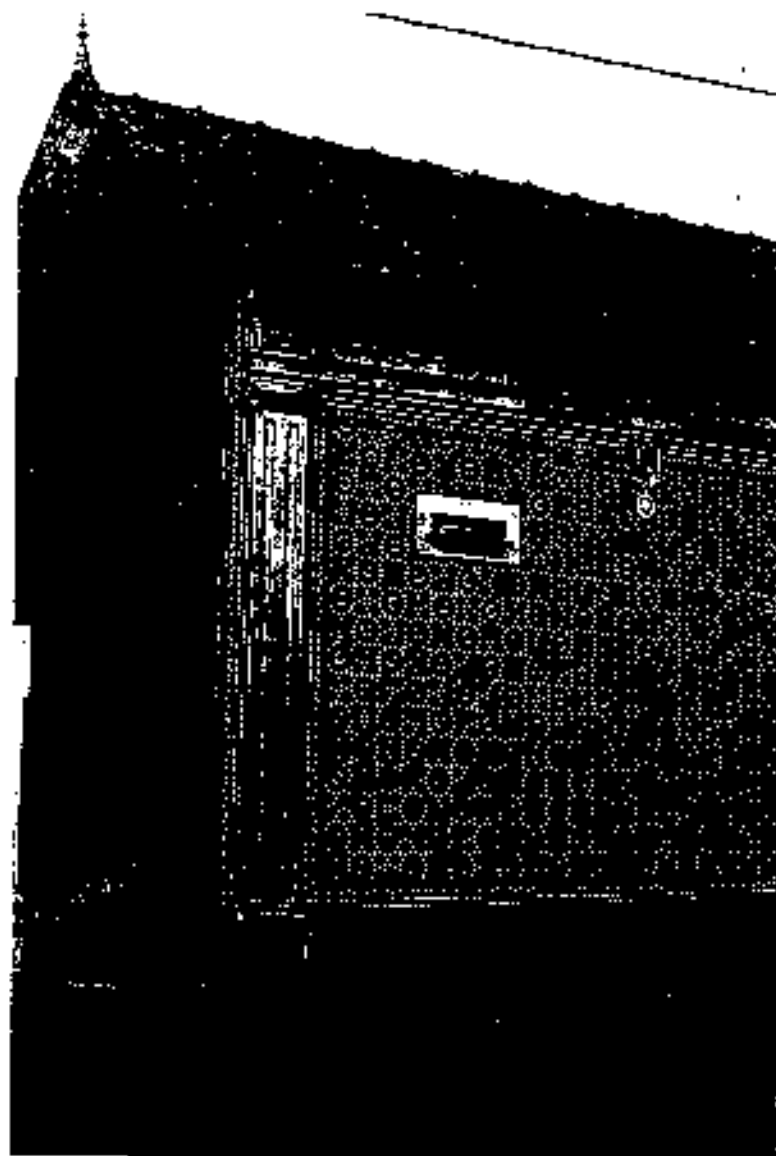
Il. 1632. Edificio s/n



Il. 1633. Edificio s/n



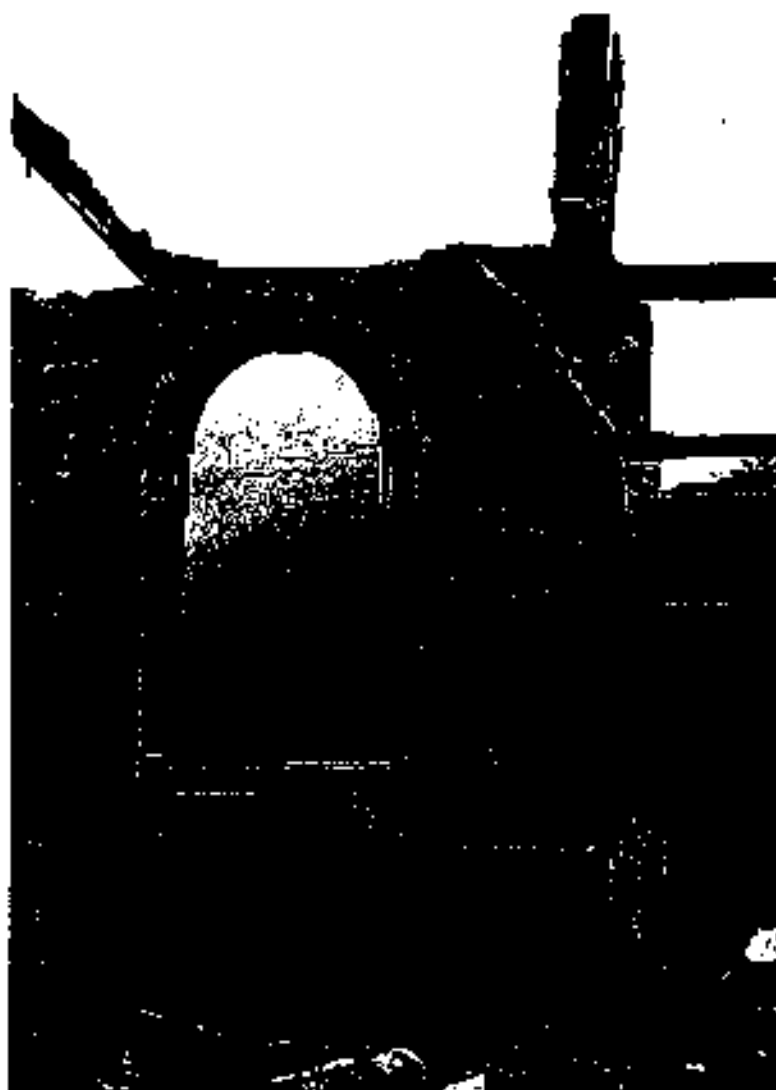
Il. 1634. Edificio s/n



Il. 1635. Edifício s/n (detalhe)



Il. 1636. Edifício s/n (em ruínas)



Il. 1637. Edifício s/n (em ruínas) (detalhe)



Il. 1638. Edifício s/n



Il. 1639. Edifício s/n



Il. 1640. Edificios s/n



Il. 164f. Edifício s/n (detalhe)

ESTARREJA



Il. 1642. Rua Professor Dr. Manoel Andrade, 45



Il. 1643. Rua Professor Dr. Manoel Andrade, 13/19/ 39



Il. 1644. Rua Desembargador Corrêa Teles. 299

FAMALICÃO



Il. 1645. Rua Heróis de Ultramar, 66/68/70

FÃO



Il. 1646. Avenida Dr, Manocel Pass. 3



Il. 1647. Avenida Dr. Manoel Paes, s/n



Il. 1648. Avenida Dr. Manoel Paes, s/n



Il. 1649. Avenida Dr. Manoel Paes (detalhe)



Il. 1650. Avenida Dr. Henrique Barros, 1



Il. 1651. Rua de Campos Morais



Il. 1652. Rua de Campos Morais (detalhe)

FIGUEIRA DA FOZ



II, 1653, Rua 12 de julho, s/n



Il. 1654. Rua 12 de julho, 265/269



Il. 1655. Rua 12 de julho, 291/307



Il. 1656. Rua 12 de julho, 249



Il. 1657. Rua dos Salgueirinhos, 8



Il. 1658. Rua Luiz C. Santiago, 9



Il. 1659. Rua Luiz C. Santiago, 3



Il. 1660. Rua Luiz C. Santiago, 16



Il. 1661. Rua Luiz C. Santiago, 25



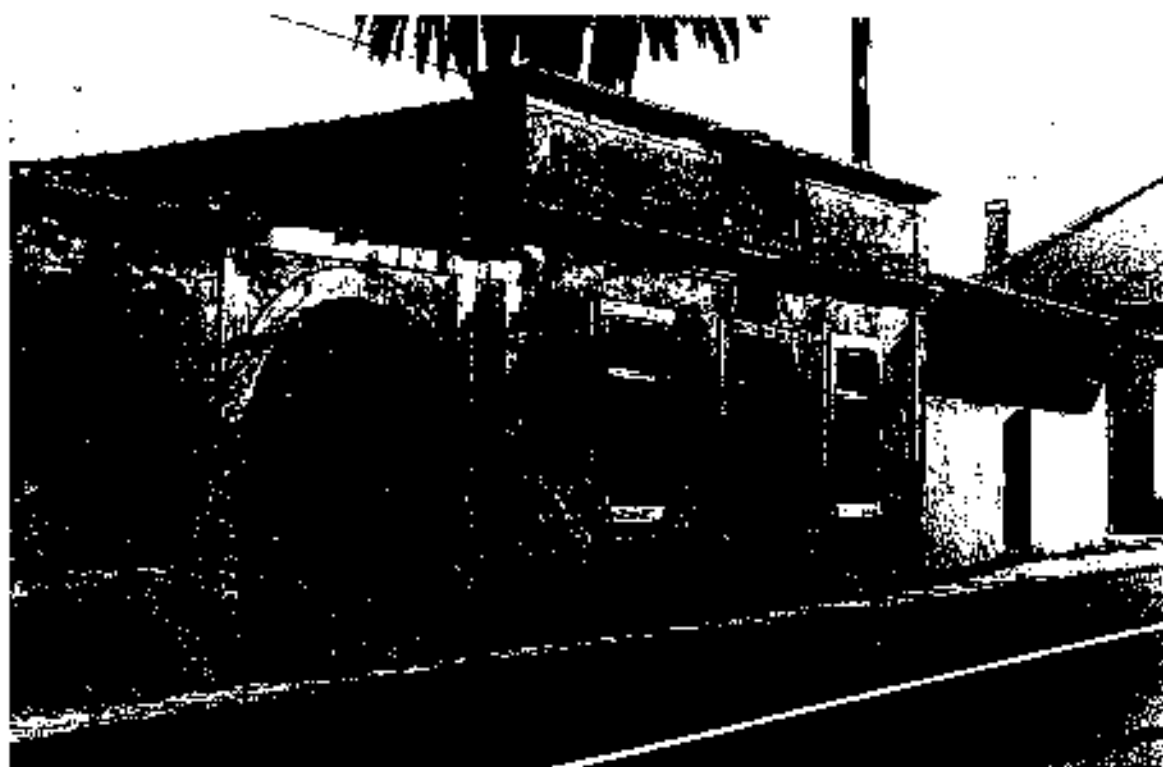
Il. 1662. Rua Luiz C. Santiago, 25 (detalhe)

FONTE DO BISPO



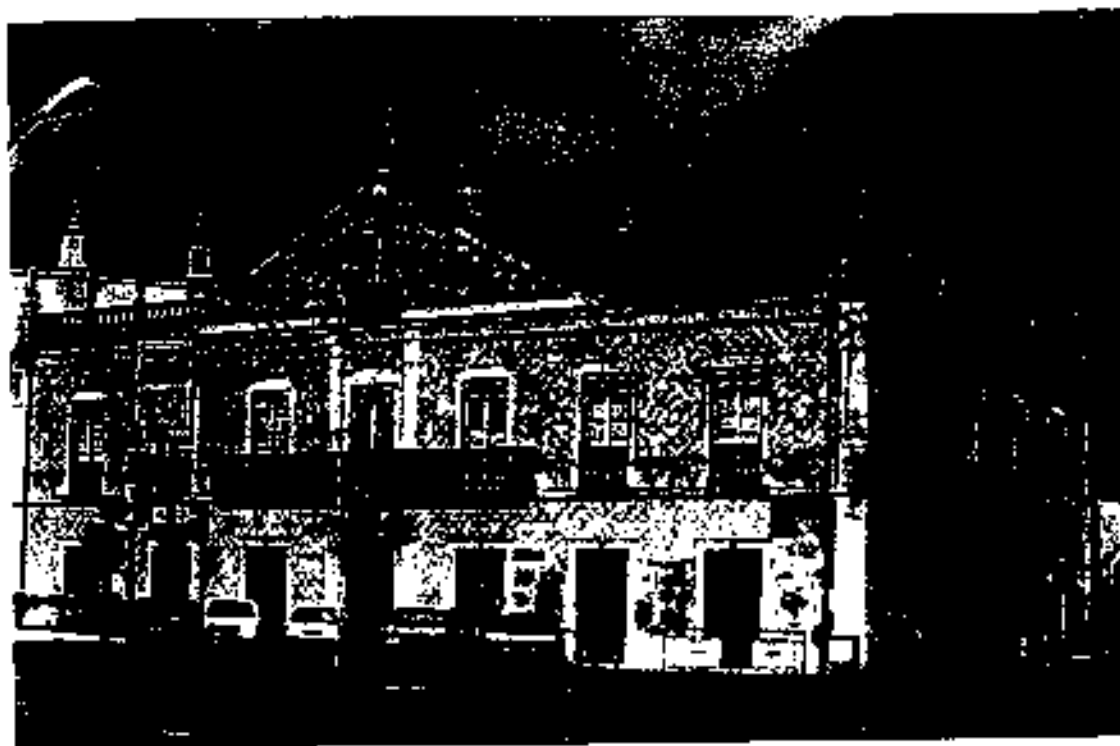
II, 1663. Estrada Tavira – Loulé. s/n

GUIA



Il. 1664. Edificio s/n

LEIRIA



Il. 1665. Largo 5 de outubro, 21



Il. 1666. Largo 5 de outubro, 21 (detalhe)



El. 1667. Largo 5 de outubro, 4/5



Il. 1668, Estrada para Aljubarruta

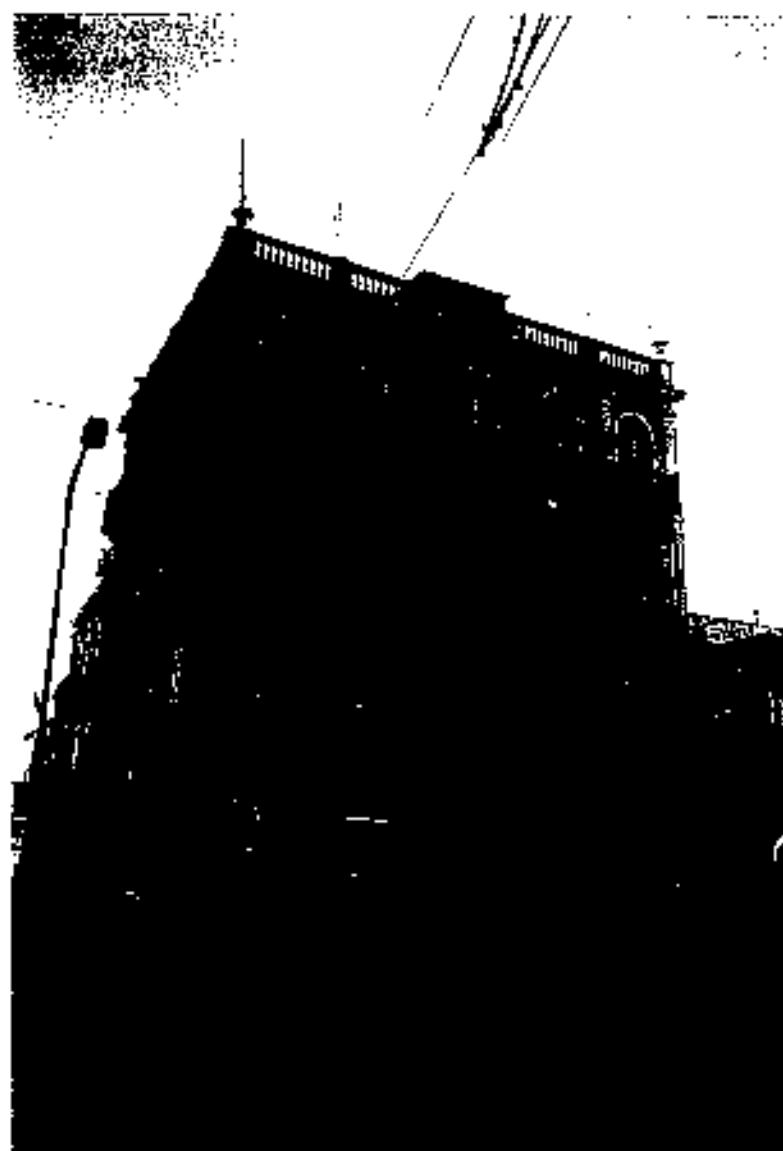
LISBOA



Il. 1669, Rua da Junqueira, 253



fl. 1670. Rua da Junqueira, 253



Il. 1671. Rua do Belém. 5



Il. 1672. Avenida India, s/n

LOULÉ



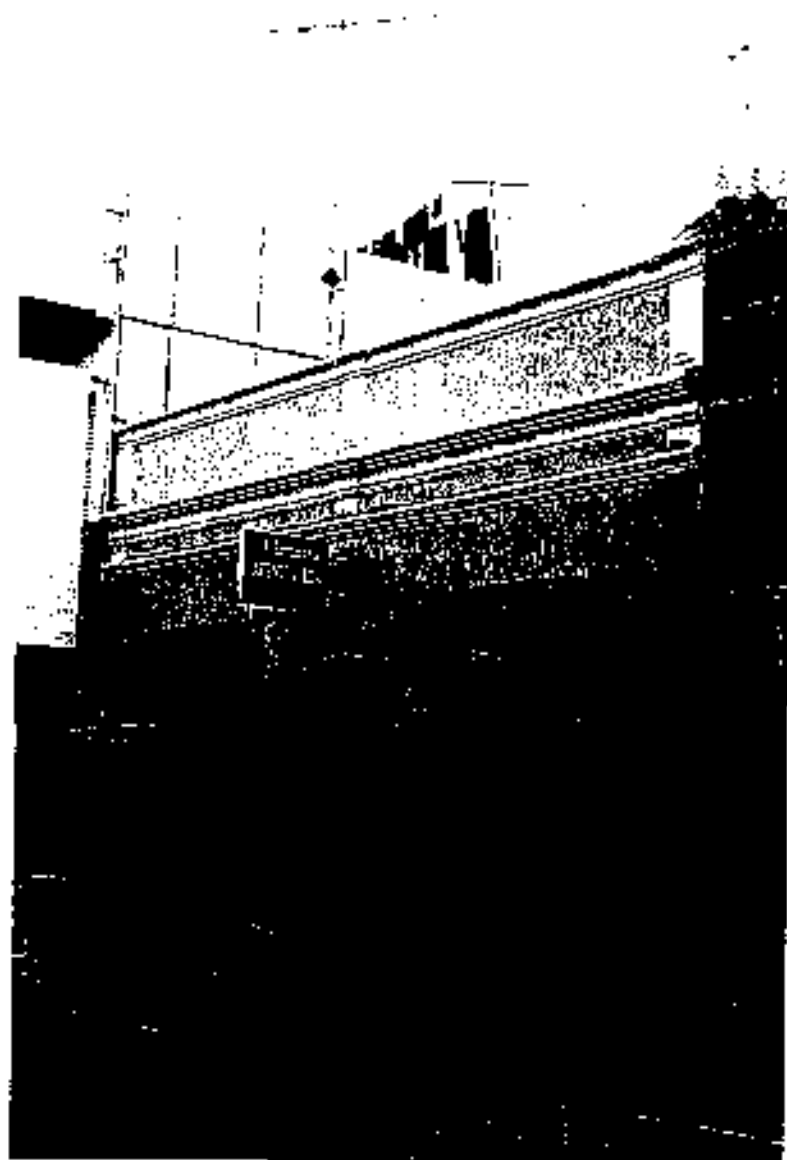
Il. 1673. Rua Antero de Quental. s/n



Il. 1674, Rua Américo de Quental, s/n



Il. 1675. Rua Antero de Quental. s/n



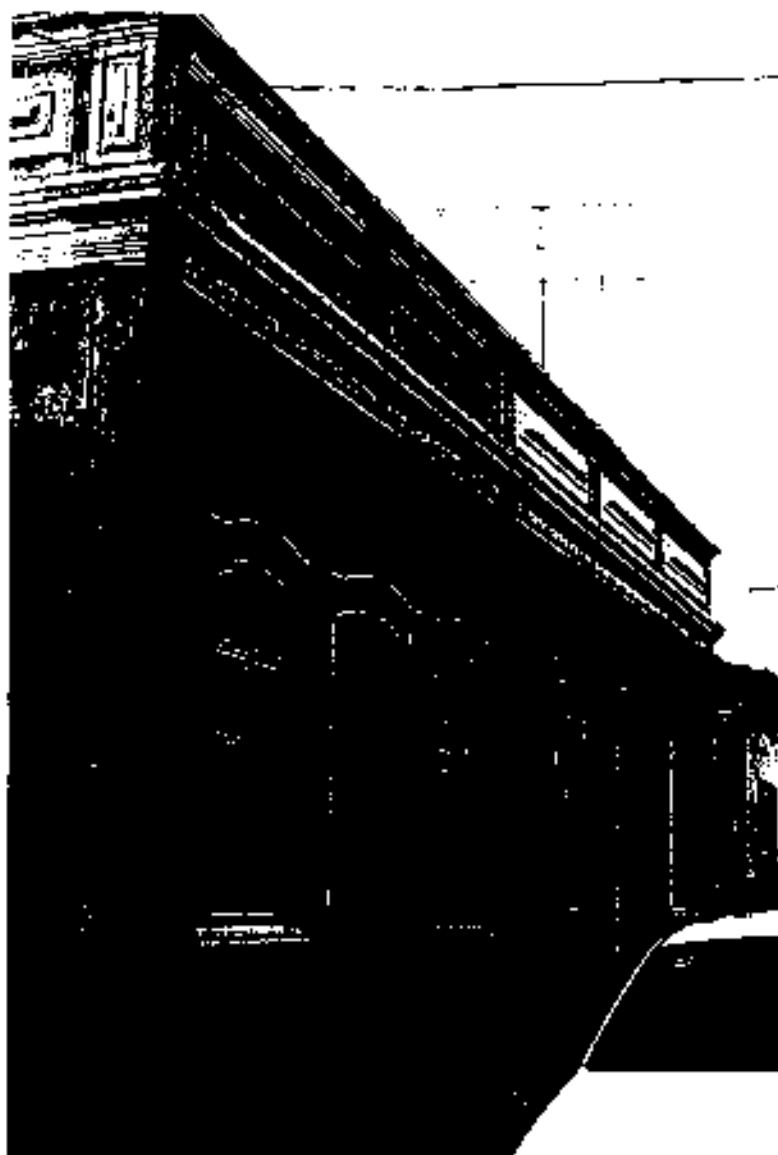
Il. 1676. Rua Antero de Quental s/n



Il. 1677. Edifício do Mercado



Il. 1678. Edificio s/n



11. 1679. Edificio s/n



Il. 1680. Vista parțial



Il. 1681. Edificio s/n



Il. 1682. Edificio s/n



Il. 1683. Estrada Loulé – Silves

LOUSADA



Il. 1684. Edificio s/n

MAFRA



Il. 1686. Rua Elías Garcia, 14/16



Il. 1687. Rua Elias Garcia. 28/30



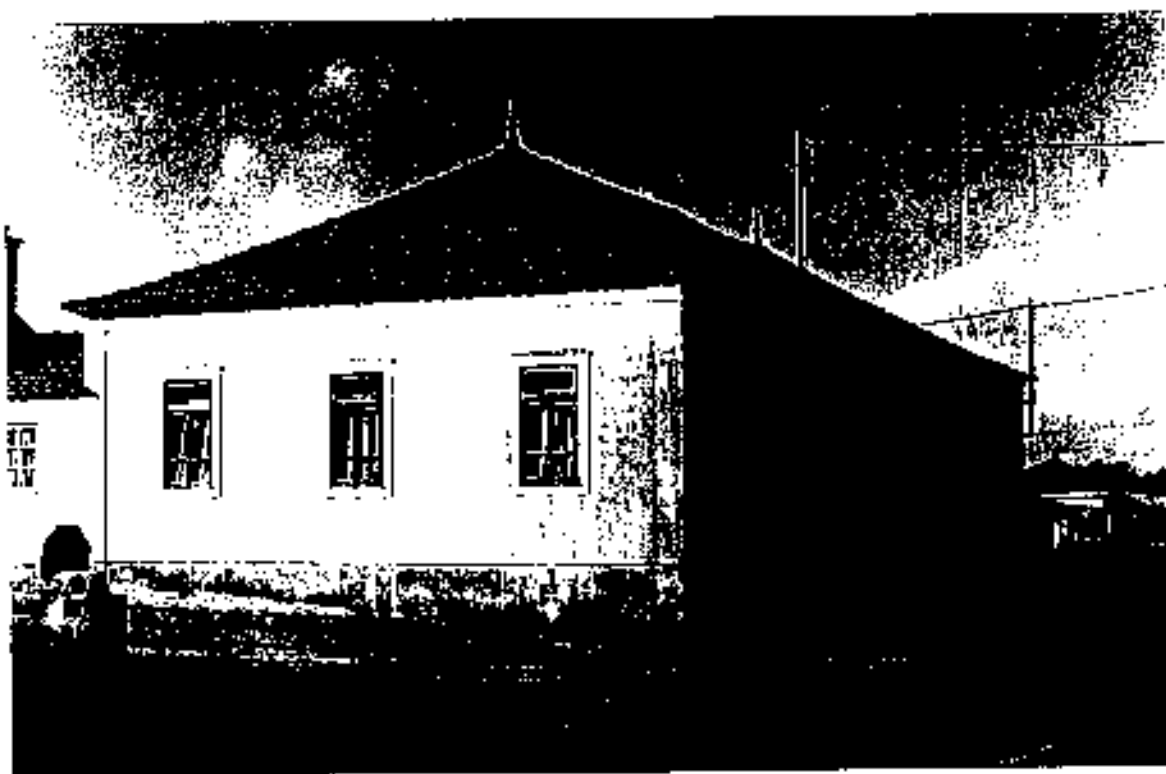
Il. 1688. Rua Elias Garcia, 46

MARTELEIRA



Il. 1689. Rua do Araújo, s/n

MATO DO CARRIÇO



Il. 1690. Edifício s/n



II. 1691. Edifício s/n (detalhe)

MÉRTOLA



Il. 1692. Edificio s/n



Il. 1693. Edifício s/o

MIRA

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

1355



Il. 1694. edificio s/n



Il. 1695. Edificio s/n



Il. 1696. Edificio s/n



II, 1697. Edifício s/n (detalhe)



Il. 1698. Edificio s/n



Il. 1699. Edificio s/n



Il. 1700. Edificio s/n
(1917)



II.1701. Edificio s/n (detalle)



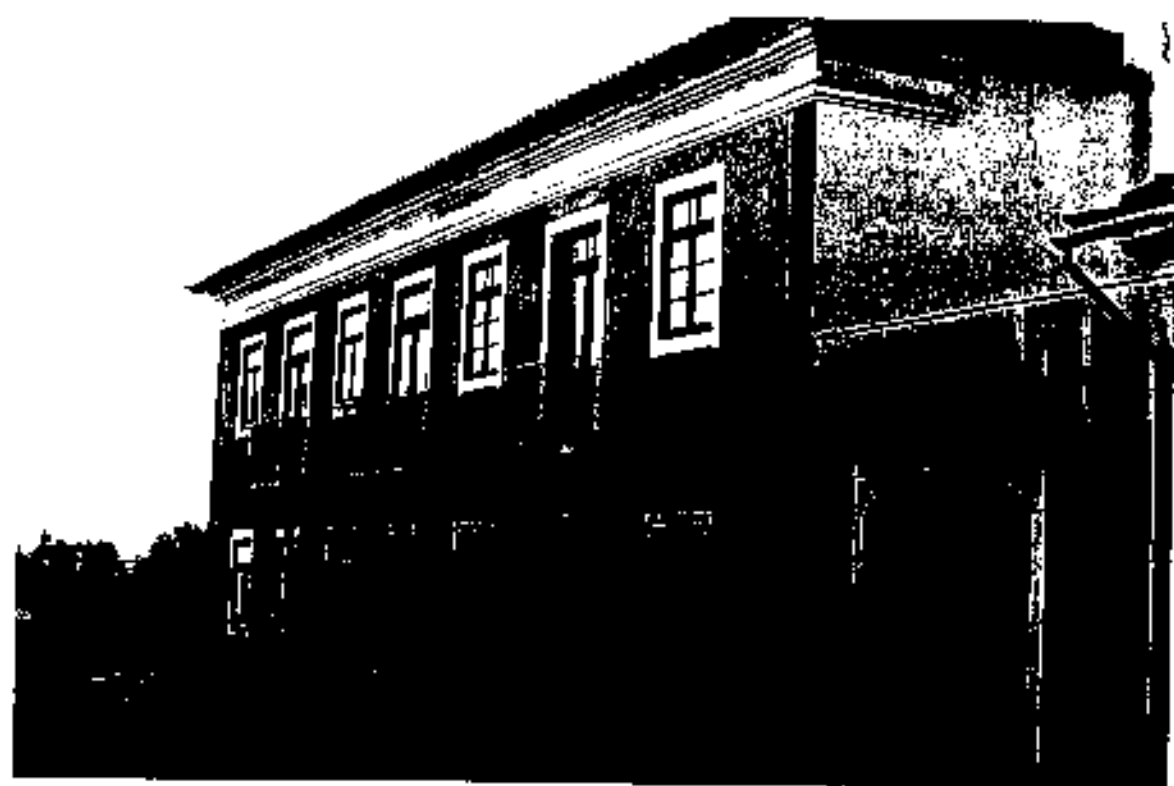
Il. 1702. Edificio s/n



Il. 1703. Edifício do Correio



Il. 1704, Edificio s/n



II. 1705. Edificio s/n



Il. 1706. Edificio s/n



11, 1707. Edificio s/n



Il. 1708. Edifício s/n



Il. 1709. Edifício s/n (detalle)



Il. 1710. Edificio s/n



Il. 1711. Edificio s/n



Il. 1712. Edificio s/n



Il. 1713. Edificios s/n



Il. 1714. Edificio s/n



Il. 1715. Edificios s/n



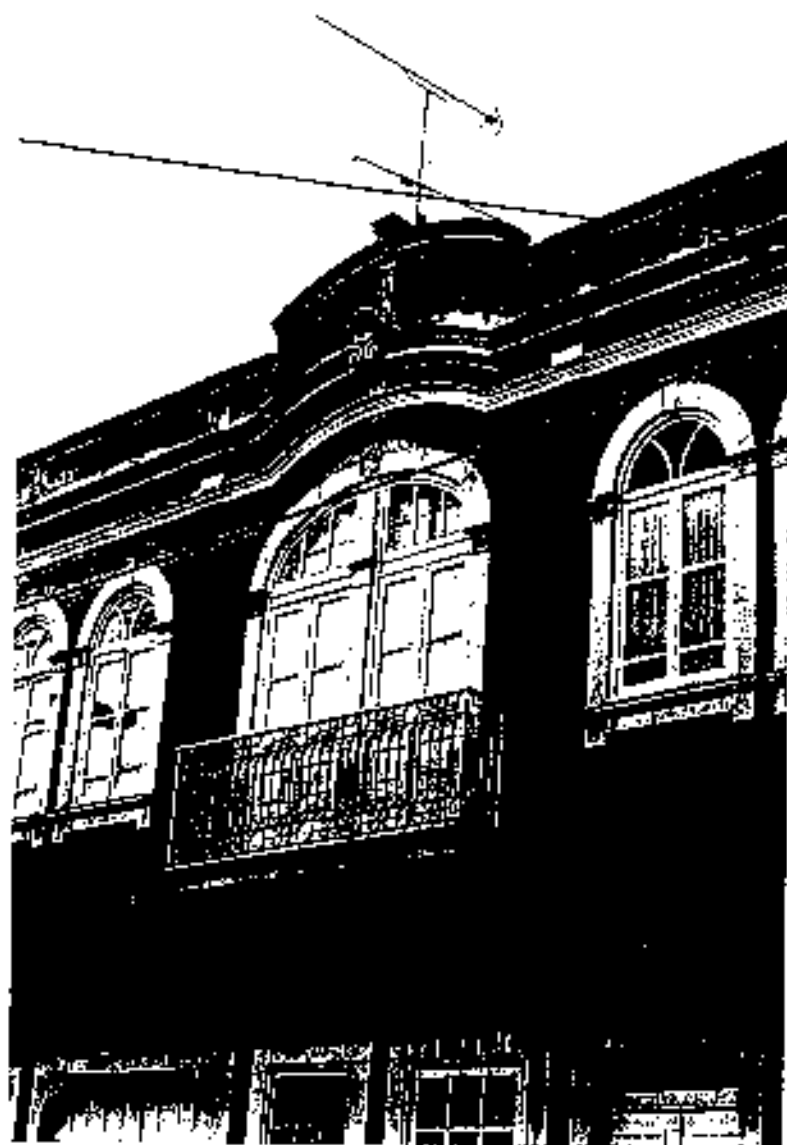
Il. 1716. Edificio s/n



II, 1717. Edifício s/n



II. 1718. Edificio s/n



Il. 1719. Edificio s/n (detalle)



Il. 1720. Edificio s/n



(L. 1721. Edifício s/n (detalhe)

MONTE REDONDO



fl. 1722. Estrada Leiria – Figueira da Foz

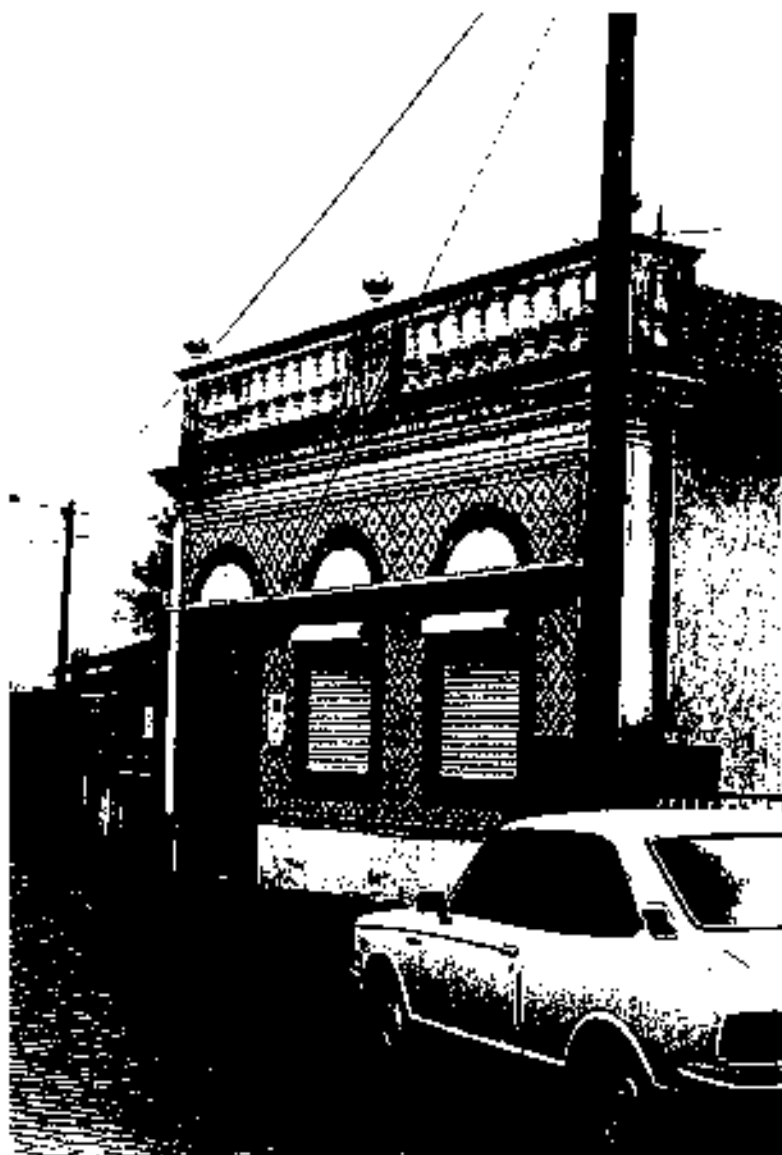
MURTOSA



Il. 1723. Rua Dr. Carlos Barbosa s/n



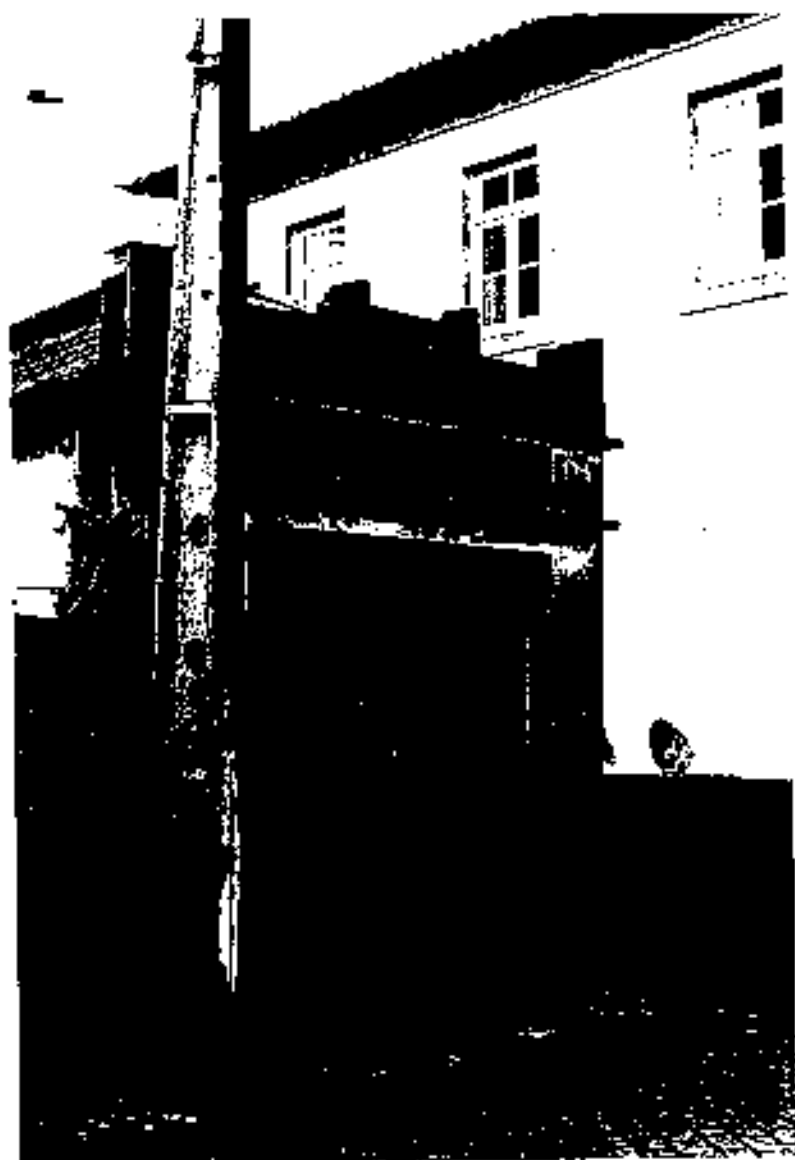
II. 1724. Rua Dr. Carlos Barbosa, s/n



Il. 1725, Rua Dr. Carlos Barbosa. s/n



Il. 1726. Rua Dr. Barbosa de Magalhães, s/n



II. 1727, Rua Dr. Barbosa de Magalhães, s/n



Il. 1728. Avenida 29 de outubro, s/n



Il. 1729. Av. 29 de outubro, 9



11, 1730. Avenida 29 de outubro, 9 (detalhe)



[I, 173], Avenida 29 de octubre, s/n



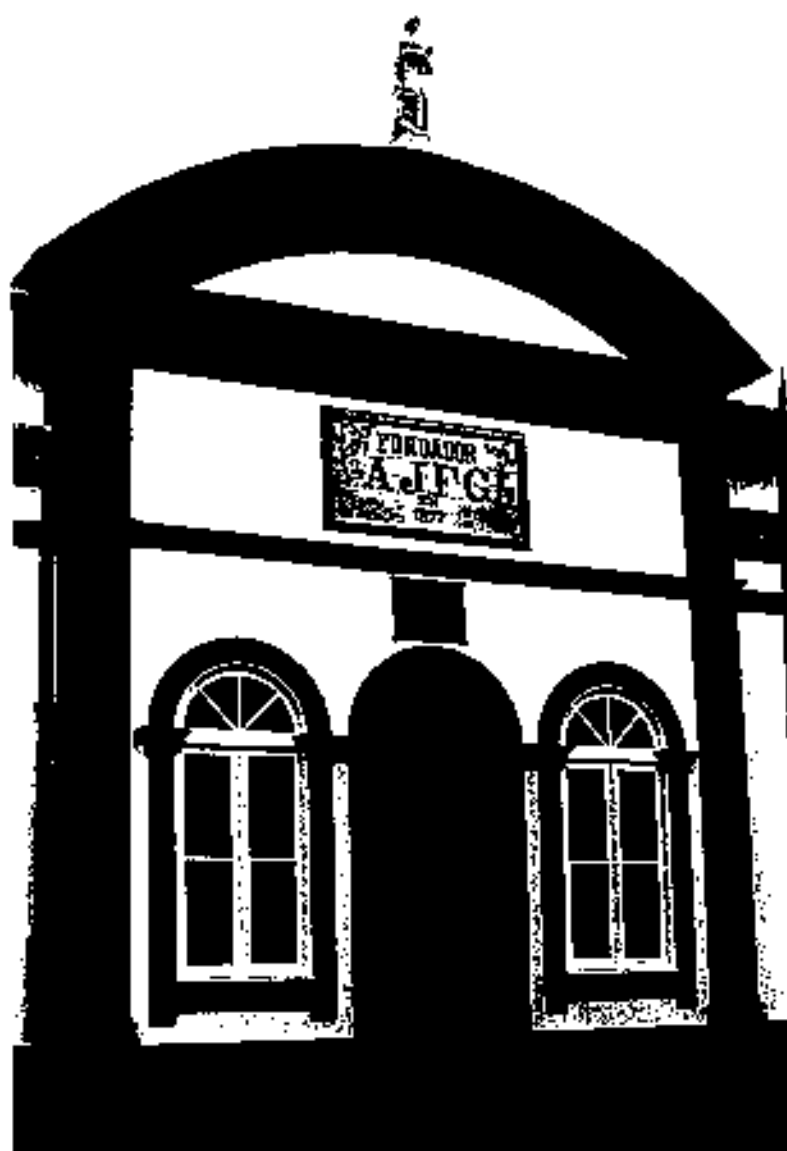
Il. 1732. Rua Antônio José Freitas Guimarães. 13/13^A/13B



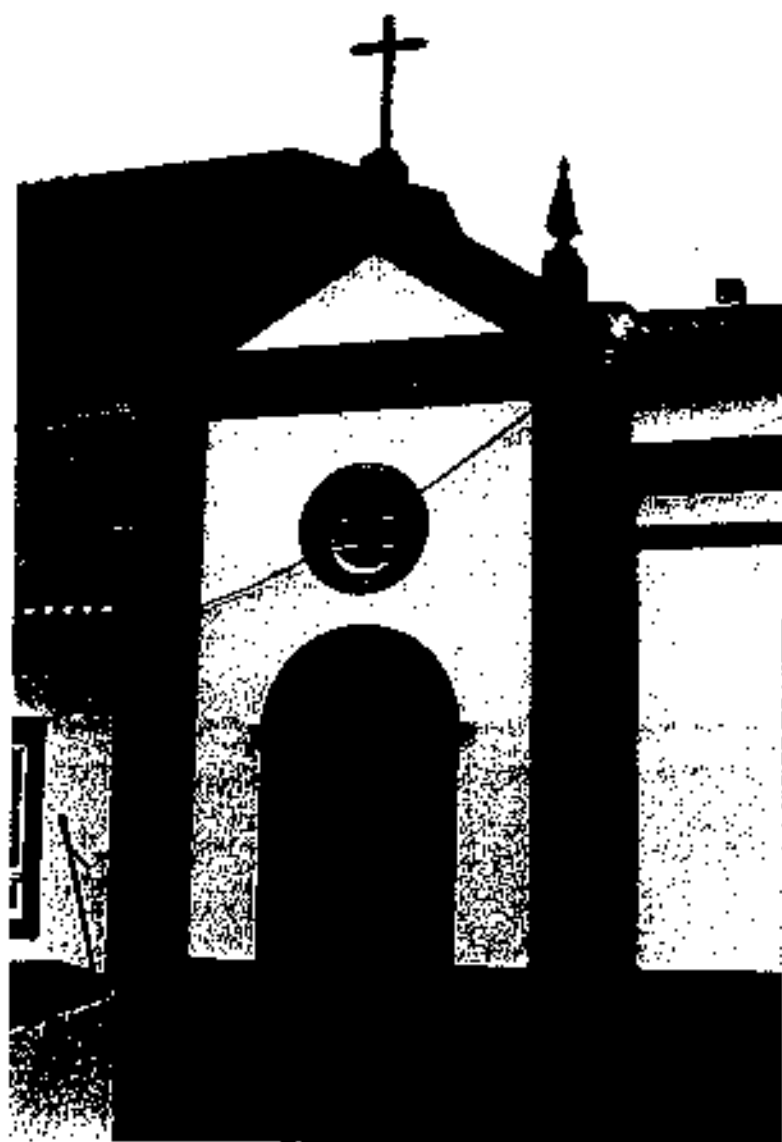
Il. 1733. Edifício do Hospital-Asilo



II, 1734. Edifício do Hospital-Asilo (detalhe)



II. 1735. Edifício do Hospital-Asilo (detalhe)



Il. 1736. Edifício do Hospital-Asilo (detalhe)

OLHO MARINHO



II, 1737, Edifício nº 55

PONTE DE LIMA



Il. 1738. Edifício do Instituto de Educação
(1879)



Il. 1739. Edifício do Instituto de Educação (detalhe)



Il. 1740. Edificio s/n



Il. 1741. Edifício s/n (detalhe)



II. 1742. Edifício da Vila Morais



Il. 1743. Edifício da Vila Morais (detalhe)



Il. 1744. Edifício da Quinta do Bom Gosto



Il. 1745. Edificio s/n

PONTE DO ROL



Il. 1746. Largo Álvaro da Ponte



Il. 1747. Largo Álvaro da Ponte



II. 1748. Travessa Francisco Bernardes



Il. 1749. Edifício s/n

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

1413

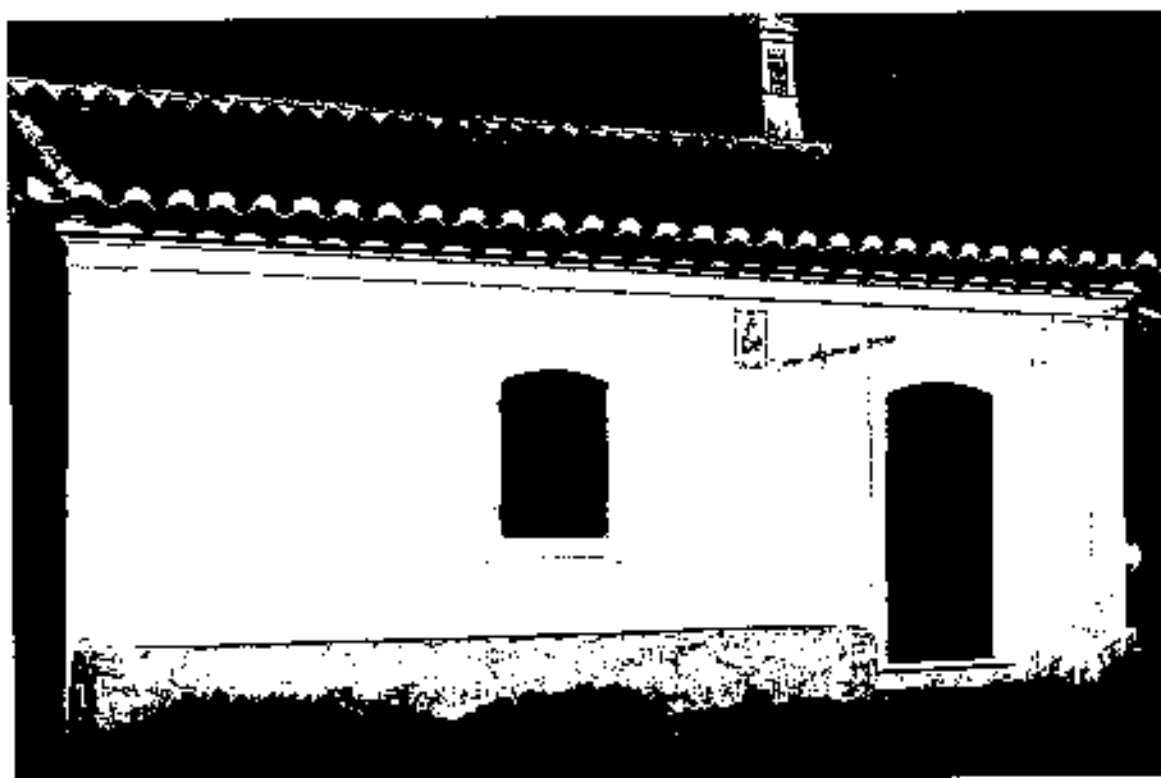


Il. 1750. Edifício s/n

PORTELA



Il. 1751. Estrada Vila Real de Santo António – Tavira



Il. 1752. Estrada Vila Real de Santo António – Tavira



Il. 1753. Estrada Vila Real de Santo António – Tavira



Il. 1754. Estrada Vila Real de Santo António – Tavira

POVOA DO VARZIM



Il. 1755, Avenida Mouzinho de Albuquerque, 40



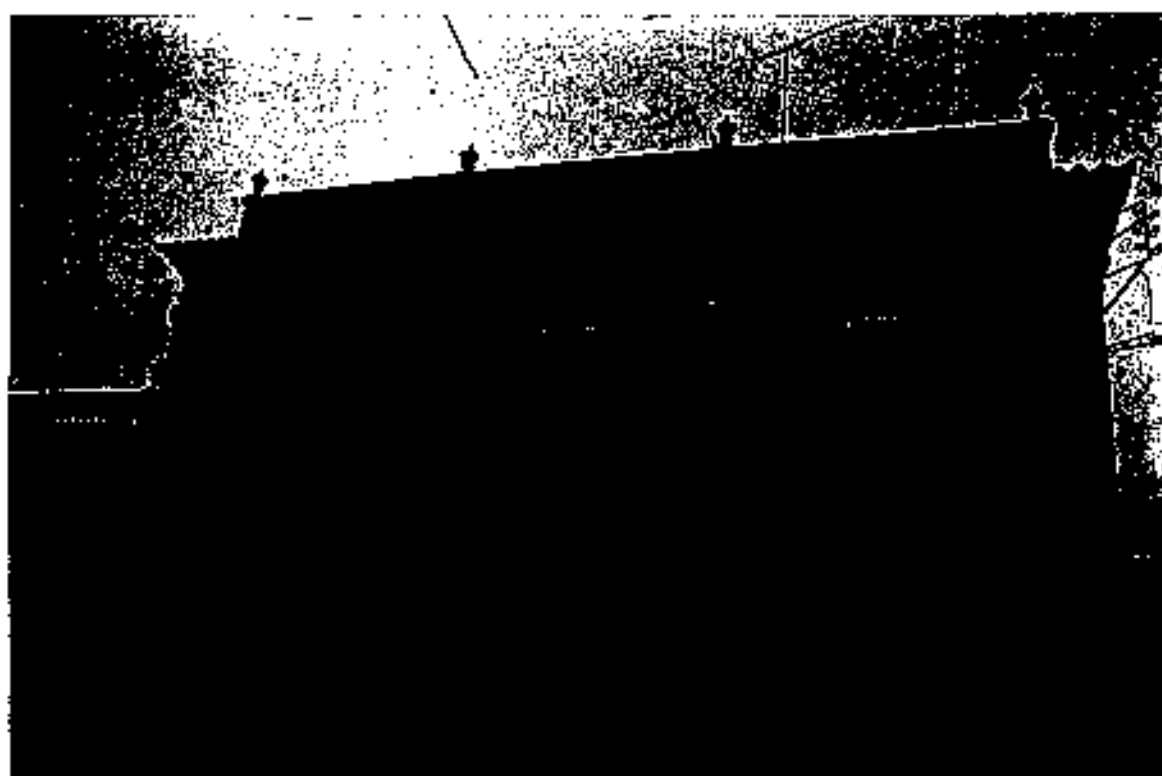
Il. 1756. Avenida Mouzinho de Albuquerque, s/n

PRADO

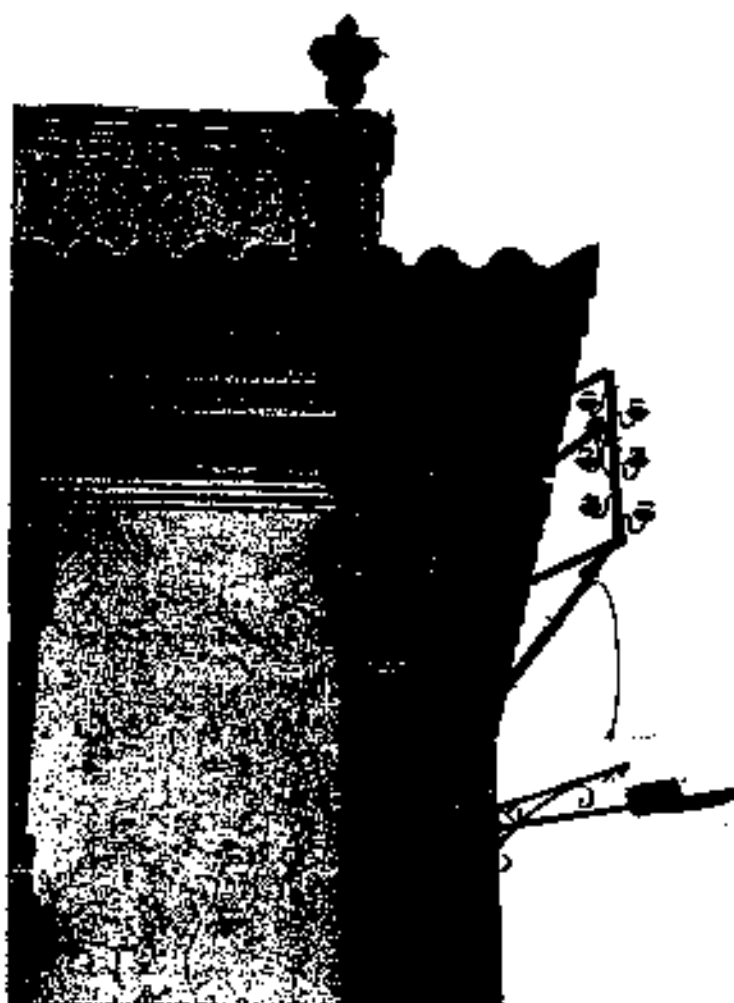


Il. 1757, Rua I
(1887)

REDONDO



Il. 1758. Rua 5 de outubro. 63 - (1)



II. 1759. Rua 5 de outubro, 63 (detalhe)



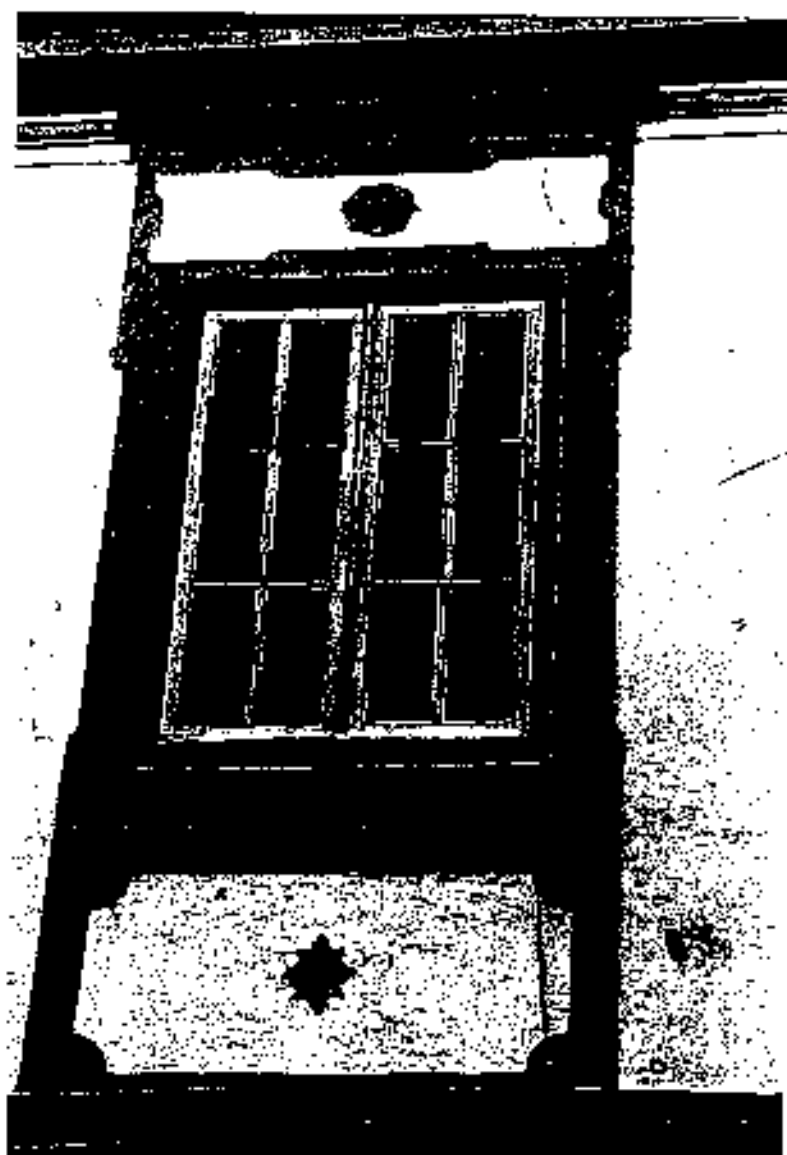
Il. 1760. Travessa de Cima, esquina Rua do Norte, 57 – (2)



Il. 1761. Rua Miguel Bombarda, 27/29/33 – (3)



Il. 1762. Rua Miguel Bombarda, 26 – (4)



Il. 1763. Rua Miguel Bombarda, 26 (detalhe)



Il. 1764, Largo 25 de abril, 9 (5)



Il. 1765, Rua 5 de outubro, 11 - (6)



II. 1766. Rua 5 de outubro, 11 (detalhe)



Il. 1767. Rua 5 de outubro, 15 - (7)



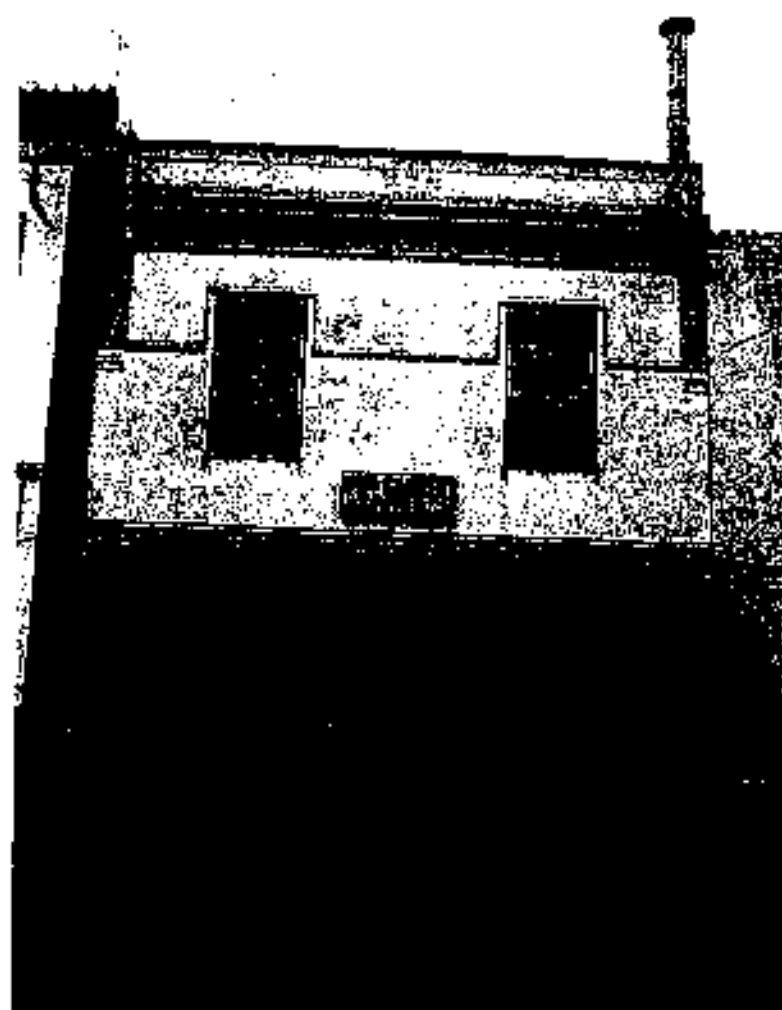
Il. 1768. Rua 5 de outubro - (8)



Il. 1769. Rua Manoel Joaquim da Silva – (9)



Il. 1770. Praça da República, 4 - (10)



Il. 1771. Praça da República, s/n – (11)



Il. 1772. Praça da República, 15/17 – (12)



Il. 1773. Praça da República, 14 - (13)



Il. 1774. Praça da República, 12/13 – (14)



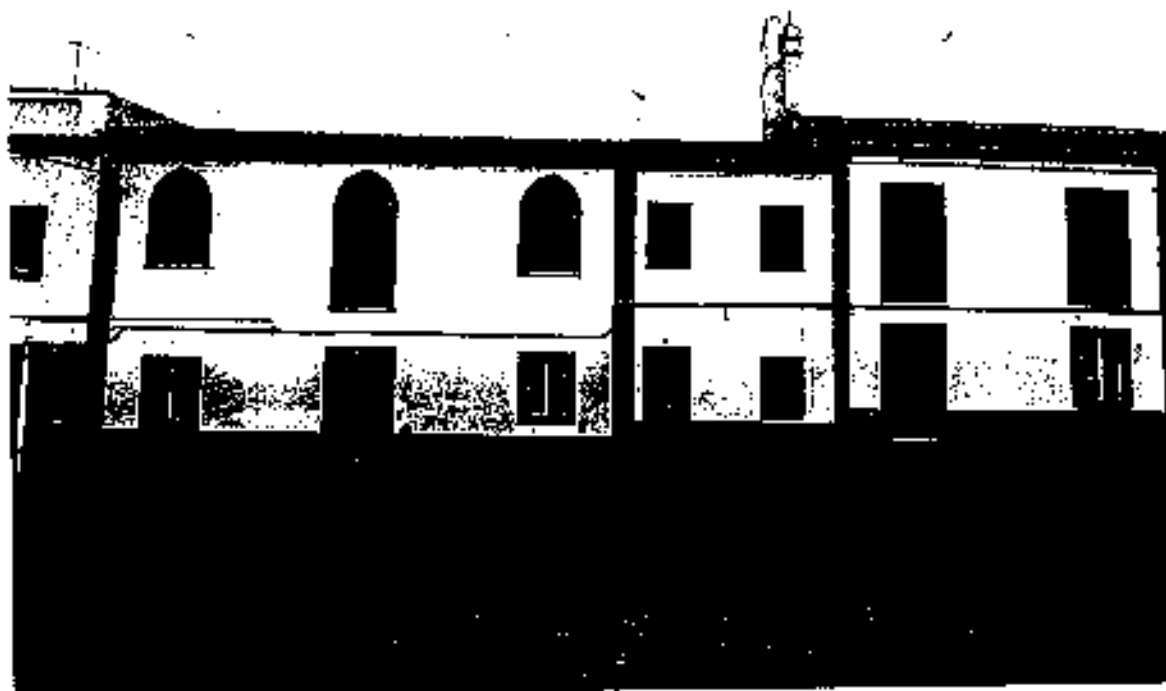
Il. 1775. Rua Engenheiro Duarte Pacheco, 1 – (15)



II. 1776. Rua Engenheiro Duarte Pacheco - (16)



II. 1777. Avenida Matos Fernandes, 6 - (17)



Il. 1778. Avenida Matos Fernandes, 7/8/9/10/11/12 – (18)



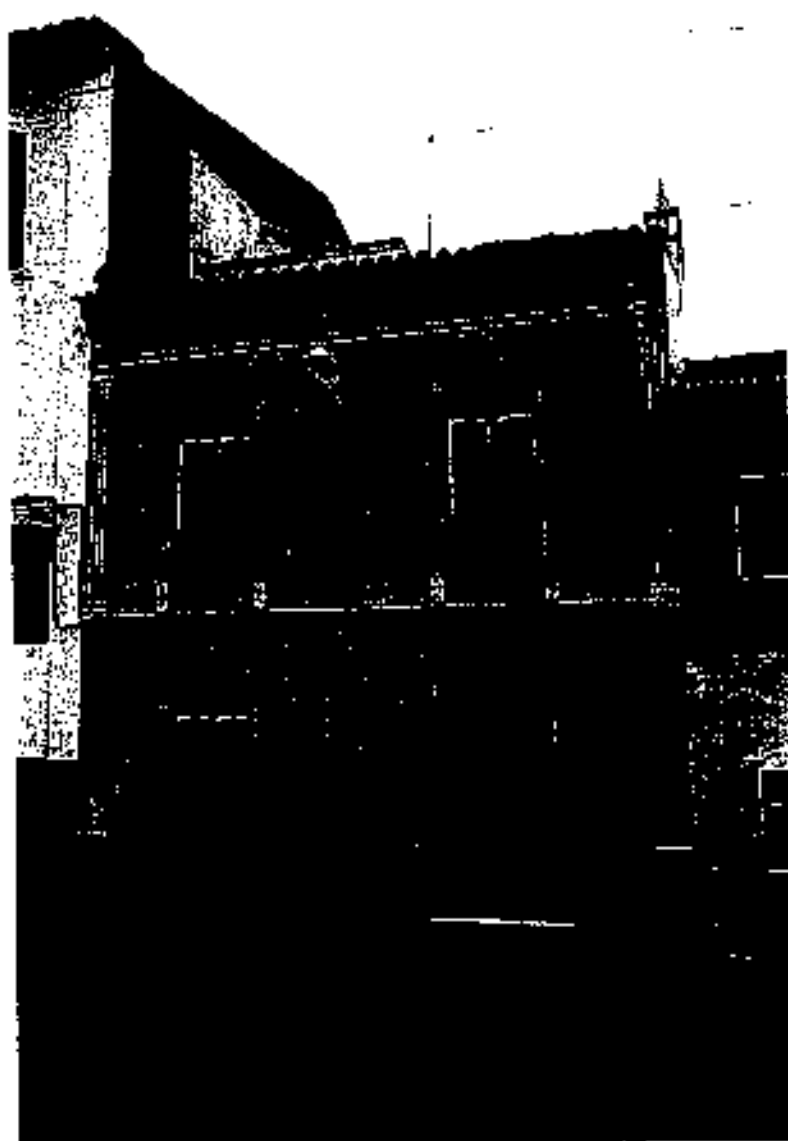
Il. 1779. Rua Engenheiro Duarte Pacheco, 13 – (19)



Il. 1780. Rua Engenheiro Duarte Pacheco, 14 – (20)



Il. 1781. Largo do Calvário – (21)



11. 1782. Rua Engenheiro Duarte Pacheco, s/n - (22)



Il. 1783. Rua de São João, 1 – (23)



Il. 1784. Rua de São João, 1 (detalhe)



Il. 1785. Edificio nº 20 – (24)



Il. 1786. Edificio nº 16 – (25)



Il. 1787. Edifício nº 11 – (26)



Il. 1788. Edifício da Câmara Municipal – (27)

SANTARÉM



Il. 1789. Edificio s/n



Il. 1790. Edificio s/n



Il. 1791. Edificio nº 64/69



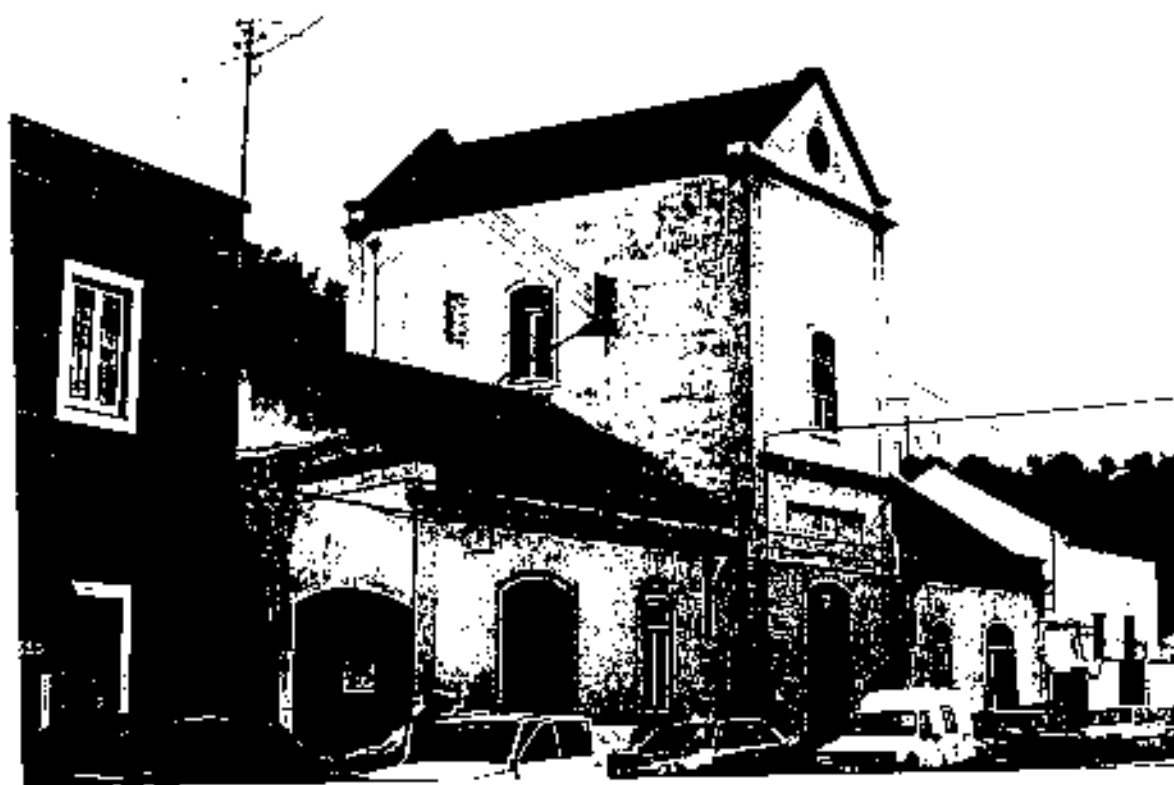
Il. 1792. Edifício nº 64/69 (detalhe)



Il. 1793. Edificio nº 45/47/49



Il. 1794. Edifício nº 37



Il. 1795. Estação elevatória de água

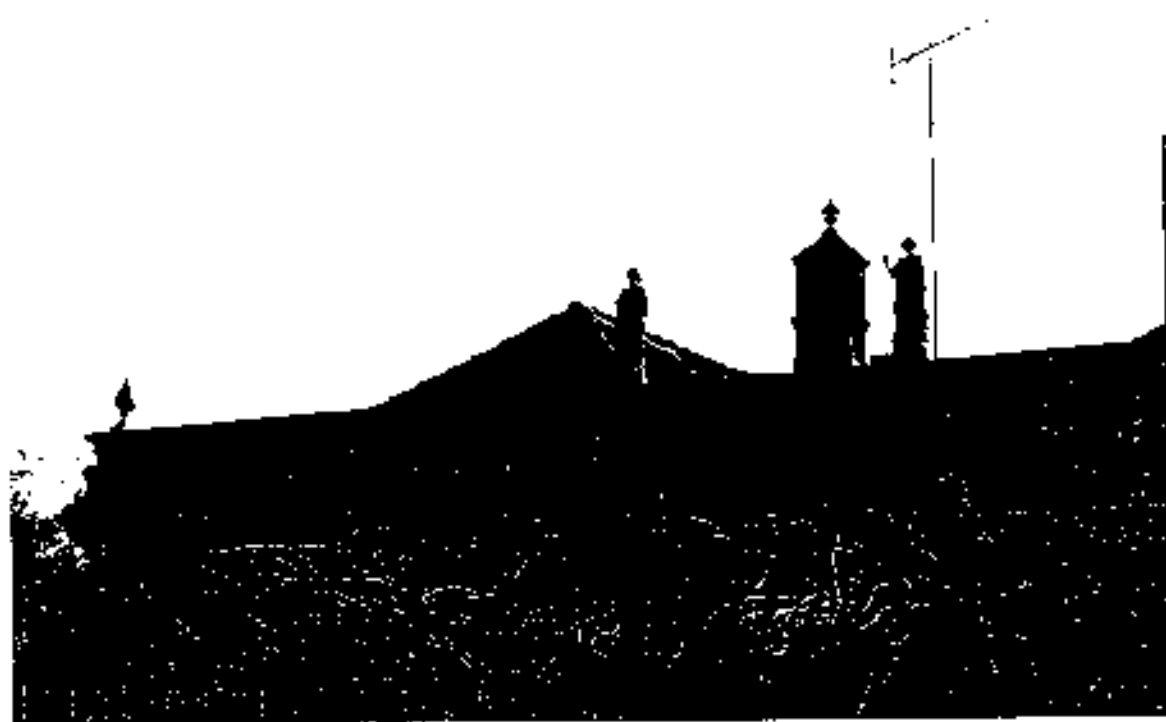


Il. 1796. Edificio s/n



II. 1797. Edificio s/n

SÃO BRAZ



Il. 1798. Edifício s/n (detalhe)

SÃO MAMEDE



Il. 1799. Largo Salvador Carvalho dos Santos, s/n



II, 1800, Rua dos Lavadores, 5

SETUBAL

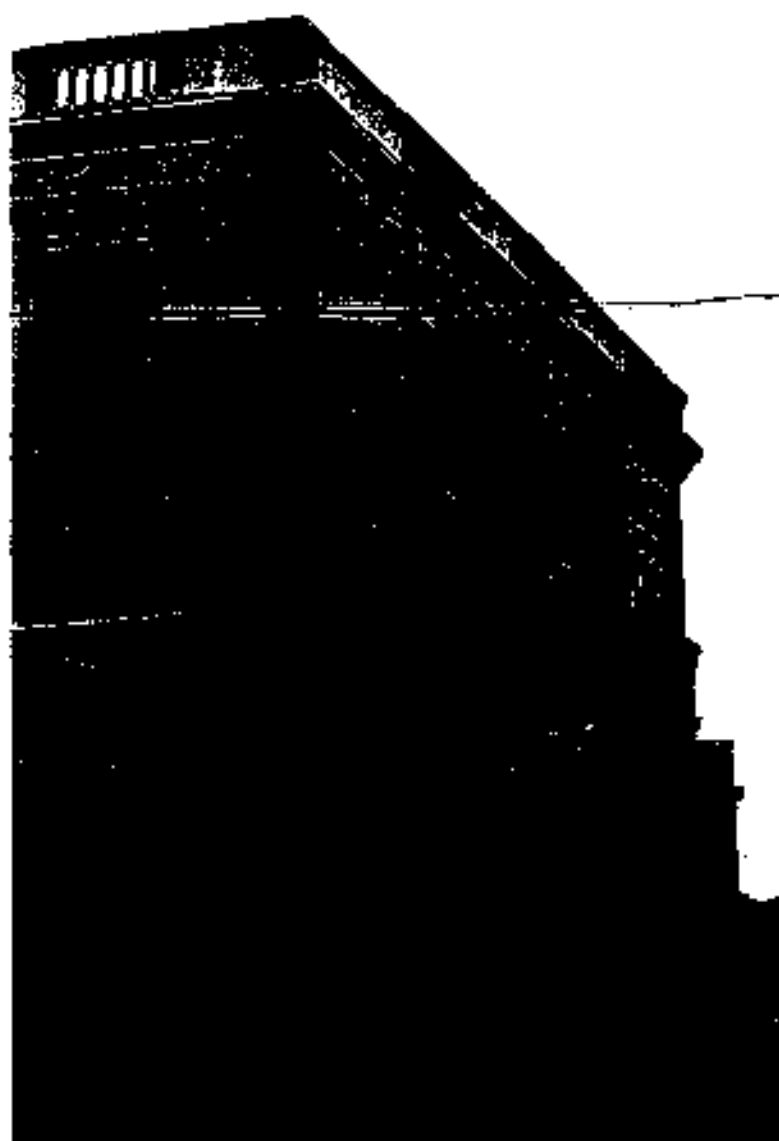


Il. 1801. vista parcial

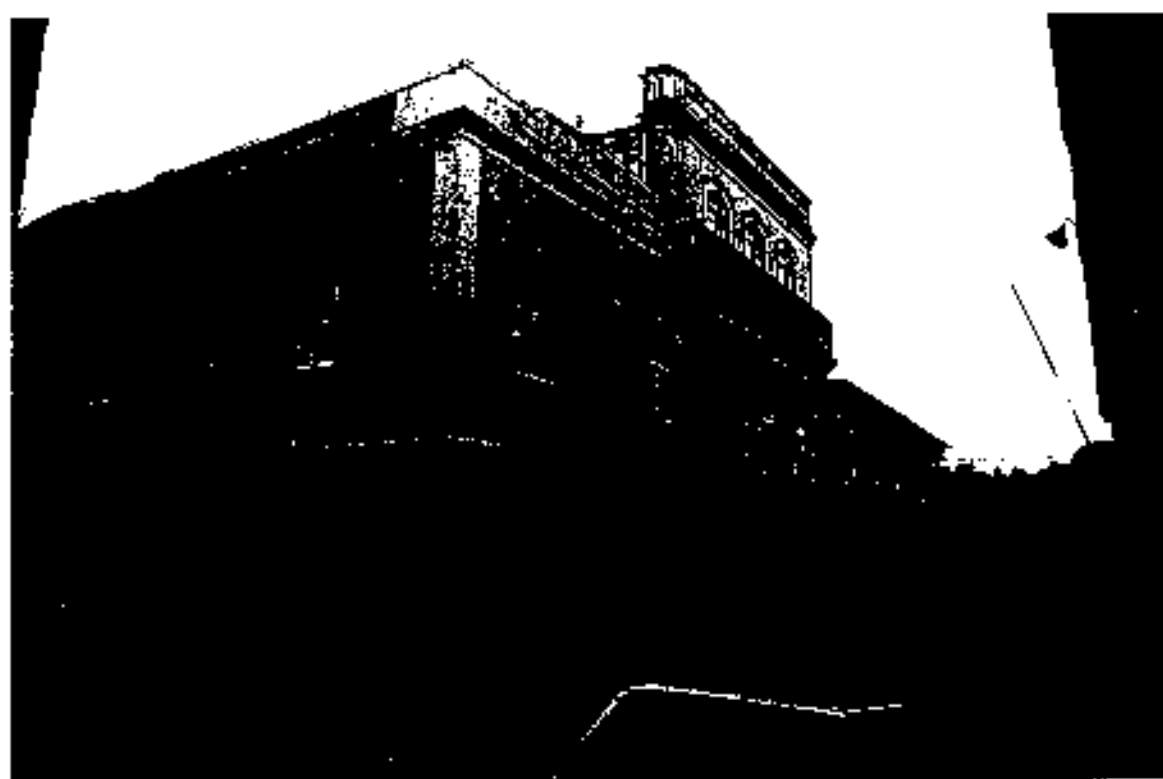
SILVES



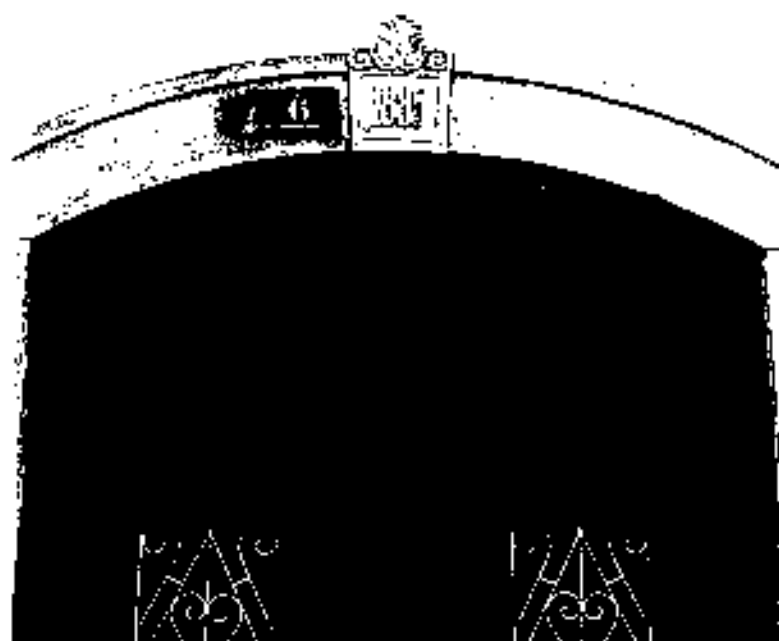
Il. 1802. Rua 5 de outubro, 40 – (1)



Il. 1803. Rua 5 de outubro, s/n - (2)



Il. 1804, Rua 5 de outubro, 1/4/6 - (3)



11, 1805. Rua 5 de outubro, 6 (detalhe)



Il. 1806. Rua 5 de outubro, s/n - (4)



Il. 1807. Rua João de Deus, s/n, (5 - (6)



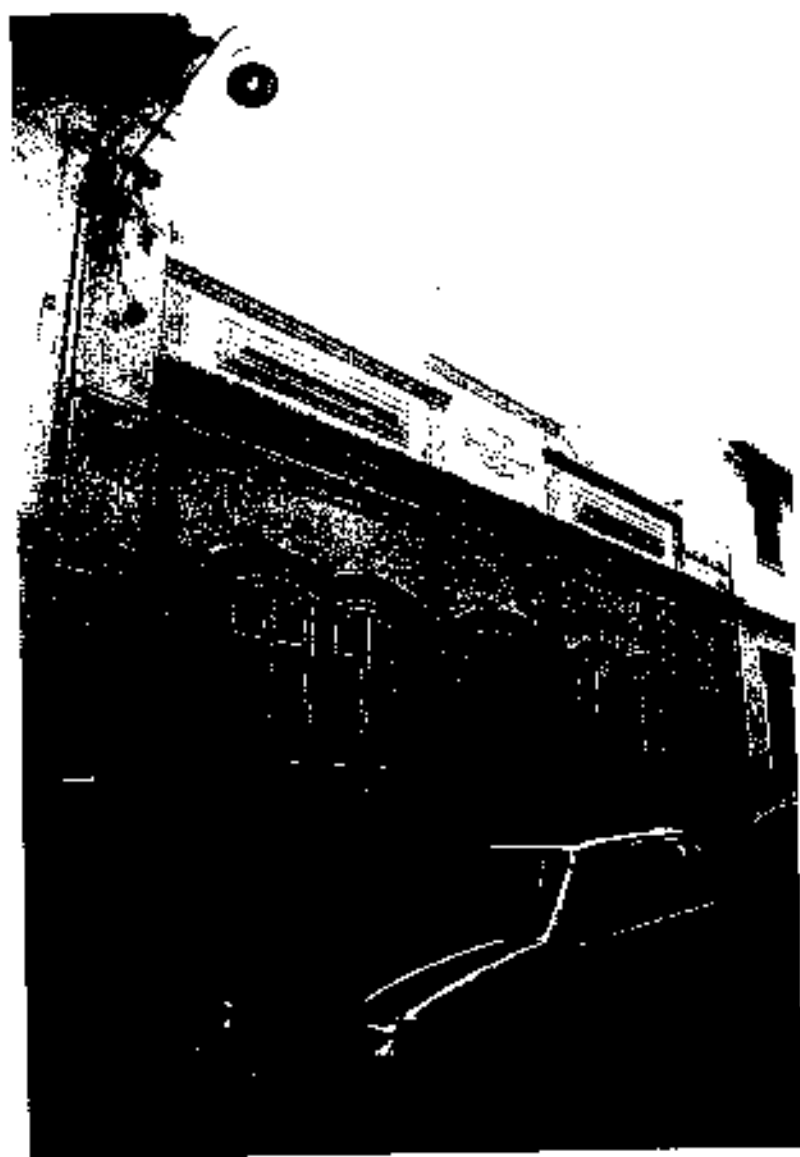
Il. 1808. Rua José Estevão, 17 - (5)
(1875)



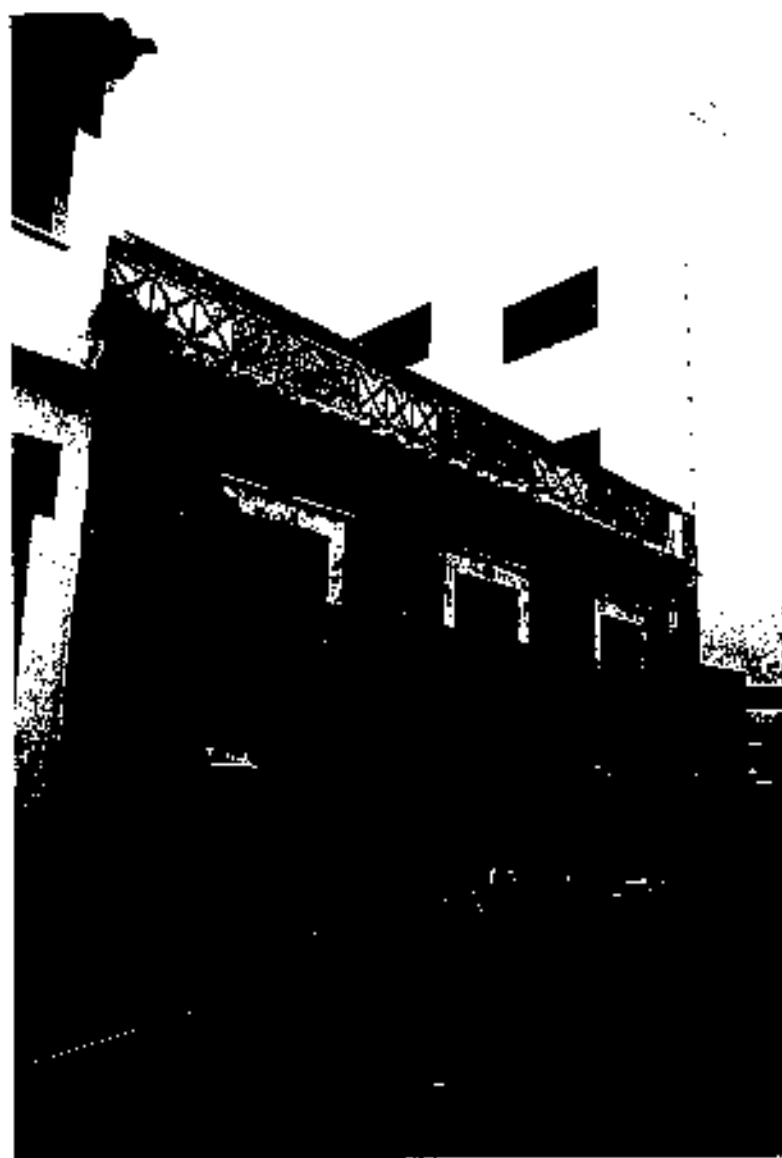
Il. 1809. Rua José Estevão, 17 (detalhe)



Il 1810. Rua João de Deus, s/n - (7)



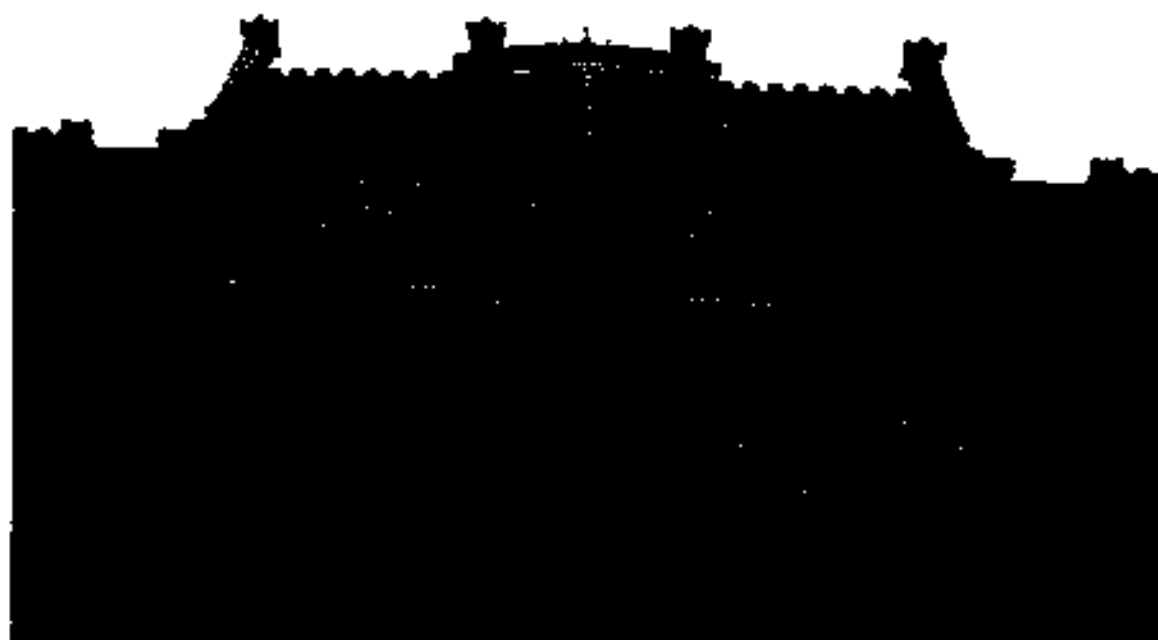
Il. 1811. Rua Francisco Pablos, 13 - (8)



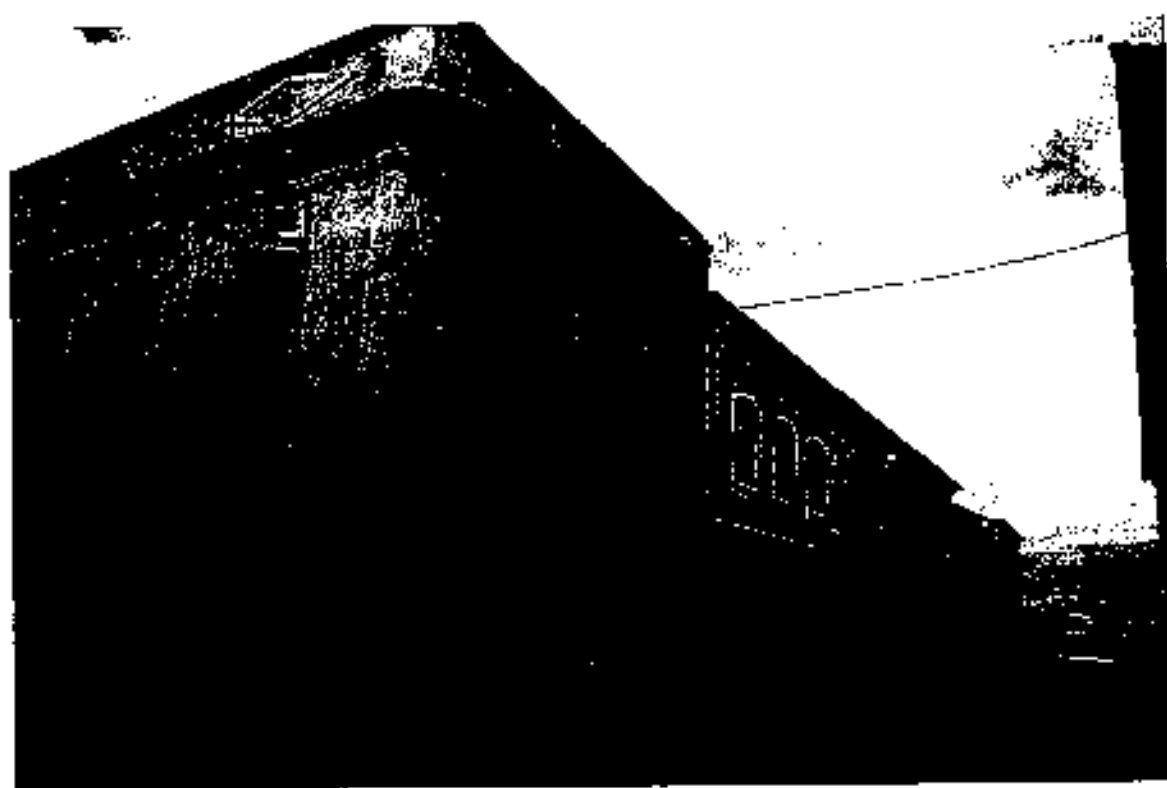
Il. 1812. Rua Francisco Pablos, 19 - (9)



Il. 1813, Rua Barros, s/n - (10)
(1907)



Il. 1814. Rua Barros, s/n (detalhe)



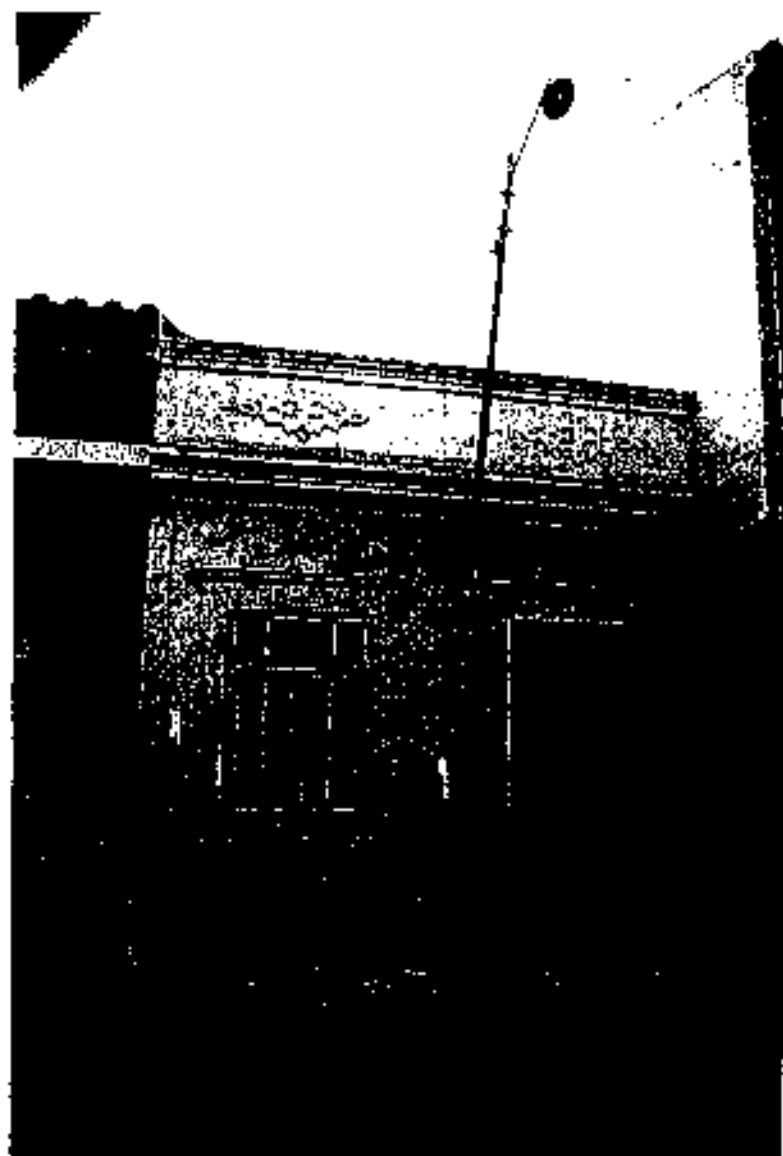
11. 1815, Rua Miguel Bombarda, s/n (11)



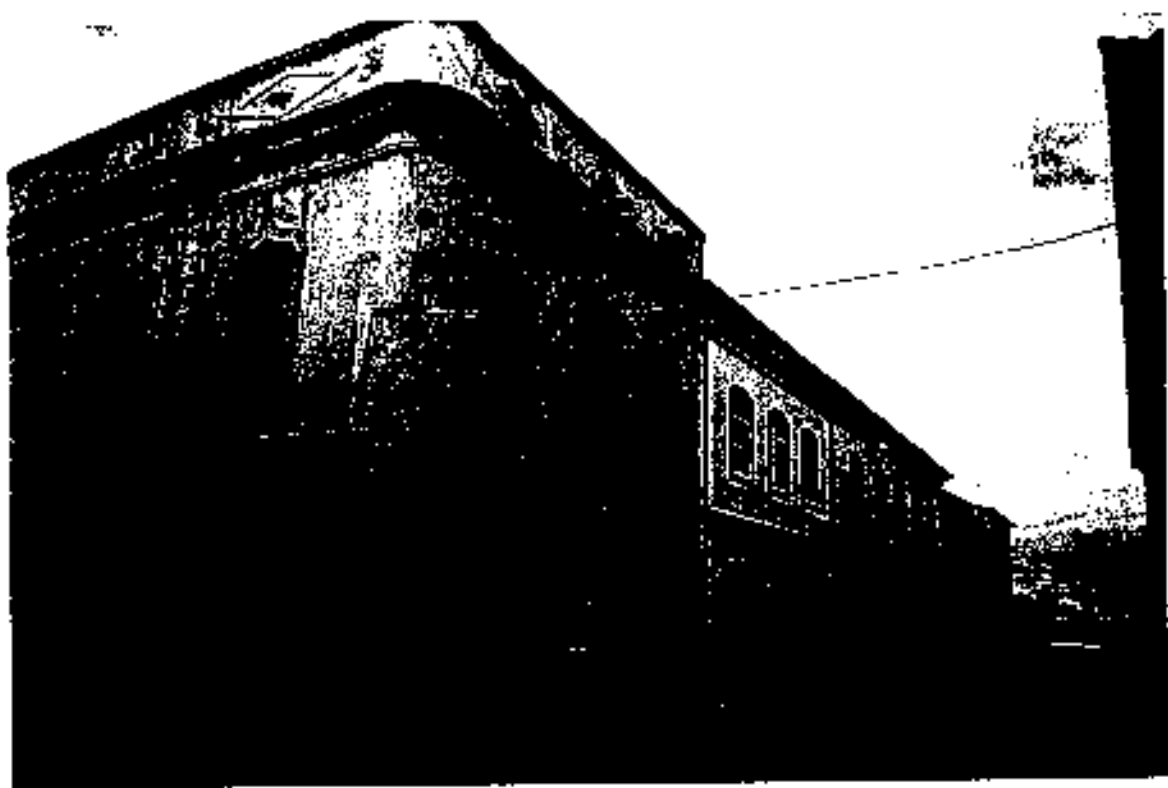
Il. 1816. Rua Miguel Bombarda. s/n (detalhe)



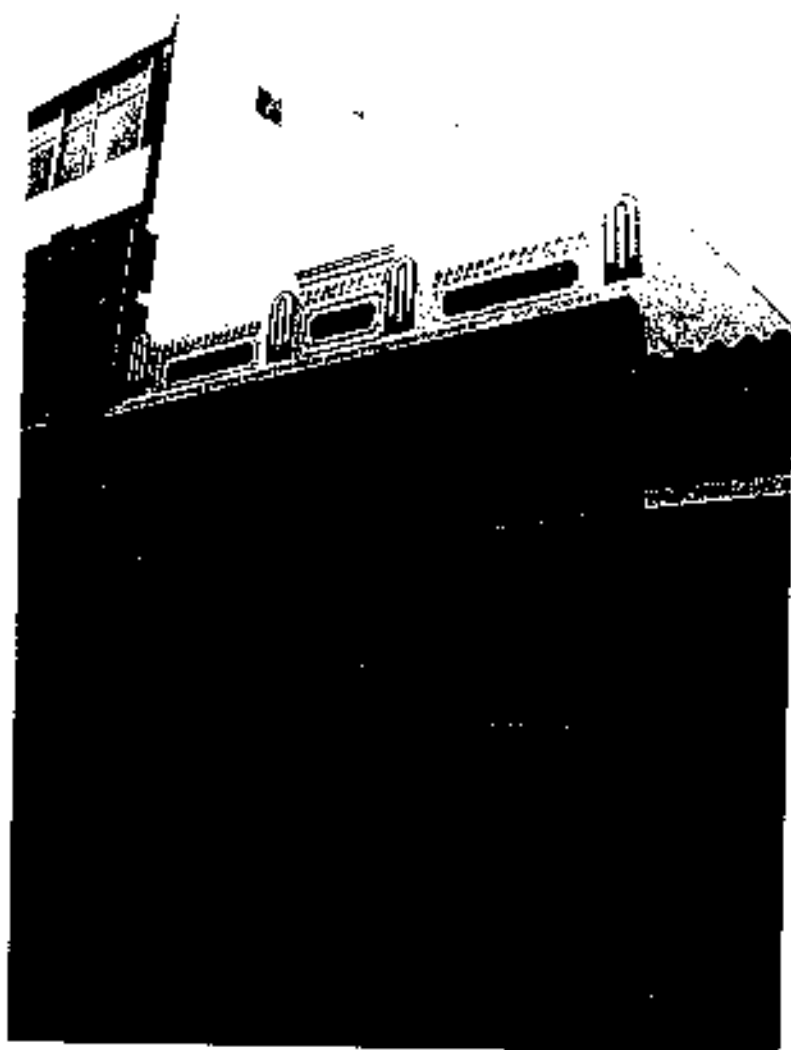
Il. 1817. Rua Miguel Bombarda, 22 (12)



Il. 1818. Rua Miguel Bombarda, s/n



Il. 1819. Rua Miguel Bombarda, s/n (14)



II. 1820. Rua Miguel Bombarda, 15 (15)



Il. 1821, Rua 25 de abril, s/n (16)



Il. 1822. Rua 25 de abril, s/n - (17)
(1880)



Il. 1823. Rua 25 de abril, s/n (detalhe)



II. 1824. Edifício da Câmara Municipal – (18)
(1891)



Il. 1825. Edifício da Câmara Municipal (detalhe)



Il. 1826. Rua 25 de abril, s/n - (19)



Il. 1827. Vista parcial Rua Cândido dos Reis - (20)



II. 1828. Rua Cândido dos Reis, s/n – (21)



11. 1829. Rua Cândido dos Reis (detalhe)



Il. 1830. Rua Cândido dos Reis



Il. 1831. Rua Cândido dos Reis. 91

TAVIRA



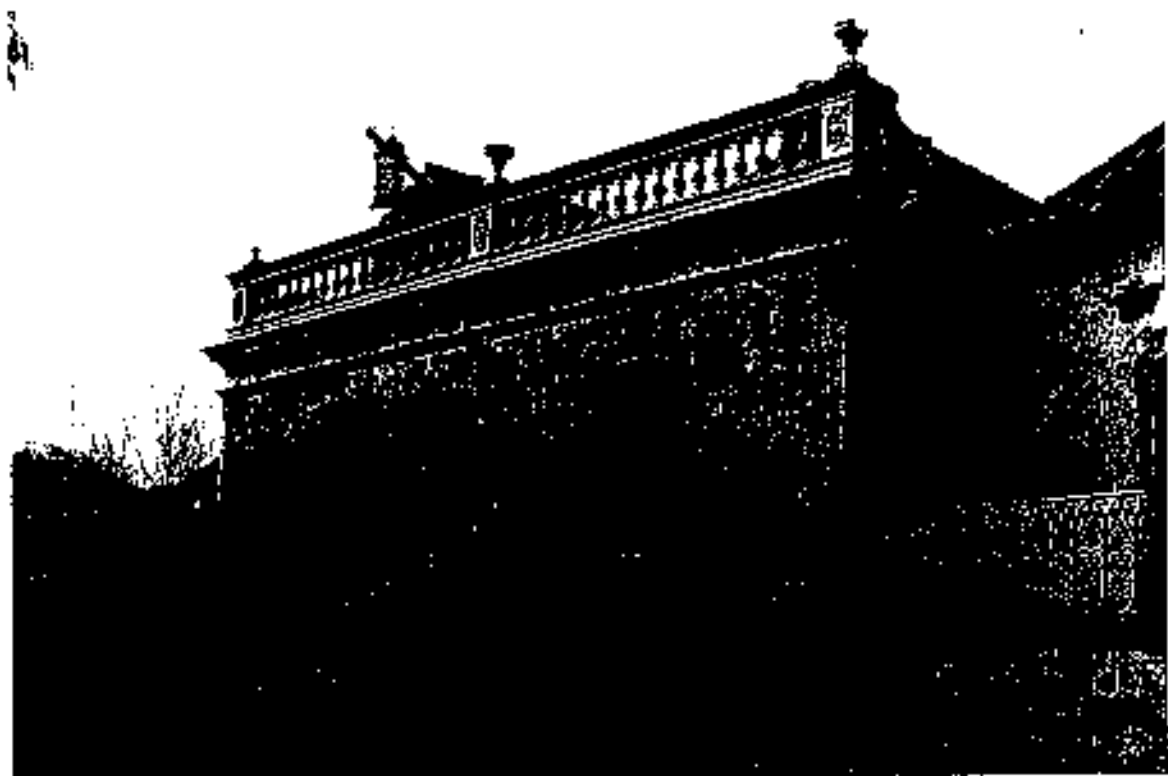
II, 1832. Avenida Mateus Teixeira de Azevedo. s/n



Il. 1833, Avenida Mateus Teixeira de Azevedo, s/n



Il. 1834, Avenida Mateus Teixeira de Azevedo, s/n



Il. 1835, Avenida Mateus Teixeira de Azevedo, s/n (detalhe)



Il. 1836, Rua da Liberdade, s/n



II. 1837. Rua da Liberdade. 65/67/69



Il. 1838. Rua da Liberdade, 19/21

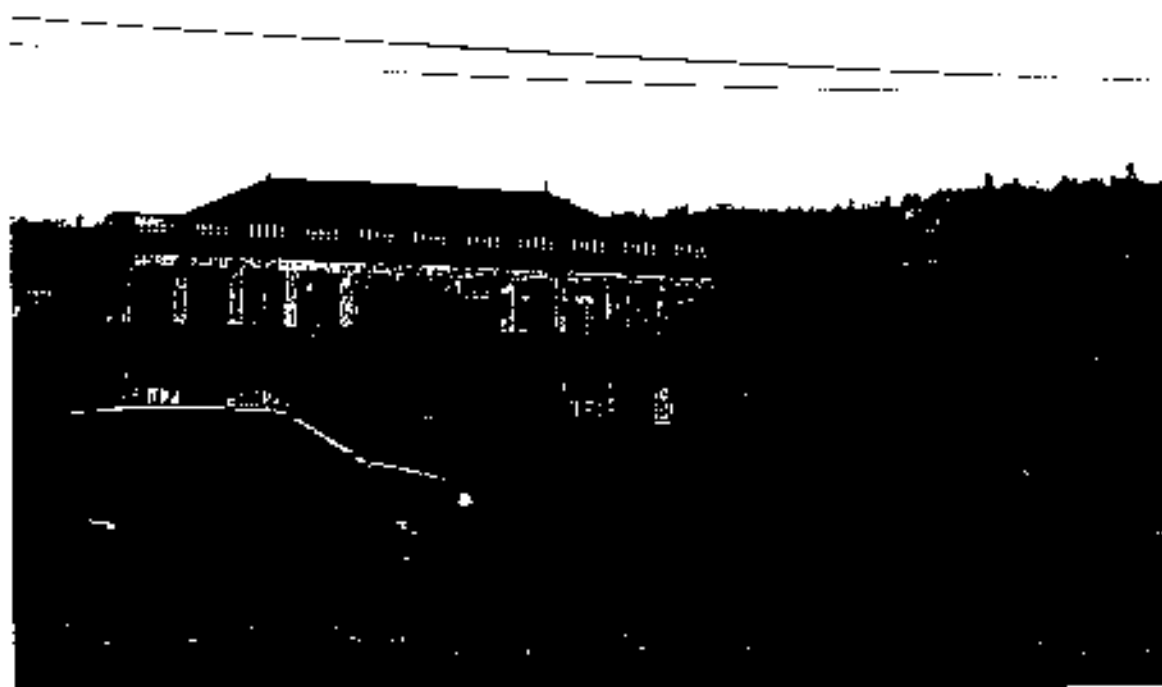


11. 1839, Praça da República, 16/17/18/19

VIANA DO CASTELO



Il. 1840. Edifício do Convento



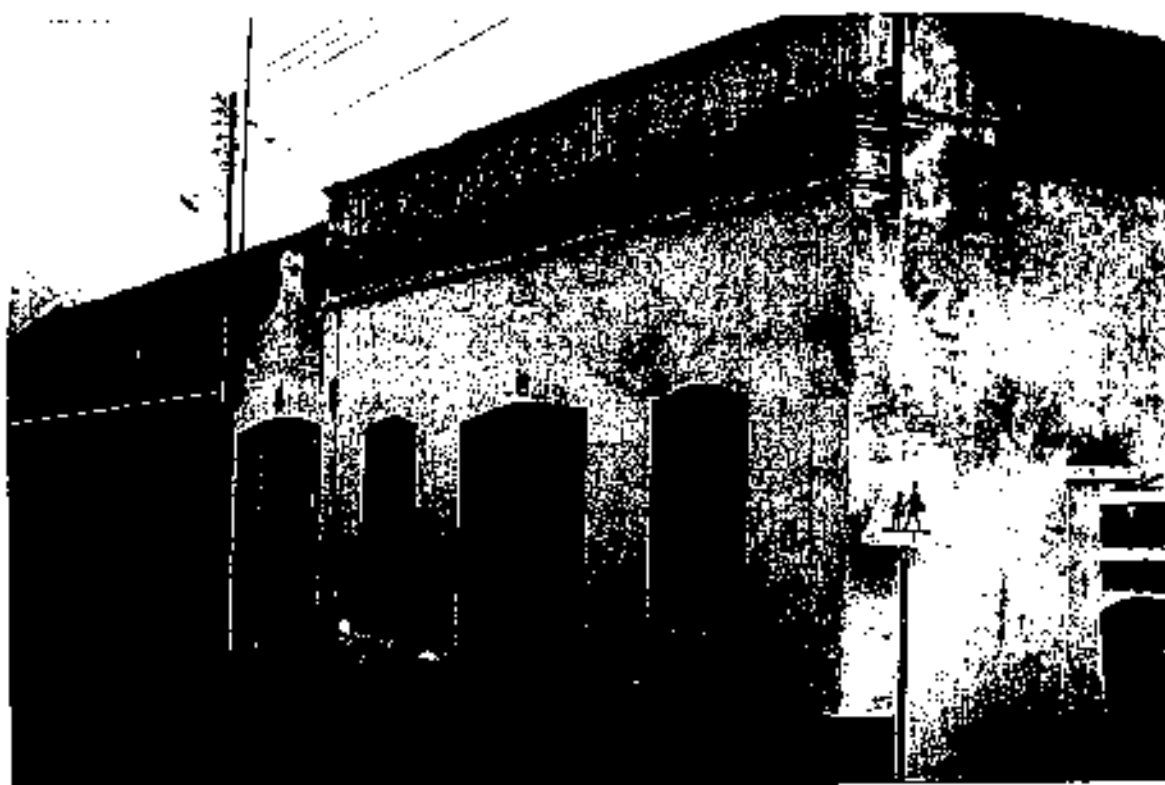
Il. 1841. Edifício s/n

VIEIRINHOS



Il. 1842. Edificio s/n

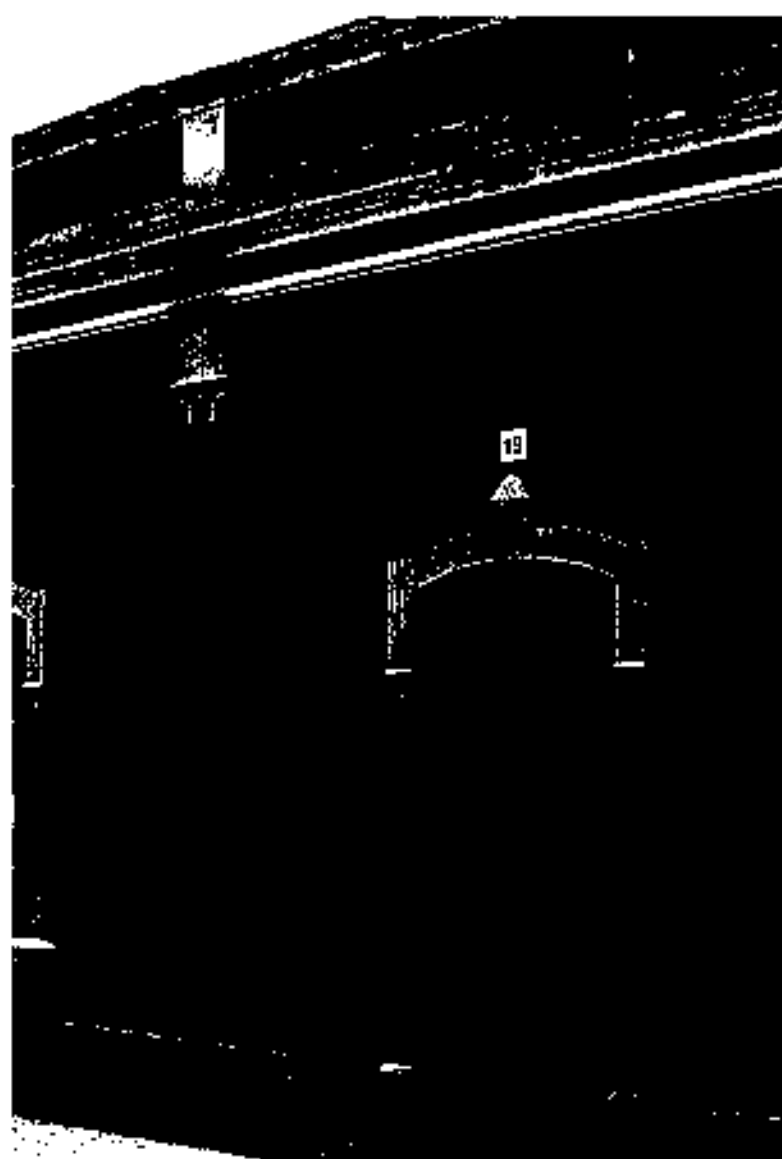
VILA DA RAPOSA



II. 1843. Edifício nº 23



II. 1844. Edifício nº 19

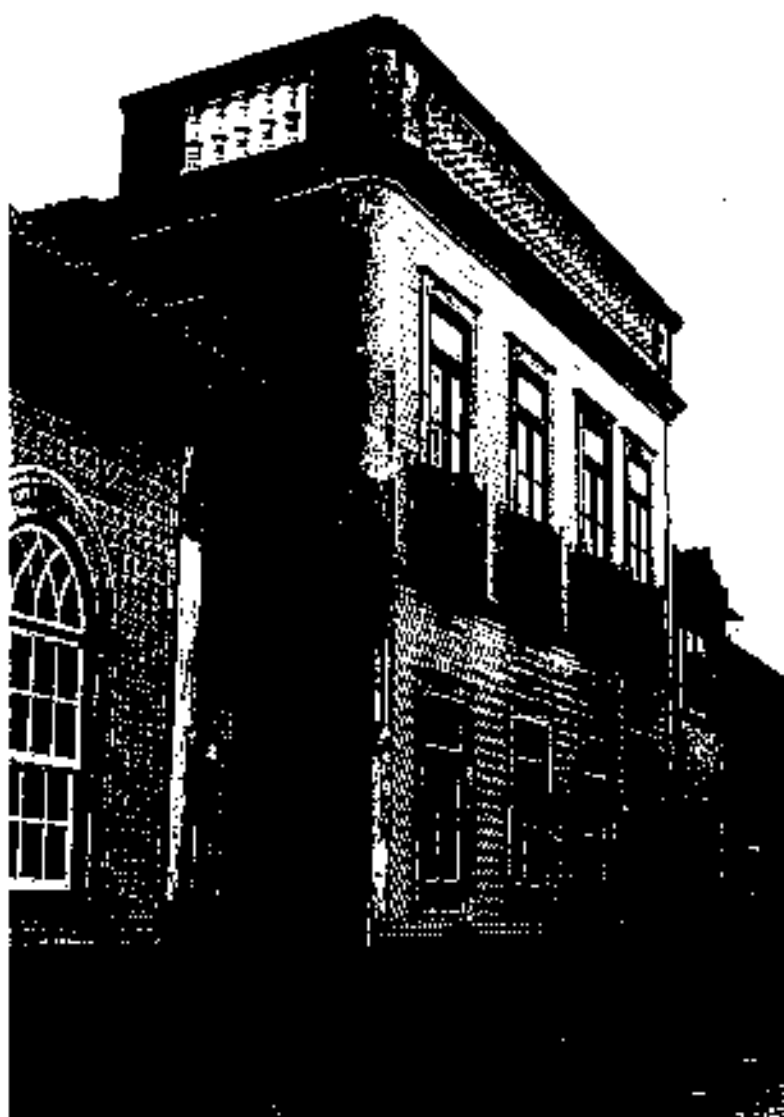


II, 1845, Edificio nº 19 (detalle)

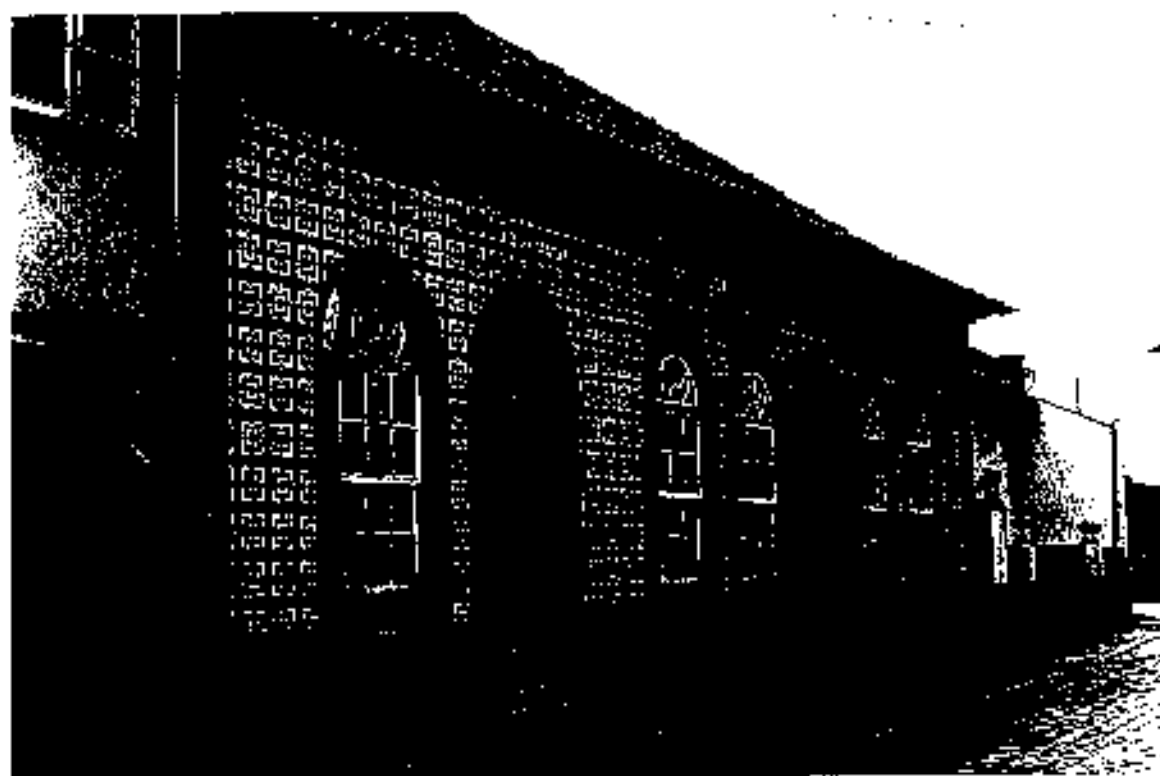


Il. 1846. Edifício nº 14/16

VILA DO MONTE



II. 1847. Rua Antonio Vieira Pinto, 13/13^



Il, 1848. Rua Antonio Vieira Pinto, s/n



Il. 1849. Rua Antonio Vieira Pinto, 44

VILA REAL DE SANTO
ANTÔNIO



П, 1850. Rua do Infante. 40



Il. 1851. Rua do Infante, 44



Il. 1852. Rua do Infante, 48



Il. 1853. Rua do Infante, s/n



Il. 1854. Rua do Príncipe, 11, esquina Rua Clementina



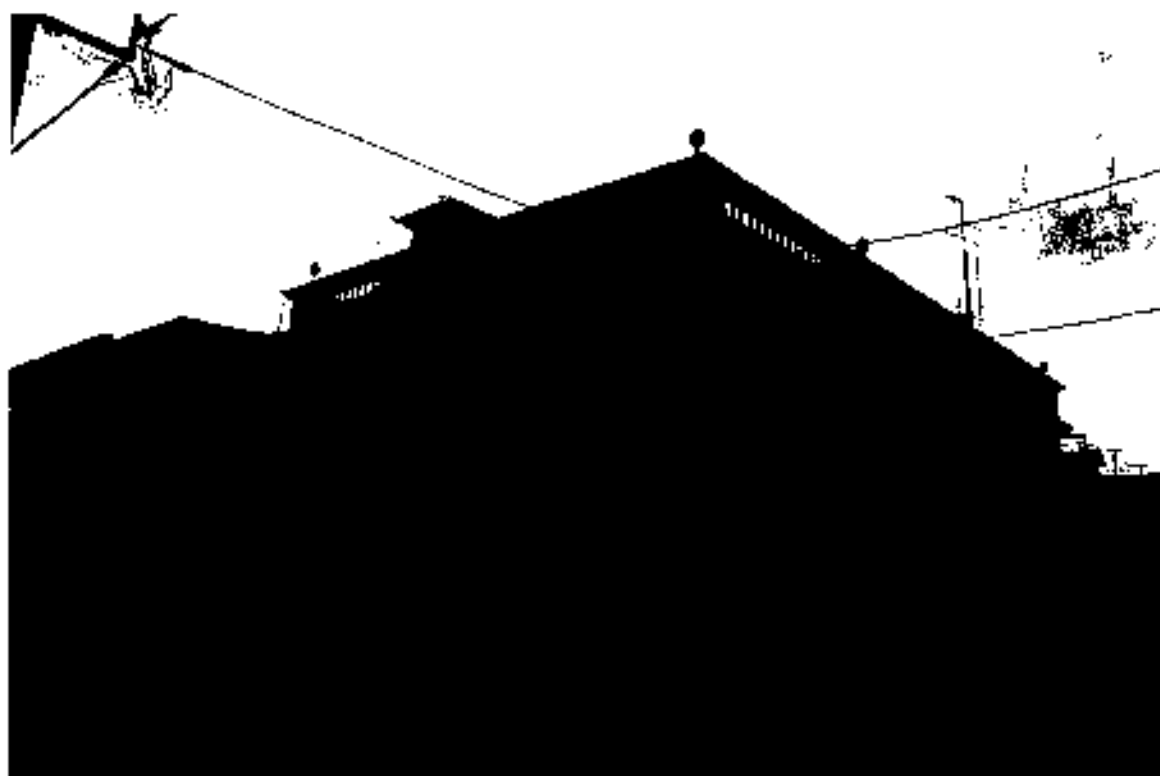
Il. 1855. Edifício nº 29/30/31/32/33/34



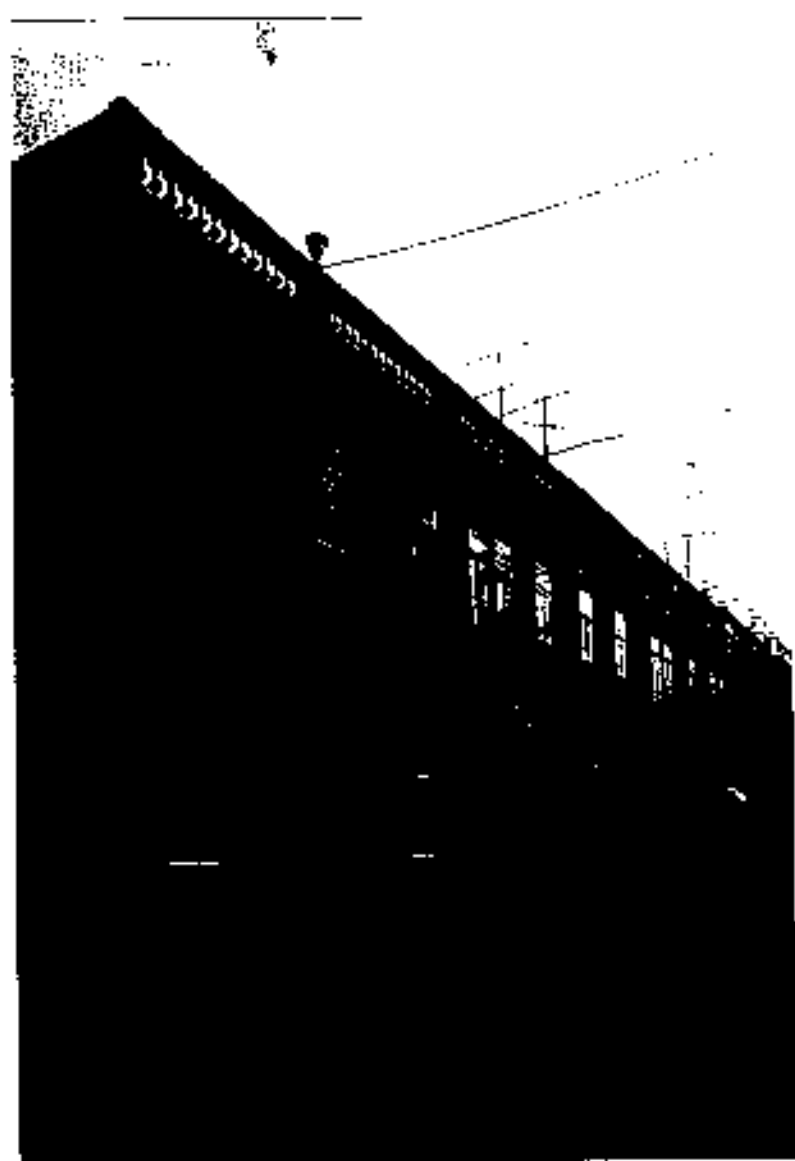
Il. 1856, Rua do Príncipe, 61



Il. 1857. Rua do Príncipe, s/n



Il. 1858. Rua do Príncipe. s/n



Il. 1859. Rua do Príncipe, 26/28/30/32



Il. 1860. Rua da Rainha, 2/4/6



Il. 1861. Rua do Príncipe, s/n



Il. 1862. Rua do Príncipe, 11/13
1886



II, 1863. Rua Conselheiro Frederico Lamis, esquina Rua José Barão
(1907)



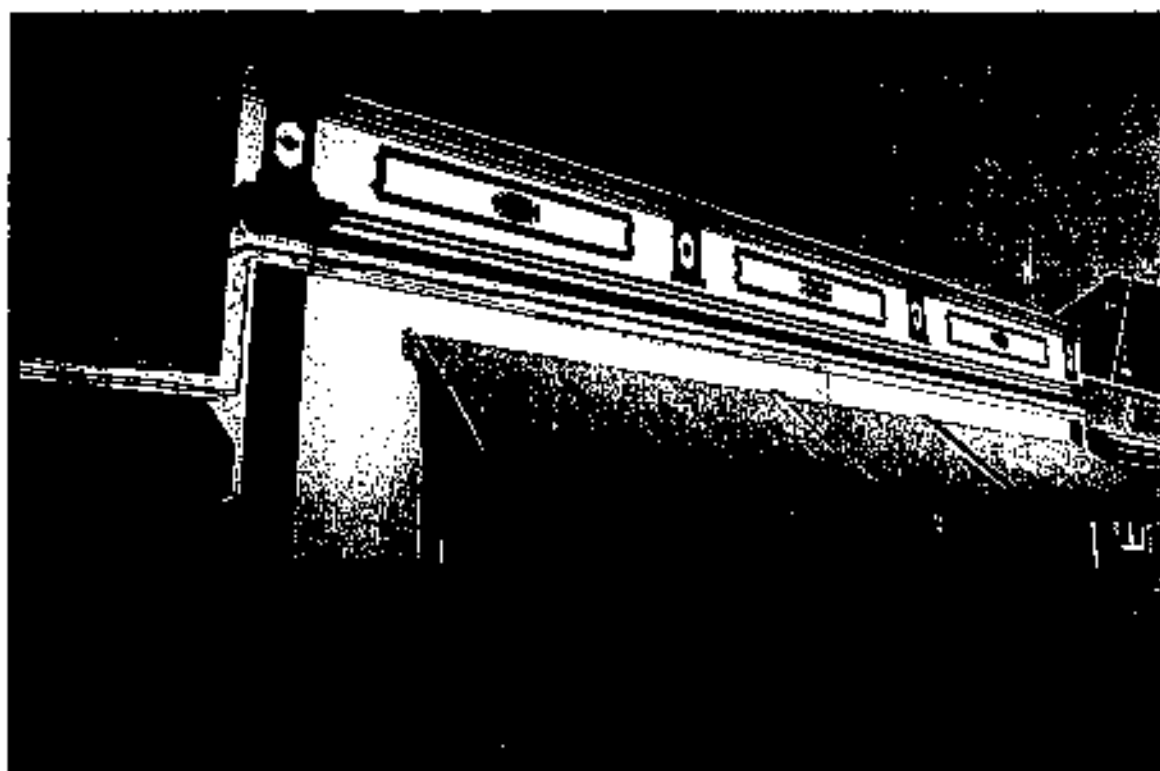
II. 1864. Rua do Príncipe, 14/16/18



Il. 1865. Rua do Infante. 10



Il. 1866. Rua do Infante, 21/23



Il. 1867. Rua da Vitória, s/n



II, 1868, Rua Real de São José, 83/85



Il. 1869. Rua do Infante D. João. 63/65/67



Il. 1870. Edifício s/n



Il. 1871. Estrada Vila Real de Santo António – Tavira



Il. 1872. Estrada Vila Real de Santo António – Tavira



Il. 1873. Estrada Vila Real de Santo António – Tavira



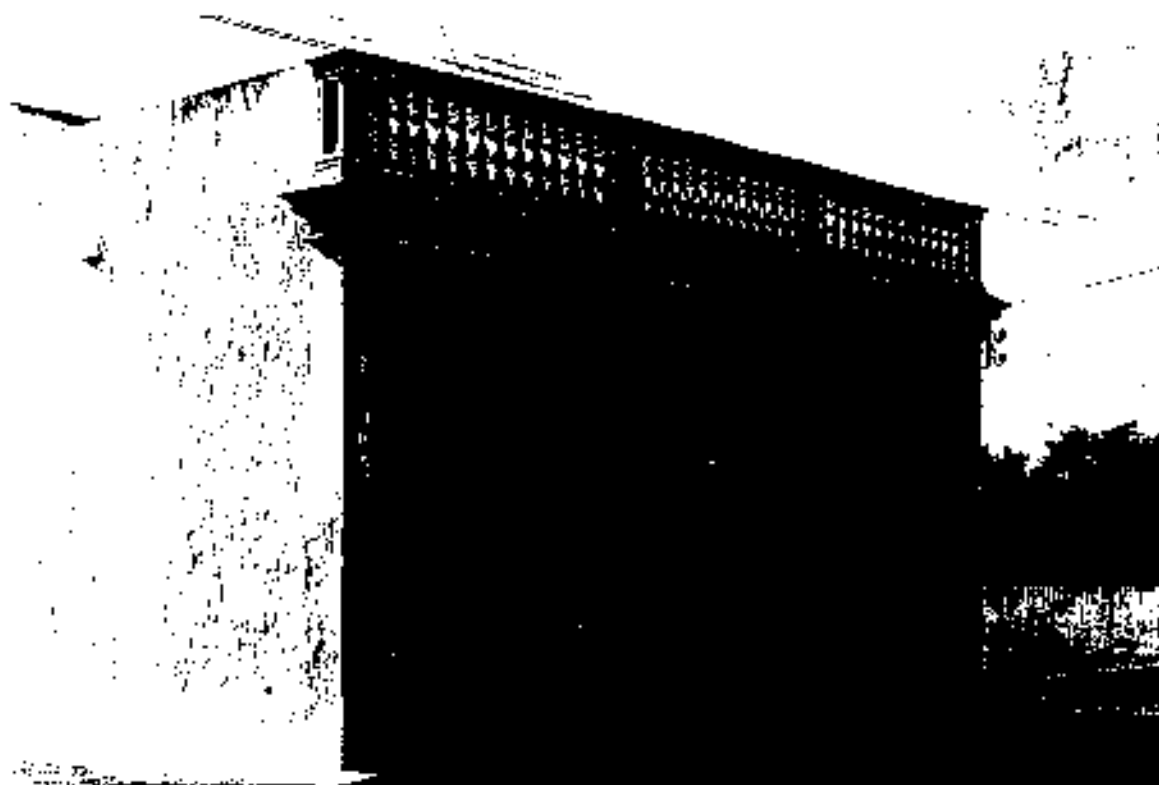
Il. 1874. Estrada Vila Real de Santo António – Tavira



Il. 1875. Estrada Vila Real de Santo Antônio – Tavira



Il. 1876. Estrada Vila Real de Santo Antônio – Tavira



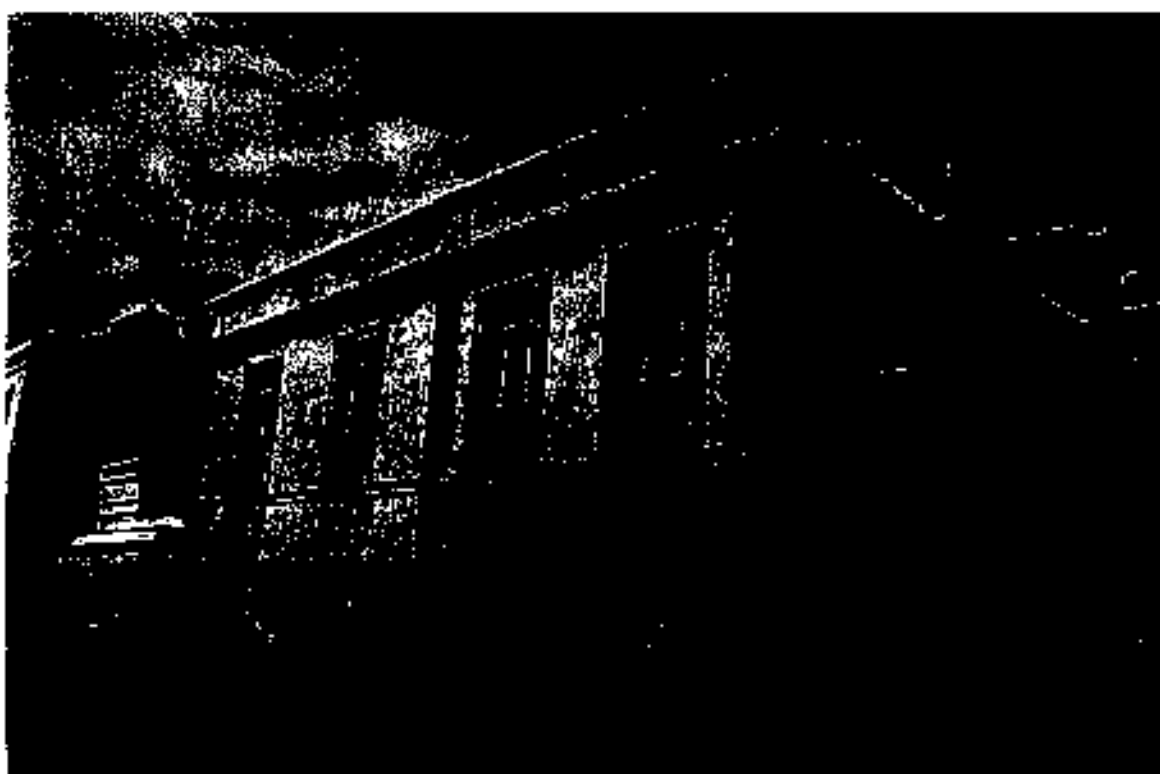
Il. 1877. Estrada Vila Real de Santo António – Tavira



Il. 1878. Estrada Vila Real de Santo António – Tavira

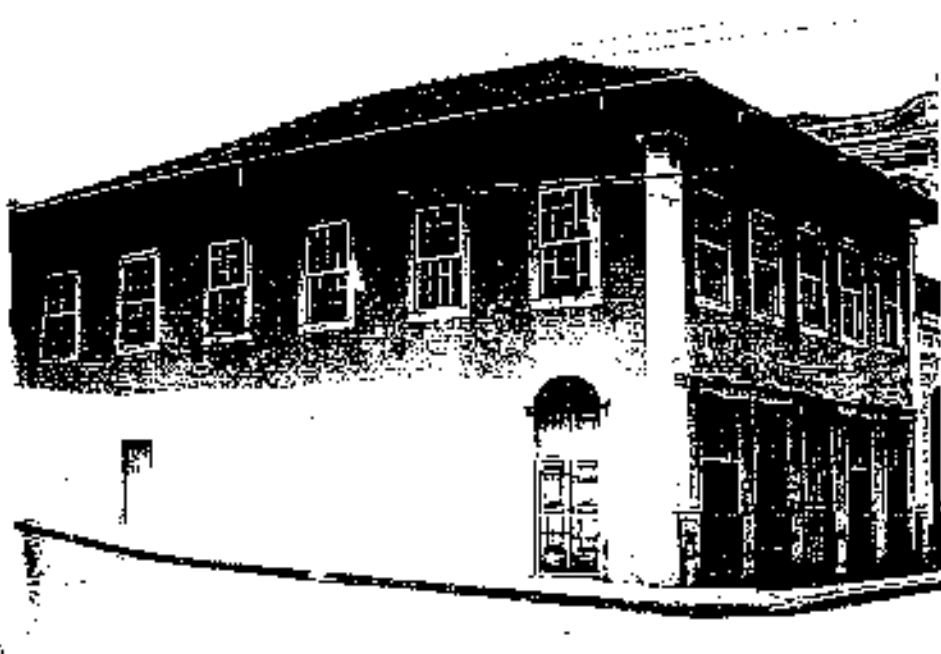


Il. 1879. Estrada Vila Real de Santo António – Tavira

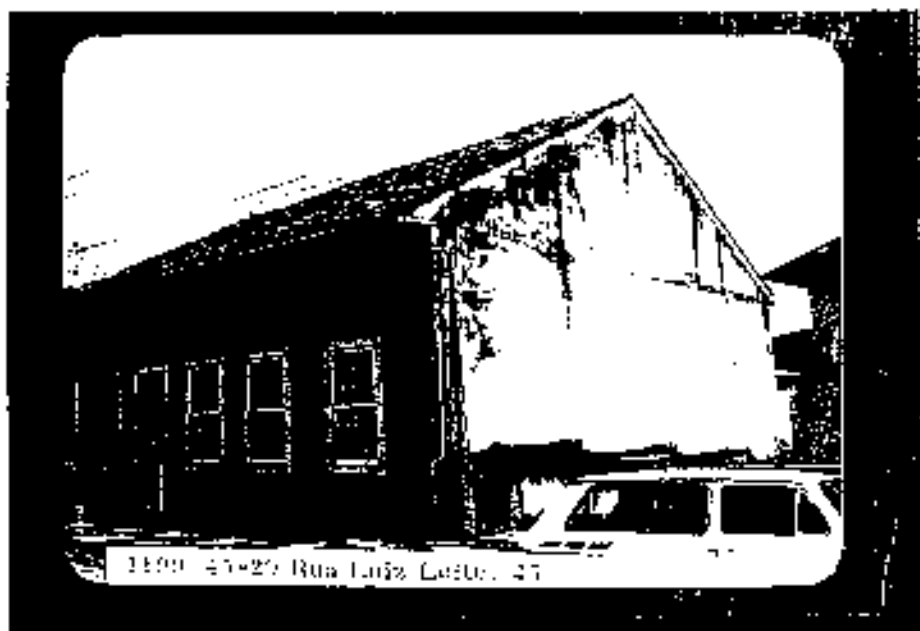


Il. 1880. Rua da Rainha

AMPARO



II.1881. Rua 15 de novembro



II, 1882, Rua Luis Leite



Il. 1883. Rua 13 de maio



Il. 1884. Rua Silva Pinto



II. 1885. Rua Capitão Alceu Vieira



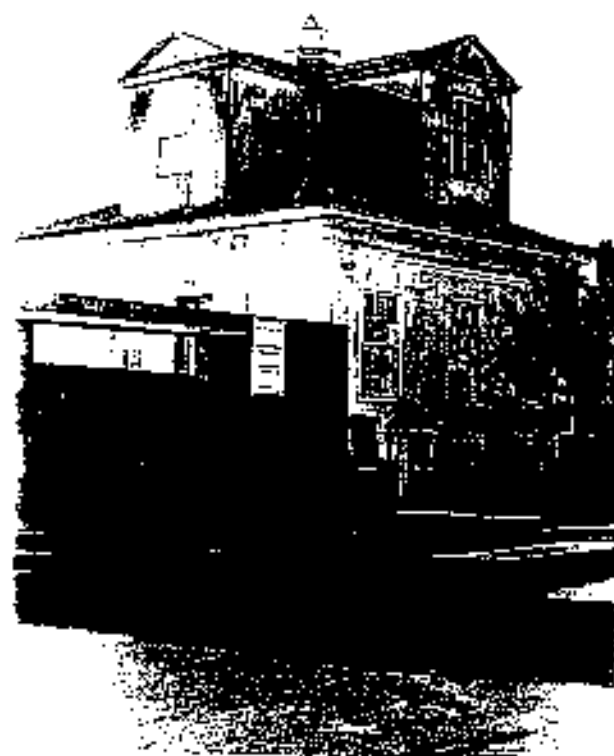
II. 1886. Rua Dona Ririnha



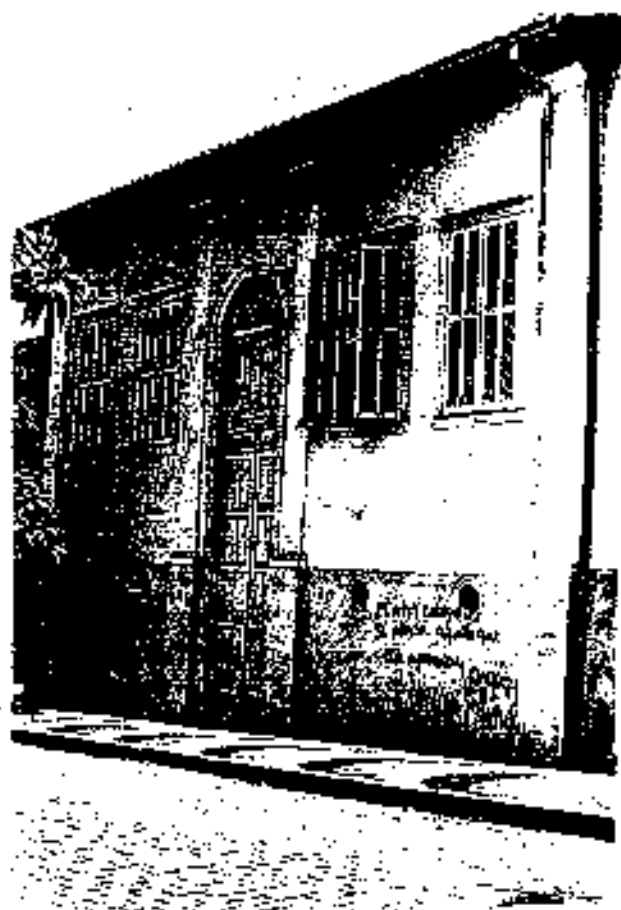
Il. 1887. Rua Silva Pinto



Il. 1888. Rua Duque de Caxias



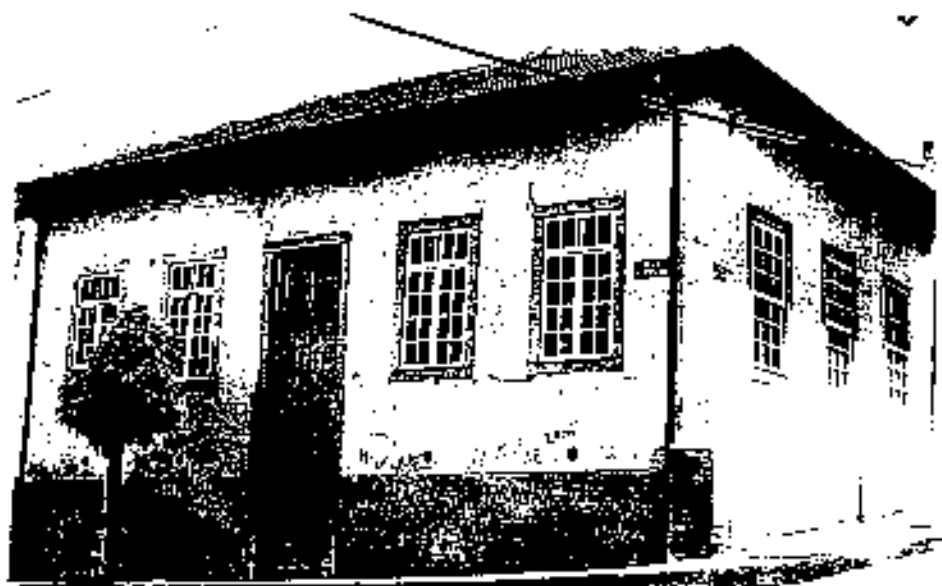
Il. 1889 Avenida Bernardino de Campos



Il. 1890. Rua Décio Pacheco da Silveira



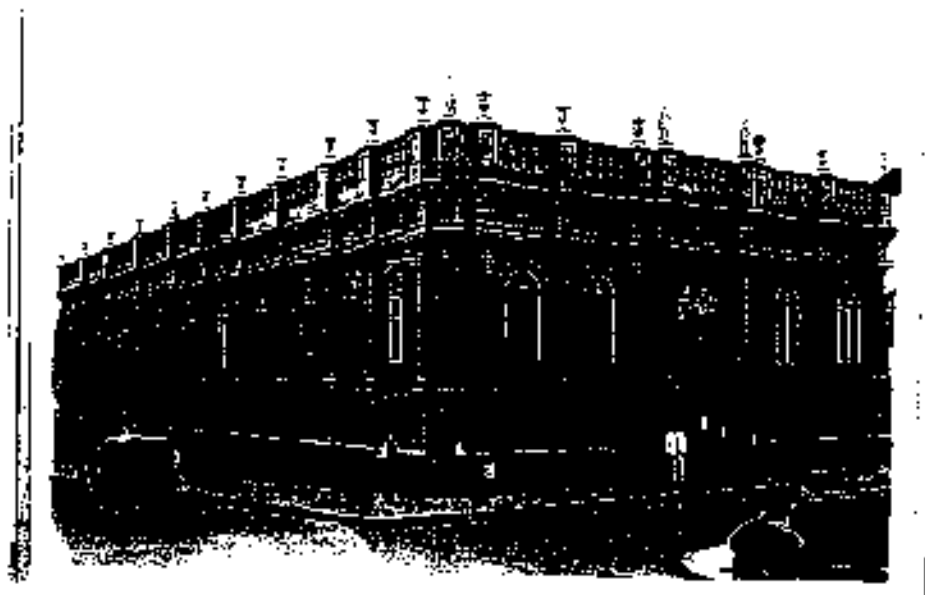
Il. 1891. Rua Capitão Alceu Vieira



Il. 1892. Rua Dêcio Pacheco da Silveira



II. 1893. Rua Barão de Campinas



II. 1894. Rua Luís Leite



II. 1895. Largo do Rosário



11. 1896. Rua Duque de Caxias



11. 1897. Rua Humberto Bereta



11. 1898. Rua 13 de maio



Il. 1899. Praça Mons. João Batista Lisboa



Il. 1900, Rua Barão de Campinas



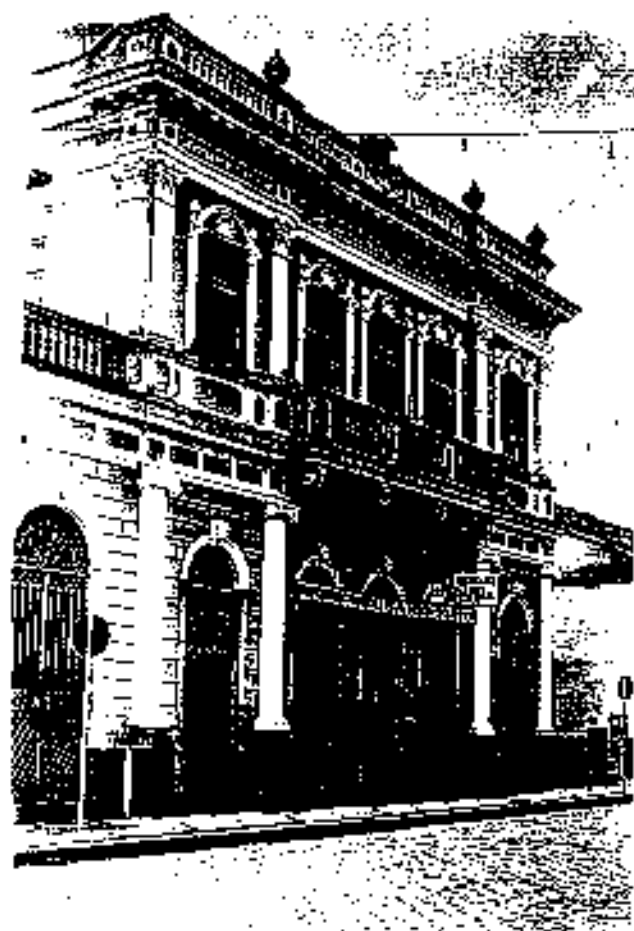
Il. 1901. Praça Pádua Sales



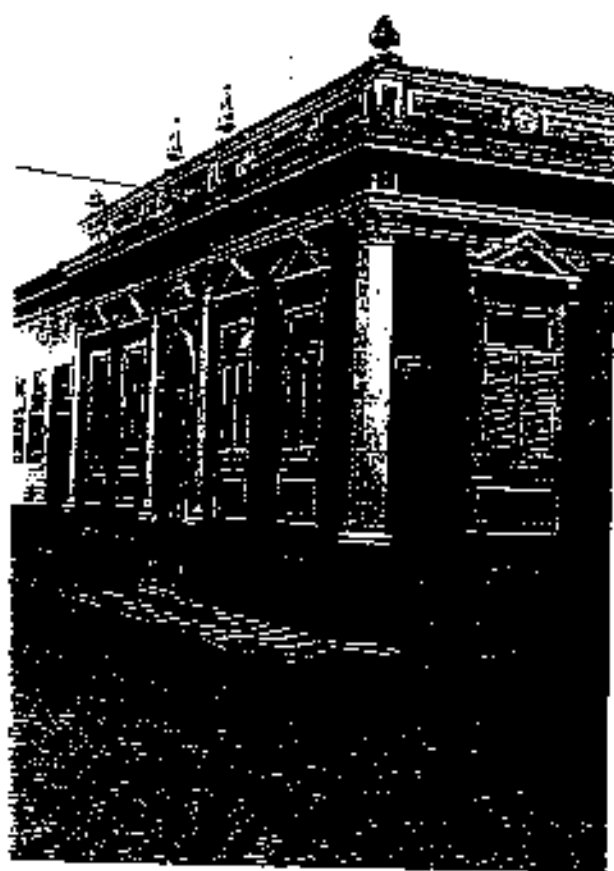
Il. 1902. Rua 13 de maio



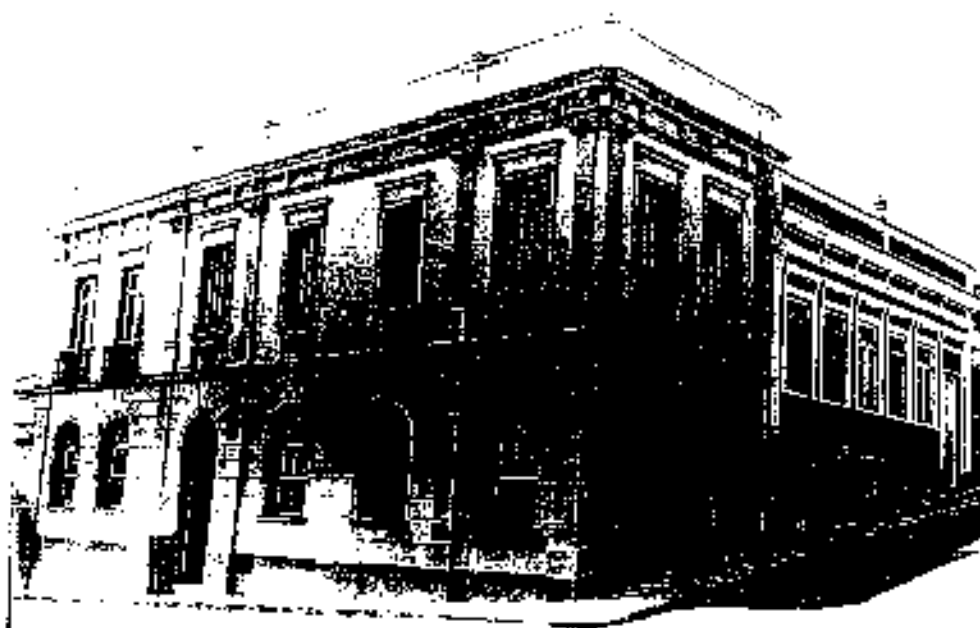
Il. 1903. Rua 13 de maio



Il. 1904. Rua 15 de novembro



II, 1905, Rua Barão de Campinas



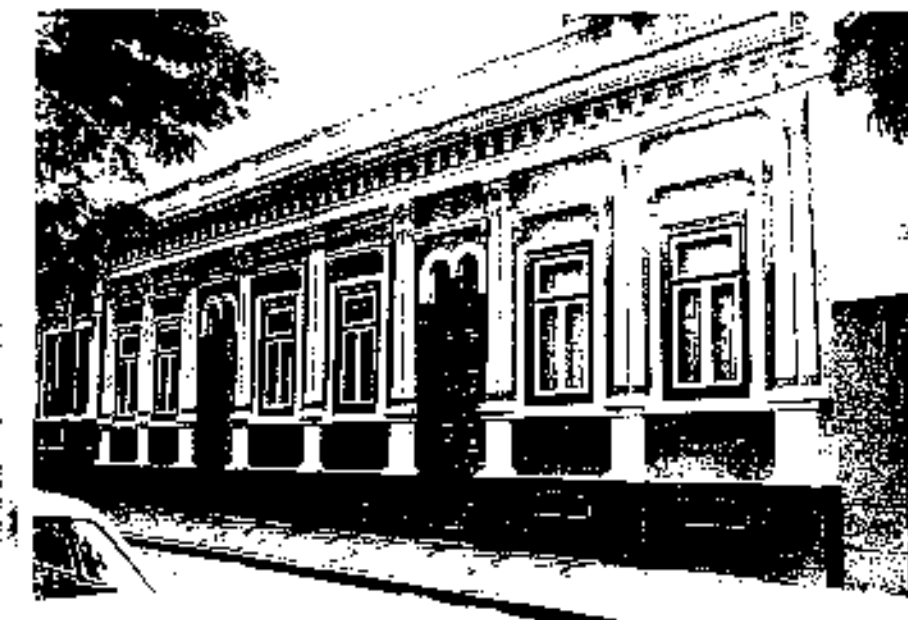
Il. 1906. Rua Gal. Osório



Il. 1907. Rua Cabo João dos Santos



II. 1908. Praça Mons. João Batista Lisboa



II. 1909. Praça Mons. João Batista Lisboa



II. 1910. Rua José Fontana



II. 1911. Rua Duque de Caxias



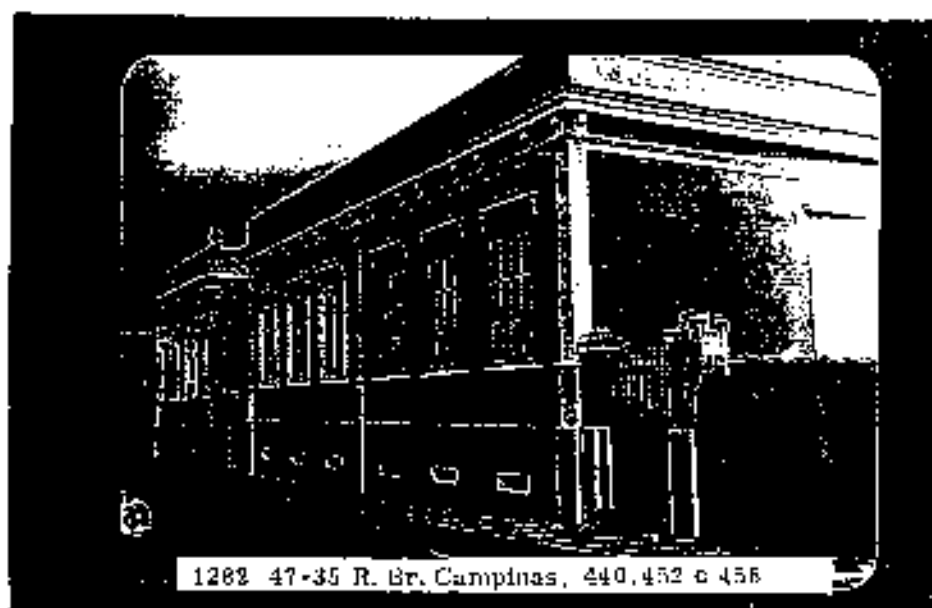
II. 1912. Mercado Municipal



II. 1913. Hospital Ana Cintra



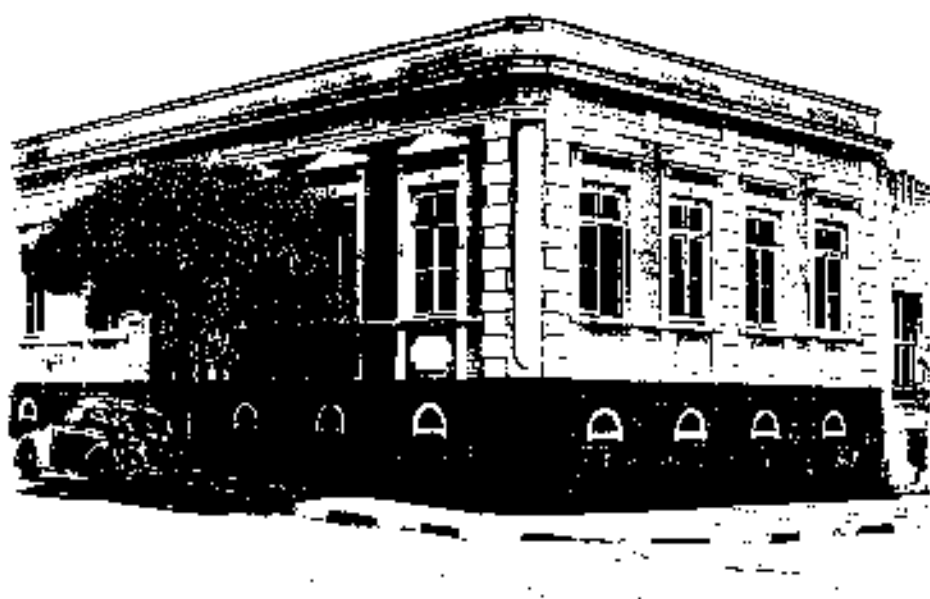
II. 1914. Rua Duque de Caxias



Il. 1915. Rua Barão de Campinas



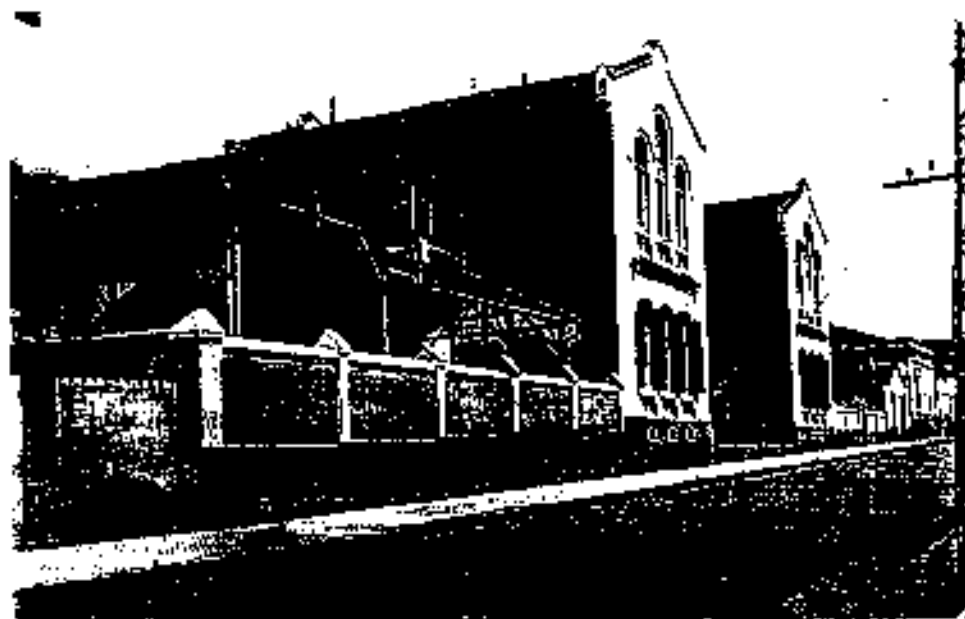
Il. 1916. Praça Mons. João Batista Lisboa



Il. 1917. Rua Luís Leite



Il. 1918. Rua Duque de Caxias



II. 1919. Rua Capitão Alceu Vieira



II. 1920. Rua Barão de Campinas



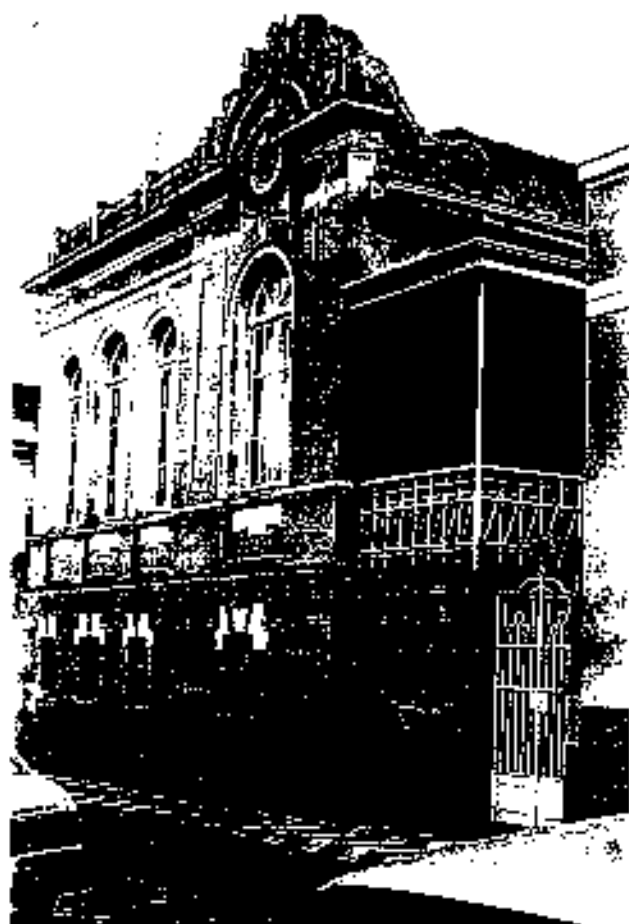
II. 1921. Praça Mons. João Batista Lisboa



II. 1922. Rua 15 de novembro



II. 1923. Rua 13 de maio

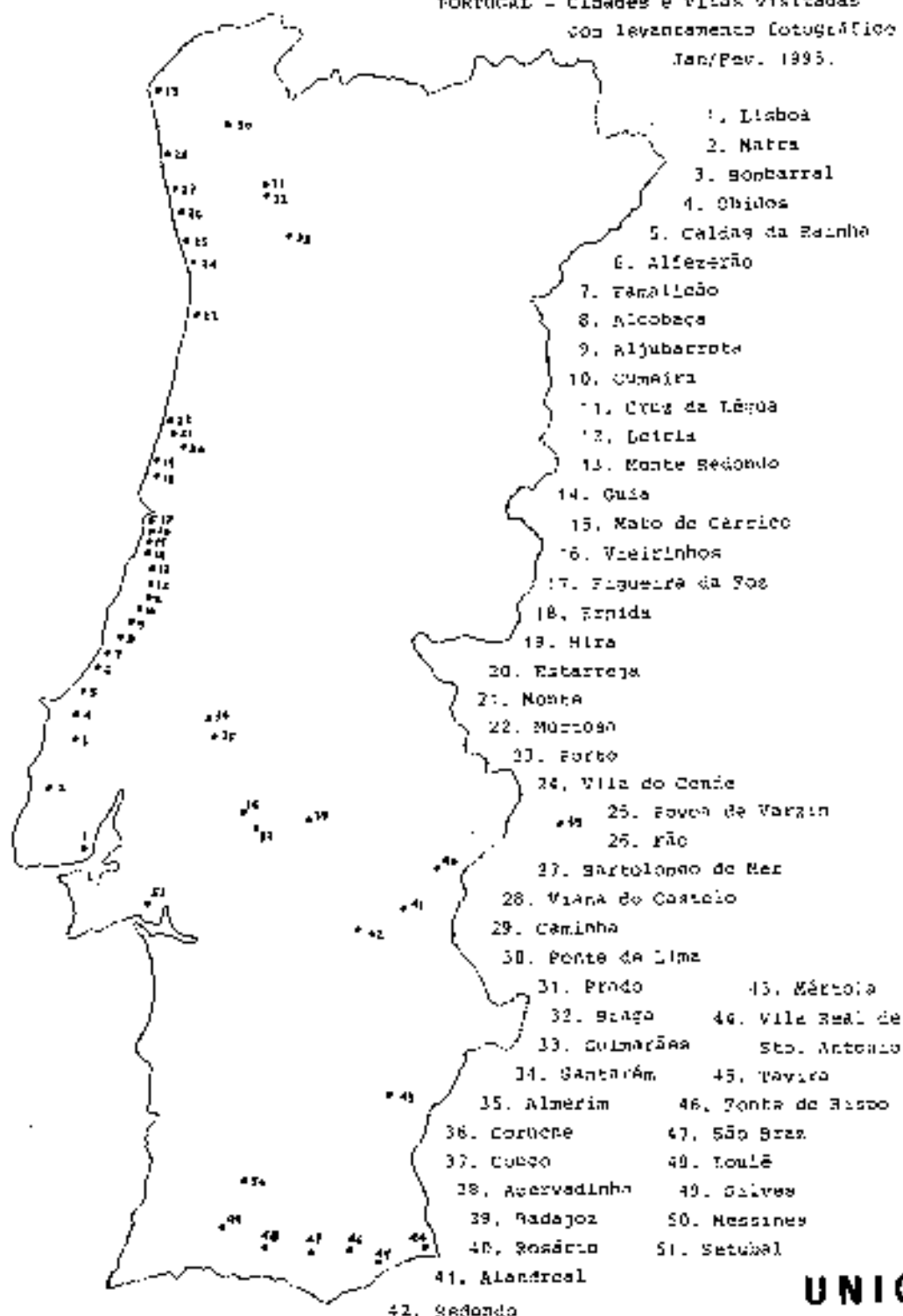


fl. 1924. Rua Duque de Caxias



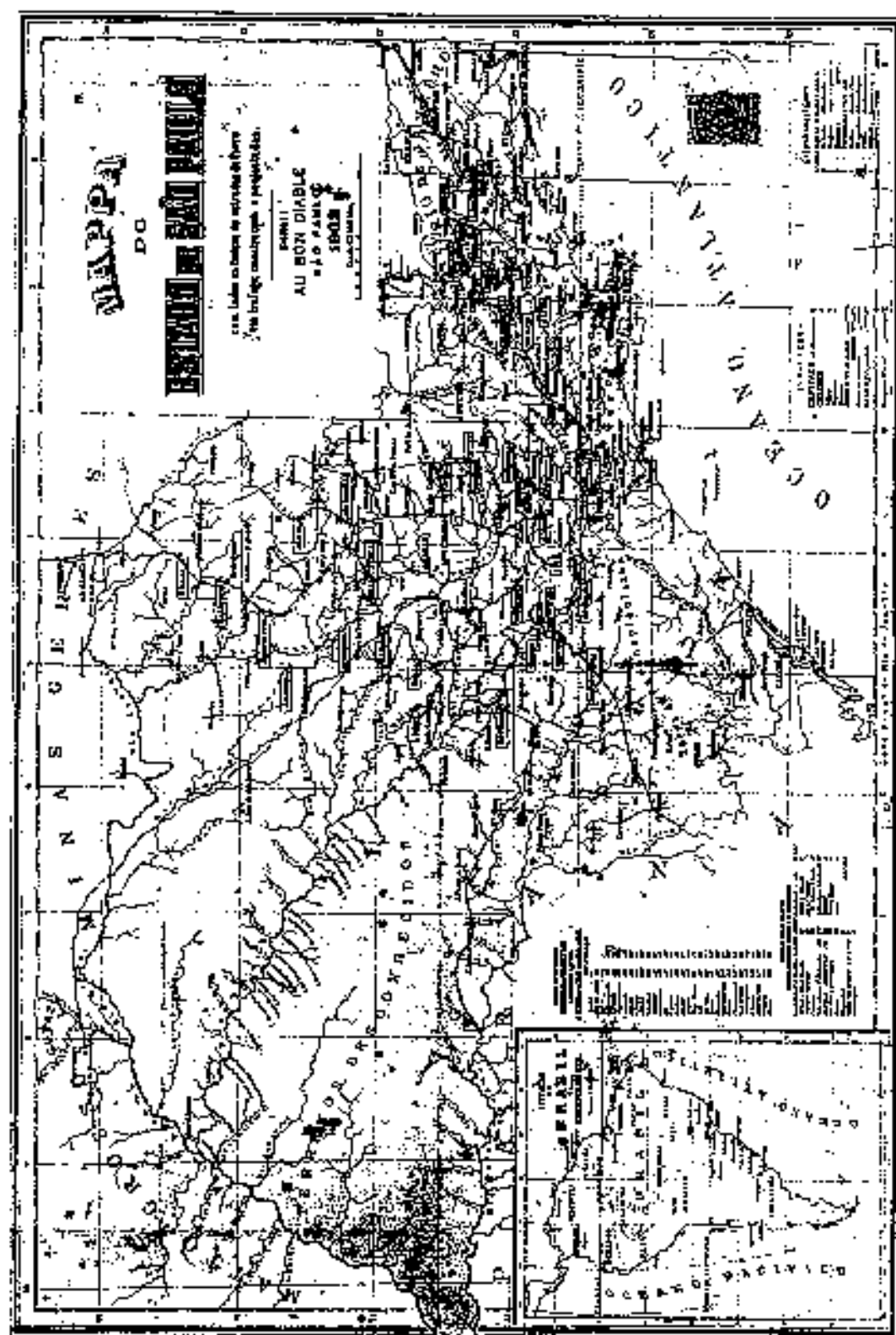
Il. 1925. Rua 13 de maio

PORTUGAL - Cidades e Vilas visitadas
com levantamento fotográfico
Jan/Fev. 1995.



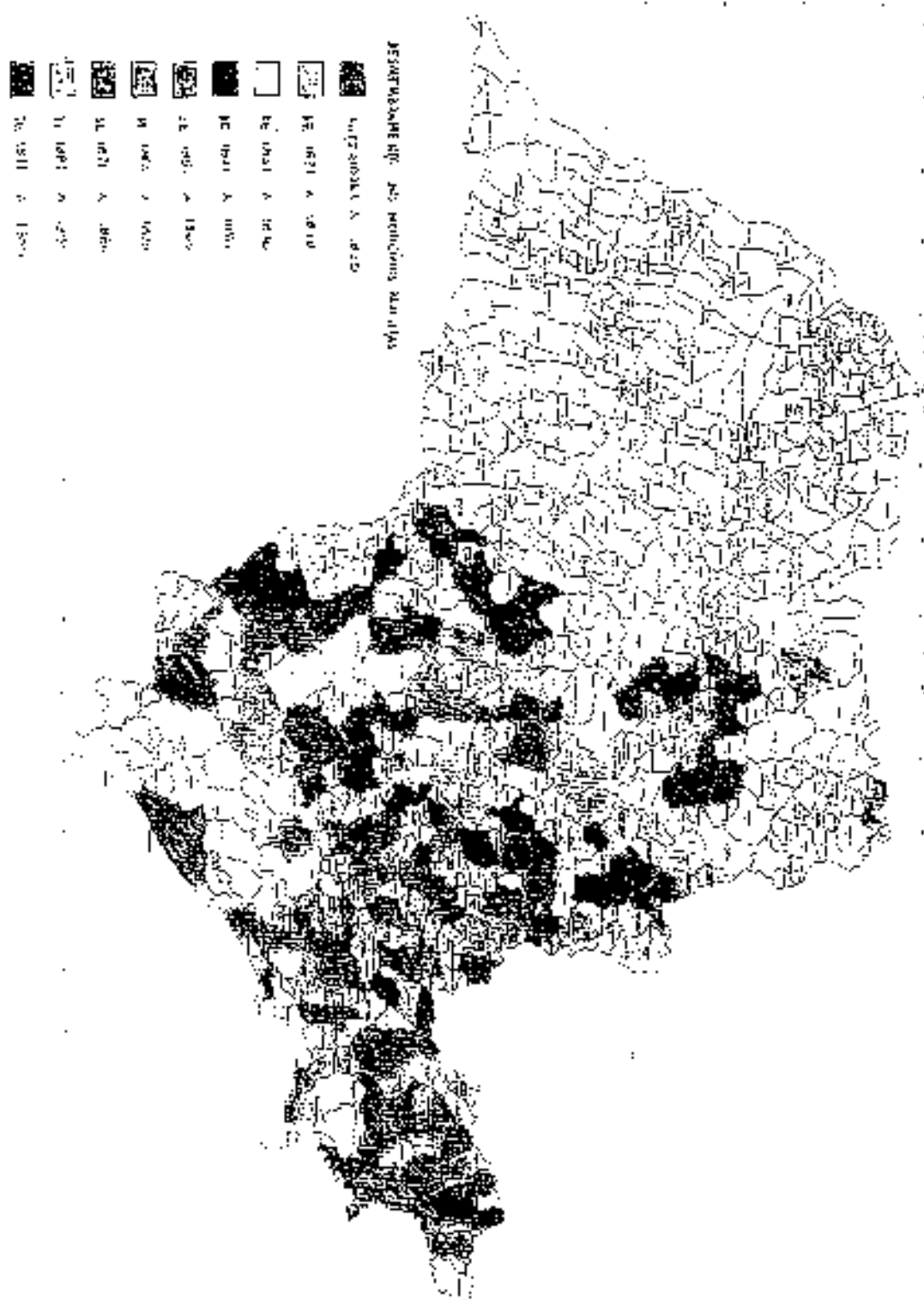
II. 1926 Localização das cidades portuguesas visitadas

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE



II. 1927. Localização das cidades paulistas visitadas

II. 1928. Desmembramento dos municípios paulistas



CREDITO DAS ILUSTRAÇÕES

633 a 824 - Fotografia R.P.T.L.

825 a 831 - Originais do acervo Mito Nígro, Boccina. Reprodução R.P.T.L.

832 a 856 - Fotografia R.P.T.L.

857 a 875 - Originais do acervo Trijano Pupo, Boccina. Reprodução R.P.T.L.

876 a 925 - Fotografia R.P.T.L.

926 a 941 - Grillet, J. Almeida. Copivari. História da fundação e faze desde os fins do século XVIII até 24 de junho de 1932 - 1932. Reprodução R.P.T.L.

942 - Campes, Visconde Stein de. Fundações municipais paulistas nos séculos XVIII e XIX. São Paulo, 1932. Reprodução R.P.T.L.

943 a 946 - Grillet, J. Almeida. Op. Cit.

947 a 1037 - Fotografia R.P.T.L.

1038 a 1043 - Almanaque de Ilustração para 1916. Acervo da Biblioteca Municipal Mário de Andrade. São Paulo. Reprodução R.P.T.L.

1044 a 1126 - Fotografia R.P.T.L.

1127 a 1128 - Moreira, Mário. Jundiaí e sua História. Prefeitura Municipal de Jundiaí, 1979. Reprodução R.P.T.L.

1129 a 1131 - Busch, Reynaldo Kuntz. História de Lins. Lins: Prefeitura Municipal, 1967. Reprodução R.P.T.L.

1132 a 1217 - Fotografia R.P.T.L.

1218 a 1224 - História de Pirassununga. Exemplar sem capa. S/d. Reprodução R.P.T.L.

1225 a 1297 - Fotografia R.P.T.L.

1298 a 1307 - Almanaque anuário de São Carlos, Hugo Dornfeld & Cia. S/d. Acervo Biblioteca Municipal Mário de Andrade. São Paulo. Reprodução R.P.T.L.

1308 a 1371 - Fotografia R.P.T.L.

1372 a 1375 - Acervo Dr. Paulo César. São Luís do Pindamonogaba. Reprodução R.P.T.L.

1376 a 1831 - Fotografia R.P.T.L.

1882 - Acervo CONDEP/LAAT - S.P. Reprodução R.P.T.L.

1883 a 1892 - Fotografia R.P.T.L.

1893 a 1894 - Acervo Museu Histórico e Pedagógico Bernardino de Campos. Arapara. Reprodução R.P.T.L.

1895 a 1911 - Fotografia R.P.T.L.

1912 a 1913 - Acervo Museu Histórico e Pedagógico Bernardino de Campos. Arapara. Reprodução R.P.T.L.

1914 - Fotografia R.P.T.L.

1915 - Acervo CONDEP/LAAT. Reprodução R.P.T.L.

1916 a 1918 - Fotografia R.P.T.L.

1919 - Acervo Museu Histórico e Pedagógico Bernardino de Campos. Arapara. Reprodução R.P.T.L.

1920 a 1923 - Fotografia R.P.T.L.

1926 - Mapa desenhado por R.P.T.L.

1927 - Mapa do Estado de São Paulo - 1902. Acervo Biblioteca Municipal Mário de Andrade. Seção de Obras Raras. São Paulo. Reprodução R.P.T.L.

1928 - Mapa do Estado de São Paulo - Xerocopiado e reduzido. Original Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo.

